



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Andrea Monteiro da Costa

**JUVENTUDES NAS TRILHAS INCERTAS DA VIDA E DO
TRABALHO NO BRASIL**

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Professor Doutor Elísio Estanque e pelo Professor Doutor Roberto Vêras de Oliveira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Abril de 2022



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Andrea Monteiro da Costa

Juventudes nas trilhas incertas da vida e do trabalho no Brasil

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Professor Doutor Elísio Estanque e pelo Professor Doutor Roberto Vêras de Oliveira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 2022

DEDICATÓRIA

Este trabalho de pesquisa foi inspirado e pensado em todos aqueles que se insurgem e se rebelam contra a ordem das coisas que lhes são impostas e que os impedem de se autorrealizar e desfrutar dos seus sonhos e desejos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Elísio Estanque pela confiança e autonomia concedida para que eu pudesse desenvolver a minha pesquisa.

E ao meu querido coorientador Professor Roberto Vêras de Oliveira, que acompanha minha trajetória acadêmica desde o mestrado e por quem tenho admiração pelo respeito que dedica aos seus estudantes.

Agradeço à Universidade de Coimbra, na representação do programa de pós-graduação em Sociologia e Relações de Trabalho, pela aceitação da minha candidatura ao doutoramento.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande Norte por ter se tornado o meu porto seguro nas trilhas incertas da vida. A esta instituição, minha dívida é invisível e eterna.

Especialmente agradeço ao Professor Júlio César de Andrade, que, na época de minha aprovação no doutoramento, apostou e confiou na minha proposta de trabalho.

Agradeço ainda à minha aluna e jovem colaboradora Ana Clara Machado, pelo suporte no trabalho das transcrições e aos professores Wuiara Gomes, da EAJ-UFRN; Mariana Brito de Lima, do IFCE - Campus Juazeiro; Heleonardo Dantas, do IFPI-Campus Picos; Erbes Sintra e Rodolfo Feitosa, ambos do IF-Sertão Pernambucano - Campus Zona Rural; Juliano Varela, do IF-Sertão Pernambucano-Campus Petrolina, e Denes Dantas Vieira da UNIVASF, pela acolhida e pelo apoio quando do trabalho da pesquisa de campo. Não tenho como não registrar o meu agradecimento a todos os ecos e vozes das vidas que direta ou indiretamente encontrei e toquei no caminho desta pesquisa; o que aqui está contido é fruto de uma escuta cuidadosa e atenciosa com a história de cada um, no limite do que me é permitido pela Sociologia.

RESUMO

Como a formação escolar, a entrada no mundo do trabalho (particularmente, no mercado de trabalho), a vida familiar e as projeções de futuro emergem nos projetos existenciais da geração atual de jovens brasileiros e na geração dos seus pais? Com essa pergunta de partida, as obras de Karl Polanyi e Francisco de Oliveira inspiraram a incursão analítica sobre o universo social e as categorias de entendimento de mundo dos jovens brasileiros da geração atual. O primeiro autor foi uma bússola a nos orientar sobre como os atores sociais lidam com o substancial avanço da colonização dos espaços da vida pela lógica do mercado. O segundo, referência da sociologia crítica no Brasil, forneceu aportes para a compreensão dos elementos macroestruturais que moldam, delimitam e potencializam as ações individuais e coletivas. A análise realizada se alicerçou em uma interpretação comparativa das trajetórias de vida e os esquemas classificatórios da vida social de duas gerações próximas: aquela dos adolescentes e jovens do presente com idade entre 15 e 30 anos de idade e a segunda, aquela dos seus pais e parentes próximos. Construímos uma abordagem sociológica em escala individual com base em 17 entrevistas realizadas com jovens e adolescentes e 16 com pais e parentes. O desafio foi captar o social no nível individual, seguindo a metodologia de elaboração *de retratos sociológicos* seguindo a perspectiva indicada por Bernard Lahire. Passando ao largo de polarizações artificiais entre autores e correntes, o trabalho incorporou os conceitos de habitus, da sociologia da prática de Pierre Bourdieu; de disposição, da sociologia disposicional de Lahire e de estrutura, da teoria da estruturação de Anthony Giddens. Tais conceitos foram estratégicos para a compreensão sobre como as grandes transformações que remodelaram as paisagens socioeconômicas do Brasil, especialmente na região nordeste, reverberaram nas instituições tradicionais de socialização e nos horizontes imaginativos dos atores. A compreensão de que há um conjunto de heranças materiais, simbólicas ou morais da geração anterior as quais são transferidas aos jovens e adolescentes apontou a centralidade da formação educacional nos projetos de vida e da incorporação da precariedade do trabalho como um dado do mundo social brasileiro. Também foi possível captar a emergência de uma sensibilidade moral da juventude atual em relação às demandas por reconhecimento e respeito em relação à diversidade, às relações de gênero e ao exercício da sexualidade. Mesmo de forma desarticulada, essa sensibilidade se traduz em uma potencialidade política de rejeição ao populismo de extrema-direita e às suas pautas políticas e morais regressivas.

Palavras-chave: Jovens brasileiros. Mercado de trabalho. Formação escolar. Família. Projetos existenciais.

ABSTRACT

How do schooling, The inclusion into the labour market, family life and future projections emerge in the existential projects of the current generation of young Brazilians and their parents' generation? With this starting question, the works of Karl Polanyi and Francisco de Oliveira inspired the analytical incursion into the social universe and the categories of understanding the world of young Brazilians. The first author mentioned was like a compass to guide us on how social actors deal with the substantial advance of the life spaces infected by the logic of the market. The second one is a baseline for critical sociology in Brazil, Mr Oliveira contributed to the understanding of the macrostructural elements that shape, enclose and enhance individual and collective actions. The analysis carried out was based on a comparative interpretation of the life trajectories and classification schemes of the social life covering two close generations: adolescents and young people aged between 15 and 30 years old, and the second, their parents and close relatives. We built a sociological approach on an individual scale based on 17 interviews with young people and adolescents and 16 with parents and relatives. The challenge was to capture the social at the individual level, following the methodology of producing sociological reports following the perspective pointed by Bernard Lahire. Skipping artificial polarizations between authors and theoretical frameworks, the project incorporated the concepts of habitus, from Pierre Bourdieu's sociology of practice; of disposition, from Lahire's dispositional sociology and of structure, from the theory of structuration of Anthony Giddens. Such concepts were strategic to understand how the great transformations that reshaped the socioeconomic landscapes of Brazil, especially in the northeast region, reverberated in the traditional institutions of socialization and in the imaginative horizons of the actors. The understanding that there is a set of material, symbolic or moral inheritances from the previous generation, which are transferred to young people and adolescents, pointed to the centrality of educational training in life projects and the incorporation of the increasing labor insecurity as a fact to the Brazilian social world. It was also possible to capture the emergence of a moral sensitivity of today's youth in relation to the demands for recognition and respect in relation to diversity, gender relations and the exercise of sexuality. Even in a disjointed way, this sensitivity translates into a political urgency of rejecting far-right populism and its regressive political and moral agendas.

KEYWORDS: Young Brazilians. Labor market education. Family. Existential projects.

LISTA DE SIGLAS

AAC	Associação Acadêmica de Coimbra
ABC Paulista	Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BB	Banco do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Ceará
CE	Ceará
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFM	Conselho Federal de Medicina
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEM	Democratas
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EaD	Ensino à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENTOES	Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura SINDICAL
ES	Espírito Santo
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIFA	Federação Internacional de Futebol
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto do Câncer do Ceará
IF	Instituto Federal
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Ifs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuados e Mais.
MA	Maranhão
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MLST	MOVIMENTO de Libertação dos Sem Terra
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPB	Música Popular Brasileira
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Paraíba
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Nacional
PE	Pernambuco
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PI	Piauí
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PP	Partido Popular
PPS	Partido Popular Socialista
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROMEL	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Mel
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Psol	Partido Socialista e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partidos dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
RIDE	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro

RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação
UDN	União Democrática Nacional
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vem Pra Rua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO	8
1.1 PONTOS DE PARTIDA PARA UMA INCURSÃO SOCIOLÓGICA.....	8
1.1.1 <i>Esboço de um autorretrato: um exercício de objetivação.....</i>	8
1.1.2 <i>O objeto da pesquisa</i>	12
1.1.3 <i>Problemática da pesquisa</i>	19
1.1.4 <i>Hipóteses</i>	25
1.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	25
1.2.1 <i>O Nordeste do Brasil como chão social da pesquisa.....</i>	28
1.2.2 <i>Juazeiro do Norte (CE) e a região do Cariri Cearense</i>	31
1.2.3 <i>Picos (PI) e região.....</i>	35
1.2.4 <i>O Vale do São Francisco.....</i>	42
1.3. OS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA E DA ANÁLISE	47
1.3.1 <i>Sobre os contextos da pesquisa e o perfil dos entrevistados.....</i>	48
1.3.2 <i>A entrevista como técnica de pesquisa dominante</i>	52
1.3.3 <i>O questionário ou grade de condução da conversa.....</i>	55
1.3.4 <i>O tratamento do córpus, as unidades de análise e a escrita.....</i>	57
1.3.5 <i>Compromissos éticos com os pesquisados e com a utilização de informações</i>	59
CAPÍTULO 2: APORTES TEÓRICOS.....	60
2.1 A ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOB A ÓTICA GERACIONAL.....	62
2.1.1 <i>A geração como problema sociológico (contribuições de clássicos e contemporâneos)</i>	62
2.1.2 <i>Socialização e geração.....</i>	70
2.1.3 <i>Classes, gerações, conflitos e desigualdades</i>	75
2.1.4 <i>Tensões e conflitos intrageracionais sob o viés de gênero</i>	82

CAPÍTULO 3 – O PALCO E SEUS CENÁRIOS: AS ESTRUTURAS ESTRUTURADORAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	87
3.1 A EDUCAÇÃO, O ANALFABETISMO E A NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NOS TRÓPICOS	88
3.1.1 <i>O singular contexto de expansão da educação no Brasil: elites, Estado e a lenta “inclusão”</i>	89
3.1.2 <i>O acesso diferenciado à educação como expressão da gramática profunda da desigualdade social brasileiro</i>	93
3.1.3 <i>A condensação dos elementos: analfabetismo, hierarquização racial e cidadania incompleta</i>	97
3.1.4 <i>O analfabetismo e a magia de tornar socialmente invisível a maioria da população</i>	101
3.2 POPULAÇÃO E DINÂMICA SOCIAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL: MUTAÇÕES E PERMANÊNCIAS.....	107
3.2.1 <i>População brasileira: evolução do crescimento, distribuição espacial e recorte por faixa de idade</i>	109
3.2.2 <i>A queda contínua da taxa de fecundidade no Brasil: classes sociais, dramas e processos</i>	111
3.2.3 <i>Família e casamento: redefinições legais, novas instituições e pluralidade do social</i>	116
3.3. DA PRIMAVERA LULISTA AO TERMIDOR BOLSONARISTA: REDISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA, RECONHECIMENTO POLÍTICO, CONFLITOS E (RE) ARRANJOS INSTITUCIONAIS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL	123
3.3.1. <i>Antecedentes e heranças I: a divisão do trabalho e a acumulação de capital</i>	126
3.3.2. <i>Antecedentes e heranças II: a “década perdida” que foi ganha pela democracia, o neoliberalismo entra em cena e quando o Brasil se pareceu com um mamífero semiaquático australiano</i>	131
3.3.3 <i>A lenta, mas consistente reorientação da redistribuição na Era Lula.....</i>	138
3.3.4 <i>Da redistribuição ao reconhecimento e as políticas públicas para a juventude</i>	142
3.3.5 <i>Nem sempre se colhe flores na primavera: desacertos e grandes equívocos nas políticas para a juventude</i>	147
3.3.6 <i>A evolução das tensões, a tempestade perfeita e o Termidor.....</i>	151

CAPÍTULO 4 – GERAÇÕES E TRANSIÇÕES: RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE PAIS E FAMILIARES..... 157

4.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, A DOMINÂNCIA DO URBANO SOBRE O RURAL E O PASSADO COMO FONTE DE RESILIÊNCIA AO NEOLIBERALISMO 157

4.1.1 Vida familiar, trabalho e uma resistência ao presente: o velho trabalhador rural. 157

4.1.2. A minha moral será a tua herança: a lavadeira de roupas..... 161

4.1.3 Emoções profundas e afetos difíceis: a costureira e sua resiliência..... 168

4.1.4 Uma professora, seus quadros de socialização e o social no plural 176

4.2 A CONSTRUÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS E A FUGA DO MUNDO..... 181

4.2.1 A afirmação da autoestima e da autonomia da professora do ensino básico..... 181

4.2.2 Quando dormir é a fuga possível: o mundo de uma trabalhadora doméstica..... 187

4.2.3 Das vinhas da esperança e do envenenamento à agricultura orgânica: as metamorfoses da trabalhadora rural militante do MST..... 193

4.3. FOTOGRAFIAS MICROSSOCIOLÓGICAS DO MERCADO DO TRABALHO... 201

4.3.1 O pouso da arribaçã: trilhas, atalhos e migrações do casal lulista 201

4.3.2 A reserva do exército de reserva: o trabalhador rural que não pode emigrar..... 210

4.3.3. O trabalho no setor de serviços e as relações de gênero: a comerciária..... 217

4.4 AS TRANSAÇÕES, A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E AS PERMANÊNCIAS 224

4.4.1 Do escambo à economia digital: as disposições, a inventividade e as armadilhas da dominação masculina na vida da comerciante autônoma 224

4.4.2 A moderna agricultura familiar: valores morais, expectativas políticas e projetos do pequeno proprietário rural..... 233

4.4.3 O idílio do mundo passado: a dona de casa de classe média 239

CAPÍTULO 5 – ESPELHOS PARTIDOS: FRAGMENTOS DE RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE JOVENS DA GERAÇÃO ATUAL NO BRASIL 245

5.1. TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES: AS OPOSIÇÕES BINÁRIAS E A REPRODUÇÃO DO ANTIGO EM NOVOS CONTEXTOS 245

5.1.1 Uma estudante de Direito e as disposições de religião e classe na experiência escolar e na vida familiar..... 246

5.1.2. A conjugação de mundos do filho de trabalhadores rurais 254

5.1.3 <i>O sofrimento social que envelhece e os sonhos que permanecem</i>	259
5.2 NAS TRILHAS INCERTAS DO MUNDO DO TRABALHO: DISPOSIÇÕES, SOCIABILIDADES E PROJEÇÕES	265
5.2.1 <i>As sociabilidades e a captura do tempo pelo trabalho</i>	266
5.2.2 <i>A trabalhadora do sistema bancário que não trabalha em um banco</i>	270
5.2.3 <i>Os desafios da inserção no mercado de trabalho e os laços fracos</i>	274
5.2.4 <i>Os herdeiros dos batalhadores: vida escolar, sociabilidade e projetos de futuro de jovens estudantes</i>	281
5.3 FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO: EXPECTATIVAS E PROJETOS DE FUTURO	288
5.3.1 <i>Vida escolar e trabalho: oposição, conciliação e imposição</i>	289
5.3.2 <i>Aprendendo na batalha: os jovens de classe popular e a incorporação do habitus do trabalhador</i>	295
5.3.3 <i>Projeções, projetos e sonhos em relação ao ingresso no mundo trabalho</i>	298
5.3.4 <i>A migração como evasão e o trabalho precário e informal como horizonte</i>	303
5.4 EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES DE UMA GERAÇÃO: A JUVENTUDE BRASILEIRA HOJE	307
5.4.1 <i>Um retrato do cuidado de si e do cuidado dos outros</i>	308
5.4.2 <i>Quando o jovem assume a pauta neoliberal</i>	312
5.4.3 <i>Medo, insônia e a esperança “desconfiada” no futuro</i>	316
5.4.4 <i>Quando tudo é tão incerto: as dores, os amores e o desejo de partir</i>	319
5.5 A DIVERSIDADE E A SEXUALIDADE EM UM MUNDO PLURAL: SOFRIMENTOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	324
5.5.1 <i>O jovem trans e a busca de sentido</i>	324
5.5.2 <i>O sujeito da reflexividade e os novos arranjos familiares</i>	329
5.5.3 <i>Sexualidade e gênero: uma nova moral sexual em emergência?</i>	334
CAPÍTULO 6 - OS CAMINHOS E AS TRILHAS DOS JOVENS BRASILEIROS DA GERAÇÃO ATUAL ENTRE AS HERANÇAS, AS ARMADILHAS E AS APOSTAS NO FUTURO: SÍNTESE ANALÍTICA	339
6.1 O MUNDO DO TRABALHO E OUTROS MUNDOS: HERANÇAS E DISPOSIÇÕES	339
6.2 OS HERDEIROS FLEXÍVEIS	346

CONCLUSÃO.....	357
REFERÊNCIAS	369
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE JOVENS	381
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS.....	385

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de investigação sociológica a respeito de como os jovens brasileiros da geração atual constroem sentidos de mundo, avaliam os atores e instituições com os quais interagem e elaboram projetos de futuro no início da terceira década do século XXI. O fio condutor da análise é a objetivação dos sentidos atribuídos por eles em relação à vida familiar, à vida escolar, aos relacionamentos amorosos e ao mundo do trabalho, esferas da vida social que foram profundamente impactadas pelas mutações econômicas, culturais e sociotécnicas das últimas três ou quatro décadas vividas nas sociedades ocidentais. Trata-se, pois, antes de tudo, de uma abordagem das lógicas mobilizadas por esses atores em suas práticas concretas. Para viabilizar essa empreitada investigativa, empreendemos um exame comparativo das suas construções de sentido com aquelas produzidas pelos seus pais e parentes. A conexão entre esses mundos sociais foi reforçada com uma exposição dos elementos macroestruturais subjacentes à gramática social a partir da qual os brasileiros percebem o mundo e leem a vida social do seu país. Esses mesmos elementos estabelecem as condições objetivas (os limites e as possibilidades) dos projetos individuais e coletivos analisados. Com esse escopo, o trabalho aqui apresentado cruza constantemente os níveis macro e micro de análise do social.

Os sujeitos que são o nosso foco de análise, os jovens e adolescentes do presente, representam a primeira geração cujo processo de socialização primária ocorreu um mundo no qual as conexões entre pessoas e lugares foram radicalizadas, fornecendo uma concretude palpável, em nível do senso comum, ao conceito de globalização. Os fluxos de bens, informações e pessoas ao redor do mundo redefinem expectativas, mudam as formas de interação entre os agentes sociais e alimenta tanto novos projetos de afirmação dos sujeitos quanto novas e insidiosas formas de dominação. Dessa forma, mesmo na periferia do capitalismo, os jovens e adolescentes dos dias atuais partilham angústias, expectativas e desejos que não enraizados socialmente nos seus territórios nacionais. Na Nigéria, no Brasil ou no Peru, conecta-se à internet e procura-se informações e lazer utilizando o mesmo programa buscador, assiste-se a séries pelos mesmos canais de streaming e consome-se, além das músicas locais adaptadas à linguagem do pop internacional, aos

mesmos ícones globais da cultura de massas. Tudo se passando como se apenas o pano de fundo das estruturas sócio-históricas nacionais é que os diferenciavam das experiências dos jovens e adolescentes portugueses, franceses, belgas e norte-americanos. Também os medos e as angústias em relação ao futuro parecem similares. Tanto que são processados pelas mesmas lógicas de colonização mercantil da vida como o são a medicalização do social e a sua companheira de viagem, a farmacologia industrial de larga escala. Melancolias e apatia diante do mundo com cores e dores distintas, diagnosticadas com verbetes institucionalizados e globalmente aceitos através de rótulos como depressão, transtorno de déficit de atenção, bipolaridade, hiperatividade ou ansiedade crônica, legitimam a venda dos mesmos antidepressivos e ansiolíticos em ambas os hemisférios.

Entretanto, se atentarmos bem, a vida social nunca foi efetivamente “local” ou delimitada pelas fronteiras nacionais das sociedades. Projetos de análises sociológicas de container até frutificaram, mas naquilo que produziram deixaram visíveis as suas limitações epistemológicas. Isso porque forças sociais, com maior ou menor intensidade, sempre varreram territórios e redefiniram práticas, expectativas e desejos. O que há de distintivo, portanto, é a intensidade. Ou a radicalização das ligações e interações e que dão contornos, no caso dos jovens e adolescentes, à partilha de marcadores comuns os quais autorizam a denominação de sua geração como efetivamente global. Ao mesmo tempo em que reconhecemos essas interconexões rejeitamos aquelas generalizações que imputam a atores situados em contextos vários os mesmos comportamentos e atitudes, como se o pertencimento geracional eliminasse outros condicionantes.

Quando indagamos a respeito de como a juventude do presente lida com os desafios colocados pelas mutações de instituições como a família, a escola, o trabalho e o casamento, dentre outros, somos levados a nos questionar sobre as paisagens sociais e políticas do atual momento histórico. Afinal, pensar sobre o lugar da juventude no mundo é, sobretudo, uma forma de refletir e especular sobre os desdobramentos dos processos e tendências nos quais estamos imersos. Partilhamos com os jovens e adolescentes as angústias em relação ao futuro de médio e longo prazo. E, para quem se indaga sobre os desafios colocados para a nova geração desde a perspectiva de uma ciência do social é fundamental aclararmos os seus sentidos de mundo, mas também sobre as suas potencialidades de resistência e, antes disso, de *resiliência* diante da colonização dos espaços vitais pela subjetivação neoliberal. Essa compreensão básica nos levar a tomar a

desigualdade social como o substrato das experiências dessa geração global. Embora essa desigualdade assuma contornos específicos a depender da formação sócio-histórica na qual os atores se situam, é inegável que a aceleração de concentração de riqueza deixou de ser marca distintiva dos exóticos “outros” (aquelas sociedades do terceiro-mundo ou, em linguagem mais asséptica, pós-coloniais) e passou a ser um problema fundamental da agenda de sociedades com democracias consolidadas e elevados níveis de garantias para o exercício da cidadania. Não por acaso, a partir de meados da década passada, estudos sobre a desigualdade como aqueles produzidos por Thomas Piketti e seus colaboradores assomaram à pauta das discussões públicas.

Embora a pobreza ainda esteja presente em muitas partes do mundo e module as ações e expectativas de partes da população em muitos países, não se pode negar que tivemos avanços substanciais na eliminação da fome e na diminuição gradativa da miséria absoluta nas duas últimas décadas. Mesmo se essa tendência pareça estar sendo revertida, em parte pelos choques na redistribuição material dos recursos das sociedades provocados pela eclosão da pandemia da Covid-19, tivemos avanços nessa direção. Mas ao mesmo tempo em que diminuimos globalmente a pobreza ou a sua expressão mais concreta, a extrema miséria, aumentamos exponencialmente a desigualdade social. A distância entre muito ricos e o restante da sociedade ou, no que captamos a tradução do problema no Brasil e na América Latina de forma geral, entre as classes médias e as classes populares, se traduz cada vez mais em modelos culturais, formas de sociabilidades e expectativas de mundo radicalmente distintas. Os modelos de sucesso e de realização pessoal que se tornaram dominantes são aqueles das elites globais, inatingíveis para a grande maioria das pessoas. Em contrapartida, mais e mais pais e parentes temem que os seus filhos não possam alcançar nem mesmo os seus padrões de vida e isso se traduz em ressentimento e raiva difusa contra suas sociedades e sistemas políticos.

Por isso, indagarmos sobre os caminhos e trilhas que os jovens e adolescentes do presente estão seguindo é também nos questionarmos sobre os limites e possibilidades da vida social em um futuro de médio prazo. A subjetivação neoliberal reforçada pelo individualismo exacerbado e a emergência de novas relações de trabalho se transmutam em patologias e “autonegação da dignidade” (ESTANQUE, 2009, p. 318) que, no imediato, colocam em risco laços associativos e solidariedade social. No artigo seminal antes referido, o Professor Elísio Estanque ilumina como a corrosão dos espaços de resistência

coletiva à dominação econômica e a necessidade de perscrutar o mundo social em busca de “novos protagonistas e de novas posturas com sentido ético, animados pela defesa da causa pública, em busca do bem-estar geral e da construção de vínculos de solidariedade com as classes subalternas”. (ESTANQUE, 2009, p. 321).

Dez anos após sua publicação, a atualidade do artigo de Estanque (2009) é reforçada quando constatamos que ao invés de afirmação de “vínculos de solidariedade” temos visto emergir um desencanto enorme com os valores e símbolos da democracia traduzido na ascensão de partidos e movimentos populistas de extrema-direita e no desprezo de parcela da população em relação a valores civilizacionais que reputávamos garantidos como os direitos das minorias, as conquistas do feminismo e à laicidade do Estado. Para quem vive e/ou estuda a situação social latino-americana, espaço regional mundial com as maiores taxas de desigualdade social, não é novidade a correlação entre a má distribuição da riqueza e baixa confiança na democracia e suas instituições estruturadoras. O círculo de giz se completa com baixo desenvolvimento econômico e altos níveis de violência. E as vítimas maiores dessa violência são exatamente jovens e adolescentes. Não por acaso, as maiores taxas de homicídios contra jovens e adolescentes são encontradas em países das Américas, notadamente El Salvador, Guatemala, Venezuela e Brasil.

Vínculos quebrados, personalidades fraturas e projetos de futuro inviabilizados têm alimentado respostas políticas regressivas. A partir da segunda metade da década passada, movimentos de massa foram capturados pela narrativa populista de extrema-direita (“Coletes Amarelos”, França; “Movimento dos Caminhoneiros” e “Jornadas de Julho de 2013”, no Brasil) e tivemos as eleições ameaçadoras da vida democrática de Donald Trump e Jair Bolsonaro, com discursos abertamente contrários ao que denominam de “sistema”. Portugal e Espanha viram emergir caricatas figuras políticas a exaltar exatamente a grosseria e o desrespeito às regras do jogo democrático. Entretanto, conforme apontamos no nosso trabalho, ao menos na realidade brasileira, há um elemento de esperança, arrancado do futuro: são jovens e adolescentes os que menos apoiam as saídas reacionárias da extrema-direita. Assim, se os valores civilizacionais modernos parecem sequestrados por aquela elite descolada da vida social e ambientada em uma bolha (ainda mais após a Covid-19), são exatamente jovens e adolescentes (com a politização das esferas da vida ligadas às interações pessoais) que reagem contra os tentáculos desse

fascismo populista que se veste de conservador e liberal e que ronda, como um espectro, as democracias realmente existentes.

Analisar sociologicamente os desafios colocados para a juventude no presente nos leva a cotejar essas múltiplas dimensões da vida social. Para enfrentar o desafio de apreender não apenas as práticas sociais, mas também as categorias de pensamento a partir das quais os jovens da geração atual constroem, pensam e projetam o seu mundo investimos, conforme já assinalamos, em uma análise comparativa com a geração anterior. Buscamos apreender as transmissões de disposições de uma geração para outra e captar também as heranças efetivamente herdadas pelos mais novos e como elas são mobilizadas para fazer face aos desafios de se viver no presente. Nessa aventura sociológica, servimo-nos da sociologia da prática de Pierre Bourdieu e de Anthony Giddens, sem comprar nem as oposições entre eles e nem a totalidade de suas concepções ou opções metodológicas. Nos empreendimentos de pesquisa de Bernard Lahire encontramos mais inspiração do que exatamente suportes metodológicos para o desenvolvimento de nossa análise. Também em relação a esse cientista social desenvolvemos uma aproximação pragmática, de incorporação de contribuições, mas nunca de adesão completa e irrestrita aos seus pressupostos analíticos. Dessa forma, incorporamos elementos de sua *sociologia disposicionalista*, mas, contra as suas indicações, não abandonamos nunca os aportes e esclarecimentos propiciados pela noção bourdieusiano do *habitus*.

Para cumprir a tarefa a que nos propusemos, estruturamos este trabalho em quatro partes. No capítulo 1, os tópicos apresentam os nossos pressupostos de pesquisa, iniciando-se inclusive com um esboço de auto-objetivação, única parte do presente trabalho apresentado na primeira pessoa. As elaborações desta parte buscam explicitar também a nossa problemática de pesquisa, as hipóteses que guiaram as nossas investidas na pesquisa e a arregimentação dos aportes teóricos e os objetivos definidos para a nossa empreitada sociológica. Dedicamos um tópico à apresentação do universo social no qual realizamos as entrevistas e apresentamos o que denominamos de “chão social” da nossa investigação. Aí procuramos conectar as práticas e os esquemas cognitivos dos atores com os contextos locais nos quais estão inseridos. Por fim, apresentamos os procedimentos de pesquisa.

No capítulo 2, empreendemos uma discussão teórica. Embora, conforme já anunciado, tenhamos buscado uma interação substantiva entre o empírico e o teórico incorporando proposições no momento mesmo da discussão dos dados de realidade

aportados pelos nossos entrevistados, optamos por proceder a uma apresentação das implicações da incorporação analítica da noção sociológica de geração. Este capítulo se destina a uma especulação dos desdobramentos da mobilização instrumental de geração para a abordagem de algumas das questões que serão posteriormente objetos de interpelação nas partes dedicadas aos esboços dos retratos sociológicos.

Na capítulo 3, buscamos apresentar as estruturas estruturantes da vida social brasileira. Os tópicos estão organizados em uma sequência que vai da apreensão das raízes sócio-históricas da dominação simbólica, com a conformação da subcidadania dos negros e dos analfabetos, até a análise de conjuntura das duas ou três últimas décadas. Antes disso, dedicamos um tópico à análise “morfológica” do Brasil, destacando, na pegada dos clássicos da ciência do social, as correlações entre as dinâmicas demográficas e as redefinições de algumas instituições chaves das socializações primária e secundária. No último tópico deste capítulo, buscamos explicitar tanto os contornos das políticas públicas de inclusão social das últimas décadas quanto os conflitos políticos e sociais potencializados pelas ações redistributivas favoráveis às classes populares patrocinadas pelos governos da chamada Era Lula. Em uma reconstituição histórica rápida saímos do que denominamos “primavera” lulista para o termidor bolsonariano, que, a bem da verdade, inicia-se antes da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, e tem como momentos emblemáticos o impedimento da Presidente Dilma Roussef e a aprovação da Reforma Trabalhista pelo Congresso Nacional. Não se trata apenas de uma crônica de uma derrota anunciada, como se poderia entrever, mas também de identificar possibilidades e potencialidades de resistência à regressão política, cultural, econômica e moral da extrema-direita brasileira.

No capítulo 4, esboçamos os retratos sociológicos de pais e parentes de jovens e adolescentes da geração atual. Os tópicos estão organizados por unidades temáticas ou questões centrais que os unificam. Neles, as informações e dados de realidade trazidos pelos entrevistados são cotejados com proposições teóricas consolidadas sobre aspectos relacionados à vida familiar, à transição demográfica e à constituição do mercado de trabalho no Brasil, dentre outros aspectos. As relações de poder são investigadas a partir de ângulos diversos, mas com destaque para a dimensão de gênero. Há em todos os tópicos a preocupação em comparar os esquemas cognitivos mobilizados pelos entrevistados para dar sentido ao mundo com os esquemas que são mobilizados pelos seus filhos e parentes

mais jovens. Nessa direção, avançamos na identificação dos elementos conformadores do *habitus* desses entrevistados e a sua tradução em disposições “repassadas” como herança para a geração atual. No capítulo 5, pela configuração do próprio conjunto de entrevistados (mais jovens e com trajetórias de vida mais curtas), temos mais esboços e fragmentos de retratos do eu exatamente retratos (ou biografias) sociológicas. Dessa forma, abordamos as elaborações dos nossos entrevistados a partir de unidades temáticas definidas em cotejamento com a nossa problemática de investigação e as hipóteses de trabalho desenhadas. Também nesta parte buscamos apreender as práticas e categorias de pensamento dos entrevistados buscando apreender tensões e contradições não apenas inter, mas também intrageracionais. A compreensão do *habitus* e das disposições dos jovens dessa geração não nos levou à tentação de construir uma visão unificada deles. A pluralidade os marca e os define. Nas suas interações e nas relações com as instituições. Mais do que focos de resistência, encontramos pontos de resiliência e de afirmação social contra a subjetivação neoliberal. A vida familiar, a formação escolar e o mundo do trabalho são aqui tomados como elementos transversais que modulam práticas e delimitam horizontes possíveis dos projetos de futuro.

No capítulo 6, elaboramos uma síntese analítica dos dois capítulos dedicadas ao exercício dos retratos. Temos aí o ponto de chegada da análise comparativa das gerações.

Por último, na Conclusão, apreciamos os resultados alcançados pela pesquisa e os confrontamos com as hipóteses de partida. Buscamos ainda sintetizar os elementos macrossociológicos oriundos do capítulo 3 com aqueles mais propriamente identificáveis como de nível micro aportados pelos capítulos 4, 5 e 6. Por fim, apontamos, de forma especulativa, alguns desdobramentos políticos dos nossos pontos de chegada.

CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 PONTOS DE PARTIDA PARA UMA INCURSÃO SOCIOLÓGICA

1.1.1 ESBOÇO DE UM AUTORRETRATO: UM EXERCÍCIO DE OBJETIVAÇÃO

O que bem dizer para que consiga estruturar coerentemente este meu presente? Como anotou Charles Taylor (1997, p. 71)) “o que sou tem que ser entendido como aquilo que me tornei”. Essa proposição me leva a um questionamento: como cheguei aonde cheguei e a ser o que sou hoje? Nas próximas linhas, o meu desafio será o de esboçar como a tese que será apresentada neste trabalho foi não apenas sendo construída ao longo dos últimos anos, mas também me construindo na minha vida acadêmica e dando contornos à minha vida pessoal. Para dar sentido à essa narrativa, não posso deixar de levar em conta, mais vez Taylor (1997), os momentos da “vida circundante”. E um momento marcante dos últimos dois anos, quando já me encontrava imersa na pesquisa de campo da presente investigação, foi a emergência da pandemia global da Covid-19, com seus impactos sociopsicológicos, econômicas, culturais e políticos sobre todos os cantos do planeta. De repente, o mundo parou e o amanhã se tornou mais incerto do que nunca. Por momentos, fomos tragados pela sensação de que nossas vidas poderiam ser metaforizadas como pedras de gelo sobre o solo escaldante do deserto. Se a metáfora tem algum sentido, o que sobra de nós? As marcas de nossas trajetórias nas memórias. Não por acaso, os grandes pintores também pincelaram autorretratos, como, por exemplo, Van Gogh, Caravaggio, Rembrandt e tantos outros de períodos históricos os mais diversos, fizeram isso na busca de conectar as trajetórias de suas vidas com os resultados dos seus trabalhos e também das experiências nos seus mundos. Não se tratava, pois, de mero narcisismo, mas de possibilitar um entendimento possível do conjunto de suas obras a partir de uma visão de seus espíritos captados naqueles autorretratos.

No nosso caso, o esboço de autoanálise aqui efetuado tem o sentido de objetivar os pressupostos não explicitados que levaram a formular as questões que orientam a presente investigação sociológica e também as escolhas teóricas que dão sentido à narrativa dos resultados obtidos com o trabalho de campo. Isso não ocorreu como um raio no céu azul. Hoje, analisando, posso constatar que desde os meus primeiros passos na universidade, como estudante de ciências sociais, o meu processo formativo era orientado pelas minhas buscas existenciais. Naquele tempo, sentia-me incomodada pelo fato de que o ideal de objetividade científica coroado pela busca da verdade e da neutralidade não se coadunava com as minhas interrogações, não muito conscientes na época, a respeito das construções das identidades pessoais e sociais. De certo modo, a minha socialização familiar foi envolta no mar revolto das transformações estruturais que redefiniam os lugares da família, da comunidade e da religião na vida das pessoas no Brasil. Tanto na vida familiar marcada pela separação dos pais e a formação escolar na primeira infância interna em um convento de freiras (na época, uma opção de formação diferenciada para as filhas da classe média para prepará-las para as expectativas de vida adulta do universo tradicional), vivi as fraturas, encontros e desencontros que marcaram a vida social brasileiras das décadas de 1970 e 1980. Mesmo nesse mar revolto de transformações sociais que atingiam a menina e adolescente que eu era então, memórias afetivas e heranças simbólicas familiares, dentre estas a admiração que sentia por mulheres da família que pioneiramente tinham estudado e possuíam bibliotecas pessoais e também a curiosidade que sentia em relação a um tio, cuja postura e comportamentos pessoais eram dissonantes em relação ao conservadorismo dominante, militante de esquerda e do movimento estudantil nos anos 1980 e que posteriormente se tornaria professor universitário da sociologia. Essas heranças, dou-me conta neste momento de auto-objetivação, fornecem balizas que me orientam e contribuem para aportar respostas sobre quem sou e como posso ser.

Esse interesse sociológico pelos estudos das construções de identidades, eu entendo hoje, se relacionavam com uma busca de sentido existencial, que, durante adolescência e juventude, fora marcada pelo encontro de um caminho sem volta, com o judaísmo como religião, tornando-me membro da sinagoga de minha cidade. Assim, nos meus trabalhos acadêmicos, procurei estudar identidade judaica, o que se revelou uma provação e um aprendizado científico, pois, não poderia traduzir sociologicamente aquilo que estava no âmbito da crença pessoal. Aprendi, então, que não deveria confundir o meu desejo de

conversão com a minha realização como cientista social. A partir de então, desenvolvi uma prevenção contra as paixões militantes que subordinam as práticas na sociologia. Pude vislumbrar que a grandeza da sociologia não está na adesão a priori a nenhuma causa, mas na possibilidade de realização de investigações e análises que possibilitem construir compreensões do mundo em que vivemos.

Isso não significa que essa adesão à sociologia como ciência e o desenvolvimento de práticas nesse campo não tenham sido (e ainda o sejam, de certo modo) muito desafiadoras para mim. Sofri e ainda sofro com as exigências próprias do mundo acadêmico das humanidades, dentre estas o domínio da retórica e o exercício da disputa política em cada ato cotidiano. Tampouco incorporei plenamente o habitus científico no que diz respeito ao método de investigação e à defesa patrioticamente das fronteiras disciplinares. Talvez por ter seguido um caminho diferente daqueles trilhados por outros com a mesma idade que eu, e aí me refiro ao fato de ter sido mãe e ter decidido suspender por anos a minha continuidade na vida acadêmica, tornei-me mais aberta a ouvir mais, observar mais e a me policiar mais em efetuar julgamentos do mundo a partir de referenciais teóricos. Esses anos de interregno acadêmico tornaram-me mais sensível aos encantos estilísticos da literatura. Não se sai impune após mergulhar no universo das palavras de Virgínia Wolf, Clarice Lispector, Kafka, Scott Fitzgerald, entre outros.

Essa contextualização me leva a constatar, analisando retrospectivamente os trabalhos acadêmicos feitos e as atividades de pesquisa em que me envolvi, que o meu norte sempre foi a polaridade indivíduo/sociedade; de outro modo, o entendimento de como o indivíduo constrói o seu lugar no mundo. Em um primeiro momento, pensei que esse caminho seria trilhado na antropologia. Posteriormente, após as minhas primeiras incursões analíticas, dei-me conta de que a questão do trabalho era a chave de leitura para o universo rico e enigmático do social, especialmente daquele no qual estão as mulheres e os jovens. Assim, fui-me enfronhando na sociologia do trabalho, procurando um lugar que não era aquele ainda hoje hegemônico, do universo masculino do chão da fábrica e das grandes lutas sociais e políticas, mas aquele da microsociologia e das identidades dos que estão nas margens do mercado de trabalho, ou dos elementos comumente deixados de lado ou mesmo imperceptíveis pela rigidez do campo disciplinar. Estive sempre mais interessada em mergulhar analiticamente nas subjetividades, na profundidade das relações íntimas e das interações entre vida familiar e trabalho.

Com essa constelação de interesses e orientações, construí trabalhos alicerçados em entender questões relacionadas a trabalho, família e identidade a partir da análise de trajetórias singulares. Na monografia de conclusão de curso de graduação, realizei um ensaio analítico sobre a trajetória de vida de uma mulher e os desafios por ela enfrentados na construção de um matriarcado centrado nos valores da família, da comunidade e da etnia. Na dissertação de mestrado, procurei analisar como o trabalho desenvolvido por mulheres de uma mesma família em uma lavanderia de roupas amalgamava as estruturas centrais da vida comunitária. E, ao mesmo tempo, enfrentava as tensões e conflitos originados da interação dessa comunidade com a lógica mais ampla do mercado. Nesse caso, o fio condutor da investigação foi a história de vida da gerenciadora da lavanderia.

A escolha desses objetos de investigação levou-me a buscar uma trilha metodológica que tornasse possível apanhar as dimensões do social contidas nas singularidades de cada vida, de cada indivíduo. Essa trilha foi ao encontro da perspectiva analítica proposta por Bernard Lahire, aspecto sobre o qual tratarei mais adiante. Mesmo sabendo da ligação desse pesquisador com o legado bourdieusiano e eu mesma tendo incorporado positivamente conceitos como aqueles de habitus, campo e disposições, *illusio* e violência simbólica, dentre outros, nunca deixei de me interessar e construir expectativas em relação à capacidade de as pessoas se rebelarem contra as “forças das coisas”. Isto é, resistirem contra as lógicas e imposições aparentemente “implícitas” ou “naturais”, como as que enfrentamos em instituições como a família (com as suas expectativas e cobranças que empurram os sujeitos para escolhas não escolhidas), a escola (com seu potencial de estigmatizar e de negar a realização do ser) e o trabalho (com a sua subordinação às leis e regras do mercado). Dessa forma, mesmo sabendo da quase incompatibilidade entre as sociologias de Bourdieu e Touraine, não deixei de levar em conta as contribuições do último em relação ao potencial de mudança de si e do contexto em que estão imersos dos indivíduos modernos.

Imediatamente após a conclusão do meu curso de mestrado, mesmo não tendo seguido uma trajetória acadêmica tradicional, tendo-me “desviado” para exercer os papéis de mãe e de apostar na construção de um casamento, consegui ser aprovada como professora de sociologia na rede federal de ensino técnico e tecnológico do Brasil. Já em 2012, como docente de uma unidade dessa rede situada na cidade de Petrolina (PE), imersa no cotidiano árduo do trabalho de ensino com jovens e adolescentes, iniciei a fomentar o

projeto de colocar sob o foco analítico da sociologia as questões e dilemas que eu fui percebendo nas interações com os meus alunos. Ao contrário do que geralmente se imagina a escola não é espaço liso, sua geografia é marcada por diferenças e recortes. O simples fato de se transitar entre as salas de aulas e a sala de encontro e reuniões dos professores e dos membros da equipe pedagógica possibilita a apreensão dos contrastes e expectativas dos atores do ambiente escolar. Como se estivesse a realizar um sobrevoo sobre universos sociais distintos. Percebia, então, que além dos distanciamentos sociais, havia também uma separação de horizontes entre alunos e professores que era ancorado em diferenças geracionais. A dimensão de classe era mais fácil de ser percebida e problematizada, afinal, saltavam aos olhos e à escuta o pertencimento (ou desejo de pertencimento) material e simbólico dos professores às classes médias e origem popular de parcela significativa dos estudantes. Muito embora em relação a estes, eu deva ressaltar que, nos últimos, a classe média tem buscado inserir os seus filhos nessa rede federal de ensino como estratégia de manutenção e reprodução da sua condição social.

Ao objetivar essa trajetória de vida e explicitar os horizontes de minhas inquietações tenho a pretensão de deixar o mais claro possível os pressupostos não explicitados das minhas proposições no presente trabalho. Se todo trabalho acadêmico que realizamos é, em certo sentido, um “acerto de contas”, consciente ou inconsciente, com elementos constitutivos de nossa trajetória existencial, tentei aqui, com esse exercício de autoanálise, não uma apresentação narcisista, mas explicitar os condicionantes que (com)formam a minha posição (e o meu lugar) nesse universo investigado.

1.1.2 O OBJETO DA PESQUISA

As trajetórias individuais e familiares de jovens da geração atual e de seus pais conformam um quadro de práticas e processos de subjetivação e classificação do mundo que se transmudam em ações sociais e em imaginários políticos e sociais que constituem os cenários do presente nas sociedades contemporâneas. As configurações institucionais desses processos sociais são polarizadas pela família, pela escola e pelo trabalho. Em torno dessas instituições, os indivíduos constroem projetos existenciais e buscam se legitimar socialmente erigindo demandas por reconhecimento e traços distintivos de identidades. Nas sociedades latino-americanas, marcadas por um “déficit de atores” (TOURAINÉ,

1989), por um alto grau de desconfiança em relação às instituições públicas e sociedades civis pouco robustas, a família termina predominando como referência simbólica e como fonte de recursos mobilizáveis para a navegação em um mundo social hostil, especialmente para as classes trabalhadoras e os setores populares em geral.

Assim, quando nos colocamos a tarefa de perscrutar as experiências, sensibilidades e perspectivas de futuro das novas gerações brasileiras em relação à família, a escola e ao trabalho, sabíamos que estávamos lidando com questões que são gerais, portanto, similares àquelas que desafiam pais e filhos de quase todas as sociedades na atualidade, e, ao mesmo tempo, singulares, específicas. Isso porque, por sob a crosta de terrenos sociais construídos pela produção discursiva globalizada e uniformizadora das referências a termos tais como desengajamento, precariedade, exclusão e vulnerabilidade, dentre outros, encontram-se as águas pesadas de vestígios históricos que se grudam às trajetórias dos indivíduos e reverberam em suas ações, suas afinidades e suas projeções de futuro.

Por certo, não se está aqui a negar o entrelaçamento de forças sociais que extravasam fronteiras na configuração das experiências individuais e na fermentação e emergência dos processos sociais contemporâneos. Nada mais distante da nossa perspectiva analítica do que a defesa de uma espécie de sociologia compartimentada e com fronteiras delimitadas e limites artificiais dos Estados e das nações. O que se está a chamar a atenção, neste momento mesmo em que procuramos explicitar o objeto de pesquisa que construímos no presente trabalho, é que a narrativa sociológica a respeito dos processos sociais subjacentes à entrada em cena dos jovens brasileiros da geração atual não pode se contentar em procurar no mundo social dos trópicos as formas sob as quais ocorreriam aqui os fenômenos do *desengajamento*, *da precariedade*, *da vulnerabilidade*, *do absentismo* e *da vulnerabilidade*. Embora estes termos sejam mobilizados para expressar e traduzir dimensões da vida social, e em relação a isso não há censura a se fazer, não se pode esquecer que os mesmos estão semanticamente carregados por observações fincados em solos sociais em que os termos opostos (engajamento, estabilidade, segurança ontológica, envolvimento e fortaleza) fizeram sentido, ao menos imaginariamente, em algum momento do passado mais ou menos recente. Estado de Bem-Estar Social, universalização do ensino, pleno emprego e direitos humanos constituem-se, mesmo que figurativamente, em referências que fornecem sentido e exemplos concretos tanto para os intérpretes da vida social quanto para os agentes leigos em França e em Portugal.

Feitas essas demarcações, podemos agora apresentar, de forma sintética, mas com o sentido de tornar operacional e inteligível os desdobramentos de nossa tese de doutoramento, o nosso objeto de pesquisa. *Trata-se de uma compreensão a respeito das mutações econômicas, produtivas, sociais e culturais que modulam e fornecem referências para as experiências dos jovens da geração atual e para a geração dos seus pais e parentes.* As dimensões sobre as quais buscamos incidir o nosso foco analítico, conforme anteriormente anunciado, são aquelas da família, da formação escolar e do trabalho. *Trata-se, portanto, de uma investida de análise sociológica caracteristicamente qualitativa e orientada para: a) a apreensão dos sentidos que os atores atribuem às suas trajetórias, ao seu mundo e ao futuro imaginado e b) explicitação dos recursos, sobretudo simbólicos, que esses mesmos atores mobilizam para a navegação social e a construção e busca de realização de seus projetos existenciais.*

Para dar concretude aos sujeitos da pesquisa, escolhemos jovens e adolescentes nascidos entre 1990 e 2005 e os pais ou parentes próximos destes. Essa base empírica alicerçou exercícios comparativos e, na medida em que trabalhamos com uma perspectiva analítica tributária da “sociologia à escala individual” (LAHIRE, 2004), possibilitou-nos perceber os feixes de forças sociais que atravessaram as trajetórias dos nossos entrevistados. Também nos levou a perceber a transmissão de disposições sociais entre as gerações estudadas.

Esse recorte em relação aos sujeitos da investigação não foi aleatório. Tratou-se, assim, de apreender trajetórias individuais em um contexto histórico singular no qual, no nível da representação social geral, o Brasil pareceu estar jogando o seu futuro e fazendo ajustes com o seu passado. Esse momento, posterior aos anos 1990, é aquele da radicalização das políticas governamentais neoliberais em muitas partes do mundo, mas é também aquele, a partir dos anos 2000, em que a linguagem política, no Brasil e no restante da América Latina, começa a incorporar os vocábulos da “inclusão” e da “desigualdade social”. As vitórias eleitorais das esquerdas no continente e as políticas sociais da chamada “Era Lula” fizeram parte do horizonte político e social daqueles que entraram para a adolescência e a juventude nesse período, mas também constituíram marcadores a partir dos quais a geração dos seus pais leu mundo e construiu expectativas em relação ao futuro.

Essa virada política, com a emergência da “inclusão da juventude” como ponto de pauta central das discussões políticas latino-americanas emerge quando os experimentos neoliberais na região ainda estavam em plena implantação, vale a pena lembrar. Não se pode esquecer que os anos 1990 foram aqueles nos quais as políticas de desregulamentação da economia, de privatizações de estatais e de aberturas dos mercados foram elevadas à condição de valores supremos e inquestionáveis do que, então, os organismos financeiros internacionais denominavam de “bons governos”: Carlos Menem (Argentina), Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Carlos Salinas (México). Portanto, contraditoriamente, é nesse momento mesmo que a juventude emerge como “problema” e como alvo de políticas de inclusão. Assim, entre o período de 1994 e 2002, no Brasil, tivemos 33 programas voltados para a juventude, entre eles:

“experiências articuladas a partir de segmentos da sociedade civil, seja ligadas aos movimentos sociais e ONGs, seja ligadas à responsabilidade social das empresas. Alguns exemplos, entre inúmeros outros: o “Projeto Empreendedorismo Juvenil e Micro-Crédito”, da Fundação ABRINQ; a “Rede Juventude Cidadã”, constituída a partir do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; a “Rede Jovem”, criada por intermédio da Rede de Informações para o Terceiro Setor, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP; o “Centro de Capacitação da Juventude”, enquanto uma ação da Pastoral da Juventude, da Igreja Católica; o programa “Jovens Escolhas em Rede com o Futuro”, patrocinado pelo Instituto Credicard; a implementação de experiências educativas e culturais voltadas para jovens, a exemplo da Ação Educativa e da Escola Quilombo dos Palmares – EQUIP (neste caso, por meio do programa “Juventude e Participação”. (OLIVEIRA, 2012).

É este o momento também, pode-se afirmar, da emergência de uma gramática de direitos sociais no Brasil, conforme iremos expor de forma mais esmiuçada em dos capítulos de uma parte do presente do trabalho. Se os anos 1990 são aqueles das paisagens modeladas pelos experimentos neoliberais, a primeira década do século XXI será aquela dos anos da virada à esquerda e da introdução no debate político de um vocábulo proibido no ideário neoliberal: *desigualdade social*. Com a esquerda chegando a diversos governos, especialmente da América do Sul, não se tratava mais de elaborar políticas de “inclusão social” apenas, mas também de propor intervenções que incidissem sobre os fossos que separam classes e setores sociais.

Para ajuntar um elemento a mais nesta tarefa de jogar luzes sobre o objeto de investigação desta tese, rememoremos aqui um pequeno capítulo a respeito dos desafios dessa nova realidade na qual os adolescentes e os jovens começaram a adentrar no Brasil. Obviamente, também nela se inseriram atores e instituições que são diretamente

envolvidos no processo de socialização deles, destacadamente a família e a escola. Trata-se de uma situação a qual vivenciamos, na condição de profissional do ensino básico em um IF do estado do Rio Grande do Norte.

Era um dia da semana, no horário da aula. Uma aluna, que chamaremos aqui de Lania, caminha pelos corredores da instituição na companhia de sua mãe. A aluna vestia roupa de dormir, apresentava um hematoma no ombro e acompanhava a mãe, cabisbaixa e submissa. A mãe a levava para trancar a sua matrícula na escola e, com esse ato, imaginava realizar um ato de castigo contra a filha, que não correspondera às suas expectativas. A equipe pedagógica e nós professores da instituição tínhamos conhecimento de que Lania, naquele momento, vivia um conflito com a sua família devido ao fato da não aceitação por esta última do seu relacionamento amoroso com Renato (também nome fictício). Com as devidas relativizações, parecíamos estar a testemunhar um melodrama que já servirá de base para tantos enredos desde que a modernidade entrou em cena, há quase seis séculos, e dotou de legitimidade as aspirações amorosas dos indivíduos. A vida dos dois, por algum tempo, pareceu regida por uma paixão melhor escrita por Shakespeare. Como se eles, modernas reencarnações dos célebres personagens, pudessem romper o tempo da cotidianidade e das instituições viajando de moto nas poeirentas estradas de chão batido do semiárido nordestino.

Na reunião com a mãe, a equipe pedagógica tentou demover a mãe da sua decisão, mas esta estava irredutível e apelou para os seus direitos legais para fazer valer a sua vontade. Parecia um desfecho trágico para os amantes e também uma marca, um prejuízo na formação da jovem estudante. As conversas em torno dos conflitos familiares causados pela paixão dos dois jovens dominaram por algum tempo a pauta de discussões na sala dos professores. Logo, outros temas, dramas e tensões assomaram a pauta de discussões. Afinal, para tornar a carga de trabalho pedagógico na escola suportável, os professores também incorporam, em relação à vida na escola, a atitude blasé, típica das interações na vida social moderna (e não apenas nas “grandes metrópoles”, como nos alertava em clássico texto Georg Simmel). Soube-se, depois, que as próprias famílias buscaram articular uma situação para a reinstauração da normalidade na vida dos dois jovens. Para tanto, a família de Lania fez um grande esforço e alugou um pequeno apartamento para que ela e o namorado vivessem a sua experiência. Atitude inesperada, diga-se de passagem, para alguém que viesse a encarnar os viscerais Capuletos. À época, Lania, em conversa

conosco, muito emocionada, relatou o seu momento, mas, com convicção e, pensamos enquanto a ouvíamos, certa ingenuidade, mostrava-se esperançosa de que o arranjo (do apartamento e da vida conjugal precoce) seria exitoso, pois, Renato, o seu Romeu, era mais velho, estava concluindo o curso de licenciatura e, embora desempregado, assim que terminasse a sua graduação, iria conseguir um estágio remunerado.

Passado esse período conturbado, que alterou a vida escolar de Lania, ela voltou a frequentar as aulas e a notícias do seu retorno ecoou nas reuniões pedagógicas como algo que já seria previsível... Provavelmente, histórias como essa, mais cedo ou mais tarde, levariam a aluna a fazer parte das estatísticas da evasão ou fracasso escolar. Não foi o caso, entretanto. Nas trajetórias individuais, como na vida social, o imprevisível também tem algum peso.

Felizmente, o discurso (da Educação) reproduzido pelo setor pedagógico da escolar não vingou. Os indivíduos são muito mais ricos em suas capacidades e habilidades de lidarem com o mundo em que vivem do que as profecias interpretativas do senso comum, mesmo do senso comum douto. Tendo em vista uma das características do sistema educacional brasileiro que é a de ser uma estrutura flexível que permite um “vai e vem” e uma ampla possibilidade de entradas e saídas, a aluna demonstrou possuir uma capacidade impressionante de redefinição das situações vividas e de readaptação ao cotidiano das aulas. No pátio, na sala de aula ou nas atividades em grupo, após o retorno, misturou-se ao cenário da escola e acabou se tornando mais uma dentro daquela comunidade escolar, composta de jovens que vivenciam a radicalidade da sociedade em rede. Conectados pelos celulares, brincam, fofocam, dançam, compartilham músicas, sabem de notícias de acontecimentos ocorridos em lugares distantes, e estão mergulhados num modelo de interação social que estimula ao máximo a capacidade reflexiva dos indivíduos.

Na ultra velocidade de bits e bytes das tecnologias virtuais, jovens brasileiros como Lania e o namorado, ou portugueses Lúcio e Zé Manel – entrevistados por Machado Pais (2005) - que, mesmo separados pelo oceano Atlântico, desfrutam a probabilidade nunca antes imaginada de se comunicarem entre si e estabelecerem contatos e relações fluídas, seja na vida íntima, familiar ou profissional. Se para Lania a busca de encontrar um arranjo que equilibre o seu desejo amoroso, a conclusão dos estudos e a entrada no mercado de trabalho ainda são tão incertas e duvidosas, no caso dos jovens portugueses Lúcio e Zé Manel, hoje, provavelmente com 30 anos de idade, já vivenciam um futuro que para Lania

ainda está no plano das conjecturas. Envolto em sonhos e desejos de concretização de sua autorrealização, tanto Lavínia, Zé Manel e tantos outros jovens da era global, enfrentam na busca dos seus propósitos um chão social e um mercado de trabalho resultante de uma explosiva mudança e um redimensionamento, ocorridos mesmo antes de eles terem nascido. O trabalho e o emprego, enquanto elementos fundamentais de autorrealização e pontos nodais do sistema econômico capitalista tornaram-se cada vez mais dependentes, transitórios, precários e incertos. Nesse contexto de nova era do trabalho, os jovens, pretensos e futuros produtores, colocam-se, cada vez mais, em diminuta condição de barganhar politicamente as condições de produzir ou impor salários. Os estudos longitudinais realizados no Brasil nas últimas três décadas apontam como com sistema de produção de riqueza e o mercado de trabalho passou por uma reorganização tanto técnico-produtiva como legal, criando mecanismos que deram impulso à lógica operativa da *nova informalidade* (CACCIMALI, 2000), criando, com esses parâmetros as regras do mercado de trabalho socialmente construído ao qual a nossa juventude está exposta. Ainda completando esse raciocínio, vale lembrar o conjunto de medidas legais tomadas no Brasil e que propiciaram essa nova realidade:

lei das cooperativas profissionais (desobrigando-as de verificar os encargos trabalhistas), de 1994; desindexação salarial, em 1995; restrição do poder de fiscalização do MTE, em 1995; denúncia da convenção 158 da OIT, em 1996 (a qual limitava a dispensa imotivada); restrição do exercício da greve dos servidores públicos; liberação do trabalho aos domingos, em 1997; instituição do trabalho por tempo determinado, do trabalho voluntário (sem encargos sociais e trabalhistas), do “banco de horas”, do trabalho por tempo parcial, da suspensão do contrato de trabalho, em 1998, etc. Em 1998, o governo, reunindo várias dessas medidas e incluindo outras, apresentou a PEC 623, propondo mudanças na legislação sindical e na contratação coletiva. (KREIN apud OLIVEIRA, 2011).

Se os traços que distinguem a geração de jovens atuais são a familiaridade com o universo virtual e a habilidade com os mecanismos digitais, tais capacidades, incorporada num processo pedagógico não exclusivamente escolar, mas no âmbito da cultura e do espírito desse tempo, educou-os e habilitou-os para intercambiar naturalmente entre as dimensões do concreto e do abstrato, da realidade e da virtualidade. Mecanismos virtuais os quais, para além do entretenimento e do lúdico, tornaram-se instrumentos de produção, de acumulação de riqueza e trabalho. Se a ideia de conseguir um trabalho ainda faz parte de uma das etapas de transição da vida (estudar, namorar, trabalhar, casar, etc.), esse trabalhar não precisa mais esperar para logo mais adiante; os dispositivos de comunicação digital expandiram o espaço e comprimiram o tempo transformando o tempo e lócus de

trabalho do agora em uma espécie de presente-futuro fugidio e fluído do aqui e do lá do “sistema” e dos algoritmos computacionais.

Ou, ainda, o futuro tornou-se um eterno presente a ser incessantemente buscado e muito pouco concretizado. Um traço similar presente nesses jovens é o desejo de ganhar a vida, de não ser dependente financeiramente da família e o de experimentar as etapas da vida sancionadas socialmente: estudar, experiência amorosa, trabalhar etc. Mas a sociedade global e interconectada, redefiniu completamente os padrões e os modelos tradicionais de viver a vida. Tudo é muito dinâmico e muito rápido. Uma pessoa comum ou um pesquisador social que nasceu na década de 60, viveu a juventude e entrou no mercado de trabalho na década de 80 projetando o futuro na base da era CCE (um carro, uma casa própria e um emprego) ao ouvir os relatos de jovens em busca de concretizar a vida e o trabalho sente um desconforto e uma falta de parâmetro, seja de categorias ou teorias que possibilite compreender esse mundo, que, aos olhos de gerações anteriores, onde tudo é turbulento e caótico, principalmente no que diz respeito a possuir o grau favorável de empregabilidade para participar do mercado de trabalho. Embora, no mundo global, existam variações nacionais do mercado de trabalho, decorrente das especificidades da estrutura do Estado, dos regimes legais de proteção ao trabalho, das características econômicas e produtivas, bem como dos aspectos sociais e culturais de cada sociedade, há um consenso sobre o quadro de configuração das trocas de trabalho por salários vividos pela juventude.

Uma pergunta provocativa é: por que esse quadro social resultante da radicalização da modernidade nos coloca num estado de estupefação? Seriam as teorias e categorias disponíveis incapazes de dar conta do real? Será que não estamos presenciando um período histórico e social similar àquele observado por Marx Weber, de transição para um estágio de desenvolvimento da economia produtiva capitalista que impregnada nas estruturas sociais, culturais e de valores estaria a produzir, através da juventude, um novo *ethos* social, novos hábitos, novas disposições e uma nova ética do trabalho que as perspectivas analíticas dominantes na sociologia do trabalho ou as categorias possíveis que aplicamos não dão conta de captá-la?

1.1.3 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O que é uma problemática na sociologia? Uma problemática é uma questão que formulamos sobre o mundo social. É uma formulação que ajuda a circundar, ou sublinhar, um espaço específico na sociedade. É um instrumental de observação do real. Nesse sentido, uma problemática sociológica não é algo dado pela realidade, é uma construção resultante da articulação de leituras e reflexões já existentes, incorporadas pelo pesquisador, produzindo uma perspectiva de olhar para uma realidade social. Uma boa problemática é aquela que propicia o encontro de um fenômeno de natureza sociológica. Assim, um bom problema é a chave para abrir a porta de um fenômeno do social, pois, todo fenômeno social carrega consigo enigmas e o decifrar destes que constitui o ofício do sociólogo.

A pergunta de partida que orientou a presente investigação foi a seguinte: *como a formação escolar, a entrada no mundo do trabalho (particularmente, no mercado de trabalho), a vida familiar e as projeções de futuro emergem nos projetos existenciais da geração atual de jovens brasileiros e na geração dos seus pais?* Ao estabelecermos esse ângulo de observação nos foi possível indagar também como instituições comumente tomadas como determinantes da vida social moderna (e, em especial, para a passagem para a idade adulta) foram (e são) incorporadas nos projetos existenciais de indivíduos de ambas as gerações. Embora a formulação da questão anuncie um tipo de investimento analítico centralmente comparativo, essa não é a tarefa central de nosso trabalho. A incorporação da geração anterior tem esse sentido comparativo, mas a sua contribuição no desenvolvimento de nosso trabalho de pesquisa é o de, primordialmente, fornecer elementos para uma compreensão as transformações dos processos de socialização dos jovens da geração atual. Poderíamos adicionar ainda que essa incorporação (da geração dos pais) iluminou o chão social e os processos de socialização desses jovens, mas, antes de tudo, possibilitou-nos compreender o que de seus comportamentos e atitudes reatualizam traços da geração anterior. Metaforicamente, que heranças simbólicas os jovens da geração atual se habilitaram a herdar e quais as heranças que eles deixaram de lado ou rejeitaram fortemente?

Para a operacionalização de uma pesquisa encimada por essa problemática norteadora e também para amarrar os fios da narração sociológica nos apoiamos fortemente nos aportes teóricos fornecidos pela sociologia da prática de Pierre Bourdieu. Neste autor, cuja vasta obra está sempre nos convidando para releituras, o que predomina é

a preocupação de apreender o “senso prático” em ação. E isso implica em uma dupla ruptura: com o “pré-construído”, isto é, com as representações comuns sobre o mundo, mas também com o chamado “senso comum douto” (BOURDIEU, 2001) o qual não deixa de emprestar ao senso comum uma linguagem que torne o seu discurso passível de ser “vendido” como científico. E essa postura nos leva a um difícil equilíbrio, pois, se cabe à sociologia desconstruir com o seu instrumental o que os atores sociais constroem como realidade pela linguagem, tampouco se pode esquecer que a tarefa da sociologia é a de apreender e traduzir as categorias com os quais as pessoas, no dia a dia, dão sentido, classificam e constroem o seu mundo. Afinal, podemos estar no século XXI, mas aquela tese formulada na primeira metade do século XIX ainda mantém toda a sua força e atualidade: “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram a sua solução na prática humana e na compreensão desta prática.” (MARX, 2021, documento eletrônico).

Nessa sociologia da prática, o conceito de *habitus* teve importância decisiva, tanto na instrumentalização direta quanto no fornecimento de balizas para as análises das trajetórias existenciais que realizamos. Foi decisivo para que pudéssemos abordar aspectos relacionados aos processos socialização e os seus desdobramentos em disposições.

Se a apreensão das práticas e das categorias de classificação dos agentes a nossa plataforma de investigação foi ancorada nos aportes fornecidos pela sociologia de Bourdieu, no que diz respeito à apreensão das dimensões macroestruturais da vida econômica brasileira (muito especialmente a conformação da acumulação de capital e a formação histórica do mercado de trabalho), encontramos na sociologia crítica de Francisco de Oliveira uma referência fundamental.

Aqueles que estão imersos nas instituições de socialização secundária dos jovens da nova geração se defrontam continuamente com as demandas, tensões e conflitos que derivam ou estão relacionadas à individuação. Nesse sentido, continua com grande atualidade as indagações formuladas há um século por Georg Simmel (2005a), a respeito dos desafios que a legitimação da individualidade coloca para a vida social moderna. A emergência de conflitos, no seio familiar ou no ambiente escolar, em torno da demarcação de um espaço pessoal e de intimidade não devassado por pais ou autoridades escolares recoloca na ordem do dia, especialmente em tempos de expansão das chamadas redes sociais, atualizam as temáticas postas por Simmel. A tradução dessa busca por demarcação

do seu espaço individual ocorre tanto em relação às suas interações e aos exercícios da sexualidade e diversidade de gênero, quanto a elaboração dos projetos de futuro (dentre estes, as escolhas profissionais ou de prosseguimento da vida escolar e acadêmica). Esse fenômeno se traduz na construção de uma linguagem geracional própria, quase impenetrável aos “de fora” (pais e professores), e uma grande sensibilidade em relação ao resguardo dos recursos materiais e simbólicos que confirmam as singularidades de suas personalidades. Por exemplo, a pessoalidade no uso do telemóvel e do certo desconforto causado pela insistência dos pais em se inserirem nas redes sociais dos filhos. Esses elementos de realidade também confirmam a importância de se levar em conta as pertinentes observações de Norbert Elias a respeito da emergência dos indivíduos como subproduto do “processo civilizacional”. (ELIAS, 1994).

Numa outra dimensão, temos teorias (ou legados teóricos), que, conquistados a partir de investigações sobre dimensões fundamentais da vida social neste século XXI, ajudaram-nos a pensar e a redirecionar o nosso foco de análise. Esses são trabalhos que mobilizam energia analítica para conjugar ganhos teóricos de autores decisivos do pensamento social das últimas décadas, como Jürgen Habermas, Ralph Dahrendorf, Richard Sennet, Claus Offe, Boaventura de Sousa Santos, Luc Boltansky, dentre outros, para dar conta de fenômenos como a participação juvenil em movimentos sociais e revoltas populares desta segunda década do século XXI (ESTANQUE, 2019) ou as mutações do trabalho nas franjas do capitalismo flexível em regiões periféricas. Os dois autores, mesmo ao abordar objetos de pesquisas distintos, chamaram-nos a atenção para a centralidade da incorporação dos jovens na vida social do século XXI e para os dilemas e novas questões sociológicas que suscitam. Também em comum a perquirição que ambos os cientistas sociais realizam sobre os limites e possibilidades de integração no mercado de trabalho da geração de jovens que entrou em cena no século XXI.

Em relação à contribuição de Elísio Estanque, o fato de a sua análise estar centrada no continente europeu não diminui o alcance e nem a generalização de muitas de suas proposições e sínteses teóricas. Tomemos um exemplo. Ao pesquisar o universo da boemia e das lutas estudantis na Universidade de Coimbra, Estanque (2010) contextualiza a emergência da “juventude” enquanto “sujeito social” e segue caminho idêntico àquele de Bourdieu quando este, em célebre entrevista, questionou se a então propalada juventude seria algo mais do que uma “palavra” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Além dessa

contextualização histórica, Estanque consegue expor de forma nuançada, a partir da análise da vida estudantil universitária coimbrense, o problema social e cultural de uma geração. Ao captar a “fluidez” e a “imprevisibilidade” das trajetórias dos jovens portugueses, Estanque nos propõe uma contraposição que, como construto teórico, tem todo o sentido de ser transladado para o universo social que pretendemos pesquisar: de um lado, a “ideia de projeto”, e, de outro, aquela de “nomadismo”. Quando a “colonização do futuro” é colocada em suspense, o *presenteísmo* não se traduz apenas em hedonismo, mas também em perplexidade e sofrimento. Além da instrumentalidade dos conceitos formulados pelo autor, há que se recuperar e comparar com a realidade alguns de seus apanhados de investigação a respeito de tendências como “fragmentação”, “individualização” e “desligamento social”.

Se essa abordagem do “problema da juventude” possibilita uma instrumentalização imediata dos aportes teóricos de Estanque para a nossa investigação, as suas elaborações a respeito das transformações no campo laboral não são menos significativas. E, nesse tópico, se articulam com as observações e reflexões de Roberto Vêras de Oliveira. A análise que este sociólogo brasileiro empreende da “grande transformação” do lugar do trabalho na passagem de uma “economia de mercado” para uma “sociedade de mercado” (ESTANQUE, 2012), alicerçada no trabalho clássico de Karl Polanyi, ilustra uma discussão que pode contribuir decisivamente com a nossa aventura sociológica: o processo de “dignificação do trabalho”. Tal tema é especialmente importante em uma sociedade como a brasileira, onde, como nos lembrou o pai fundador da ciência social no país, Florestan Fernandes, o trabalho foi historicamente percebido como elemento de desqualificação, pois, vinculado que foi, durante séculos, à escravidão (FERNANDES, 2008). Igualmente relevante e que iluminou partes importantes de nossa análise foi a discussão empreendida por Estanque a respeito dos caminhos possíveis para a integração do trabalhador na sociedade moderna (ESTANQUE, 2013). No caso da juventude, essa integração passa por um processo de metamorfose das antigas formas de *ativismo* a novas possibilidades que estimulam a energia vital dos jovens na promessa de inclusão no sistema. Instituições autônomas, como ONGs e instituições público-privadas, passaram a ter um lugar possível de instituição formadora para o trabalho oferecendo atividades nas mais diversas áreas. Os jovens passam a tomá-las como complemento da formação (como, por exemplo, as atividades citadas por Estanque como ofertadas pela AAC na área cultural

e humanística: arte, música, teatro, cinema, jornalismo, além do empreendedorismo na área econômica e digital). A sua constatação sobre o estatuto do trabalho, em tempos de mutação social, igualmente captada a partir do cenário europeu também forneceu sentido e chaves interpretativas para o nosso estudo: “a desvalorização do trabalho não impede que o mesmo permaneça como uma atividade decisiva para a construção identitária, um fator de afirmação de qualificações, uma fonte de emanção de direitos e de cidadania.” (ESTANQUE, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, vale a pena cotejar as investidas analíticas de Estanque (2013) fincadas no chão social europeu com as abordagens de Oliveira a respeito das transformações do mundo do trabalho na periferia do capitalismo, no Nordeste do Brasil. Para Estanque, o Estado (ou o desmantelamento da sua versão de Bem-Estar Social na Europa) ganha importância como variável explicativa das mudanças e, particularmente, das movimentações sociais dos últimos anos. Em Oliveira (2016), o Estado, no Brasil, também tem centralidade, não exatamente pelas políticas sociais que produz, mas pelo seu papel estruturante no processo de acumulação capitalista, dado que se trata de um agente econômico fundamental na formação social brasileira. Por caminhos transversos, Estanque e Oliveira são levados a abordar temáticas que são muito importantes para o encaminhamento de nossa pesquisa: *ativismo, informalidade, flexibilidade e precariedade*. No que diz respeito à incorporação da juventude, Oliveira também faz incursões analíticas. Mas, em sua análise, o Estado não está no fundo da cena, mas é ator interveniente decisivo, pois, em contexto do vigor das ideologias neoliberais, o Estado transfere a responsabilidade da prestação de serviços de formação educacional (direito social fundamental de acordo com “Constituição Cidadã” de 1988) a outras entidades e, nesse processo de transferência, os “sujeitos políticos passam a ser *parceiros* do Estado”, “a educação para o trabalho passa a ser o negócio com o caráter de filantropia à população jovem”. Assim, é na objetivação das políticas públicas direcionadas à promoção do trabalho (ou do ingresso dos jovens no mercado de) que o sociólogo brasileiro buscar indagar sobre a relação entre juventude e trabalho na atualidade. (OLIVEIRA, 2012).

Com essa configuração, a problemática de pesquisa nos levou a abordar ainda, direta ou indiretamente, os seguintes tópicos da análise sociológica:

- a) A reestruturação da produção e suas mudanças e impactos nas relações de trabalho;

- b) A revolução tecnológica, expressa na incorporação pelos agentes na vida cotidiana de mecanismos de interação e sociabilidades virtuais que implicam em novas linguagens na produção discursiva do mundo social;
- c) A multiplicidade de formas com as quais atores e instituições se relacionam com o tempo, destacando o tempo não linear das novas sociabilidades e projetos existenciais.

1.1.4 HIPÓTESES

1.1.4.1 HIPÓTESE CENTRAL

As revoluções tecnológicas e produtivas estão a redefinir as formas de se viver em sociedade. Diante de um mundo social em constante movimento e fluidez, um jovem pode se perguntar: quem sou eu diante deste mundo? Como posso me construir nesse mundo? A lógica da fluidez e da descontinuidade adentrou as instituições formadoras e legitimadoras (escola, família e trabalho), alterando as regras do jogo da vida e obrigando os indivíduos a criarem estratégias para a realização do sentido de sua existência. Essas estratégias de jogar o jogo, criadas por eles, carregam um enigma chave de compreensão da sociedade de do mundo do trabalho.

1.1.4.2 HIPÓTESES SECUNDÁRIAS

- 1) Os interesses de reprodução dos núcleos familiares são forças influenciadoras das trajetórias e escolhas dos jovens na concretização de projetos de vida;
- 2) A socialização primária ocorrida na família tem um peso preponderante na composição das disposições de jovens no mundo atual;
- 3) A legitimidade da formação educacional formal como porta para o reconhecimento social e a mobilidade é um valor transferido da geração passada para a geração presente. Traço distintivo da sociedade brasileira, na qual o analfabetismo é uma marca de exclusão, estigma e negação da cidadania.
- 4) No Brasil, a precariedade é um elemento historicamente constitutivo das relações de trabalho, por isso, vivenciada pela geração dos pais e repassada como herança para a geração presente.

1.2 LÓCUS DA PESQUISA

Neste tópico, apresentaremos o lócus da pesquisa. Concretamente, as cidades polos de algumas das microrregiões mais representativas do semiárido nordestino. Essas cidades foram aquelas nas quais nos instalamos durante o período das entrevistas e a partir das quais nos deslocamos para as zonas urbanas dessas cidades ou de municípios vizinhos e também para as áreas rurais. Para contextualizar, vamos nos apoiar, em parte no nosso diário de campo e em anotações que procurávamos fazer enquanto permanecíamos nos lugares.

Quando da elaboração do projeto de pesquisa, imaginávamos realizar esse trabalho em um número maior de cidades, situadas nos diversos estados do Nordeste do Brasil, região escolhida como chão social de referência para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Entretanto, como muitos outros projetos de pesquisa pelo mundo afora, e não apenas nas ciências sociais, o nosso também foi fortemente atingido pelos desdobramentos da pandemia do Covid-19. Com a configuração dramática que a pandemia assumiu no Brasil, tivemos que reconfigurar o desenho do nosso campo de trabalho de realização de entrevistas e os retratos sociológicos que nos propomos a elaborar.

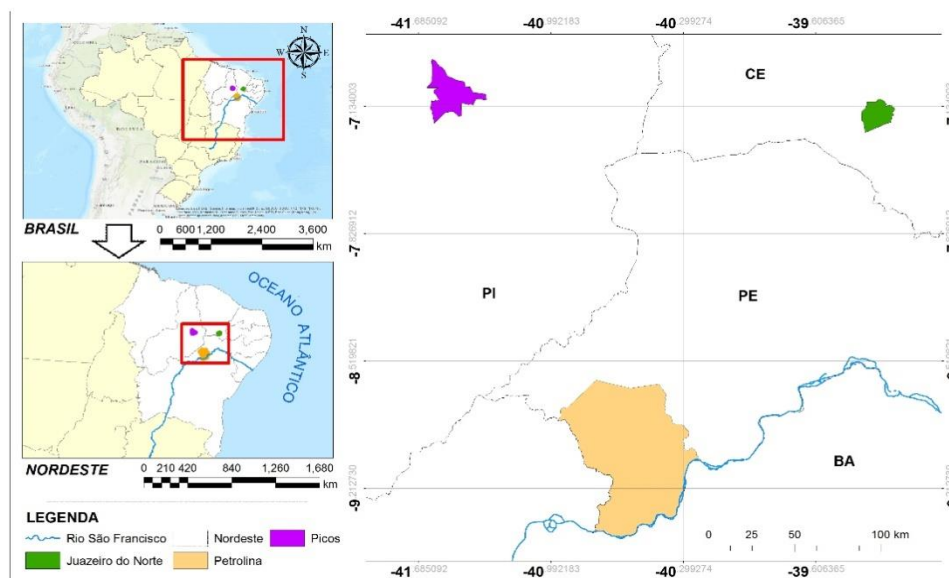
Encontrávamos em Petrolina (PE), na última quinzena de março de 2020, quando a quarentena foi declarada no Brasil (por iniciativas de governos estaduais e municipais). Naquele momento, havíamos realizado algumas poucas entrevistas com jovens estudantes locais. A partir de contatos com professores e diretores de instituições de ensino, tivemos o contato facilitado com alguns estudantes, e, partir destes iniciamos outros contatos. Imaginávamos que seria possível construir uma rede de entrevistas a partir dessas interações iniciais. A Covid-19 dinamitou nossas intenções e, após duas semanas de trabalho, tivemos que retornar para Natal (RN), onde residimos. Era final de março. Naquele momento não imaginávamos o hiato temporal significativo que teríamos antes de retomarmos o nosso trabalho de campo. Quase no final de 2020, quando a situação da pandemia pareceu arrefecer, imaginamos a retomada do trabalho de campo. Entretanto, após as festas de final de ano, o quadro de gravidade retornou com muito mais complicações. Somente em julho de 2021, após tomarmos a segunda dose da vacina contra a Covid, tivemos condições de retomar ao campo.

Mas esse retorno ao campo, sabíamos desde o início, seria extremamente desafiador, pois, as instituições educacionais que contávamos que seriam as fornecedoras dos sujeitos da pesquisa estavam com as suas atividades presenciais suspensas. Dada essa

realidade, tivemos que restringir drasticamente o universo de cidades nas quais buscaríamos realizar as entrevistas. Assim, estabelecemos um recorte no qual pudéssemos incorporar as regiões mais representativas do semiárido nordestino. Com esse critério, identificamos três cidades, que, no Brasil, são consideradas polos e “capitais” de suas áreas circunvizinhas. Além de Petrolina (PE), onde iniciáramos o nosso trabalho e contávamos com uma rede mínima de contatos que poderia garantir o mínimo de entrevistas que almejávamos, escolhemos também Juazeiro do Norte (CE) e Picos (PI).

Para facilitar uma melhor compreensão do território no qual desenvolvemos a nossa pesquisa, inserimos, abaixo, um mapa de localização geográfica das cidades acima descritas.

Mapa 1 - Localização geográfica do lócus da pesquisa



Fonte: ARAÚJO (2022).

Antes de detalharmos cada uma das microrregiões tomadas como bases para o desenvolvimento de nossa pesquisa, no tópico imediatamente a seguir, elaboramos um esboço geral do chão social a partir de qual perscrutamos elementos de realidade que possa

referendar uma pesquisa mais ampla sobre a problemática de pesquisa já esboçada no capítulo anterior.

1.2.1 O NORDESTE DO BRASIL COMO CHÃO SOCIAL DA PESQUISA

A escolha da região Nordeste como chão social para chão social de nossa investigação não foi aleatória. Embora pelas suas dimensões continentais não seja raro que pesquisas sociológicas no (e sobre o) país tomem partes como expressões do todo, até por limitações no que diz respeito aos meios de executar uma pesquisa extensiva, a nossa opção por tomar a região (ou, mais concretamente, os jovens e os seus familiares que nela residem, estudam e trabalham) como referência para o desenvolvimento de nossa investigação se prende ao fato de que a região condensa e expressa, no que diz respeito à dimensão demográfica, os maiores desafios, problemas e potencialidades da realidade brasileira atual, conforme se pode atestar com uma observação mais atenta da evolução populacional brasileira nas últimas décadas.

Os censos demográficos do Brasil, realizados de dez em dez anos pelo IBGE, indicam, a partir de 1970, um aumento substantivo do estrato populacional entre 14 e 29 anos no conjunto da população do país. Nos últimos 50 anos, com o acentuado declínio das taxas de fecundidade no país, esse contingente passou a representar em média 30% dos brasileiros. Entretanto, com a diminuição acelerada do estrato de 0 a 13 anos, começa-se a perceber, internamente ao estrato anterior (14 a 29 anos), um envelhecimento¹. Assim, a pirâmide populacional exclusiva dessa faixa da população vai se avolumando entre aqueles que têm 18 anos ou mais. Para os demógrafos, o fenômeno é identificado como “onda jovem”².

Quando se observa mais atentamente as diferenciações regionais na conformação do perfil demográfico brasileiro pode-se perceber uma defasagem temporal entre as regiões mais desenvolvidas e que contam com os polos dinâmicos da economia nacional (Sul e Sudeste) e as àquelas marcadas por ritmos mais lentos de desenvolvimento (Norte e Nordeste). Assim, as taxas declinantes de fecundidade de São Paulo, captadas em um

¹ Tomamos como referência dados abordados em Carmo & Camargo (2018).

² “Onda jovem” é um termo cunhado pela demografia brasileira para designar o momento histórico em que os jovens passaram a pesar mais fortemente no conjunto da população do que as crianças. Trata-se, em verdade, de uma etapa do processo de envelhecimento acelerado da população do país.

Censo somente serão registradas nos estados do Nordeste cerca de dez anos depois³. Da mesma forma, um fenômeno demográfico captado por um censo em relação a uma capital nordestina manifestar-se-á nas pequenas e médias cidades da região com um distanciamento temporal quase igual (em torno de oito anos). Essa configuração demográfica confere ao país uma situação que poderia ser condensada na fórmula: *ondas demográficas concêntricas*.

Assim, o Nordeste é a região brasileira que, no momento atual, conta com a maior proporção de jovens no conjunto da população concentrados nas faixas entre 17 e 20 anos (Camarano, Kanso & Fernandes, 2014). E essa situação é representada mais fortemente nas médias cidades da região do que em suas capitais, como anteriormente já salientado. Essa é um perfil das grandes e médias cidades situadas no semiárido, distantes, portanto, da polarização das capitais, localizadas, com a exceção de Teresina (PI), todas no litoral. Por outro lado, foram essas cidades do semiárido nordestino exatamente aquelas que foram mais beneficiadas por políticas públicas executadas entre 2005 e 2015 e que se legitimaram com o discurso da inclusão social dos jovens (expansão da rede de ensino técnico e tecnológico e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). O cruzamento desse perfil demográfico com a execução das políticas públicas de “inclusão” confere contornos singulares à juventude nordestina do período que tomamos como referencial para o nosso trabalho de investigação. Destacadas essas informações, é legítimo se afirmar que o Nordeste do Brasil é o melhor ângulo para investigar como as gerações presentes (no caso, com o seu peso social e simbólico redefinido pelos ritmos distintos da evolução demográfica brasileira) lidam com as tendências de futuro (remodelação das instituições tradicionais de socialização e de inserção no mundo adulto) da sociedade brasileira.

Ademais, é também no Nordeste que temos a melhor condensação social de passado e futuro das instituições acima mencionadas. É o caso do peso da família (ou, para sermos mais exatos, da “ordem familiar”) nos arranjos sociais e na modelagem das “biografias” dos agentes. O mesmo se pode dizer em relação à oposição entre as lógicas da “sociedade” e da “comunidade”. Não exatamente a lógica derivada dos laços comunitários

³ Tomamos como apoio para essas observações a análise realizada por Camarano, Kanso & Fernandes (2014).

se imponha sobre o tecido social, mas porque o seu rápido desaparecimento, ocorrido em um período de tempo de não mais que três décadas, não ter sido concomitante à predominância de normas e valores próprios de uma sociedade civil moderna.

Aos elementos acima apontados, expressivos das dinâmicas demográfica e sociocultural regionais do Nordeste brasileiro, podemos ajuntar mudanças socioeconômicas ocorridas particularmente nas duas últimas décadas. Em parte essas mudanças estão relacionadas às políticas públicas e aos projetos indutores de desenvolvimento patrocinados pelos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Mas também podemos identificar elementos que traduzem em nível regional processos sociais substantivos, como, para exemplificar, àqueles relacionados ao crescimento da informalidade e da terceirização nas relações de trabalho.

A respeito dos processos acima mencionados, vale a pena ressaltar que não poucos pesquisadores brasileiros da sociologia do trabalho tomam as novas dinâmicas expressas pelo mundo do trabalho no Nordeste brasileiro como referentes para as suas análises. Podemos citar, dentre outras, as abordagens de Druck (2011) e Araújo (2011). Esta última faz referência a um processo de transferência de atividades industriais do centro-sul do país para pequenas e médias cidades nordestinas, a partir da indução governamental:

a transferência de empresas fabris do setor de calçados do Rio Grande do Sul para as cidades cearenses de Quixeramobim e Canindé, se deu sob os auspícios dos governos locais que além de conceder incentivos fiscais e infraestrutura, recrutaram e formaram trabalhadores e trabalhadoras sem experiência fabril anterior, organizando-os em cooperativas para produzir calçados para as primeiras. (ARAÚJO, 2011, p. 180).

Se o que a autora aponta é relevante no sentido de indicar horizontes e referenciais para a investigação que pretendemos desenvolver, não é menos significativo ressaltar que essas mudanças foram aceleradas na última metade dos governos da chamada “Era Lula”. Impulsionadas pelas políticas de transferência de rendas (Bolsa Família, Auxílio pesca, Benefício de Prestação Continuada, elevação contínua do salário-mínimo), tivemos a emergência de pequenas empresas no setor de serviços nas pequenas e médias cidades do vasto interior nordestino. Igualmente significativos foram os megaprojetos de infraestrutura cujas obras foram iniciadas em 2007 e que foram concluídas ou desaceleradas (quando não abandonadas) a partir de 2015. O impacto dessas obras no mercado de trabalho regional ou as relações trabalhistas que nelas se desenvolveram são

temas de pesquisa em desenvolvimento na sociologia do trabalho brasileira. Além desses elementos, distinguidos pela sua especificidade regional, a investigação que alicerça o presente trabalho também se conecta com questões centrais colocadas tanto para a pesquisa científica quanto para as intervenções dos atores sociais e instituições públicas do Brasil, dentre estas, a estrutural oposição entre emprego formal e emprego informal, o cruzamento entre novas tecnologias de informação e comunicação com profundos impactos nos processos produtivos (exemplificado na utilização do trabalho remoto, especialmente após a eclosão da pandemia da Covid-19) e as prospecções a respeito das conexões entre processo educativo formal e acesso ao mercado de trabalho. Nesse sentido, tanto as pesquisas acima mencionadas quanto o presente trabalho, dialogam e se conectam com investigações sociológicas em desenvolvimento que buscam captar processos e tendências do trabalho a partir de uma perspectiva transnacional. Para enfrentar esse desafio, é decisiva a construção de uma plataforma investigativa baseada em mapas teóricos bem desenhados, metodologias que conectem elementos micro e macro, bases de dados robustas e contextos sociais locais, regionais e transnacionais. Vai nessa direção a proposta de trabalho por Estanque e Climent (2021).

1.2.2 JUAZEIRO DO NORTE (CE) E A REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Com uma população estimada em 280 mil habitantes, Juazeiro do Norte é maior e mais importante cidade do sul do Ceará, uma das maiores do Nordeste. Difícil imaginar que essa grande aglomeração urbana, até 1911, não passava de uma localidade subordinada ao vizinho município de Crato e que todo o desenvolvimento que alcançou se deve à figura do religioso e líder político Padre Cícero Romão Batista (1844-1930), ainda hoje reverenciado como um “santo” por milhões de católicos nordestinos, principalmente moradores das zonas rurais. Crato, hoje com uma população de 135 mil habitantes, ainda é a sede da Diocese, mas a dinâmica econômica e religiosa (que sustenta a primeira) está na cidade fundada pelo mítico padre. E a centralidade de Juazeiro do Norte se impõe pela conurbação que juntou os dois municípios e mais Barbalha para formar o que é oficialmente designado como Região Metropolitana do Cariri, mas que o povo da região resume a Crajubar (o acrônimo formado com as letras iniciais dos nomes das cidades).

Uma grande avenida, com vias duplicadas e, em alguns trechos, ladeada por sedes de empresas e altos edifícios recebe o nome de Padre Cícero. O Padre que se tornou famoso

pelo suposto milagre de, ao ministrar o sacramento a uma beata denominada Maria de Araújo, transformar a hóstia em sangue (de Jesus) na boca da religiosa e que foi alvo de processos, de expulsão e de uma reconciliação imposta pela força política que alcançou, é uma figura presente na memória da população local. Mesmo com o crescimento da conversão de católicos às igrejas evangélicas entre as classes populares no Brasil, a figura de Padre Cícero ainda goza de um prestígio significativo. Na região do Cariri, em todo momento, transitando por ruas de cidade e por estradas vicinais nas áreas rurais, deparamo-nos com essa presença. Dos nomes das localidades aos títulos das instituições ou dos estabelecimentos comerciais, não são poucas as referências. Também são onipresentes as fotografias e estatuetas do Padre vestido com a batina preta. Anualmente, no dia de celebração católica dos falecidos (Dia de Finados), milhares de romeiros acorrem a Juazeiro para visitar o túmulo do padre. Mas as romarias à Juazeiro do Norte não se restringem ao dia de celebração dos mortos. Dando continuidade a uma prática iniciada por Padre Cícero, existem romarias nos dias de celebração de Nossa Senhora das Dores, os quais vão do final de agosto até meados de setembro. Em 2021, o Dia de Finados foi celebrado em Juazeiro do Norte, e, segundo cálculos das autoridades policiais, cerca de 700 mil pessoas acorreram à cidade no dia 02 de novembro, em que pesem as advertências das autoridades de saúde pública e da própria Igreja Católica contra a aglomeração.

A religiosidade popular foi o elemento que redefiniu a região do Cariri já nas primeiras décadas do século XX e cujos desdobramentos permanecem na região. O Padre Cícero, que transformou a sua liderança religiosa em capital político, construiu em torno de Juazeiro um lugar de centralidade simbólico para a vida social de vastos territórios do semiárido nordestino, o que transparece fortemente na literatura e na cultura regional. Esse líder político e religioso, venerado pelos camponeses pobres como uma espécie de santo e amado por partes das elites locais pelo seu conservadorismo em oposição ao republicanismo positivista e antirreligioso do início do século XX, moldará também as paisagens urbanas e a vida econômica de Juazeiro, e, em desdobramento de todo o entorno regional. As atividades religiosas estimuladas pelo Padre Cícero, como as romarias e as grandes celebrações religiosas, embora movidas intencionalmente pelo objetivo de reafirmar o seu poder religioso, traduziram-se em uma dinâmica econômica singular. O fluxo de romeiros durante boa parte do ano, acentuado intensamente entre agosto e meados de setembro, e, após a sua morte, em novembro, criou um ambiente econômico de

inovação popular relacionada aos serviços, ao artesanato e as artes populares. Mesmo se os romeiros são camponeses pobres, eles trazem recursos para custear alguma comida e pagar algum lugar para pernoitar.

Esse circuito de economia popular foi se diversificando e incluindo as produções dos próprios romeiros, como produtos agrícolas e artesanais (a produção de materiais para simbolizar os “votos” de pagamento a promessas feitas e alcançadas, geralmente moldadas em madeira ou gesso). Toda essa economia popular, alicerçada na prática religiosa, envolveu (e envolve) milhares de pessoas. Aos poucos, muitos dos que vinham para as celebrações religiosas descobriam oportunidades de trabalho e de obtenção de algum recurso e permaneciam no lugar. Obviamente, a cidade também atraía os mais pobres dentre os pobres, mendigos, doentes terminais em busca de algum milagre e fugitivos da lei que podiam se tornar invisíveis em meio às multidões.

Toda essa configuração se traduz em um aglomerado urbano caótico. Pleno de potencialidades e, ao mesmo tempo, circunscritos pelas limitações da ausência de infraestrutura urbana. Além da ausência de planejamento na ocupação dos solos urbanos. Assim, em muitas áreas da cidade, ainda hoje, o esgoto corre a céu aberto, em valas de 10 a 15 centímetros abertas ao lado das calçadas. Esgotamento sanitário é um serviço disponível para pouco mais de 50% da população e nada menos que 23% dos moradores da cidade não contam com serviços de água potável.

O modelo de solução privatizada para as demandas de bens e equipamentos públicos, esse traço da sociedade brasileira nas últimas décadas, é aqui radicalizado. Assim, os modernos edifícios de apartamentos e os condomínios fechados resolvem os seus problemas privadamente através da construção de fossas sépticas, poluindo o aquífero subterrâneo sobre a qual a cidade se assenta e de onde é retirada a água para o consumo humano da maioria da população. “Da maioria da população”, pois, mais uma vez, os setores de classe média e das elites locais encontram no consumo da água mineral comprada em galões a saída privada para o problema de saúde.

Se esse quadro indica uma situação dramática no que diz respeito à questão ambiental, que, somente na última década passou a adentrar as pautas de discussões públicas, trata-se de algo que não faz parte das elaborações discursivas dominantes sobre a cidade pelos seus moradores. Nestas, o que emerge é o discurso de que “aqui é uma terra

de oportunidades”, “dá para ganhar dinheiro até vendendo pirulito no meio da rua” e que “querendo trabalhar, aqui, você consegue”. Podemos perceber, nas entrevistas, mas também na leitura de materiais da imprensa e documentos de órgãos públicos sobre a Região Metropolitana do Cariri, a entronização de um discurso de positividade e de empreendedorismo. Tudo se passa como se “com força de vontade e fé”, os obstáculos individuais e coletivos pudessem ser superados.

Além disso, como sói ocorrer em muitas cidades brasileiras, a cidade luminosa e de arquitetura moderna, com altas torres e fachadas inspiradas em Miami, visível aos que a conhecem de dentro de seus automóveis, é complementada por outra, que permanece oculta, pois os que nessa parte residem e trabalham até produzem vozes (expressas em reclamações, aparições em programas radiofônicos e televisivos), mas estas não subvertem aquelas do marketing urbano dos administradores que está sempre, intencionalmente ou não, a reproduzir os mesmos lugares-comuns de positivities do setor imobiliário.

As cidades de Barbalha e Crato, mais antigas, têm estruturas urbanas mais assentes, embora venham crescendo populacionalmente em ritmo acelerado nas últimas décadas. Envolvidas pela dinâmica de Juazeiro do Norte, elas vêm as suas periferias tomadas por moradias de trabalhadores do setor de serviços da maior cidade. Ambas, possuem identidades urbanas distintas e, apesar de interligadas a Juazeiro do Norte, resistem a serem subsumidas em sua lógica. Tanto Crato quanto Barbalha são “aristocratas” até onde o termo seja possível de ser aplicado no interior do Brasil. Barbalha, que tem uma população de 55 mil habitantes, conta com uma usina de açúcar para processa a produção de cana do Vale do Cariri e conta ainda com uma fábrica de cimento, que explora o calcário de áreas adjacentes. Tanto em Barbalha quanto em Crato existe uma resistência à “lógica de Juazeiro” e nessa resistência há elementos de demofobia, pois, a cidade que era um lugarejo e as ultrapassou e ganhou a centralidade, fê-lo apoiando-se na força advinda da fraqueza dos mais pobres do interior do Nordeste. Há aí mais cultos a tradição e tentativas de inventar identidades pomposas (das academias de letras e institutos históricos) ou populares, como aquela dos cratenses, que se identificam como “piqueiros”.

Se um milagre, não importa se verdadeiro ou falso, catapultou Padre Cícero à condição de liderança religiosa e política do interior do Nordeste, não é exagero se afirmar que a moderna Juazeiro do Norte de hoje é, em certo sentido, também um milagre. O milagre dado pela magia do social, que transformou a energia da fé e crença de milhares de

camponeses pobres em combustível para trocas econômicas que foram evoluindo num crescente em poucas décadas. Das estruturas incipientes (de uma economia popular, alicerçada na recepção de romeiros pobres e no comércio artesanatos religiosos) para a complexa vida econômica atual, há uma história econômica e política impossível de ser apresentada em poucas páginas (e nem poderia ser esse um objetivo razoável para este trabalho). Entretanto, há um elemento que nos foi possível captar em nossas interações e entrevistas e que vale a pena registrar aqui: a existência de uma cultura econômica que poderíamos denominar de “empreendedora”, obviamente sem esquecer as implicações ideológicas que o termo carrega, e que se traduz em uma “garra” para “mostrar a cara”, “não ter medo de botar a cara para fora” e “se fazer”. E, talvez como um contraponto inconsciente às produções discursivas das elites de Crato e de Barbalha⁴, complementa-se que isso é possível “mesmo não sendo filho de herdeiros”.

1.2.3 PICOS (PI) E REGIÃO

Após uma semana intensa de trabalho em Juazeiro do Norte, em um final de tarde, dirigimo-nos a Picos (PI). Ao invés de nos guiarmos pelo Google Maps, seguimos conselhos e orientações de conhecidos, sempre mais confiáveis. Contrariamente ao que indicava o aplicativo, não rumamos para o norte para alcançarmos a Rodovia Transamazônica, mas em direção ao sul até uma rodovia pernambucana, a PE-585, que nos levou a uma rodovia federal, com melhores condições de trafegabilidade, a BR-316, que liga Maceió, capital de Alagoas, a Belém, no estado do Pará. Estamos em Marcolândia, município do sul piauiense. Agora, sim, rumamos para o Norte e a Br-316 deixa de existir por algumas dezenas de quilômetros fundindo-se na Rodovia Transamazônica, também identificada como BR-330. Já era final de tarde, quando, após trafegarmos um pouco na famosa rodovia, o nosso veículo foi parado num posto da Polícia Rodoviária Federal e o policial não escondeu a sua desconfiança pelo fato de uma mulher, sozinha, viajar à noite

⁴ Embora pareça apenas um exotismo curioso, não é desprezível o fato de que o município de Barbalha tenha sido o único no qual a Monarquia venceu a República no Plebiscito para a escolha do regime e da forma de governo no Brasil em 1993.

(a noite cai antes das 18 horas nas proximidades da Linha do Equador) pelas estradas remotas do interior do Nordeste. Há sempre tensão nesses momentos, pois, não é de todo descartada a possibilidade de se ser vítima de alguma arbitrariedade do agente público. Após um interrogatório que nos pareceu durar mais do que era razoável, voltamos à estrada, e, após noventa quilômetros, chegávamos ao entorno rodoviário de Picos (PI). O relógio cravava 18 horas, mas a noite já havia descido e as luzes da cidade nos guiavam.

Picos (PI) tem uma população aproximada de 78 mil habitantes, o que o torna o terceiro município em tamanho populacional no estado do Piauí. Essa população reside majoritariamente na área urbana (85%), e, grande parte, conforme nos foi possível constatar durante o mês que permanecemos na cidade, em casas sem saneamento básico e em ruas nas quais o esgoto escorre a céu aberto. Nos bairros mais afastados do centro, temos ruas estreitas, algumas delas com crateras resultantes da erosão provocada pelas chuvas, que não ocorrem com grande frequência, mas que são intensas quando se precipitam. Assistiríamos em momento posterior à nossa estadia, uma reportagem na emissora retransmissora da TV Globo no estado sobre ruas da cidade em que o simples deslocamento de pedestres é um obstáculo. Pessoas com deficiências físicas ou cadeirantes vivem como prisioneiras em suas casas pela impossibilidade de irem além da porta de casa.

Contrastando com essa situação, comum na área periférica da cidade, temos o bairro Jardim Natal, onde as ruas são largas e arborizadas e as construções recentes. É nesse bairro, segundo informação repassada pelos nossos interlocutores, que reside o prefeito da cidade em uma casa cercada por muros altos e cerca elétrica. No mesmo bairro, situa-se também um dos centros de compras da cidade e dos municípios vizinhos: o *Picos Plaza Shopping*. Nesse centro comercial, localiza-se um dos cinemas da cidade (fechado devido à pandemia ainda em curso), com três salas. Já no *Piauí Shopping*, encontramos algumas das lojas de redes nacionais e globais, como a “O Boticário”, a “CVC Turismo”, “Le Biscuit” e, na Praça de Alimentação, o McDonalds. Esse é o Shopping dos endinheirados da região. Situado em uma das margens da Rodovia Transamazônica, esse centro de compras acentua ainda mais a apartação social, pois, não existe transporte público que possibilite o acesso.

Esse modelo de urbanização alicerçado na produção de espaços para a moradia e o consumo para as classes médias e as elites locais se tornou comum no Brasil pós-1980, mas até o início dos anos 2000 era uma realidade apenas das metrópoles e grandes cidades.

Paradoxalmente, quando as políticas públicas de inclusão social começaram a surtir efeitos e mais pessoas adentraram no mercado de consumo no país, aumentou também o peso da classe média nas cidades maiores do interior e essa urbanização segmentada se espalhou para todo o país. A consequência é que a apartação social aumentou e o consumo nos espaços apartados (os shoppings) passou a ser um objeto de desejo também para as classes populares. E os shoppings, assépticos e supostamente seguros, vendem um ideal de mundo que só pode ser fermentado em um universo social no qual a subjetividade neoliberal domina as percepções de mundo.

A posição geográfica de Picos (maior cidade do sul do estado do Piauí) e o fato de ser um entroncamento rodoviário no qual se cruzam algumas das principais rodovias federais que cruzam o Nordeste do Brasil lhe conferiram a condição especial para concentrar alguns serviços. Esse é o caso dos serviços médicos. E não estamos a nos referir àqueles ofertados pelo Estado, mas aos serviços médicos privados. A quantidade de clínicas médicas e prestadoras de serviços especializados (desde os exames tradicionais aos mais sofisticados passando pelo vasto campo das cirurgias) é de causar perplexidade ao visitante. Especialmente quando sabemos que o IDH do município, segundo a classificação internacional seguida pela ONU, está na faixa média, que é de 0,698 e que quase metade da população (distribuída em 17 mil famílias beneficiárias) tem como principal fonte de rendimento os recursos do Programa Bolsa Família. Registramos, em nosso diário de campo, nossa inquietação com essa realidade.

Desperta a atenção de um observador a quantidade de clínicas existentes e as possibilidades de exames os mais modernos, parece que quase todos os tratamentos de saúde são possíveis de serem feitos aqui. Com o inconveniente de serem serviços regidos empresarialmente e pela lógica do mercado. Picos se tornou um polo de atração da metade do território do estado do Piauí na área médica. Traçando uma linha e dividindo o estado ao meio, Picos é referência, única. A outra metade do estado tem com polo de atração a capital, Teresina. De resto, todas outras cidades têm a cidade de Picos como o local para a prestação de serviços médicos, que na carência da rede pública. A arquitetura dos prédios onde se realizam esses serviços médicos é outro elemento que nos chama a atenção. O território tornou-se uma arena de disputa desse mercado de construções sofisticadas... As construções remetem aos ícones da arquitetura global (como o Museu de Oscar Niemeyer em Niterói, ou dos grandes centros urbanos da Espanha ou do Canadá). E expressam tanto a guerra travada nesse mercado quanto o gosto estético dos seus médicos empresários.

A nossa estupefação com a abundância da oferta de serviços médicos privados e a contradição dessa situação somente aumentou quando, em deslocamentos pela parte central da cidade, deparamo-nos com dezenas de veículos vans (o veículo alternativo preferencial

ou disponível para as populações sem transporte público nos países do terceiro mundo) estacionadas na área central da cidade, com placas indicativas de municípios de origem. Entabulamos uma conversação com um motorista, que registramos em nosso diário:

“De onde vêm tantas vans?

De todas as partes do Piauí, do Maranhão e até de Pernambuco.

O pessoal vem para a feira, não é?

Não! O pessoal até vai no comércio comprar um mel, que dizem que o daqui é muito bom, mas não é para isso, não! O pessoal vai mesmo é para os médicos aí.

Para essas clínicas chiques?

Pois então...

Mas não são caras?

Virgem Maria! Os olhos da cara, moça.

Outro motorista se aproxima, escuta a conversa e intervém:

Moça, a senhora acha que essas clínicas todas aí são sustentadas pelos ricos, é? E rico adoece assim? Quem é atendido aí é pobre mesmo... Só que quem paga tudo, os serviços todos, os exames, são as prefeituras, entendeu?”

Estava resolvida a charada. Os recursos públicos, recebidos pelas prefeituras municipais através do SUS, ao invés de custear a construção, ampliação e manutenção de equipamentos públicos de atendimento à saúde custeiam os serviços privados. Não por acaso os médicos passaram a se constituir em uma das bases de apoio aos ataques às iniciativas de socialização da medicina tentadas pela Presidente Dilma Rousseff (PT), com destaque para a contratação de milhares de médicos cubanos. Os laços entre os setores médicos e as elites locais (prefeituras municipais e governos estaduais) criam essa situação na qual os recursos públicos alimentam a reprodução de setores que vão se capitalizar econômica e politicamente para destruir a oferta de serviços públicos.

A feira livre de Picos, que funciona de segunda a sábado, é a segunda maior do interior do Nordeste, perdendo apenas para aquela que ocorre na cidade de Caruaru, no agreste pernambucano. Passear entre as barracas da feira de Picos, em um final de manhã, exige paciência e determinação. Para se proteger do sol inclemente, os feirantes improvisam toldos ligando uma barraca a outra, tornando toda a feira coberta e protegida do sol, mas aumentando a temperatura ambiente. Mas comerciantes e feirantes nos pareceram habituados ao ambiente. Homens e mulheres, especialmente de mais idade, param nas barracas para interações amistosas com os feirantes. Estes chamam a atenção dos passantes, com cantos, assobios e gracejos. Há ainda as “promoções relâmpagos”, momento em que um feirante passa a anunciar a queda dos preços dos seus produtos

(geralmente frutas), enquanto os anuncia. Nas barras de vendas de comida, geralmente conduzidas por mulheres, há aglomerações para tomar o café, que já está adoçado em uma garrafa térmica. Uma feirante nos diz que embora a feira continue “valendo a pena”, muitos comerciantes alugaram prédios e foram para as lojas. Ela nos diz que isso é gente que “parecer o que não é” porque “o comércio de verdade é aqui, no chão da rua, não é?”. “Além do mais, o cabra vai pra um prédio e aí se tora todinho no aluguel, nos impostos, nas contas de energia... Ave Maria!”. Chama-nos a atenção a presença das barracas que vendem produtos chineses de consumo popular e as barracas que vendem mel e derivados. Estas últimas têm melhor apresentação visual e um detalhamento planejado da exposição dos produtos.

As referências à arquitetura do presente e aos elementos da história de Picos no trazem de volta para a questão da espacialização social da desigualdade social. Se Jardim Natal, o bairro onde se localiza um dos shoppings da cidade, tem as paisagens e construções identificadas com a classe média emergente, o Residencial Santiago, um condomínio de mansões, situado em uma parte mais elevada, mais ventilada e fora do núcleo urbano, é o lócus da verdadeira elite econômica da cidade. Academias, restaurantes, praças, pistas de corrida e churrasqueiras são equipamentos e espaços disponíveis para os condôminos. As fotografias postadas nas redes sociais pelos residentes expõe esse mundo à parte, no qual as imagens dominantes são as das mesas fartas, de exposição de corpos torneados em frente a aparelhos de exercícios físicos e de crianças brincando em parques (equipamentos inexistentes para a população local). Os trabalhadores do setor de serviços e os empregados domésticos trazem as notícias desse mundo e as socializam. E isso cria um imaginário a reforçar esse mundo distante e idílico no qual, comenta-nos uma entrevistada, “só a louça do banheiro da casa da doutora P. custou R\$ 14 mil”. Não há como não pensar nas separações de mundo da Idade Média quando nos defrontamos com essas distinções.

Mas a vida pulsa e encontra caminhos para se afirmar. Quando as pessoas conseguem um recurso financeiro a mais se dirigem a “Área das Pizzarias”, situadas em um cruzamento de ruas no centro, onde muitas famílias se reúnem para comer pratos “típicos” da globalização alimentar (pizza, sushi e sanduíche, sorvete, café expresso). Entre um estabelecimento e outro, temos sobrados nos quais os jovens de classe média podem dançar, realizar performances e se divertir. Pedestres e pessoas em automóveis, da rua, podem avistar moças e rapazes embalando os seus corpos sensualmente ao mesmo tempo

em que tentam captar poses fotográficas com os seus telemóveis as quais são imediatamente postadas nas redes sociais. Nesses espaços, arquitetonicamente planejados, domina uma atmosfera de festa, com mesas de sinuca e animada pelas TVs modernas a reproduzir vídeos de apresentações das bandas de forró eletrônico, das duplas de músicas sertanejas, das célebres cantoras do “femenejo”, dos cantores de “piseiro” e do “brega funk”.

Se esse é um espaço e um palco para a classe média, as classes populares, que, embora o frequentem de vez em quando, encontram mais possibilidades de consumo e de estar no espaço público, devido aos preços, nas barracas que vendem espetinho e bebidas na calçada estreita do Estádio de Futebol Elvídio Nunces de Barros e que se situa há não menos que três quarteirões da “Área das Pizzarias”. Aqui, as sociabilidades jovens acrescentam outros gostos musicais ao cenário de fundo. Na calçada do estádio, a precariedade da estrutura, com cozinhas e sanitários improvisados, contrasta com a alegria dos presentes. Afora esses dois espaços principais, restam aos jovens da cidade, a sociabilidade alicerçada no consumo de bebidas alcoólicas nos pátios dos postos de gasolina ao som dos chamados “pancadões”⁵ embalados pelo ritmo do “faminejo e piseiro”.

Para além desse universo de sociabilidades alicerçadas na festa, temos aqueles dos mundos escolares (os nossos entrevistados fazem referência ao papel importante das instituições no estabelecimento de redes de amizades) e das igrejas evangélicas. Com a emergência da pandemia do Covid-19, as atividades educacionais foram suspensas e as interações possibilitadas no universo escolar, especialmente no IF (que oferta atividades e alimentação, possibilitando a permanência durante todo o dia na escola), quebradas. E essa ausência é sentida e reclamada. Já no que diz respeito à socialização possibilitada pela adesão às igrejas evangélicas, ressalte-se o cultivo de atividades recreativas para crianças e adolescentes nos finais de semana, além das datas festivas. Há também, nas próprias igrejas, espaços e momentos para o consumo da música gospel, que é, nos dias atuais, a base de uma das mais poderosas indústrias culturais do país. Embora não seja exatamente uma alternativa de sociabilidade juvenil, há que se levar em conta ainda o papel

⁵ Caixas de som potentes ligadas a aparelhos eletrônicos de reprodução de músicas.

aglutinador de jovens e adolescentes de projetos sociais, como aqueles desenvolvidos pela Casa Aliança e Projeto Adimó.

Não exatamente passível de ser relacionado a uma paisagem urbana específica, temos o sempre evocado “mundo das drogas”. Muitos dos nossos informantes fizeram referências “ao problema das drogas” e reclamaram que o “tráfico de drogas está tomando conta de Picos”. Nas entrevistas com pais e parentes de jovens da geração atual, foi-nos possível identificar situações, comentadas sempre de modo pesaroso pelo entrevistado, de que um filho ou parente próximo se tornou usuário de drogas.

O mosaico de mundos que expressa o cenário urbano nunca é harmônico e “arrumadinho”. Caótico, múltiplo e contraditório, com lógicas distintas e em disputa, seja no interior do Piauí ou no Japão. No caso de Picos, entretanto, há uma singularidade: os elementos que constituem o seu cenário urbano parecem envoltos em um campo musical no qual, no topo da hierarquia, situa-se a música brega tradicional. Assim, deslocando-se pela cidade, caminhando por suas ruas ou sintonizando uma emissora local no rádio do carro, estamos sempre a ouvir vozes como as de Amado Batista, Carlos Alexandre, Reginaldo Rossi e Waldick Soriano, além das celebridades musicais locais, Zé Armando e Robertinho do Brega.

Pode-se perscrutar a vida social e econômica de Picos a partir de infundáveis ângulos, como, aliás, se pode fazer com quase todas as cidades. Assim, já, no término do nosso trabalho de campo, nesse espaço que é representativo do interior da fusão entre moderno e arcaico nas paisagens nordestinas, detivemo-nos a olhar os picos que, avistados no horizonte, forneceram o nome ao aglomerado urbano quando do seu nascimento. Na atualidade, referenciam o lugar como a “Capadócia do Nordeste”, dado que oferecem condições ideais para as práticas do parapente e do balonismo. Mais uma tentativa de incorporar uma distinção no marketing da cidade. Ao tomarmos conhecimento dessa nova “aposta” para “construir uma alternativa” de atividade econômica para Picos, agora assentada no turismo, a dúvida nos domina. Não sem motivos. Pois entre ficar e partir, muitos escolhem (ou as escolhas a eles se impõem) ir embora da terra dos picos. E a evolução demográfica do município é a comprovação: em 1950, a sua população era de 51.900 pessoas, setenta anos depois, em 2020, a estimativa é de que vivam no município 78 mil moradores. Esses números indicam um crescimento populacional de 25% em Picos. No mesmo período, o Brasil cresceu 75%. Assim, talvez, além daqueles outros títulos de

“capital” que Picos tenta ostentar nas vozes dos seus gestores e marqueteiros, exista um que traduz melhor a sua vida social: capital da emigração do Piauí.

1.2.4 O VALE DO SÃO FRANCISCO

A incorporação de uma cidade ou região como cenário de produções televisivas é um bom indicador do seu reconhecimento nacional no Brasil. Na última década, o Vale do São Francisco serviu de pano de fundo de uma minissérie e para uma telenovela, ambas as produções da TV Globo. *Amores Roubados*, a minissérie, foi ao ar em 2014. Já a telenovela, *Velho Chico*, foi ao ar entre março e setembro de 2016. Sucessos de audiência, essas produções apresentaram uma parte do Nordeste do Brasil pouco vista ou mesmo imaginada por muitos brasileiros moradores de outras regiões. As imagens de parreirais e grandes vinícolas, emolduradas pelas águas do Rio São Francisco e pelo cinza da vegetação catingueira, redefiniram as imagens de uma região que durante muito tempo foi tomada como referentes para matérias jornalísticas sobre a “Guerra às Drogas”. A destruição das plantações de maconha nas ilhas desabitadas do Rio São Francisco nos anos 1990 frequentava constantemente os noticiários nacionais. Naquele momento, o Brasil descobria dentro do chamado “Polígono das Secas”, que é o território do semiárido, havia um território menor, denominado de “Polígono da Maconha”.

Já naquele momento, segunda metade dos anos 1990, os atores políticos e sociais do Vale buscavam construir uma imagem oposta, apontando para o grande desenvolvimento econômico que aí ocorria. Petrolina, a maior cidade na região do Vale do São Francisco, em meados dessa década, já contava com uma população de quase 200 mil habitantes e contava com uma infraestrutura superior a da maioria das cidades de mesmo porte no restante do país. O saneamento básico alcançava a quase totalidade do seu território urbano e uma estrutura viária, composta por largas avenidas, fornecia referentes para os discursos de “capital do sertão”. As ações da CODEVASF, uma empresa estatal de indução do desenvolvimento regional, de fornecimento de suportes técnicos e estruturas logísticas para projetos de modernização da agricultura no Vale e de assentamento de colônias rurais nas margens do Rio, começavam a mostrar os seus resultados. Na outra margem do “Grande Rio”, como nominam os moradores locais, a cidade baiana de Juazeiro se integrava cada vez com Petrolina e a famosa ponte as interligava cada vez

através da integração na oferta de serviços. A cidade baiana, que hoje conta com uma população de 219 mil habitantes, tinha, à época pouca mais de 100 mil moradores.

Nessa época, a produção de uva já era demonstração do diferencial regional. Era também uma forma de encontrar uma saída para a vida econômica de duas cidades que haviam sido polos importantes do comércio no interior do Brasil, tanto pela circulação de veículos na Rodovia BR-116 quanto pela navegação de navios e barcas no Rio São Francisco, que, até o início da década de 1970 ia de Pirapora (MG) até Petrolina. Essa navegação foi afetada pela construção da grande Barragem de Sobradinho, que represou o rio e decretou o fim dos “gaiolas”, navios de transporte de passageiros e de cargas movidos a vapor. A uva, que começava a aparecer nas barracas das feiras livres da região e nas vendas situadas às margens das estradas que cruzam tinha uma história, até hoje pouco conhecida. Resulta de projetos de pesquisa desenvolvidos pela unidade da EMBRAPA de Petrolina sobre cultivares que pudessem se adaptar ao ambiente do semiárido.

A especialização regional na produção de frutas para a exportação, aliada a instalação de universidades públicas, institutos federais de ensino e centros de serviços médicos catapultou o crescimento econômico regional e também atraiu migrantes de toda a parte. Estes chegaram junto com as novas indústrias ligadas à produção agrícola, dentre elas, as vinícolas que, com subsídios estatais, enfrentaram o desafio de produzir vinho de qualidade no Paralelo 8, ou seja, na proximidade da Linha do Equador, algo que seria heresia para qualquer viticultor ou enólogo de outras partes do mundo. Hoje, esses empreendimentos produzem (e exportam para fora do Brasil parte significativa) cerca de 7,5 milhões de litros de vinhos de uvas viníferas e 10 milhões de uvas não-viníferas. Para dar conta dessa produção, uma nova geração de trabalhadores rurais foi incorporada. Atraídos pelo emprego, esse trabalhadores vieram com as suas famílias residir nas áreas periféricas de Petrolina e se deslocam diariamente para as áreas de cultivo ou para as fábricas. Nos inícios de manhã ou nos finais de tarde, o tráfego de ônibus e caminhões que se dirigem às áreas rurais é intenso. Fazendas, vinícolas, assentamentos rurais e colônias agrícolas são os pontos de chegada e partida. Importante ressaltar que essa dinâmica de deslocamento contribuiu para dotar as vilas que sediam os projetos de irrigação/colonização de uma infraestrutura de comércio, serviços públicos e malhas viárias não encontráveis na maioria das cidades do interior do Nordeste. Cada uma dessas vilas rurais conta com escolas dotadas de ginásios de esportes cobertos, praças e

equipamentos de lazer e práticas desportivas. Nas adjacências, comércios de médio porte, especialmente supermercados e lojas de produtos agrícolas.

Essas singularidades históricas fornecem uma conformação distinta para a vida social e econômica e aportam elementos para a construção de uma identidade regional que começa a se firmar no imaginário social brasileiro. Capturada pelas elites locais, notadamente pelos atores políticos que controlam as máquinas administrativas locais e da regional (as prefeituras municipais, as grandes empresas estatais e os órgãos locais dos governos estaduais e federal), essa identidade não consegue tornar por completo invisível os dramas, processos e lutas resultantes de uma modernização acelerada, com inclusão social limitada e reprodutora de desigualdades sociais. Assim, contraditoriamente, mais o Vale do São Francisco se moderniza e ganha projeção social como um “Nordeste diferente” mais ele incorpora problemas e questões que são similares às grandes cidades brasileiras. Obviamente, não se está aqui a negar o “diferencial Petrolina”, com a sua estrutura viária bem estruturada e muito superior àquela encontrada na maioria das capitais brasileiras e nem de negar a força econômica polarizadora da moderna agricultura praticada na região. Assim, questões e temas como pobreza, violência policial, altas taxas de homicídios de jovens e adolescentes, desemprego, evasão escolar e habitações precárias não deixam de emergir nas conversas do dia a dia, passíveis de serem capturadas nas interações com os moradores.

Apesar disso, para além dos espaços de consumo e lazer dos espaços fortificados dos condomínios fortificados e dos shoppings centers, pode-se registrar, tanto em Petrolina quanto em Juazeiro, um uso intensivo, por pessoas de todas as classes sociais, dos equipamentos públicos de uso geral. Nos finais de tarde, milhares de pessoas caminham ou correm pelas pistas para pedestres inseridas nos canteiros centrais das grandes avenidas de Petrolina. Mais à noite, na orla do Rio São Francisco, crianças, adolescentes e jovens se encontram e se divertem. Enquanto isso, pessoas de outras gerações contemplam o eterno movimento das águas do Velho Chico e perscrutam com o olhar o que está a ocorrer no outro lado, na margem baiana de Juazeiro. A orla do rio na margem na parte de Petrolina, ampliada e redefinida nos últimos anos, conta com ciclovia e uma arborização recente, além de grandes e contínuos jardins ao longo dos seus seis quilômetros.

Petrolina, que já gozava de um prestígio nacional por ser uma das poucas grandes cidades brasileiras a instituir um controle do seu trânsito, com sinais e faixas de pedestre

sendo respeitados rigorosamente pela população, avançou ainda mais nesse processo civilizacional do tráfego em via pública e substituiu os semáforos dos cruzamentos por rotatórias/retundas. Essa situação expressa uma cultura urbana bem distinta, por exemplo, daquela que encontramos em Picos.

A vida noturna de Juazeiro transborda também na margem do São Francisco. Aqui, a margem do rio é tomada por bares, restaurantes e barracas que ofertam comida e bebida a preço popular. Nos bares, as músicas ao vivo convidam as pessoas para ensaiar passos de dança. Em praças próximas, jovens se reúnem para escutar música, namorar e desenvolver sociabilidades nos espaços públicos.

Com a população estimada em 360 mil habitantes, Petrolina (PE) vive, neste momento, um processo de expansão francamente ancorado em grandes obras estruturais, patrocinadas pelo Governo Federal e executadas pela Prefeitura Municipal. Aberturas de novas avenidas largas, viadutos, implantação de equipamentos urbanos e de infraestruturas básicas de água, energia elétrica e saneamento são expressões dessa presença estatal na redefinição do espaço urbano. Essas obras, como sói ocorrer em outros contextos urbanos, funcionam como subsídio indireto do Estado ao capital imobiliário.

Mas essa é uma dinâmica também perceptível em Petrolina, em espaços situados junto às calçadas e praças funcionam barzinhos, pequenos comércios ambulantes de vendas de bebidas e comidas populares, onde os jovens de todas as classes sociais se reúnem à noite. Não apenas os jovens usufruem esses espaços, sendo bastante comum a presença de famílias com crianças e adultos em busca de locais para espairecer e fugir um pouco das altas temperaturas. Permanecer fechado em casa imerso em um calor que não arrefece antes das 22 horas é quase um sacrifício. Por isso, muitos jovens permanecem até a meia noite nas ruas, sem medo e com tranquilidade, o que destoa por completo do clima da segurança pública dos grandes centros urbanos brasileiros. Isso não significa que o crescimento populacional significativo que viveu a cidade na última década não tenha tido impactos na percepção da (in) segurança. Assim, no trabalho de campo, ouvimos relatos a respeito da ocorrência arrombamentos de casas na área central da cidade.

Em nosso diário de campo, registramos a nossa observação sobre um desses locais:

A Portelinha é o nome de um dos bares de meio de rua de Juazeiro. Este lugar recebeu esse nome motivado pela invasão de um prédio existente no local e que coincidiu com a transmissão de uma das novelas da Globo que retratava, na

época, a invasão de um prédio por sem teto. A Portelinha, na verdade, é uma pequena praça, localizada uma quadra de casas tradicionais, tendo como saída estreitas vielas que se comunicam às ruas principais de Juazeiro. Esse espaço de sociabilidade juvenil foi sendo construído tanto pelos frequentadores quanto pelos moradores das casas no entorno da pracinha. Ao longo dos últimos 15 anos. Observar o local à noite, levou-me a perceber que os moradores locais, especialmente as mulheres dona de casa, parece que perceberam na frequência de jovens uma possibilidade de obter uma renda extra, ofertando algum produto a baixo. Como a praça fica no meio de um quadrante de casas, nestas existem opções variadas de oferta de cigarros e comidas. Os jovens dirigem-se às portas das casas solicitar pastéis e petiscos, preparados no interior das residências e que serão servidos pelas donas de casa nas mesas e cadeiras colocadas na praça. Tive a agradável sensação de que havia entre essas pessoas de gerações (e geralmente gêneros) distintas algo mais que uma interação mediada monetariamente. Pareciam cultivar alguma cumplicidade, pois, todos eles, em alguma medida, estavam a ir além das regras do estabelecido.

Em outra parte do diário, registramos a composição do público que aflui ao local e esse é um dado importante para percebermos dimensões das sociabilidades juvenis possíveis na cidade:

O público de jovens frequentadores é diversificado. A faixa de idade que os caracterizam e que é fonte de identidade do local é aquela formada por jovens com menos de 25 anos. Mas também se registram outras frequências, embora em menor quantidade. Identifiquei pessoas mais velhas e crianças acompanhadas por adultos.

Em outro dia, observando melhor o lugar e interagindo com os frequentadores, registramos:

A mistura de classes sociais parecer ser outro elemento da cartela de cores da paisagem que vai se desenhando durante a noite por aqui. É na Portelinha onde jovens de todas as classes sócias, graus de escolaridade (universitários e estudantes de ensino médio, tanto da rede pública como da rede privada) e todas as tribos e performances juvenis podem existir e interagir. Pode-se dizer que a Portelinha é o resultado de uma conquista juvenil. Tanto os jovens construíram esse espaço como são construídos por ele. A noite de encontro na Portelinha é momento de contatos e interações num território livre. Lá, pode-se beber; fumar, mostrar suas expressões estéticas de corpo e composições criativa de vestimentas; ensaiar e iniciar as primeiras experiências sexuais, sejam elas relações hetero ou LGBTQIA+. O grande atrativo desse espaço que leva a população juvenil reconhecê-lo como seu é a possibilidade de se fazer uma noite de encontros gastando pouco. Enquanto uma cerveja no restante da cidade pode ser comprada, nos bares, por até R\$ 13,00, na Portelinha, o famoso litro de cerveja Brahma, bebida preferida pelos jovens, custa R\$ 7,00.

Os aspectos que mencionamos anteriormente, espacialmente situados no Vale do São Francisco, são demarcações da sua identidade regional. Entretanto, no que diz respeito à dinâmica econômica, essa descrição fica parcial se não nos referimos ao uso das águas do Velho Chico para a produção da energia elétrica que abastece toda a região Nordeste e

partes do sudeste do Brasil. As três usinas hidrelétricas que utilizam as águas do rio (Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó) também influem na dinâmica econômica local.

1.3. OS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA E DA ANÁLISE

Neste tópico, explicitamos os caminhos seguidos pela pesquisa que serviu de base para a elaboração do presente trabalho. Destacamos, especialmente, as técnicas de coleta das informações e as formas através das quais desenvolvemos a tradução em texto escrito das informações repassadas pelos nossos entrevistados.

Ao aclarar as trilhas investigativas e analíticas seguidas, damos-nos conta de que a escrita sociológica, tributária que é do jogo interpretativo do mundo, implica sempre em compromissos, engajamentos e, obviamente também, recusas em relação aos valores, ideias e angústias que caracterizam as lutas (explícitas ou implícitas) desse mundo que buscamos analisar. Por isso mesmo, essa escrita é tão excitantemente desafiadora.

O primeiro desses desafios é o da articulação dos elementos empíricos com as categorias teóricas prévias (nem sempre explicitadas pelo pesquisador). Ultrapassar a tentação de impor à realidade do mundo a realidade do modelo (das categorias e dos pressupostos, que são aqueles do próprio campo acadêmico, como, por exemplo, mercado de trabalho, precariado, família, etc.) é a tarefa que o desafio nos impõe. Segundamente, temos que nos desviar da tentação de não nos deixarmos dominar por uma leitura de mundo que confere autoridade apenas ao empírico, como se qualquer ato simples de tradução dos universos dos atores, em si mesmos, não fossem já momentos interpretativos. Há ainda quem veja nessa investida analítica, cujo caminho é aquele do emprego de técnicas de objetivação das falas dos agentes, um exercício de “violência” e “poder”. Nada mais anticientífico do que esse populismo demagógico. Se uma ciência do social pode contribuir para mudar positivamente o mundo certamente não é através da “concessão” de fala aos atores (como se esse objetivo, em si mesmo, não contivesse uma dose elevada de presunção), mas, sim, buscando traduzir e conferindo sentido aos esquemas cognitivos e categorias de pensar o mundo desses atores.

Nesse sentido, Bernard Lahire tem toda razão ao denunciar como danosa ao reconhecimento científico da sociologia o espalhamento no mundo acadêmico dessa fusão

entre empirismo e renúncia consciente à análise a partir das “armas da ciência” do mundo social:

Há inúmeros sociólogos que hoje em dia criticam, ingenuamente, hipóteses e construção do objeto e cometem o pecado de observar no mundo social o que eles próprios colocaram nele. Ao confundir construção *a priori* ou preconceitos, ao considerar toda grade de entrevista um fechamento simbólico do pesquisado, por vezes trocam todo esforço de construção científica por uma falta de respeito culpada ao real (dos atores). (LAHIRE, 2004, p. 37).

Talvez mais do que uma bússola epistemológica, a grande contribuição para o bom andamento de um projeto de investigação e de narrativa do social advenha da incorporação de uma virtude. Não exatamente uma virtude grandiosa, mas uma das modestas, a humildade. Quem a anuncia como importante para a prática científica é sociólogo francês Louis Pinto. Para ele, “a humildade é talvez a primeira das virtudes intelectuais, tendo, além disso, uma função objetivamente política que é a de questionar a distribuição social das competências e dos saberes”. (PINTO, 2000, p. 162). E esta virtude se aplica na prática não tomar como absolutos e inquestionáveis os relatos dos atores, mas em abordá-los com o mesmo respeito e interpelação crítica com que nos confrontamos com as mais canônicas das construções teóricas. A sociologia como ciência só pode existir na condição de colocar sob o crivo da interrogação criteriosa tanto as elaborações intelectuais veneradas quanto as mais simples constatações dos nossos entrevistados.

1.3.1 SOBRE OS CONTEXTOS DA PESQUISA E O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O trabalho escrito resultante de uma pesquisa sociológica dificilmente consegue traduzir os senões e idas e vindas que caracterizaram o trabalho de campo realizado, as incertezas dilacerantes e atormentadoras, além das tentativas e testes de caminhos para a escolha dos sujeitos da pesquisa. Transformar o problema geral (e abstrato da pesquisa) em um guia para orientar a interpelação da “realidade” não é algo resolvível por um golpe artificial, um exercício retórico. Há que se incorporar o problema e o contorno do objeto da pesquisa para que o caminho a ser seguido se torne mais visível. Para que isso ocorra, a forma mesma a partir da qual pensamos a nossa pesquisa precisa ser alterada. No nosso caso, dada que existe uma atratividade da temática “juventude” no meio social, ao anunciarmos a nossa pesquisa, seja em interações com outros pesquisadores ou com os próprios atores, somos bombardeados com informações, injunções e indicações de

caminhos carregados de boa intenção de ajudar, mas também, como não poderia deixar de ser, plenas de descrições “realistas”.

Por isso mesmo, ficou-nos evidente, desde o início, que uma coisa é anunciar, outra bem diferente é efetuar operativamente a ruptura com o pré-construído na pesquisa sociológica. Não é fácil explicitar, para um interlocutor convencido da veracidade de sua apreciação da realidade, de que a realidade a ser sociologicamente interpretada não se confunde com aquela que se torna notada por aparecer como evidente. E, mais que isso, que o mais importante não é exatamente a quantidade e nem a suposta “representatividade” dos sujeitos ouvidos, mas como processaremos as informações por eles aportadas nas nossas interações.

Na definição dos sujeitos e dos contextos da pesquisa, essas preocupações foram decisivas para determinar o lócus da pesquisa e o perfil dos nossos entrevistados. Questões operacionais e de viabilização da empreitada investigativa, desenvolvida isoladamente por uma pesquisadora, também foram levadas em conta nessa definição. Pensar o mundo de jovens e adolescentes brasileiros desde uma perspectiva relacional e ancorada em uma análise comparativa com a geração dos seus pais não poderia ser uma tarefa realizável caso pensássemos em tomar como nossa a tarefa de construir uma representação estatística desses sujeitos. Tomamos, então, como eixos definidores a representação de regiões distintas do amplo território do semiárido nordestino, e escolhemos aqueles polos anteriormente apresentados. Do ângulo da dinâmica geográfica, que no Brasil segue uma tendência centrífuga das grandes capitais do centro-sul do país em círculos que vão se desdobrando das grandes, médias até as pequenas cidades, os municípios pesquisados apresentam uma dinâmica que é aquela do Rio de Janeiro e de São Paulo com dez anos de atraso⁶. Essa configuração é especialmente importante para o analista do social que tenta captar tendências históricas. Assim, quando entrevistamos jovens do semiárido nordestino

⁶ De acordo com estimativas feitas pelo IBGE, a taxa de fecundidade de São Paulo para 2021 era de 1,56. Essa mesma taxa em 2010 era de 2,3 filhos por mulher em idade reprodutiva. Já o Nordeste do Brasil, em 2021, tinha uma taxa média de fecundidade de 2,04, bem próxima daquela de São Paulo de 2010. Se descontarmos o fato de que parte significativa da população nordestina se concentra nas grandes cidades litorâneas, e, portanto, expressa uma tendência mais próxima à capital paulista do que ao interior da região, então, as taxas de fecundidade no semiárido, no interior, tendem a ser iguais ou superiores àquela de São Paulo em 2010.

estávamos lidando com atores que vivem em contextos do presente, mas também de um passado recente.

Outra justificativa para o desenvolvimento da pesquisa nas regiões polarizadas por Juazeiro do Norte (CE), Picos (PI) e Petrolina (PE) foi o fato de que em cada uma dessas cidades existem unidades da rede federal de ensino técnico e tecnológico, o que nos possibilitou o contato com atores que tiveram acessos a processos de educação formal que são qualitativamente superiores aos ofertados pelas redes públicas estaduais tradicionais. Esse dado de realidade era fundamental para a interpelação a respeito dos limites e potencialidades das políticas de inclusão social desenvolvidas durante a chamada “Era Lula”. Se escolhas restringem escolhas posteriores, essa nos afastou da intenção inicial, apontada quando da elaboração do projeto, de assestarmos as nossas baterias analíticas em direção da geração “nem-nem” (jovens que nem estudam e nem trabalham). Além disso, os jovens e adolescentes com vínculos mais fortes com as instituições de ensino ou de trabalho nos levaria a abordar um perfil da geração atual importante de ser sociologicamente abordado: aquele dos “batalhadores”. Com esse termo nos referimos aos rapazes e moças que constroem expectativas de futuro alicerçadas na mobilização de capitais sociais, culturais e redes de apoio familiares e religiosas.

A abordagem dos “batalhadores” foi se impondo ao longo do desenvolvimento de trabalho. Dado que os contatos iniciais, efetuados a partir de indicações de colegas professores pertencentes à rede federal de ensino técnico e tecnológico, levaram-nos a uma inserção em redes dos próprios jovens, que nos facilitavam o acesso tanto a parentes quanto a outros jovens, esse perfil batalhador foi se conformando como o perfil dominante. Obviamente que “batalhador” deve ser encarado aqui muito mais como um tipo ideal, uma categoria que une características do conjunto dos sujeitos, mas que não se adéqua perfeitamente a cada um deles individualmente. Até porque, conforme se pode observar no caso do jovem esportista e que realiza trabalhos ocasionais como massagista, esboçado em uma dos fragmentos de retratos sociológicos, muitas vezes essa “batalha” não se realiza num continuum temporal, existindo momentos de suspensão e levar a vida “mais devagar”.

Buscamos também diversificar, na medida do possível, por gênero e faixa de idade os nossos entrevistados jovens e adolescentes. Dado que o nosso marco etário era aquele de 16 a 30 anos de idade, era importante obtermos entrevistas com jovens em todas as faixas porque aí poderíamos captar níveis diferenciados de relacionamento e/ou

engajamento institucionais. Isso tanto em relação à vida familiar, aos relacionamentos amorosos quanto à inserção no mercado de trabalho. Assim, tanto entrevistamos trabalhadores que estudam quanto jovens que estudam e trabalham, além daqueles que só estudam e outros que recém concluíram os seus estudos e estão desenvolvendo atividades de “bico”, mas, pelos seus engajamentos e compromissos (além de marcadores subjetivos fortes, como projetos consistentemente delineados de futuro) não poderiam ser classificados como “nem-nem”.

Essa diversidade também se expressou em relação a posições sociais. À primeira vista, poderíamos identificar os nossos entrevistados como predominantemente pertencentes às classes populares. Essa apreensão é superada quando nos defrontamos com as suas trajetórias de vida, os capitais sociais acumulados e os consumos de bens culturais explicitados. Desse ângulo, os nossos entrevistados podem ser identificados como oriundos da classe trabalhadora urbana e rural, da pequena burguesia rural e das classes médias urbanas (notadamente daquela infraestruturalmente ancorado no setor de serviços).

O acesso aos pais e parentes foi negociado com os jovens e adolescentes. Quase todos se mostraram colaborativos em relação a esse avanço na nossa interação. Ao contrário das nossas suposições iniciais, alguns deles se sentiram orgulhosos com a oportunidade de que as trajetórias de vida e as elaborações dos seus pais sobre o mundo fossem incorporadas na pesquisa. Embora a realização das entrevistas de pais e filhos não tenha sido incluída como uma estratégia de facilitação do trabalho de campo, essa escolha terminou impactando positivamente a interação com os entrevistados até do ponto de vista da logística da conversa e das gravações.

Em relação à essa logística, vale a pena registrar que estávamos em um universo com um déficit de equipamentos de uso coletivo, além de as nossas interações estarem limitadas pelas condições impostas pela pandemia do Covid-19. Dessa forma, contar com a aquiescência e/ou colaboração da família terminou sendo fundamental para garantir as condições mínimas para o estabelecimento da conversação. Obviamente, em alguns momentos, essa situação implicava em uma perda da privacidade da conversação entre pesquisador e entrevistado. Não era raro que familiares monitorassem, mesmo que à distância e esporadicamente, a conversação. Entretanto, já sabíamos, desde o início, que as nossas condições de pesquisa não eram aquelas de quem realiza pesquisa com jovens desvinculados de instituições e que perambulam pelas ruas e praças das grandes cidades e

menos ainda com sujeitos pertencentes à classe média e possuidores de residências com espaços para conversas reservadas. Essas são as limitações que o universo social impõe ao pesquisador e cabe a este a difícil tarefa de extrair do corpus resultante os elementos distintivos relacionados com a sua problemática de investigação.

Com essas delimitações, entrevistamos 17 jovens e adolescentes e 16 pais e parentes.

1.3.2 A ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE PESQUISA DOMINANTE

A entrevista não é apenas uma técnica de pesquisa a mais, um instrumento a ser mobilizado quando outros não possam ser incorporados na investigação social. Mais do que um meio de recolhimento de informações e dados, a entrevista é a técnica de pesquisa que mais se encaixa em propostas investigativas direcionadas à apreensão das interpretações de mundo feitas pelos atores. E ao nos referirmos à “interpretação” já nos distanciamos de uma perspectiva epistemológica positivista que encara as informações trazidas pelos sujeitos entrevistados como meios de acesso à “verdade” da realidade pesquisada. Nessa perspectiva, cabe ao pesquisador buscar meios para evitar a “poluição” dos dados de realidade, seja através de uma amostra que possibilite a explicitação de pontos de vista contrastantes ou de técnicas de análise que permitam o cruzamento e a checagem das informações mais abertamente contraditórias. Nossa postura é bem outra! O nosso pressuposto, conforme já anunciado antes, é o de que a análise sociológica será, quase sempre, uma interpretação de interpretações. Assim sendo, a entrevista é importante mais pelas interpretações que possibilita e menos pelas revelações novas sobre a realidade que aporta.

Embora a entrevista seja a técnica mais comumente utilizada em pesquisas qualitativas, não é o instrumento mais simples de mobilizar. Isso porque sendo sempre uma invasão do mundo do entrevistado (com a conseqüente ruptura de sua cotidianidade e intimidade), não deixa de expressar uma imposição de questões e cobrança de observações, na maioria das vezes, encaradas sem questionamento e suspensão reflexiva por parte do ator. Por isso mesmo, a negociação e a transmissão clara dos objetivos da pesquisa para o entrevistado se tornam capacidades decisivas para o pesquisador. A relação estabelecida

necessita ser constantemente monitorada para que não resvale para uma comunicação violenta com o pesquisado. Como nos alerta Bourdieu, é imprescindível que o pesquisador busque “reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através” desse instrumento de pesquisa. (BOURDIEU, 2003, p. 694).

Dado que não tínhamos conhecimento prévio com nossos entrevistados e nem estávamos situados no mesmo contexto - o que significava também inexistência de “proximidade social” -, tivemos o desafio de elaborar estratégias para minimizar os fatores de distorção da nossa comunicação. Na interação com jovens e adolescentes, uma alternativa para facilitar o entendimento e, ao mesmo tempo, extrair mais informações e elaborações, foi o de indicar, com certo humor respeitoso, que não estávamos entendendo bem o que estava sendo anunciado. Invariavelmente, eles riam e passavam a explicar expressões, frases ou tópicos que não conseguíamos captar os sentidos. Exemplar a esse respeito foi a explanação de esclarecimento a respeito das várias possibilidades de pertencimento ao “A” da “comunidade” LGBTQIA+.

Para o desenvolvimento da conversação inicial, servimo-nos das perguntas constantes no questionário, mas tivemos sempre a compreensão de que este era mais um pretexto para a nossa conversação do que exatamente “o” instrumento da “coleta de dados”. Concebemo-lo, em verdade, como um artifício para a conquista da confiança, de uma relação que fosse evoluindo para uma maior intimidade, sem forçar situações e nem demagogicamente fingirmos uma proximidade com o entrevistado.

A nossa condição de professora e de pesquisadora realizando um trabalho em uma universidade estrangeira contribuiu para legitimar inicialmente a nossa presença e para garantir a aceitação da entrevista. Também pesou substancialmente o fato de o contato com os entrevistados ser feito a partir da referência a professores.

A entrevista, excepcionalmente aquela em que os entrevistados são jovens, exige do pesquisador a realização do que Bourdieu denomina de “exercício espiritual” que é o de tentar situar-se no lugar do outro que narra sua trajetória, suas elaborações sobre o mundo e os seus projetos de futuro. Nas palavras do autor:

Tentar situar-se em pensamento no lugar que o pesquisado ocupa no espaço social para o *necessitar* a partir desse ponto e para *decidir-se* de alguma maneira por *ele* (no sentido em que Francis Ponge falava em optar pelas coisas), não é executar a ‘projeção de si em outrem’ do qual falam os fenomenólogos. É dar-se uma compreensão genérica e genética do que ele é, fundada no domínio (teórico

ou prático) das condições sociais das quais ele é produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionantes inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social. (BOURDIEU, 2003, p. 699-700).

Não se trata de uma manifestação de polidez ou de demonstração de benevolência. Tratava-se de transformar a nossa conversação em algo do interesse (e interessante) tanto para a pesquisadora quanto para o entrevistado. Essa convergência possibilitava a emergência de uma interação a qual nos levava ao “esquecimento” do questionário. Obviamente, essas situações não se reproduzem facilmente e nem todas as nossas entrevistas alcançaram esse grau de comunicabilidade.

Em algumas entrevistas, realizadas longe do monitoramento familiar ou quando os entrevistados eram jovens mais velhos e possuíam seus próprios espaços, tivemos situações em que os entrevistados realizaram exercícios de reflexão sobre as suas trajetórias de vida. Em algumas delas, emoções profundas afloraram na superfície, impondo-nos a necessidade de autocontrole das emoções para lidar com situações catárticas. O choro profundo e com soluços, especialmente do jovem trabalhador que estuda, já é casado e vive o cansaço da derrota do projeto de ser dentista foi, nesse sentido, exemplar.

Em relação às entrevistas realizadas com os membros da geração anterior, vale destacar o fato de que, para muitos deles, a entrevista significava uma espécie de reconhecimento de suas trajetórias. Estes entrevistados falaram com mais facilidade de suas vidas e expressaram mais firmemente as suas opiniões e avaliações sobre pessoas, coisas e processos. Também em relação a estes entrevistados nos defrontamos com situações de emoções intensas.

Como instrumento auxiliar da pesquisa, tivemos o diário de campo. Com anotações sobre os ambientes físicos e os contextos sociais dos nossos entrevistados, o diário contribuiu significativamente para aclarar aspectos relacionados aos contextos nos quais os entrevistados desenvolvem as suas práticas.

É fundamental registrar que não pudemos seguir à risca perspectiva metodológica desenvolvida por Bernard Lahire. Em especial, era completamente fora das nossas condições a realização de mais de um encontro com os entrevistados. Assim sendo, em certa medida, o nosso trabalho teve a abordagem do sociólogo francês como bússola, mas adaptou-a, introduzindo o questionário e apenas uma conversa gravada com cada um dos

entrevistados. O que nos fez jogar um grande peso na interpretação dos elementos captados, através de um trabalho quase detetivesco de busca de sentidos e elementos significativos. Assim, realizamos uma articulação prática entre a perspectiva da sociologia em escala individual (buscar o social no individual) com a interpretação ancorada na perspectiva da micro-história (a perseguição dos detalhes e das conexões que os atores fizeram ou podem ter feito) que se espelha em parte na magistral obra de Ginzburg (2006), *O queijo e os vermes*, na qual a trajetória de um singular herege da Idade Média, o moleiro Menocchio, é reconstruída partir da leitura da documentação produzida na investigação e julgamento de seu caso pela Inquisição. Tratado, em sua época, como louco e herege, os sentidos de mundo e as construções narrativas do moleiro ganham sentido e razoabilidade quando o pesquisador da história estabelece conexões entre estas e as ideias e proposições disponíveis naquele momento histórico. A lição que fica desse trabalho para a análise sociológica dos indivíduos é a de não pré-julgar e escantear como irrelevantes as elaborações ou construções aparentemente disparatadas por eles produzidas.

1.3.3 O QUESTIONÁRIO OU GRADE DE CONDUÇÃO DA CONVERSA

Embora tenha sido utilizado de forma flexível, o questionário foi estruturado para abordar algumas das questões que foram desdobradas da nossa problemática de pesquisa. Geralmente contemplado por incentivos à continuidade das elaborações, o questionário foi estruturado em torno de perguntas que buscavam incidir sobre gostos, experiências na formação escolar, avaliações sobre a geração “oposta” (anterior ou subsequente), observações sobre o mundo do trabalho, expectativas de relacionamentos amorosos e os projetos de futuro.

Com variações sobre informações básicas, elaboramos dois questionários distintos: um para os jovens e adolescentes e outro para pais e parentes. Em ambos, partimos de informações básicas e objetivas. Com essa estrutura, o questionário permitia uma entrevista que ia do formal e mais objetivo para as questões mais abertamente subjetivas e de opinião.

No entanto, mesmo nessa parte mais formal e objetiva, inserimos questões que possibilitavam uma quebra do ritmo da conversa e a incorporação de apreciações mais avaliativas sobre dimensões da inserção em instituições e processos de socialização. Assim, no questionário para os jovens, após perguntarmos com quem o entrevistado

morava, que tipo de atividades laborais os pais ou parentes desenvolviam, questionávamos sobre a divisão das tarefas domésticas na casa, o que implicava em uma quebra do ritmo da interpelação. Risos ou explicações constrangidas abriam margem para inflexões na conversa e introdução de novas perguntas mais direcionadas ao processo de socialização primária que eram feitas como se fossem manifestações espontâneas.

Em um segundo momento, abordávamos questões relacionadas aos hábitos e práticas de consumo. Essas perguntas nos forneciam referentes para percebermos as disposições culturais dos entrevistados. Também captávamos informações que nos possibilitavam analisar as heranças legadas pela geração anterior e incorporadas pelos jovens e adolescentes do presente. Nesse eixo temático, incorporávamos também perguntas relacionadas às disposições estéticas (cuidado com o corpo, práticas desportivas, frequência de academia, etc.). O corpus resultante dessas perguntas constituiu uma base empírica para a comparação entre as disposições derivadas da socialização primária com aquelas resultantes das relações intrageracionais que ultrapassam as fronteiras nacionais.

“Vida familiar” era o terceiro eixo temático do questionário. As perguntas aí contidas, seguindo a mesma lógica de outros eixos, iam das mais objetivas para as mais subjetivas e que cobravam maior exercício analítico. Assim, partíamos de “você participa (ajuda) do trabalho em casa?” e chegávamos a “*Quando pensa em família, o que vem primeiro à sua cabeça? (quais as coisas que você primeiro se lembra?)*”.

No quarto eixo temático, abordávamos a vida escolar. Seguindo a mesma lógica, partíamos de uma pergunta neutra e objetiva (“Qual foi a sua primeira escola?”) até questões mais abertas e propícias ao exercício reflexivo do entrevistado (“Pra você qual a importância da escola na vida de uma pessoa?” e “Tem alguma coisa que atrapalha seus estudos?”). No entremeio, perguntas relacionadas aos desafios da conjugação dos objetivos pessoais com as cobranças e exigências das instituições escolares. O objetivo era o de fazer o entrevistado aponta experiências significativas na sua trajetória escolar. Desse modo, questionávamos sobre professores que marcavam a sua lembrança e também sobre as relações com os colegas.

No eixo sobre o trabalho, as perguntas eram orientadas no sentido de captar o lugar do trabalho na estruturação da biografia do entrevistado, além de questionamentos sobre valores relacionados ao trabalho, em especial à entrada no mercado de trabalho. A

distinção entre “trabalho” e “emprego” era abordada através de questionamentos indiretos e diretos. Logo após esse eixo temático, abordávamos questões relacionadas aos valores e expectativas em relação à geração anterior (dos pais) e à geração dos entrevistados (adolescentes e jovens do presente). As perguntas, nesse eixo, foram deliberadamente opinativas. Dessa forma, abria-se caminho para a abordagem de questões mais sensíveis e delicadas relacionadas aos relacionamentos amorosos e aos projetos de futuro (e, nestes, o lugar de instituições como a família e o casamento). Nesses eixos buscamos apreender tanto as diferenças das disposições geracionais em relação aos valores (herdados, recusados, opostos, etc.) quanto as novas sensibilidades transversais e geracionais em relação à normas, regras e papéis sociais consagrados. Também abordamos, de forma aproximativa e com o devido cuidado, questões relacionadas ao sofrimento social (ansiedades, medos, angústias e tensões internas) vividas pelos atores.

O questionário utilizado como grade da conversa com pais e parentes continha os mesmos eixos temáticos, mas adaptava as perguntas. Muito particularmente em relação a apropriação do espaço doméstico e os hábitos de consumo era necessário construir perguntas que dialogassem mais fortemente com o universo e os esquemas cognitivos dessa geração. Dado que estávamos lidando com pessoas com mais experiência de vida, direcionamos as perguntas para que as respostas pudessem reconstituir pontos significativos em suas trajetórias de vida. Nesse sentido, focamos mais diretamente na relação dos atores com a família, com a escola e com o trabalho.

1.3.4 O TRATAMENTO DO CÓRPUS, AS UNIDADES DE ANÁLISE E A ESCRITA

Após a compilação do material resultante das entrevistas e o cotejamento deste com as anotações do diário de campo e as indagações constitutivas da nossa problemática de pesquisa, passamos à tarefa de organizar e dotar de consistência esse material. Quando do momento da elaboração do projeto de pesquisa, indicamos a possibilidade da instrumentalização de programas computacionais de análise qualitativa (*TextStat e Atlas.Ti*). Percebemos, no entanto, que o trabalho mais artesanal (e penoso) de leitura e recorte seria mais proveitoso pois nos levaria a uma incorporação mais forte do que tínhamos conseguido juntar. Para organizar esse cópulus, trabalhamos com uniddes de

análises. Com a instrumentalização destas, podemos relacionar mais diretamente o material oriundo das entrevistas com a nossa problemática.

A definição das unidades de análise, que também podem ser entendidas enquanto “unidades de significado”, é um primeiro passo no tratamento do material empírico de uma pesquisa qualitativa. Na literatura metodológica sobre análise de conteúdo essas unidades aparecem quase sempre referidas como “categorias” (POUPART 2014). Preferimos não utilizar categoria nesse sentido para não confundir com o uso extensivo que fazemos do termo ao longo do trabalho para nos referirmos a “formas de entendimento do mundo” dos atores sociais (e dos próprios entrevistados), portanto, referimo-nos a “unidades de análise”.

De forma concreta, essas unidades foram norteadoras não apenas do tratamento dos dados empíricos, mas também da formatação dos retratos sociológicos (e/ou dos fragmentos de retratos). Foram ainda bases referenciais a partir das quais incorporamos os aportes teóricos. Por último, estiveram subjacentes, embora não em sua totalidade, da elaboração do mapa mais geral (em outras palavras, as estruturas estruturadoras) da sociedade brasileira. Ou, sendo mais fiel à perspectiva que adotamos neste trabalho, às forças, processos e redes sociais que atravessam o mundo social desse continente que é o Brasil. Essas categorias expressa, como é óbvio, um recorte arbitrário para dar sentido ao mundo. Foram, primeiramente, elaboradas após nossas primeiras idas ao campo (portanto, depois de realizarmos as primeiras entrevistas). Posteriormente, com a revisão das leituras teóricas e uma análise documental referente ao universo temático estudado, foram redefinidas e diminuídas. A preocupação central que nos guiou nessa delimitação é de que essas categorias não engessassem a análise e a emergência de dimensões pouco iluminadas da realidade estudada e nem nos levassem a projetar nos dados empíricos “construções de mundo” que estavam apenas, inconscientemente, em nosso universo de pesquisadora. Assim, identificamos doze categorias orientadoras: *Casa; Trabalho; Estudo; Família; Apoio; Emprego; Amor; Conflito; Projeto; Sexo; Fracasso e Luta.*

Os termos escolhidos para representar as unidades de análise são polissêmicos por excelência e, do ponto de vista do uso da língua portuguesa no universo pesquisado, são *categorias nativas* mobilizadas instrumentalmente pelos atores para a inteligibilidade do mundo. No que se reportam ao universo teórico que nos serve de bússola se conectam ou

se encaixam em conceitos decisivos como aqueles de *habitus*, disposições, experiências, classe social, sociabilidades, individualização e redes sociais, dentre outros.

Na escrita, essa organização nos possibilitou retratos sociológicos mais singulares dos membros da geração anterior. Já os jovens e adolescentes da geração presente, cujas trajetórias existenciais são menos extensas, optamos por trabalhar com o que denominamos de “fragmentos de retratos”. Essa forma possibilitou que um mesmo retratado pudesse aparecer em momentos distintos, em capítulos organizados tematicamente. Com essa formatação, pudemos enfrentar diretamente questões imbricadas com a problemática de pesquisa e retirar mais “achados de pesquisa” do material recolhido. Ainda em relação à escrita, optamos por estabelecer uma nomeação diferenciada em relação aos entrevistados: aqueles e aquelas da geração anterior são identificados a partir da primeira letra do primeiro nome acrescido da abreviatura de senhor ou senhora (com exceção de um caso de repetição da primeira letra do nome cuja resolução foi acrescentar as primeiras letras desse nome para um dos entrevistados); já em relação aos jovens e adolescentes, optamos identificá-los comumente a partir das iniciais dos seus nomes, pois, dessa forma, também possibilitamos a eles o acesso aos seus retratos quando da disponibilização integral do trabalho na internet.

1.3.5 COMPROMISSOS ÉTICOS COM OS PESQUISADOS E COM A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Um elemento constitutivo da realidade da pesquisa acadêmica no momento atual é o monitoramento feito pelos atores sobre as informações que fornecem e as elaborações que são construídas a seu respeito. A internet ampliou o acesso às dissertações e teses e criou a possibilidade de que os entrevistados possam avaliar os pesquisadores. Trata-se de uma nova realidade na qual o pesquisador necessita, no início mesmo da efetuação do trabalho da pesquisa no campo, estabelecer contratos com os sujeitos pesquisados, além de realizar um exercício de autocontrole na hora do tratamento das informações obtidas. Em relação à primeira dimensão do contrato, realizamos a leitura e solicitamos que cada entrevistado lesse um “Termo de Consentimento Livre e Estabelecido”. Quando o entrevistado era menor de 18 anos, levando em conta a legislação brasileira, solicitamos que um dos pais ou responsáveis pelo entrevistado assinasse o termo. No termo, o

entrevistado ficava ciente que poderia escolher responder ou não algumas de nossas perguntas e, além disso, suspender unilateralmente a entrevista caso o encaminhamento desta fosse do seu agrado. De nossa parte, assumimos o compromisso de resguardar o anonimato dos entrevistados e de usar as suas informações de uma maneira que não facilite a sua identificação por outrem.

As relações estabelecidas entre pesquisador e pesquisado são decisivas para que a entrevista flua e resulte em material significativo. Essas interações, que continuam ocorrendo após os momentos de conversação, expressam tanto as potencialidades das interações quanto um monitoramento inicial do pesquisador pelo pesquisado. A incorporação de normas já consagradas pela ética na pesquisa social ajuda, mas não basta. A amistosidade e uma relação respeitosa para com o entrevistado e todos ao seu redor são posturas fundamentais também. Muito especialmente quando a pesquisa que desenvolvemos se conecta com temáticas que estão no centro do debate político da sociedade, como é o caso das questões de comportamento ou das ações individuais e coletivas dos jovens no Brasil dos dias de hoje. Sobre esse aspecto, vale a pena nos determos um pouco mais. Com o desenvolvimento da pesquisa e as respostas que os entrevistados foram incorporando, deu-se conta de que estávamos incidindo sobre questões muito sensíveis. Dentre estas, as identidades de gênero, as escolhas religiosas e as classificações da sexualidade. Além disso, estávamos dialogando com jovens que reproduziriam nossa conversação no ambiente familiar e grupos sociais, e, portanto, poderiam fomentar interpretações não apenas equivocadas, mas descredibilizadoras do trabalho que desenvolvíamos, com impactos negativos na constituição da rede de contatos para as entrevistas. Fomos nos conscientizando que uma entrevista com um jovem ou um adolescente não era uma simples conversação com um indivíduo, mas uma interação com alguém situado em posições sociais no ambiente da família, na vida escolar, nas redes sociais e na igreja que pertence, por exemplo. Esse

quadro tendia a ser mais delicado quanto menor fosse a cidade ou comunidade de pertencimento do entrevistado. E aqui vale a pena lembrar que muitos contatos e entrevistas foram possíveis porque o nosso acesso aos contatos de pessoas situadas em posições importantes em seus campos, como a liderança religiosa em um município. Isso tinha uma contrapartida, que necessitávamos negociar cuidadosamente para não trair o

nosso acordo moral com os entrevistados, que era o interesse daquelas pessoas em obter informações sobre avaliações de temas comportamentais e políticos. Mas, desde as primeiras abordagens, sabíamos que valeria a pena correr riscos para encontrarmos interlocutores mais abertos e desarmados. E isso nos possibilitou incorporar informações sobre doença mental, violência conjugal, tentativas de suicídio e abandono paterno, dentre outras situações vividas pelos entrevistados ou por pessoas próximas. Também foi seguindo esse caminho que conseguimos conversas duradouras e aprofundadas com o rapaz trans e a menina lésbica, apenas para exemplificar dois entrevistados retratados.

CAPÍTULO 2: APORTES TEÓRICOS

2.1 A ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOB A ÓTICA GERACIONAL

Neste tópico, apontamos as potencialidades heurísticas da categoria geração, discutimos as suas limitações e apontamos as suas conexões com conceitos e questões fundamentais tanto para a sociologia clássica quanto para a contemporânea. Como a geração emerge como categoria analítica? Em qual contexto? A partir dessas questões, realizamos uma reconstituição histórica da sua emergência na ciência do social e indicamos os autores e correntes que a mobilizaram. A partir daí, buscamos estabelecer as interações de geração com conceitos que são centrais na análise social contemporânea.

2.1.1 A GERAÇÃO COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO (CONTRIBUIÇÕES DE CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS)

Na presente investigação, a temática da juventude (ampliada para englobar também a adolescência) ganhou concretude com a sua angulação a partir da incorporação da noção de geração. Nas duas últimas décadas, a noção teve o seu uso intensificado na linguagem cotidiana, fornecendo referências para interações comuns ou douradas e legitimou discursos em campos tão diversos quanto o da publicidade ou da psicologia. Das reuniões familiares às reuniões institucionais no universo acadêmico, as falas do dia a dia cada vez mais recorrem à geração para conseguir força enunciativa e autorizadora.

Mas se a realidade das coisas parece impor a evocação de geração, a leitura de clássicos da sociologia apontava que devíamos levar a sério, como referência para a análise sociológica, a sua incorporação como categoria de análise. Na cotidianidade, nas interações dos agentes leigos, o seu uso como categoria nativa tem o sentido tanto descrever o mundo social, e, ao fazê-lo, contribui para constituir a sua realidade que busca descrever. E, assim, retomando a dúvida inicial, valeria a pena mobilizá-lo como bússola orientadora de uma

análise a respeito dos projetos existenciais de diferentes coortes de idade sobre trabalho, vida escolar e projetos familiares e/ou de vida íntima? Geração, enquanto categoria de pensamento tão entranhada de senso comum teria potencial heurístico? Ou, ainda, tão maleável ao ponto de ser tanto uma palavra de nomeação na Bíblia Sagrada quanto uma categoria de classificação do mundo social para a identificação de referentes que forneçam vida e substância às nossas construções biográficas e às nossas identidades.

Não existe uma lei de ferro que torne sociologicamente inadequada uma categoria mesmo que esta esteja entranha na linguagem comum. Enuncia-se pouco com o seu uso? Nem sempre. Especialmente quando nos damos conta de que a incorporação de geração na abordagem sociológica, no presente trabalho, presta-se a constituir uma ponte, uma mediação, entre as categorias nativas dos mais variados universos que transitam aquelas a quem procuramos captar os sentidos de suas práticas sociais (jovens brasileiros) e os construtos teóricos que ancoram as nossas apreensões.

Em 2012, na cidade de Campina Grande (PB), ao assumirmos a condição de professora substituta do IFPB, um dos desafios era lidar com os valores, linguagens e sociabilidades dos meus alunos. O relacionamento com estudantes de idades entre 15 e 20 anos, ocorria com certo entrave comunicacional derivado do fato de que, então, as chamadas redes sociais (o Facebook, naquele momento era o destaque, embora o tweet e os blogs também fossem referidos) já haviam sido incorporadas nas interações juvenis e esse fato era abordado nas conversações entre professores, nas reuniões pedagógicas e nos encontros com os pais desses estudantes. Isso servia para referendar discursos a respeito do distanciamento em relação a projetos de vida e engajamentos daqueles da geração de agora em relação às pessoas pertencentes à geração de seus pais (e dos professores). Não raro, ouvíamos elaborações a respeito dos “privilégios” da atual geração (“eles têm tudo e não dão valor a nada”). Tensões e situações conflituosas resultavam de interações no cotidiano escolar entre essas gerações. Parecia como se estivessem a falar idiomas diferentes. Descrito dessa maneira, poderíamos estar relatando situações de qualquer ambiente escolar do mundo atual, mas o que se deve atentar aqui é que esses contextos existem também em cidades do interior do Nordeste do Brasil, onde os jovens conectados ao mundo global (Castells, 1999), através das redes computadores, podem ser agentes de “destradicionalização” (Giddens, 1991) de estruturas sociais fundamentais, como a escola, a família e o trabalho. Com o distanciamento dado pelo tempo, olhando em retrospectiva, é

como se ali se estivesse a germinar uma situação de desconfiança e mal-estar que, nos dias atuais, marca as relações professor-aluno, não apenas no Brasil. Não é a toa, que volta e meia, nos dias correntes, jornais e TVs destaquem eventos expressivos desses possíveis conflitos, dentre estes agressões físicas de alunos sobre professores, gravações de aulas sem autorização ou conhecimento dos professores para reprodução como chacota ou brincadeira nas redes sociais. Essa polarização discursiva causava-nos mal-estar e uma inquietação: estranhávamos a fala dos “mais velhos” e éramos tomados por uma curiosidade em entender o mundo dos “mais novos”. Esse incômodo fez-nos incorporar uma postura vigilante diante dessa polarização para não reproduzirmos o discurso de que os jovens de agora não têm responsabilidades e nem engajamentos e, assim, deixar de compreender os códigos do universo dos nossos estudantes. Uma hipótese já emergia desde ali: algo está mudando substancialmente no universo da juventude e a escola e a família não conseguem captar para construir intervenções sobre esse mundo.

Com o passar do tempo, demo-nos conta de que a noção de geração, mesmo quando aparece apenas implicitamente, ajuda a dar sentido à nossa interpretação do mundo. Essa proposição ganha fundamento quando lidamos com trabalhos sociológicos a respeito de juventude. Em inspirado ensaio no qual reconstrói a sua travessia analítica na interpretação do mundo estudantil de Coimbra, Elísio Estanque se refere comumente mais à juventude do que à geração, muito embora incorpore e referencie o legado teórico incontornável de Karl Mannheim. Entretanto, é o último vocábulo que temos em mente quando somos confrontados com as diferenças de atitudes em relação à vida e à sociedade pelos discentes coimbrãs (Estanque, 2010). Em outras situações, como é o caso de um instigante ensaio do chileno Martín Hopenhayn, geração é a categoria que torna inteligível um fenômeno social de dimensão continental, ainda pouco explorado, que é a marcante diferença de perspectivas de integração social de indivíduos de idades diferentes na América Latina (Hopenhayn, 2008).

Quando do delineamento da presente pesquisa, com o questionamento de como operacionalizar essa noção (geração) já a compreendíamos como estratégica para abordar o objeto de estudo. O que era mesmo que necessário aclarar teoricamente a respeito de geração? Compreender geração como um fenômeno em si? Necessitaria ter uma compreensão fenomenológica para entender o objeto? E ao fazer esse uso, escorregaríamos para uma incorporação mais nominalista ou mais construtivista?

Entretanto, a incorporação sociológica da geração seja como conceito ou como categoria de análise é muito mais implícita do que explícita, como apontam corretamente Ron Eyrmann e Bryan S. Turner (1988). Não raro, temos um uso intercambiável entre geração e coorte de idade. Ou, em não poucos estudos, o uso exclusivo de faixas etárias como forma de se evitar uma prestação de contas do uso de um conceito tão polissêmico. Trabalhos no início do século XX, em campos distintos como aqueles da psicologia e da educação, tomavam-na como bússola analítica. E, obviamente, geração está indexada na sociologia clássica. Ou, no mínimo, firmemente assentada em uma obra hoje tomada como clássica na disciplina: aquela de Karl Mannheim. Ora, o uso de conceitos e proposições identificadas pelos clássicos, de algum modo, como aponta-nos Alexander (1999), facilita a comunicação no campo.

Voltemos, pois, ao estudo seminal de Mannheim. O célebre ensaio “O problema das gerações” somente pode ser entendido no contexto mais geral da obra deste autor, cujo norte era a elaboração de uma sociologia do conhecimento cuja base epistemológica não fosse assentada na análise de classes, como na sociologia inspirada na obra de Karl Marx. Não é demais lembrar que a construção de uma teoria social crítica e da mudança social, que fosse uma alternativa ao marxismo, estava no horizonte de Mannheim. Desse modo, as discussões sociológicas sobre geração e conflitos intergeracionais não podem deixar de ser apreendidas senão como inseridas no objetivo de reorientar o foco analítico (da “classe” e do “interesse”) para a dimensão cultural e para a “consciência” (geracional). A perspectiva analítica emprestada por Mannheim à geração está, nesse sentido, muito mais próxima da análise relacional do que daquela objetivista e teleológica, para usarmos aqui termos caros à sociologia de Pierre Bourdieu. E, com essa orientação, temos uma potencialidade analítica da vida social mais tributária das obras de Max Weber e Georg Simmel do que daquela de Marx. Assim, embora a geração não se defina pelo seu enquadramento biológico, este não deixa de ser considerado (como se fora uma espécie de “base material”) fornecendo o contorno contextual, ou o cenário, para a análise das relações intra e intergeracionais. Inserida em um projeto teórico no qual é elaborada como um instrumento conceitual, dentre outros para fundamentar uma alternativa à classe, geração não implica, no seu uso nem mesmo na obra de Mannheim e nem em qualquer outra empreitada sociológica que a tome como inspiração, na rejeição absoluta de instrumentos conceituais e categorias analíticas tributárias da análise de classes.

Por outro lado, circunscrever a rica elaboração de Mannheim no ensaio citado apenas a uma busca por uma alternativa analítica (ou uma ruptura com) ao uso do conceito de classe seria empobrecer o que ali é expresso. Quando optamos por sublinhar a dimensão relacional do ensaio é porque essa é uma trilha aberta pelo autor que faz do conceito de geração uma oposição explícita ao positivismo. Também era a sua intenção uma superação da visão sobre geração produzida pela corrente histórico-romântica alemã. No entanto, Mannheim, segundo Weller (2010), em alguma medida, e, podemos dizer, para o bem da análise sociológica no século XXI, não se desvencilha totalmente da perspectiva qualitativa e vitalista subjacente à essa corrente. E é exatamente esta dimensão (aquela de “captar a vida” ou a “humanidade”) que o leva a compreender que, por exemplo, a “duração” de uma geração é indeterminada (MANHEIM, 1982). Indeterminação que resulta de uma visão não positivista de tempo, como se fora externo, linear e mecânico, mas, pelo contrário, considerava o tempo como “interno”, subjetivo, cognoscente, diríamos. Não há como não lembrar aqui da oposição entre “quantitativo” e “qualitativo”, presente no mundo intelectual alemão do final do século XIX, e, abordada, de forma exemplar, inclusive com desdobramentos epistemológicos, por Georg Simmel. É na apreensão do “qualitativo” e do “singular”, de experiências e práticas que não podem ser captadas tomando-se como referência apenas a “data de nascimento comum” (Flexa & Leccardi, 2010) que reside a força de geração para a compreensão sociológica de conflitos, dramas, mudanças econômicas, sociais e culturais de faixas intercaladas de períodos históricos. No Brasil, uma estudiosa da juventude nos anos 1960, incorporou os aportes de Mannheim e vinculou geração à idade: “as expectativas que se formam em relação à atuação dos indivíduos, no que diz respeito à idade, representam um poderoso vínculo entre a personalidade e o sistema social.” (FORACCHI, 1972, p. 25).

No que nos diz respeito mais de perto, importa ressaltar que, para Mannheim, geração é “fenômeno social que não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo ‘grupos etários’ relacionados, incrustados em um processo histórico-social” (MANHEIM, 1982). Esses eventos traumáticos tomados como marcadores geracionais não o são identificados enquanto tais nem aleatória e nem arbitrariamente, pois, há sempre um chão social, pleno de “evidências” que os confirmam. Por exemplo, é inegável que as duas grandes guerras mundiais do século XX corresponderam a experiências existenciais marcadas pela idade o que justifica o uso de

gerações para identificar coortes de idades daqueles que entraram na vida pública tanto antes quanto depois desses eventos de dimensões trágicas colossais ocorrerem. Da mesma forma, que os eventos relacionados aos movimentos estudantis, feministas, hippies, contra a Guerra do Vietnam e de lutas (pacíficas ou não) contra as ditaduras latino-americanas marcaram uma geração (aquela cujo ano-símbolo é o 1968), o que significa que viver o evento é mais determinante para identidade geracional do que nascer em um ano determinado. Importante acrescentar que essas gerações existiram não apenas “em si”, mas também em relação com outras. Por sua vez, as “unidades de geração” são aqueles subconjuntos nos quais a identidade geracional se cristaliza e que, não raro, utilizam esses signos distintivos geracionais como apoios na disputa por recursos materiais e simbólicos escassos em suas sociedades. Essas unidades também carregam a institucionalização da memória dos eventos que as definem (“geração que foi para a guerra”, “geração que gostava de drogas, *rock and roll* e amor livre”, “geração 68”, “geração coca-cola”, “geração da internet”). Até aqui estivemos mais ou menos circundando geração a partir da elaboração de Mannheim. Uma tradução desse arranjo conceitual para a geração objeto desta investigação identificaria, dentre outros, os seguintes eventos significativos e signos demarcadores (unidades geracionais): a “Era Lula” como contexto político definidor; as chamadas Jornadas de 2013 (inserção na esfera pública, nem sempre de forma direta), que mobilizou parcela significativa dos seus membros; o consumo e a produção de artefatos culturais globais (acessados pelas redes sociais); a emergência de uma linguagem virtual e uma interação mediada marcada pelo uso intensivo dos registros de imagens fotográficas e vídeos. E esses contornos de identidade geracional vão sendo modelados e confirmados também pelas produções discursivas das gerações precedentes. Dessa forma, explicitando a dimensão relacional da definição de geração. A partir de tais considerações, podemos dizer que geração não é um instrumento conceitual secundário. E, mais que isso, que pode nos ajudar a entender situações de intensas e confusas mudanças sociais como são aquelas relacionadas, por exemplo, à inserção de ingressantes no mercado de trabalho.

Nesse sentido, articular geração e classe para a instrumentação de uma análise sociológica sobre as mudanças sociais do presente se torna mais concreta quando cotejamos o legado clássico de Mannheim com os aportes teóricos de um cientista social que, embora contemporâneo, não deixa de ser também um “clássico”, Pierre Bourdieu. Temos como referência em especial, e aqui seguimos a trilha aberta por Eyerman & Turner

(1998), o conceito de *habitus*. Apresentado e definido em tantos e variados momentos da extensa obra do sociólogo francês, *habitus* pode ter a seguinte fórmula sintética:

(É) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma matriz de *percepções*, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Falta explicitar, na definição, a noção, sempre ressaltada por Bourdieu, de *hélix corporal*. Tendo em vista que as disposições são mentais e também corporais. O corpo (ou a dimensão corporal) é fundamental na sociologia bourdieusiana. O agente, ao contrário do que ocorre em outras abordagens sociológicas, tem um corpo e este *incorpora* a sociedade (em um esquema de ver, mas também em uma forma de se movimentar para ser visto – ou, dependendo do caso, ser o menos visível possível), expressando-se através da *hélix corporal*. A esse respeito, diga-se de passagem, na geração que pesquisamos, o corpo é expressivo do self, sendo a apresentação primeira das pessoas em redes sociais como o Facebook (“eu não vou postar essa foto porque esse ângulo não me valoriza”), no qual os estados emocionais se manifestam em imagens sensuais, sorrisos efusivos e posturas de ânimo e de vigor. Para ficar nesse terreno das imagens e retomando a abordagem bourdieusina, devemos lembrar que o estudo de fotografias de pessoas em momentos históricos é inspirador para uma sociologia que não circunscreve a socialização apenas à incorporação de esquemas mentais, mas também considera decisiva a disposição sobre os corpos e as formas de enxergá-los.

Assim concebido, podemos propor a existência de um *habitus geracional* que se traduz tanto em categorias de classificação do mundo (enquadramentos cognitivos a partir dos quais fornecemos “sentido” e nos apropriamos da sociedade e da natureza) quanto em *disposições corporais*. Fazer a junção do legado clássico de Mannheim com os aportes da sociologia de Bourdieu não é, entretanto, uma trilha seguida consensualmente por todos os analistas do mundo social contemporâneo que tomam geração como instrumento para melhorar a compreensão dos fenômenos sociais. Esse é o caso de José Maurício Domingues em instigante ensaio, tomado como referência na sociologia brasileira sobre o estudo da conexão entre geração e subjetividades (DOMINGUES, 2002, p. 75). Nesse texto, ele lapida o conceito de geração realçando a sua dimensão relacional, “uma geração não se define isoladamente: é na interação com outras gerações que cada uma delas delinea sua identidade e contribui para a produção das outras”. À essa perspectiva

relacional o autor adiciona o seu conceito de subjetividade coletiva (esta sendo compreendida como a “rede interativa multidimensional” na qual atores e coletividades influenciam-se e se moldam). Dessa forma, a partir da sua leitura podemos propor que uma geração também expressa uma memória coletiva (“no nosso tempo”, “no meu tempo”) que é a argamassa daquela subjetividade coletiva. Esta subjetividade coletiva geracional se cruza com outras, oriundas de fontes tão distintas quanto a classe social, o gênero, o consumo cultural, os pertencimentos religiosos e étnicos.

Ao reforçar o peso da memória e da subjetividade coletivas, Domingues (2010) fornece uma concretude à noção de geração. Entretanto, comete um equívoco que é o de conceber como antagônica essa sua compreensão com as potencialidades investigativas do mundo social derivadas do conceito de habitus, o que entendemos ser possível. Ao etiquetar o conceito de habitus como “duro” (DOMINGUES, 2010, p. 71), ele o entende como incompatível com a mobilização analítica de memórias e subjetividades. E, dessa forma, termina por secundarizar a importância da socialização classista na formatação das atitudes e disposições dos indivíduos, esquecendo que a análise focada na classe também implica levar em conta corpo, memória e subjetividade. Tanto nossa experiência profissional na educação no Nordeste do Brasil quanto os dados produzidos nesta investigação indicam a fusão de todos esses elementos analíticos. Essa junção analítica se mostra mais necessária ainda quando em um universo social como o brasileiro, no qual as memórias e subjetividades de jovens e adolescentes são fortemente demarcadas pelas posições sociais em uma estrutura social na qual, não raras vezes, vemo-nos tentados não apenas a nos referir às classes, mas também, e mesmo que metaforicamente, a “castas”. Nas interações entre posições distintas desses atores, encontramos situações que reproduzem confrontos similares àqueles abordados exemplarmente por Elias (2001)⁷.

Em sociedades multigeracionais, como são as nossas na atualidade, é sempre bom estarmos alertas para levar em conta tanto as transmissões de valores e esquemas cognitivos das gerações anteriores sobre as atuais quanto as trocas de saberes e práticas intergeracionais. E as memórias coletivas são também àquelas produzidas em instituições como família, escola e igreja. Tomemos como exemplo a família. Como nos indicam

⁷ No texto referido, Nobert Elias analisa como a construção da profissão naval na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, envolta em uma luta de reprodução social e ascensão social, traduzia conflitos entre nobres e os corsários, experientes nas lidas das coisas marinhas.

Freixa e Leccardi (2010, p. 193), “a memória familiar personifica a continuidade entre as gerações.”

Nesse sentido, no presente trabalho de tese, propomos a noção de habitus geracional como grade analítica. Esse conceito alia os aportes de Domingues, em especial a sua mirada às subjetividades coletivas, com os elementos básicos da sociologia de Bourdieu (em especial o conceito de habitus). Além dessa junção, faz-se necessário também conectarmos as ideias de fluidez, globalização, processos socioculturais translocais com o chão social da socialização alicerçada em classes ou posições sociais distintas. E se as relações *intergeracionais* expressam hierarquias e possibilidades de conflitos, como bem demonstra Douglas (1999) em magistral ensaio antropológico, não podemos também nos esquecer das hierarquias *intraeracionais* derivadas de experiências distintas nas instituições centrais da vida social moderna: escola, mercado de trabalho, família, vida amorosa e sexualidade, dentre outras. Entretanto, as respostas concretas às situações vividas pelos atores jovens atuais não estão ao sabor das injunções aleatórias das múltiplas dimensões do social, como propõe Dubet (1994)⁸, mas, sim, contidas, em maior ou menor grau, nas disposições incorporadas ao longo de suas existências. Em outras palavras, o habitus geracional é a plataforma a partir da qual jovens e adolescentes, do Brasil e no mundo, em que pesem as especificidades sociais e culturais, respondem aos desafios e demandas que lhes são impostas por um social em mutação.

Tendo definido esse primeiro ponto de apoio teórico, temos o desafio de nos defrontar agora com a noção-chave de socialização.

2.1.2 SOCIALIZAÇÃO E GERAÇÃO

Em definição agora já canônica, Peter Berger e Brigitte Berger definem socialização como sendo “o processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser membro da sociedade” (BERGER; BERGER, 1977). De que forma se realiza esse aprendizado? Os autores apontam para a importância formadora das instituições sociais. Tudo estaria muito

⁸ A sociologia da experiência de François Dubet, alicerçada em trabalho empírico realizado no universo jovem e popular das áreas periféricas de Paris, em que pese essa limitação, é uma importante referência, como se verá mais adiante, para a discussão teórica atual sobre socialização.

bem caso a sociologia não tivesse voltado tantas vezes à árvore do conhecimento para degustar do seu fruto proibido e tivesse passado a colocar em primeiro plano questões a respeito do que é mesmo uma instituição social ou uma sociedade. Ou, com menor radicalidade, quais as mutações substantivas que instituições e sociedades vivenciaram nos últimos tempos? Se foram (ou estão sendo) redefinidas tão profundamente continuaria válida a clássica definição com que abrimos o parágrafo? E, indo mais além na contramão, há quem, como Dubet (1994), coloque em causa a própria noção mesma de socialização ao enfatizar que existiriam “atores não totalmente socializados”.

De certo modo, sejam as mutações das instituições tradicionalmente tomadas como socializadoras nas sociedades modernas ou entrada em cena de novos atores institucionais no processo de socialização, nada disso coloca em causa ou tornam superadas as elaborações a respeito da formação do self na infância ou nesse período alargado da biografia do indivíduo agora identificado como “adolescência”. Menos aceitável ainda é ideia de que a existência de “registos múltiplos e não congruentes” (Dubet, 1994, p.98) resultariam numa certa “autonomia do indivíduo”, levando-o a respostas inesperadas nas ocorrências cotidianas e nas suas interações com outros e com as instituições cristalizadas, como escola, aparato repressor do Estado (policial, antes de tudo), mercado e vida amorosa. Subjacente a essa proposição, presente na obra de François Dubet, está a ideia de que a uma “pluralidade” da vida social (tanto de instituições socializadoras quanto de forças e processos negadores destas) corresponderia a um ator descentrado e “aberto” a influências múltiplas. Ora, o reconhecimento de que o avanço da modernização social implica em uma multiplicação de esferas sociais já estava contida nos clássicos, basta nos lembrarmos das elaborações weberianas a respeito da emergência de diversas “esferas axiológicas”.

A busca em se “afastar” da sociologia “dura” de Bourdieu, que perpassa trabalhos tão distintos quanto aqueles escritos por José Maurício Domingues e François Dubet, leva, no fundo, a, em nome da pluralidade do social, a ideia de um indivíduo amorfo e tão aberto às contingências que pareceria seriam estas as determinantes de sua biografia. Aqui podemos englobar em uma mesma perspectiva autores comumente tratados como expressivos de posições teóricas opostas, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. Tanto o

habitus quanto a noção giddenseniana de “consciência prática⁹” implicam em um aprendizado formador. Mas esse “aprendizado”, para o qual comumente atribuímos um peso substantivo às instituições socializadoras, ocorre em todos os momentos e espaços. Está-se no mundo porque o mundo está em nós, poder-se-ia resumir assim a aposta bourdieusiana do habitus. Assim, escreve ele, “a relação com o mundo é uma relação de presença no mundo, de estar no mundo, no sentido de pertencer ao mundo, de ser possuído por ele, na qual nem o agente nem o objeto são colocados como tais” (BOURDIEU, 2001, p. 172). Com essa ancoragem, não por acaso referenciada em dois autores que, de bases epistemológicas distintas, fornecem aportes para uma ideia de uma sociologia da prática, podemos propor que socialização é tanto “estrutura”, no sentido de normas e regras gravadas na memória quanto recurso mobilizável para “ler o mundo”, e, ao mesmo tempo, é um “aprendizado pelo corpo”.

Uma abordagem paralela e complementar é aquela desenvolvida por Norbert Elias a respeito do “processo civilizador”, na obra maior da sua sociologia das figurações. Este é definido como um exercício continuado e crescente de autocontrole das emoções e pulsões dos indivíduos, cuja dinâmica é acelerada a partir dos séculos XVI e XVII. Não por acaso, segundo ele, é nesse momento em que se formaliza a noção de indivíduo. Essa formalização se expressa, dentre outras dimensões, na separação dos elementos constitutivos de uma das relações sociais mais elementares, qual seja aquela entre pais e filhos. Esse indivíduo vive uma busca desesperada por integração, a qual o leva a se inserir em relações de poder e violência (como aquela que marca a vida familiar nas sociedades pré-modernas) e que se assenta, antes de tudo, no medo e na vergonha de não demonstrar a incorporação dos modelos padronizados de comportamento e não ser marcado como “incivilizado”.

Ilustrativo a esse respeito é a observação feita pelo autor em um ensaio denominado “A civilização dos pais”: “As crianças, no início, encontram-se completamente sob o jugo do poder dos pais. Mais especificamente, as oportunidades de poder dos pais são muito grandes são muito grandes se comparadas às oportunidades das crianças, principalmente no que diz respeito aos infantes. Em sociedades como as nossas, dificilmente haverá outro tipo de

⁹ “O que os atores sabem (creem) acerca das condições sociais, incluindo especialmente as de sua própria ação, mas não podem expressar discursivamente; nenhuma barreira repressiva, entretanto, protege a consciência prática, como acontece com o inconsciente” (GIDDENS, 2003).

relação em que os diferenciais de poder entre indivíduos interdependentes sejam tão grandes como na relação pais-filhos” (ELIAS, 2012, p. 475).

O que implica, nesse caso, ser objeto de punições e constrangimentos. A vergonha a qual Elias se refere, poder-se-ia ser entendida, numa leitura mais próxima da perspectiva durkheimiana, como uma força do social que incide sobre o indivíduo e que se traduz em um sentimento de fracasso e destruição pessoal. As figurações sociais, expressas em padrões, normas e contextos institucionalizados, como o próprio Estado, a escola, a família e o próprio indivíduo, são resultados não intencionais de relações de interdependências interindividuais e entre indivíduos e coletivos (que ele nomeia como “sociedades”). Escrito dessa forma pareceria que o autor assumiria uma perspectiva funcionalista das relações sociais e não é assim. Contradições, conflitos e movimentos centrífugos e centrípetos marcam os fenômenos de construção e reprodução da vida social.

Embora não se detenha a abordar de forma específica sobre geração, ao elaborar de processo civilizador (que é tanto social quanto individual) como sendo constituído por etapas e estágios sucessivos, podemos entender que esses cortes temporais correspondem a diferentes gerações. E o diferencial destas seriam os distintos “modelos sociais de civilização” (ELIAS, 2012, p. 469).

A sociologia de Elias traz um contributo fundamental à análise sociológica de questões centrais para o nosso trabalho: relações escola/alunos, a autodeterminação e constituição de si dos jovens (sexualidade, intimidade, projetos de família e vida amorosa), o processo de autonomia destes em relação às suas famílias e a relação deles com o mercado de trabalho.

Uma abordagem adicional a ser considerada é aquela desenvolvida por Bernard Lahire, que dialoga forte e criticamente com a sociologia de Durkheim e traz elementos novos para a apreensão da socialização a partir da consideração dos perfis individuais de comportamento. A reflexão de Lahire é especialmente pertinente para contribuir com a apreensão dos processos de socialização em um momento como o atual, no qual nos damos conta da erosão de legitimidade de instituições tradicionais como a escola, a família e o trabalho e diante da pluralidade de contextos, obriga-nos a incorporar tempo e espaço na análise. Assim, análises alicerçadas em dados estatísticos e perfis de classes (burguês, operário, classe media, rico, pobre) terminam por ser reducionistas. Mas o que é e como

ocorre o processo de socialização diferenciada temporalmente formulado por Lahire? Em um jogo dialético entre imposição e autonomia, com níveis e intensidades que variam conforme as fases da vida. Quanto mais tenra a idade (crianças e primeira adolescência) maior a intensidade da imposição e menor a expressão da autonomia, depois dos 15 anos de idade em diante (o que, nas nossas sociedades, coincidem com a entrada no ensino médio) essa imposição é menor, a autonomia mais alargada e as tensões e conflitos emergem com de forma mais expressiva.

Quais as esferas de influência que se tornam relevantes nesse jogo de socialização complexa de adolescentes e jovens? Lahire remete às possibilidades de interações mais amplas e, cada vez mais substantivos, de grupos de amigos e de relações amorosas. E, mais substantiva ainda, o processo interno (individual) de construção da identidade sexual. É nesse momento que a demanda por autonomia, uma incorporação individual de um ideal social moderno, ganha força para redefinir as biografias¹⁰. A esse respeito, vale a pena incluir uma consideração do próprio Lahire:

Não é necessário dizer, porém, que “encontrar seu lugar” não é de modo algum uma necessidade pessoal ou injunção histórica imperiosa (e misteriosa) que estaria na origem dos comportamentos, mas sim o produto de uma situação de inserção no mundo social diferenciado (segundo o sexo, a geração, a classe social, o tipo de interesse cultural desenvolvido por cada grupo ou instituição, etc) e fundado em lutas, tácitas ou explícitas, de concorrências simbólicas entre esses diferentes grupos, subgrupos, instituições, comunidades, lutas que têm como objetivo o monopólio da definição legítima dos gostos e das práticas legítimas. (LAHIRE, 2006, p. 426).

Para a compreensão dos comportamentos típicos desses momentos de inserção diferenciada no mundo social, o conceito de disposição ocupa lugar estratégico. Oriundo do arcabouço teórico bourdieusiana, no qual se busca condensar maneiras de perceber e estar no mundo, tem o sentido, para Lahire, de captar as experiências socializadoras passadas que se sedimentam em “características disposicionais: propensões, inclinações, hábitos, tendências, persistentes maneiras de ser[...]” (LAHIRE, 2004, p. 27). Dessa forma, Lahire radicaliza a análise sociológica relacional, enriquecendo a análise da prática proposta por Bourdieu (1989). Por outro lado, esse é um conceito que ganha robustez quando referenciado em dados empíricos. Isso porque a disposição não pode ser entendida

¹⁰ Na abordagem de Lahire, a trajetória de vida é constituída de passagens progressivas de uma fase a outra. No caso da adolescência para a juventude, o campo de possibilidades se amplia; da juventude para a vida adulta, esse campo se estreita. (Lahire, 2006, p. 428).

“como uma resposta mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, de sentir e de agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas” (LAHIRE, 2004, p. 30).

Tomando como base as considerações anteriores, podemos propor que a compreensão de processos de socialização de gerações distintas deve levar em conta o fato de que as interações cotidianas, aquelas que formatam as estruturas e são expressivas do habitus, traduzidas em disposições, geografias mentais e categorias classificatórias do mundo, necessitam ser problematizadas. E aqui chegamos a um ponto nodal: os processos de socialização de distintas gerações não podem ser corretamente analisados se deixamos de lado a dimensão das posições dos atores na estrutura social. Em outras palavras, não dá para não levar em conta a dimensão de classes. E é exatamente disso que trataremos no tópico a seguir.

Mas é igualmente decisivo não se desconsiderar a autointerpretação que os próprios atores fazem de si. Nesse sentido, geração também é, assim como classe social, uma categoria manejada pelos especialistas das ciências sociais e por aqueles a quem Giddens denomina de “agentes leigos”, ou seja, as pessoas comuns no seu dia. Assim sendo, geração também é uma “categoria nativa”, que fornece uma bússola, quando não uma identidade manejável, para que as pessoas possam lidar com o seu mundo.

2.1.3 CLASSES, GERAÇÕES, CONFLITOS E DESIGUALDADES

O uso do conceito de geração convoca aquele de classe social para a interlocução. Dessa forma, vale a pena cotejar (ou, ao menos, não deixar em segundo plano) os recortes e distinções relacionados à dimensão de classe em comportamentos tidos como “geracionais”.

Embora seja inegável que o conceito de geração potencializa a captura analítica de comportamentos e experiências que são transversais às classes sociais não é menos verdade que, em contextos nacionais marcados, como é o caso do Brasil, por desigualdades sociais fortemente enraizadas e derivadas de estruturas sócio-históricas longevas, mesmo essa transversalidade não deixa de ser marcada pelas distinções relacionadas à hierarquia das posições sociais. Em outras palavras, classe social importa na compreensão do mundo social, mesmo quando nos debruçamos analiticamente sobre fenômenos que, dada a sua

universalidade, parecem jogá-las para um obscuro segundo plano. Se as classes contam, como nos lembra Estanque (2014), referenciando-se em Erik Olin Wright, e são “variáveis independentes”, como frisa este último, é impossível contorná-las quando a nossa aventura sociológica pretende colocar em causa a relação entre geração e instituições nodais da sociedade moderna, como o são o trabalho, a família e a vida escolar. Dessa forma, assumimos aqui uma proposição que norteia a abordagem de Wright, qual seja a de que tomar a classe como ângulo analítico não é idêntico a se pensar que os fenômenos sociais possam ser “explicados principalmente em termos de classe, nem mesmo de que classe é sempre um fato determinante”, mas sim de que “a classe social é uma causa social generalizada e, portanto, vale a pena explorar suas ramificações em fenômenos sociais.” (WRIGHT, 2015, p.121).

Essa incorporação da dimensão classista na análise de um fenômeno também perscrutado a partir do ângulo geracional não contradita com o aproveitamento do conceito exemplarmente trabalhado por Mannheim. Pelo contrário, aporta nuances e faz com que olhemos dimensões nem sempre iluminadas do mundo social nas análises de tópicos já consagrados da investigação sociológica¹¹. Veja-se o caso, que será mais abordado mais adiante, das incertezas, dos desafios e dos obstáculos que caracterizam a inserção dos jovens no mercado de trabalho neste século XXI. Embora se reconheça a desigualdade intergeracional, quando se menciona que as gerações precedentes garantiram com mais facilidades um ingresso no mundo do trabalho do que aquelas do presente, pouca atenção se dá às enormes diferenças intrageracionais que têm por base as classes sociais. Em países como o Brasil, onde as estruturas estatais do bem-estar social são fortemente capturadas pelas classes médias ou tornadas instrumentos de clientelismo político e controle sobre as classes populares, a distribuição de recursos mobilizáveis para a entrada no mercado de trabalho é não apenas desigual (como o é de resto em quase todo o mundo contemporâneo), mas estruturalmente desigual. E aqui nem nos referimos ainda aos diferentes acúmulos de capitais escolares pelos membros da atual geração, mas, antes disso, às redes sociais e os apoios institucionais (família, igreja, por exemplo) com que contam e que se desdobram em potenciar elementos de produção de desigualdades.

¹¹ Dentre esses tópicos, além daqueles que aqui abordamos (mercado de trabalho, família e vida escolar), outros como consumo cultural ou delinquência juvenil também têm ganhos heurísticos quando apreendidos a partir de interpelações que cruzem geração e classe social.

Há que se levar em conta ainda as expectativas diferenciadas em relação ao ingresso imediato no mercado de trabalho dos jovens de classe média no Brasil. A maior tolerância das famílias de classe média com a entrada de seus filhos no mercado de trabalho é um diferencial significativo, além de um indicador forte da desigualdade intrageracional significativo na atual geração. Essa distinção implica em que uma mesma situação em relação ao trabalho poderá ser apreendida, seja pelos envolvidos diretos ou pela sociedade, com significados opostos. Veja-se, por exemplo, o caso dos estágios remunerados de jovens concluintes de cursos de graduação ou de egressos recentes do sistema educacional. Enquanto para os filhos das classes populares, o estágio é um “trabalho”, uma “oportunidade” a ser agarrada e a expressão daquilo que se “pode conquistar”, para os jovens de classe média, o estágio será apreendido subjetivamente como um “estacionamento”, uma situação formativa “provisória” (que, embora possa se prolongar temporalmente, nunca perderá essa marca de transitoriedade para algo mais “definitivo” ou mais importante e impactante na biografia individual) porque existe um sentimento naturalizado de que esse jovem merece “algo melhor”. A produção cultural, particularmente a televisiva e a cinematográfica, captaram as tensões e os conflitos relacionados a essas novas demandas dos jovens.

O próprio tempo da vivência da juventude é expressivo da desigualdade no Brasil. E essa mudança ocorreu, sobretudo, após os anos 1980. A partir de então, o tempo sancionado para se viver a infância foi encurtado e aquele na qual é legítimo se reconhecer a adolescência foi alargado. Direta ou indiretamente, a inserção no mundo trabalho é uma estrutura modeladora desse tempo. O trabalho, e mais precisamente a premência da necessidade de trabalhar, é um elemento estruturante da transição para a vida adulta¹². Seja porque se foi pai ou mãe, e é mais comum que seja o último caso, obrigue a se adiantar o tempo de entrada no mercado de trabalho para se conseguir dar conta da criança que chegou ou, ainda, se o trabalho seja uma espécie de preparação obrigatória para a condição de adulto, notadamente a autonomia financeira diante de uma situação familiar de dificuldades para garantir ao adolescente ou jovem os elementos ou instrumentos mínimos cuja posse se impõe como necessidade.

¹² Essas proposições, em parte, beneficiam-se das reflexões desenvolvidas por Madeira (2006).

Situações iguais podem ser apreendidas ou vividas com significações radicalmente distintas, pois, expressivas de diferenças sociais abissais. Assim, embora a precariedade no trabalho possa ser apreendida como uma marca geracional de jovens e adolescentes que, neste momento, estão na faixa etária entre os 15 e os 30 anos, as redes de suporte institucionais com que contam fazem com que os significados produzidos em relação a essa situação variem substancialmente a depender da posição social no interior da geração na qual o agente se situe.

A jovem negra, estudante de direito, oriunda de uma família de trabalhadores rurais, pode cruzar, no mesmo estágio, por exemplo, no Ministério Público Estadual de Pernambuco na cidade de Petrolina¹³, com o colega branco (ou não tão branco, mas não negro), filho de professores universitários. Enquanto para a primeira, o estágio será uma oportunidade para conseguir garantir uma atividade remunerada, a qual ela tentará alongar buscando se inserir nesse universo, o segundo apreende a situação apenas como um ponto em uma trajetória que pode seguir por uma pós-graduação em outra cidade ou até em outro país ou ainda, como é mais comum, em um investimento familiar de três ou quatro anos para que ele possa frequentar cursos preparatórios para os concursos públicos em alguns postos da almejada carreira jurídica do país.

A situação anteriormente mencionada, exemplar da distância social existente no Brasil entre os jovens “batalhadores” das classes populares e os filhos da classe média, ajuda-nos a não resvalarmos para o essencialismo, o qual tende a tomar situações, posições e contextos como definidores em si mesmos. O estágio de estudantes e egressos dos sistemas de ensinos médio e superior, por certo não se constitui na forma mais importante da primeira inserção da atual geração de jovens e adolescentes no mercado de trabalho no Brasil, mas pode ser tomado como plataforma para uma incursão analítica, desde a ótica da sociologia do trabalho, em especial, sobre as roupagens a respeito do trabalho precário. Em campos disciplinares adjacentes ao nosso, mais especialmente na administração e na psicologia, têm-se buscado apreender as percepções desses estagiários sobre as atividades

¹³ Este exemplo é referenciado em uma situação vivida por uma de nossas retratadas.

que desenvolvem e as relações construídas com os trabalhadores “estabelecidos” das empresas ou órgãos públicos em que atuam¹⁴.

Obviamente, em uma sociedade como a brasileira tão marcada pela desigualdade e onde esta quase se naturaliza em gradações de cidadania (onde uns detém mais “direitos” do que outros), algo que confere contorno de expressão da realidade a proposição do historiador José Murilo de Carvalho, de que existiria no país, uma “cidadania inconclusa” (Carvalho, 2001), apreender diferenças intrageracionais não é exatamente matéria nova. Para quem perspectiva analiticamente a vida social do país, essa é uma obviedade até cansativa de repetir. Mas, como nos lembrava o antropólogo Darcy Ribeiro, que marcou o debate sobre a educação e a elaboração de políticas públicas para a juventude no Brasil, em memorável ensaio, o óbvio precisa sempre ser lembrado no país¹⁵. Essa proposição se aplica, especialmente, sobre a estruturação da desigualdade entre os jovens no acesso à educação e na inserção no espaço público e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, mesmo se o estágio profissional para estudantes seja uma realidade para apenas uma parcela da geração atual de jovens, conforme se pode verificar no quadro abaixo, o estágio, em si mesmo, é um elemento recorrente dos discursos sobre juventude e trabalho na atualidade, e não apenas no Brasil¹⁶.

Quadro 1 - Distribuição regional de alunos e estágios no mercado de trabalho no Brasil (2020)

	Alunos: Médio e Médio técnico	Estágios: Médio e Médio técnico	Alunos: Superior	Estágios: Superior
	% Alunos	% Estagiários	% Alunos	% Estágio
Norte	858.023 (9,80%)	4.751 (2,22%)	691.639 (8,2%)	18.316 (2,67%)
Nordeste	2.419.214 (27,62%)	27.114 (12,67%)	1.799.609 (21,3%)	52.273 (7,62%)
Centro-Oeste	672.844 (7,68%)	13.311 (6,22%)	774.221 (9,16%)	40.474 (5,90%)
Sudeste	3.584.912 (40,93%)	121.274 (56,67%)	3.755.153 (44,43%)	411.600 (60%)
Sul	1.223.244 (13,97%)	47.551 (22,22%)	1.428.909 (16,9%)	163.337(23,81%)
TOTAL	8.758.237 (100%)	214.000 (100%)	8.450.755 (100%)	686.000 (100%)

¹⁴ Tomamos como referência, apenas para exemplificar, os trabalhos de Oliveira (2011), Silva & Teixeira (2013) e Barros, Pacheco e Batista (2018).

¹⁵ Ribeiro (1979).

¹⁶ Muito embora não seja inoportuno lembrar que a “política de estágio” é agenciada pelas principais entidades patronais da indústria, do comércio e do setor de serviços. A Confederação Nacional da Indústria, por exemplo, conta, desde 1969, com uma estrutura específica para o agenciamento de estágios, o Instituto Euvaldo Lodi. Outra referência no campo de estágio é o Centro de Integração Escola-Empresa.

Fonte: Associação Brasileira de Estágios.

Trata-se de uma produção discursiva - próprio de uma ideologia. Referimo-nos, em especial, à naturalização da entrada gradual e progressiva do jovem no mundo do trabalho, através da incorporação de saberes e práticas que jamais são aprendidos no universo escolar e/ou acadêmico. E, nessa dimensão mais geral, este é um problema, sim, geracional. Esse discurso naturaliza tanto a desvalorização do capital escolar (daquele acumulado pelos jovens oriundos das classes populares) quanto a perpetuação da inserção precária no mercado de trabalho. Não é um fenômeno específico de um ou outro país ou do capitalismo central ou periférico. A realidade que essa “ideologia do estágio” produz foi analisada no contexto português por Carmo & Matias (2019) e, no francês, há três décadas, pelo sociólogo Jean-Claude Chamboredon¹⁷. Tudo se passa, lembrava-nos este, como se fosse “necessário” um longo período de “formação” no trabalho após a escolar ou universitária. A sua contrapartida é a sensação, partilhada por jovens e adolescentes, de que os saberes a que têm acesso são obsoletos e desprovidos de valor para o que de fato “interessa”: a navegação incerta no mar revolto do mercado de trabalho.

Os aportes teóricos produzidos por Lahire, nesse sentido, iluminam a compreensão das “aspirações”, “projetos de futuro”, “percepções”, “manifestações corporais”, da maior ou menor disponibilidade para “riscos”, dentre outras expressões do aparecer social de jovens e de adolescentes. Ele as apreende como sendo disposições também explicáveis a partir da captura das trajetórias individuais, o social no singular. Entretanto, sem a referência aos processos duradouros de incorporação de percepções e formas de ser e estar no mundo, resultado de processos de socialização, deixamos de captar o chão social no qual germinam fraturas e vidas vividas como condenação ao aqui e agora. Por isso, buscamos articular essa contribuição com o conceito bourdieusiano de habitus.

Recorrendo não à sociologia, mas à poesia de Fernando Pessoa, muitos desses jovens a quem nos referimos anteriormente poderiam dizer: “Quando vim a ter esperanças, já não sabia ter esperanças”. Esperança é matéria que se aprende e se incorpora, sobretudo, na socialização primária. Ao estudarmos a etimologia das palavras, deparamo-nos com o fato de que esperança, como nos indica um dos mais importantes dicionários da língua

¹⁷ Ver Chamboredon (1991).

portuguesa, é também “expectativa e espera.” (HOUAISS, 2007, p.1228). Se esperança é também espera, como se aprender a tê-la se o mundo social, através das influências a que adolescentes e jovens estão sujeitos (mídia, consumismo, a ideologia do sucesso e da felicidade instantânea) e dos universos disponíveis para a sua expressão e reconhecimento (redes sociais e amizades) cobram um sucesso e uma realização aqui e agora. E não corresponder a essa expectativa generalizada de realização imediata, a esses padrões de sucesso, é adentrar no mundo da vergonha. E este sentimento pode descambar em ressentimentos e conflitos, especialmente com as instituições socializadoras que, no início da adolescência, perdem gradativamente o seu poder de influência, como a escola e a família.

Mas a esperança de futuro, assim como os seus contrários, a desesperança e o medo, não são produtos de indivíduos isolados. O medo do fracasso escolar, para citar apenas um, não é nunca exclusivamente sentido pela própria criança ou pelo adolescente, mas incorporado, não raras vezes, verbalmente expresso pelos seus parentes. A descrença em si mesmo por não ser um “bom aluno” e não se adequar a um modelo educacional que o trata como indesejável, não raro, ecoa em ressentimento silencioso contra os outros que escapam à sina da evasão e/ou do fracasso escolar. Um sentimento que encontra uma base também na comparação com as realizações alcançadas pela geração anterior: constituir família, ter uma casa e um trabalho estável. Neste início de segunda década do século XXI, no Brasil, esse sentimento, que encontra bases de apoio não apenas nas classes populares, mas também em setores da classe média, traduz-se em aversão e desprezo pela ilustração, pela educação formal e pela civilidade nas interações e no debate público.

Nesse sentido, do ângulo de uma articulação entre as sociologias da juventude, do trabalho e da educação, um investimento analítico sobre o universo desses que estão “batalhando” pela sua inserção ou permanência no sistema educacional e no mercado de trabalho tende a produzir mais resultados concretos e lançar mais luzes sobre questões cruciais do mundo social contemporâneo. Por isso mesmo, a construção de retratos sociológicos de estudantes e/ou egressos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil ganha uma dimensão estratégica: neles se desenrolam os dramas e processos vividos por parte dos filhos daqueles setores que, com alguma flexibilidade conceitual, poderíamos denominar de “os estratos superiores das classes populares”

(CHAMBOREDON, 1991, p. 3) e setores amplos das classes médias¹⁸. Com essa conformação social, o corpo discente dessa rede de ensino básico (que atende adolescentes e jovens entre 15 e 25 anos de idade, predominantemente) fornece referenciais empíricos significativos para se indagar sobre as distâncias e desigualdades sociais.

O ingresso em uma instituição formadora capaz de possibilitar algum acúmulo diferencial capital escolar por parte de seus alunos não deixa de expressar, em alguma medida, uma “estratégia socializadora” (CHAMBOREDON, 1991) por parte dos seus familiares (ELIAS, 2012). Meninos e meninas, com 14 ou 15 anos, jamais conseguem acesso a unidades de ensino geralmente localizadas distante de suas moradias e com processos seletivos rigorosos (apesar da existência, como contrabalanço, das cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, para negros e indígenas) sem contar com respaldo e apoio forte de parentes ou, em raras situações, de organizações não governamentais e redes de apoio religiosas.

2.1.4 TENSÕES E CONFLITOS INTRAGERACIONAIS SOB O VIÉS DE GÊNERO

As disputas e conflitos entre meninos e meninas são estruturantes de muitas das narrativas e identidades ocidentais. Muitas vezes, tratadas jocosamente e tomadas como fontes para incursões artísticas, literárias ou investigações psicológicas e psicanalíticas, além das bem intencionadas admoestações moralistas (tanto autoridades religiosas quanto de pedagogos e boas almas politicamente corretas), essas rivalidades e tensões estruturam identidades e constituem as bases iniciais das relações de gênero. Pragmaticamente, pois foge ao escopo deste trabalho, podemos tomar gênero como a produção discursiva da diferença entre os sexos. Aí ficando marcado o assinalamento de papéis, expectativas e normas em relação às ações e comportamentos dos indivíduos. E essa dimensão, atravessadas por relações de força, potencializa dominação, exclusão e exploração. Ao concebermos dessa forma essa questão, contornamos a cristalização de lugares e sexos (como aquele da mulher como exemplificação da dominada) para pensarmos os lugares atribuídos ou esperados do feminino, em uma gradação que tanto envolve pessoas do sexo

¹⁸ Embora seja um truísmo sociológico a proposição de que não devemos projetar para países distintos as mesmas estruturas de classes, devemos sempre lembrar que embora utilizemos os mesmos termos (“estratos superiores das classes populares” e “classes médias”) estamos a nos referir a realidades muito distintas. E isso tanto em relação ao acúmulo de capitais simbólico e social quanto aos recursos materiais que podem dispor.

feminino quanto do masculino. Em consequência, não por acaso, defrontamo-nos com uma pluralidade de “gêneros”¹⁹, e esse é um processo em contínuo desdobramento, ampliado que é pela erosão das identidades justificadas pela tradição.

Essa direção implica em levar em conta desde as demarcações territoriais entre meninos e meninas até as expectativas e tensões relacionadas ao desempenho dos papéis de gênero na adolescência, na juventude e na vida adulta. Pois, com maior ou menor intensidade, maior consciência ou menor consciência dos atores, essa é uma dimensão da existência que vai fornecendo forma e conteúdo para os contextos da formação escolar, da inserção no mundo do trabalho e nos *projetos de família* que, aqui, também podem ser traduzidos como futuros imaginados da vida íntima.

Dada a profusão de elaborações nas ciências sociais e campos adjacentes sobre gênero e relações de gênero, correríamos o risco de repetir, com pouco lustro, discussões, conceitos e proposições já incorporadas às nossas investigações e elaborações²⁰. Dessa forma, não nos propomos a resenhar e nem a esboçar o “estado da arte” das teorias e pesquisas sobre gênero na sociologia neste trabalho, mas, de forma pragmática, incidir sobre alguns tópicos em relação à dimensão de gênero que cruzam com as tensões e conflitos intrageracionais, muito particularmente àqueles relacionados à formação escolar, ao trabalho e à vida familiar e a intimidade. Vale a pena, nessa direção, lembrarmos que até bem recentemente as políticas públicas de apoio ao desemprego, em países que tiveram ou mantêm estruturas de Estado de bem-estar social, eram focadas na “família”, entendendo-se por família o modelo tradicional de família, e se alicerçavam em uma visibilidade social maior concedida ao desemprego masculino. A pesquisa desenvolvida por Fernandes (2018), para sua tese de doutoramento, a respeito das ações coletivas empreendidas por desempregados em Portugal, aponta para esse aspecto da realidade social que ainda é muito presente no imaginário social.

¹⁹ Uma expressão desse desdobramento contínuo é a própria definição aberta de LGBTQI+.

²⁰ Essa perspectiva não implica que não se assuma direção epistemológica para o tratamento de tal “questão”. Para além do terreno da militância e de suas cobranças imediatistas e agônicas, assumimos que, desde uma perspectiva sociológica (e não orientada para a militância) o mais importante é a construção de teorias de alcance médio a partir do estudo empírico de realidades concretas. Nesse sentido, vale mais apenas, da perspectiva de iluminar dimensões da vida social, um trabalho como aquele produzido por Lambert (2015) do que muitas das elaborações da “moda”, midiáticas e profusamente citadas a respeito do gênero como desempenho (ou, como dizem não poucos, “como performance”).

A abordagem hegemônica sobre o desemprego é expressiva daquilo que poderíamos denominar de sensibilidade diferenciada da questão social, o que tem como efeito, obviamente, uma menor legitimidade simbólica para as demandas das mulheres e de pessoas que não se encaixam nos padrões binários de gênero que estão em busca de trabalho em relação aos homens. Excetuando-se, como se poderia esperar, as demandas das mulheres que são mães e são as únicas provedoras de suas famílias. Nessa condição, especialmente no qual desenvolvemos nossa investigação, as mulheres ganham maior visibilidade e legitimidade. Como se as demandas delas somente tivessem maior lastro quando subordinadas à proteção familiar. No Brasil, onde as políticas sociais, especialmente àquelas que emergiram entre 2002 e 2016, no período dos Governos dos Presidentes Lula e Dilma Rousseff, ancoraram-se fortemente no discurso social da Igreja Católica²¹, cuja referência à família é característica vital, deixa patente essa apreensão. Exemplar a esse respeito é o Programa Bolsa Família, maior programa mundial de combate à pobreza entre 2003 e 2013, o qual tornou, pela primeira vez, a mulher como a beneficiária do recurso financeiro concedido à família.

Em verdade, a ancoragem da sua legitimidade na “proteção da família” é um traço das políticas sociais (possíveis) tanto na periferia (Brasil) quanto na semiperiferia do capitalismo (Portugal). O bem-estar da família, não dos indivíduos que a compõem, fornece a base justificadora das inversões de recursos públicos. Em países do norte da Europa, onde o Estado de Bem-Estar social, em que pesem os reveses das últimas décadas de investidas contrárias de atores guiados pelo neoliberalismo, tem uma base consolidada, essa passagem da legitimidade baseada na família para aquela alicerçada no indivíduo já ocorreu. Assim, ao mudarmos o foco das reações ao desemprego para as políticas de Estado (mas também para as apreensões e percepções sociais) a respeito, por exemplo, da maternidade, encontramos um ângulo importante para a reflexão sobre a variável de gênero. De forma concreta, temos o caso das diferenças entre a licença-maternidade e a

²¹ Setores identificados como progressistas da Igreja Católica, situados à esquerda no quadro político brasileiro, foram uma das bases constitutivas do Partido dos Trabalhadores, partido dos dois mandatários.

licença-paternidade ²², quando o cuidado do nascente se impõe como horizonte, sobrepondo-se ao crescimento emocional dos indivíduos da família e a uma distribuição mais equitativa das tarefas domésticas.

O lento deslocamento²³ do casamento como espaço legítimo das relações íntimas, com a diminuição dos ritos cerimoniais que marcam (marcavam) o nascimento de uma nova relação conjugal, tornou-se um fenômeno global. Mesmo se, como sói ocorrer em todos os processos de “destradicionalização”, esse não tenha sido nunca um processo linear e sem consequências conflitantes para os envolvidos. Dentre as mudanças, podemos observar um deslocamento espacial e temporal da iniciação sexual e a emergência de interações íntimas mediadas pelos novos meios de comunicação. Em um momento histórico anterior, a vida urbana, assim como no mundo rural, possibilitava o desenvolvimento de sociabilidades nas proximidades da casa. Na atualidade, com a mudança da lógica urbana das cidades no Brasil, a rua é cada vez menos um espaço propício às primeiras interações entre os sexos. De certo modo, o espaço virtual substituiu a rua. A própria identificação das relações amorosas, em suas categorias nativas, expressa bem essa transição: antes, namoro, noivado e casamento; hoje, “ficando”, “em uma relação estável”, “disponível”, “sem ninguém, mas indisponível”, dentre outros.

O desdobramento macrossocial dessas situações vividas individualmente é o alargamento da autonomia e um afrouxamento dos mecanismos de controle tanto comunitários quanto familiares. A sua contrapartida, no que diz respeito às jovens mulheres e aos rapazes que não se enquadram nos modelos dominantes de masculinidade, é o aumento do sofrimento social. Poder-se-ia, então, afirmar que a “sexualidade sem engajamento” (GIRAUD, 2019, p. 4) avança, mesmo que lentamente, mas com grandes diferenças nos desdobramentos das biografias dos indivíduos a depender do seu sexo. Para

²² No Brasil, a licença-paternidade, que era regulada pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhista), instituída a partir de Decreto-Lei em 1943, durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas. Nesse instrumento legal, mantido até 1988, quando da promulgação da Constituição de 1988, essa licença era de um dia (aquele do nascimento do filho do trabalhador). A partir de 1988, essa licença passou a ser de 05 dias. Em Portugal, a Lei 07/2009, garante ao trabalhador o gozo de 20 dias de “licença parental”. Obviamente, estamos a nos referir a trabalhadores incorporados em regimes formais de contratação, o que não é a realidade, nos dois países, para uma quantidade significativa de pessoas que exercem atividades de trabalho precárias e, mais realidade brasileira, na chamada “economia informal”.

²³ Obviamente, esse deslocamento foi acelerado em algumas sociedades ocidentais, como a França (Giraud, 2019), e ocorreu mais fortemente nas regiões metropolitanas e grandes cidades nos países do Sul. Entretanto, é inegável que o exercício da sexualidade foi profundamente impactado pela “destradicionalização da vida social” (1991), tornando-se um elemento quase um elemento distintivo entre gerações.

adolescentes e jovens do sexo masculino, as relações sexuais descomprometidas (“sem engajamento”) possibilitam um acúmulo de capital sexual, o qual se traduz em uma elevação de status entre os pares e também com as garotas. Para adolescentes e jovens do sexo feminino, embora se tenha a emergência das relações desengajadas, ainda é forte a expectativa de uma relação mais estável por parte das moças²⁴. A não realização dessa expectativa, muitas vezes, é vivida com antecipação e ansiedade. E, como ocorre naquele universo diametralmente das donas de casa francesas das “classes médias inferiores e classes populares” moradoras das áreas periféricas, “as normas de gênero estão impregnadas nos julgamentos sociais de si” (LAMBERT, 2016, p. 57)²⁵ e de suas amigas e colegas. Estigmas produzidos por gerações anteriores para designar as moças com relacionamentos efêmeros ainda continuam vigentes, mesmo se com menor força social, como aqueles de “galinha” e de “fácil”. Mas essa não é uma força social em direção única. Se o estigma é passível de manipulação pelos estigmatizados, como o comprova o pioneiro trabalho de Erving Goffman (2008) algumas vezes se buscando tirar algum proveito de uma imputação negativa (“menina fácil”) busca-se reverter através da oscilação para o polo oposto (“empoderada”, “poderosa” ou “liberada”) e que tem no consumo exagerado do álcool cada vez mais cedo sua expressão mais visível. O famoso “esquentar”, momento de reunião que antecede a festa e que pode ser de ambos os sexos ou só de meninas, é uma socialização regada a bebida, muita bebida alcoólica. Essa prática que me foi possível identificar tanto em Coimbra quanto em Petrolina. É muito comum se comprar o “litirão” (de vinho ou cerveja) para se levar para o “esquentar” como uma espécie de senha de entrada. Entretanto, o rompimento do círculo de giz do machismo e da misoginia não se realiza por um golpe de força ou pela ação unilateral das meninas, dado que, no fundo, se trata de estruturas estruturadoras das relações e princípios de visão e divisão do mundo.

²⁴ Como se registrará mais adiante, moça e rapariga têm significados distintos no Brasil e em Portugal.

²⁵ A tradução completa da frase seria: “As normas de gênero estão impregnadas nos julgamentos sociais de si e de suas vizinhas”.

CAPÍTULO 3 – O PALCO E SEUS CENÁRIOS: AS ESTRUTURAS ESTRUTURADORAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

As circunstâncias sob as quais os homens fazem a história sempre importaram na análise do mundo social. Perspectivas sociológicas distintas, mesmo aquelas mais informadas por modelos individualistas ou atomistas, são obrigadas a traçar os contornos dos momentos históricos dos fenômenos sobre os quais se debruçam. Captar o pano de fundo e as molduras históricas é tão decisivo quanto retratar bem o ator em cena. Afinal, sem delimitarmos analiticamente o palco, como compreender e apresentar as ações desenvolvidas pelos atores? Pintar o pano de fundo, delinear as suas nuances, é tão decisivo para a sociologia quanto aclarar as ações, lutas e desejos dos que se movem nos palcos da vida social. Se as circunstâncias sob as quais os homens fazem a história não foram por eles escolhida e o peso da tradição é como um pesadelo a esmagar o cérebro dos vivos, para lembrarmos aqui uma proposição definitivamente inescapável de Karl Marx (2011), eis aí a melhor tradução possível para a proposição de que as estruturas importam. Tanto porque, em maior ou menor medida, estruturam as práticas e as visões (e divisões) de mundo quanto pelo fato de que ao elucidá-las tornamos mais inteligível a interpretação que fazemos das cenas e das movimentações dos atores.

Palco e cenário são figuras alegóricas que não expressam a riqueza que emprestamos neste trabalho ao conceito de estrutura. Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, cientistas sociais citados em parte anterior deste trabalho, de perspectivas distintas apontam como as estruturas sociais são modeladoras, mas também modeladas pelas ações dos atores (ou agentes). Tudo se passa como se ao se movimentarem no palco os atores fossem trazendo elementos para cena e jogando outros que aí estavam para fora. Também podíamos imaginar uma alegoria em que os próprios contornos do palco vão sendo gradativamente alterados pelas ações e movimentos dos atores.

Com essa orientação, nas páginas que seguem apresentamos alguns elementos estruturais da vida social brasileira e que podem ser tomados também como papel de fundo sobre o qual afixaremos os retratos sociológicos que iremos traçar mais adiante. Embora pareça um exercício ginásial de demarcação de posição, vale a pena ressaltar que ao desenvolvermos esses tópicos não temos como pressuposto a ideia de que a captação de

elementos-chave de uma sociedade delimitada pelo Estado forneça uma chave-mestra para a apreensão de fenômenos ou processos de um determinado contexto nacional. Não se trata também de mostrarmos concordância com a assertiva de Ulrich Beck a respeito da necessidade de rompimento com o que ele denomina “sociologia do container”, isto é, que toma as delimitações da sociedade nacional como referência básica do exercício analítico da sociologia. Embora o cientista social alemão esteja correto na sua proposição, os elementos que a fundamentam (a referência à globalização) são frágeis. Isso porque a ideia de que apenas em um determinado período histórico (aquele da globalização) deslegitimaria a análise sociológica nacionalmente centrada está equivocada. Em todas as sociedades conhecidas, os homens foram animais sociais e não animais “societais”, e, em consequência, as redes de poder que construíram nunca estiveram verdadeiramente circunscritas a um determinado espaço geográfico. Assim sendo, no que segue, embora centremos o olhar sobre o Brasil, estará sempre no nosso horizonte o pressuposto de que os elementos estruturais sobre os quais buscamos lançar luzes não são, seja-nos permitida mais figura alegórica, expressões da evolução ou da mudança de um sistema internamente referenciado. Mesmo se o universo a que nos referimos seja aquele de um país que é quase continente.

3.1 A EDUCAÇÃO, O ANALFABETISMO E A NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NOS TRÓPICOS

Um dos importantes ângulos a partir do qual se pode perscrutar a desigualdade nas sociedades contemporâneas é aquele da inserção de cada conjunto populacional identificado com sociedade-nação no processo educacional formal. Se em todas as sociedades, as formas sob as quais se organizam o conhecimento e a produção de sentidos sobre o mundo são decisivas para a estratificação social e a estruturação do poder, podemos afirmar que é apenas nos Estados modernos que o processo educacional formal adquirirá um peso decisivo na justificação das regras e normas sociais e também na construção da identidade nacional e da própria justificação do aparato político. Na semiperiferia do capitalismo, onde a dominação burguesa não emergiu, como em França, por exemplo, em uma revolução de classes contra a velha ordem, mas, pelo contrário, numa fusão de horizontes entre o arcaico e o supostamente novo, indagar sobre as relações entre Estado e a educação formal é uma tarefa estratégica para a compreensão da

conformação das relações de poder. No caso do Brasil, essa tarefa implica necessariamente incorporar na análise sócio-histórica a força estruturadora da escravidão. A articulação analítica desses fenômenos permite jogar algumas luzes sobre a cidadania, formalmente estabelecida, e a realidade prática da negação cotidiana de direitos sociais. Cidadania formal, valores republicanos propagados e desigualdade social extrema. Como esses elementos se articulam e se expressam na “cidadania inconclusa” brasileira? Esta questão permeia o presente capítulo.

3.1.1 O SINGULAR CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ELITES, ESTADO E A LENTA “INCLUSÃO”

A elaboração de uma sofisticada história social da educação no Brasil ainda é uma tarefa a ser realizada pelas ciências sociais do país. Muito do que se escreveu sob esse rótulo é uma apressada viagem que começa quase no alvorecer do século XX, como se o que tivesse ocorrido antes fosse de pouca monta e não merecedor de escrutínio mais apurado. Talvez se possa explicar essa pressa pelo desvio de uma aventura intelectual que, inevitavelmente, envolveria um aprofundamento na análise da contribuição dos jesuítas na educação de Portugal ou no papel do Marquês de Pombal na redefinição desse campo centrípeto de relações de poder que era educação lusitana. Entretanto, como elaborar algo sobre a história da educação no Brasil sem mencionarmos a força atrativa dos estudos na Universidade de Coimbra para os filhos das elites brasileiras, durante todo o período colonial, por óbvio, mas também durante todo o período de vigência da monarquia? Somente nas últimas décadas do século XIX é que Paris passa a ser um centro de atração para a formação dos filhos do “andar de cima”.

Essa formação educacional de parte da elite na Europa não é uma nota de rodapé na história do país. E, façamos justiça, na análise da vida literária brasileira da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, em obras de analistas argutos da vida social como Antônio Cândido e Roberto Schwarz, essas raízes lusitanas e francofônicas emergem com sofisticadas articulações. Mas o objetivo desses intelectuais era mais grandioso do que narrar uma história da educação; tratava-se, isso sim, de captar as influências na construção da “ideia de Brasil” dessa formação educacional em Coimbra

ou em Paris. Para isso, dedicaram-se mais à análise das obras literárias e das intervenções no debate político de pequenos círculos de intelectuais do que exatamente a esmiuçar que práticas educativas se desenvolviam no país. Desses projetos intelectuais, realizados entre as décadas de 1960 e 1980, resultaram ensaios majestosos sobre a literatura e sobre as obras de Machado de Assis e de José de Alencar, mas pouca coisa a iluminar a educação no Brasil. Como se essa fosse uma tarefa menor, a qual deveriam se dedicar pedagogos. Até porque, dada a ausência de uma educação ampla e de uma ideia de cidadania fundada em uma educação republicana, em uma realidade na qual a escola era para poucos, o tema parecia desprovido de maior interesse para quem buscava captar os sentidos das mudanças históricas no país. A reforçar essa apreensão vale ressaltar dois fatos históricos de impactos não desprezíveis na vida social e política brasileira:

- 1) A primeira lei a estabelecer alguma orientação para a educação no Brasil é de 15 de outubro de 1827 e continuou sendo a única referência legal e tendo vigência até o ano de 1947²⁶;
- 2) Na década de 1950, metade da população brasileira era analfabeta, conforme o que apontamos no quadro abaixo.

Quadro 2 - Evolução do percentual de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais no Brasil (1920 - 2019)

Ano	Percentual
1920	64,9%
1940	56,0%
1950	50,5%
1960	39,6%
1970	33,6%
1980	25,4%
1990	20,1%
2000	13,6%
2010	9,6%
2019	6,6%

Fonte: IBGE.

²⁶ Esta lei, que continuaria válida após meio século da saída de cena da monarquia, inicia-se com o que segue: “D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. (...)”. Disponível no sítio da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm.

Em verdade, a massificação do ensino básico no Brasil somente se inicia na segunda metade dos anos 1970. Vive-se no país, a partir desse momento, um processo social ocorrido no continente europeu quase sete décadas antes. Por isso, quando, para citar um exemplo, os franceses se esforçam para construir respostas teóricas para a crise de um sistema de ensino que, já massificado, não parece mais conseguir se legitimar como caminho para a mobilidade social, os brasileiros ainda estão a assentar as bases de uma inclusão mais ampla, especialmente dos filhos das classes trabalhadoras, no mundo escolar.

Esse sistema de ensino foi modificado em 1971, quando o Brasil vivia sob uma ditadura militar e o Congresso Nacional era não mais do que um simulacro de parlamento. Através de uma lei (a Lei 5.692), discutida e aprovada em único dia, modificou-se a estrutura do ensino básico do país. O sistema de ensino do país era constituído, antes disso, por um “primário”, correspondente aos quatro primeiros anos escolares, um “ginásio”, com 4 anos de formação” e um “colegial”. O colegial, por sua vez, dividia-se em “normal”, “científico” e “clássico”. O primeiro, mais frequentado por mulheres das classes médias e médias baixas, destinava-se à formação pedagógica e geralmente “formava” as professoras do “primário”; o “científico” era aquele no qual preponderavam as disciplinas básicas das áreas exatas; e o “clássico” incorporava mais fortemente as disciplinas das chamadas humanidades. Toda essa estruturação foi alterada pela mencionada lei e o país passou a ter, a partir de então e até 1996, apenas dois “graus” de formação básica: o primeiro e o segundo. No primeiro, composto por oito anos de formação, ocorria a junção dos antigos primário e ginásio; já no segundo grau, criava-se artificialmente um “ensino técnico”, que seria obrigatória nas redes públicas e privadas de ensino. E será essa a modificação com maior impacto e desdobramentos sobre a formação de adolescentes e jovens brasileiros durante décadas, especialmente dos estudantes oriundos das classes populares e pertencentes à rede pública de ensino²⁷, pois, enquanto as redes públicas estaduais, responsáveis pelo atendimento de quase 90% das matrículas públicas nesse nível de ensino, ofereciam formações sem nenhuma conexão com o universo de seus alunos, como o curso técnico de “auxiliar de escritório”, única opção para os egressos do primeiro grau na maioria das médias e pequenas cidades, os estudantes matriculados nas escolas

²⁷ Essa situação foi muito bem descrita por Germano (1994).

privadas, especialmente das capitais, continuavam a cursar as disciplinas constantes na formação anterior (idiomas, ciências exatas, geografia, biologia, etc.).

A expansão das redes básicas de ensino, especialmente do antigo primário (hoje, primeira parte do ensino fundamental), realmente ocorreu nos anos 1970 e tivemos um salto no número de alunos matriculados. Concomitante ao processo de aceleração da urbanização em todas as regiões do país, traduzido em fluxos migratórios rurais urbanos não mais apenas inter-regionais (Nordeste para o Sudeste e, em menor grau, para o Sul) como em todo o período anterior do século XX, mas, sobretudo, intrarregionais (direcionadas às médias cidades e às capitais, mas também a pequenas cidades²⁸) provocaram uma demanda por educação básica impossível de ser silenciada, mesmo em uma ditadura. Para o seu atendimento, prefeituras municipais e governos estaduais instituíram, ampliaram e/ou redefiniram redes de ensino para o enfrentamento dessa nova situação. Como em outros contextos nacionais, a massificação do ensino fundamental não ocorreu sem uma percepção por parte de parcelas da sociedade (elites e classes médias) de que a educação passara a “perder qualidade”. No Brasil, isso implicou na transferência dos filhos dessas elites, já incluídas quando o sistema público era excludente, para as escolas privadas, que expandiram exponencialmente a partir de 1975. Ou seja, quando a rede pública tinha poucos alunos matriculados, as classes médias e as elites aí estavam; quando o sistema público é ampliado, os filhos das classes médias e da elite são transferidos para a rede privada. Por isso mesmo, não é sem certa ironia que se pode dizer que no sistema público de ensino brasileiro há mais igualdade de classe do que em qualquer outro país, pois os filhos dos trabalhadores não cruzam jamais com os filhos dos patrões de seus pais nas suas salas de aula.

Esse processo de apartação escolar (e de socialização intraclassista na infância e na adolescência, como consequência) é acentuado no ensino médio (equivalente ao “secundário” em Portugal). Nas últimas décadas, mesmo as famílias com menos recurso

²⁸ Poder-se-ia dizer, com certa liberalidade, que o similar brasileiro do “fechamento de terras” da Grã-Bretanha, analisado exemplarmente, dentre outros por Karl Polanyi (1980), ocorre nas décadas de 1960 e 1970, com o impulso do que depois seria consagrado na literatura econômica e sociológica nacional como “modernização conservadora”. Não que a grande propriedade rural (latifúndios) já não estivesse presente na estrutura agrária do país, mas, sim, que o usufruto da terra (para além da sua posse legal) passa ser redefinida com a expulsão de camponeses e trabalhadores rurais de áreas tradicionais de plantio e de pequena agropecuária. Esse é o período em que ocorre a crise na produção do algodão nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. E é também aquele do declínio do extrativismo vegetal da oiticica (base para as indústrias locais de produção de óleos).

financeiros investem o que não podem para que os seus filhos estudem em escolas privadas (mesmo em escolas privadas de bairros periféricos) e aumentem as suas chances de admissão no ensino superior público. Porque, eis o paradoxo brasileiro: o ensino superior de qualidade é público, mas o acesso a ele ou, mais exatamente, aos seus cursos de graduação que possibilitam a incorporação de maior volume de capital (escolar, social e cultural)²⁹ para a inserção no mercado de trabalho têm alta concorrência e até o momento da instituição dos sistemas de cotas, no segundo mandato presidencial de Lula (2007-2010) e no primeiro da Presidente Dilma (2011-2014), eram “territórios” quase exclusivos das classes médias e da burguesia.

Entretanto, essa inclusão “por cima” (na rede federal de ensino superior), embora tenha alterado o universo social escolar dos matriculados, tornando-o mais pluralista e inclusivo, notadamente de negros, pardos e indígenas, alterou a estrutura de acesso, mas não redefiniu a estrutura da educação básica, marcadamente do ensino médio, que, embora tenha deixado de ser “segundo grau”, por força da Lei 9.394, de 1996, mais identificada como “nova” LDB (Demo, 1997) não alterou substancialmente a divisão social em seu seio.

Impõem-se, portanto, a necessidade de uma incursão mais substantiva a respeito das estruturas subjacentes a essa desigualdade social revelada pelo quadro educacional do país. Para conseguir esse objetivo, que buscamos no tópico a seguir, é essencial guiarmos por uma vigilância epistemológica para não mencionarmos *desigualdade* e estarmos a significar *pobreza*.

3.1.2 O ACESSO DIFERENCIADO À EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA GRAMÁTICA PROFUNDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRO

Muito da elaboração sociológica contemporânea, mesmo após a eclosão do fenômeno da globalização como temática incontornável de nossas análises após os anos 1990, se expressa em incursões investigativas e ensaios especulativos nacionalmente fincados. Entretanto, mesmo em um país continental e isolado linguisticamente dos seus vizinhos como é o Brasil, é difícil, na perscrutação de qualquer dimensão da vida social, pressupor que se trata de sistema social fechado.

²⁹ Cursos de medicina, engenharias, arquitetura, psicologia e direito.

Na mesma direção, é impossível abordar separadamente, como se fora um subsistema, a estrutura educacional de um país. Isso porque as redes sociais que dão substância e que plasmam as práticas econômicas, a dominação militar e as disputas políticas e religiosas estão entrelaçadas com as práticas educativas, formais e informais. Basta lembrarmos, nessa direção, que a presença dos jesuítas na “formação das almas” nos trópicos foi, ao mesmo tempo, socialmente impactante e impactada pelas políticas imperiais da metrópole colonial. Se menos de 50 anos após a descoberta, pelas mãos do primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Sousa, chegaram os religiosos da Ordem de Jesus, com a missão de criar escolas e colégios católicos, dois séculos depois, quando a força do futuro Marquês de Pombal emergia no reinado de D. José I, os missionários dessa ordem seriam expulsos da então colônia. O enfrentamento da Coroa com esses religiosos, cuja superação somente se dará após vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, ocorrerá tanto em terras coloniais quanto na Metrópole, muito embora com justificativas discursivas diferentes³⁰, terá desdobramentos na forma como se conceberá a prática do ensino nos dois lados do Atlântico. O principal deles, que ainda persiste como traço cultural forte na vida social brasileira, é o lugar distintivo concedido à retórica³¹, e não apenas nos ambientes escolares e acadêmicos. A “cultura bacharelesca” será alimentada pelas sinecuras concedidas aos filhos das elites que se formavam em direito em Coimbra, e eram empregados pelo Estado, a partir do merecimento “natural”. O lugar distintivo concedido socialmente à retórica no Brasil tem como contraparte um relaxamento no ajuntamento de referentes empíricos que fundamentem as proposições enunciadas. Como corolário, o “falar bonito” é algo valorado positivamente ainda hoje no país. E os que conseguem atingir esse nível “bonito” de elocução, não por acaso, são geralmente os mesmos que conseguiram acesso à educação formal.

Ao salientarmos o universo educacional, devemos nos prevenir para não incorrerem em um reducionismo, muito forte no Brasil, de atribuir todos os problemas do país a uma suposta “falta de educação”. Sérgio Buarque de Holanda, em obra anteriormente citada, já dinamitou criticamente a postura, muito comum entre os nossos

³⁰ O envolvimento dos jesuítas com as revoltas dos guaranis, no extremo-sul da colônia portuguesa na América do Sul, fundamentou a ação contra a *Ordem de Jesus* nos trópicos, embora as acusações outras contra os religiosos, fantasiosas ou não, como o envolvimento em atentado contra o Rei D. José ou a revolta popular do Porto, em 1757.

³¹ Sobre o peso da retórica na formação educacional jesuíta, levamos em conta as observações e considerações históricas de Miranda (2013).

intelectuais liberais das primeiras décadas do século XX, de atribuir ao analfabetismo a base primeira de todas as “mazelas” do país. Como o historiador e sociólogo já indicava, a partir de exercícios comparativos do Brasil com os Estados Unidos, não é o analfabetismo, tomado isoladamente, a chave explicativa para um maior ou menor desenvolvimento econômico e social e nem mesmo para uma vida cultural mais rica e complexa. Ele mostrava como em determinadas áreas metropolitanas estadunidenses, ainda nas primeiras décadas do século XX, eram altos os índices de analfabetismo. Pensando na história de longa duração, o analfabetismo deve mesmo ser relativizado. Entretanto, com a aceleração da urbanização no Brasil na segunda metade do século XX, essa situação mudou radicalmente. Não por acaso, já nos anos 1960, passamos a nos deparar com apreensões sociológicas que reivindicavam a centralidade da informação (a qual pressupõe, em grande medida, o letramento) nos processos sociais mais significativos do mundo ocidental. E em países que começaram a viver a revolução tecnológica na agricultura, como é o Brasil do “fechamento das terras” e da modernização conservadora do campo, a leitura se impõe como condição para o manuseio de ferramentas, máquinas e o decifrar de informações básicas (que vão desde os rótulos de agrotóxicos e fertilizantes aos manuais dos tratores e colheitadeiras). Esta demanda de letramento imposta por uma inegável modernização das forças produtivas, especialmente em áreas das novas monoculturas da soja, do milho e do feijão e da fruticultura de exportação, começará a ser respondida por um Estado que, à altura dos anos 1970, estava sob o domínio de uma ditadura militar. E aí, mais uma vez, temos a dissociação entre acesso a direito básico e afirmação de cidadania e autonomia.

Aqui é importante destacar que a defesa da alfabetização da classe trabalhadora foi sempre uma reivindicação de sindicatos, movimentos populares estimulados pelos setores progressistas da Igreja Católica e por forças políticas progressistas que, nas décadas de 1950 e 1960, lograram êxitos eleitorais e conquistaram prefeituras e até mesmo governos estaduais. Referimo-nos aos governos da Frente de Recife, formada pelo PTB e PSB com o apoio dos comunistas, então na ilegalidade, que conquistou a Prefeitura da capital pernambucana, e aí implementou “centros de cultura” e “centros de educação”, buscando, com o apoio de comunidades periféricas, a alfabetização de adultos. Essa experiência de educação popular será levada adiante nessa unidade da federação quando o mesmo agrupamento político, sob a liderança de Miguel Arraes, consegue ascender ao Governo do Estado de Pernambuco em fevereiro de 1963. Nos seus treze meses de governo, inicia o

processo de estender para as demais áreas do estado a experiência de letramento desenvolvida Recife. Mas o Golpe Militar de 1º de abril de 1964 pôs um fim a essa conquista. Processo similar ocorreu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, com o Prefeito Djalma Maranhão, eleito em 1960 pelo PSB, que aí implantou o singular projeto de educação “De pé no chão também se aprende a ler³²” o qual objetivava alfabetizar adultos e crianças analfabetas. Os resultados promissores da experiência levaram o então Governador do estado, Aluizio Alves, a promover, com o patrocínio da “Aliança para o Progresso” (um programa de assistência socioeconômica dos Estados Unidos a nações do então denominado “mundo em desenvolvimento”), um projeto-piloto de alfabetização em um pequeno município sertanejo (Angicos). Esse projeto, que objetivava “fazer com que os participantes aprendessem a ler e a escrever e, ainda por cima, viessem a se politizar em 40 horas” (GERMANO, 1994, p. 389), foi documentado por órgãos da imprensa internacional (*New York Times*, do *Time Magazine*, do *Herald Tribune*, do *Sunday Times*, do *United* e da *Associated Press*, do *Le Monde*), o que tornou o seu coordenador, o educador Paulo Freire, mundialmente conhecido. Mas, tanto essa experiência, base do conhecido “Método Paulo Freire”³³, quanto aquela da campanha do “Pé no chão também se aprende a ler” foram tratadas, em abril de 1964, como “orquestrações de agentes comunistas” com o intuito de sublevar as massas. Todos esses processos ocorreram no Nordeste do Brasil, espaço regional que fornece os referentes e os entrevistados para o presente trabalho.

Posteriormente, na década de 1970, no momento mais repressivo da Ditadura Militar, sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici, o Estado brasileiro lançará um plano massivo de alfabetização de jovens e adultos. Centrado na mobilização popular, no envolvimento voluntário e com uma proposta metodológica que incorporava temas e palavras-geradoras, o que não deixava de ser, de modo indireto e perverso, um reconhecimento ao potencial do método criado por Paulo Freire, esse ambicioso projeto

³² O título do projeto educacional explicita um traço social do Brasil nos anos 1960: em áreas rurais e nas periferias de grandes cidades, muitas pessoas não tinham um calçado para se apresentar “dignamente” em uma escola. O projeto visava levar escolas para quaisquer lugares (sombras de árvores, barracas de pescadores, barracões improvisados, etc.) e atender a todos, sem cobrança de se estar vestido com farda escolar e nem calçar sapatos.

³³ A experimentação do método foi possível porque contou com o apoio de estudantes universitários católicos de esquerda pertencentes à universidades de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Foram eles que fizeram, segundo Germano (1987), o trabalho de levantamento do “universo vocabular da população de Angicos”, que era uma das pré-condições para a elaboração do material de alfabetização.

educacional era idealizado como um “movimento”³⁴, o MOBRAL. Na verdade, fora instituído pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, mas efetivamente implantado apenas em 1971, sob Médice. O envolvimento de voluntários foi uma de suas tônicas. Como contraponto à alfabetização como ato político, propugnação dos atores dos processos de educação popular na primeira metade dos anos 1960, com o MOBRAL, a alfabetização será concebida tanto como uma obrigação cívica quanto um ato de “caridade” (de quem se dispusesse a assumir a tarefa de ensinar a ler e a escrever a um analfabeto).

As avaliações dos resultados alcançados pelo MOBRAL foram predominantemente negativas. Em parte, reconhecamos, porque tais análises foram feitas no “calor da disputa” sobre o legado da Ditadura. Romper com esse passado e se desvencilhar das suas heranças institucionais terminou por colocar em segundo plano uma investigação mais distanciada. Dessa forma, ainda nos dias correntes, temos no país uma ausência de análises quantitativas qualificadas das políticas educacionais executadas durante o período 1964-1985. Um balanço qualitativo possível é o de que, embora os índices de analfabetismo tenham continuados elevados, a temática da alfabetização, mesmo de forma enviesada e despolitizada, adentrou e ficou na agenda nacional. Com maior ou menor visibilidade política, essa foi uma temática incontornável no debate político nacional nas décadas seguintes.

3.1.3 A CONDENSAÇÃO DOS ELEMENTOS: ANALFABETISMO, HIERARQUIZAÇÃO RACIAL E CIDADANIA INCOMPLETA

O Golpe de Estado que derrubou a monarquia e instituiu a República no Brasil, em 1889, irônica e tragicamente, significou perdas ao invés de ganhos em relação aos direitos

³⁴ A perspectiva “movimentista” da extrema-direita militar brasileira, expressão não muito oculta de admiração pelos modelos fascistas europeus, ficou mais saliente no período da presidência do General Emílio Garrastazu Médice (1969-1974). Internamente, nas Forças Armadas do país, a divisão entre castelistas e “linha dura” (na qual se situava aquele), embora mais uma construção feita posteriormente do que uma constatação no calor da hora, que teve muita força entre os analistas e historiadores nos anos 1970 e 1980, corresponda menos à realidade de que a oposição entre “profissionais” (de profissionalização da função militar) e “ideológicos” (mais engajado com o salvacionismo, o anticomunismo e a construção de uma polarização entre “patriotas” e “inimigos da nação”). Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018, idealiza os segundos e toma o período de Médice como a referência de um momento histórico glorioso do país. Essas observações se beneficiam da leitura do ótimo ensaio analítico de Fico (2004).

sociais. Tanto Holanda (1984) quanto, mais recentemente, Carvalho (1987) enfatizaram esse traço da mudança de sistema de governo. O republicanismo brasileiro, calcado no positivismo de Auguste Comte, nasceu e germinou em um ambiente de enorme desconfiança em relação a maior parte da população do país. Assim, como iria ocorrer em outros momentos de nossa história tanto no final do século XIX quanto durante todo o século XX, a propalada “Proclamação da República”, expressaria apenas um “pacto dos de cima” para alterar aspectos da superfície e evitar que o “povo tomasse para si a tarefa de mudar as coisas”³⁵. Assim, a República no Brasil é um ajuste que mais busca garantir o alargamento dos interesses das oligarquias rurais, dos coronéis locais e das burguesias comerciais e industriais nascentes do que de ampliar o espaço de inserção de vastos setores da população na vida pública. As observações do Professor José Murilo de Carvalho, na citação abaixo, traduzem o que estamos a chamar a atenção:

A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderado, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa na cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos. O Império tornara-se empecilho ao dinamismo desses setores, sobretudo os de São Paulo. O Estado republicano passou a não impedir a atuação das forças sociais, ou, antes, a favorecer as mais fortes, no melhor estilo spenceriano. (CARVALHO, 1987, p. 45-46).

Os escravos, libertos um ano antes da instalação da República, estavam destituídos de quaisquer mecanismos de proteção social. Eram relegados à condição de alvos de ações de caridade quando não de processos de higienização social³⁶. Quase quarenta anos após a Proclamação, essa desconsideração em relação aos direitos sociais ainda reverberava forte no ambiente político, como o atesta a declaração, atribuída ao então Presidente Washington Luiz (1926-1930) de que “a questão social é um caso de polícia”³⁷. Na esfera política, o analfabetismo era o fator que legitimava a exclusão da população negra do exercício do

³⁵ A frase é o sintagma de um espectro que assombra não apenas as elites brasileiras, mas aquelas de toda a América Latina, muito particularmente após a Revolução Haitiana, de 1791, levada adiante por escravos.

³⁶ Não é por mero acaso que bairros em áreas de elevado valor imobiliário, em São Paulo e Rio de Janeiro, tenham sido nomeados como Higienópolis.

³⁷ A frase é citada por muitos e diversos autores, mas tomo como referência, aqui, a alusão feita por Rosenberg (2016).

voto. Algo mais ou menos similar ao que passou a ocorrer, a partir de 1877, na parte sul dos Estados Unidos, nos estados que fizeram parte da Confederação. A esse respeito, vale a pena, uma vez, recorrermos ao apoio ilustrativo de Carvalho:

Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 1987, p. 45).

Essa exclusão da maioria da população, predominantemente negra, do exercício da cidadania política, aprofundou a hierarquização racial herdada do período da escravatura. Isso porque, no novo contexto, no qual a democracia é mobilizada discursivamente para fundamentar a superioridade da República em relação à monarquia há que se reafirmar, mais implícita do que explicitamente, a incapacidade da maioria da população em lidar com questões importantes. Faltar-lhes-ia “discernimento”. Essa visão de mundo, parte substancial da geografia mental das classes médias e das elites nacionais, incorporou-se tão substancialmente no imaginário nacional que não seria exagero afirmar que se espalha por todo o espectro político do país. O seu corolário é uma eterna desconfiança em relação à maioria da população. Assim, o analfabetismo, que é tido como sinônimo da “pouca formação cultural” das amplas massas seria um fator não apenas do atraso econômico, mas também do déficit democrático e republicano do sistema político brasileiro. Ou seja, as vítimas seriam culpadas de serem vítimas.

Em outras palavras, temos um esquema de percepção do mundo, que assoma à condição de elemento estruturante do pensamento nacional brasileiro não explicitado no pós-República, de que os que não têm cidadania não a possuem, em grande medida, por sua própria incapacidade. E essa situação começa a encontrar exemplos confirmadores quando imigrantes alemães, italianos e japoneses aportam nos estados das regiões Sudeste e Sul e, em uma ou duas gerações, ascendem socialmente. Apenas a sociologia crítica de Florestan Fernandes³⁸ e o movimento negro, que emerge a partir dos anos 1940,

³⁸ Em outra parte deste trabalho nos referiremos de forma mais aprofundada a essa contribuição inestimável de Florestan Fernandes à constituição de uma sociologia crítica no Brasil. Esse projeto intelectual se apresenta magistralmente em Fernandes (2008 {1964}). Esse trabalho, aliado àquele sobre a situação da escravatura nas áreas de produção de carnes de charque no Rio Grande do Sul por um orientando de

conseguem por em questionamento essas elaborações. Entretanto, mesmo nos dias atuais, não nos cansamos de encontrar lamentos, à esquerda e à direita do espectro político brasileiro, a respeito da suposta “incompreensão” e “despreparação” da maioria da população a respeito de coisas “essenciais” da vida pública. Em que pesem as elaborações de exaltação da miscigenação e do sincretismo religioso, alicerçadas em leituras parciais e enviesadas da obra de Gilberto Freyre, as categorias negativas predominaram historicamente na apreensão dessas massas.

Qual o sentido dessas observações em uma tese de doutoramento que se coloca o desafio de produzir uma análise sociológica sobre a juventude brasileira no século XXI? Como tais considerações se encaixam na estrutura geral do texto aqui produzido? Elas fornecem uma bússola para seguirmos as trilhas incertas tanto dessa juventude presente quanto da geração imediatamente antecedente. Obviamente, a história é sempre um assunto do presente. Seria uma arrematada ingenuidade pensar que alguns dos questionamentos acima feitos pudessem ser elaborados há meio século. Atores sociais se movimentaram, cenas foram feitas, refeitas e desfeitas pelos conflitos sociais. E, assim, instituíram não apenas demandas, mas também jogaram luzes sobre ângulos que permaneceram fora de questionamento da história do país durante muito tempo. No que toca aos sujeitos de nossa pesquisa, essas observações nos ajudam a entender os esquemas mentais que eles mobilizam para compreender o seu mundo e para se perceberem nele.

Uma das matrizes do discurso conservador das elites brasileiras sobre as massas populares no momento histórico acima mencionado, mas com ramificações até os dias de hoje, esteve presente nas elaborações sobre as multidões nas ruas em Londres ou Paris: o medo aristocrático da livre movimentação das mulheres e jovens nas cidades. Em um texto originalmente publicado na *New Left Review*, em 1992, Elisabeth Wilson aborda esse medo como um medo da mulher. (WILSON, 2005). Especialmente da mulher jovem, desacompanhada, não raro operária, que transita pela cidade em busca de oportunidades de trabalho, assim como os jovens filhos de camponeses, recém-chegados das áreas rurais. Se Georg Simmel (2005) conseguiu apreender a dimensão espiritual desse tempo, através da sua proposição a respeito do *blasé*, não avançou substancialmente sobre as fontes

Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, contribuirá significativamente para a desmontagem da mitologia do Brasil como exemplo de “democracia racial”.

discursivas que buscavam enquadrar esse movimento frenético que provocava terror aos conservadores, aos aristocratas e mesmo aos socialistas de bons modos. Dentre estas fontes discursivas estavam àquelas oriundas das ciências médicas de então, que enquadravam como patológicos os comportamentos femininos e os tomavam como parâmetros para classificar ações e processos sociais também das massas. Estas seriam classificadas com aquelas categorias médicas para enquadrar o feminino: imprevisíveis, emocionais, descontroladas, histéricas e, em decorrência de um ou mais desses fatores, perigosas. Complementarmente, também ingênuas. Dado que, como as mulheres, as massas não são muito racionais. No caso das massas brasileiras, mesmo quando não estão nas cidades (maior parte da população ainda é rural na primeira metade do século XX), são identificadas com essas mesmas características. E o analfabetismo é o amálgama que liga e dá sentido a esse esquema classificatório negativo.

Esses enquadramentos classificatórios legitimarão não apenas exclusões da vida política, mas o esmagamento impiedoso das manifestações autônomas e o direito de fala das classes populares. Os camponeses de Canudos serão demonizados não apenas como “fanáticos” religiosos, mas também como “monarquistas”, para atizar o ódio dos setores supostamente “esclarecidos” e republicanos das grandes cidades. Ora! Sendo monarchistas, então, seriam “tacanhos” e “atrasados”. A violência simbólica subjacente à essa classificação, mesmo entre os ilustrados de então, não permite perceber que a legitimidade de uma República sem povo será sempre infinitamente menor para esse povo do que a legitimidade conhecida do poder dinástico e/ou religioso. Mas esses não são traços superados da história política e social do país. São traços marcantes e moduladores de ações sociais também no presente. Por isso mesmo, no tópico final deste capítulo, avançaremos analiticamente sobre o entrelaçamento entre educação, analfabetismo e dominação.

3.1.4 O ANALFABETISMO E A MAGIA DE TORNAR SOCIALMENTE INVISÍVEL A MAIORIA DA POPULAÇÃO

O analfabetismo foi uma base, uma referência legitimadora poder-se-ia dizer, para a construção de percepções de mundo, das coisas e das pessoas no Brasil. Em outras

palavras, um esquema classificatório de todas as dimensões da existência social: desde os corpos fisicamente percebidos até os atos e atividades realizados pelas pessoas desses corpos. Dessa forma, esse esquema classificatório se espraia por dimensões sociais tão diversas quanto a sexualidade, as posturas corporais e de fala, a afetividade ou expressão pública das emoções. Esse esquema está tão profundamente enraizado que vai além do que está presente no plano da consciência, e que, por um ato de vontade, poderia se descartar por um exercício “crítico” de libertação. A sua força reside precisamente na sua “naturalização” e que só alcança a força extraordinária que efetivamente tem porque é partilhado tanto por dominantes quanto por dominados. A pergunta incontornável que essa apreensão nos coloca é: como é possível que uma forma de ver e de agir que legitima atos brutais como os massacres históricos de camponeses ou as incursões atuais de achaque, tortura e extermínio praticadas por organismos do Estado (ou aparatos paraestatais) contra trabalhadores rurais nas áreas de fronteira agrícola ou contra jovens negros nas periferias das grandes cidades sejam, em algum momento, legitimados por visões partilhadas por violadores e violados? Vale a pena aqui não nos esquecermos da advertência da sociologia crítica a respeito do poder:

mesmo quando repousa sobre a força nua e crua, a das armas ou a do dinheiro, a dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Por sua vez, atos de submissão, de obediência, são atos de conhecimento e reconhecimento os quais, nessa qualidade, mobilizam estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, em particular às estruturas sociais. (BOURDIEU, 2001, p. 209).

Impõe-se, então, uma questão fundamental: através de que mecanismo básico de desconhecimento e conhecimento opera esse esquema cognitivo de dominação no Brasil? A nossa aposta explicativa é a de que isso se dá a partir da junção de dois elementos interdependentes, mas singularmente articulados. O primeiro é a ideologia do mérito, a qual, como sabemos, neutraliza a percepção crítica da desigualdade percebendo-a como uma espécie de justiça compensatória, que premiaria o esforço individual. Já o segundo, traduz os vestígios de percepção de mundo de uma sociedade que viveu a escravidão negra e não efetuou os ajustes (materiais e simbólicos) com esse momento histórico tão difícil de ficar no passado: a compreensão de que alguns corpos estão (mais) disponíveis para serem modelados, adestrados e violentados. Os corpos negros, mas também aqueles das mulheres

e das crianças se enquadram nessa disponibilidade modeladora³⁹. Essa violência simbólica, de forma eufemística, elaborada discursivamente como elogio tomará esses mesmos corpos de forma “positiva” como referentes do exotismo e da singular sexualidade brasileiras. Obviamente, esse viés, ao menos legitimou, como contrapartida, trilhas de escapes e mobilidades sociais para membros das populações negra e mestiça no futebol, na música e na indústria do carnaval.

A violência simbólica, essa magia social que possibilita a extração da adesão dos dominados a uma visão das coisas que os diminui, se concretiza, no caso analfabetismo no Brasil, na ideia, disseminada e partilhada por todos, de que o não domínio da leitura e/ou da escrita é um “problema” de indivíduos que não se esforçaram o suficiente para alcançar aquele domínio. Dessa forma, o analfabetismo foi vivido, por sucessivas gerações, como uma culpa e uma vergonha. E, assim, des-responsabilizou-se o Estado e as elites por esse “atraso arcaico”.

Dado esse pressuposto da culpabilidade das vítimas, a desigualdade extrema e até mesmo a violência física sobre os corpos deixam de ser percebidos enquanto tal. Ou se naturalizam os acontecimentos que os expressam ou se produz uma invisibilidade social sobre as vítimas (sempre suspeitas de alguma “falta”). O anverso dessa situação é a também naturalização dos privilégios. Como já apontava Sérgio Buarque de Holanda, dado que as ideias (republicanas e democráticas, por exemplo) são mais ostentadas do que incorporadas, pode-se até ser “progressista” ou de “esquerda” e entender como não problematizáveis os privilégios de que se desfruta⁴⁰.

Os elementos acima mencionados fundamentam a nossa proposição de que o analfabetismo (e, nos dias atuais, o baixo capital escolar) sanciona simbolicamente a exclusão e a repressão sobre as classes populares no Brasil. Assim, temos uma espoliação não apenas do trabalho, mas dos saberes e habilidades dessa massa tomada a priori como “ignorante”. Isso implica numa desvalorização da criatividade, da inventividade e das artes produzidas pelos “de baixo”, que só muito recentemente começou a ser revertida.

³⁹ Essa disponibilidade se assenta em uma gradação, que vai do exercício da brutalidade policial sobre os corpos negros (especialmente, mas não exclusivamente, jovens), ao recurso “pedagógico” dos castigos físicos contras as crianças até a submissão voluntária e até desejosa das mulheres às intervenções da cirurgia plástica.

⁴⁰ Dessa forma, é natural que se acesse a Portal da Transparência do Estado brasileiro e nos deparemos com um salário mensal de um promotor de justiça cujo salário mensal corresponda, em alguns meses, a cem vezes o salário-mínimo que recebem mais da metade dos trabalhadores do país.

Entretanto, o reconhecimento de suas habilidades e competências será sempre uma concessão, dada por quem autorizado a fazê-lo (no Estado, através dos órgãos oficiais de cultura ou, no Mercado, através das vozes autorizadas de marchands, promotores de eventos ou jornalistas). Em décadas anteriores, e logo após a busca de elementos para a conformação da identidade do Estado Nação no pós-1930, tivemos a “valorização” da “cultura do povo” pelo folclore. Em decorrência, tanto o Estado Novo quanto a Ditadura Militar pós-1964 estimularam atividades folclóricas. E, dessa forma, cristalizaram manifestações como “apresentações”, embaladas para audiências e destituídas de contexto e contestação. Não por mero acaso os intelectuais que pesquisaram o folclore foram majoritariamente entusiastas desses regimes e eram quase patologicamente antimodernos. Enquadraram-se nesse tipo de autorização, dentre outros, artistas como cantadores de viola, emboladores de coco, ceramistas, rendeiras, mestres de capoeira, artesãos, músicos de rabeça e mestres cerimoniais de maracatu ou de congadas.

A pergunta continua em aberto e a exigir mais esforços de imaginação sociológica para a sua resposta: por que o tratamento patológico do analfabetismo e do baixo capital escolar é tão estratégico para se pensar o poder simbólico no Brasil? Uma das respostas possíveis aponta para o fato de que essa situação permite aos que se beneficiam da dominação ou que se encontrem em posições hierárquicas superiores afirmarem, muitas vezes com forte convicção pessoal, de que jamais foram racistas. Em verdade, até admitem a existência de racismo no país, mas este seria manifesto por setores das classes médias e das próprias classes populares, nunca da elite ilustrada ou dos acadêmicos ou intelectuais. Estes saberiam. E sabem, pois, se esforçaram, estudaram e se “formaram”. Assim, o racismo brasileiro é, seguindo indicação de Bourdieu (1983), antes de tudo um “racismo da inteligência”, pois, não apela, em primeiro lugar, a diferenças étnicas (como sói ocorrer em outros países) para construir a teodiceia de sua dominação. Florestan Fernandes, o clássico da sociologia crítica no Brasil e que, em muitos aspectos, adiantou questões as quais, posteriormente, seriam tornadas centrais para a sociologia das últimas décadas por Bourdieu, chamava a atenção para o “preconceito de ter preconceitos” como um traço da dominação. Vale a pena a citá-lo.

[...] o preconceito de ter preconceitos esconde realidades múltiplas, e possui uma teia de efeitos encadeados tão complexa que não há como ventilar esse assunto globalmente [...]. De um lado, é óbvio que estamos diante de uma forma exacerbada de autodefesa do ‘código moral’ e do ‘sistema de valores’ (a chamada esfera axiológica) dos estratos econômicos, sociais e raciais dominantes

das classes possuidoras. O que o preconceito nega é, em si mesma, uma violência extrema. Aparentemente ele afirma uma congruência ideológica e ideológica, a **humanidade** intrínseca aos que pertencem ao ‘mundo dos valores’ (e que, ao se afirmar como homens, espezinham e ignoram a humanidade dos que não pertencem psicológica, social e moralmente àquele mundo). (FERNANDES, 2008, p. 129).

Esse “preconceito de ter preconceitos” é o reverso do medo das classes médias e da elite do país em enfrentarem o racismo e os resquícios da escravidão. Essa denegação, não raras vezes traduzida em uma asséptica defesa da meritocracia, somente pode continuar alimentando práticas e percepções porque profundamente ancoradas no que se poderia denominar de “imaginário nacional”. Em momentos excepcionais, quando eventos normalmente corriqueiros por algum motivo assomam à condição de “escândalo”, um curto-circuito é provocado. Entretanto, logo em seguida, as correntes elétricas são restabelecidas e o edifício da hierarquização que conforma e confirma a desigualdade social retoma o seu funcionamento habitual.

Se a violência física, como já foi assinalado antes, assenta-se, em última instância, em uma violência simbólica, é importante apresentar situações em que esta se manifesta tão naturalmente que causa espanto quando é denominada de violência. Dois casos retirados da vida política brasileira das duas últimas décadas ilustram essa situação.

O primeiro diz respeito ao tratamento concedido ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) no jornalismo estabelecido, nas redes sociais da internet e nas conversas cotidianas, especialmente quando os falantes pertencem às classes médias e aos estratos dominantes. O que estamos a nos referir é ao tratamento, expresso em chistes, injunções negativas, provocações vulgares e formas diversas de “escárnio e maldizer”, no qual o Presidente Lula era como alguém que não tem “formação” por ter concluído apenas as etapas iniciais do ensino fundamental. É bem verdade que a educação formal de Lula é um referente para discursos de desqualificação do líder petista desde que ele trocou a militância sindical pela militância político-partidária, com a fundação do PT, no início dos anos 1980. Entretanto, quando suas chances eleitorais aumentaram (até ele conseguir garantir a vitória em 2002) as elaborações negativas cresciam proporcionalmente.

O segundo caso é o da eleição como deputado federal pelo estado de São Paulo de Francisco Everardo Oliveira Silva, conhecido como Tiririca, com nada menos que 1.348.295 votos. Palhaço, humorista, cantor e compositor, o parlamentar é a típica personagem, que pela criatividade, destemor e ousadia, invade a cena pública para

apresentar a irreverência, as dores e também o conservadorismo antimoderno dos “de baixo”. Mestiço nordestino (cearense), ostentando uma boca banguela e um riso entre o malicioso e o ingênuo, Tiririca, ao se eleger deputado pelo estado mais rico da federação, causou um pequeno curto-circuito cognitivo no mundo dos “bem pensantes”. Mesmo o fato de ter sido eleito por um partido de direita não o livrou da acusação, formulada por uma das principais revistas semanais do país, a *Época* (Grupo Globo), de ser, vejam só!, “analfabeto”. Caso fosse confirmada essa condição, ele poderia votar, mas não ser votado. De imediato, o Ministério Público, guardião do respeito às leis, mas, antes disso, do bacharelismo em terras tropicais, impetrou uma ação judicial para cassar o mandato do alegre palhaço. E, de quebra, cassar também a expressão de quase um milhão e meio de paulistas e silenciar a multiplicidade de vozes desses votantes, majoritariamente pobres, moradores das áreas periféricas das grandes cidades e migrantes ou filhos de migrantes nordestinos. Em resposta à demanda do Ministério Público, o Juiz Eleitoral concedeu um prazo para que o então futuro parlamentar provasse que conseguia ler e escrever. Durante um mês o país se perguntou se o palhaço conseguiria provar que era letrado ou se perderia o mandato. Submetido ao vexatório exame, Tiririca conseguiu demonstrar a proficiência necessária na língua de Camões. O Ministério Público não se resignou e recorreu ao STF contra a decisão do juiz de primeira instância. Em decorrência, Tiririca somente teve o seu mandato parlamentar efetivamente garantido quase três anos depois, em 2003.

Expressivos da violência simbólica, os dois casos se diferenciaram nas respostas construídas para a defesa dos atacados. Em relação a Lula, dada a organicidade da militância petista e do campo de esquerda, além do apoio crítico de parte da intelectualidade, as resistências, questionamentos e respostas são mais fortes e com maior audiência. No caso de Tiririca, não. Dado que se encontra no “lado errado” do campo político para parcelas que se autoproclamam progressistas, pois, seria a expressão de um tipo ideal indesejado, o “pobre de direita

Podemos pensar que o analfabetismo no Brasil é uma mancha sobre o indivíduo e sua família. Em decorrência, as pessoas das classes populares e os iletrados de outros estratos, empreenderão grandes esforços para purificar a si ou aos seus dessa condenação. Nos últimos anos quando filhos de trabalhadores rurais, empregadas domésticas, moradores de áreas periféricas conseguem concluir cursos superiores, esses acontecimentos são amplamente divulgados nas redes sociais pelos próprios envolvidos

com demonstrações emocionadas de que não apenas os formados, mas também suas famílias superaram a condição de indesejáveis sociais. Estamos falando de uma sociedade na qual, ainda hoje, membros da classe média valoram as escolhas amorosas de seus filhos pelo diploma do pretendente (é sempre preferível que a filha namore com um médico do que com um licenciado). O diploma de curso superior “limpa” a “impureza” até daqueles de classe média que não conseguem a reprodução da sua posição social. Esse o caso em que o diploma de curso superior é ostentado como elemento de distinção mesmo quando não é instrumentalizado praticamente por quem o detém. Por exemplo, como ouvimos e registrei na pesquisa de campo: “meu marido é vendedor, mas é formado.”; “minha mulher vende roupa de Toritama. Ela é *sacoleira* mas ela tem esses estudos aí que você tem”. Por tudo isso, não é desprovido de sentido, fazer uma analogia entre a condição de iletrado no Brasil e aquela dos *dalits* na Índia. O sociólogo Jesse Sousa aponta que alguns “batalhadores” (categoria utilizada por ele para identificar os empreendedores das classes populares), donos de supermercados – até de redes de supermercados de bairros populares, donos de açougues, proprietários de restaurantes, donos de barracas de feiras, artesãos, donos de oficinas, atravessadores de produtos de extração mineral e vegetal, dentre outros, podem até manusear montantes significativos de dinheiro (impensáveis para as classes médias tradicionais), mas continuarão socialmente tingidos pela marca da impureza da falta de letramento.

3.2 POPULAÇÃO E DINÂMICA SOCIAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL: MUTAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Uma das mais importantes lições fornecidas por Émile Durkheim em *As regras do método sociológico* diz respeito à incorporação, na análise de um determinado objeto da ciência do social, dos fatos “da morfologia social”. Isso porque, “a origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser buscada na constituição do meio social interno”. Logo em seguida, o grande clássico da sociologia define os elementos constitutivos deste último: “Com efeito, os elementos que compõem o meio social são de duas espécies: coisas e pessoas.” (DURKHEIM, 1990, p. 98). Se essa regra metodológica continua válida, e concordamos que sim, então, no que concerne ao presente trabalho, temos o desafio de apresentar alguns elementos demográficos cujos desdobramentos na

sociedade brasileira foram substantivos nas últimas décadas. Tais ocorrências, algumas intensas e temporalmente aceleradas, outras vagarosas e sem muita visibilidade social e política, redefiniram e continuam a redefinir os contornos das relações sociais no país. Assim sendo, a lição que Durkheim nos fornece com a indicação de levarmos em conta a regra de capturarmos a “morfologia” do fenômeno social que intentamos analisar, levamos, no presente capítulo, a jogar algumas luzes sobre as dinâmicas demográficas recentes no Brasil.

Ao focarmos sobre a população, devemos deixar claro alguns pressupostos que nos guiam analiticamente: 1) as dinâmicas demográficas podem até alcançar maior ou menor intensidade em um determinado contexto nacional, mas nunca estão desconectados de correntes, fluxos e redes que ultrapassam fronteiras; 2) as redefinições demográficas impulsionam e erigem barreiras para as trajetórias de indivíduos, comunidades e Estados, impactando as ações sociais e as políticas públicas; 3) o próprio formato de algumas instituições centrais das sociedades modernas (família, Estado, escolas, etc.) é redefinido pelas alterações demográficas; 4) as mudanças populacionais podem ser pensadas também como movimentos centrífugos, cuja dinâmica vai sendo reproduzida nas áreas periféricas à imagem e semelhança do que ocorreu antes nos centros dinâmicos, salvo situações excepcionais⁴¹; e 5) os contornos econômicos e culturais locais e regionais impõem ritmos distintos às dinâmicas demográficas. O último aspecto é especialmente relevante pela sua implicação epistemológica: a mudança populacional é socialmente englobada. Parece algo óbvio, mas é sempre bom lembrar para não abrimos flancos para o determinismo demográfico.

Da perspectiva da análise sociológica, a incorporação das variáveis populacionais implica em tomarmos em consideração informações de períodos históricos mais amplos do que aqueles costumeiramente trabalhados, o que nos leva a uma superação do impressionismo dos fatos últimos. Não menos importante, estatísticas populacionais de períodos distintos obrigam-nos a ter mais em conta a evolução positiva de dimensões sociais (índices de bem-estar social) que, muitas vezes, em nome de uma crítica radical,

⁴¹ Dentre estas, no aspecto demográfico, temos situações provocadas por desastres ambientais, que provocam deslocamentos populacionais inesperados, ou a ascensão de grupos religiosos fundamentalistas em determinados territórios e a imposição de modelos de família que pode alterar de algum modo a evolução da taxa de fecundidade.

são tomados secundariamente ou mesmo esquecidos. Como desdobramento da apresentação dos dados populacionais, buscaremos apreender a conexão entre espacialização da população e divisão inter-regional do trabalho. Para aprofundar essa incursão analítica, faremos um destaque em tópico específico a respeito da evolução sociodemográfica do Nordeste do Brasil, que é, afinal de contas, o mundo social onde se localizam os sujeitos da nossa pesquisa.

3.2.1 POPULAÇÃO BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E RECORTE POR FAIXA DE IDADE

A dinâmica da colonização portuguesa, focada inicialmente na extração vegetal e, posteriormente, na produção da cana-de-açúcar impôs uma distribuição populacional ao Brasil na qual as faixas litorâneas ou limitantes a estas concentram os maiores contingentes de pessoas. Posteriormente, com o desenvolvimento da mineração do ouro e do diamante, a população de origem europeia e os escravos africanos serão encaminhados para áreas internas do território. Em seguida, a pecuária e as monoculturas do café, do cacau e dos produtos da alimentação básica (feijão e arroz) impuseram novas formas de ocupação territorial e novos contornos populacionais, mas aí já na segunda metade do século XIX. Os impactos em termos de extermínio da população originária (identificados pelos colonizadores como “índios”) desses “avanços”, embora registrados como ignominiosos, continuam a ocorrer dois séculos depois de proclamada a independência do país.

A essa espacialização correspondeu um crescimento populacional significativamente baixo até o início do século XX, quando não apenas o Brasil, mas toda a América Latina, foi positivamente impactada pelos avanços da medicina e da disseminação de informações básicas sobre os cuidados com a higiene. A diminuição gradativa da mortalidade infantil e das mortes de mulheres em partos implicou, em toda a região, uma elevação exponencial da taxa de fecundidade. A esse fenômeno, a partir da metade do século XX, ajunta-se o aumento da expectativa de vida da população, especialmente feminina.

O quadro abaixo expressa a evolução do crescimento populacional desde os primeiros censos demográficos realizados na segunda metade do século XIX até 2020, quando em decorrência da pandemia do Covid-19 não tivemos a realização do censo, que,

no Brasil, ocorre a cada dez anos⁴², mas contamos com uma estimativa feita pelo órgão oficial de estatísticas populacionais no país, feita a partir de dados das amostragens realizadas anualmente.

Quadro 3- Evolução da população brasileira do século XIX ao século XXI

Ano do censo	População
1872	9.930.484
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.992.343
1970	94.508.583
1980	121.150.572
1991	146.917.454
2000	169.590.693
2010	190.755.799
2020*	212.600.000

Fonte: IBGE. Estimativa

Como se pode observar, o grande crescimento da população brasileira ocorre entre as décadas de 1950 e 1980. Assim, em menos de trinta anos, a população mais que dobra. A transição demográfica, processo de crescimento e estabilização populacional e que demarca urbanização, elevação da escolarização e melhora nas condições de saúde, ocorre no país em um período mais curto, se comparado com a evolução populacional dos países europeus e dos Estados Unidos. Não é exagero, portanto, a afirmação de pesquisadoras de que a partir de 1970, o Brasil passou a viver uma “revolução demográfica” (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

O Brasil passou de uma condição em que a sua população era predominantemente infante-juvenil para outra em que os jovens vão caminhando para o centro e a população adulta vai envelhecendo. Os vetores dessa mudança são claros: a queda acentuada da taxa de fecundidade, a diminuição da mortalidade infantil e a diminuição do número de óbitos da população idosa. Neste último tópico, resalte-se a diferença entre 2010 e 2020. Na década anterior, a mortalidade bruta havia caído para 6,1 enquanto que em 2020, temos

⁴² Por pressão dos movimentos sociais, das entidades científicas e dos partidos de oposição, o Governo Bolsonaro, que não garantiu recursos orçamentários para a realização do Censo em 2021, destinou recursos para o IBGE realizá-lo em 2022.

uma elevação para 6,5 mortos para cada mil habitantes. Essa alteração está relacionada às mortes provocadas pelo vírus da Covid-19, evento que, como veremos em outras partes deste trabalho, impactará em curto-circuito dimensões variadas da vida social brasileira na entrada da terceira década do século XXI.

Do que apresentamos até o momento, podemos afirmar que o Brasil está no auge daquele estágio da transição demográfica que os economistas e sociólogos comumente identificam como “bônus demográfico”, isto é, aquela situação em que a população situada na faixa anterior aos 15 anos cresce menos (ou até diminui) do que outras coortes de idade. Em tese, isso significaria que a sociedade poderia dispor de mais recursos para executar políticas públicas mais inclusivas dessa parcela em decréscimo. Em uma análise pragmática, que é aquela não raro realizada por economistas liberais, tratar-se-ia de agregar “capital humano” aos novos ingressantes na vida social agora para atenuar os impactos do acelerado envelhecimento populacional que ocorrerá nas próximas décadas. Neste quesito, segundo estudiosos, como Reichert e Marion Filho (2015), o Brasil deverá seguir a tendência demográfica do restante da América Latina, e estancar o seu bônus demográfico em torno de 2027. As análises populacionais e as projeções sobre os desdobramentos das estatísticas do presente constituem uma base fundamental para disputas políticas em torno do futuro desejado.

3.2.2 A QUEDA CONTÍNUA DA TAXA DE FECUNDIDADE NO BRASIL: CLASSES SOCIAIS, DRAMAS E PROCESSOS

Gradativamente, quanto mais os Estados Nações se consolidavam e ampliavam sua esfera de interferência sobre a vida das sociedades mais a questão populacional emergia como um tópico estratégico. No Brasil não foi diferente. No período anterior a 1964, em plena era do desenvolvimentismo embalado pela teoria da modernização formulada no âmbito da CEPAL, havia a compreensão, expressa por intelectuais latino-americanos de destaque nas décadas de 1950 e 1960, de que o crescimento populacional estava longe de ser um problema em si mesmo. A aposta era a de que as migrações internas efetuassem um ajuste populacional através da migração de trabalhadores rurais excedentes para os espaços urbanos. Dessa forma, regiões, como era o caso do semiárido nordestino dos anos 1950, com baixa produtividade, poderiam suprir a mão de obra cobrada pelo intenso processo de

urbanização. No horizonte, estava também o declínio da fecundidade (que efetivamente veio a ocorrer e de forma acelerada duas décadas depois), mas este era concebido como um processo quase natural, reprodução do que ocorrera antes nos países considerados desenvolvidos (CARVALHO; BRITO, 2005). Uma visão otimista que não sobreviveria aos embates políticos e ideológicos internacionais da “Guerra Fria”, quando o crescimento populacional dos países do chamado “terceiro mundo” passou a ser considerada uma questão militar. Tanto assim que nos anos 1970, em plena ditadura, as questões populacionais brasileiras passaram a ser tratada pelo EMFA.

As elaborações sobre o processo de redução da fecundidade, geralmente embaladas em linguagens macroeconômicas e macrosociológicas, referem-se a fatores causais como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, aumento da escolaridade e urbanização da maioria da população. Descrito assim, o fenômeno é quase naturalizado, como se a vida reprodutiva das mulheres fosse uma estrada linear cujo ponto de chegada ideal fosse ter menos filhos. Aqueles elementos causais, tomados genericamente, sim, foram importantes, mas, por si mesmos, fornecem poucas chaves explicativas para o que ocorreu e ainda está a ocorrer em relação às expectativas sociais em torno da maternidade no Brasil e no restante das sociedades latino-americanas. Esses fatores (inserção no mercado de trabalho, escolaridade, urbanização) não se realizam sem duradouros processos de subjetivação. Em outras palavras, sucessivas gerações de mulheres tiveram que incorporar valores e repertórios culturais a respeito dos significados de ter mais ou menos filhos e até mesmo da vida sexual.

Ainda hoje, as expectativas sociais e as injunções morais a respeito do número ideal de filhos pesa excessivamente e quase de forma exclusiva sobre as mulheres. Nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres brasileiras tiveram que resolver privadamente a demanda social por regulação da fecundidade. Por pressão da Igreja Católica, o Estado, em que pese idealizar e defender o controle da natalidade, não produziu políticas de apoio às mulheres que queriam e necessitavam ter menos filhos. Mesmo quando a revolução biotecnológica da pílula anticoncepcional já havia ocorrido o Estado não se fez presente e a distribuição dos anticoncepcionais, quando ocorreu, ficou a cargo de entidades privadas custeadas por organismos norte-americanos de ajuda internacional. Essas observações tomam por base o ajuste de contas analítico feito por Faria (1989) a respeito de como essa demanda foi socialmente construída e processada no Brasil.

O declínio da taxa de fecundidade ocorre concomitante a emergência de uma idealização social do número de filhos por família e a uma redefinição mesma de qual deve ser o formato desta instituição. Os anos 1970 correspondem, no Brasil, a uma expansão significativa da audiência televisiva por todo o território nacional. Com esta expansão, novos modelos culturais de família e de relacionamentos amorosos começam a se disseminar. Outros valores começam a impactar decisivamente a vida cotidiana das classes populares em um país onde a população urbana à altura se sobrepunha à população rural: mais informações sobre saúde, cuidados médicos e, o mais impactante, a gradativa disseminação da ideia de que vida sexual e vida reprodutiva são instâncias distintas. Poderíamos afirmar que uma nova gramática das relações íntimas vai emergindo no país muito moldada pelos enredos das telenovelas da TV Globo.

Em uma sociedade na qual a dominação patriarcal cedia espaços, mas o machismo continuava (e continua) solidamente fincado, a regulação da fecundidade passou a ser um peso que recaiu fortemente nas costas das mulheres.

Nesse contexto, as mulheres mais jovens e de classe média podiam recorrer ao uso de pílulas anticoncepcionais enquanto as mulheres de classe popular, com acesso escasso a esses produtos, recorriam ao aborto clandestino, com os altos riscos de saúde e de incriminação que a prática implicava⁴³. Os obstáculos para conseguir métodos contraceptivos seguros e que garantissem também a integralidade dos seus corpos e de suas autoimagens abriu espaço para soluções privadas, ofertadas pelo mercado, de baixo custo e com forte impacto na redução da taxa bruta de natalidade (TBN) no Brasil dos anos 1970 a 1980, como foi o caso da laqueadura de trompas.

Impõe-se aqui um interregno para a inserção de uma explicação mais nuançada desse mercado de um serviço tão singular: ligadura de trompas para interrupção da vida reprodutiva das mulheres. Se esta prática se torna uma transação econômica (nem sempre paga com a moeda financeira, como veremos) é porque vetores morais e culturais

⁴³ Na realização do aborto o diferencial de classe que estrutura a desigualdade social brasileira se fazia (e ainda se faz) presente. As mulheres de classe popular, predominantemente jovens, recorrem a profissionais não qualificados em locais de pouca higiene, não raras vezes submetidas, elas e os responsáveis pelos espaços (técnicas de enfermagem ou parteiras), às humilhantes e vexatórias batidas policiais e às exposição da imprensa sensacionalista. Do outro lado da invisível fronteira social que delimita as classes no país, mulheres de classe média e da elite são tratadas em clínicas privadas conduzidas por profissionais médicos, situadas em bairros imunes à batidas policiais.

possibilitaram essa existência. E aqui estamos em um terreno da análise sociológica no qual necessitamos da ajuda preciosa de Karl Polanyi (2012). Em que sentido? Naquele, elaborado por esse autor em *A grande transformação: As origens de nossa época* na qual o autor, a respeito do desenvolvimento das trocas de mercado como sendo possível a partir de um desencaixamento social dessas práticas. Na elaboração polanyiana, as práticas modernas de mercado seriam, portanto, impulsionadas pela superação de regras e normas morais. Muito embora, a sociedade, como uma espécie de “mão invisível”, reencaixe essas práticas de mercado quando as mesmas coloquem em risco a sociedade ela mesma. Essa é uma apreensão autorizada pela leitura, por exemplo, do capítulo intitulado “Autorregulação imperfeita”. Tudo se passa como se as ações econômicas expressassem uma “subsociação”. Embora o legado de Polanyi seja incontornável para pensar a história econômica, a nossa aposta analítica é que, ao contrário do que ele afirma, regras e normas não são coisas fortes em sociedades pré-mercantis e tênues ou inexistentes em sociedades produtoras de mercadorias. Muito antes pelo contrário, a penetração das trocas mercantis nas mais diversas esferas da vida corresponde à emergência de valores morais que as autorizam ou ainda a redefinição de valores e percepções sociais (ou modelos culturais) que legitimam aquelas trocas. Ou seja, embora a relação entre mercado e moral seja fundamental e um aporte inestimável de Polanyi, a realidade das modernas sociedades apontam para uma situação diametralmente oposta à proposição do consagrado autor. Esse posicionamento que expressamos aqui é, em parte, corroborado pela argumentação desenvolvida por Viviane Zelizer (2011) em *A negociação da intimidade*.

Essas observações se impõem para pensarmos nessa trilha perversa tomada pelo Brasil para lidar com a demanda socialmente instituída de regulação da fecundidade: a utilização intensiva da laqueadura de trompas, ou seja, a esterilização das mulheres. Como essa era uma prática que se realizava sem apoio oficial, implicava em um comprometimento dos médicos, especialmente obstetras, com as mesmas. É bom salientar que muitas dessas laqueaduras eram realizadas nas maternidades públicas e “pagas por fora”⁴⁴ através de dinheiro ou do estabelecimento de uma relação de clientela⁴⁵. Mas como

⁴⁴ Categoria nativa brasileira que significa um pagamento adicional para um serviço que supostamente já é pago pelo Estado.

⁴⁵ Nesse caso, um ator político com controle do estabelecimento de saúde no qual o parto iria ser realizado era acionado pela mulher ou pela família para que garantisse a realização da cirurgia de laqueadura quando do

essa prática era moralmente encaixada? Ora, é bom lembrar, a demanda pela interrupção da gravidez, que também decorre da demanda por regulação da fecundidade, era (e ainda é, tanto que é uma das pautas mais recorrentes da plataforma conservadora e de extrema-direita no país) considerada hedionda. Então, não é só a existência de uma demanda que legitima uma prática, obviedade que não podemos esquecer. Que vetores morais ou percepções de mundo subsidiaram ou forneceram justificativas para a negociação das laqueaduras? Identificamos dois vetores estruturantes de práticas e discursos: a) o “higienismo social”, vestígio das ideias racistas do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, esse vetor se traduziu na indução de determinadas imigrações (alemães e italianos) para “embranquecer” a sociedade ou para torná-la mais produtiva (japoneses) e durante muito tempo (e nisso a obra de Gilberto Freyre cumpriu um papel importante e positivo ao questionar esse ideal de “pureza racial”) legitimou a brutalidade das eufemisticamente denominadas “realocações” de populações nos espaços urbanos e que se expressou sempre em um sonho de “limpeza étnica” sem derramamento de sangue (diminuir de algum modo o peso populacional de afrodescendentes e mestiços); e b) a ideia, abordada no capítulo anterior, de que os corpos das classes populares e das mulheres e crianças de outras classes também estão disponíveis para as incursões dos poderes (dentre estes, obviamente, do poder médico). Apoia-mo-nos aqui nas observações muito pertinentes de Layla Carvalho em sua tese de doutoramento:

O higienismo classifica a forma de viver de determinados grupos populacionais como imprópria. Para resolver a impropriedade, são elaboradas políticas coercitivas seja de expulsão dessas populações para áreas mais afastadas – como foi o caso das reformas no Rio de Janeiro ao final do século XIX – seja de demolição e construção de novas casas. A relação entre o higienismo e o eugenismo se estabelece quando a forma de viver de determinados grupos populacionais se torna justificativa para que essas pessoas não possam ter filhas e filhos: a defesa do uso de anticoncepcionais de longa duração para mulheres viciadas em drogas ou moradoras de rua.” (CARVALHO, 2017, p. 21)

Se o impacto da demanda por regulação da fecundidade se traduziu em processos sociais de intensificação do poder médico sobre o corpo feminino e foi particularmente cruel sobre as mulheres das classes trabalhadoras isso não significa que esse poder não tenha se imiscuído também nos corpos das mulheres de classe média. Esse o caso da

parto. Isso porque até 2016, a legislação brasileira coibia a realização dessas cirurgias fora do momento do nascimento de um filho.

disseminação da cesariana como método de parto e, nos últimos anos, a emergência de uma lucrativa rede de serviços de fertilização disponibilizada para esse público.

Assim, sobre a regulação da fecundidade temos o cruzamento de duas diferenças estruturantes da vida social: a primeira, que fica explicitada com as observações precedentes é a de classe social, a segunda é aquela definida pelo gênero. E em relação a esta última não nos referimos apenas ao machismo e ao modelo patriarcal, mas também às expectativas socialmente sancionadas em relação ao que é ser mulher e ao corpo que uma mulher deve ter.

A regulação da fecundidade é fator indutor e também determinado de uma definição estrutural mais profunda: o formato da família na sociedade brasileira. A emergência e legitimação gradativa de múltiplos arranjos criaram contextos institucionais para novas relações sociais no país. Dada a relevância da família como estrutura modeladora de experiências, no próximo tópico a tomaremos como objeto de abordagem, focalizando a sua configuração nas últimas décadas na sociedade brasileira.

3.2.3 FAMÍLIA E CASAMENTO: REDEFINIÇÕES LEGAIS, NOVAS INSTITUIÇÕES E PLURALIDADE DO SOCIAL

Nas classes populares brasileiras, especialmente àquelas moradoras das áreas periféricas das metrópoles ou dos distantes rincões rurais, a realização de rituais de casamento e a legalização perante o estado da união do casal eram luxos fora de seus alcances. Periodicamente, a Igreja Católica realizava celebrações coletivas de casamento para que aqueles que viviam em “união carnal” sem a sua “devida” consagração pudessem se purificar perante Deus e garantir que os filhos desses casamentos, que, por isso, estavam impedidos de receber o batismo pudessem ser reconhecidos como “filhos de Deus”. Essas atividades de celebração coletiva ainda subsistem, mas com a adesão crescente dos mais pobres às igrejas pentecostais e neopentecostais, foram perdendo a sua atratividade. Por outro lado, dada a necessidade de reconhecimento perante o Estado, para garantir a inscrição de crianças nas escolas, atendimento de saúde ou o acesso aos auxílios de programas de assistência sociais, essa é uma ação cada vez mais cobrada pela população ao Estado. Assim, prefeituras municipais ou órgãos do poder judiciário têm substituído a Igreja Católica e assumido a tarefa da realização de celebrações coletivas de casamento.

Basta digitar no buscador *Google* as palavras “casamento+coletivo+prefeitura” para obter centenas de milhares de respostas indicando links de notícias dessas atividades de norte a sul do Brasil, em grandes e pequenas cidades.

Nos últimos anos, a novidade é a realização de cerimônias coletivas de casamento de pessoas do mesmo sexo. Essas uniões, que até 2011, ficavam mais restritas às pessoas de classe média, com recursos financeiros para entrar com ações judiciais para obrigar os cartórios a realizarem a lavratura das escrituras de suas uniões, foram, gradativamente, sendo incorporadas como horizonte e projeto de vida de pessoas das classes populares. Esse marco temporal (2011) diz respeito a uma importante decisão do STF, que reconheceu oficialmente esse modelo de união civil. Posteriormente normalizada pelo CNJ, órgão administrativo do alto judiciário, essa decisão obrigou os cartórios do país a realizarem a escritura de união civil dispensando as custosas ações judiciais.

Essa sanção do Estado, que por uma espécie de magia do social tem o poder de dizer que o que existe de fato existe termina por ser incorporada subjetivamente pelos indivíduos. Daí, a expectativa, muito arraigada no chão social latino-americano, de que as “leis” podem “fazer” um mundo diferente. No universo das classes médias, esse traço alimenta pautas e paixões que só existem mesmo como realidade em suas bolhas, como foi o caso do divórcio. Na medida em que a sua efetivação, para as classes médias, implicava em consequências no que diz respeito aos bens materiais, a discussão em torno de sua legalização assomava a condição de questão existencial de primeira grandeza na segunda metade da década de 1970 no Brasil. Para as classes populares, destituídas materialmente, algumas das questões que angustiavam esses setores médios pareciam demasiadas etéreas. Por isso mesmo, nesse universo social as separações e novas uniões eram mais facilmente resolvidas do que nos setores de classe média e da elite. Também aqui já se anunciava algo que seria conformado duas décadas depois: a diminuição do peso cultural da Igreja Católica para impor normas e valores uniformemente sobre a população brasileira⁴⁶. Assim, a demanda pela instituição legal do divórcio, formulada em uma PEC pelo então Senador Nelson Carneiro (1910-1996), do MDB do Rio de Janeiro, aprovada pelo Congresso em 1977 e sancionada pelo então Presidente Ernesto Geisel (1907-1996), a lei

⁴⁶ Podemos dizer, então, que as classes populares são mais politeístas em relação a valores do que as classes médias. E que têm a capacidade em aderir formalmente a um conjunto de crenças sem a incorporar intensamente.

do divórcio provocará um impacto cultural significativo no país. Antes da sua promulgação, a separação poderia até ser legalmente sancionada através do desquite, mas as pessoas que se separavam não tinham o direito legal de constituírem novas uniões. Os seus casamentos, não existindo perante o Estado, eram socialmente invisíveis.

O divórcio é aprovado, em que pese a pressão contrária da cúpula da Igreja Católica, mas com restrições que, hoje, parecem despropositadas e inaceitáveis, como o tempo mínimo de dois anos para a sua concessão e restrito a uma única vez. Em realidade, tal como consolidado em 1977, o divórcio busca atender a uma demanda de pessoas das classes médias urbanas que, tendo se separado e reconstituído suas famílias, necessitavam da legitimidade concedida pelo Estado. Apesar dessa limitação, como já afirmado, os impactos simbólicos não são desconsideráveis. Abre um horizonte de possibilidades, mesmo que em um primeiro momento mais potenciais do que reais, de reconstrução e redefinições de uniões. E aqui é importante fazer uma demarcação de gênero, pois, para os homens, mesmo os de classe popular, o casamento não era uma instituição impeditiva de outros relacionamentos, alguns duradouros e reconhecidos “*coisa de homem*” pelos padrões morais dominantes, “*que homem pode*”: segunda família, amante, segunda mulher. Como em outras sociedades, mas no Brasil mais fortemente enraizado e isso em consequência da escravidão, o poder econômico se traduz na posse de mulheres⁴⁷. Na ordem tradicional, que fornecia suporte para os modelos culturais hegemônicos no país até meados da década de 1970, ter uma amante era um sinal distintivo positivo, de afirmação de status. Essa amante, mais do que estigmatizada, era (e ainda o é) discriminada e alocada no papel negativo da “outra”. Mesmo quando essa relação era duradoura e dela nasciam filhos. Quando isso ocorria, esses filhos eram marcados como os “filhos da outra”⁴⁸. Em decorrência desse avanço em termos de direitos e reconhecimento tivemos toda uma

⁴⁷ No período colonial e até bem depois, na “casa grande”, além da senhora, com quem era oficialmente casado, o senhor dispunha dos corpos das escravas. Com a urbanização, os patrões continuaram, em setores da indústria e dos serviços, a acossar as suas trabalhadoras. Vale a pena registrar que a primeira greve geral do Brasil, em 1917, iniciada pelas trabalhadoras do Cotonifício Crespi, tinha como uma de suas pautas a denúncia e demanda pelas restrições aos assédios de mestres e contramestres contra as operárias. Sobre a participação das mulheres nos primeiros movimentos grevistas no país e sobre as suas pautas, ver Fraccaro (2017). A respeito da revolta das operárias contra o assédio sexual, vale a pena ler artigo publicado no site da BBC em português: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740614>.

⁴⁸ Até a Constituição de 1988, não por acaso qualificada como “cidadã”, esses filhos serão considerados como “ilegítimos”. A nova carta constitucional, no seu parágrafo 6º do artigo 227, estabeleceu que “*os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação*” .

legislação ordinária e decisões que quebrou a ordem tradicional ao reconhecer à “outra” (“a amante”) o direito pleno de herança, de pensão (alimentícia ou por morte) e da garantia de condições dignas para si e os seus filhos. O que se traduz em um avanço substancial no terreno dos direitos civis. Todo esse processo, nos termos da sociologia de Anthony Giddens, constitui um elemento de “desencaixe” e de impulso rumo à *destraditionalização da vida social*⁴⁹.

O desencaixe acima referido é potencializado pela emergência de novos modelos culturais, na medida em que a cultura de massas engloba e se sobrepõe à cultura popular com a força da TV. Mas há também uma dimensão política que contribui para esse processo. Em um artigo que não incide diretamente sobre essa temática, mas que aporta elementos para a sua compreensão, o Professor Hermes Costa elabora uma fórmula sintética sobre o fenômeno a que estamos a nos referir: “democratização generalizada da sociedade brasileira” (COSTA, 2017, p. 666). Nesse sentido, a segunda metade da década de 1970 marcada pelo impacto da derrota imposta pela oposição consentida (o MDB) ao partido de sustentação da Ditadura, a ARENA, em 1974, será o momento de emergência de “novos movimentos sociais” na arena pública brasileira. E o novo adicionado a movimentos que existiram em períodos anteriores está relacionado a busca de novas formas de constituição, com maior apreço à participação, à discussão e uma rejeição às práticas tidas como “velhas”, típicas da esquerda tradicional, de decisões das cúpulas (das “capas pretas”). Nesse aspecto, os chamados setores progressistas da Igreja Católica terão uma contribuição fundamental ao elevar à condição de valor ético-moral a “participação da base” nos movimentos sociais. É o momento de reemergência das CEBs, de articulação dos movimentos pelos direitos humanos e pela anistia, da organização das pastorais (carcerária, da juventude, da criança, operária, etc.), das mulheres das periferias contra a carestia e, a partir de 1977, da reaglutinação dos estudantes nas suas entidades tradicionais, até então banidas ou mantidas sob o rígido controle pela ditadura, como os DCEs e a UNE (recriada em 1979, em um grande congresso de reconstrução, realizado no Centro de Convenções da Bahia, em maio de 1979). Já mais para o final da década, o movimento sindical entra em cena, com as já mencionadas greves operárias paulistas, de onde emergiu

⁴⁹ GIDDENS (1993).

a figura do então sindicalista Luís Inácio da Silva⁵⁰. Mesmo se inicialmente, as ações sindicais ainda são coordenadas por direções reconhecidas e aceitas pelo Ministério do Trabalho da ditadura (que controla a vida dos sindicatos), paulatinamente a dinâmica da vida sindical segue a tendência da democratização, com a demanda por participação das bases. Onde a participação destas está bloqueada por direções “pelegas”⁵¹, o ideal do “sindicalismo autêntico” anima a realização dos ENTOES.

Ora, toda essa movimentação cujo alcance será significativo nas décadas seguintes (basta assinalar que a Constituição de 1988, em parte, foi desaguadouro de águas movidas por esses moinhos de sonhos e desejos), incide diretamente sobre questões econômica ou políticas, mas reverbera também sobre todas as dimensões existenciais dos sujeitos participantes. A mulher que questiona o autoritarismo dentro do sindicato ou falta de diálogo das autoridades para com aquelas que lutavam por creches, transportes públicos de qualidade ou tabelamento de preços de alimentos não deixará de, ao menos, perceber as práticas autoritárias no ambiente familiar. Como ondas em um lago após se jogar uma pedra, essas ações sociais irão se espalhando por todas as dimensões da vida social tornando menos aceitáveis práticas que anteriormente, inseridas na ordem tradicional, pareciam tão naturais. Podemos também pensar a “democratização generalizada”, mesmo em um período histórico que ainda era de Ditadura, como uma série de curtos-circuitos que atingem mesmo pessoas que não se envolvem diretamente em nenhuma militância e que nem têm preocupações políticas mais gerais, mas que passam a se espelhar e serem direta ou indiretamente influenciadas por ondas de disseminação de rupturas de comportamento.

Nesse sentido, a “democratização generalizada” de que nos fala Costa (2017) é algo cujas raízes começaram a se desenvolver nesse momento histórico em que múltiplas determinações (econômicas, demográficas, culturais e políticas) confluíram para produzir uma realidade onde coisas (e ordens sociais) que pareciam sólidas começam a se desmanchar. As instituições, dentre estas a família e o casamento, podem não ter entrado em crise grave, mas foram levadas a se reformular e se reinventar. Muitos dos desafios e conquistas (em termos de maior liberdade, autonomia e ampliação da cidadania) das três

⁵⁰ Neste momento o Lula ainda não havia sido incorporado oficialmente ao nome e era apenas o que no Brasil se denomina “apelido”.

⁵¹ Pelego é uma categoria nativa do movimento sindical da época para identificar direções sindicais ou leais à ditadura ou comprometidas em não enfrentar os patrões das suas categorias de trabalhadores.

décadas seguintes trazem algum débito com ações e processos desencadeados nesse momento.

O desencaixe da tradição e a emergência de novos modelos culturais que fornecem novos sentidos para os relacionamentos íntimos (dentre estes, “ideais” como o “direito à felicidade” e o cálculo avaliativo se o “investimento” na relação traz retornos⁵²) legitimaram as separações e os divórcios. Ao contrário de períodos anteriores, quando os casamentos estavam imersos em uma rígida ordem tradicional, existe hoje não apenas o direito para que os relacionamentos infelizes sejam rompidos, mas como começa a aparecer até mesmo uma cobrança do entorno social pelo fim dos mesmos (“por que ela/ele aguenta isso?”, “avaliie bem o que você tá fazendo da sua vida nesse casamento!”...). É inegável que essas ocorrências significam conquistas para os adultos envolvidos, pois, não estão mais constrangidos a permanecer juntos ao preço do seu bem-estar emocional. Entretanto, para as crianças e adolescentes, esses rompimentos significam perdas econômicas e emocionais, com pesados impactos em suas subjetividades. No nosso trabalho de campo, nas interações seja com os entrevistados e/ou com os informantes que possibilitaram as relações com os mesmos, a temática da insegurança provocada pelos desdobramentos das dissoluções das relações dos pais sempre vinha a tona.

Sabemos que, muitas vezes, descrever é também prescrever e na nessa tentativa de abordar as consequências da emergência de novos padrões de relacionamentos íntimos e de família, podemos estar resvalando para um posicionamento conservador. Não é essa a perspectiva que nos orienta. Tratar de uma sociedade em pleno processo de destradicionalização social e de emergência do indivíduo como fonte legítima de direito é bem diferente de analisarmos uma sociedade como, por exemplo, a portuguesa, a qual em relação a temáticas da cidadania e dos direitos reprodutivos está situada em outra ordem. Por exemplo, no que diz respeito ao aborto, tema ainda tabu no Brasil, especialmente nos últimos anos, dada a hegemonia política de forças neoconservadoras alicerçadas em fundamentalismo religioso, em Portugal, a discussão política é a respeito da garantia ou não do anonimato das mulheres que recorrem ao atendimento na rede pública para a

⁵² A gramática amorosa de nosso tempo, e não apenas no Brasil, é cada vez mais colonizada pelas matrizes discursivas próprias da linguagem econômica e da contabilidade.

interrupção da gravidez. Esse é um horizonte que é mais uma miragem do que algo que se vislumbra em um futuro mediano no Brasil.

Essa referência ao aborto nos liga diretamente a uma questão central para adolescentes e jovens da geração presente: a gravidez. “Gravidez na adolescência” é termo semanticamente carregado e, não raro, demarcador de classe social no Brasil. Quando uma adolescente ou jovem de classe média engravida, o acontecimento é tratado como “acidente”; se o evento diz respeito a uma moça (rapariga) de classe popular, trata-se como algo “esperado” ou expressão de “irresponsabilidade”. Embora nas duas situações hipotéticas os impactos emocionais sejam significativos, e rupturas nas trajetórias educacionais sejam esperadas, o custo para a moça de classe popular é significativamente maior. E aqui temos um exemplo, este sim, de um verdadeiro “custo Brasil”⁵³: essa moça de classe popular terá que suspender os seus estudos ou compatibilizá-los com um trabalho precário para garantir a sustentação da sua criança, que, via de regra, ficará sob os cuidados dos seus pais, avós da criança ou um parente (tia, tio, padrinho, etc). Isso porque, nesse momento de transição de modelos culturais de família e de relacionamentos, uma das permanências da ordem tradicional é o pouco engajamento (e responsabilização) masculino com a paternidade. No que diz respeito direto às relações de trabalho, as jovens mães trabalhadoras são constrangidas a aceitar mais passivamente o autoritarismo das chefias e a superexploração das empresas, como enfatizará um dos nossos retratados ao comentar a situação das mulheres com quem convivia no trabalho em uma franquía de fast-food.

Em um universo social no qual a legitimidade do exercício sexual ativo antes do casamento foi alcançada, mas os direitos reprodutivos não foram ampliados e, até pelo contrário, tem-se ameaças de retrocesso em algumas políticas públicas, como é o caso dos abortos reconhecidos por lei para as vítimas de estupro⁵⁴, as adolescentes e jovens mulheres se veem premidas entre lógicas distintas e opostas. De um lado, as possibilidades abertas pela celebração à vida, o amadurecimento e ao exercício pleno da vida sexual. Do outro, o espectro do peso de uma gravidez precoce e indesejada e os seus efeitos em termos de interrupção de projetos existenciais.

⁵³ “Custo Brasil” é um termo muito utilizado pelos colonistas neoliberais da imprensa brasileira para se referir aos supostos custos fiscais da contratação da força de trabalho no Brasil. A referência aqui feita tem o sentido de apontar para outra direção e indicar a perversidade dessa construção ideológica.

⁵⁴ Parlamentares da chamada “bancada da bíblia”, formada por fundamentalistas evangélicos, têm pressionada para eliminar ou restringir o chamado “aborto legal”.

3.3. DA PRIMAVERA LULISTA AO TERMIDOR BOLSONARISTA: REDISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA, RECONHECIMENTO POLÍTICO, CONFLITOS E (RE) ARRANJOS INSTITUCIONAIS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL

Na noite de 27 de outubro de 2002, logo após a confirmação da sua vitória eleitoral no segundo turno das eleições presidenciais de 2002, Luís Inácio Lula da Silva concederia uma entrevista à imprensa e pronunciaria uma frase histórica: “a esperança venceu o medo e hoje eu posso dizer para vocês que o mundo mudou sem medo de ser feliz” (A ESPERANÇA..., 2002, documento eletrônico). Dezesesseis anos depois, também em uma noite de outubro e também em um domingo, pois as eleições brasileiras ocorrem sempre em dias de domingo, o recém-eleito Presidente da Jair Bolsonaro não concederia entrevista à imprensa, a qual já começava a ser tratada como inimiga por sua base política, mas falaria em uma “live” para as redes sociais como se tornaria praxe nos anos seguintes. Naquele pronunciamento, o ex-capitão do Exército repetiria bordões da extrema-direita que tomara de assalto as chamadas “redes sociais” (facebook, youtube, instagram e WhatsApp, dentre outros) há pelo menos cinco anos. Assim, após afirmar que a sua vitoriosa campanha havia sido possível porque a sua bandeira e o seu slogan (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”) fora buscado na “caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada”, diria que “não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo, e com o extremismo de esquerda”. (SETO; FERNANDES, 2018, documento eletrônico).

Karl Marx nos advertiu sobre a nossa irresistível tentação em conjurar os mortos e os acontecimentos passados para dar sentido aos eventos e personalidades do presente. Talvez seja o caso, mais de 150 anos após a publicação da celebre análise de conjuntura que é o *18 Brumário de Luís Bonaparte* de retrucarmos, especialmente nós latino-americanos, herdeiros que somos tanta das *Luzes* quanto das explicações mágicas dos povos originários desta parte do mundo, que os “espírito zombeteiros”⁵⁵ nos levam a repetir muito mais que duas vezes “fatos e personagens de grande importância”. Assim, uma vez mais, conjuramos personagens da revolução inaugural da modernidade política

⁵⁵ Na cosmologia da Umbanda brasileira, o espírito zombeteiro zomba e atormenta os vivos.

para construir algum sentido dos dezesseis anos que ligaram àquelas duas noites acima mencionadas. De partida, devemos advertir: nem Lula e nem o seu partido, o PT, podem servir de base para a evocação de Robespierre e os jacobinos. Mesmo que seja de conhecimento público a existência de militantes situados politicamente à extrema-esquerda (remanescentes de grupos trotskistas, como as correntes internas DS e *O Trabalho*⁵⁶), tanto estes não são hegemônicos quanto assumem ideários que estão longe de se traduzirem nas práticas dos revolucionários franceses da primeira metade da última década do século XVIII, nossos tempos são outros. Ironicamente, do seu lado, Jair Bolsonaro, entra no cenário se prestando ao papel de protagonista do Termidor.

Muito embora, conforme apontaremos mais adiante, suas ações e o seu governo não possam ser tomados como inaugurais da Reação Termidoriana a uma década e meia de alteração da redistribuição de recursos e de elevação de novos atores e novos setores sociais à condição de dignos de reconhecimento social. Difícil identificar o momento inaugural de um processo que se desenvolve subterraneamente na vida social e que, anos após a sua saída ao sol, vamos identificando os sinais da sua entrada em cena. À parte essa relativização, poderíamos concordar que um dos momentos expressivos do Termidor Brasileiro foi o dia 17 de abril de 2016. Naquele dia, também um domingo como aqueles outros citados, ocorreu a votação, pela Câmara dos Deputados, do pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff (PT), reeleita em outubro de 2014. Já era noite, quando o então Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro emitiu a sua tenebrosa declaração de voto: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim” (BORBA: WENTZEL, 2016, documento eletrônico). Em poucos lugares do mundo, mesmo um político de extrema-direita, na busca de demarcar espaço e visibilidade social, traria à baila, no parlamento do seu país, uma fala assombrosa de elogio a um torturador. E não qualquer torturador, mas um dos únicos torturadores oficialmente reconhecidos pelo judiciário de seu país como tendo perpetrado atos vis e bárbaros como despír prisioneiras políticas e colocar ratos em

⁵⁶ Antes, na década de 1980, esse agrupamento, ligado à IV Internacional, tivera o nome de OSI. E esta forneceu quadros importantes para a direção do PT e para o Governo Lula, mas, nestas condições, esses militantes já haviam rompido com a organização. Dentre estes, destaque-se Luiz Favre, Glauco Arbix, Clara Ant e Antônio Palocci.

suas partes íntimas (GUIMARÃES, 2018). A referência deveu-se ao fato de, no início de sua juventude, a futura Presidente Dilma ter sido presa pelo envolvimento com a VAR-Palmares, organização de luta armada contra o regime, e de ter sido torturada barbaramente por agentes do regime. (Sardinha, 2020). Aplaudido entusiasmadamente por um pequeno grupo que o cercava, naquele momento Bolsonaro demarcava um campo e delimitava o seu espaço: a sua reação era de outro matiz, diferente das cores daquele ajuntado conservador e neoliberal articulado em torno da deposição de Dilma e da ascensão do seu vice, Michel Temer (PMDB), político tradicional e com trânsito na burguesia paulista e no chamado “Mercado”.

Considerando que tanto a socialização primária (família, primeira escola, etc.) quanto a secundária (ensino médio, trabalho, universidade, etc.) de uma parcela grande dos adolescentes e jovens ocorreu durante os últimos dezesseis anos, entendemos ser importante apreender esse contexto e o que esteve em jogo no campo das decisões políticas neste período, no que diz respeito à ampliação da cidadania, à inclusão social, ao reconhecimento e à redistribuição de recursos econômicos a partir do Estado, pois, essas questões são centrais para o presente e o futuro da juventude brasileira. Fazemos tal exercício tentando ao máximo nos desviar de cobranças do debate político brasileiro dos dias atuais. Dentre estes, aquele em torno da identificação dos atores que, pelas suas ações ou omissões durante os últimos dezesseis anos, teriam contribuído para chegarmos não apenas à vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, mas a emergência dessa força ainda pouco definida sociologicamente que é o bolsonarismo. A pertinência ou não de determinadas alianças eleitorais, a concessão de espaços em governos para esse ou aquele setor ou ainda saber se ocorreu ou não os casos de corrupção politicamente transformados em escândalos, nada disso ajuda na apreensão de algo mais estratégico para a nossa análise: o que esteve (e está ainda) em jogo nas disputas da superfície política nas duas últimas décadas? A hipótese que guia a nossa análise assenta-se na proposição de que a redistribuição de recursos econômicos e simbólicos (reconhecimento) a partir de políticas e decisões tomadas a partir do Estado (mais precisamente, mas não exclusivamente, do Governo Federal) estiveram subjacentes às disputas políticas e ideológicas que envolveram a sociedade brasileira nos últimos anos.

Com essa orientação, a nossa análise dirige a sua atenção para a desigualdade social e para as polaridades temáticas que denotam as reações sobre o neoliberalismo

(neoliberalismo, pós-neoliberalismo, neoliberalismo reabilitado). Adiantemos que, desde a perspectiva teórica assumida por este trabalho, neoliberalismo traduz políticas de governo (políticas neoliberais), mas também está incorporado em disposições e percepções de mundo, pois, como nos apontam Dardot & Laval (2016), está no espírito do nosso tempo. Mas tanto o neoliberalismo quanto a ascensão política da extrema-direita (classificação apressada com que se tenta, algumas vezes, encaixar o bolsonarismo) têm rugosidades e marcas locais e nacionais. Não apenas pelas resistências de pessoas e coletivos, mas também pelos condicionantes históricos e os mapas culturais de cada sociedade nacional. Com essa direção, buscaremos identificar algumas heranças sociais que pesam fortemente sobre a configuração da sociedade brasileira no presente, como é o caso da acumulação de capital e da divisão regional do trabalho no pós-1930.

3.3.1. ANTECEDENTES E HERANÇAS I: A DIVISÃO DO TRABALHO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A consolidação do Estado Nação no Brasil, processo intensificado na Era Vargas (1930-1945), se deu concomitante ao avanço da urbanização das metrópoles do centro-sul do país (São Paulo e Rio de Janeiro, então capital do país) e a uma industrialização induzida pelo Estado. Se juntarmos o período acima (ditatorial a partir de 1935 até 1945) e aquele em que foi presidente através de vitória eleitoral legítima (1950-1954), Vargas legou ao país algumas das estruturas estatais que foram pilares do desenvolvimento industrial no século XX no Brasil, como a CSN, criada em 1941, que tinha o objetivo de fornecer a base siderúrgica para as indústrias nacionais. Também legou a PETROBRAS, criada em outubro de 1953, menos de um ano antes do seu dramático suicídio. Essas empresas, assim como o sistema bancário estatal, em especial o BNDES (nascido BNDE, em 1953) foram suportes decisivos para empreendimentos empresariais no país. Alguns desses atores, como a PETROBRAS e o BNDES, ainda cumprem papéis decisivos na vida econômica do país.

Essa narrativa acima, um tanto asséptica e neutra, fornece apenas uma pequena pista para o entendimento da forma como ocorreu no Brasil uma aceleração do processo de acumulação de capital tendo por base um processo definido por termos aparentemente antagônicos: modernização conservadora. Em outras palavras, uma junção entre arcaico e

moderno, sem rupturas significativas, afinal a Revolução de 1930 não pode ser identificada como uma Revolução Burguesa, mas como uma ruptura do pacto oligárquico tradicional capitaneada pelas elites paulistas e mineiras. Nem por isso, obviamente, deixou-se de ter conflitos entre os capitais emergentes dos setores industriais e os grandes produtores agrícolas (aqui, notadamente do café, pois, nesse período, o açúcar, que fora a joia da coroa no período colonial, quedava-se em distante segundo lugar na pauta de exportações do país) e os pecuaristas. Dentre estes conflitos, em verdade mais tensões do que conflitos abertos, temos a imposição pelo Estado (pró-setor industrial e “modernização”) de uma política cambial que desfavorecia a cafeicultura (com a paridade rebaixada com o ouro e as moedas estrangeiras de referência) e fornecia vantagens aos setores burgueses urbanos (comerciantes e industriais) que, dessa maneira, podiam adquirira em condições favoráveis máquinas, equipamentos e produtos industrializados⁵⁷.

As observações precedentes, em parte, repõem elementos de uma interpretação hegemônica na historiografia econômica do Brasil, que é aquela condensada no livro *História Econômica do Brasil*, de autoria de um dos mais influentes intelectuais do país no século XX: Caio Prado Júnior (1907-1990). No entanto, os aportes para uma compreensão substantiva do processo de acumulação de capital e a divisão do trabalho que o suportava não nos é fornecida por Prado Jr (1981), mas por Francisco de Oliveira (1933-2019), sociólogo que é uma das referências da interpretação crítica do Brasil. No ensaio “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, ele empreende uma revisão da evolução econômica acima alinhavada e realiza um ajuste de contas com interpretações então influentes na vida intelectual brasileira. O ensaio é uma interpretação sociológica do Brasil de 1930 a 1970 sob uma perspectiva da *totalidade*. No primeiro parágrafo da obra, em uma parte identificada como “Uma breve colocação do problema”, Oliveira (2011) explicita a sua bússola de navegação analítica: “O exame que se tentará vai centrar sua atenção nas transformações estruturais, entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção.” (OLIVEIRA, 2011 p. 29). Com base nesse norte, o autor empreenderá uma análise da oposição capital versus trabalho. Será essa polarização central a qual, no extremo, se

⁵⁷ A elevação dos tributos cobrados por esses produtos industrializados externos ocorria sempre que um setor industrial importante e com influência junto ao Estado passava a produzir similares nacionais. Esse era, em verdade, um dos eixos estruturantes da chamada política de “substituição de importações”.

traduzirá em um equilíbrio sistêmico calcado no “superexcedente arrancado aos trabalhadores” que modulará a divisão interna do trabalho no país (entre setores econômicos, regiões geográficas e entre o rural e o urbano) (OLIVEIRA, 201, p. 77) e a resolução dos conflitos intraburgueses em torno da apropriação dos fundos públicos e da direção das políticas de “incentivos” do Estado. Uma das traduções daquele equilíbrio sistêmico é a divisão do trabalho entre o setor urbano industrial e a agricultura. Para subsidiar a industrialização, conforme apontado mais acima, o Estado imporá trocas cambiais desfavoráveis aos agroexportadores. Em contrapartida, garantirá a exclusão dos trabalhadores do campo dos direitos trabalhistas e sociais. E mais: caberá ao contingente de pequenos agricultores, grande parte deles com estatutos legais precários de posse da terra, a colocação de comida na mesa da população da cidade. Os produtos constitutivos da cesta básica alimentar brasileira (feijão, farinha, arroz, milho e hortifrutigranjeiros), oriundos dessa pequena agricultura, que se reproduz às suas expensas, com pouco ou nenhum subsídio estatal por décadas, terá um papel estratégico no processo mais geral de acumulação de capital no país: garantir condições para uma reprodução a baixo custo da força de trabalho urbana. Adiciona-se ainda o controle de preço dos produtos agrícolas, seja através da imposição de tabelamentos (ação de alto custo político dado o descontentamento que gerava entre a massa de pequenos agricultores) ou através do uso dos estoques reguladores do próprio Estado.

Para Oliveira (2011), a divisão do trabalho entre os setores agrário e industrial se assenta em uma forma de gerenciamento (através da legislação trabalhista ou do não reconhecimento nela de uma parte dos trabalhadores) da força de trabalho. Com essa apreensão, ele se afasta daquelas elaborações até então dominantes na sociologia do trabalho no Brasil que, ao analisar a promulgação da legislação trabalhista por Getúlio Vargas, ressaltavam apenas a dimensão corporativista dessa legislação e deixavam de captar a sua conexão forte com a acumulação de capital e com a lógica mesma do desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, em uma nota de rodapé, o sociólogo indica o que estava efetivamente em jogo nessa legislação, para além da cortina de fumaça a respeito da sua filiação ao ideal de organização do Estado por Benito Mussolini: “sua adequação como uma ponte, uma junção entre as formas pré-capitalistas de certos setores da economia – particularmente a agricultura – e o setor emergente da indústria.” (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

Por ir além da dimensão fenomênica da legislação trabalhista, o autor capta essa dimensão profunda da articulação (ou, como escreveu o cientista político Juarez Guimarães, uma “simbiose”) entre o “atraso” e o “moderno”. A leitura feita por Oliveira, diz-nos Guimarães, é tributária da noção de “desenvolvimento desigual e combinado”, oriundo de discussões políticas e ideológicas relacionadas ao contexto russo. Entretanto, observa criticamente Guimarães,

paradoxalmente, no entanto, a tese é usada em sentido oposto ao original: lá, para inferir as vantagens revolucionárias do atraso, a fraqueza política da burguesia e o potencial socialista da revolução em seu transcrescimento; aqui, para pensar o potencial de expansão do capitalismo. (GUIMARÃES, 2003, documento eletrônico).

Talvez resida exatamente neste aspecto a originalidade da empresa intelectual de Francisco de Oliveira: mobilizar o arsenal teórico crítico disponível no momento de sua elaboração, que era aquele da tradição marxista, para tornar conceitos e proposições ferramentas de esclarecimento do real e não apoios para reafirmação de dogmas.

Nessa direção, a própria compreensão de Oliveira a respeito da acumulação de capital é relacional e assentada no exercício crítico. É o que sobressai da sua explicação de como a “acumulação primitiva de capital” se insere na fusão entre arcaico e moderno na economia brasileira, especialmente no que se refere à questão agrária⁵⁸, chamando a atenção para o fato de que, ao invés de um enfrentamento da questão por uma reforma agrária (ele não a cita, sublinhemos) segue-se pelo caminho da abertura de novas fronteiras agrícolas (possibilitada, dirá ele, pela “oferta inelástica” de terras). Essa ocupação vai de par com a expansão de relações de não assalariamento (meeiros, rendeiros, parceiros, etc.), o que apontaria para a reiteração contínua da “acumulação primitiva de capital”⁵⁹.

⁵⁸ Aqui é importante contextualizar. Oliveira está escrevendo o seu texto no início da década de 1970, quando a Revolução Tecnológica da Agricultura brasileira ainda estava nos seus momentos iniciais. A emergência dos complexos agroindustriais só começaria a se espalhar pelo país, através das monoculturas da soja, da laranja e das frutas tropicais para exportação nos últimos anos da década. E a elevação do sintagma “agronegócio” à significante de algo moderno e global é uma construção simbólica do final dos anos 1990.

⁵⁹ “O conceito, tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra (...)” (OLIVEIRA, 2011, p. 45).

Quase meio século após a publicação desse texto fundamental, outras leituras críticas sobre a evolução econômica brasileira no século XX adentraram o debate político. Dentre elas, algumas liberais e muito influentes nos dias de hoje que apontam para a baixa produtividade da indústria nacional e o amparo estatal a setores ineficientes e pouco competitivos como sendo as fontes das mazelas do país. Também seriam elementos a serem levados em conta na análise da sua desigualdade social. De outro ângulo, crítico e tentando observar o mundo a partir de uma ótica classista, Oliveira já havia demonstrado que um dos paradoxos do Brasil é que precisava ser competitivo e novo na venda do “velho” (produtos agrícolas) no mercado global e, ao mesmo, “velho” na venda dos novos produtos da sua nascente indústria, na medida em que os preços eram “sociais”, bancados por uma transferência interburguesa do excedente extraído da massa trabalhadora.

No início da terceira década do século XXI, quando na TV uma campanha publicitária afirma incessantemente que o “agro é tech” e “pop” e as elites econômicas se orgulham de o Brasil ser “o maior exportador de alimentos do mundo”, sabemos que isso somente é possível pela desoneração da tributação previdenciária das grandes empresas do setor. Por ano, desde que essa medida de desoneração entrou em vigor (e, aberta essa possibilidade, dificilmente se terá um ambiente político para revogá-la) pelas mãos, e aí temos a história sendo irônica mais uma vez, da Presidente Dilma Rousseff, contra quem os representantes políticos do setor dedicaram suas energias em 2016, defendendo o seu impeachment. Por ano, essa “ajuda” do Estado à competitividade do agora “moderno” setor da agricultura implica na não arrecadação de 6,5 bilhões⁶⁰ de reais de impostos para custear a previdência dos trabalhadores, sem falar em outras desonerações. Esta desoneração (previdenciária) é uma das mais regressivas socialmente, pois, joga para o conjunto dos outros setores econômicos (e, sobretudo, para a massa trabalhadora) a conta da “boa vontade” com o setor agroexportador. Em 15 de outubro de 2021, com o desemprego chegando, nas estatísticas oficiais⁶¹ a 13,2% da PEA, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, aprovou a prorrogação da desoneração da folha de pagamento dos trabalhadores (ou seja, diminui a contribuição previdenciária patronal e

⁶⁰ Cf. Previdência Social Rural: potencialidades e desafios (2016).

⁶¹ O IBGE leva em conta no seu cálculo para o desemprego as pessoas que no período da pesquisa estavam a procurar emprego. Ora, bem sabemos do viés e da limitação de um tipo de levantamento como este. Mesmo assim, é uma referência incontornável para a discussão da atividade econômica e do emprego no país em um período determinado.

joga a conta dos encargos previdenciários dos seus trabalhadores para a sociedade, como já dito) de 17 setores da economia (dentre eles, todos englobados pelo agronegócio) até o ano de 2026⁶². Ou seja, durante dez anos temos uma política previdenciária que beneficia largamente um setor e que não deixará reverberar negativamente sobre a geração de adolescentes e jovens que estão entrando ou tentando entrar no mercado de trabalho.

Uma vez mais, cinco décadas depois, a realidade social está a confirmar a tese principal da *Crítica à Razão Dualista*: “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”. (OLIVEIRA, 2011, p. 60). Antes disso, no início de 2001, quando, acelerava-se o processo de desindustrialização e as políticas de desregulamentação implementadas pelo seu outrora colega de CEBRAP, no momento Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em um ensaio cáustico e amargo intitulado *O Ornitorrinco*, quase desesperançado, Francisco de Oliveira teceria alguns comentários de avaliação sobre a sua obra mais conhecida e faria uma síntese que condensa bem a divisão regional e setorial do trabalho no país e a sua imersão no desenvolvimento do capitalismo nos trópicos:

Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalino-furtadiana, em que pese seu elevado teor heurístico. (OLIVEIRA, 2011, p. 130).

Essa configuração socioeconômica vigente até mais ou menos 1980, e que com a sua entrada em crise leva à erosão da base social da Ditadura Militar, pois, conforme um olhar externo distanciado, como o é aquele do sociólogo francês Alain Touraine, a ditadura não foi derrotada, mas “fracassou” (TOURAINÉ, 1989). A questão que se coloca é: como essa situação produziu desdobramentos econômicos e sociopolíticos nos decênios seguintes? Essa questão está subjacente nas elaborações do tópico a seguir.

3.3.2. ANTECEDENTES E HERANÇAS II: A “DÉCADA PERDIDA” QUE FOI GANHA PELA DEMOCRACIA, O NEOLIBERALISMO ENTRA EM CENA E QUANDO O BRASIL SE PARECEU COM UM MAMÍFERO SEMIAQUÁTICO AUSTRALIANO

⁶² “Comissão aprova proposta que prorroga a desoneração da folha de pagamentos até 2026” (*Câmara dos Deputados*, 15/09/2021).

No discurso jornalístico brasileiro ou até mesmo produções acadêmicas, a leitura dominante sobre a década de 1980 é a de que a mesma pode ser definida como “uma década perdida”. Para Marangoni, a passagem dos anos 1970 para os anos 1980 significa no que diz respeito à vida econômica brasileira uma encruzilhada histórica, pois, o modelo de desenvolvimento alicerçado na inversão de recursos pelo Estado e no endividamento externo tornara-se insustentável. (MARANGONI, 2012).

Assim, na segunda metade dos anos 1970, momento que não por acaso coincide, conforme apontado em outro capítulo desta parte, com a entrada em cena de movimentos sociais e sindicais, o modelo de desenvolvimento seguido no pós-1930 começa a demonstrar o seu esgotamento. A crise do petróleo, em 1973, e, sabemos hoje, a redefinição do padrão de acumulação de capital, com a sua metamorfose para um modelo flexível, conforme a análise de Harvey (1992), aliada ao custo dos serviços da dívida externa (a qual explodiria na década de 1980), todos esses fatores conjugados impactaram profundamente a economia brasileira. O ritmo de crescimento do PIB que fora, no período 1930 a 1980, em média de 6% ao ano, despencou para algo em torno de 2% ao ano na década de 1980 (PETIT, 2003). Começa também nesse momento o longo período de inflação descontrolada, a qual afetará sobremaneira as famílias das classes populares. Contra esta inflação, durante uma década e meia, tentar-se-á diversos remédios. Planos e mais planos econômicos, heterodoxos ou ortodoxos, foram testados e a situação somente foi ultrapassada em outro contexto econômico mundial, em 1994, com o Plano Real, capitaneado pelo então Ministro da Fazenda do Governo do Presidente Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso. Retornemos, porém, ao diagnóstico do Professor Gilberto Marangoni porque capta bem o quadro macro econômico de 1980:

No final do ciclo, estávamos integrados à economia mundial como um país periférico de renda média. Havia condicionantes internos e externos na interrupção daquele ciclo. A chegada dos anos 1980 assinalou o fim de um tempo para o capitalismo mundial e a inviabilização do projeto desenvolvimentista nos países da periferia. Nas economias avançadas, os anos de crescimento contínuo, verificados entre 1945 e 1975, entraram em declínio.” (MARANGONI, 2012, documento eletrônico).

Façamos um interregno nessa narrativa econômica e perspectivemos a realidade de outro ângulo, aquele denominado pelo Professor Hermes Costa, em referência já indicada anteriormente, de “democratização generalizada da sociedade brasileira”. Talvez a melhor forma de explicitar as manifestações desse fenômeno seja através de um quadro em que possamos condensar as suas referências mais significativas.

Quadro 4 - Eventos sociais e políticos significativos da década de 1980

Data ou período	Evento ou processo e seus desdobramentos
10 de Fevereiro de 1980	<p><i>Evento:</i> Fundação do PT</p> <p><i>Desdobramentos:</i> Aglutinação partidária de sindicalistas, lideranças estudantis, participantes de movimentos populares (de bairro, contra a carestia, de mulheres), de lideranças camponesas, movimentos estudantis e militantes egressos de agrupamentos que atuaram na luta armada contra a Ditadura Militar.</p>
21 a 23 de Agosto de 1981	<p><i>Evento:</i> Realização da 1ª CONCLAT</p> <p><i>Desdobramentos:</i> Essa conferência reuniu pela primeira vez, após 1964, mais de cinco mil participantes de todas as correntes sindicais brasileiras para a discussão de pautas e formas de organização. Foi a única vez em que essa unidade foi possível.</p>
15 de novembro de 1982	<p><i>Acontecimento:</i> Eleições “livres”⁶³ e diretas para Governadores de Estado, deputados estaduais, deputados federais e senadores.</p> <p><i>Consequências:</i> A chegada aos governos estaduais, pelo PMDB, de líderes da oposição política consentida ao regime militar em São Paulo (Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo Neves) e Paraná (José Richa). E, mais importante, a conquista do Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo ex-Governador do Rio Grande do Sul e líder do trabalhismo nos anos 1960, Leonel Brizola, pelo PDT. Brizola implantará uma política de segurança pública estadual de respeito às comunidades periféricas e uma política educacional, através da criação dos CIEPS, que priorizava o atendimento em dois turnos (manhã e tarde, com oferta de alimentação para os estudantes) ao invés de um único turno, como ainda é comum na rede público de ensino do Brasil.</p>
28 de agosto de 1983	<p><i>Acontecimento:</i> Fundação da CUT</p> <p><i>Desdobramentos:</i> Início da polarização entre uma articulação de sindicatos e lideranças sindicais opositoristas que se reivindicam “autênticas e combativas”, pertencentes à CUT, e os remanescentes da velha estrutura sindical, apoiados pelo PCB e, em algumas situações, pelo PCdoB e pelo PDT, que se organizam na CGT.</p>
Março de 1983 a abril de 1984.	<p><i>Processo:</i> Campanha por eleições livres e diretas para presidente (em defesa da Emenda à constituição que garantiria a sua institucionalização).</p> <p><i>Desdobramentos:</i> Quase um ano de comícios em defesa da proposta com o envolvimento crescente da população e a aglutinação de uma grande frente democrática, que ia dos governadores do PMDB até o PT. Artistas populares, como Chico Buarque e Fafá de Belém, engajaram-se fortemente e se tornaram símbolos da campanha, que assumiu as cores verde e amarela. O último evento</p>

⁶³ A aposição de aspas no “livres” se deve ao fato de que o regime militar impôs uma legislação que obrigava o voto “vinculado” (somente se poderia votar nos

	<p>da campanha, um comício realizado no dia 16 de abril de 1984, na Praça da Sé, em São Paulo, contou com a participação de 1.500.000 pessoas. Duas figuras políticas se destacaram nessa campanha: Ulisses Guimarães (Deputado e Presidente do PMDB) e Luís Inácio Lula da Silva (então Presidente do PT). A proposta de emenda constitucional seria derrotada e a campanha “derrotada”, mas foi uma “derrota” que terminou por erodir substancialmente a base social do regime militar, acelerando a deserção de deputados e senadores que tinham se mantido fiéis aos generais.</p>
<p>Janeiro de 1987 a setembro de 1988</p>	<p><i>Processo:</i> Campanha pela participação popular no processo constituinte.</p> <p><i>Contexto e desdobramento:</i> Com o desfecho trágico da morte de Tancredo Neves, o Presidente eleito no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, assume a presidência da República, dado o acordo para a transição para a democracia, um dos próceres do antigo regime, o Senador José Sarney, recém-filiado ao PMDB. Os acordos foram mantidos da coalizão (Aliança Democrática) que garantiu a vitória dessa chapa de conciliação foram mantidos, em parte. Um deles foi a convocação de um Processo Constituinte. Entretanto, ao invés de se convocar uma Assembleia Constituinte exclusiva, como propugnavam progressistas e a esquerda, a nova elite do poder estendeu aos parlamentares eleitos em 1986 o poder constituinte. Com ampla desvantagem na representação popular no parlamento, amplos setores da oposição e dos movimentos sociais decidiram iniciar uma campanha pela participação popular na constituinte, pois, havia a possibilidade de que propostas com 1,2 milhão de assinaturas tivessem que ser submetidas ao voto dos deputados. E, assim, começou-se um processo intenso de coleta de assinaturas e de campanhas por inclusão de direitos sociais na Constituição, especialmente nas áreas de saúde, educação, previdência e direitos das mulheres, indígenas e jovens. A participação efetiva da principal entidade de representação da hierarquia católica no país, a CNBB, nessa campanha conferiu legitimidade e ampliou a pressão das propostas populares.</p>
<p>05 de outubro de 1988</p>	<p><i>Acontecimento:</i> Promulgação da Constituição de 1988, pelo Presidente da Câmara Ulisses Guimarães (PMDB).</p> <p><i>Desdobramentos</i> Esta constituição garantirá direitos políticos e sociais inéditos, especialmente para os jovens.</p>
<p>15 de novembro de 1988</p>	<p><i>Acontecimento:</i> Eleições municipais para eleições de prefeitos e vereadores</p> <p><i>Desdobramento:</i> O PT conquista as prefeituras de três capitais – Vitória (ES), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), além de obter votações expressivas nas outras capitais e nas maiores cidades do país. Em São Paulo e Porto Alegre, cidades que serão administradas por Luiza Erundina e Olívio Dutra, respectivamente, os governos petistas iniciarão processos de participação popular para a definição dos orçamentos das prefeituras, no que ficou denominado de “Orçamento Participativo” e que, posteriormente, seria capitalizado pelo partido como elemento constitutivo do “Modo petista de governar”.</p>
<p>Outubro a novembro</p>	<p><i>Acontecimentos:</i> Realização do primeiro e do segundo turno das eleições para Presidente da República.</p>

de 1989	<p><i>Desdobramento:</i> As eleições funcionam como uma avaliação do Governo da Aliança Democrática. Os partidos que davam sustentação ao Governo, PMDB e PFL, obtêm votações pífias (abaixo dos 5%), demonstrando a profunda insatisfação popular com a crise econômica (impulsionada pela recessão, inflação descontrolada e incapacidade de investimento do Estado). Já as principais candidaturas da esquerda e a centro-esquerda conquistam, juntas, mais de 45%. E à direita, um outsider populista de direita, pregando a “modernidade” do Estado e erigindo os servidores públicos (denominados por eles de “marajás”) como inimigos públicos e catalisa os votos conservadores e conquista a adesão da burguesia e dos estratos médios antes mesmo do primeiro turno, no qual obtém cerca de 30% dos votos. Levado ao segundo turno por uma pequena margem de votos em relação ao terceiro colocado, Leonel Brizola, do PDT, Lula realizará uma campanha que contará com a adesão massiva dos movimentos sociais e das lideranças populares. O medo da esquerda e a campanha de terror contra o candidato petista desenvolvida nos meios de comunicação, além da manipulação editorial do último debate entre os candidatos, levaram à vitória de Fernando Collor de Melo, do PRN (já extinto), com 53% dos votos contra os 46% alcançados por Lula. Collor, que se identificava como “caçador de Marajás” sofrerá um processo de impedimento pouco mais de dois após a sua posse. A campanha pela sua deposição, iniciada pela UNE, envolverá fortemente a juventude universitária do país. A campanha ganhará posteriormente a adesão de entidades mais fincadas na classe média, organizadas em torno do “Movimento pela Ética na Política” e ganhará as ruas e um ícone (os rostos pintados dos participantes dos atos de rua, os “Caras-pintadas”).</p>
---------	---

Fonte: Elaboração própria.

Esse outro lado da chamada “década perdida” é geralmente escamoteado por quem procura realçar os impactos supostamente positivos dos ajustes econômicos, privatizações e institucionalizações de procedimentos do Estado na relação com os agentes econômicos realizados no período de governo de FHC (1995-2002). Mesmo quem se situa na margem oposta da narrativa neoliberal tende a tomar a eleição de Fernando Collor⁶⁴, em 1989, como a síntese melancólica do período e a não rechaçar com veemência a idealização negativa desse passado, o qual foi de efetivo alargamento da cidadania e que legou aos brasileiros uma constituição com a definição em lei de direitos sociais substanciais. As sombras da abertura econômica desvairada de Collor, com estragos irreversíveis sobre a indústria nacional e, no que nos interessa mais de perto, sobre a organização autônoma dos trabalhadores, pairaram sobre toda a década de 1990 e facilitaram as escolhas neoliberais que FHC faria na segunda metade da década.

⁶⁴ No momento em que escrevemos este texto, ao buscar informações sobre o ex-presidente, encontramos muitas fontes que indicam a sua estreita relação com Bolsonaro. Senador há dois mandatos, Fernando Collor de Melo, pertence ao PTB, partido que nos dias atuais caminha cada vez mais para a extrema-direita.

Mas mesmo no período de Collor na presidência, uma novidade foi produzida pela ação coletiva dos trabalhadores: os acordos do setor automotivo, naquela época concentrado na Autolatina (uma junção em solo brasileiro da Ford e da Volkswagen). Diante da recessão que se abateu sobre o país (o lado reverso e perverso de um processo inflacionária que o confisco da poupança e das finanças praticado pela Ministério da Economia de Collor estancou por apenas um ano e meio), os trabalhadores das fábricas, coordenados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, realizaram negociações e conseguiram envolver o Governo Federal em acordos que garantiam os empregos e mantinham condições de competição para essas empresas. Francisco de Oliveira, sensível a essa novidade moderna vinda da base, em uma erudita análise do período, chamará a atenção para o fato de que a ascensão de Collor esteve relacionado a um “mandato destrutivo”, concedido pela grande burguesia, para que o Presidente pudesse arrasar com as “forças organizadas da sociedade, principalmente das classes assalariadas”. O paradoxal é que serão esses condenados à destruição que encontraram uma saída, através da instituição de espaços de negociação, para a crise que se abatia sobre um dos setores mais importantes da indústria brasileira: o automotivo. Os trabalhadores apontaram saídas e foram, em verdade, a “modernidade” que Collor esbravejava representar (OLIVEIRA, 1992, p. 14).

No Governo de FHC, além dos elementos destacados mais acima, tivemos um contraponto em relação ao período anterior que foi a colocação na pauta política da questão da pobreza e da inclusão social. Obviamente, esses são sintagmas reveladores, pois, como se pode suspeitar, o seu reverso é tornar fora de indagação a questão da brutal desigualdade social (o que, inevitavelmente, levantaria a “delicada” questão para as elites brasileiras sobre a redistribuição dos recursos a partir do Estado). Obviamente, esse caminho não foi trilhado por uma generosidade repentina do nosso sociólogo presidente, mas porque a ação militante de setores da Igreja Católica e de organizações da sociedade civil, com destaque para aquelas estruturadas pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, colocou na agenda pública do país a questão da fome. Saindo da reivindicação cristã e modesta de um “Natal sem fome”, a campanha ganharia o imaginário social do país e o tema da fome terminaria rompendo as portas dos espaços políticos e se impondo. FHC, através do Programa Comunidade Solidária e de ações focadas, como a distribuição de auxílios (*gás* – para a

aquisição de botijões de gás e *educação*⁶⁵ – para quem tinha filhos em idade escolar) tentará empalmar essa agenda. Na verdade, apenas em 2003, já no Governo Lula, o combate à fome ganhará status de política de Governo (e, logo em seguida, de Estado).

Em 2001, no balanço amargo já referido, Francisco de Oliveira, nosso guia nessa viagem aos antecedentes ao que denominamos como Primavera Lulista, tomará como metáfora do Brasil aquele animal difícil de ser definido pela sua condição de mamífero que vive na água e, ao mesmo tempo, possuir características reptilianas: o ornitorrinco. Escreveu Oliveira (2011):

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 132-133).

[...] O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. (OLIVEIRA, 2011, p. 150).

A leitura sociológica que Francisco de Oliveira fez nesse momento não poderia levar em conta a reversão, menos brasileira e mais regional, de quase toda a América Latina, das trocas internacionais. Ou melhor, da inserção das commodities latinas no mercado global. A novidade dos anos 2000 viria da China, que passaria a ser, de forma acelerada, o grande parceiro comercial da maioria dos países da região, tornando-se o principal país comprador do aço, da soja, do milho, da carne e do frango produzidos no

⁶⁵ A ideia de um auxílio financeiro vinculado à manutenção das crianças na escola, para desestimular as famílias a não tirarem os filhos do ensino e colocá-los precocemente no trabalho ou, em casos extremos, na mendicância, em verdade, foi uma política inaugurada pelo então Governador de Brasília (DF), Cristovam Buarque, no período entre 1995 e 1999.

Brasil e nos países vizinhos. Essa redefinição da economia global abriria possibilidades objetivas de execução de políticas denominadas pelos seus próprios entusiastas ou ideólogos como “pós-neoliberais” (SADER, 2014). A expressão política desse pós-neoliberalismo corresponde ao que se costuma denominar de “giro à esquerda” (BENZA; KESSLER, 2020) da América Latina, no período entre 1998 e 2011, quando onze de seus países elegeram presidentes identificados como de “esquerda”, “centro-esquerda” ou “nacional-populares”. Na segunda metade da segunda década do século XXI, as forças que sustentaram essas políticas começam a sofrer reveses eleitorais ou serem destituídas por articulações de rupturas de um novo tipo (alicerçadas não em golpes militares, como no passado, mas em articulações parlamentares e ações dos judiciários desses países).

3.3.3 A LENTA, MAS CONSISTENTE REORIENTAÇÃO DA REDISTRIBUIÇÃO NA ERA LULA

Em um documento histórico, lançado no dia 22 de junho de 2002, intitulado “Carta aos Brasileiros”, Lula, então candidato favorito à eleições de outubro daquele ano, mandava uma mensagem ao chamado “mercado”: os pilares da estabilidade econômica, fincados na Presidência de FHC, seriam “respeitados” na sua gestão. O trecho mais sublinhado pela grande imprensa era:

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (LEIA..., 2002, documento eletrônico).

O candidato do PT, liderando uma coalizão de partidos que incluía o PL, partido de centro-direita, e com um candidato a vice-presidente que era um dos maiores empresários do país, o mineiro José de Alencar (1931-2011), dava, assim, demonstrações que não seria, após quatro tentativas frustradas de conquistar a presidência, o esquerdista estatizante que os seus adversários construía para amedrontar a classe média e as elites.

Após eleito, na montagem do seu governo, Lula, mais uma vez, demonstra a sua disposição em não transgredir os pilares da chamada “estabilidade econômica” e indica para a Presidência do Banco Central Henrique Meireles, que fora diretor do Banco de Boston por 28 anos e recém abandonara a carreira de agente no mercado financeiro para se dedicar à vida política, tendo sido eleito deputado federal pelo PSDB, na representação do estado de Goiás. Os ministérios da indústria e da agricultura foram entregues às líderes

empresariais dos respectivos setores. A coordenação da política econômica, entregue ao antigo militante trotskista Antonio Pallocci, mostrou-se completamente afinada com o ideário de ajuste fiscal e busca do superávit fiscal, bandeiras caras à ortodoxia econômica dos trópicos e metas sempre defendidas pelo derrotado PSDB. A parte social do governo, que tinha quase 30 ministérios, foi distribuída com lideranças históricas do PT e dos partidos da coalizão vitoriosa.

Com essa configuração, nos momentos iniciais do Governo, a esquerda mais tradicional, especialmente aquela baseada nos trabalhadores dos serviços públicos, sentir-se-á traída. No mundo político, notadamente aqueles setores que antes estavam no governo FHC, vive-se a confusão e a perplexidade por essa condução macroeconômica do governo “petista”. Em não raras oportunidades, parlamentares tucanos e do PFL (posteriormente Democratas), “denunciarão” o “roubo” que o Governo de Lula faz da “política econômica” de FHC. Para aprofundar ainda mais esse estado de surpresa, o Governo envia ao Congresso Nacional, antes mesmo de completar os seis meses de existência, uma proposta de Reforma da Previdência que atinge duramente parte da base tradicional de apoio da esquerda no Brasil (servidores públicos). Nessa proposta, que seria aprovada no mês de dezembro do mesmo ano, com o apoio da oposição liberal, as idades mínimas de aposentadorias são redefinidas: 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, além de estabelecer um condicionante que é o número mínimo de anos de contribuição (35 e 30 anos respectivamente). A justificativa era a de que a máquina pública deixaria de gastar 60 bilhões de reais com tal reforma.

Essas medidas significam, na prática, uma repactuação com as elites, muito embora impliquem e, uma perda de apoio significativo do Governo de Lula entre os setores mais tradicionais das classes médias. E é aqui que entra em cena a política redistributiva que tem no Programa Bolsa Família (daqui prá frente, Bolsa Família) a sua face mais visível, estudada e comentada. Trata-se do maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Na prática, o Bolsa Família reunia os auxílios já existentes e estendia a sua base de atendimento, com a inclusão de uma parceria com os municípios, que ficaram responsáveis de cadastrar os beneficiários. As condicionalidades principais, que continuaram até o final de 2021, quando o Presidente Jair Bolsonaro anuncia a sua extinção e substituição por um ainda indefinido “Auxílio Brasil”, eram: a manutenção das crianças das famílias beneficiárias nas escolas (para tanto, as direções destas

demonstravam mensalmente a frequência e o desempenho escolar das crianças matriculadas) e o comparecimento e demonstração de acompanhamento médico das mulheres grávidas. Outro elemento importante do programa é o fato de que as transferências financeiras são feitas em nomes das mulheres, o que provocou um deslocamento de poder importante nas relações de gênero entre os mais pobres. Com essa configuração, em 2006, menos de três anos depois de sua criação, o Bolsa Família já incluía 11 milhões de famílias e beneficiava 45 milhões de pessoas.

Concomitante ao lançamento desse programa, o Governo Lula inicia uma política de elevação contínua do salário-mínimo. Até o final dos anos 1990, uma das bandeiras de parte do sindicalismo, traduzida na atuação parlamentar do Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, era que esse salário correspondesse, no mínimo, a 100 dólares.

Por isso, vale a pena apresentarmos aqui uma evolução desse salário, que é aquele recebido, em média, por 34% dos trabalhadores do país, conforme o Quadro mais abaixo. Para tanto, tomamos como referência inicial o primeiro ano do governo FHC.

Quadro 7 - Evolução do salário-mínimo no Brasil 1995-2021 em real e dólar

ANO	VIGÊNCIA	VALOR	PERCENTUAL AUMENTO	COTAÇÃO DOLAR	Valor SM/DOLAR
1995	01/05	100,00	42,86%	R\$0,89	112,35
1996	01/05	112,00	12,00%	R\$0,99	113,13
1997	01/05	120,00	7,14%	R\$1,06	113,20
1998	01/05	130,00	8,33%	R\$1,14	114,03
1999	01/05	136,00	4,62%	R\$1,65	82,42
2000	03/04	151,00	11,03%	R\$1,78	84,83
2001	01/04	180,00	19,21%	R\$2,15	83,72
2002	01/04	200,00	11,11%	R\$2,31	86,58
2003	01/04	240,00	20,00%	R\$3,11	77,17
2004	01/05	260,00	8,33%	R\$3,09	84,14
2005	01/05	300,00	15,38%	R\$2,47	121,45
2006	01/04	350,00	16,67%	R\$2,14	163,55
2007	01/04	380,00	8,57%	R\$2,02	188,11
2008	01/03	415,00	9,21%	R\$1,69	245,56
2009	01/02	465,00	12,05%	R\$2,26	205,75
2010	01/01*	510,00	9,68%	R\$1,77	288,13

2011*	01/01	540,00	5,88%	R\$1,68	321,42
2011*	01/03	545,00	0,93%	R\$1,66	328,31
2012	01/01	622,00	14,13%	R\$1,78	349,43
2013	01/01	678,00	9,00%	R\$2,03	333,99
2014	01/01	724,00	6,78%	R\$2,34	309,40
2015	01/01	788,00	8,84%	R\$2,61	301,91
2016	01/01	880,00	11,67%	R\$3,87	227,39
2017	01/01	937,00	6,48%	R\$3,38	277,21
2018	01/01	954,00	1,81%	R\$3,31	288,21
2019	01/01	998,00	4,61%	R\$3,90	255,89
2020	01/01	1.039,00	4,11%	R\$4,09	254,03
2020	01/02	1.045,00	0,58%	R\$4,16	251,20
2021	01/01	1.100,00	5%	R\$ 5,09	216,11

Fonte: Elaboração própria com base em dados públicos.

Em um cenário no qual o PIB teve crescimento anual médio de 4%, a expansão da economia foi sentida e impactou a vida dos brasileiros já a partir de 2005. Do lado das políticas sociais, o Governo Lula amplia benefícios concedidos para categorias específicas, como pescadores (com o “auxílio defeso”⁶⁶), mulheres grávidas em situação de pobreza (“auxílio maternidade”) e familiares de pessoas presas que estavam formalmente inseridas no mercado de trabalho (“auxílio-reclusão”). Aliado a isso, atendendo a uma demanda de parcela do movimento sindical, instituiu uma política de acesso ao crédito através de empréstimos consignados (descontados mensalmente nos salários dos trabalhadores) e fez com que os bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) capitaneassem uma política de “bancarização” das classes populares (facilitando-lhes a abertura de contas e a concessão de empréstimos). Finalmente, com recursos mais abundantes no Tesouro Nacional, foi possível alargar a política de concessão de empréstimos a empresas que criassem empregos. Isso foi feito através do BNDES, que também concedeu empréstimos de grande monta para que estados e municípios realizassem obras de infraestrutura.

Essas medidas contavam com um apoio forte de grande parcela da burguesia, beneficiada pela bonança da Balança Comercial (positiva, especialmente pela demanda chinesa) e pela maior facilidade de acesso aos fundos públicos. Onde as interações

⁶⁶ Para fazer face ao período de suspensão da pesca devido ao “defeso”.

interclassistas ocorrem, naquele universo no qual, em algum momento ou espaço, as classes médias, as classes trabalhadoras e os excluídos se cruzam, o desconforto emergiu e os ressentimentos começaram a ser germinados.

Para as novas gerações de jovens, todas essas políticas sociais, ainda que ainda não os beneficiem diretamente (algo que ocorrerá em políticas elaboradas e executadas a partir de 2008, já no segundo mandato de Lula), ampliam os seus horizontes e expectativas. O mais importante deles é a não aceitação passiva da hierarquia estruturante da ordem tradicional. Obviamente, essa não é uma história sem processos dramáticos e consequências ambivalentes. Dentre os elementos de negatividade, temos uma maior atração dos jovens pela visibilidade imediata possibilitada pelo acesso aos bens de consumo distintivos (roupas, telemóveis, carros, frequência em bares e casas de festas, restaurantes, carros, etc.).

3.3.4 DA REDISTRIBUIÇÃO AO RECONHECIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

O segundo mandato de Lula (2007-2010) seria marcado, de um lado pelo incremento das políticas sociais e a manutenção das altas taxas de crescimento do PIB, e, de outro, pela introdução de políticas de reconhecimento. E o caminho para estas últimas foi o da realização de conferências tematizando questões ligadas a pauta dos costumes em saúde, juventude, população quilombola, cultura, população LGBTQIA+, dentre outras, e a instituição de conselhos consultivos para a elaboração de políticas públicas para esses setores. Também foram criadas secretarias especiais, diretamente ligadas à Presidência da República para lidar com as suas demandas. Essas políticas de reconhecimento se traduziram também em proposições de leis que criminalizavam ou puniam mais severamente práticas de racismo, homofobia e de violência contra as mulheres, as crianças e os idosos.

No campo da educação, o Governo Lula conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008. As unidades dessa rede, os antigos CEFETs ou escolas técnicas ligadas à

universidades federais, passaram, em sua maioria, a se denominar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Embora o ensino médio, de acordo com a LDB, seja atributo dos governos estaduais, essa rede se expandiu significativamente, especialmente no Nordeste do Brasil (com a criação de novas unidades ou a instalação de novos campi ligados às unidades já em funcionamento). E, mais importante, a rede foi interiorizada, tornando-se mais abrangente territorialmente. Com qualidade de ensino superior até mesmo às redes privadas de ensino e muito acima daquele desenvolvido nas redes estaduais, a rede dos IFs funciona como centro de atração dos estudantes mais empenhados com o processo de aprendizagem e formação. O seu corpo docente tem melhor qualificação profissional e formação acadêmica.

Concomitante à expansão dessa rede de ensino qualificada, o Governo Federal propôs e o Congresso Nacional aprovou a criação de uma lei de cotas que reserva vagas para estudantes oriundos das escolas públicas e negros, quilombolas e indígenas no acesso aos IFs. Antes dessa medida, tinha-se uma distorção nessa rede que era similar àquela que afetava (e, em parte continua, a afetar) a rede superior de ensino federal: os alunos vindos das escolas privadas terminavam sendo os selecionados, pois, detentores de melhor desempenho nos processos seletivos em decorrência de sua formação anterior.

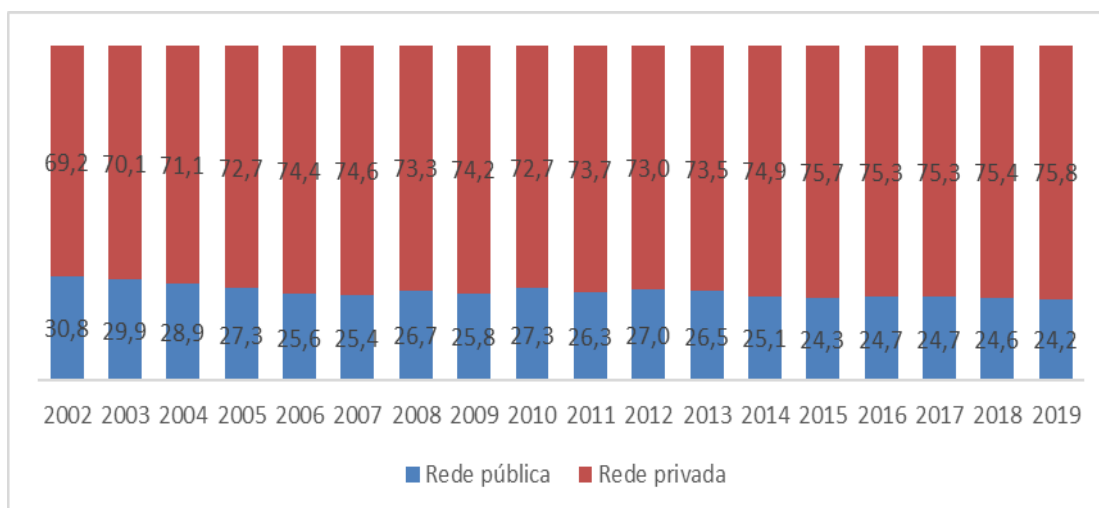
Embora sejam meios de inovação educacional e tecnológica, os Institutos Federais ainda incorporam uma parte pequena da população jovem em idade de frequentar o ensino médio. A parcela substancial dos jovens na faixa entre os 15 e 20 anos de idade estão inseridos nas redes estaduais (classes populares) ou nas suas congêneres particulares (estratos superiores das classes trabalhadoras e classes médias e burguesia). Afora esses, temos o contingente de jovens que trabalham e não estudam e/ou aqueles que nem estudam e nem trabalham. Para essa população, o Governo Lula submeteu ao Congresso Nacional, e conseguiu aprovar, em junho de 2008, o projeto de lei intitulado de *Pró-Jovem*, destinado à “reintegração” no processo educacional de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estivessem inscritos nas redes de ensino. Esse programa, distribuído em três modalidades distintas (*Pró-Jovem Urbano*, *Pró-Jovem Campo – Saberes da Terra* e *Pró-Jovem Trabalhador*), repassava recursos financeiros para estados, municípios e ONGs para a oferta de formação educacional (ensino básico e ensino médio de forma acelerada e compacta) e qualificação profissional.

No ensino superior, em abril de 2007, através de um decreto-lei, o Governo lança o REUNE, programa que garantiu recursos adicionais às instituições federais de ensino superior que adotassem planos de expansão e criação de novos campi. Em consequência, novos cursos foram criados nas unidades já existentes e novas unidades e cursos surgiram em cidades que não contavam com universidades públicas. Ao final do seu governo, Lula, ao fazer o balanço da sua política para o ensino técnico e profissional e para o nível superior identificava a instalação de 30 novos institutos federais, 25 novos campi de universidades federais e 14 novas universidades criadas (APROVAÇÃO... 2008, documento eletrônico). As universidades federais foram também incentivadas a criar políticas de inclusão de estudantes oriundos das redes públicas de ensino básico, negros, indígenas e quilombolas. Uma política de cotas, proposta pelo Governo e aprovada pelo Congresso Nacional, ocorrerá mais tarde, em 2012, já no Governo da Presidente Dilma.

Ainda em relação ao ensino superior, é importante chamar a atenção para os programas FIES e o PROUNI. O primeiro programa, com custo orçamentário significativo, foi criado em 1999, e objetiva ofertar empréstimos a juros subsidiados, através da CEF, para que os estudantes paguem as mensalidades das faculdades e universidades privadas. O PROUNI, lançado em 2005, pelo Governo Lula, é um programa de oferta de bolsas de estudo (implicando em isenções totais ou de 50% do valor das mensalidades a ser pagas pelos estudantes) das entidades privadas de ensino superior, que, em contrapartida, recebem isenção fiscal, além de ficarem livres de tributos de diversas ordens. No período de Lula, o FIES cresceu gradativamente e passou a ter um crescimento vertiginoso no mandato da Presidente Dilma, conforme apontaremos no tópico a seguir. Por que essa informação é significativa? Em primeiro lugar, por que indica a demanda reprimida de acesso ao ensino superior no Brasil. Assim, mesmo com a expansão da rede pública, através do REUNI, tivemos uma expansão das matrículas na rede privada, conforme se pode verificar no gráfico mais abaixo. Em segundo lugar, porque esses programas significaram a transferência de vultosos recursos para a iniciativa privada. O ensino superior privado no Brasil é uma atividade empresarial regida quase exclusivamente pela lógica de mercado. Afora as instituições confessionais e comunitárias, poucas e em decréscimo de matrículas, a predominância é de empresas nesse setor educacional. E esses programas, justificados pela necessidade da “inclusão social”, implicaram em profundos reajustes, com a entrada em cena de grandes grupos empresariais, notadamente norte-

americanos, que passaram a investir na aquisição agressiva de colégios, faculdades e universidades privadas em todo território brasileiro. Para complementar, o setor, especialmente a partir da política de ampliação do FIES, praticada pelo Governo Dilma, viveu um processo de acirramento da concorrência (com a eliminação das entidades locais ou a submissão à venda de parte de seu capital e ao modo de gestão educacional dos grandes grupos) e a entrada em definitivo da educação privada nas bolsas de valores. Após uma década dessa transformação empresarial do setor, as informações sobre as entidades privadas de ensino frequentam igualmente as páginas de educação e de negócios dos grandes jornais brasileiros. Assim, é comum nos defrontarmos com contextualizações que impactam os preços das suas ações nas bolsas. (SOARES, 2021, documento eletrônico).

Gráfico 1- Evolução das matrículas no ensino superior brasileiro: público e privado de 2002 a 2019 (%).



Fonte: Elaboração própria com base em dados do MEC.

Uma pergunta se impõe a esta altura: por que, mesmo com a ampliação da rede pública federal de ensino superior e a criação de instrumentos de acesso (como as cotas), tantos jovens procuraram (e ainda procuram) realizar os seus cursos de graduação em instituições privadas? Em primeiro lugar, porque o acesso às instituições públicas, mesmo com as políticas de acesso, ainda exige um nível de formação que não é alcançada por uma parcela significativa de jovens, especialmente aqueles socialmente mais vulneráveis. Então, simplesmente não conseguem aprovação e, dada a exigência social de uma formação em nível de graduação, optam pelo caminho aparentemente mais fácil de realizar seus cursos em instituições que facilitam o acesso, especialmente para aqueles cursos menos valorizados socialmente. Em segundo lugar, porque os cursos ofertados nas

instituições públicas, muitas vezes, implicariam em uma escolha dramática para muitos: o abandono do trabalho que muitos deles já detêm e que é fundamental para as suas subsistências e de suas famílias. Acrescente-se ainda o fosso simbólico entre as classes populares e as universidades públicas mais referenciadas dado que estas sempre foram espaços das elites. Tudo se passa como se cercas invisíveis impedissem o acesso, mesmo quando existem políticas de cotas, para que os filhos dos trabalhadores e dos mais pobres adentrem nesse universo. Aqui também o mercado aporta uma “solução”: os cursos das instituições privadas destinados a esse público são ofertados no horário noturno, o que possibilita a compatibilização com as jornadas de trabalho de 8 horas ou mais. Um adendo: os cursos mais prestigiados das instituições privadas (medicina, direito, arquitetura, psicologia e engenharias) têm concorrência mais elevadas e as mensalidades pagas são significativamente mais altas o que os tornam mais frequentados por estudantes de classe média e da burguesia.

Em uma sociedade marcada pela ojeriza ao não letramento e ao preconceito cruel contra os analfabetos, a ampliação da rede privada de ensino superior, com uma oferta crescente de vagas em cursos EaD e presenciais em pequenos polos espalhados por todo o território nacional, sem lastro acadêmico e sem cultura universitária, com preços baixos (mensalidades/propinas), provoca um frenesi no universo das classes populares. Trata-se mais de um serviço passível de ser consumido e traduzido em um diploma que eleva simbolicamente a condição de toda a família do estudante capturada pelas instituições dessa rede.

Todas essas políticas foram incorporadas discursivamente (para a sua justificativa) como propostas de enfrentamento da crise econômica mundial de 2008. Aliadas às ações de expansão do investimento em grandes obras, englobadas pelo PAC, elas alavancaram a popularidade de Lula entre os jovens e, especialmente, na região Nordeste. Mas a redistribuição não é um passeio no parque. As reações e o mal-estar, tanto daqueles que estão socialmente próximos dos beneficiários, mas não são contemplados, quanto de outras classes sociais que têm os capitais simbólicos e sociais de suas posições diminuídos são significativas e têm impactos políticos. Nas universidades públicas, após a implantação das cotas nos processos seletivos, as reações contrárias vieram tanto de familiares de candidatos de classe média, que perderam as “suas” vagas para os cotistas, quanto de parcelas dos seus docentes que entendiam que, com as cotas, teriam que lidar com

estudantes destituídos das condições necessárias para o acompanhamento das atividades acadêmicas. Narrativas de que a avaliação de mérito estava sendo sobrepujada pelo paternalismo ganhavam ares de críticas e eram incorporadas até por atores ditos de esquerda no ambiente universitário. Havia ainda demonstrações de preconceitos, nem sempre velados, de que “esses” que agora adentravam as salas de aulas das universidades federais iriam “jogar para baixo” o nível dessas instituições. Não era incomum assistirmos patéticas manifestações de medo contra os “cotistas” por parte de docentes que se imaginavam guardiões dos valores maiores do ensino superior no Brasil.

3.3.5 NEM SEMPRE SE COLHE FLORES NA PRIMAVERA: DESACERTOS E GRANDES EQUÍVOCOS NAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Os avanços na efetivação da cidadania social impulsionados pelos governos Lula e Dilma, resultado de políticas públicas que focaram não apenas o enfrentamento da pobreza, mas a desigualdade social, não foi uma linha reta e sem recuos e grandes equívocos. Não se trata aqui de resvalar da análise sociológica para o julgamento moral das ações de governo e nem de estabelecer uma relação causal entre efeitos e intenções de uma ação política (ou social). Como nos ensina a leitura de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, é sempre aconselhável na análise de uma situação concreta distinguir os objetivos declarados dos atores e os resultados concretos de suas ações (e omissões) (MARX, 2011). Além disso, resultados são composições de complexos de interações de ações.

As observações acima têm pertinência para entendermos os efeitos perversos de duas ações da “Era Lula”: a promulgação da chamada “Lei de Drogas” (Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006) e a condução feita pela Presidente Dilma Rousseff do FIES, anteriormente comentado. Nas duas situações, temos ações contraditórias com as narrativas dos proponentes sobre inclusão e democratização.

No caso da Lei de Drogas, promulgada por Lula, há que se fazer uma pequena relativização da responsabilidade do Presidente, afinal tratava-se de Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional. Entretanto, não podemos esquecer que a sua base de sustentação parlamentar, forte naquele momento, votou a favor e que mesmo

parlamentares do PT foram protagonistas de sua tramitação parlamentar, ocupando relatorias e empreendendo defesas em comissões e no plenário. O atenuante é que o argumento central dos defensores da lei, conforme aponta Campos (2015), que a estudou detidamente, era o de fazer a distinção entre usuários e traficantes. Com isso, pensava-se em tirar do sistema carcerário pessoas que eram usuárias e que não exerciam papel ativo no mercado de drogas. Muitas vezes, essas pessoas, adolescentes e jovens em sua quase totalidade, eram presas porque portavam uma pequena quantidade de drogas e terminavam, no sistema prisional, sendo cooptadas para atividades criminosas.

Com essa “boa intenção”, cujo lado oculto era a punição “exemplar” dos traficantes, elevados à categoria de “monstros”, a lei deixou de criminalizar severamente pessoas com pequenas quantidades de drogas, desde que elas comprovassem que as substâncias encontradas destinavam ao “consumo pessoal”. Enquadradas nessa situação, as pessoas não eram incriminadas, mas identificadas como em contravenção, o que elimina a prisão e a pena aplicada vai da prestação de serviços à comunidade até a obrigação de acompanhar cursos promovidos pelo judiciário. A lei não estabeleceu objetivamente qual quantidade pode ser definida como de consumo pessoal e deixou essa avaliação a critério das autoridades policiais e, secundariamente, após processo investigativo, para o judiciário. É bom lembrar que, no ambiente político brasileiro, questões relacionadas à segurança pública e ao consumo de drogas são abordadas a partir da lógica derivada de cruzadas morais nas quais os discursos de autoridade (de “poder dizer”) são aqueles de policiais, juízes, promotores e religiosos. Apoiados e secundados por jornalistas, especialmente locutores de milhares de estações de rádios espalhadas pelo país. Os legisladores deram todo poder a um sistema policial e legal alicerçado numa grade classificatória de classe e de etnia ao estabelecerem, no artigo 27, que “para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”.

As consequências foram, de um lado, uma situação de quase legalização do uso recreativo de drogas para os jovens de classe média e o aprisionamento em massa de jovens moradores da periferia, negros e pobres. Assim, a mesma quantidade de drogas que, encontrada com um jovem em uma boate ou em um pátio de uma faculdade, será tipificada para “consumo próprio” quando encontrada com um jovem em uma esquina de um bairro

popular ou em um baile funk ou em uma apresentação de RAP será tomada como indicador de que o portador é traficante.

Outra política pública legitimada como socialmente inclusiva para os jovens com efeitos adversos foi o FIES. Anteriormente, já indicamos alguns elementos constitutivos desse programa. Outra característica a ser destacada diz respeito ao fato de que se assemelha a um empréstimo concedido ao aluno, mas o recurso financeiro não é depositado em uma conta deste, mas repassado diretamente da instituição financeira governamental para a instituição de ensino superior privada (faculdade ou universidade). Ao longo das duas últimas décadas, apesar dos pesados investimentos no ensino superior público, a rede privada absorveu, em média, 73% das matrículas. Em números absolutos, no ano de 2019, isso significava mais de seis milhões e meio de estudantes. Esses dados nos fornecem uma base para uma avaliação dos impactos dos programas de financiamento do Estado brasileiro para o ensino privado quando observamos mais de perto a evolução do FIES e do PROUNI. Na tabela abaixo, apresentamos o percentual de matrículas custeadas, parcial ou integralmente, por um ou outro desses programas.

Tabela 1- Evolução do financiamento de matrículas no ensino superior entre 2010 e 2019 (%)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
FIES	12%	15%	26%	41%	53%	49%	44%	37%	27%	19%
PROUNI	27%	25%	24%	19%	18%	19%	21%	21%	19	20%

Fonte: Elaboração própria com base no Censo do Ensino Superior (várias edições).

Com base nesses dados, torna-se legítima a interpretação de que no Governo da Presidente Dilma Rousseff o Estado passa a quase patrocinar o ensino superior privado no Brasil. Nos anos de 2014 e 2015, as matrículas que implicaram em repasse financeiro ou em isenção tributária para as empresas de ensino particular alcançaram os percentuais de 71% e 68% respectivamente. Mas gostaríamos de chamar a atenção do percentual de matrículas com financiamento do FIES. Passou-se de 12% no último ano de Governo do Presidente Lula para 53% em 2014. Esses recursos são empréstimos concedidos aos estudantes, nunca é demais repetir e, como veremos, traduzem-se em consequências bastante danosas para a vida dos jovens tomadores dos empréstimos e para as suas famílias. A apresentação da evolução anual do volume de recursos financeiros investidos no Programa, feita na tabela abaixo, joga luzes sobre uma política equivocada, que

terminou por transferir recursos públicos para a iniciativa privada e atribuir o pagamento da fatura⁶⁷ aos estudantes.

Tabela 2 - Custo anual do FIES de 2010 a 2019 (bilhões)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor em bilhões de reais	1,938	1,900	5,356	8,278	16,900	21,878	32,261	29,142	17,532	18,874

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP.

O efeito perverso do FIES começou a emergir com mais força a partir de 2015. Com o país passando uma desaceleração para uma recessão econômica aberta e o consequente aumento das taxas de desemprego, os índices de inadimplência no FIES aumentaram exponencialmente. A forma mais grave de inadimplência, aquela superior a 390 dias, na última metade da década de 2010 alcançou a média de 50% dos usuários, conforme dados disponibilizados no site do Ministério da Educação. No início de 2020, antes da pandemia da Covid-19, eram 750 mil jovens nessa condição (GONÇALVES, 2020, documento eletrônico). Os números não reproduzem o drama social dessa inadimplência. Desempregados e endividados, esses jovens que tomaram os empréstimos que enriqueceram o empresariado da educação, agora se vêem inseridos em um círculo de giz: como não pagam o FIES, ficam inadimplentes e identificados enquanto nessa condição pelo sistema financeiro se tornam inabilitados para assumir os melhores empregos (as grandes empresas não contratam pessoas fichadas negativamente no sistema bancário). Nos órgãos de imprensa e nas mídias sociais, os relatos desses jovens inadimplentes são pungentes. (LEMOS, 2021, documento eletrônico).

Talvez a expansão do FIES durante o Governo Dilma seja a melhor tradução de como uma política social alicerçada em “parceria” com o mercado pode ter efeito contrário aquele explicitado. O repasse de recursos públicos para um setor empresarial à custa do endividamento ostensivo de quem está ingressando na vida adulta é o ponto de chegada de uma ação que pode até ter sido bem intencionada, mas, inequivocamente, foi mal

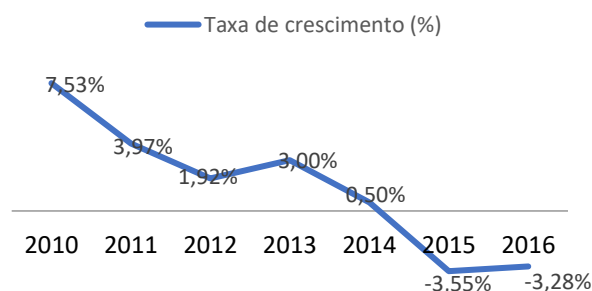
⁶⁷ Em verdade, dado o elevado índice de inadimplência do Programa (cerca de 80% dos devedores, em 2020), os custos do Programa são pagos pelo conjunto da população.

elaborada, no mínimo. Por fim, há que se ter em mente o sofrimento social que a inadimplência implica para esses jovens devedores, reverberando nas suas famílias e comunidades. E esse passivo irá determinar trajetórias, escolhas e contornos dos seus projetos existenciais. No momento mesmo em que estamos a elaborar este trabalho, a discussão sobre o fardo do endividamento dos jovens das classes populares começa a adentrar o debate político. O Presidente Jair Bolsonaro, neste início de 2022, começa a acenar com medidas para abrandar as dívidas, propondo o alongamento ou anistia das mesmas.

3.3.6 A EVOLUÇÃO DAS TENSÕES, A TEMPESTADE PERFEITA E O TERMIDOR

Lula terminou o seu mandato, após ter conseguido tornar vitoriosa a sua candidata, com uma popularidade alta e uma avaliação positiva do seu governo maior do que qualquer outro presidente brasileiro em final de gestão antes dele: 65%. A euforia da militância de esquerda naqueles dias não deixava entrever as nuvens que se formavam no horizonte. De um lado, o esgotamento da capacidade de reversão da desaceleração do crescimento do PIB devido aos desdobramentos do quadro econômico global, ainda marcado pelos efeitos da crise de 2008. Ao invés de alterar as medidas de contenção da crise, lançadas por Lula para fazer face ao quadro dramático pós-2008, Dilma aprofunda o rumo e toma medidas que aumentam os gastos governamentais em um quadro de diminuição da arrecadação fiscal. O chamado “boom das commodities” vai chegando ao fim e as grandes obras do PAC não conseguem se traduzir em injeção de dinamicidade na vida econômica. A evolução do PIB do último ano do Governo Lula ao último ano do Governo Dilma expressa essa situação (gráfico abaixo).

Gráfico 2 - Evolução do PIB 2010 - 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Ao contrário da maioria dos analistas políticos brasileiros, que atribuem os reveses do Governo Dilma às características pessoais da presidente (sua inabilidade política, incapacidade de negociação, teimosia, antipatia, centralização excessiva e insensibilidade em “ler” a conjuntura), da nossa perspectiva, todos esses elementos teriam sido esquecidos caso o processo de redistribuição iniciado por Lula não tivesse começado a se confrontar com os interesses da burguesia no que diz respeito à acumulação de capital. Os conflitos do Governo com o setor elétrico (pela imposição governamental de preços sociais para a energia paga por empresas e cidadãos), por exemplo, não eram brigas com um setor do empresariado de uma área específica, mas uma briga não declarada aos fundos de investimento que controlam as empresas distribuidoras de energia. Outro ponto de atrito: a política de controle de preços dos derivados de petróleo vendidos pela PETROBRÁS não se traduzia apenas em prejuízos a serem contabilizados por uma empresa com a maior parte das ações sob controle do Estado, mas também em um enfrentamento com os bancos de investimento privados e as corretoras que gerenciam as ações minoritárias da petrolífera. A resposta governamental foi aumentar os subsídios para setores específicos (e com maior capacidade de pressão e de colocar os trabalhadores ao seu lado), dentre estes, o poderoso agronegócio.

Obviamente, o contexto político criado pela mobilização de 2013 é outro ingrediente a ser levado em conta na germinação das condições do Termidor. As mobilizações de 2013, impulsionadas pelas manifestações de estudantes anarquistas ou de extrema-esquerda contra os reajustes das passagens de ônibus nas grandes do país constituem um marco simbólico e um ponto de virada da atmosfera política e ideológica do país. Dado que o aumento proposto por prefeitos e governadores nas tarifas de transporte girava em torno de R\$ 0,20 (vinte centavos de real), o movimento foi sendo redefinido de movimento contra o aumento nas passagens para um difuso discurso de que a luta não era apenas sobre essa bandeira. Emergiu, então, o discurso de que “Não é apenas por vinte centavos”. E aí entra em cena o questionamento dos gastos com as obras da Copa do Mundo, que o país sediaria no ano seguinte, e a demanda por serviços públicos “padrão FIFA⁶⁸”. A grande imprensa, que em um primeiro momento aplaudira a repressão policial

⁶⁸ A poderosa entidade do futebol mundial impusera o padrão dos equipamentos (estádios, hospitais, centrais de tecnologia digital, centros de imprensa, etc.) e essa exigência passou a ser identificada ironicamente como “Padrão Fifa”.

em São Paulo, passa a construir a narrativa de que as mobilizações são contra a degradação dos serviços públicos e contra a corrupção. Esta seria a grande responsável para que aquele padrão desejado (que, corresponde também a uma idealização brasileira do que seria a modernidade do primeiro do mundo) de serviços e infraestrutura não se efetivasse. É o ponto de virada. A classe média adere às movimentações e, rapidamente, as bandeiras vermelhas e pretas, dos partidos de esquerda e dos anarquistas, são substituídas pelas bandeiras verdes e amarelas. Os cartazes irreverentes, com dizeres irônicos que flertavam um pouco com os slogans do maio de 1968 na França, passam a ser substituídos por defesas das ações moralizadoras do MPF e pela denúncia dos “políticos”. A esquerda vai sendo expulsa das manifestações e agrupamentos de direita, alguns criados antes, mas sem nenhuma visibilidade e importância social, ganham as ruas.

O conflito redistributivo modulava as ações de atores-chave por sob as espumas ideológicas das “Jornadas” e das narrativas “purificadoras” da Operação Lava-Jato, iniciada no primeiro semestre de 2014. Os intelectuais orgânicos do grande empresariado, essa rubrica sob a qual se ajuntam consultores, lobistas, especialistas onipresentes nos meios de comunicação e professores universitários de economia, dentre outros, começam a prescrever como saídas únicas para as dificuldades do momento o controle dos gastos, a reforma da previdência e o ajuste no mercado de trabalho (com a defesa de uma reforma trabalhista para “liberar” e tornar mais produtiva a força de trabalho do país). Duas palavras sintetizavam essas elaborações: ajustes e reformas. Nas eleições gerais⁶⁹ de 2014, Marina Silva (então PSB) e Aécio Neves (PSDB) apresentam-se como os candidatos desses ajustes. Do seu lado, Dilma e o PT defendem o legado da “Era Lula” e denunciam essa tentativa de reorientação das prioridades (do social para o econômico, dos “pobres” para os “banqueiros”). A eleição só será resolvida em um segundo turno polarizado, no qual o candidato do PSDB recebe o apoio de Marina Silva e dos agrupamentos da nova direita. Apurados os votos e oficializada a vitória eleitoral da petista, o candidato do PSDB não reconhece a derrota e abre, já naquele momento, o questionamento da legitimidade do novo mandato presidencial. Para completar o quadro e apontar o revés da redistribuição, importa ressaltar que, finda a eleição, Dilma Rousseff faz um giro em sua política

⁶⁹ As eleições excluem apenas a escolha de prefeitos e vereadores. Estes cargos são renovados dois anos após as eleições de presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais.

econômica e adota discursivamente a postura que condenara até alguns dias antes: a necessidade de ajustes fiscais. E, para enviar um recado tranquilizador ao “mercado”, indica como novo Ministro da Fazenda ninguém menos do que Joaquim Levy, então economista-chefe do maior banco privado do país, o Bradesco.

Com a antipolítica dominando, ao realizar esse recuo, Dilma perdeu a popularidade e não ganhou a governabilidade. E quando as mobilizações pelo impeachment tomaram as ruas, a reação pró-Governo tinha uma base reduzida. Embora milhares tenham se disposto a sair de casa para defender o legado do PT, na comparação, a direita ganhou o jogo das ruas. O que não deixava de ser uma derrota política esmagadora para quem, meses antes, na campanha eleitoral havia contado com manifestações espontâneas e não conduzidas partidariamente de milhares de jovens a favor da sua candidatura. Em escolas e universidades, jovens tinham construído mobilizações (as “Dilmaselfs”) entusiasmadas e alegres. Posteriormente, foram brindados com o discurso de “adiamento” dos avanços e da necessidade de “arrumar a casa” (frase símbolo dos defensores do arrocho fiscal no Brasil). E o último elemento da tempestade foi a “brecha de oportunidade” oferecida pelo impeachment da Presidente Dilma para a burguesia. Com um vice-presidente, Michel Temer (PMDB), afinado com a coalizão pró-impeachment e o seu Palácio transformado em quartel-general da conspiração, uma possibilidade única, de reversão da marcha redistributiva inaugurada com a Constituição de 1988 (essa que 10 entre 10 líderes empresariais do país abominam pelo seu suposto “paternalismo” e “excesso de direitos”). Para dar vida ao novo pacto das elites, o MDB, que antes coabitara a coalizão com o PT, capitaneava agora a confecção do já referido programa *Uma Ponte para o Futuro*. Dilma deposta, Temer em seu lugar, uma emenda à constituição é feita sob medida para manter a estrutura de arrecadação regressiva (que isenta as grandes fortunas e sobrecarrega o consumo dos mais pobres) e desacelerar o processo gradativo de incorporação das classes populares à cidadania via redistribuição a partir do Estado. Isso se deu a partir da PEC do “teto de gastos”, que limitou o gasto público, com consequências danosas sobre educação e saúde nos anos vindouros, mas que, no momento em que escrevemos, está sendo derrubada para possibilitar gastos governamentais pelos apoiadores do Governo Jair Bolsonaro.

Aprovada a PEC do teto de gastos, o movimento seguinte da coalizão estruturada em torno de “*Uma Ponte...*” foi a reforma trabalhista. E esta se tornou realidade no ano seguinte através da Lei 13.467/2017. Alicerçada na lógica neoliberal de subordinação da

vida pública à dimensão individual, a reforma tratou de destruir instrumentos protetores dos trabalhadores nos acordos com os empregadores e quase extinguiu o espaço de manobra da Justiça do Trabalho para redefinir “acordos” lesivos aos empregados. A flexibilização das formas de contratação (com a legalização da precariedade, especialmente no setor de serviços) foi outro ataque destrutivo em relação ao mundo do trabalho. Por último, e não menos importante, o ataque arrasador sobre a organização sindical. Fragilizar os sindicatos e a possibilidades deles em redefinirem acordos entre patrões e empregados foi o objetivo maior. Mas, conforme diagnosticaram Oliveira et al. (2019) em artigo direcionado exatamente a analisar os desdobramentos da reforma trabalhista no Nordeste do Brasil, o impacto mais negativo da reforma foi sobre o financiamento dessas entidades. Criando dificuldades para a arrecadação de recursos, abriu-se caminho para a fragilização da capacidade de mobilização e resistência dos trabalhadores.

A próxima reforma que o pacto das elites tentou efetivar, aquela da Previdência, foi atropelada pela movimentação interna no Termidor. A coalizão burguesa, ancorada na elite “quatrocentona” paulista, não esperava que a Lava-Jato, que açulara contra os políticos do PT, viesse a atingi-la. E o foi, embora não na mesma intensidade. Com isso, a reação neoliberal, conduzida por Temer, perdeu a legitimidade de ser anticorrupção e os cavalheiros da purificação (os condutores da Lava-Jato) destruíram o que restava de legitimidade da “velha política” (termo usado por eles e pelo bolsonarismo para se referir aos participantes do sistema partidário). Sem mais forças e legitimidade para mais um passo, a coalizão sobreviveu apenas como cópia malfeita de si mesma durante a longa noite brasileira que foi o ano de 2018. Lula preso, Bolsonaro em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais e os artífices de *Uma Ponte...* jogados para posições de coadjuvantes⁷⁰ nas eleições de outubro. Mesmo assim, Fernando Haddad, em uma campanha com condução política errática, representou o espírito da redistribuição e foi ao segundo turno contra um Jair Bolsonaro impulsionado pelo acaso de um atentado dramático contra a sua vida, perpetrado por um ex-militante político de esquerda com problemas mentais. Com quase 45% dos votos válidos, Haddad foi vitorioso em quase todos os estados do Nordeste entre as mulheres e os jovens. O Termidor se metamorfoseara e se transformava em

⁷⁰ No primeiro turno das eleições para presidente, os atores da coalizão terminaram assim: Geraldo Alckimin (PSDB), com 4,76% dos votos; Herinque Meireles (PMDB), com 1,20%; e Álvaro Dias (Podemos), 0,80% dos votos.

bolsonarismo e os seus inimigos não eram mais apenas os direitos sociais e nem o seu objetivo era “apenas” uma acomodação na acumulação de capital. Queria mais: destruir o futuro e reconfigurar o passado. Entretanto, em que pese a vitória aparente da antipolítica, lembranças da primavera ao Termidor não parecem completamente varridas da memória das novas gerações. Esse é um dos aspectos que emergem nos retratos constantes nos tópicos que constituem os capítulos posteriores do presente trabalho

CAPÍTULO 4 – GERAÇÕES E TRANSIÇÕES: RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE PAIS E FAMILIARES

4.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, A DOMINÂNCIA DO URBANO SOBRE O RURAL E O PASSADO COMO FONTE DE RESILIÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

4.1.1 VIDA FAMILIAR, TRABALHO E UMA RESISTÊNCIA AO PRESENTE: O VELHO TRABALHADOR RURAL

A entrevista com o Sr. A. ocorreu na sua casa, em um bairro popular tradicional da cidade de Juazeiro do Norte (CE). Com 75 de idade, ele é uma exceção entre os entrevistados da geração de pais e parentes. A sua inclusão se justificou em um primeiro momento pela nossa escolha metodológica em entrevistar os membros de gerações distintas (a atual e a anterior) de uma mesma família. Dado que havíamos entrevistado o seu filho, pedimos o apoio deste para entrevistar o pai. Naquela altura, ainda não sabíamos que o filho, que tem 30 anos de idade, nasceu quando o pai tinha já 45 anos. A entrevista terminou sendo muito importante, em que pese o fato de o Sr. A., não ser especialmente loquaz e quase em toda a interação emitir frases curtas como respostas. Acreditamos que essa entrevista somente foi possível pela interferência do filho, que reforçou o nosso pedido de realização de uma conversa. E esta foi particularmente estratégica para este trabalho, pois, como se aponta a seguir, sua trajetória de vida traduz, em nível individual, transformações macroestruturais da sociedade brasileira ocorridas após os anos 1940.

Os pais do Sr. A. eram camponeses do estado de Alagoas e foram atraídos para o Cariri Cearense, mesorregião onde se situa Juazeiro do Norte, pela figura messiânica do Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), um padre, líder político e pregador místico detentor de audiência e devoção em todo o Nordeste do Brasil. Acompanhados por outros camponeses, os pais do Sr. A. vieram para uma romaria e, como tantos outros, por aí ficaram para trabalhar em fazendas do fértil Cariri, onde, ao contrário do restante do semiárido nordestino, tem-se uma vegetação típica da região dos Cerrados e solos com potencialidades produtivas de cana de açúcar e árvores frutíferas. Esses pais, recentemente

casados, estabeleceram-se como parceiros em uma propriedade rural e ali tiveram 19 filhos, dos quais 14 viveram para se tornar adultos.

Desses 14 filhos, apenas um, como nos dirá o Sr. A., “aprendeu umas besteirinhas na escola”. Ele conta a sua relação com a escola como se fora o relato de um acontecimento extraordinário e marcado pelo acaso:

“Eu mesmo fui para a escola por 15 dias. Em 15 dias, acabou-se a escola. Aí fechou... Era assim. Era escolinha daqui para acolá... Não tinha. E quando se acabou. Pronto. Aí não tem mais. Eu fui para essa escola, eu digo 15 dias, mas não foi 15 dias. Foi mais. Foi um mês e pouco... Mas acabou...”

O mundo escolar sempre lhe pareceu estranho. Ou, dotado de uma lógica que lhe escapava a compreensão. Nesse mundo, os sacrifícios exigidos dos ingressantes eram pesados, pareceu-lhe quando, já pai, desestimulou a permanência do filho mais velho na escola:

“Esse filho meu, o mais velho, não aprendeu mais porque eu fui besta. Às vezes, ele reclama que tem azar na vida porque a culpa é minha, que eu tirava ele lá da escola. Tinha a maior dó desse menino. A minha irmã levava ele para a escola e o bichinho ficava chorando. Aí eu ia buscar. Não foi um erro meu?”

Os outros filhos frequentaram mais a escola. Até porque iam com a mãe, que, inicialmente, trabalhava como faxineira na escola da localidade. Posteriormente, passou a ser professora. “Eles aprenderam umas besteirinhas”, diz o Sr. A. Dois deles, os mais novos conseguiram concluir cursos de graduação. Um, o filho que entrevistamos e a outra, formada em pedagogia, que emigrou para São Paulo e trabalha no comércio.

Quando os filhos começaram a nascer, a família se mudou para a área urbana, mas ele continuou trabalhando na propriedade rural, na condição de rendeiro. O primeiro dos filhos veio ao mundo em 1972, quando o Sr. A. tinha 26 anos de idade, o que, na época, no seu mundo, significava que não era exatamente uma pessoa nova. Vale lembrar que a expectativa de vida no interior do Nordeste do Brasil no início da década de 1970 era de 48 anos. Foi também a necessidade de aumentar o rendimento familiar que levou a família a fazer essa transição do campo para a cidade. A esposa do Sr. A. passa a exercer aquele trabalho na escola pública, anteriormente mencionado.

A família do Sr. A. traduz uma das faces da transição demográfica que começa a ocorrer nas décadas de 1960 e 1970 em todo o Brasil, embora de forma mais acentuada nos grandes centros urbanos: o decréscimo da taxa de fecundidade. Assim, enquanto a mãe do Sr. Antônio teve 18 filhos (e dezesseis sobreviveram, o que é um dado significativo, pois,

na época a mortalidade infantil era alta e ceifava muitas vidas), a sua esposa terá “apenas” oito.

Embora a família tenha se mudado para a cidade, o Sr. A. continuou a trabalhar na agricultura. Ele ia de bicicleta para o roçado. Esse trânsito da cidade para o campo redefiniu as suas atividades. Aos poucos, deixou de ser apenas trabalhador rural (“alugado”, como diz ele, ou seja, diarista, sem formalização de contrato) e passa também a ser vendedor autônomo, utilizando a bicicleta para o transporte dos produtos que irá vender nos sítios (pães, bolos, bolachas, etc.) e daqueles que, comprados nos sítios, ou adquiridos através de escambo (trocados pelos seus produtos), ele venderá na feira da cidade (galinha, feijão, milho, etc.). Os seus irmãos e irmãs continuaram morando na zona rural e ele manteve uma casa lá, para aonde aos finais de semana, caminhando, toda a família se deslocava. Dessa forma, reatavam os laços familiares e comunitários.

O Sr. A. continua utilizando a bicicleta para os seus deslocamentos para a área rural. Ainda, hoje, desloca-se algumas vezes por semana para a área rural onde residem os irmãos. Lá, possui um pequeno terreno. Trabalha neste e em outros que continua alugando. Quando está na cidade, o que gosta mesmo é de passar o dia na rua, mais especialmente em uma esquina próxima, conversando com os amigos. Segundo ele, só vem para dentro de casa nas horas do almoço, do jantar e de dormir. “Sou como gato”, diz rindo, “gosto da rua”. Não gosta de assistir televisão (“só assisto os jogos”) e tem ojeriza aos telejornais (“só têm coisa ruim”). Não usa telemóvel (“Deus me livre!”). Indagado sobre o que lhe dá mais prazer, ele diz que isso é fácil (“dá para responder ligeirinho”): “pegar no cabo da enxada para trabalhar na terra”. Mas, esse prazer, segundo ele, só existe quando se está trabalhando no que “é seu”. Em sua “própria terra”. Quando se trabalha para “os outros”, segundo ele “trabalho alugado”, não dá prazer nenhum e a relação com o tempo é bem diferente: “aí, para os outros, o ‘cabra’ pede a Deus que os dias fiquem mais pequenos...”. Segundo ele, era comum os seus companheiros de trabalho na agricultura dizerem: “não dá 11 horas hoje não?” ou “não dá 17 horas hoje não?”.

Além de expressar a transição demográfica e a dominância do urbano sobre o rural, o esboço de retrato sociológico do Sr. A. é significativo também para construir uma contraposição ao mundo do trabalho contemporâneo. Certamente, alguma coisa da forma com que a sua atividade de trabalho se apresenta pareceria precariedade, mas embora contenha elementos comumente relacionados à esta (multiatividades, ausência de contratos

formais, responsabilização do próprio trabalhador pela forma de deslocamento para o local de trabalho, etc.), em definitivo, não se pode associar o mundo do Sr. A. com o chão social da precariedade laboral a que estão submetidas as novas gerações. Isso porque o que percebemos aqui, a partir de sua narrativa, é uma prática social ajustada às condições objetivas, para utilizarmos aqui uma noção fornecida por Bourdieu (2009). Há um encaixamento entre trabalho e sentido do trabalho, por assim dizer.

De certo modo, mais do que representante de uma geração bem anterior àquela do presente, o Sr. A. é como se fora um personagem de um mundo social, aquele tradicional e católico popular. O Sr. A. não tem (e nem se preocupar em ter) grande loquacidade. É mais de escutar do que de falar, o que é, poder-se-ia dizer assim, uma contraposição significativa ao *habitus* dominante entre adolescentes e jovens dos dias atuais. Esse *habitus* os leva a terem disposições para falar e cobrar uma audição (“meu direito de fala”, “meu lugar de fala”, “ninguém me deixa falar”), mas não para desenvolver sensibilidade para ouvir o outro. Por isso, retornando ao Sr. A., muitas vezes, nas interações com ele, e com aqueles que partilham do seu universo, temos que buscar os sentidos nos gestos, nas locuções interjetivas e nos silêncios que não esperam preenchimentos. Esse traço etnográfico do trabalho sociológico, que tivemos que aprender a lidar na elaboração de muitos dos esboços de retratos sociológicos apresentados no presente trabalho, apenas reafirma a importância de tomarmos como norte orientador aquela assertiva de Wright Mills de que merece a identificação como *imaginação sociológica* a investigação que nos “permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas dentro da sociedade”. (MILLS, 1972, p. 12).

O que estamos a propor, e o esboço de retrato sociológico que traçamos do Sr. A. nos fornece uma base de apoio para a proposição que iremos formular, é que os fluxos de bens e pessoas ao redor do mundo, impulsionados nos últimos anos pela aceleração da globalização, não eliminam as idiossincrasias que instituem memórias locais e estas memórias locais potencializam respostas e “resiliências” ao neoliberalismo, conforme apontaremos em outros momentos do presente trabalho. Da mesma forma que a predominância do urbano sobre o rural, embora tenha tornado mais secundária sociologicamente a oposição campo/cidade, não implica na inexistência de traços, marcas e tradições que se reinventam e se renovam, mesmo nas bordas, nas margens, para dar sentido ao mundo. E essas vozes (“antigas”), localizadas à margem, produzem enunciados

e fornecem elementos que podem referenciar tanto uma compreensão quanto uma crítica do presente.

4.1.2. A MINHA MORAL SERÁ A TUA HERANÇA: A LAVADEIRA DE ROUPAS

Aos 14 anos de idade, a Senhora L. se descobriu grávida. Então, sabia pouco do seu próprio corpo. “Não tinha informação de nada”, dirá em nossa entrevista. Sabia que era filha adotiva e que a mulher que a criava e que ela sempre a tratou como mãe a recebeu com vinte e três dias após o seu nascimento. E essa gravidez terminou sendo uma linha divisória em sua trajetória de vida, fazendo-a se deslocar do lugar onde morava, na zona rural de um município situado a cinquenta quilômetros de Picos (PI), para a maior da cidade da região. Mas a decisão de sair, de ir buscar uma “saída para viver” não foi intempestiva e nem descolada de uma avaliação sobre a vida que levava até aquele momento. Por isso, antes de retomar a linearidade narrativa, vale a pena registrarmos sobre a sua vida até aquele momento, o qual, olhando retrospectivamente, foi de ruptura.

A Senhora L., à altura da gravidez, morava com a mãe que a adotara e mais um irmão. O companheiro de sua mãe, que com esta vivera por dez anos, a abandonara com as crianças para não mais voltar. A Senhora L. faz referências esparsas e econômicas a esse pai adotivo. O que mais ressalta é o fato de que ele “gostava de bebida” e que, em consequência desse comportamento, “dava trabalho” à sua mãe. “Nunca mais”, dirá em sua entrevista a Senhora L., a sua mãe se “juntará” com mais alguém. Só e com duas crianças para cuidar, a mãe da Senhora L. assumia todo tipo de trabalho, muito embora as oportunidades naquela comunidade, onde predominavam negros e descendentes de índios, se restringissem quase exclusivamente ao “trabalho pesado” na agricultura de subsistência ou a trabalhos sazonais nas poucas pequenas propriedades. A mãe, ela e o irmão realizavam tarefas ordinariamente assumidas pelos homens adultos (“arrancar árvores, limpar terrenos, plantar, essas coisas todas”). Era “muito sofrimento” e “pouca coisa de resultado”, segundo ela. Frequentava a escola, mas ficava dividida entre as tarefas que realizava com a mãe e “os estudos”. Muito embora afirme orgulhosa que ela e o irmão fossem elogiados pelo bom desempenho escolar, ela só conseguiu “fazer três anos de escola”, pois, sentia-se moralmente obrigada a ajudar mais a mãe na luta pela sobrevivência.

“A minha mãe, ela me botou no colégio com sete anos. Ela era cuidadosa. Foi uma boa cuidadora da gente. Eu comecei estudando, mas devido a eu assistir a ela sofrendo, aí... Eu fui estudando e quando chegou o terceiro ano aí eu já comecei a trabalhar junto com ela para sobreviver. Tinha dez anos de idade. Quando foi do meio para o fim, aí eu já comecei arrumar um serviço... Que já estava passando era o dia inteiro trabalhando. Aí eu disse: ‘mãe, não dá para eu estudar agora, não! Porque mãe já está cansada, nós tem que sobreviver, não dá!’. Foi uma coisa que não dava mais de eu tentar mais estudar, aí eu caí fora.”

Mais ou menos aos doze anos de idade, não há mais vida escolar no mundo da Senhora L. Toda a sua vida passa a girar em torno do trabalho. E este poderia significar “até varrer rua”. Para ela, nenhum trabalho poderia ser rejeitado desde que significasse “levar alguma coisa para dentro de casa”. A saída da escola se justificava para ela pela esperança de um “dia voltar”. Nas conversas com seu irmão e com ela, a mãe repetia sempre: “o estudo ninguém toma. É um exemplo que o pai bota o filho para ir fazer e que serve para a vida dele toda. É o saber!”. No universo social em que foi socializada na década de 1970, já estava bastante sedimentado entre as classes populares do interior do Nordeste do Brasil, a ideia de que eram válidos os sacrifícios para colocar os filhos na escola. As elaborações de que o “estudo é a única riqueza que um pai deixa para um filho”, foram ouvidas outras vezes nas interações com pessoas de gerações anteriores a do presente em nosso trabalho de pesquisa. A Senhora L. abandonou a escola, mas incorporou essa percepção de mundo. E a esta se somaram outras mais oriundas de um processo de socialização secundária que deixa de ter a escola como eixo básico e passa a ser estruturado em torno do trabalho.

Um trabalho que se orienta, antes de tudo, pela sobrevivência. Estamos aqui muito distantes daquele universo das classes trabalhadoras urbanas onde é objetivamente possível a produção de expectativas (que se traduzem em demandas agenciadas por sindicatos, quando isso é politicamente possível) em relação a bens e experiências (melhoria da casa, viagem para algum lugar nas férias, aquisição de um carro popular, etc.). O trabalho é parte constitutiva da luta para continuar existindo e não sucumbir à negação de si mesmo. Daí que trabalho esteja tão articulado a “caráter” nesse mundo da Senhora L. E seria rebaixar a nossa análise atribuir o estabelecimento dessa relação a uma mera expressão de alienação. “Minha mãe dizia que tivesse muito caráter porque ia precisar. Que eu fosse uma pessoa verdadeira e que tivesse caráter. ‘E pronto, minha filha, pode encarar o mundo!’”. Podemos inferir que essa compreensão da vida se desdobra em uma disposição para ir “ao mundo”, acreditando em si mesmo e sem nenhuma expectativa de apoios externos. O

desdobramento é um realismo extremo a respeito do que sejam os órgãos do Estado, os políticos, o mercado de trabalho e a própria Igreja Católica⁷¹. Os representantes dessas instituições são “outros” (ou identificados como “eles”), dos quais não se deve esperar muitas coisas, a não ser que se tenha algo em troca para ofertar (votos e favores, por exemplo).

As sociabilidades produzidas nesse universo são marcadas pela contingência e pelo precário. E a precariedade não se presta a romantismo. Em um mundo incerto, no qual a força com qual se pode contar é a sua própria, qual a durabilidade dos laços e dos afetos? É nesse contexto que a Senhora L engravida. Em uma leitura destituída de sensibilidade histórica, dir-se-ia que a sua foi uma “gravidez adolescente”, como se é comum se afirmar atualmente, mas, naquele momento, na sua região, adolescência ainda não era um momento existencial legitimado socialmente. Adolescência e juventude são fases da vida que muitos dos nossos entrevistados da geração dos mais velhos dizem desconhecer. Além disso, não se pode esquecer que a expectativa de vida ao nascer, no Piauí, nos anos 1970, não ultrapassava os 50 anos. Temos, então, uma jovem trabalhadora grávida e que ainda tem a tarefa (assumida como um dever moral) de ajudar a mãe “com as coisas de casa”. Aqui podemos estabelecer uma relação analítica entre a situação da Senhora L. naquele momento e aquela vivenciada por muitos jovens que abandonam a escola nos dias atuais (a evasão no ensino médio, quando os estudantes têm idades entre 14 e 17 anos de idade) e que tentam (e não conseguem) se inserir no mercado de trabalho e nem retornar à escola. Após o nascimento do filho, o pai deste viaja para o estado vizinho do Maranhão, para “arrumar trabalho” e retornar posteriormente para refazer a vida familiar. Após um ano de espera, sem notícias, a Senhora L. decide que também deve procurar um trabalho para contribuir com o sustento da família que se ampliou com a chegada desse filho. É quando se desloca, com outras pessoas da comunidade para a cidade de Picos, onde ainda hoje reside, para “fazer qualquer trabalho”, pois, segundo ela, sempre compreendeu que todo “trabalho honesto” é “digno”.

⁷¹ Não se explica o catolicismo popular do interior do Nordeste, o qual alimentou beatos (Conselheiro, Zé Lourenço e tantos outros) e levantes (Canudos, Caldeirão), sem que se leve em conta a desconfiança popular em relação à hierarquia da Igreja Católica, a qual, em muitos contextos, une a prática religiosa católica com uma aversão latente aos padres e bispos.

Na cidade de Picos, ela trabalhará como lavadeira de roupas, mas também realizará trabalho de limpeza e outras tarefas de trabalho doméstico. Nessas jornadas de trabalho, encontra um primo distante, que atua como carregador de produtos na feira e nos armazéns da cidade. Esse trabalho, “muito pesado”, que ela denomina de “chapeado⁷²”, consiste em carregar na cabeça sacas de cereais. Em alguns momentos, ele também se serve de carrinho de mão para o transporte (o verbo está no presente porque ele, que continua casado com a Senhora L e é o pai dos seus outros três filhos, ainda desenvolve essa atividade). As interações avançam e ele lhe propõe morarem juntos. E “passa dois anos tentando”. Ela fala do filho e da mãe para o rapaz e impõe como condição para a união dos dois que ela possa trazê-los para morar com eles.

“Aí eu expliquei que tinha a minha mãe, tinha a criança... E eu não podia abandonar nem um, nem outro. Aí ele disse: ‘não, por isso aí não. A gente vai ficar muito bem, mas se por algum acaso você quiser ter filhos comigo, tudo bem, se não quiser... Agora, eu queria um filho também’. Aí a gente... Eu fiquei. Vim primeiro, trouxe o menino, porque o menino era apegado com a minha mãe. Aí, em seguida, perguntei a ela que se quisesse vir para cá - mesmo que não morasse todo tempo com nós dentro de casa, era melhor vir porque eu ia cuidar dela toda a minha vida”.

Após conseguirem uma casa (“era de taipa, chão batido e barro”), ela, o atual marido e o filho foram viver juntos. Após um ano, traz a mãe para morar consigo, pois, o irmão já havia casado e constituído família. Esse irmão a quem ela respeita por ser “muito trabalhador, bom pai e bem dedicado a botar os filhos nos estudos”. Após a chegada da mãe, ela teve com quem deixar a criança pequena enquanto ia lavar a roupa em um rio situado nas proximidades da cidade. “Quando chegou o tempo de colocar o menino na escola, eu mesmo ia levar. Deixava as amigas de trabalho olhando as roupas, corria em casa e pegava o menino para deixar na porta da escola. Sempre foi assim...”. Quatro anos depois de terem ido morar junto, a Senhora L. ficará grávida do primeiro dos outros três filhos que terá com o seu marido.

⁷² O termo “chapeado” surgiu em Campina Grande (PB), cidade que foi um dos mais importantes centros comerciais no interior do Nordeste do Brasil até a década de 1970. Na grande feira que ocorria nesta cidade, alguns trabalhadores, identificados por uma pequena chapa de metal afixada nos seus chapéus (daí “chapeados”) ficavam com balaios à espera de clientes da feira que os procuravam para levar os seus produtos para casas ou para “carros de feira” (moradores de outras cidades). O mesmo processo ocorre em muitas outras feiras de municípios importantes do semiárido nordestino, daí a recorrência ao termo, mesmo quando esses trabalhadores não têm mais chapas de metais em seus chapéus. Em muitos lugares do interior do Nordeste, estes mesmos trabalhadores são identificados como “cabeceiros” (aqueles que carregam produtos na própria cabeça).

Outro elemento marcante na relação da Senhora L. com os filhos era o monitoramento do deslocamento das crianças para a escola. “Eram todos novinhos... Eu tinha medo de que os carros pegassem eles... Então, eu acordava cedinho, fazia um cuscuz, um arroz ou outra coisa que tivesse e dava para eles. Quando não tinha nada, dava um chá. E aí levava para a escola.”. Esse acompanhamento se traduzia também em um cuidado com “as companhias”, com as quais os filhos se relacionavam. Ela incentivava os filhos a chamarem os amigos para brincar em frente à sua casa e obstaculizava a saída deles da “frente dos olhos”. Embora a sua mãe, avó das crianças, contribuísse com os cuidados, a Senhora L. diz que era uma “mãe ciumenta” e que queria sempre estar perto dos “filhos”. Ademais, ela se preocupava com a situação dessa mãe, que “tinha trabalhado a vida toda” e já estava muito cansada e ela não “achava justo” dar mais trabalho a “uma pessoa já idosa, com 50 anos”.

A Senhora L. recorda dos momentos de lazer da família. Aos domingos, o marido, ela, as crianças e alguma pessoa amiga das redondezas iam para o mesmo rio onde durante a semana ela realizava o seu trabalho de lavadeira. Nesses dias, bem cedo, o marido ou ela decidiam: “a gente vai brincar hoje com eles... Aí era a felicidade! A gente ficava lá, colocava dois paus e uma corda ligando. Depois, pendurava um pneu velho para eles se balançarem e se banharem. Era muito bom! Aí terminava a brincadeira e eles estudavam com gosto”. E essa dedicação dos filhos aos estudos é algo de que ela se orgulha muito. Porque ela entende que isso foi resultado dos seus incentivos.

Nem tudo eram apenas rosas. O marido, como todos os companheiros do seu trabalho “pesado”, bebia “muito”. E ela diz que “era sofrido lutar com bêbado”. Além disso, acrescenta, “na época, eu era esquentada, não era evangélica... Eu ficava brava mesmo”. No entanto, “lá dentro”, ela entendia o “lado dele”, pois, o trabalho que ele desenvolvia, de carregar produtos na cabeça ou em carrinhos, era “muito cruel”. Ela intuía que ele bebia “para passar aquilo...”.

Entretanto, à parte esse momento no qual o seu marido bebia “todo dia”, a Senhora L. diz que ele sempre foi uma pessoa tranquila, que a apoiava em todas as situações. Ela lembra de situações relacionadas à saúde das crianças:

“A bebida dele nunca atrapalhou ele cuidar dos filhos direitinho. Chegou uma doença... Duas horas da madrugada, o menino adoeceu de noite... Nós não tem dinheiro para levar para um particular, era ir pro Regional, onde recebe todo mundo. Estava ali pronto e eram os dois que levavam. Se internasse e só

entrasse um em qualquer lugar, eu entrava, mas ele ficava ali fora dando apoio, indo buscar uma coisa que precisasse... Um homem muito diferente da maioria desses daqui...”

O filho mais velho da Senhora L, fruto do seu primeiro relacionamento, concluiu o ensino médio e não quis continuar estudando. “Só não fez universidade, mas é muito inteligente. Trabalha por conta dele mesmo.” Além de reciclar materiais, conserta eletrodomésticos em uma pequena oficina na qual ele sozinho trabalha. Ele faz coisas “tipo engenheiro”, diz ela. Embora ganhe pouco, “dá para sobreviver”. Uma situação diferente daquela quando ele, ainda terminando o ensino médio, comunicou que a sua namorada estava grávida. Nessa época, as pessoas do bairro a incentivavam a obrigar o rapaz a abandonar a moça. Aquilo a indignava. “Eu ia deixar no abandono a mãe de um neto ou neta?”. Ela e o marido se esforçaram para alugar um “cantinho” para o novo casal. Quando a criança nasceu, uma menina, o novo casal trazia a menina para que ela e sua mãe cuidassem. “Aí a menina foi ficando por aqui, não é? Quando nasceu a segunda, foi a mesma coisa. E aí, elas terminaram morando aqui...” (Em tempo: uma dessas netas foi a jovem da família que entrevistamos).

Falar sobre os “estudos” dos filhos é um dos assuntos preferidos da Senhora L. Trata-se de uma oportunidade para realçar a importância do cultivo de uma valoração positiva da educação no seio familiar. Ao mesmo tempo, também serve para apontar a conexão estreita entre a dedicação intensa ao trabalho e à educação como parte da formação do “caráter de uma pessoa”. Assim, mesmo tendo frequentado apenas três anos de escola, a Senhora L. contribuía para que os filhos, que somente poderiam ser aceitos na escola pública com sete anos de idade, não chegassem sem nenhuma base. “Quando foram para o colégio já estava começando a iniciar “A, E, I, O, U” e essas coisas... Porque eu tive aquele trabalho de, com todo o sofrimento que eu tinha, pegar um caderno, botar para pintar... Ainda tinha paciência para ensinar vogais e numerais, logo de 1 a 10.”

Um evento inesperado alterou o rumo dos acontecimentos no processo educacional dos três últimos filhos da Senhora L.: um casal de belgas, com contatos com religiosos locais, decidiu financiar a educação de crianças de uma família moradora da periferia da cidade. Calhou de o casal visitar a rua em que ela morava e, como a sua casa era a mais simples (ainda de taipa), optaram por apoiar as crianças de sua casa pagando as mensalidades no melhor colégio privado da cidade. A inserção dos filhos nessa escola não foi fácil e ela teve “que lutar com todas as forças” para que eles continuassem lá, pois,

havia “aquele movimento” contra. Os seus filhos eram chamados de “neguinhos” e “pobretões”. Ficavam acabrunhados. Ela relata como era o seu processo de convencimento das crianças:

Aí, quando eles chegavam para dizer a mim, dizia: ‘mãe, os meninos chamam a gente de nego; chamam a gente de pobre e, às vezes, chamam nós até de morto de fome’. Eu dizia: “meu filho, não liga isso aí não, viu? Não deixe que ninguém bote isso na cabeça. Sigam em frente que é para depois, daqui a muitos anos, eles verem vocês em pé, de cabeças erguidas, não liguem isso não, viu? Nós somos pretos, nós somos pobres, meus filhos, mas tem uma coisa que talvez eles não tenham que é o caráter. Vocês podem entrar na casa de um rico, no comércio de um rico, entrar e sair que ninguém vem atrás’. Às vezes, eles saíam de casa e não tinha nem um pão em casa, mas lá eles cresceram seguindo o que eu dizia: “se sentir fome e não arrumar nada, peça um pão, seja a quem for; se um negar, o outro dá. Agora, não chega lá para carregar sem o dono ver não, porque aí nem mamãe é por vocês não”. Ai... Cresceram assim.”

Os meninos cresceram, avançaram nos “estudos” e adentraram em universidades na “Era Lula”, quando havia políticas instituídas de apoio à inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas e afrodescendentes nas instituições federais de ensino superior. O primeiro desses três filhos (seu segundo filho) ingressou em medicina em uma das mais prestigiadas universidades públicas da região Nordeste e, hoje, já formado, atua como médico em uma capital próxima. O segundo filho, formado em farmácia na mesma universidade do primeiro, é, atualmente, professor do ensino superior em uma instituição pública e também atua como perito policial. A última, uma filha, também ingressou em universidade pública, graduou-se em psicologia e atua profissionalmente na área, em uma cidade do mesmo estado em que reside a Senhora L.

Pela vontade dos filhos, ela já teria parado com o trabalho de lavagem de roupas. Ela reconhece que já “trabalha muito dentro de casa”, mas afirma que não é a “mesma coisa” receber dinheiro do marido ou dos filhos e receber o dinheiro pelo seu trabalho. “Você quer ir lá ganhar o seu dinheiro, suar e comprar o que você quiser, não é?”.

Pode-se especular que o sucesso alcançado pelos filhos se deveu em parte ao suporte financeiro concedido pela filantropia do casal belga. Embora legítima e com referentes importantes, essa leitura da história da Senhora L e dos seus filhos somente ganha robustez enquanto exercício sociológico se leva em conta a singular incorporação de disposições pelos indivíduos das classes populares. Estes, ao contrário do que nos parece fazer crer certa sociologia que deriva automaticamente comportamentos, interesses e vida cultural a partir da identificação das posições sociais dos agentes analisados, também

constroem individualidade, como as pessoas de classe média e das elites. E é a sociologia das disposições que nos permite propor que a herança maior deixada pela Senhora L. para os seus filhos (e aquilo que ancorou a trajetória exitosa deles) foi a sua gramática moral.

4.1.3 EMOÇÕES PROFUNDAS E AFETOS DIFÍCEIS: A COSTUREIRA E SUA RESILIÊNCIA

“O meu sonho era abraçar o meu pai e beijar ele. Aí, no dia em que a minha avó faleceu, veio todo mundo no carro... Eu já era casada, já era mãe... Aí quando a gente parou no local certo para eu descer para vir para casa. Ele me trouxe aqui para o sítio no carro. Quando eu já estava descendo do carro, eu pedi a benção dele, que isso era normal, não é? Pedir a benção do pai antes do almoço, na hora do jantar, ao acordar, quando se ia dormir, ao sair... Isso era uma tradição. Aí eu pedi a benção a ele e fui saindo... Aí me deu uma coisa tão ruim e eu voltei e disse: ‘papai!’. Ele me olhou e disse: ‘diga, minha filha!’. Aí eu disse: ‘deixa eu lhe dar um abraço’. Aí dei um abraço nele e chorei bastante. E partir do momento que eu fiz aquilo, eu quebrei uma barreira que existia entre eu e ele.”

O relato acima é Dona C. Quem é Dona C? Uma costureira de 46 anos, moradora de Juazeiro do Norte, mãe de quatro filhos, protestante e casada pela segunda vez há sete anos. As disposições emocionais que se revelam na sua narrativa, traduzidas em sentimentos intensos que não se transbordam facilmente em afetos, não é uma característica isolada, marca de um indivíduo, mas uma manifestação incorporada fortemente até as penúltimas gerações no vasto território do semiárido nordestino. Essa contenção dos afetos nem sempre consegue fazer frente à força demolidora das emoções profundas que rompem barreiras, como diz a entrevistada. Em um livro que é um dos clássicos da literatura brasileira do século XX, intitulado sugestivamente de *Vidas Secas*, Graciliano Ramos faz um registro da vida árida dos sertões nordestinos, um território cuja aridez seria tão intensa que adentraria nos seres moldando-os. Pode-se dizer que Dona C, assim como o Senhor A., partilham a mesma gramática emocional de secura e mudez, mas que ela conseguiu, talvez até por ser de uma geração mais recente ou por ser mulher, não apenas elaborar discursivamente sobre as suas emoções, mas deixar-se tomar por elas e transformá-las em gestos em direção aos outros.

A referência literária não é gratuita em relação à Dona C. O seu relato vai desvelando uma trajetória de vida que, sendo contada aos 46 anos de idade, pareceria inverossímil caso estivéssemos escrevendo um conto ou um romance. Ela era a filha mais nova entre oito irmãos. Sua mãe morreu quando ela tinha nove anos de idade.

“Toda a vida que eu tinha, veio de água abaixo, se tornou um pesadelo para mim. Eu já não tinha mais apoio. O pai... Meu pai casou com onze meses que a minha mãe tinha falecido. O meu pai casou e a mulher com quem ele casou não gostava de mim e não me queria lá, ela dizia... Aí essa minha irmã me trouxe para a cidade...”.

Na cidade, morando com essa irmã, que era trabalhadora de um laboratório de clínica médica, ela começa a frequentar a escola. Mas essa situação dura poucos meses. “Ela (a irmã) conheceu uma pessoa, se envolveu com essa pessoa e essa pessoa não me quis mais com ela”. Ela é levada para morar com outra irmã. Com essa, começa a ter uma relação de violência. “Essa minha irmã me batia muito, brigava muito comigo... Então, a minha vida virou um verdadeiro pesadelo”. Na época, Dona C. nem tinha completado ainda 12 anos de idade. Não suportando os maus-tratos, vai morar com um irmão, também na cidade. Mas este também lhe “batia muito”. Para fugir da violência doméstica, foi residir com outro irmão. Nova situação desesperadora; o irmão era alcoólatra. “Não dava certo porque ele maltratava a própria família, imagine eu”. Ficou poucos meses com ele.

Vivendo na incerteza do lugar em que ira residir e sofrendo violências praticadas pelos irmãos e irmãs, mesmo assim Dona C. consegue frequentar uma escola e, conta orgulhosamente, obtém todas as notas “azuis”. “Só nota boa!”. As adversidades eram grandes, não possuía material escolar e sobrevivia na escola com o apoio de colegas. Reconstitui um fato, o qual, obviamente pode estar envolvido em camadas de fantasias dado que ocorrido em uma época de sofrimento que ela necessita exorcizar apelando para a sua resistência e para realçar o mundo precário em que vivia:

“Chegou um dia em que eu não tinha um caderno para levar para a escola e a minha colega do lado, minha vizinha de cadeira, pegou um caderno usado dela, que ela só escrevia naquela folha principal, aí ela: ‘Ô, C., eu tenho esse caderno com essas folhas limpas, que eu não escrevo. Você faz as suas atividades na folha contrária’. E eu fui estudar com esse caderno. Às vezes, faltava um lápis. Às vezes, faltava um chinelo. Uma vez meu chinelo quebrou e ela me emprestou o chinelo dela. Mas eu consegui terminar aquele ano...”.

Aos 14 anos, ela conheceu “o pai dos meus filhos”, na sala de aula. O rapaz tinha recentemente completado 17 anos de idade. Namoram pouco e ele lhe sugeriu se casarem. Perguntou-lhe: “você quer sair desse inferno de vida?”. Para criar uma situação que obrigasse o pai e a família dele a aceitarem o casamento, combinaram em dizer que haviam se relacionado sexualmente. O casamento ocorreu com a anuência das famílias. Depois, eles foram morar em uma casa, vizinha àquela em que o pai residia. Ambos sem fontes próprias de sustento. “Desempregados”, dirá ela, utilizando uma categoria que certamente

não utilizaria no momento em que vivia a situação. Mas, logo em seguida, um irmão, que trabalhava como “crediarista” conseguiu uma “colocação” para o jovem marido e ele passou a trabalhar como vendedor à prestação, indo de casa em casa oferecer produtos para casas, “empurrando um carrinho de mão”.

Pouco mais de três anos depois, ela engravidou daquele que seria o seu primeiro filho. O marido já conseguira outro tipo de trabalho, tem maior independência e melhores rendimentos e o casal se muda para a área urbana. Um ano após o nascimento do filho, ela tomou conhecimento de um curso de aprendizagem industrial no SENAI e se inscreveu. Conseguiu ser aceita e fez o curso que, segundo ela, “era muito rápido” e não possibilitava muito aprendizado, mas ela se dedicou para aproveitar ao máximo. Aprendeu o básico e antes mesmo de sair do curso foi indicado para uma oportunidade de trabalho (na verdade, mais uma promessa de futuro emprego), onde ela continuaria o seu aprendizado como costureira industrial. Trabalhou em diversas pequenas indústrias ligadas a lojas de vendas de roupas na cidade. Quando saía de um emprego e não conseguia ser rapidamente contratada, ela ficava “solta”, trabalhando “avulsa”. Ao todo, passou mais ou menos três anos nessa condição. Trabalhou em diversas empresas e gostava muito da atividade laboral que desenvolvia. Para ela, o “amor” está na base do relacionamento positivo do trabalhador com o seu trabalho.

O que é um bom trabalho? É aquele em que você ama o que você faz. Quando você trabalha por amor, quando você faz aquilo que lhe agrada, que você se sente bem... Porque eu sempre fui assim: tudo o que eu fiz, eu sempre procurei dar o meu melhor. Quando foi para eu aprender, eu limpava a loja e dava o meu melhor para limpar a loja da fábrica. Quando eu fui costurar, eu também dei o meu melhor como costureira; quando eu fui ser a pessoa que criava as peças... Porque eu cheguei a ser a pessoa que criou as peças da fábrica. A primeira peça que saía era criada por mim e eu também procurei dar o meu melhor. Por que eu cheguei lá? Por que eu cheguei à “piloteira”? – a gente chama assim a pessoa que criava a primeira peça. Por quê? Porque quando eu fui limpar, eu dei o meu melhor; quando eu fui aprender, eu tive humildade e tive paciência para as pessoas me ensinarem e me reprovarem quando eu não fazia o certo, e corrigir o que era preciso ser corrigido; e, por causa disso, eu fui nesse período todo de experiência de trabalho, eu fui convidada a ser gerente da fábrica que eu trabalhava. E eu não aceitei porque por muito tempo eu fui só costureira e eu não me via como gerente, para mandar em outros.

Essa relação emocional com o trabalho sociologicamente poderíamos dizer que explicita uma fusão entre as condições objetivas e o horizonte de expectativas de quem trabalha. Não se trata de um acaso ou acidente de percurso, mas o resultado de disposições

incorporadas ao longo de uma trajetória, cujas linhas e cruzamentos não são nunca resultados de escolhas ou impulsos meramente individuais. As experiências de Dona C. se desenvolveram em um universo no qual as instituições fornecem gramáticas morais significativas. É o que podemos depreender da avaliação que a nossa entrevistada faz a respeito do convite para ser gerente. Avançando mais, podemos propor que a sua negativa em aceitar o cargo possivelmente se deve ao fato de que em seu mundo objetivos como “aproveitar a oportunidade” e “realização individual”, ambições tão naturalizadas em contextos dominados pela subjetividade neoliberal, ainda não se sobrepuseram aos valores tradicionais da “amizade” e do bem-estar coletivo. Vejamos outro trecho da sua negativa:

“O filho da dona da empresa me chamou e falou para mim assim: ‘C., eu queria falar com você para lhe dar um aumento no seu salário e tudo, para você ser a gerente daqui’. Eu respondi: ‘Não! Não quero’. Se eu tivesse já entrado como gerente, era uma coisa, mas já me conheciam como funcionária igual a elas, e eu não queria interferir na amizade da gente, sabe?’”

Diante dessa narrativa de Dona C., em um primeiro momento, somos tomados pelo impulso de encaixar a sua atitude como um exemplo de solidariedade (e de comunhão de classe). Essa, inclusive, seria uma forma de elaboração que estaria mais em conformidade com uma análise superficial do nosso campo de análises. Entretanto, quando inserimos tal discurso no conjunto da entrevista, e temos em perspectiva a reconstituição que a entrevistada faz da sua trajetória de vida, damos-nos conta de que estamos diante de uma manifestação que remete a outro aspecto da realidade social do presente: uma forma de reafirmação de que o bom convívio e as boas relações devem ser preservadas em detrimento da “conquista individual” a qualquer preço. De outro modo, tratar esse fenômeno como expressão do tradicional no moderno é apreendê-lo de forma limitada. Isso porque enquadrar essas reações como “tradicionais” ou “anacrônicas” nos impede de aprofundarmos a análise sobre a permanência de seus vestígios (que podem irromper com força em situações determinadas) nos dias atuais. E, assim, deixarmos de registrar contraposições vívidas ao neoliberalismo ali onde ele está mais forte, nos corações e mentes dos indivíduos das sociedades contemporâneas.

Poder-se-ia objetar que estamos a tomar como significativo um ato individual isolado e que não expressaria nenhuma tendência ou corrente de pensamento capaz de servir de base para ações coletivas substantivas. Respondemos que a importância está exatamente nessa aparente pequenez. Aí reside, paradoxalmente, a sua importância enquanto objeto de análise de uma sociologia do trabalho, por exemplo. Afinal, não são as

gramáticas morais e os repertórios culturais partilhados condensados nos imaginários coletivos de nossas sociedades que orientam a irrupção dos trabalhadores como atores na vida pública? Como já nos ensinou magistralmente E. P. Thompson (1987), os *interesses* não são dados do mundo, mas construções que são elaboradas a partir dos recursos sociais disponíveis em cada momento, como as moralidades.

Como designar esse fenômeno, aparentemente tão tênue, que insistimos em destacar a partir do esboço de retrato de Dona C.? Estamos a tratar da capacidade de manter-se como pessoa e com os seus valores morais e laços sociais. Assim descrevendo, parece que estamos ainda imersos no universo discursivo do neoliberalismo, pois, não são os consultores de empregos e especialistas em investimentos os primeiros a discursarem sobre a necessidade da incorporação da “resiliência”? Esse termo, originalmente mais consoante aos universos da ecologia e da física, e que denota a capacidade de um corpo ou organismo de, após uma catástrofe ou uma mudança abrupta, voltar ao estado anterior, poderia ser usado para designar o fenômeno que estamos a procurar captar a partir do retrato de Dona C.? Para piorar ou pesar negativamente contra a nossa argumentação, ressalte-se que o termo resiliência é muito usado pela psicologia para estimular respostas individuais a processos traumáticos em uma perspectiva passível de assimilação pela subjetivação neoliberal. Apontamos em outra direção, no entanto. Temos em mente a *resiliência social*. Para Peter Hall e Michéle Lamont (2019), a resiliência social diz respeito à capacidade de coletividades ou sociedades construir, mesmo em situações de mudanças sociais que desestruturam arranjos institucionais e processos econômicos, formas de manter o bem-estar, a vida plena, a saúde e a segurança das pessoas.

Essa proposição se ancora na ideia de que a “lógica das coisas” do mercado, que invade, coloniza e reorienta as ações dos indivíduos em todos os lugares do mundo nas últimas décadas não ocorre sem a mobilização do que poderíamos denominar de “mecanismos de defesa”. Não estamos a nos referir a resistências que discursivamente se apresentam enquanto tal e nem mesmo em resistências subtis e subterrâneas, mas de situações, contextos e ações que orientadas por valores, mesmo que tradicionais, e/ou por repertórios culturais promovem o bem-estar das pessoas preservando-as da competitividade individual, da lógica voraz de transformação de todos os bens e serviços e pessoas em mercadorias.

Obviamente, os valores que se confrontam com a dimensão mais subjetiva do neoliberalismo não emergem espontaneamente. Daí a importância da escavação sociológica do processo de “fabricação social dos indivíduos” (LAHIRE, 2015), pois, dessa forma podemos articular disposições concretas com situações e momentos da socialização. No caso de Dona C., a fragilidade emocional dos laços estabelecidos no final da infância e a insegurança ontológica até o momento do casamento (a saída do “inferno” aos 14 anos de idade) são elementos que podemos tomar como encaminhadores para uma disposição moral para o fortalecimento de ligações com os outros e de engajamentos com pessoas. Justamente por ter tido a experiência da “falta” (escassez de afeto paterno e de um porto seguro como um lar) e saber com intensidade o que isso causa é que ela tem em si a valorização da “abertura” para os “outros”, (de se engajar e também de buscar em sua gramática religiosa fontes para a tolerância com a diversidade). A qual pode se expressar, também na sua postura de respeito e defesa do papel do seu ex-marido na vida familiar, mesmo após término do casamento. Sem deixar de reconhecer o fato de que o término do casamento deixou “sequelas” e “sofrimentos” para os filhos, ela diz que mantém uma “certa amizade” e um “certo contato” com o ex. Essa é uma atitude não muito comum entre cônjuges que se separaram nas classes populares brasileiras.

Outro momento especialmente doloroso para Dona C. ocorreu há sete anos quando foi diagnosticada com câncer da tireoide. Nesse momento, teve que abandonar a atividade laboral para se dedicar ao tratamento. Financeiramente, sobrevive com os recursos da aposentadoria por doença e do apoio do atual marido, que, como ela gosta de frisar, tem sido até o momento, um “excelente pai” para os seus filhos e um “ótimo avô” para os netos.

Quando de nossa conversa, Dona C. estava se preparando para uma viagem para se submeter a mais um tratamento contra o câncer, desta vez em Fortaleza, capital do Ceará, e situada a 510 km de distância e 10 horas de viagem de ônibus do local onde reside. Lá, iria ficar na casa de uma irmã do seu primeiro marido, como quem tem ótimas relações.

A descoberta de que é portadora de câncer tirou Dona C. de um espaço que ela valorizava “demais”, que era aquele do trabalho. Ali, no contato com as “amigas”, na atividade de costureira, ela sentia que fazia alguma coisa “muito importante”. Continua participando das atividades da Igreja e, embora frequente menos, pode-se inferir, a partir das suas elaborações sobre atitudes e comportamentos que é a religião a bússola que

fornece a base sobre a qual constrói a sua visão de mundo. E isso de uma forma singular na qual os preceitos religiosos do fundamentalismo protestante se ajustam às suas disposições morais. E esse não é um aspecto de menor importância na elaboração do esboço de seu retrato. Não é incomum que muitos analistas do social derivem comportamentos e atitudes dos praticantes de determinada religião a partir da identificação “superestrutural” dos seus dogmas e princípios. Seguir esse caminho analítico é deixar de perceber a riqueza de processos de incorporação de disposições e percepções no processo de socialização (tanto primário quanto secundário), mesmo quando os indivíduos se situam em posições de classe semelhantes.

Em um momento de nossa conversa, quando falávamos sobre novas tecnologias, Dona C., ao ressaltar a importância dos aplicativos que possibilitam trocas de imagens, vídeos e mensagens nos telemóveis, comentou, sem maior preocupação em chamar a atenção sobre si, a respeito do *Grupo Amigos Solidários*. Trata-se de uma articulação de pessoas, aproximadas via Whatsapp, que se reúnem periodicamente para o desenvolvimento de atividades de apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Abaixo a descrição do grupo e de suas atividades, segundo ela:

“É uma turma de pessoas que se reúnem. A gente faz assim: a gente visita abrigos de idosos e leva alimentos, não é? A gente passa a tarde todinha com eles. A gente dá banhos, faz a higiene pessoal deles. Tem enfermeira no grupo e, através dela, dos contatos dela, vem outros enfermeiros e técnicos em enfermagem. Aí vai aquela turma para fazer aquele curativo, para cuidar... Isso, antes da pandemia. Agora está restrito, não é?. E a gente também leva um lanche para fazer a festa. Inclusive, a gente fez a festa para eles um dia desses. Nós também distribuimos sopas para os moradores de rua. Fazemos aquele “sopão”, aqui em casa mesmo, e levamos para as ruas. Isso antes da pandemia, não é? A gente juntava uma turma e entregava. Chegava 1 ou 2 horas da manhã fazendo essa entrega do sopão. Aí, quando a pandemia chegou, eu fiquei pensando de que maneira trabalhar em prol do meu próximo. Eu comecei a arrecadar alimentos com a vizinhança. Criei o “Projeto Cultivo do amor”. Aí a gente vai arrecadando um quilo de amor aqui, um quilo de amor ali e Deus foi colocando pessoas nas nossas vidas. Eu digo que é um quilo de amor porque o arroz, o feijão, o milho, a farinha de trigo, tudo isso, quando é doado, é amor, não é? A gente consegue distribuir 17 cestas básicas, 20 cestas básicas, até mais do que 20 cestas básicas a gente já conseguiu distribuir nesse período dessa pandemia para cá. E, com isso, a gente garante a alimentação por 15 dias ou até um mês, dependendo da família. Aí, a gente ajuda com medicação. A gente já ajudou mulher gestante com roupinha. A gente arrecada de tudo. Aí quando tem alguém precisando, a gente vai lá e ajuda. Essas coisas assim... É doação. Quando aparece alguém que precisa, a gente disponibiliza para aquela pessoa.”

Descontextualizada, a ação poderia ser considerada meramente caritativa ou de assistencialismo religioso. Entretanto, vale informar, o grupo criado por Dona C. envolve

peças de diversas religiosas e até peças sem religião. “O que é importante é querer ajudar o outro, não é?”. Por outro lado, foi com ação semelhante que se desenvolveu, sob a liderança do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o Ação contra a Fome, a Miséria e pela Vida, no ano 1993, após a constatação do IPEA de que 32 milhões de brasileiros passavam fome. A iniciativa de Betinho envolveu milhões de pessoas no Brasil todo em ações parecidas com aquela desenvolvida pelo grupo de Dona C. E foi esse tipo de envolvimento que criou legitimidade social para que, uma década depois, em 2003, fosse instituído o Programa Bolsa Família, pelo então Presidente Lula. Mas a questão é mais substancial e pode ser também identificada como sendo uma expressão de resiliência social. No sentido de reação à naturalização da brutalidade das relações sociais. Uma das manifestações do embrutecimento da vida social impulsionado pelas pressões no (e do) trabalho e pelo endividamento acentuado das pessoas e das famílias é o que poderíamos denominar de “déficit de cuidado”. Cada vez mais, mesmo no chamado mundo desenvolvido, pessoas sofrem porque não apenas são deixadas para “trás” pela corrida da competitividade, mas também pessoas sofrem porque são forçadas a abandonar outras, tenhamos referência situações de abandono de crianças e idosos por seus familiares. O alívio de que o mercado (ou o Estado) resolve os problemas de cuidado de idosos e crianças não é mais uma sensação que se possa com segurança cultivar nem mesmo em países com elevados indicadores socioeconômicos e bem estabelecidas políticas de bem-estar social. Por isso, o senso comum pode até enxergar caridade em ações como a de Dona C., mas a sociologia pode buscar enxergar algo mais.

E esse “algo mais” a que nos referimos acima pode ser, nada mais e nada menos, do que uma das contradições centrais do capitalismo contemporâneo:

Questões igualmente fundamentais giram em torno do aumento das tensões sobre a vida familiar: por que e como as pressões do trabalho assalariado e do endividamento estão alterando as condições de criação dos filhos, do cuidado dos idosos, as relações domésticas e os vínculos na comunidade – em suma, toda a organização da reprodução social. (FRASER; JAEGGI, 2021)

O que estamos a sublinhar é a necessidade de levarmos em conta, particularmente na sociologia do trabalho, as gramáticas morais subjacentes a atitudes e comportamentos que, apesar dos seus horizontes tradicionais, transformam-se em ações coletivas. Como estas vão emergir na esfera pública dependerá, em parte, sempre da capacidade de articulação e agenciamento dos atores sociopolíticos.

4.1.4 UMA PROFESSORA, SEUS QUADROS DE SOCIALIZAÇÃO E O SOCIAL NO PLURAL

M. é casada, mãe de um filho de 19 anos que frequenta o curso de direito na melhor universidade pública da região e é professora da rede pública de ensino básico do estado de Pernambuco desde 2008. Os seus pais, pequenos agricultores de um pequeno município do interior do estado da Bahia, vieram morar em Petrolina (PE) quando as filhas terminaram o ensino básico no município de origem. Situação semelhante à de muitas outras famílias de moradores das áreas rurais, a busca de garantia de ampliação da formação educacional dos filhos, foi um impulso da migração do campo para a cidade. E essa transição, que se traduz também em rupturas biográficas substantivas, dado que as referências básicas são redefinidas na mudança, teve no seu caso um elemento relevante no que diz respeito ao seu patrimônio de disposições incorporadas, pois, pai e mãe estavam em polos opostos nessa mudança. Enquanto a mãe era a incentivadora da transferência para a maior cidade da região, o pai, mais ligado ao mundo rural, apenas aceitou essa mudança.

A Senhora M. não viveu na área rural onde os seus pais se conheceram, casaram-se e viveram até o momento da mudança para a cidade. “Já nasci aqui, em Petrolina”, afirma. Foi a penúltima filha a nascer do casal de pequenos agricultores deslocados para o mundo urbano. A transferência para Petrolina foi facilitada pelo fato de que sogro de sua mãe, seu avô paterno, “tinha condições”, e, embora residisse na zona rural, possuía uma casa na maior cidade da região, para onde eram enviados os filhos em idade escolar. No momento da mudança da sua família para a casa, restava como moradora apenas a sogra, que viera cuidar dos filhos enquanto estes estudavam, mas todos já haviam concluído os seus estudos e mudado de cidade ou se casado. A sogra de sua mãe continuou morando na casa, o que, dada a idade e o fato de ser “a dona da casa” lhe conferia poder e ascendência sobre a educação dos netos. E, como tinha mais irmãs do que irmãos, a Senhora M. viveu um processo de socialização familiar em uma casa de mulheres, até porque o seu, não chegou a viver muito na cidade, pois, sentia-se deslocado nesse universo.

“Meu pai era agricultor. Ele não gostava de estudar. Embora o meu avó tivesse condições e tenha levado diversas professoras para casa para escolarizar meu pai, ele nunca quis. Quando ele veio pra cá, ele teve pouco emprego, de vigilante... Aí ele voltou pra roça. Ele ficou como agricultor.”

O retorno do pai para a localidade de origem, para tocar a vida como agricultor e encontrando esporadicamente a família, nos finais de semana ou nas férias escolares, ele terminará tendo um impacto diminuído na socialização familiar. “Meu pai, como ele viveu

muito recluso... Era de roça, ‘labrojeirão’... Meu pai, a gente não tem ele como referência de valores”.

As experiências possibilitadas por uma infância e uma adolescência sob os cuidados da mãe, da avó e das irmãs mais velhas, fez com que ela, desde cedo, compreendesse a necessidade de se afirmar como pessoa e de que o caminho para isso passava tanto pelo orgulho de sua condição (de mulher negra) quanto pela identificação da educação como única trilha possível para a autorrealização. E o fato de ter um avô paterno que “tinha condições” (possuía uma casa na cidade para enviar os filhos para estudar) não significou que a sua família não tenha enfrentado períodos de grande escassez. Nesses momentos, o alimento básico era feijão, farinha e cuscuz. Mas, ela ressaltar, o seu ambiente familiar, embora vivenciasse momentos de privação, não convivía com situações conflituosas como era comum, ela sabia pelo convívio com colegas e amigas da mesma idade, nas casas da vizinhança.

À altura em que a Senhora M. entrava na adolescência, a sua mãe e as irmãs se tornaram “evangélicas”. Essa conversão, que implica para quem era católica, em uma postura de autocontenção, reforça a autoestima. Isso porque o reconhecimento de si como alguém socialmente relevante deixa de depender difusamente de todas as pessoas com quem se interage, pois, os outros significativos passam a ser mais os “irmãos de fé” (os crentes). Entretanto, uma menina que se socializa nos anos 1980 no Brasil, como é o seu caso, está inserida em diversos quadros (o familiar, o escolar, o religioso, o das brincadeiras na rua e o religioso). Dentre esses “quadros de socialização” (LAHIRE, 2015, p. 1396), o “escolar” e aquele “das brincadeiras na rua” são tipicamente “mundanos”, no sentido de possibilitar sociabilidades, laços fortes e afetividades não diretamente sancionadas por uma referência direta ou indireta ao sagrado. As experiências que possibilitam não se registram apenas como traços na biografia da Senhora M., mas inserem-se em seu ser, como disposições que constituem a sua história social individual. Isto é, permite-nos perceber o social atravessando e moldando a sua trajetória. O que a possibilitou vivenciar, como nos dirá na entrevista, uma “juventude transviada”. Não se trata aqui de atos de grande ruptura ou mesmo de experiências com “drogas, sexo e rock”, mas de pequenas subversões, como sair pras festas para beber. O que, em uma família convertida ao pentecostalismo jamais seria tolerado. Essas incursões ao que poderíamos denominar de mundo lúdico implicaram também na incorporação de uma (in) disposição

para o trabalho doméstico. Como se ali, naquelas tarefas de “casa”, ela percebesse o oposto da vida, a sua negação, algo que lhe causa stress, ela dirá em nossa entrevista.

As observações precedentes aportam referentes empíricos para uma observação teórica importante no estudo da socialização: a família não pode ser concebida nunca uma unidade sólida a possibilitar às crianças uma socialização primária sem contradições. Mesmo quando pai e mãe partilham posições sociais, há experiências e projetos existenciais que implicam em injunções, exemplos práticas e difusão de esquemas de classificação do mundo distintos. Assim, família enquanto unidade é apenas é um tipo ideal, isto é, um construto que nos ajuda a compreender a realidade, mas não a descrevê-la realisticamente.

No caso da família da Senhora M., a ausência do pai e a sua condição de “homem da roça”, inadaptado para o mundo urbano, o torna uma figura mais decorativa do que real para os filhos. Em especial para a nossa entrevistada é a figura da mãe que será estrutural na constituição do seu patrimônio de disposições. Dentre estes, aquele da “independência”. Trata-se de um valor que se ela relaciona à biografia da mãe e que foi incorporada por ela e pelas irmãs tanto a partir das injunções (conselhos e orientações em situações cotidianas) quanto pela reconstituição épica da trajetória de vida dela.

“Minha mãe, na realidade... Ela não teve condições... Como ela vivia na roça e engravidou do meu pai quando era muito nova, ela não teve opções. Ela dizia que antes de casar, ela queria ir viver em São Paulo. Então assim, essa questão de projeto de vida, encontrar trabalho, de estudar para ter trabalho e independência isso veio posteriormente por conta da necessidade. Na verdade, ela tinha o desejo, mas não teve a oportunidade. A prova é tanto que depois ela foi e terminou... Ela terminou o magistério depois de mim. Mas, a minha avó já não incentivou tanto como ela fez com a gente. Não teve essa mola propulsora como a gente teve, de dizer: ‘vá!’”

A noção de “projeto de vida”, certamente estranha ao universo tradicional da cultura camponesa do pai, está presente, mesmo que seja em uma reconstituição idealizada, no mundo materno. Há o reconhecimento de que ela queria algo mais da vida, ser independente. E, como já abordado em outra parte deste trabalho, para os jovens nordestinos, especialmente da geração anterior aquela do presente, essa perspectiva (ou esse “projeto de vida”) tinha a emigração como horizonte. E há aqui um elemento adicional a distinguir positivamente essa jovem mulher que sonhava em emigrar: esse era um sonho socialmente legítimo para o sexo masculino, não para as mulheres. Os homens saíam, viajavam e buscavam melhores condições. Após a conquista destas, podiam retornar

e incorporar as mulheres em seu projeto (como esposas a viajar para acompanhar maridos que haviam conquistado postos de trabalho ou adquirido recursos para investir localmente em pequenas propriedades ou pequenos comércios).

Os elementos presentes no processo de socialização da Senhora M. a levaram a buscar independência e autonomia. E a cultivar uma autoestima que se revelou fundamental para que ela se destacasse como aluna já no ensino fundamental. Como ela realizou o ensino fundamental todo em uma única escola, após ter sido alfabetizada em uma escola particular, custeada por uma tia, a escola terminou sendo um espaço para ampliar os seus horizontes. Nela, descobriu (e essa descoberta não é um fenômeno natural, mas derivado da socialização na igreja) que gostava de cantar. “A música sempre me despertou. Eu sempre fui movida pela habilidade de cantar. Eu canto”. Essas disposições múltiplas implicam na coexistência no seu patrimônio de disposições, tanto elementos de autodeterminação e identificação de projeto de vida quanto uma abertura para o emotivo e o passional.

As experiências no ensino fundamental, o gosto pela música e a vontade de atuar no mundo se traduzem na sua escolha por realizar, no ensino médio, o curso de magistério (que era, na época, uma exigência para a condição de alfabetizadora de crianças, que ela almejava). Foi nesse curso que ocorreu parte da sua “juventude transviada”:

“Então, assim, bebida, farras... (suspiro) Eu sei que foi eu quem deu mais trabalho a ela (mãe). Vivi a fase da rebeldia. Uma vez, minha vizinha foi com uma prima para Santa Maria e eu não tinha como ir porque minha mãe tinha passado no IF e trabalhava em Pesqueira. Quem cuidava de mim era uma irmã mais velha que estava grávida. E aí, ela não ia nunca me permitir ir pra Santa Maria até porque eu não tinha ninguém lá. Outras junto comigo se organizaram pra ir pra Santa Maria... Pra pegar carona pra ir. Só sei que quando eu estava lá, dava uns rompantes de coisa de gente irresponsável. Mas quando chegava um certo momento e realidade vinha, sabe? Tudo pronto! Quando eu estou assim... Eita! Passou o carro do meu cunhado. Lá vai a gente correr pra se esconder. Sempre era assim: um pé no erro, mas vinha a responsabilidade...”

O curso de magistério, envolta em aventuras e farras, permitiu-lhe ter condições de conseguir o seu primeiro trabalho como professora. Era em uma escolhinha de bairro, para alfabetizar crianças e ela recebia um pagamento que não chegava nem ao salário-mínimo. Na época, já tinha 18 anos de idade. E não estava satisfeita com o trabalho, pois, a direção da escolinha lhe exigia muito e pagava muito pouco. Nessa época, em uma reunião de família, o esposo de uma tia, percebendo-a muito comunicativa disse-lhe que ela bem que poderia trabalhar em uma corretora de seguros. Ela aceitou de pronto e lá ficou por sete

anos. Com o trabalho, conquista recursos próprios para dar continuidade ao seu projeto de vida que era (e ainda o é hoje) aquele de estudar. Após a aprovação no processo seletivo para um curso de graduação em Letras (habilitação em língua portuguesa), ela se defronta com o dilema de tantos outros jovens das classes populares e dos estratos inferiores da classe média no Brasil: como compatibilizar estudo e trabalho? No seu caso, a situação era mais complicada, pois, o curso era diurno e ela tinha uma jornada diária de oito horas de trabalho. Ela diz que foi muito difícil e que lutou e chorou muito para conseguir cursar disciplinas em horários que não inviabilizassem a sua atividade laboral.

Com todas as adversidades oriundas da difícil combinação entre trabalho e estudos, a Senhora M. conseguiu concluir o seu curso de graduação. Logo após, consegue aprovação em um concurso para trabalhar no setor administrativo da Prefeitura Municipal de Petrolina. É o momento em que escolhe se casar. Dado que entre o concurso e a efetivação no cargo demorou algum tempo, quando ela foi convocada para o emprego já estava grávida do seu único filho. Permaneceu alguns anos nesse emprego, mas como o que desejava mesmo era o exercício profissional da docência, submeteu-se a um concurso público em 2008 e logrou aprovação.

A senhora M. sente-se realizada profissionalmente, mas estabeleceu como meta avançar na sua formação universitária. Já cursou uma pós-graduação em nível lato-senso (especialização), mas quer mesmo é realizar um mestrado. Assistiu a algumas aulas em um curso de mestrado e afirma que “se encontrou” ali: “aqui é o meu lugar”. Na escola, o trabalho se articula com uma perspectiva ética e política que aquela de garantir o respeito à diversidade. Ela entende como especialmente desafiadora a tarefa de lidar, como docente, com questões relacionadas ao exercício da sexualidade, especialmente no Brasil do momento, em que o populismo de extrema-direita trava uma guerra cultural contra a abordagem secular e científica da temática.

Essas situações a levam a refletir sobre as relações que estabelece com o próprio filho. Dado que este, ao contrário dela e do pai, tem uma vida “mais fácil”, de dedicação exclusiva aos estudos em uma boa faculdade de direito, ela entende ser fundamental chamar a sua atenção para os desafios que se interpõem para quem se situa na sua posição social. Nesse momento, ela utiliza uma categoria nativa que é aquela de “herdeiro” (eu um sentido literal, de herdar bens materiais, não no sentido de herança simbólica, como na análise de Bourdieu). Como os colegas de seu filho são oriundos de outros setores sociais

(classe média alta e elite local), ela costuma adverti-lo que eles, os colegas, são “herdeiros”; ele, não.

4.2 A CONSTRUÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS E A FUGA DO MUNDO

4.2.1 A AFIRMAÇÃO DA AUTOESTIMA E DA AUTONOMIA DA PROFESSORA DO ENSINO BÁSICO

A Senhora A. é professora do ensino básico da rede pública de ensino, filha de pequenos agricultores de um município vizinho à cidade onde reside (Picos-PI), casada há vinte e oito anos e mãe de três filhos. Seus pais tiveram treze filhos, dos quais oito sobreviveram (“naquela época morria muita criança”). Os seus filhos já têm mais de vinte anos. Ela casou-se aos dezessete anos, com o incentivo da mãe, que temia que a filha ficasse “velha” sem casar. Os filhos todos moram com ela e contribuem financeiramente para a manutenção da casa, como ela faz questão de salientar. Para exemplificar isso, ela conta que recentemente a família instalou um sistema de energia solar, e que o esposo assumiu os custos de instalação (cerca de R\$ 15.000,00) e os filhos é que irão pagar as mensalidades relativas ao uso.

Esses filhos, repetindo uma situação já tratada nesta parte do trabalho, relutam em sair do “ninho”. Ela até queria que eles saíssem, mas apenas se fosse para constituir novos núcleos familiares a partir de casamentos com moças que ela considerasse adequadas para eles. Os filhos, assim como ela e o marido, e, antes, a sua mãe e os seus irmãos, definem-se religiosamente como “crentes” ou “evangélicos”. Todos pertencem a maior denominação pentecostal do Brasil, a *Assembleia de Deus*. Esse não é um mero dado biográfico, como veremos mais adiante, pois, implica, em alguma medida o engajamento em uma prática religiosa estreitamente articulada com uma gramática moral. Ainda em relação aos filhos, registre-se que todos exercem atividades laborais. Os mais velhos no setor público e o mais novo, que recém terminou o ensino médio e se prepara para concursos e para processos seletivos em universidades, trabalha como vendedor em um dos supermercados da cidade. Quanto às atividades exercidas pelos filhos, o primeiro é técnico em uma instituição federal de ensino, o que implica no recebimento de salário bem acima da média da região, e, o segundo, exerce a função de agente penitenciário. Neste caso, para o rapaz e também

para ela, trata-se de uma situação provisória. Ele e a família alimentam um projeto de ele conseguir ingressar e concluir um curso de graduação em Direito para poder concorrer em um processo seletivo para a PRF.

O marido da Senhora A. foi eletricista em uma unidade local do exército o que o habilitou ao exercício profissional na área de mecânica de automóveis. Atualmente, possui uma pequena oficina mecânica de automóveis e também trabalha como contratado ocasional para o conserto dos veículos da unidade local de uma grande empresa de transporte rodoviário do Brasil. Ele se envolve fortemente nas atividades religiosas da Igreja a qual pertencem, tanto que, há alguns anos, assumiu a condução, “como guia espiritual”, de uma das igrejas da Assembleia de Deus na cidade. Nesse período, ela desenvolveu atividades complementares ao marido. A igreja para a qual o marido foi designado se situava em um bairro sem infraestrutura básica e onde, segundo ela, “as pessoas são muito sofridas”.

O trabalho nessa igreja durou pouco mais de um ano porque o marido foi substituído na condução da congregação daquele bairro. Foi, para ela, um período de aprendizado e de confirmação de que aquele trabalho “é de muita responsabilidade”. Para ela, foi bom exercê-lo, mas que ela não quer mais atuar como “guia espiritual” em uma “comunidade muito pobre”. Mas, em verdade, ela já tinha essa percepção quando o marido aceitou a tarefa. “No início eu não queria não, mas depois eu não queria mais sair, eu peguei... assim... Comecei a amar mesmo as pessoas.” A apreensão que a Senhora A. faz desse universo social é expressiva da sua compreensão de mundo, mas também um relato pungente da vida social dos setores mais pobres das classes populares brasileiras:

“Porque de longe é uma coisa; de perto é outra. Saber a realidade daquelas pessoas, pessoas muito sofridas, a estrutura familiar das pessoas lá... Isso mexe com a gente. A gente queria fazer, por exemplo, um encontro de casais. Mas como? Não tinha casal! Estavam todos separados. Lá não tem nem como fazer um estudo de casal! E é mais mulher na igreja. Poucos homens. E são todas separadas as mulheres de lá. Uns casamentos sem rumo. É complicado demais. Umas famílias que vivem brigando...”

O envolvimento com esse universo social lhe cobrava um preço que ela descobriu que não estava disposta a pagar. “Em tudo recorriam a nós. Então, era muito cansativo. A gente sempre tinha que ir lá. Brigavam muito e a gente tinha que ir lá, dar conselhos...”. Ela se sentiu aliviada quando o marido foi substituído na condução da igreja: “Ai, meu Deus, tenho paciência para isso aqui, não! Não nasci para isso não!”

Feito esse rascunho do retrato da Senhora A., até o momento, nada se revela de especialmente novo. Ou, ainda de significativo no sentido de sua trajetória individual condensar ou ser atravessada por forças e tensões sociais, que, marcando a sua geração, possam conectá-la com a geração presente (tanto positivamente, impulsionando desdobramentos, quanto negativamente, cobrando respostas e resistências). Nessa trajetória, aparentemente banal, de uma mulher que, apressadamente, um cientista social dominado pelos clichês do lugar comum imediatamente diria se tratar de uma “senhora conservadora” e “religiosa fundamentalista”.

Como foi o seu casamento? Como ela se tornou professora? Quais relações ela estabelece no trabalho? Como ocupa o seu tempo livre? O que é trabalho para ela? Qual o lugar da mulher em uma relação amorosa? O que é sexualidade para ela? Quando é sua a voz a responder a algumas dessas questões, assistimos a emergência de um ator que, com muita consciência de si e de seus atos, vai construindo um caminho para a sua autoafirmação e para o estabelecimento de relações com os outros, especialmente com o seu marido, que não sejam marcadas pela submissão. Um caminho, com atalhos e desvios, mas com uma linha em direção a uma autonomia comparativamente maior do que aquela alcançada pelas mulheres de seu município.

A Senhora A. diz-nos, rindo, que era “evangélica, mas era danadinha”. Ainda com treze anos de idade, quando a família ia para a celebração religiosa na igreja (o “culto”) ela fugia para namorar. A mãe, muita rígida no disciplinamento e temendo que ela se “perdesse” (tivesse experiência sexuais antes do casamento), exercia um controle rigoroso. E ela ansiava por liberdade. As fugas para os namoros escondidos resultaram em algumas surras que lhe foram impingidas pela mãe. A “saída” que ela encontrou foi oficializar o namoro com um rapaz mais velho, também pertencente à Assembleia de Deus e que trabalhava na unidade local do Exército. Foi, então, que começou a namorar o atual marido. Após dois anos de relacionamento amoroso, a mãe da Senhora A. admoestou o rapaz: “você vai casar com ela? Se não for, deixe ela...”. Na região, uma moça que tivesse tido um namoro duradouro com um rapaz perdia capital simbólico no mercado de casamento, mesmo continuando virgem. Essa lógica tradicional, que vai sendo redefinida com a emigração das jovens para estudar ou trabalhar nas grandes cidades, ainda tinha grande força social nessa região do Piauí nos anos 1980/1990. Com a pressão da mãe e impulsionada pelo desejo de liberdade, ela aceita se casar. Muito embora, confesse bem

humorada, que a liberdade que ela alcançou não era bem aquela que almejava conquistar e que ainda está na luta para ir ampliando-a.

Como era a filha mais nova, a Senhora A. conviveu com as irmãs mais velhas, que já eram casadas, e acompanhava a vida familiar delas. Percebia, aos doze e treze anos, que a falta de independência financeira tornava a vida delas insuportável.

“Eu vi a situação da minha família. Bem carente! Eu tinha umas irmãs casadas. Eu tinha uma irmã, ela tem 68 anos hoje, que sempre sofreu muito com o marido cachaceiro. Ela não trabalhava, passava necessidades... Eu via aquilo ali: ‘não quero isso para mim’. Primeiro, eu não quero homem que fique bêbado. (risos). Sempre tive isso: eu não gosto de bebida. Eu pensava: ‘eu quero estudar, eu quero arrumar um emprego e depois quero estudar mais’. E eu lutei! Graças a Deus, eu nunca desisti, entendeu? Eu assim que casei, eu engravidei. Com quinze dias de casada, eu já estava sentindo sintomas de gravidez, porque eu não evitei engravidar de jeito nenhum... Aí, tive o meu menino quando eu tinha a idade de dezoito anos. E eu, mesmo grávida dele, eu toda inchada, continuava estudando. Naquela época, tinha o 4º ano adicional no ensino médio, que hoje não vale nada, mas, naquela época, valia. Então, um colega meu que trabalha na particular, ele dizia: ‘A., faça o 4º ano que eu arrumo vaga para tu nessa escola’. Aí, por isso que eu fiz o 4º ano do curso de magistério”.

A valoração negativa do tipo de casamento que suas irmãs tinham contraído e o fato de viver em um tempo (vinte anos depois de aquelas terem se casado) no qual as narrativas sobre as relações amorosas ideais, com maior ou menor intensidade, rebatiam em todos os recantos do Brasil, são elementos importantes a serem levados em conta na compreensão das suas atitudes diferenciais em relação ao casamento. Esse novo contexto, mesmo que indiretamente e através dos filtros impostos pelo seu pertencimento religioso, possibilitou a que a Senhora A. adquirisse propriedades sociais (ideal de amor conjugado com igualdade e liberdade, a formação educacional como um valor em si, o consumo de bens culturais, etc.) mais próximas daqueles mais amplamente disponíveis para a geração atual. Assim entendida, a sua posição social é muito mais de conexão com a geração dos seus filhos do que com a geração de suas irmãs.

Há, entretanto, um ponto de apoio para o que denominamos mais acima de “propriedades sociais” fossem adquiridos pela Senhora A. E este origina-se do processo de socialização familiar. A sua mãe, que se casara jovem (dezesesseis anos) com um homem então já considerado “velho” (trinta anos), tivera força para estabelecer alguns limites: o primeiro deles era que seguiria a sua religião pentecostal e não aderiria ao catolicismo do marido; e, em segundo, lutariam ambos para que os filhos estudassem. Nem todos avançaram nos estudos (apenas duas dos oito filhos concluíram cursos de nível superior e

isso depois de terem saído do núcleo familiar básico), mas a educação como ideal de vida tinha sido fincada no ambiente familiar. Um terceiro valor básico, cultivado por essa mãe, era a defesa da autoestima:

“Ela dizia que quem quer que os outros deem valor a você tem que se autovalorizar, entendeu? Por exemplo, com relação ao namoro, ela dizia... Ela batia muito nessa tecla aí. Se dê valor. Respeite a si mesma se não ele não vai te respeitar... Isso era muito repetido por ela. Todos os dias... E a gente guarda isso com a gente, não é?”.

Esses elementos confluíram para que a Senhora A. se encontrasse em uma posição que lhe fornecia a possibilidade de negociar e impor condições quando do momento do casamento:

“O casamento não foi a liberdade que eu queria. Mas, com relação a minha mãe, é claro que foi melhor... E também logo eu... Desde o início, eu me mostrei assim muito dura. Porque tem muita mulher que diz “amém” para tudo. Quando eu ia me casar, o meu marido disse que eu não ia trabalhar, aí eu disse: ‘pois não caso’. Aí ele voltou atrás antes do casamento. Eu disse: ‘ó, meu filho, eu não estudei para ficar na cozinha’. Então, desde o início eu fui colocando essas coisas na cabeça dele e ele foi mudando a concepção dele com relação a mulher que trabalha... Ele dizia que mulher era para ficar dentro de casa, cuidar... Imagina!”.

Essa disposição para a autonomia, para não reproduzir o modelo de casamento das irmãs, que testemunhara na adolescência, leva a Senhora A. a se empenhar na busca por um trabalho. Consegue atuar como professora de crianças nas séries iniciais em pequenas escolas particulares. Nesse período, divide o cuidado dos filhos, ainda pequenos e um deles já com graves problemas de visão, o que demandava muito esforço para garantir acompanhamento médico, com as atividades de trabalho. Além de atuar nas escolas em que era contratada geralmente com salários inferiores ao salário-mínimo nacional, a Senhora A. buscava oportunidades de assumir, como professora substituta, salas de aulas na rede pública de ensino (especialmente na rede municipal). No ano de 2000, com apenas o ensino médio completo, ela consegue ser aprovada em um concurso para a rede pública estadual de ensino e essa conquista significa um novo patamar para ela. Saindo da precariedade e da incerteza do trabalho nas escolas privadas, ela passa a dispor de um salário fixo mensal e essa nova condição lhe possibilita as condições necessárias para pagar as mensalidades de uma universidade privada. Realiza, então, um curso de Letras (com habilitação em língua portuguesa) em uma unidade local de uma universidade particular do sul do país que atua em forma de rede em todo o país. As atividades do curso

ocorrem presencialmente no período de férias (o público-alvo é constituído por professores) e, de forma EaD, durante o restante do ano.

Findo o curso de graduação, logo em seguida ela conseguiu ser selecionada para um curso de pós-graduação (em nível de especialização) em EJA. Tratou-se de curso igualmente ofertado por uma instituição de ensino privada, com um custo mensal que pesou no orçamento doméstico, mas, para ela, era um “passo necessário”. Em verdade, ela gostaria mais de ter realizado um curso de psicopedagogia porque no dia a dia da escola em que trabalha “se envolve muito” com os problemas dos alunos. Ela pensa que adicionando à psicopedagogia à sua formação educacional, vai ter condições de “ajudar” mais às crianças e aos adolescentes com os quais “interage bem”. Para a Senhora A., essa sua disponibilidade para conversar e apoiar os estudantes tornou-a uma referência na sua escola para temáticas que atormentam fortemente os alunos, como o exercício da sexualidade, as angústias em relação às expectativas sociais, as crises na vida familiar, dentre outros.

A Senhora A. consegue unir essa postura de abertura para abordar essas temáticas com um monitoramento firme do ambiente de socialização familiar. Dado que reside em um bairro popular, onde muitos adolescentes e jovens não estudam ou nem estudam e nem trabalham e alguns deles são usuários de drogas, ela afirma que sempre se preocupou muito com as “companhias” dos filhos.

“A gente se preocupava muito com as amizades deles, não é? Porque aqui nesse bairro tem muita droga. Muita droga mesmo. Quase todo mundo me conhece aqui porque eu fui professora desde novinha, então, quase todo mundo foi meu aluno aqui. E aí eles interagem com a gente, não é? Conversam com a gente, chamavam os meninos para jogar bola... Eu tenho muita dor ao ver eles perdidos, não é? Porque veja... Um menino meu começava amizade com alguns deles, mas a gente ficava no pé porque já sabia a situação como era. Então, a gente não aceitava certas amizades... E também os meninos... Eles brincavam com os meninos daqui e tudo, mas a gente ficava de olho, observando, e qualquer coisa impedia, não deixava.”

Esse “acompanhamento” dos filhos é uma postura recorrente entre os pais pertencentes às classes populares no Brasil. O medo de que os filhos se envolvam com pessoas que pratiquem atos de delinquência ou que se tornem usuários de drogas é um elemento estrutural do sofrimento social dessas classes. Até porque os pais sabem muito bem que os atos de delinquência ou as ações de insurgência contra a ordem são enquadrados pelos aparatos repressivos e legais dependendo de quem os pratica. Em outras

palavras, “coisas de jovens” ou “adolescentes” (atos de rebeldia ou pequenas infrações) são permitidas aos filhos das classes médias, não aos filhos da classe trabalhadora e dos filhos dos mais pobres. Daí o monitoramento constante e as punições severas para que os filhos fiquem “perdidos”.

Podemos dizer que a Senhora A. amálgama disposições múltiplas. Nem todas congruentes. Mas na conjugação dessa multiplicidade de disposições, ela vai construindo uma trajetória de afirmação de si e de construção do seu bem-estar pessoal e social como valores inegociáveis. Por isso, gosta de sempre estar se movimentando e travando contato com novos conhecimentos. E isso lhe predispõe ao consumo de filmes e novelas. O marido critica esses seus gostos e diz que “essas coisas aí” só trazem “mentiras”, mas ela não faz concessão. Diz que adora assistir telenovelas e “séries no Netflix”. Mas também “gosta muito” de “ver filmes no cinema”. E esse gosto a faz sair de casa na companhia de amigas, pois, o marido não gosta de sair. E esse é um ato de liberdade para ela: “ele não gosta de sair, mas eu gosto, ora!”. Então, sai com as amigas, e com elas assisti a filmes no cinema do shopping da cidade. Nesse lugar, elas passeiam, cultivam a amizade e constroem laços na aridez do semiárido nordestino.

4.2.2 QUANDO DORMIR É A FUGA POSSÍVEL: O MUNDO DE UMA TRABALHADORA DOMÉSTICA

Na noite que escapou de ser morta a facadas pelo marido que chegara bêbado em casa, a Senhora V., hoje com 46 anos de idade, reconheceu que “Deus existe” e se converteu à igreja pentecostal que um dos seus filhos já frequentava na condição de aluno da “Escola Bíblica”. Este filho, naquela noite que se anunciava com desfecho trágico, ligou para o Pastor da igreja e pediu ajuda. Ele já havia conversado com o religioso sobre vida familiar e as atribulações causadas pelo comportamento violento do pai e este o advertira que via “sangue, muito sangue” no futuro familiar. Ao receber o telefonema naquela noite, o religioso disse que iria começar a “orar pela sua família”. Logo depois de desligar o aparelho telefônico, diz-nos a Senhora V., o marido, que até então brandia ameaçadoramente a faca e dizia que iria lhe matar, desabou em uma cadeira e “caiu num sono que durou horas”. Para ela, o acontecimento só pode ter sido uma “revelação” e, “naquela mesma noite”, decidiu “aceitar Jesus como meu Salvador” e aderiu à igreja do pastor.

Nem ela, nem o filho, que já estava a concluir o ensino médio naquele momento, e nem o pastor pensaram em acionar a polícia para coibir uma situação que poderia ter terminado em um assassinato. Nem no dia seguinte e nem naqueles que se seguiram a noites de ameaças verbais e agressões físicas, nem ela e nem os seus filhos se colocaram a possibilidade de denunciar à Promotoria do município a violência e os abusos de que fora vítima. Na cidade em que mora existe uma Delegacia de Proteção à Mulher, mas recorrer à instituição parece fora do horizonte de perspectivas da Senhora V. No seu universo social, recorrer ao Estado para solucionar um problema familiar é confessar o fracasso não apenas da instituição família, mas do próprio casamento. Tudo se passa como se essa vida de submissão ao imponderável da violência masculina fosse a única via possível de “levar a vida”. Talvez possamos intuir que, para ela, esse é apenas mais um “fardo” a carregar, além daqueles do trabalho de limpeza na casa dos outros e da discriminação velada por ser negra e pobre. Por isso mesmo, a pergunta sobre o porquê de ela não se “livrar”, através da denúncia pública, dessa situação, é a atitude típica do etnocentrismo de classe média que é aquela de pensar que os atores, em um dado contexto, estão em condições de “escolher” racionalmente o que é melhor para si. E essa posição, não raramente verbalizada em condenações morais proferidas pelas autoridades policiais e judiciárias perante mulheres que são vítimas de violência doméstica durante longos períodos, não percebe o quanto há de violência na sua própria formulação. Escapa a esses “sábios” a ideia básica da sociologia crítica que é aquele de que “os atos de submissão, de obediência são atos de conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 2001, p. 209), o que implica sempre na mobilização de “categorias cognitivas” incorporadas a partir de experiências vividas durante toda uma vida.

Se a Senhora V. não teve saída, o seu filho que a ajudou a enfrentar esse momento familiar dramático, teve: saiu da casa paterna e foi morar com os avós maternos. À mãe, justificou a decisão alegando que precisa de paz e tranquilidade para continuar se dedicando fortemente aos seus estudos. Naquele momento, ele se preparava para iniciar o curso de graduação em letras no campus local de uma universidade federal. Esse objetivo o rapaz conseguiu alcançar: concluiu o curso, iniciou o processo para a inserção em uma pós-graduação e sonha em desenvolver uma trajetória acadêmica que o leve à condição de professor universitário. Por isso, mesmo residindo com os avós, retorna em ou outro momento à casa paterna para “dar conselhos” aos outros dois irmãos, muitas vezes a

pedido da mãe. A trajetória escolar do rapaz é motivo de orgulho e regozijo para a Senhora V.

Os dois outros filhos são motivos de preocupação. O mais velho concluiu o ensino médio, mas, depois, “não quis mais estudar”. Foi trabalhar. Conseguiu um emprego como caminhoneiro (mesma atividade laboral exercida pelo pai, agora aposentado) e esse trabalho é mais uma fonte de preocupação para a Senhora V. Isso porque não se trata apenas de dirigir um veículo, mas de realizar as operações de entrega de produtos e de recebimento dos pagamentos. “Ele anda com aquelas máquinas de passar cartão, mas recebe dinheiro”, diz-nos ela com ar de muita preocupação. O seu temor é que, nos deslocamentos que ele faz pelas cidades vizinhas, venha a sofrer um assalto violento, o que não é incomum na região. “Ele anda naquele caminhão sozinho e faz tudo: carrega, descarrega, recebe pagamentos, faz prestação de contas na empresa...”. Esse rapaz consome bebida alcoólica há algum tempo e isso a desgosta, mas não chega a provocar grandes transtornos no ambiente familiar. Além disso, o rapaz contribui financeiramente para a quitação das despesas da casa. Quanto ao filho mais novo, embora ainda esteja formalmente matriculado na escola, no ensino médio, “lá não aparece”. É ela, ao final do dia de trabalho, que vai à escola à procura dos exercícios das disciplinas e os deixa ao lado da cama do rapaz, que, agora, tem 17 anos de idade. Além de consumir bebidas alcoólicas, como o pai e o irmão mais velho, o rapaz é usuário de drogas, segunda ela. Maconha, ela pensa. A Senhora V. atribui as atitudes recentes e os problemas vividos pelo filho mais novo às “más companhias” de outros rapazes do bairro. O rapaz trabalha, em um salão de cabeleireiros do bairro. Para ela, essa opção do rapaz em trocar a escola pelo trabalho está relacionada ao consumo de drogas: “acho que o dinheiro que ele ganha é para comprar drogas...”.

Essas preocupações e “desgostos” aumentam o seu cansaço. Embora tenha trabalhado com “carteira assinada” (contrato formalizado), esse período foi curto. Ela atuava na limpeza de um condomínio de casas, mas, segundo ela, os moradores passaram a não pagar corretamente as taxas condominiais e a direção lhe avisou que não tinha mais como mantê-la empregada. Voltou, então, ao trabalho de diarista (recebe por dia de trabalho), condição na qual se encontrava até o momento de nossa entrevista, o que implica deslocamento para muitas casas durante um mês para a realizar tarefas árduas (“as pessoas juntam toda a sujeira para a gente limpar no dia da faxina”). Foi exatamente o cansaço a

fazê-la diminuir o número de dias de trabalho por semana: agora, trabalha “apenas” três dias. Mas, em algumas semanas, não tem como não trabalhar mais. Isso porque a irmã, que também exerce a atividade de limpezas em casas, condomínios e escritórios, agencia algumas empreitadas e a incorpora como ajudante.

Em casa, o trabalho doméstico é esmagador porque nem o marido e nem os dois filhos realizam quaisquer tarefas, por menores que sejam. Nem colocar as roupas na máquina de lavar ou mesmo retirá-las do varal após a secagem. “Assim, é uma responsabilidade totalmente minha. Até de encher garrafa d’água, colocar o lixo para fora, tudo sou eu. Não tem quem faça nada!”. Em algum momento do passado, quando os filhos ainda eram crianças, ela cobrava que eles participassem do cuidado da casa e que realizassem algumas tarefas. O marido se opunha energicamente e dizia que isso “era coisa de mulher” (cuidar da casa) e que não era para os meninos fazerem nada.

Não é fácil o contato com o mundo da Senhora V. Mesmo quando nos dispomos a realizar exercícios criticamente orientados de investigação sociológica temos dificuldades em lidar com situações e contextos que nos levem ao limite em termos de compreensão do outro. A nossa conversa, como já informado, ocorreu na casa da mãe. Na residência, estavam também a mãe e o filho que já entrevistáramos antes em outro dia. Mas essa foi uma conversa sem interferências externas. Ficamos em um dos quartos da casa e isso possibilitou à Senhora V. o mais próximo possível do que podemos denominar de exercício de autoanálise (uma reflexão aprofundada e minimamente distanciada sobre a sua própria trajetória existencial). Essa situação possibilitou à entrevistada deixar emergir sentimentos e emoções reprimidas. O choro foi pontuando algumas informações e comentários até se tornar forte e convulsivo em outros. Em um esforço de aprofundamento do exercício de auto-objetivação do sujeito pesquisador propiciado pela entrevista com a Senhora V., gostaríamos de salientar que a apreensão desse universo implicou em impactos, questionamentos e, não seria honesto não revelar, em um mal-estar a esta pesquisadora. A consciência de que a nossa conversa também era uma troca interessada emergiu enquanto estávamos naquele quarto. Para ela, em alguma medida, tratava-se de uma oportunidade de imersão introspectiva na sua trajetória de vida, enquanto para a pesquisadora era uma possibilidade de avançar substancialmente na obtenção de dados sobre uma trajetória de vida que necessitava ser esboçada. Mas, como toda transação, esta também teve os seus custos. E estes assomaram não apenas naquele momento, mas agora mesmo em que revejo

a transcrição e o seu enquadramento nas unidades de análises estabelecidas pela nossa pesquisa. Há um grito surdo, de revolta com o mundo (com o seu, mas também com o meu que, em certo sentido, não é inocente, tem cumplicidade com a existência daquele), que quer se fazer ouvir; um desejo de sair da condição de pesquisadora e voltar ao seu lugar e dizer-lhe para se revoltar, para dizer não e para resgatar a vida e que há muita vida para ser vivida ainda. Mas, como? Não estaria, ao realizar esses intentos apenas imaginados, a cometer mais uma violência contra essa mulher cujo maior prazer na vida é apenas dormir?

Mas há uma dimensão, diríamos mais analítica sociologicamente, na qual a trajetória da Senhora V. nos aponta: a violência simbólica, essa forma de imposição de mundo que está subjacente, como ideia-força, até mesmo quando a violência se torna física e assume a sua temível crueza e nudez, não está apenas “lá” (fora) na relação com os outros, mas também “aqui” (dentro). As relações de poder (mesmo aquelas carregadas de eufemismo como é o caso da dominação masculina) sempre se manifestam em efeitos incorporados profundamente em subjetividades e categorias de classificação do mundo. Estamos no mundo, podemos parafrasear Bourdieu (2001), porque o mundo já se apossou sorrateiramente de nós. Ora, o nosso aprendizado substantivo não é aquele resultante da imitação social ou do aprendizado consciente de normas e regras; o nosso aprendizado é dolorosamente corporal, especialmente quando se pertence aos estratos mais baixos da classe trabalhadora e se é mulher e negra.

Nesse sentido, há uma ordem social inscrita no corpo, nas emoções e na gramática conformista de mundo da Senhora V. Essa mulher, ainda jovem, mas imersa em um mundo do qual parece tão difícil escapar, impõe uma interrogação legitimamente sociológica: que contextos e experiências moldaram as suas disposições? Como esse seu mundo se cristalizou em sua trajetória? Não há como avançar qualquer resposta sem remetermos ao seu entorno social e às relações de dominação que nele se desenvolvem, dentro estas aquelas ligadas ao gênero. Aí nos referimos aos projetos amorosos e ao mercado matrimonial. Nos universos dos pequenos municípios do interior do Nordeste, o projeto de futuro das jovens de classe popular passava, até décadas recentes, pelo casamento. Esta instituição era o caminho único para a afirmação como adulta de uma mulher. Não por acaso, uma idealização que se repetia geração após geração, embora a realidade teimasse em negar confirmações positivas. De qualquer forma, essas jovens viam no casamento um

ponto de fuga para a sufocante opressão paterna. O casamento era a via possível para a autoafirmação e esse foi a trilha que tomou a Senhora V.:

“Eu terminei o que o pessoal chama de Ginásio (ensino fundamental). Aí quando terminei, eu inventei de que queria casar. Na minha cabeça, eu ia casar e ia ser... Eu queria ser dona de casa, eu queria casar, ter os filhos e tomar de conta de uma casa. Você vê a cabeça que eu tinha? Eu me lembro que a minha mãe disse para eu ir estudar e tirar esse negócio de casamento, aí eu ficava: ‘quero casar, a senhora casou’.”

Essa percepção do casamento como um caminho para a realização pessoal da mulher (ser dona de uma casa) acalentava os projetos de futuro de jovens mulheres das classes populares do interior do Nordeste, mas, nas últimas décadas, essa é uma realidade que vem se alterando substancialmente. Na medida em que a migração dos pequenos municípios e das áreas rurais para as capitais dos estados ou, como é mais comum, para as metrópoles regionais (Fortaleza, Recife e Salvador) vai deixando de ser hegemonicamente masculina, mais e mais mulheres vão se distanciando desses “projetos de futuro” via o matrimônio. Um fator que pode ter umnexo causal com essa redefinição dos projetos de futuro das jovens (e isso impacta tanto as relações interpessoais quanto as expectativas em relação ao trabalho e ao emprego) foi a expansão extensiva das redes federais de ensino técnico e de nível superior a partir de 2003 (mais fortemente a partir de 2008), durante a chamada “Era Lula”. Novos horizontes de possibilidades vão emergindo. Além disso, temos as forças globais da “destraditionalização da vida social” (GIDDENS, 2003) impondo modelos “universais” de realização pessoal e de ideal amoroso. Por isso, não é uma especulação derivada do desejo da pesquisadora afirmar que mundos como o da Senhora V. tendem a se deslocar para as margens da vida social.

No que diz respeito a uma sociologia do trabalho, tomar em considerações as situações e experiências de mundos como esse da Senhora V. implica em repensar os pressupostos a partir dos quais se pensa tanto a ação coletiva quanto o seu agenciamento. Às dificuldades mais visíveis e óbvias, como aquelas de unir em um sindicato ou em uma ação reivindicativa, trabalhadores que estão dispersos e isolados em relações contratuais precárias individuais, soma-se a dimensão da invisibilidade social imposta pela dominação masculina. Em outras palavras, como elaborar reflexões sociológicas substantivas (e que posteriormente possam auxiliar o exercício reflexivo dos atores sociolaborais) sobre a ação no espaço público de quem tem dificuldade de dizer não no espaço da vida doméstica? Ora, os trabalhadores dos setores de serviços, dentre estes aqueles do trabalho doméstico,

estão imersos em universos entrecortados por dominações simbólicas que necessitam ser objetivadas por uma sociologia do trabalho orientada por uma crítica radical do presente.

4.2.3 DAS VINHAS DA ESPERANÇA E DO ENVENENAMENTO À AGRICULTURA ORGÂNICA: AS METAMORFOSES DA TRABALHADORA RURAL MILITANTE DO MST

A entrevista com a Senhora N. ocorreu no assentamento rural em que reside, situado no lado pernambucano da região do Vale do São Francisco. Mãe de dois filhos, um rapaz e uma moça, frutos de um casamento que “durou pouco” (de 1985 a 1990), essa baiana de 52 anos, que se define como “morena”, reside com o filho e dois netos. Os netos são filhos da filha. A sua trajetória também expressa a radical transição demográfica vivenciada na região nas três ou quatro últimas décadas do século XX: seus pais tiveram dez filhos, dos quais nove sobreviveram.

O seu pai conseguiu o sustento familiar com o trabalho de vendedor ambulante, em feiras ou de casa em casa, comercializando miçangas (em Portugal, missangas), óculos de sol e produtos similares. Em uma charrete, ele se deslocava pelas comunidades do pequeno município baiano em que a família residia. Em outros momentos, o pai realizava fretes para o transporte de produtos de pequenos produtores ou compras nas feiras feitas pelas famílias moradoras das comunidades rurais da região. A mãe participava e o ajudava nessas tarefas. A Senhora N. lembra com saudades desse pai, que, segundo ela, era um católico muito religioso, que, embora quase não dominando a leitura, lia todas as noites a Bíblia Sagrada para a família. “Ele tinha uma Bíblia daquelas grandes”. Em busca de melhores condições de vida, a família se muda para Petrolina (PE) na metade dos anos 1970, após uma das estiagens periódicas⁷³ do semiárido nordestino.

A vida na maior cidade da região do Vale do São Francisco não é nada fácil para a família, pois, na altura da chegada, o pai é acometido de uma asma crônica, que o leva

⁷³ O semiárido nordestino é afetado fortemente pelo ciclo de alterações climáticas no Oceano Pacífico (fenômeno denominado El niño) que se traduz em mudanças na temperatura das águas no Atlântico Sul, alterando o regime de chuvas no Brasil (chuvas intensas no Sul e Sudeste e altas temperaturas e pouca densidade pluviométrica no Nordeste). Há uma vasta produção literária brasileira, antes diminuída e tratada como “regional”, mas hoje reconhecida como “nacional”, que abordou os processos sociais e os personagens, especialmente os camponeses, ligados aos períodos de seca. Destaque-se, nesse sentido, as seguintes obras: “O quinze” (Rachel de Queiroz) e “Vidas Secas” (Graciliano Ramos).

muitas vezes a necessitar de internação médica em um dos hospitais públicos de Petrolina. “Ele sofria muito com as crises da doença”, enfatiza a Senhora N. Logo após a instalação da família na cidade, também a Senhora N. adoecerá gravemente devido a uma hepatite e permanecerá um mês inteiro em internação hospitalar. Sairá do hospital no dia em que completava sete anos de idade. Um dia depois, o seu pai falece. Sozinha e com nove filhos ainda pequenos, à mãe da Senhora N. não restará alternativas a não ser retornar para a comunidade de origem para tentar garantir a sustentação da família.

“Quando a gente retornou, a minha mãe foi trabalhar nas roças. Aí, ela catava feijão para um, lavava roupas para outro... E assim por diante. Tudo coisa muito difícil. Na época, não tinha esse negócio de aposentadoria. Ela não se aposentou. Não... Se aposentou quando já era... Muito tempo depois.”

Envolta nesta situação, a mãe da Senhora N. não relutou muito e decidiu deixar que a filha fosse morar com um primo e sua esposa que não tinham tido filhos. “Aí, era assim: eu ficava lá um tempo, mas quando eu queria vir para onde estava a minha mãe, eles deixava e aí eu vinha. E ficava assim...”. Quando alcança dezesseis ou dezessete anos, ela não lembra com precisão, foi morar na casa de um irmão, que residia em Petrolina. “Eu vim porque eu queria trabalhar. Vim pensando em arrumar trabalho.” Ela ri bastante porque diz que queria um trabalho, mas “não sabia trabalhar”. Com relação à vida escolar, havia concluído o 5º ano do ensino escolar. Ainda continua “os estudos” em Petrolina, mas logo tem que abandoná-lo para cuidar de casa, após o casamento, pois casa-se com 17 anos de idade.

Como já mencionado, esse casamento tem uma duração de apenas cinco anos. Finda a relação, ela e os filhos vão morar na casa de uma cunhada. O ambiente familiar neste espaço é muito difícil, pois foi um período carregado de muita hostilidade contra ela e seus filhos, assim, ela se sente muito cobrada para trabalhar. Deixa os filhos aos cuidados de amigas e consegue um emprego como trabalhadora agrícola em uma empresa produtora de hortifrutigranjeiros. Mas o trabalho, como sói ocorrer em muitas áreas da produção da fruticultura globalizada do Nordeste, é sazonal. O salário garante-lhe a sobrevivência por um tempo, mas, pouco depois, “já tava faltando dinheiro para pagar aluguel e as coisas para mim”. É nesse momento, de muita preocupação com a sua sobrevivência e com o sustento dos filhos, que a Senhora N. acalenta o sonho de trabalhar no ramo do cultivo de uvas, onde a formalização do trabalho é mais forte (“tem carteira assinada”). E ela se

perguntava: “como eu faço?”. Conversando com outras mulheres, soube que uma grande empresa estava “fichando” trabalhadores para o trabalho de ralear uvas.

“Aí eu disse: vou soltar uma mentira. Porque eu nunca que sabia o que era o pé de uva quanto mais para saber ralear. Eu solto uma mentirinha e eu ficho. (risos) Fui pra lá e peguei o ônibus da empresa. Às 5h00, eu tava com a minha marmitinha no ponto do ônibus. Chegando na empresa, o encarregado disse: ‘bom, a senhora vai ter duas horas de experiência aqui no raleio da uva’. Eu respondi: ‘tá certo!’. Comecei. E eu ia lá onde estavam mulheres pra elas me ensinarem. Só que as mulheres não podiam sair muito pra me ensinar, mas de vez em quando elas vinham cá me ensinar um pouquinho. Aí, eu fiz esse raleio. No final, chegou às 14h, o encarregado disse: ‘a senhora já trabalhou com uva?’ Eu disse: ‘já!’. Já trabalhei, sim. Já trabalhei muito com uva. Aí ele disse: ‘pois tá bom! Só que a senhora não passou no teste aqui do raleio’. Fiquei logo triste e comecei a chorar. Aí ele disse assim: ‘e porque a senhora está chorando?’ Aí, fui e contei a ele porque eu estava chorando. Eu sabia que não tinha passado no teste, então, eu ia embora pra casa, mas eu estava precisando muito daquele trabalho. E ele disse: ‘e quem disse que a senhora não vai trabalhar?’ Eu digo: ‘Não! Se eu não passei no teste, eu creio que eu vou voltar pra casa sem o trabalho’. Aí ele disse: ‘Não! Nós temos uma área de tomate e essa área de tomate vai levar seis meses. Você pode ficar trabalhando lá. Se você quiser, a gente pega sua carteira agora. Digo: ‘Claro que eu quero’. E aceitei. Depois desses seis meses, vieram outros contratos porque eles queriam me colocar em outro setor... Só que eu não... Fiquei com problemas de gastrite e tinha que me tratar... E também tinha que ir para U., para tomar de conta dos meus pais adotivos, minha mãe adotiva estava muito doente...”.

Além dos aspectos diretamente relacionados à história de vida da Senhora N, como a vulnerabilidade a doenças e o compromisso com o cuidado dos membros mais idosos da família, sobressai no relato acima a explicitação da precariedade dos contratos de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores de um dos setores mais dinâmicos da produção agrícola brasileira. Como se pode notar no relato, embora exista a formalização contratual (“Se você quiser, a gente pega sua carteira agora”), está tem a durabilidade da safra. Não por acaso, esses trabalhadores são identificados também como “safristas”. Para contrabalançar, com base em dados de estatísticas dos contratos de trabalho no setor agrícola que foram coletados pela OXFAM em 2019, a fruticultura, atividade forte no semiárido⁷⁴, emprega 25 pessoas para cada 10 hectares cultivados enquanto a soja, base fundamental do agronegócio brasileiro, emprega apenas uma pessoa para a mesma quantidade de terra cultivada. Mas, inegavelmente, a intermitência dos contratos do setor da fruticultura, conforme pode ser apreendido no quadro abaixo, conspira contra a sedimentação de um mercado de trabalho na área. Dessa forma, muitos desses que nele

⁷⁴ Além do Vale do São Francisco, há grande produção de frutas nos Vale do Jaguaribe (Ceará), Vale do Assu, Vale do Apodi e Chapada do Apodi (Rio Grande do Norte).

adentram, em partes do ano, devem retornar ou para a agricultura de subsistência ou para a busca de apoio nos programas sociais do Governo Federal.

Quadro 4 - Empregos ativos formais e contratos encerrados em um ano no setor de fruticultura do Nordeste do Brasil (2017)

Fruta	Nº de empregos gerados	Nº de empregos mantidos até o final do ano	Nº de demitidos ao longo do ano	Varição
Melão	22.790	12.053	10.737	47%
Manga	22.172	10.310	11.862	55%
Uva	43.507	21.805	21.702	49,8%

Fonte: Relatório OXFAM Fruta Doces, Vidas Amargas (2019).

Além do tempo de duração dos contratos de trabalho, a Senhora N. também menciona o tratamento abusivo e desrespeitoso que alguns encarregados ou chefes dispensam aos trabalhadores, especialmente nos setores de cuidado das frutas, nos quais a força de trabalho é predominantemente feminina. Mas ela se recorda com saudade das sociabilidades propiciadas no trabalho. “A gente fazia amizades. Era um grupo que trabalhava junto, ia para o trabalho nos ônibus... A gente fazia amizades. Era muito bom...”.

A Senhora N. retorna para a localidade de origem para cuidar dos pais adotivos. Para que os filhos não fossem prejudicados em relação à formação educacional, a Senhora N. levou-os para a casa que alugara em Petrolina, pois, lá na sua comunidade, a escola era muito distante e não havia como levar as crianças. Conseguiu que uma conhecida tomasse conta dos filhos e ficou tomando conta dos pais. Após a morte da mãe, a pedido desta, ficou mais quatro anos cuidando do pai adotivo, “que já era velhinho e bem frágil”. Após quatro anos, o pai adotivo falece e ela retorna para Petrolina, para “cuidar dos filhos”. Também volta para o trabalho nas empresas de fruticultura. Durante um tempo, trabalha no cultivo da uva. Tem boas recordações das atividades de raleio nos parreirais. “Eu gostava muito de trabalhar com uva. Aquilo tudo é muito bonito. Eu tinha esperança de trabalhar com uva e consegui.” Mas em 2007 quando desenvolvia realizava um trabalho de controle de pragas com a substância cianamida hidrogenada, ela se intoxica e sofre queimaduras no pescoço e nas mãos. Desde, então, lamenta, “não posso entrar num parreiral”.

Antes dessa intoxicação, a Senhora N., quando trabalhava para uma empresa produtora de limão em um dos municípios da região do Vale, travou amizade com um delegado do sindicato de trabalhadores rurais do local. Nas conversas com o sindicalista, ela foi informada que estava sendo articulada pelo MST uma ocupação de uma área improdutiva na região. Este a estimulou a participar do acampamento vizinho à propriedade para se tornar uma das possíveis beneficiárias quando da efetivação da desapropriação e implantação do assentamento rural pelo INCRA.

“N., vai surgir aí um acampamento de sem terra e a gente pode entrar na luta pela reforma agrária. Vamos poder ganhar a nossa própria terra para trabalhar. Pra gente, no futuro, não precisar trabalhar pra mais ninguém... Para os outros. Na época, eu me lembro, tinha uma novela que se chamava *Rei do Gado* e tinha umas cenas em que os sem terras eram mortos, né? E o patrão matava os empregados e as pessoas que entravam, os sem terra. Eu ficava com muito medo. Eu falei para ele: ‘eu mesma, não, que não vou entrar que tem muita briga e muita confusão. Não vou entrar, não’. Ele me dizia: ‘não, boba! Isso aí você só vê isso na novela. Deixa de ser boba que isso não é de verdade, não. Onde nós formos, vai ter ajuda, vem cesta básica pra nós. O movimento vai apoiar... Você vai ter como se sustentar e aos seus filhos também. Isso tudo era em campo, no trabalho na empresa. Aí foi... A gente trabalhando e sempre conversando. E se organizando e apostando nessa possibilidade”.

Do relato acima, vale destacar a referência à produção televisiva. É significativo que a compreensão de uma ação coletiva tome de empréstimo elaborações oriundas de uma produção televisiva. As telenovelas, no Brasil pós-1970, moldam significativamente o imaginário social brasileiro e fornecem referentes tanto para a conversação cotidiana no seio familiar e nas interações com os amigos quanto para os discursos no espaço público. Por outro lado, há que se ressaltar também o medo do envolvimento em atividades de contestação e de exposição pública de demandas. As classes populares têm a lembrança do alto custo pago por muitos dos seus pelo envolvimento em ações coletivas, especialmente quando envolvem trabalhadores rurais e camponeses.

Aos poucos a Senhora N. se envolve fortemente na organização do acampamento e da ocupação da terra. Esse envolvimento é potencializado pelo fato de as reuniões de planejamento ocorrerem em um espaço situado nas proximidades da sua casa, em Petrolina. Ela se lembra, com detalhes, do dia da ocupação.

“Até que chegou o dia. Dei nome para participar, mesmo com medo, mas, mesmo assim eu dei o nome. E fui, com os filhos pequenos. O maior tinha uns doze anos; e a outra, mais pequena. Disse: ‘vou assim mesmo!’. Pensando no futuro de não trabalhar mais para ninguém! Aquela conversa que ele tinha me

falado! (risos). Chegou o dia de ir pros sem terra. Menina! Era aquele monte de carro, era muita gente. No meio da estrada e a gente ia encontrar com outras pessoas. Já estava lá o pessoal com aquela animação, batendo os tamborins... Tuc, tuc... E tocando violão e sanfona. Eu disse: ‘Vixe, o negócio é bom’. Quando nós chegamos lá, começaram a soltar fogos e quebraram os cadeados pra gente entrar nas roças improdutivas, né? Aí, começaram a soltar fogos, eu já comecei a catar o que foi de meninos pequeno, com medo. (risos) Eu comecei a catar os meus e o da colega e coloquei os meninos lá no fundo do ônibus porque eu pensei que era tiro. (risos). Mas deixa que não era, não! Foi tranquilo. Graças a Deus! E aí ficamos mais ou menos dois anos em barracos de lona. Mas deu certo...”

Nas proximidades da terra que ela participava da ocupação, já existia um assentamento, mas este não tinha ainda conquistado a emissão de posse para os sem-terra e isso os deixava em situação de insegurança jurídica e sem acesso a linhas de crédito. Ocupar a terra foi fácil; a luta no judiciário é que seria o grande desafio. “Os proprietários botaram lá que a terra era produtiva. Imagina!”. E essa identificação foi aceita pelo juiz.

“Aí o juiz decretou que a gente fosse tirado de lá, mas não para ir embora, mas para ir para outros acampamentos. Aí uns foram para lá... Aí chegamos aqui. Mas, depois, não tinha a quantidade de gente aqui para decretar a emissão da posse da terra... Foi luta. Mas aí saiu a emissão. Foi uma festa muito boa. Com tudo bancado pelo sindicato e pelo INCRA. Depois, veio um crédito pra gente que era o crédito fomento... Era uma parte para fazer a feira de alimentos e a outra parte para investir em algum trabalho. Era um salário mínimo mais ou menos... E começamos daí.”

Antes desse momento, na situação anterior, provisória, onde ficou por dois anos sob as lonas, a senhora N. conquistou reconhecimento e visibilidade social. Conta, rindo, que foi de tudo um pouco por lá: agente de saúde, coordenadora de acampamento e outras coordenações provisórias. Com os recursos financeiros do “crédito fomento”, ela conta que os assentados se organizaram para gastar o mínimo possível com alimentação para sobrar recursos para investir em irrigação de ao menos meio hectare por assentado. Dessa forma, todas as famílias do assentamento (eram setenta) puderam produzir milho, feijão, abóbora, acerola, banana e uva.

Uma das principais bandeiras do MST é: “ocupar, resistir, produzir”. No assentamento da Senhora N. esses passos foram alcançados, entretanto, os problemas não ficaram menores. Como inserir a produção no mercado? Havia demonstrado habilidades sociais para ocupar e resistir na terra ocupada e nela conseguiram produzir, mas a permanência dependia da venda do que produziam e essa era uma competência que lhes faltava.

“No começo pra vender foi outro sofrimento. A gente cuidou tudo direitinho como era de ser, plantamos, trabalhamos. Agora, pra vender, cadê que nós não sabíamos pra onde vender! Aí, começamos. Tinha umas orientações que a gente mesmo ia construindo... A gente se reunia e planejava, outros saiam para as feiras. Aí apareceram outros compradores, começamos vendendo e seguimos vendendo. Nós fomos levando a vida e aprendendo, né? Cada topada que a gente levava era um aprendizado que a gente ganhava.”

Nesse ínterim, enquanto participava de acampamentos e assentamentos, a Senhora N. continuava a trabalhar nas empresas agrícolas da região. Dada a sazonalidade das atividades, como já ressaltado, isso era possível. Por outro lado, dado a maior solidariedade e os laços mais estreitos entre os assentados, ela teve mais suporte para o cuidado dos filhos. Dividida entre as empresas e os assentamentos, ela encontrava tempo para a organização pela demanda de moradias dignas no assentamento rural. Quando conquistaram, já na época do Governo Lula, a construção de uma vila, os assentados demandaram que fossem eles a indicar a localização da mesma.

“A gente ficava lá pra dentro, perto do canal. Veio o período de construção das casas e nós que limpamos tudo. Arrancamos o mato pesado. Tinha que fazer o limpo de 30x40. A gente mesmo que descarregava as carretas de blocos e tudo. Fizemos a licitação para conseguir o material mais barato. Foi uma luta. Todo mundo era reunido: homem, mulher e criança. Todos juntos num objetivo só.”

Após a conquista da terra e a institucionalização da posse da terra, a Senhora N. acredita que as pessoas mudaram muito. “Hoje, as coisas modernizou mais...”. Obviamente, modernizar, no sentido atribuído por ela, não significa exatamente algo positivo. Para ela, ocorreu um processo de individualização no assentamento e isso implica em uma ruptura com um passado nem tão distante (de pouco mais de uma década).

“Hoje, o pessoal não é mais aquele. Aquelas pessoas... Era como irmão: tudo reunido, tudo junto. Hoje é cada um por si, não temos mais aquela aproximação que tínhamos. Hoje, a gente não é inimigo uns dos outros; a gente é sempre amigo, mas, porém, não tem mais aquele aconchego que tinha no tempo dos barracos. Depois que as coisas ficaram mais modernas é cada um por si. Eu digo se modernizou porque algumas pessoas acham que melhoraram muito de vida. Tinha uns que não tinham nem uma bicicleta aqui; só tinha um homem que tinha... Só uma motinha velha, que era Luiz da moto. E hoje, se você vê... É difícil uma pessoa aqui para não ter carro ou moto. E alguns deles que têm carro e moto ao mesmo tempo... A maioria das pessoas aqui prosperou. A maioria. A reforma agrária aconteceu. Mas eu acho que o dinheiro engrandece as pessoas. Não que tenham ganhado assim muito dinheiro, mas só porque ganharam um pouquinho e têm uma situação melhor do que... Daquela situação que a gente vivia antes, não é? Hoje, a situação é diferente. O aconchego de irmão é mais diferente.”

Para a Senhora N. é doloroso constatar o declínio do companheirismo. Ao lado do individualismo, ela percebe também que os filhos dos assentados, que chegaram no período da ocupação e hoje são adultos, incorporaram o dinheiro em todas as interações.

Agora, se você precisar de uma pessoa, nem todo mundo irá ajudar. A não ser se for para ganhar alguma coisa. Se você pede: ‘fulana, você pode fazer isso para mim?’ A pessoa responde: ‘posso, mas vai custar tanto’. Nos tempos dos barracos, quando a gente falava assim: ‘olha, tô precisando de uma ajuda assim, assim. Todo mundo se juntava e fazia aquilo ali. Hoje, não, mesmo que você esteja precisando, dificilmente tem um assim que diga: “eu vou ajudar!”. Porque, infelizmente, hoje, a maioria é em cima do dinheiro”.

O processo de incorporação do cálculo e da lógica individualista pelos assentados rurais de sua área, percebida com desgosto pela Senhora N., não é incomum em áreas de reforma agrária. Aos momentos iniciais, de agenciamento das ações e de produção de uma identidade unificadora, sucedem-se situações nas quais as interações com o mercado abrem novas possibilidades e estas vão subordinando, quando não erodindo, os laços comunitários e as percepções de pertencimento a um coletivo. Tudo se passa como se o coletivo pertencesse ao passado, não raro sendo lembrado pelos “velhos”.

Quando ocorreu a situação de intoxicação no parreiral e a Senhora N. se viu impossibilitada de continuar se dividindo entre a vida de assentada e aquela de trabalhadora agrícola de grandes empresas, ela se refez novamente e iniciou a trabalhar e a promover a agricultura orgânica. Isso ocorreu no assentamento, após o estímulo dado por uma técnica agrícola. “Por que vocês não criam uma horta comunitária orgânica?”. Ela abraçou a ideia e foi seguida por muitas pessoas, mais mulheres, é verdade.

“Aí a gente foi limpar ali o local, limpou os canteiros... Veio o SEBRAE, o SENAI... Teve curso para a gente sobre como começar, como fazer o canteiro. Ensinar a gente como plantar, mas aí, foi uma produção perdida. Cada cenoura bonita! E os molhos de alface que a gente tirou? A maioria foi perdida porque a gente só se ligou nos cursos, não é? (risos) Tá trabalhando ali com aquela experiência, mas a gente não se ligava onde escoar aquela mercadoria. Quando a produção ficou pronta, cadê que a gente sabia onde era que vendia coisas orgânicas? A quem vendia? Por quanto venderíamos? Porque o negócio da gente era produzir, era trabalhar... Ai, nós quebramos a cara! Mas, mesmo assim, não nos deixamos abater. Começamos a procurar compradores, a divulgar, a procurar feiras para trabalhar, vagas na feira da Asa Branca... Só pra encurtar a história, até os africanos já vieram aqui pra conhecer nossa horta trabalho.”

Hoje, com a ajuda do filho e dos netos, a Senhora N. consegue vender a sua produção utilizando as novas tecnologias de informação. Através do aplicativo de mensagens WhatsApp, ela se comunica com os seus clientes, apresenta os seus produtos e

combina a entrega dos produtos. Com o aplicativo PIX, de transferência bancária rápida e sem tarifas para todos os bancos, ela recebe e realiza pagamentos. “Aquilo é fantástico!”, diz animada.

Nessa trajetória, tão plena de metamorfoses, a Senhora N., no que diz respeito à religião, fez um caminho diferente da maioria das pessoas de classe popular no Brasil atual: “antes, eu fui evangélica da igreja Adventista. Aí, um tempo depois, eu desviei e segui na igreja católica, onde até hoje eu tô. Fui catequista por sete anos e, hoje, eu continuo na igreja católica. Sou dizimista e coordenadora do dízimo. Pra mim, uma coisa muito boa é a religião da gente”. Pode-se especular que o seu envolvimento com o MST, que tem laços fortes com os chamados setores progressistas da Igreja Católica, tenha contribuído para esse “desvio” da Senhora N.

A Senhora N. gosta de conversar, de trocar ideias e de ir para as feiras vender os seus produtos. Ultimamente, tem produzido temperos caseiros e picles. Ela aprendeu a fazer esses produtos quando esteve em visita a uma irmã que reside em Belo Horizonte (MG). Ao retornar, incentivou as amigas do assentamento a solicitarem um curso de ensino do preparo desses produtos ao SEBRAE. E o curso aconteceu. Hoje, os temperos e picles que ela produz são vendidos nas feiras, mas também comercializados através das redes sociais. E é que ela une religião, agricultura orgânica e comércio. “Eu gosto de ir para as feiras, mas é para conversar com as pessoas, trocar ideias, mostrar as minhas coisas...”. Como católica, sente-se mais livre para receitar ervas, chás e unguentos às pessoas da comunidade e aquelas com quem interage nas feiras. Em decorrência disso, reservou um espaço em sua horta para as plantas medicinais.

4.3. FOTOGRAFIAS MICROSSOCIOLÓGICAS DO MERCADO DO TRABALHO

4.3.1 O POUSO DA ARRIBAÇÃ: TRILHAS, ATALHOS E MIGRAÇÕES DO CASAL LULISTA

A migração inter-regional moldou o mercado de trabalho no Brasil, conforme apontamos em outra parte deste trabalho. E essa dinâmica não estacionou no tempo. Nas últimas décadas, com a intensificação dos fluxos de bens e pessoas em todos os territórios, a reserva do exército industrial de reserva nem necessita se deslocar espacialmente para ser sistemicamente integrada nesse lugar funcional à exploração do trabalho e continuar a

moldar as paisagens sociais brasileiras. As grandes linhas dessa elaboração foram desenhadas, com perspicácia e rigor analítico pelo grande mestre da sociologia crítica brasileira, Francisco de Oliveira. Do início dos anos 1970 até quase próximo ao seu falecimento, ocorrido em 2019, esse cientista social buscou aportar elementos para uma compreensão macroestrutural da divisão social do trabalho no Brasil, sem descuidar da sua dimensão espacial. Por isso, Francisco de Oliveira, conseguiu, de forma pioneira, captar os processos socioeconômicos subjacentes à migração nordestina e o peso desta na formatação das relações entre capital e trabalho no país. Em capítulo da parte imediatamente anterior a esta, referimo-nos à essa contribuição do sociólogo pernambucano. Agora, quando o nosso desafio é o de esboçar um retrato sociológico de um trabalhador rural, que, após tantas andanças, retornou ao seu lugar de origem, no interior do Piauí, uma vez mais temos que recorrer ao mestre para tornar mais vivas as cores do nosso casal de retratados.

Se a migração, as monoculturas (da cana de açúcar e do algodão), a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência, as dramáticas estiagens (secas) e a industrialização induzida por subsídios dos fundos públicos são os elementos constitutivos da “questão regional” brasileira, como Oliveira (1990) chamará a atenção, essa questão no Brasil será sempre a “questão nordestina”. Trinta anos após a publicação do texto referido, mais do que nunca, a “questão nordestina” é apenas uma imagem invertida no espelho dos dilemas estruturais do desenvolvimento econômico e social do Brasil, mas continua a embalar narrativas oportunistas e demagógicas e servir de base para a acumulação de capitais econômicos, culturais, políticos e simbólicos. Por isso mesmo, vale a pena rememorarmos aqui o trecho final da apreensão do mestre:

A rápida expansão econômica destruiu todos os mitos e todas as saídas fáceis, muitas das quais repousaram, na maior parte dos casos, sobre a própria tragédia dos que migravam, ao custo de poderosos processos de desenraizamento, perdas pessoais, angústia da grande cidade, discriminação antibaiiana, guetos nordestinos. Um rico processo social deu a volta por cima, de tal modo que dos guetos nordestinos do ABC paulista saiu o mais importante movimento sindical e político do Brasil nos últimos quarenta anos. O réquiem da velha questão nordestina tocou para todos, executantes, maestro, ouvintes. Sem forçar os termos, o novo é a ‘questão brasileira. (OLIVEIRA, 1990, p. 92).

Em parágrafo imediatamente anterior ao citado acima, Oliveira afirma que, no momento em que escreve, a “arribaça já não migra” (ou migraria em baixa intensidade). Vem daí a origem do título do seu artigo e também a referência para o título dos retratos

deste tópico. Arribaça é o Nordeste do Brasil. Ou um dos principais símbolos da região. Arribaça (também chamada de avoante) é uma pomba campestre (*Zenaida auriculata*), que realiza processo migratório entre as Antilhas e a Terra do Fogo (sul do continente americano). No seu trajeto, a ave pousa, em grandes bandos, nos poucos reservatórios aquáticos do semiárido do Nordeste do Brasil. Antes de o Brasil adotar uma legislação ambiental mais rígida, a caça da avoante era um meio legítimo de sobrevivência da população sertaneja. Por isso, simboliza a sobrevivência. De homens, que as caçavam (e ainda caçam, de forma clandestina) e das próprias aves, que necessitam se manter vivas e voarem para o seu destino final.

É a arribaça que simboliza a trajetória do casal formado pelo Senhor E, 55 anos, e A, 55 anos, moradores de Picos (PI). Como veremos, as suas trajetórias se constituem de migrações, retornos e tentativas de reconstituir a vida e de reprodução familiar. Ambos pertencem a famílias numerosas e que eram ligadas à agricultura de subsistência no Nordeste do Brasil. O senhor E. residiu até os 18 anos de idade em uma área rural inserida na parte mais vulnerável às estiagens da região semiárida, no sertão do Piauí. Ao lado de mais oito irmãos, pai e mãe, o Senhor E. viveu em “tempo em que a gente trabalhava por um prato de comida, por uma lata de óleo...”. Com voz embargada, ela nos disse que “era muito difícil” para ele rememorar esse tempo, das duas primeiras décadas da sua vida. “Imagine você chegar numa fazenda e se oferecer para trabalhar por um prato de comida?”. E essa era uma realidade vivida nos “anos 1980”.

“Na verdade, era o seguinte, a pessoa trabalhava... É porque, hoje, o pessoal não trabalha, não. Mas naquela época, trabalhava direto, né? Porque o trabalho começava com o destocar, né? Tinha que limpar e arrancar tocos de árvores. Serviço muito pesado, que eu, com dez anos de idade, já fazia. Depois, plantava, limpava, catava o feijão... Depois quebra de milho, depois ia roçar algodão, depois ia capinar algodão... Aí troca por outras coisas de comida e uma vez no ano uma roupa e um chinelo. Isso era a vida da gente...”

Essas atividades eram desenvolvidas nas “terras dos outros”, através de parcerias ou arrendamentos pagos em produtos. Essa relação de exploração se estendia aos “atravessadores” (comerciantes da região que compravam antecipadamente a produção) aos quais se recorria para a aquisição de instrumentos básicos de trabalho e das sementes, além de mantimentos para o período do plantio.

“A gente plantava e antes mesmo da colheita, a gente já vendia. Chamava venda na folha, vendia coisa que nem existia na verdade, você nem tinha plantado e já vendia. Só que o produto que valia 100 reais ele só ia vender por 50 reais porque o cara que estava comprando nem sabia se ia entregar, não sabia se tinha. Então,

muitas vezes o que você tirava da plantação, não sobrava. Também nunca sobrava tempo. O que já estava devendo, tinha vendido, e não sobrava nada para você.”

Ao completar os 18 anos, o Senhor E. convenceu a família para que “juntasse alguns trocados” e ele pudesse viajar com conhecidos para “tentar arranjar algum trabalho em São Paulo”. Na capital paulista, “a vida melhorou”. Conseguiu trabalhar em uma empresa de engarrafamento de gás butano. Não foi fácil a adaptação e diz que teve que batalhar muito. Mas, apesar das dificuldades, ele acha que esse foi um bom período da vida, até porque, enfatiza, tinha condições de enviar mensalmente uma “ajuda” financeira para os pais. Após alguns anos, ao ficar desempregado, retornou para o Piauí. Não conseguiu trabalho e migrou para a região Norte, para o estado do Pará, para ser garimpeiro.

Após nove meses trabalhando em garimpos, o Senhor E. retorna para o Piauí, onde fica dois meses apenas. O suficiente para se recuperar do tempo “duro” do trabalho na extração de ouro.

“No garimpo, no fundo, é um sonho. Porque você trabalha... Por exemplo, eu trabalhava em um lugar que você pegava 5m de chão aqui e o outro pegava 5m ali, aí eles desciam de cabeça baixa. O daqui tirou 3kg de ouro, o outro aqui tirou 5kg e eu, no meio, tirei 400g. Aí você vê como são as coisas. Aí era dividido para a turma, que era constituída por cinco pessoas cada. Aí, com o passar dos meses, eu vi que não dava certo. E voltei.”

Após esse breve período no Piauí, o Senhor E. recolheu o que lhe restou dos recursos ganhos no garimpo e adquiriu uma passagem para São Paulo, pois, um irmão havia ficado trabalhando na cidade. Teve dificuldades em encontrar esse irmão, mas, ao reencontrá-lo, alugaram um lugar para morar e ele conseguiu ser aceito como trabalhador em uma empresa de fabricação de telhas de amianto. Lá, ele trabalhou por mais três anos. Posteriormente, trabalhou em um grande cooperativa empacotando açúcar e em uma última, dedicada à fundição de peças para automóveis. Após completar dez anos de São Paulo, e já casado e pai de dois filhos, decidiu retornar para o Piauí. À essa altura, todos os irmãos já haviam migrado para São Paulo. “Um ia, arranjava um trabalho e aí conseguiu um lugarzinho para morar e já chamava o outro, entendeu? E, assim, foi indo...”

A trajetória da Senhora A., que a levou, em algum momento da vida a cruzar o seu caminho com o do Senhor E., casarem-se e constituírem família, inicia-se no estado da Bahia, na zona rural de um município situado em área serrana, com “chuva o ano todo”. E

ela faz questão de dizer que lá, de onde saiu, as coisas eram “diferentes” daquelas encontradas e vividas no Piauí. “A gente tinha tudo. Nós tínhamos o feijão, nós tínhamos a farinha, o fubá, a goma... Essas coisas que a gente fala “o grosso”, a gente tinha.” Mas, em 1987, quando a estiagem periódica que atinge o semiárido nordestino alcançou a sua localidade, e a família se viu, de uma hora para outra, privada de suas fontes de sustentação, o pai da Senhora E. acatou a sugestão de um conhecido para enviar alguma das filhas para trabalhar em uma cidade grande. Os pais da Senhora E. tinham doze filhos e a maioria era constituída por mulheres. “Aí os vizinhos chamaram o meu pai e disseram assim: ‘J. por que você não leva as meninas para São Paulo? Lá em casa de família é bom para ganhar dinheiro’”. Assim, aos vinte e dois anos de idade, ela deixa a casa dos pais, na companhia de conhecidos da região, e vai morar como empregada doméstica em uma casa de família. Abrigava-se na casa de um irmão, já casado, que residia em uma pequena casa situada em uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

A Senhora A. se dedicou com afinco a esse trabalho doméstico, desenvolvido em uma família que a tratava bem. O seu salário era dividido: uma parte para uso próprio, outra para ser enviada para os pais que continuavam a morar no interior da Bahia e a última para ajudar o irmão com quem morava a juntar os recursos necessários para adquirir um barraco próprio e superar a moradia de aluguel. Com algum tempo, o irmão e ela adquiriram esse barraco em um bairro popular da periferia metropolitana paulista. Com um mês que estavam ali, ainda cuidando de melhorar as condições para tornar a casa habitável, chegou para o lote vizinho o Senhor E. “Aí fomos se conhecendo e depois fomos viver juntos. Aí nasceram os dois filhos mais velhos. E em 1999, a gente veio para o Piauí”.

“Nós viemos porque quando nos conhecemos, ele disse: ‘olha, eu estou aqui, mas não gosto daqui. Já fui assaltado. É um lugar que eu não gosto. Estou aqui por causa da situação que é difícil, mas um dia eu vou embora. Se for casar comigo, você já sabe: um dia, vamos embora’. (risos). Aí, nessa época, ele trabalhava por um lado e eu por outro. Aí nós conseguimos construir uma casinha nesse barraco que ele comprou. Na época, nós nem casamos no papel e fomos morar juntos. Era tudo muito difícil. Aí ele achou uma oportunidade de vender e disse: ‘Nós vamos embora. Com o dinheiro, nós vamos construir outra casa lá em Picos. Em Picos é bom de viver.’”

O sonho do casal era o de construir um prédio com dois andares: no andar de cima, mais arejado, eles morariam, e, no andar térreo, instalariam um pequeno comércio, que, com a evolução, tornar-se-ia um pequeno supermercado. Mas o sonho não se realizou. Fincados na tradição, portanto, enredados nas teias familiares, tiveram que atender

indicações de familiares, que sabedores da reserva financeira que tinham, indicaram-lhes que adquirissem um estoque de feijão na safra para vender, com lucro, na entressafra. Ocorreu uma supersafra, o feijão baixou de preço e eles, na expectativa de reaver o dinheiro investido, foram deixando passar o tempo. Quando foram conferir, o feijão havia apodrecido. Desfizeram-se do cereal apodrecido como ração animal por um valor que não era nem 10% do que haviam investido. Perderam quase tudo o que tinham. Mal conseguiram terminar o andar térreo e colocar as telhas na cobertura.

Malgrado o plano do pequeno comércio, o casal teve que se contentar em residir na casa ainda em construção. Para complicar ainda mais a situação, o Senhor E. contraiu uma bactéria que lhe atingiu a garganta e lhe infringiu graves sequelas, dentre elas a perda da fala. Devido aos remédios que foi obrigado a tomar, adoeceu de uma gastrite crônica. Com esse quadro de saúde, ele ficou inabilitado para o trabalho por dois anos. A Senhora A. se torna, então, a única responsável pelo sustento da família. Foi trabalhar como lavadeira de roupas. Desenvolvia as suas atividades em uma lavanderia, estruturada por uma filantropa italiana. O trabalho era em sistema de cooperativa e o lucro dividido entre as trabalhadoras. Não sobrava muito, mas, nesse trabalho, a Senhora A. construiu laços fortes com as companheiras e se inseriu mais fortemente na vida local.

Quando o quadro de saúde do Senhor E. melhora, eles adquirem uma moto e ele passa a trabalhar como mototaxista. “Foi difícil, mas, hoje em dia, estamos mais sossegados”, diz a Senhora A. As crianças já estavam crescendo e ela necessitava de um suporte para poder continuar trabalhando. Nessa altura, aquela filantropa italiana fundou uma creche para que as mulheres moradoras da periferia de Picos pudessem deixar as crianças enquanto trabalhavam. Os seus filhos permaneceram na creche até alcançarem a idade escolar.

“Aí, graças a Deus!, os meninos foram crescendo e ele disse: ‘não!, para de trabalhar, os meninos estão adolescentes, não tem condição de deixá-los só em casa. Ninguém sabe o que pode acontecer...’ Aí eu ouvi ele. Aí, como eu ouvi ele... Aí, eu disse que ficar só de moto táxi não dava. Aí comecei a fazer merenda para vender no colégio, enquanto os meninos estavam na escola. Quando chegava às 15 horas, na hora do recreio, eu estava vendendo merenda e estava junto com eles”.

Nesse período, o casal foi avançando na construção da casa em que moravam, e que, vale a pena lembrar, ficou restrita ao andar térreo, pensado inicialmente para ser um local para o comércio. Uma conquista, ressaltada pela Senhora E, foi “bater a laje”, isto é,

substituir o telhado cerâmico por cobertura de concreto, algo que lhes possibilita, em um futuro, a construção de um segundo. Esse tipo de arranjo arquitetural (um segundo piso) é especialmente valorado na região de Picos, dada as altas temperaturas, o andar superior tende a se tornar mais arejado, já que se pode ter mais aberturas para a ventilação.

Enquanto trabalhava como mototaxista, o Senhor E. estruturou uma pequena produção de mel de abelha. Ao mesmo tempo, continuava trabalhando na moto com o transporte de passageiros na cidade. Uma vez por semana, ele se deslocava para as três propriedades que alugara para montar a criação de mel. Trabalhava sozinho. Conta que a atividade da produção de mel, uma das mais significativas da região polarizada por Picos, teve um “grande ajuda de Lula”, com o estímulo gerencial e financeiro para que os pequenos produtores se articulassem em cooperativas. O Senhor E. ainda participou da iniciativa, mas, como não possuía nem terra e nem um automóvel para se deslocar para a área de produção, situada a 80 km de onde morava, teve que desistir dessa atividade.

O Senhor E., sempre trabalhando na moto, não desistiu de encontrar outras alternativas de trabalho e aquisição de rendimentos. Primeiro, no período em que ainda convalescia da doença, tentou montar um bar, que funcionava na frente da casa, mas aí, nas redondezas surgiram quatro bares. “Não deu”, afirma resignado. Posteriormente, tentou vender botijões de gás, mas, segundo ele, um vizinho invejoso começou um negócio no mesmo ramo comercial e passou a disputar deslealmente os clientes. Como seus filhos trabalhavam na atividade, como entregadores, e temendo conflitos, ele desistiu mais uma vez.

Concomitante a essas iniciativas, ele sempre desenvolveu atividades agrícolas em uma roça situada em um terreno de um amigo que cede o espaço para que a família cultive feijão, milho e algumas frutíferas. E a Senhora A. continuou na atividade de lavagem de roupas até recentemente, quando foi acometida de uma doença óssea que lhe provoca grande cansaço e impede o desenvolvimento de tarefas que exigem muito esforço físico.

Quando a Senhora A. encontrou-se impossibilitada de trabalhar na lavanderia, o senhor E “brigou muito” e conseguiu um espaço na feira do município para montar uma pequena barraca onde dedicada à venda de capas de celular e artigos similares. Esses produtos também são expostos e vendidos em uma parte da casa. Durante um bom tempo nos últimos anos, a família viveu dos rendimentos advindos do trabalho de mototaxista do

Senhor E. e da venda na barraca realizada pela Senhora A., com a ajuda do marido de vez em quando. Os filhos também contribuíam nessas atividades, mas, nos dias atuais, estudam em universidades. O mais novo realiza o curso de graduação em matemática no campus local da mais importante universidade do estado. Já o segundo filho estuda engenharia elétrica em um dos melhores cursos de graduação na área ofertados no país, na UFCG. Neste caso, o filho teve que se deslocar para a cidade de Campina Grande (PB), situada a 744 km de distância de onde residem. Essa situação implica em sacrifícios imensos para o jovem e para os familiares que redobram os esforços para garantir o mínimo para que ele possa morar e estudar. Já o terceiro filho, o mais velho, quando da nossa conversa, não estudava e se dedicava integralmente ao trabalho em um bar.

No tempo livre, o casal gosta de ouvir músicas. Ambos gostam do gênero romântico popular, com destaque para cantores como Agnaldo Timóteo, Fábio Júnior e Zé Augusto. Entre risos, o Senhor E. anuncia que tem “muita raiva” de Amado Batista, uma espécie de pop da música romântica popular (também denominada pejorativamente de “brega”), porque soube que o artista é “bolsonarista”. “Bolsonarista esse desgraçado... Um bolsonarista filho de uma égua. Igual ao Sérgio Reis. O cara acompanhar um artista desses tem que ser débil mental. Coisa sebosa...”.

Tanto o Senhor E. quanto a Senhora A. não escondem a identidade política com o ex-presidente Lula. Ao analisar a situação do Brasil atual, o Senhor E. chama a atenção para as dificuldades que os mais pobres estão a enfrentar, especialmente pelas consequências da quarentena imposta pela pandemia do Covid-19. “Eu acho que nunca mais nós vamos ter o Brasil que tivemos”. Então, para um pouco e diz esperançoso: “Eu acho que uma das melhores alternativas para nós é se Lula entrar de novo”. Então, ri desabridamente. A Senhora A. complementa o elogio a Lula:

“Na época de Lula, você chegava nesses interiores aí e todo mundo era aquela fartura... Era galinha no terreiro. Todo mundo tinha o seu bichozinho... Você chegava ao mercado e comprava muita coisa com pouco dinheiro. Aqui no Piauí, Lula melhorou muito. Muito mesmo”.

O Senhor E. se empolga com o assunto (ele havia dito que acompanha o noticiário político da rádio CBN brasileira) e afirma:

“O Brasil inteiro melhorou. Só não veem pessoas que são cegas, egoístas... Porque o rico é assim: ele quer dar dez passos, mas não admite que o pobre dê

um. Tiraram a mulher⁷⁵, não porque ela estivesse fazendo errado, mas é porque ela estava fazendo certo e eles queriam que fosse errado para explorar... Nós estávamos caminhando para ter o país que a gente quer, mas esse não é o país que eles querem, não é? Querem é escravizar o povo. Como eu falei pra você: aqui tem gente trabalhando com pré-moldado, um serviço pesado que é danado, para ganhar R\$ 300,00. Isso! Menos de um terço do salário-mínimo.”

A Senhora A. retoma a conversa para citar um caso que, segundo ela, provaria como o Governo Lula foi diferente positivamente para os mais pobres:

“Lula deu oportunidades! Veja só! Um dia mesmo eu estava sentada e veio um rapazinho e sentou bem em frente à minha casa. Ele estava esperando um colega. Aí ele começou a conversar comigo dizendo que ele saiu da escola e que a mãe brigou para ele ir para o colégio e ele não queria ir. Aí foi que ele entrou... Era do Ceará esse menino. Aí disse que ele não queria. Aí ele disse que falou para mãe: ‘o que é que adianta? Eu estudar e não poder me formar? Eu sou pobre, não posso me formar’. Aí disse que o Conselho Tutelar veio na casa e disse: ‘você vai ter que estudar porque se você não estudar, como vai vencer na vida?’ E ele pensou: ‘se um dia eu me formar, não venço na vida’. Aí ele contando para mim que um dia viu a política quando Lula entrou e se candidatou e Lula disse: ‘eu vou dar universidade para todos’. Quando Lula disse universidade para todos, ele falou: ‘mãe, arruma a minha bolsa que amanhã vou para o colégio’. Aí a mãe: ‘meu filho, você vai estudar? E o menino: ‘vou, mãe, agora eu vou estudar porque eu tenho a chance de me formar’. Pois é, minha filha. E quer saber, ele vai se formar esse ano. Por causa da pandemia, não vejo mais ele... E nos outros governos, não tinha essa oportunidade”.

A narrativa, quase romanceada, muito comum na cultura oral tradicional do interior do Nordeste do Brasil, é reveladora do lugar um tanto mitológico reservado pelos setores populares da região para retratar tanto o político quando o seu período de governo. O Senhor E. desvia a conversa para dissertar sobre o Presidente Bolsonaro e a sua forma de governar e de fazer política.

“É violento, sim! Porque ele está tentando confundir a cabeça das pessoas. Você vota... Acabou a política, acabou! Ninguém fala em política mais. O cara toca o barco para frente, esperando os projetos que devem vir... Era assim. Agora, não. Hoje, não, esse homem é tentando de todo jeito atrapalhar. Dizendo que a urna eletrônica foi roubada e que isso e aquilo, para jogar na cabeça das pessoas perturbadas que nem ele, que é para no dia que ele perder... Já pensou? Chegar numa cidade do interior que a pessoa... Sei lá! Não dá nem para explicar como é aquele cara, ele perder a eleição... Ele gasta dois ou três milhões na política e ao chegar no dia, ele perder por cem votos, dez votos... Aquilo ali, ele vai... Vai aumentar a violência na política. Pode ver que as eleições mais violentas da história vão ser essas de 2022. Ele está conseguindo colocar as pessoas... Uns contra os outros. Está dividido, hoje. Então, hoje, a minha preocupação é essa aí. Eu mesmo, esse ano vou votar, eu gostaria de esperar o resultado... Eu sempre voto e vou embora, mas vou esperar o resultado porque sei que ele está fazendo de tudo para confundir as pessoas, colocar na cabeça das pessoas que está sendo roubado. Tenebroso isso...”.

⁷⁵ Referência ao impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

Para a Senhora A., o mais assustador no Governo Bolsonaro é a defesa da venda sem limites de armas.

“Que nem E. falou, né? Violência gera violência. Se ele... Esse negócio de defesa da arma. Bom. Nós duas estamos aqui, nós duas estamos sentadas e começamos a discutir. Então, se eu tenho uma arma, você não vai puxar a arma para mim? Então, eu acho que isso aí no mandato dele foi uma coisa muito triste porque gera violência... Não é para ter liberação de armas, eu acho que é uma coisa que foi difícil...”

O Senhor E. se preocupa com a penetração do bolsonarismo entre os mais pobres e com a dificuldade que se tem de dialogar com as pessoas sobre a vida política do Brasil na atualidade:

“Quando você começa a falar, a pessoa já não quer nem conversa e começa a falar alto e... É que nem um cara disse: os idiotas ainda vão tomar de conta do país, que nem tomou, não pela inteligência, mas pela quantidade, porque são muitos... Principalmente pobre falando a favor do Bolsonaro. Rico, ele está tirando para os ricos, tem que falar a favor, não é? Agora, gente pobre, que, às vezes, não tem nem o que comer em casa, fica falando de um jeito que só falta colocar o homem no céu! Não! E você vê que o pobre não tem mais direito a nada com esse governo! As crianças estão perdendo o direito de estudar... Veja a situação: quem não entrou na universidade, não entra mais não. Presta atenção que ele vai fazer de tudo para destruir o estudo neste país”.

Para as classes populares brasileiras, a educação formal é mais do que um meio de mobilidade social; é uma possibilidade de se superar a invisibilidade social que resulta do analfabetismo ou da baixa escolaridade. Dessa forma, dedicar tempo e recursos à escolaridade dos filhos é também uma busca de um reconhecimento social que se espalha para toda a família, além daquele(s) que alcançam êxito em suas trajetórias educacionais. Nesse universo social, a política de ampliação do ensino superior promovida pelo Governo Lula, aliada a uma redefinição da oferta de vagas nas universidades federais (gratuitas) com a inserção da reserva de cotas para alunos oriundos das escolas públicas, para negros e para indígenas, é valorada muito positivamente. Os ataques a essa política de inclusão, como aqueles expressos nas intervenções públicas dos arautos do “enxugamento dos gastos públicos”, tendem a ser vistos por pessoas das classes populares como uma espécie de fechamento de horizontes para toda a família.

4.3.2 A RESERVA DO EXÉRCITO DE RESERVA: O TRABALHADOR RURAL QUE NÃO PODE EMIGRAR

A face sulcada por rugas profundas parece conferir ao Senhor Ant. bem mais do que os 49 anos de idade que ele diz ter. Ele nos concedeu entrevista, em sua casa, em uma

área rural de um dos municípios polarizados por Picos (PI), cercado por dois filhos, uma nora e a esposa. Em muitos momentos, a entrevista se transformou em uma conversa com a família, até por iniciativa do entrevistado, que “concedia” a palavra a um filho ou à esposa, para complementar uma informação ou aprofundar uma proposição que ele iniciara. Quando a nossa interação evoluiu, e os eventos que ele considera marcantes em sua trajetória de vida emergem, aquele meio século de vida vai assumindo a forma de uma existência que o foi na medida em que foi para o trabalho. Impossibilitado de continuar a trabalhar no mesmo ritmo, dado que foi vítima recentemente de um acidente com um facão, que lhe tirou grande parte dos movimentos de um dos braços, o Senhor Ant. resume, lacônico, o significado de não poder trabalhar plenamente: “Se a pessoa não estiver trabalhando... (suspiro) é um fracasso para o ser humano. A gente cansa de estar sentado, viver nas casas...”.

Chegamos ao Senhor Ant. por intermédio de seu filho, M., cujo esboço de retrato sociológico está apresentada na parte V deste trabalho. Após realizarmos um trajeto de dezenas de quilômetros em estradas de barro, sem outras sinalizações afora as placas educativas a respeito das medidas necessárias para o enfrentamento da “doença de Chagas” (*Tripanossomíase Americana*) cujo vetor é o barbeiro (*Triatoma brasiliensis*), um inseto que encontra nas casas de taipas da região um lócus para a sua reprodução. Em meio à vegetação seca e cinza da caatinga típica do semiárido nordestino, que ladeia a estreita estrada, nos deparamos com casas com pequenos quintais com algumas árvores frutíferas. A casa da família do Senhor Ant. se situa em uma espécie de vale entre elevações. As casas com distância de um ou dois quilômetros entre elas têm a mesma conformação das outras encontradas no trajeto: uma pequena construção no centro do terreno e, na parte de trás, algumas árvores frutíferas. Na parte mais além, áreas para o cultivo de cereais, que, ultimamente, nem sempre, segundo nos informaram, têm sido usadas.

Para contextualizar mais a situação da entrevista, devemos informar que a mesma foi precedida de uma recepção quase cerimoniosa por parte do Senhor Ant., sua esposa, a Senhora S. e o filho que reside com eles, a quem chamaremos de T. Acompanháva-nos, na viagem, o filho M. e a sua esposa. Após as boas vindas e algumas conversas amenas, inclusive sobre o almoço que estava a ser preparado, realizamos a entrevista. Concluída a gravação, o Senhor Ant. colocou um chapéu de couro na cabeça (típico chapéu usado pelos vaqueiros dos sertões nordestinos) e a família toda se perfilou para algumas fotos, em todas

elas a pesquisadora presente. Finda a entrevista, o almoço foi servido. Após um descanso, deslocamo-nos todos para uma pequena cachoeira e desfrutamos de um banho em uma água cristalina.

As informações acima são relevantes para que possamos expor, com objetividade, as circunstâncias que possibilitaram a nossa interação com o Senhor Ant. e a sua família. Há, por certo, limitações em uma entrevista realizada com esse grau de comprometimento entre os sujeitos da conversação, mas, ao mesmo tempo, desde que não estejamos cegos pelas cobranças da neutralidade do positivismo, é importante reconhecer que, fora dessas trocas simbólicas e de reconhecimento (e é disso que se trata em muitas situações de pesquisa no universo das classes populares), dificilmente alguns universos sociais são desvelados e revelados.

Há ainda um elemento que não pode ser excluído das nossas considerações sobre as circunstâncias da entrevista com o Senhor Ant. que é a dimensão de gênero. A entrevista seria conduzida por uma mulher, tocando em questões sensíveis para o homem entrevistado e este necessitava, mesmo com toda a sua abertura e cooperação, reafirmar o seu lugar de esposo, pai, dono de casa e homem. Mas especialmente daquilo que, para ele, é a base, a essência de uma pessoa: a condição de trabalhador honesto e dedicado. Como se dessa dimensão da existência em sociedade, que é o trabalho, derivasse todos os outros desdobramentos da vida humana.

O trabalho foi sempre o centro da vida do Senhor Ant. Em parte essa centralidade se deveu ao fato de que, na infância, a sua relação com a escola foi marcada pela sensação de deslocamento. Frequentou-a poucas vezes. A escola se situava um local distante da localidade onde morava e, segundo ele, as aulas ocorriam apenas em dois dias da semana. Além disso, desde os seis anos, de alguma maneira, já participava (“ajudava”) das tarefas relacionadas a agricultura de subsistência praticada pela família. Mas a sensação de deslocamento sentida pelo Senhor Ant. diz mais respeito à sua dificuldade em dominar a linguagem da escola e de se entrosar com os colegas. “Eu não sei como é que se chama... Mas minha língua não dá... Eu ia estudar e tinha raiva... Por isso, eu não ia muito para a escola, não. Eu tinha raiva dos outros alunos. E as palavras que a professora fazia... aquelas perguntas, eu pelejava para responder... E não conseguia”.

Essa sensação de inaptidão para os estudos reforçou uma disposição para jogar no trabalho todo o seu ser. Um trabalho que seria sempre, ele sabia desde tenra idade, na agricultura e no sertão semiárido em que vivia, pois, ao contrário dos colegas e conhecidos que avançavam um pouco na vida escolar, o Senhor Ant. estava despossuído das credenciais mínimas para a navegação nas redes sociais de emigração que garantiam (e, em parte, ainda garantem) “trabalho” para os jovens locais.

Por isso mesmo, mal completa os dezesseis anos de idade, raptou⁷⁶ a moça com quem namorava havia pouco mais de seis meses e que tinha, na altura, quinze anos de idade. Logo depois, casam-se das com a aquiescência famílias.

O Senhor Ant. reafirma que o casamento implicava custos que estavam acima das possibilidades dos núcleos familiares naquele momento. Além do mais, ambas as famílias deviam unir esforços para garantir uma casa (que seria de taipa) para o novo casal morar. Por isso, ele conta rindo, que, para o casamento ocorrer, os pais precisavam passar no cartório da cidade próxima e assinar um documento de autorização e o pai da moça disse que foi, mas não assinou porque achava melhor esperar que ambos completassem dezoito anos de idade.

Aí eu falei brincando com ele: “ei, Seu P., eu vou dizer uma coisa para o senhor: ‘só vou casar depois de 10 anos de experiência agora’ (risos). Aí ele disse: ‘não, faça isso, não, eu não assinei não era porque não queria que vocês não casassem, foi porque, veja bem. Deixa completar logo a idade’. Mas não, ele era inseguro, queria arrumar a filha...”.

É. Ele disse que era para eu dar mais um tempo. Porque aqui eles têm um negócio de que quando casa os filhos, matam dois bois e convidam o pessoal do lugar, né?! Aí ele tinha vergonha de fazer o casamento e não matar esses dois bois e convidar o povo. Aí eu digo: ‘pois tá bom, quando completar 18 anos eu vou pensar no caso’. Mas eu botei no sentido de não dar esse prazer a ele não. A

⁷⁶ O “rpto das donzelas”, até meados da década de 1980, era uma prática mais ou menos comum de oficialização de uma relação entre jovens. Embora alcançasse também os estratos superiores do campo (pequenos proprietários, por exemplo), essa era uma prática mais comum nas classes populares, pois era uma forma socialmente aceita de um casal contornar os obstáculos da ritualização do casamento. Muito particularmente, os custos econômicos do casamento. Dado que, com o “roubo”, a moça deixava de ser virgem, o casamento na Igreja, com os seus custos em termos de vestuário e de alimentação para os convivas eram liminados. Com o casal já tendo se iniciado sexualmente no momento do rapto, a oficialização que restava era perante o Estado, em um cartório. Essa via “alternativa” de casamento era também uma forma de romper com restrições impostas por uma das famílias à união dos jovens namorados. Esse rapto (ou “roubo da moça”) consistia em uma fuga noturna da moça da casa dos pais e a efetivação do ato sexual em algum momento da viagem até a casa de alguma família “respeitável”, conhecida e equidistante dos núcleos familiares dos agora noivos “noivos”, que assumiam a guarda da jovem e a levavam de volta para a casa paterna e, partir daí, conduziriam as tratativas e negociações do casamento. Ver a respeito Gnaccarini (1989).

mãe dela faleceu com pouco tempo. Morreu nova a mãe dela. Aí como a mãe dela não tinha a cisma de fazer nós casarmos, eu disse que só ia casar também quando o pai dela falecesse... (risos).

Vale lembrar que o ano do rapto da moça é 1987. Essa referência é importante, pois, é um referente de quão recentes e acelerados são alguns dos processos de *destraditionalização social* na região.

O Senhor Ant. e a Senhora S., mesmo se ainda não oficialmente casados, passam a morar juntos em uma casa de taipa construída pelas famílias na propriedade do pai do primeiro. Nesse primeiro momento, ele se divide entre a atividade em um pequeno terreno situado no quintal da casa e o trabalho de “alugado”, como diarista, para outros pequenos proprietários. Desde cedo, o Senhor Ant. assumiu para si mesmo que não seria um dos jovens da localidade que emigraria para outras regiões do país em busca de trabalho. Caso tivesse avançado mais na formação escolar, não descartaria a possibilidade, pois, entende que um trabalho fixo “com carteira assinada” é muito importante para uma pessoa. Viajar, tentar a “sorte” em outras paragens, isso estava fora dos seus horizontes de possibilidades. Daí se entende também a sua preocupação em casar cedo, para construir logo uma base familiar e se desvincular do forte controle paterno.

Desde uma perspectiva teórica macroestrutural, podemos dizer que esses processos migratórios significaram, do ponto de vista global da economia brasileira, a transformação dos camponeses pobres do semiárido em reserva adicional (mobilizável em algum momento) do já significativo exército de reserva da força de trabalho no Brasil. E aqui, uma vez mais, recorremos a um ensaio de Francisco de Oliveira para nos auxiliar a lançar luzes sobre um processo que incide sobre o nosso universo de pesquisa:

A estrutura social parece ter sido inventada pelo mesmo criador de Frankenstein. As classes sociais dominadas são uma espécie de classes "inacabadas": sua submissão real e formal ao capital, dado o enorme contingente de reserva, é sempre intermitente, interrompida periodicamente. O posseiro e o meeiro não se proletarizam senão parcialmente; o operário das cidades não é sempre operário: amanhã pode estar fazendo um biscate ou vendendo roupa feita e sapato de plástico no comércio "mancha de óleo" que, no Recife, se espalhou do antigo mercado de São José para as antigas ruas "bem" do bairro de Santo Antônio, e em Fortaleza é um vasto calçadão que se estende desde a Catedral, rua Conde D'Eu afora. As classes sociais dominadas são "movimentos", "massas", menos que classes. (OLIVEIRA, 1981, p. 22).

A tradução microssociológica dessa apreensão excepcionalmente condensadora do que ocorreu na estrutura social do Nordeste brasileiro, especialmente do mundo assentado

no bioma do semiárido, é que a emigração se torna um horizonte imaginativo para os jovens e suas famílias. Por horizonte imaginativo, temos em mente um conjunto mais ou menos articulado de compreensões e de afetos, portanto, de elementos cognitivos e emocionais que são incorporados pelos agentes para pensar o presente e o futuro. Ou ainda, no que nos faz retornar ao universo do Senhor Ant., para avaliar e classificar “escolhas” e decisões. E as escolhas não estão entre aspas gratuitamente. Muitas vezes, tudo se passa como se estas é que escolhessem os agentes. É assim que se entende que o Senhor Ant., impossibilitado de figurar naquele exército de reserva, apresse o seu “destino”, busque antecipar o casamento e se afirmar como trabalhador porque é o que lhe resta no seu mundo. Poderíamos dizer, correndo o risco de resvalarmos para que nos condenem por certa pieguice, que as sucessivas ondas de trabalhadores jovens para outras regiões produziu uma gramática de dores sociais. Assim, há as dores dos que partem e tentam (e nem sempre conseguem) se reproduzir como operários na indústria ou trabalhadores dos setores de serviços e das amplas portas da informalidade, mas há também as dores daqueles que estão destituídos das condições que habilitam o agente a sonhar em “ir embora”.

Para o Senhor Ant., sem “os estudos”, uma formação escolar básica, o trabalhador fica impossibilitado de pensar em um trabalho menos exaustivo. “A pessoa que sabe, que estuda, tem mais facilidade de arrumar um serviço mais maneiro”. Assim como o seu oposto, o trabalho pesado, o maneiro é outra categoria nativa classificatória das exigências das tarefas em relação ao corpo do trabalhador. São categorias comumente mobilizadas para dar sentido ao mundo do trabalho no universo social, não apenas no semiárido nordestino.

Quando o tópico da conversa é sobre os tipos de trabalho e as exigências e sacrifícios que implicam, todos, inclusive a Senhora S., concordam que o trabalho na “roça” é, de longe, o “mais pesado”. E aí, mais uma vez, o Senhor Ant. aborda o assunto da sua falta de escolaridade. E, mais que uma razão adicional, além daquela apontada mais acima, introduz como fatores decisivos para o não prosseguimento da vida escolar a pressão exercida pela família e as próprias condições de oferta pública de ensino no município.

“Eu não tive uma oportunidade de estudar porque aqui, no meu tempo, tinha uma escolinha ali que a professora ensinava uma vez por semana. No tempo que aqui pertencia ao município de Picos, não tinha passado a cidade ainda não (essa cidade aqui é de 20 anos para cá), aí o prefeito não pagava a professora direito. Aí ela também só dava aula no dia que queria. Também... Enquanto a gente ia para a escola, era o pai da gente brigando para não demorar, não se entreter na estrada, porque quando chegasse tinha enxada para puxar na roça. O interesse deles mais era encher a casa, ter muito armazém de milho, de arroz... era ter fartura. Para eles, eles achavam que não ia chegar o tempo em que os filhos precisariam de estudo.”

Mais que uma contradição, os elementos acima adicionados àquele anteriormente mencionado, significa que uma junção de elementos produziu a exclusão do Senhor Ant., quando criança, da vida escolar. E o lamento dessa perda, que lhe fechou horizontes, fez com que incorporasse, como um valor moral a orientar a sua vida no trabalho, a ideia de que os filhos não poderiam ter um destino similar ao seu.

Foi através do meu sofrimento que eu... Porque o que eu já fiz. O que eu trabalhei... No que eu trabalhei muitas vezes... Eu não desejava para o meus filhos aquilo, né? ... Pegar um chibanca (picareta, autora) e ir arrancar toco (tronco de árvores já cortadas, a autora), pegar um machado e ir tirar madeira para vender. Trabalho alugado como diarista... Eu não desejo não. Me esforcei para bancar as despesas da casa sem precisar da ajuda deles para eles não trabalhem com machado, nem de foice, nem de chibanca...”

Foi com visível emoção e entrecortando a fala que o Senhor Ant. fez esse discurso. Os filhos acompanhavam silentes, mas era perceptível que estavam também emocionados. Nesta altura, a Senhora S. estava na cozinha, tratando do almoço, registrei posteriormente no diário de campo. E ele avança na reconstituição do seu compromisso com a manutenção dos filhos na escola, inclusive bancando a ida do mais velho deles para estudar na maior cidade da região, morando em uma pequena casa por ele alugada.

“Pensei diferente... Porque estávamos caminhando para um tempo que quem não tem estudo, a pessoa vai se tornar o quê? O povo diz: “escravo acabou”! Não!, escravo não acabou, não. Quem não tem estudo hoje está na vida de escravo. Para a pessoa ganhar dinheiro, é um sofrimento, tem que pegar peso, ser chapeado... Só peso pesado, serviço pesado. Até para isso, hoje é difícil. A pessoa antes, para trabalhar de chapeado, só pegava peso e colocava na cabeça, hoje, para trabalhar de chapeado, tem que saber ler a mercadoria ali, porque hoje todo mundo cobra que você saiba ler...”

Por esse investimento material, simbólico e emocional na formação escolar dos filhos, o Senhor Ant. diz sofrer e ter preocupações quando o desemprego aparece no horizonte deles. O mais velho, casado, tem curso técnico, realiza um curso de graduação e trabalha em uma loja de venda de motos. O outro, que permanece em casa com os pais, concluiu o ensino médio e tem enviado currículo para empresas da região. Gostaria de

trabalhar em algum supermercado. Mas têm sido infrutíferas as suas buscas por trabalho. Embora demonstre tranquilidade e pareça estar bem, esse filho mais novo já começa a pensar em realizar aquilo que o pai não pode efetivar: emigrar. A irmã, que casou cedo e abandonou a escola no 5º ano, já residiu e trabalhou em São Paulo, junto com o marido. Sem ter conseguido um trabalho e se sentido cobrado para dar mais “conforto” à filha (neta do Senhor Ant. e da Senhora S.), essa filha, segundo a mãe, está planejando retornar para São Paulo. Primeiro, irá o marido. Posteriormente, ela e a filha. E a família já começa a separar alguns recursos para garantir que, após a ida da filha, o filho mais novo também possa ir para São Paulo. Embora preocupados e temendo “as coisas do mundo aí fora”, o casal apoia o projeto de migração dos filhos.

O tema da migração volta, então, ao centro de nossa conversação. Ficamos, então, sabendo que a região alimenta duas redes migratórias. Simbolicamente hierarquizadas. A primeira, que exige mais habilidades e competências, é a de migração para São Paulo. Assenta-se em pessoas oriundas das comunidades vizinhas que já foram para a grande metrópole há “mais de dez anos”. A segunda rede, menos valorada porque exatamente mais vinculada ao trabalho “pesado”, é aquela que fornece força de trabalho para as empresas agropecuárias do estado de Mato Grosso, na área desse estado que integra a Floresta Amazônica. Os braços que saem dessa região seca do Piauí vão “derrubar floresta” e cuidar de bois. O Senhor Ant. relativiza a posição de inferioridade dos trabalhadores dessa outra rede, pois, eles têm a “carteira assinada” e os seus “direitos”, recursos quase indisponíveis no mundo rural do semiárido piauiense.

Eles gostam de ficar juntos e de participar das festas nas comunidades da região. Lamentam que, na atualidade, os sanfoneiros foram substituídos pelos “paredões de som”. O Senhor Ant. gosta das festas juninas e tanto ele quanto os filhos também gostam de partilhar “alguma bebida” com os conhecidos e amigos. Tanto que aquele acidente de que ele foi vítima ocorreu em um bar, enquanto bebia com o primo que o atingiu acidentalmente com o facão.

4.3.3. O TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: A COMERCÍARIA

A Senhora K. tem 34 anos de idade, é moradora de Picos (PI) e foi mãe aos 16 anos de idade. Aos 18, após concluir o ensino médio, foi obrigada a optar pelo trabalho em detrimento dos estudos porque precisava garantir o sustento de sua filha, pois, o pai da menina, oriundo de uma “família desestruturada”, morou pouco tempo com ela e não a “ajudava em nada”. Uma vez ou outra, após insistências que para a Senhora K. tinham custos emocionais significativos, esse pai “dava alguma coisa”. Após dois anos, ao terminar o ensino médio, com o pai de sua filha ausente “de tudo”, ela decide procurar um trabalho. Conseguiu um emprego em uma loja de uma rede nordestina de venda de eletrodomésticos, onde trabalhou por dois anos. Nesse tempo, ainda participou de dois processos seletivos para ingresso em um curso superior, mas se deu conta de que, “sem estudar, apenas trabalhando, não ia conseguir”, então, desistiu do “sonho” de se “formar”.

Nessa altura, já havia começado a namorar o seu atual marido e a mãe pode lhe ajudar mais fortemente com a sustentação e os cuidados da filha, então, decidiu trabalhar “de bico”, em uma loja de venda de roupas, apenas nos meses festivos do ano, quando a procura pelos produtos do vestuário aumenta significativamente na região. Logo se deu conta de que necessitava trabalhar regularmente, até porque a sua mãe passou a ter as suas despesas aumentadas devido a custos relacionados a cuidados médicos. Foi quando conseguiu trabalhar como auxiliar de escritório em uma loja de venda de maquinários agrícolas. Do escritório foi transferida para o trabalho no caixa, tarefa que ela diz preferir ao trabalho de negociação de vendas diretas com os clientes ou aquele de atender aos chefes em um escritório. “Gosto mais desse trabalho burocrático, onde você se concentra e atende mecanicamente às pessoas. É muito cansativo ficar conversando e tentando convencer as pessoas de alguma coisa”. Permaneceu mais dois anos nesse trabalho. Decidiu sair do emprego por motivos que não chega a detalhar. Então, passou um ano desempregada, mas se deu conta de que não tinha condições de continuar sem trabalho e “fui caçar emprego”. Conseguiu, então, “uma vaga de vendedora” (risos). Ficou apenas quatro meses nesse trabalho. Foi, então, que, através de contatos, conseguiu ser contratada como caixa de uma casa lotérica da CEF.

Na casa lotérica, na atividade de caixa, um trabalho cansativo e arriscado (as casas lotéricas são alvos constantes de assaltos nas pequenas cidades do interior do Brasil), ela permaneceu por quatro anos. Saiu ainda empregada, em licença maternidade, pois tinha

engravado de sua segunda filha. Foi ainda como empregada da casa lotérica que se casou com o seu marido, depois de sete anos de namoro. Após o nascimento desta, cumprido o período de licenciamento do trabalho, ela pediu rescisão do contrato trabalhista e foi se dedicar exclusivamente aos cuidados da criança. Embora quisesse e necessitasse retornar ao trabalho, ela não tinha condições, pois, a sua filha ficou mais de um ano “sem querer nada, só o meu peito”. Amamentou a filha durante esse tempo, e, depois, voltou a procurar emprego, sempre no comércio. Dada a sua experiência anterior no trabalho como operadora de caixa, diz que não foi difícil ser aceita nessa função em uma loja da cidade. Está nesse emprego até hoje.

O marido da Senhora K. trabalha como porteiro em um hospital da cidade, realiza trabalhos extras na área de informática e atua como motorista da plataforma UBER nas horas restantes. Divide a casa com o marido, a criança pequena, agora com três anos de idade e a primeira filha, que tem 17 anos de idade e, no momento da nossa entrevista, estava a concluir um curso técnico equivalente ao ensino médio. É essa filha que, embora reclame e rejeite essa condição de coadjuvante na criação da irmã e dos cuidados da casa, “está ajudando muito”. Essa “ajuda” se tornou mais forte com a suspensão das aulas presenciais e a oferta na modalidade EaD do ensino no IF da cidade. “Ela se desdobra para estudar, cuidar da irmã e fazer o almoço. Antes, quando eu chegava cansada do trabalho, eu ainda ia fazer o almoço, mas, agora, já dá para descansar um pouquinho nesse intervalo...”.

Trata-se de um casal cuja vida é entrelaçada por relações no mundo do trabalho. Essa condição os leva a ter contatos com mundos com valores morais e práticas culturais plurais, algo inacessível para trabalhadores em situação econômica idêntica, mas circunscritos a relações mais centradas e temporalmente duradouras. O envolvimento do marido nas atividades domésticas, mesmo que limitado, talvez possa ser apreendido como um efeito de estrutura, isto é, como uma imposição das condições sob as quais o casal garante a reprodução da sua vida material. A duração de um casal composto por trabalhadores jovens, com passagem escolar e com inserção, devido ao trabalho, em um mundo social e cultural plural, depende, nas condições atuais do capitalismo periférico, de um ajuste forte nas relações de gênero. Não se trata, obviamente, de negar o papel do

feminismo como agente de mudanças, mas sim de realçar o peso colocado na balança pelas “coisas do mundo”, pela objetividade mesma da vida econômica.

Obviamente, essa (pequena) redefinição nos papéis de gênero não é apenas uma determinação mecânica da alteração das relações de trabalho do casal. O que a sociologia em escala individual que estamos a realizar nos permite indicar é que as atividades laborais em espaços sociais múltiplos (lojas, hospital, internet, Uber, escritórios, etc.), temporalmente intermitentes e predominantemente precárias, tendem a impactar fortemente a vida doméstica. Embora não necessariamente traduzam-se em uma divisão mais equânimes das tarefas domésticas e nem em uma maior democratização das relações no seio familiar, essas relações de trabalho criam as condições para a efetivação disso. A vivência da pluralidade do social que as atividades da Senhora K e do seu marido não os deixam imunes às injunções desses mundos diversos. Seria ingenuidade, e mais do que isso, falseamento da realidade, apontar a alteração positiva (no sentido de maior equalização dos sexos) das relações de gênero como tendência dominante. No chão social em que a Senhora K. transita também existe a possibilidade do refúgio em uma tradição idealizada na qual cabe à mulher o “cuidado do lar” e essa tendência se expressa no fundamentalismo cristão neopentecostal (o mundo dos “evangélicos”).

Podemos referenciar empiricamente a proposição formulada acima nos valendo de algumas observações da Senhora K. sobre o casamento, a vida familiar e o futuro desejado para a sua filha mais velha. Ela nos conta que, desde o início do seu longo namoro com o marido, a família deste impôs fortes objeções pelo fato de ela já ser mãe. A condição de ser jovem e mãe de uma filha a tornou alvo de preconceitos, e não apenas da família do atual esposo. Muito embora tenha tido apenas dois namorados na vida: o pai da sua primeira filha e o marido. Essa situação a priva de um relacionamento com essa família e a leva não considerar os pais do marido como sogros e nem os seus irmãos como cunhados. Algo que, em si mesmo, é relevante para mostrar a relatividade dos papéis de parentesco em sociedades “destradicionalizadas”. Assim, a vida familiar termina sendo menos imposta pelos papéis obrigatórios e mais fincada nas percepções e classificações subjetivamente assentadas (“de vez em quando, a gente vai lá para um almoço, mas eu não os considero como sogro e sogra e nem cunhados...”). Em relação à filha mais velha, que sonha em ir embora, estudar em outra cidade e viver uma relação amorosa com a namorada, ela

entende que o caminho dela é mesmo “o de ir embora”. Ao contrário de outros pais, de gerações anteriores, ela não imagina que prender à filha ao seu universo vá fazê-la viver melhor e feliz.

“Assim, ISM pensa umas coisas e tem uma mente muita aberta, que eu acho que não combina com essa cidade, que não dá certo... Porque eu tenho 34 anos e aqui é assim desde sempre. O que melhorou foi o fato de que as pessoas e os pais de família do tempo do meu avô estão mais *relex*, não estão mais tão brutos como era antigamente que não podia ter uma filha separada. Antigamente, as mulheres casavam e tinham que ficar até morrer porque não podia sair de casa e dizer: ‘eu não quero mais esse marido’ porque o pai não queria mais ela de volta nem a pau. E, hoje me dia, aqui já melhorou muito nesse sentido. Muitas mulheres já não querem mais a mesma coisa. Muitas mulheres não aguentam mais o marido e se vingam e tacam chifres neles. (risos) Já estão criando essas *coragenzinhas* de fazer essas coisas... (mais risos).”

Para a Senhora K. a distinção de tratamento recebido pelas mulheres em relação aos homens é algo “insuportável”, mas ainda “muito forte” em sua cidade. Tanto porque, em uma cidade pequena, as pessoas são vulneráveis a perscrutação da sua vida pessoal quanto pelo “machismo”.

“Olhe, morar em cidade pequena é bom porque daqui a dez minutos eu chego ao meu trabalho, mas também o povo dá de conta da vida de todo mundo. Se eu sentar em um lugar sem o marido ou o namorado ou mesmo que seja solteira e esteja numa roda de gente é... rapariga!!!. É difícil demais. Aqui, nessa cidade, não evoluiu ainda: homem pode fazer tudo. Meu marido mesmo, quando ele sai do trabalho, ele não vem direto para casa, ele sai, fica parando. Mas tem dia que se eu estiver na loja e demorar, ele já fica ligando perguntando onde é que eu estou. Se eu demorar ele acha que eu to parando e, eu não posso fazer isso.”

Essa consciência e não conformismo com o machismo a faz avaliar situações relacionadas ao trabalho e identificar nos lugares onde trabalhou situações de maior exploração das mulheres. Dentre estas, a imposição de jornadas de trabalho superiores àquelas estipuladas pelos contratos de trabalho. Adicionalmente, ela menciona que os trabalhadores homens, que desenvolvem atividades laborais no mesmo espaço que as mulheres, terminam por estabelece distinções em desfavor delas.

“Quando eu trabalhava na casa lotérica, era uma coisa que eu falava muito lá para os meninos; lá eram três mulheres e três homens. Na hora de varrer e passar o pano, os homens não iam fazer isso; eles iam limpar os vidros, eles iam apanhar o lixo. Lavar o banheiro, nenhum homem queira ir lavar o banheiro. Aí eu falava: ‘gente, mas é interessante! nós não passamos o dia inteiro trabalhando fazendo a mesma coisa? Por que o caixa de uma loteria pode ser um homem, pode ser uma mulher, faz a mesma coisa. Aí na hora de fazer a limpeza, não? Ora, nós não somos iguais no trabalho? Não ficamos na mesma função o dia todinho? Aí na hora de ir embora e deixar tudo limpo, porque vocês querem escolher o que fazer? Porque vocês não podem varrer e passar um pano?’”.

A observação acima poderia ser tomada como um exemplo contrário àquela nossa proposição anterior do impacto das relações de trabalho sobre as relações de gênero. Pareceria, analisando de forma literal o que a nossa entrevistada elabora discursivamente, que teríamos mais “permanências” que “mudanças”, para usarmos aqui uma polaridade mobilizada analiticamente por Bourdieu na sua análise teórica sobre a dominação masculina. Entretanto, o mais significativo no discurso da Senhora K não é exatamente o que ela enuncia, mas o simples fato de enunciar. Ou seja, o seu discurso aponta que as práticas de discriminação ostensiva das mulheres não permanece mais naturalizadas mesmo no universo social das pequenas cidades do semiárido do Nordeste do Brasil. E essa não é uma constatação de menor valor ou de alcance restrito. Como afirma o próprio Bourdieu, a quem não poucas feministas acusam de desconsiderar as redefinições causadas pelas suas ações políticas, “a maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível” (BOURDIEU, 2002, p. 106).

A sensibilidade da Senhora K. em identificar situações de opressão em relação às mulheres se estende também para uma apreensão do mundo do trabalho na sua cidade:

“Pra mim um bom trabalho seria ganhar mais um pouco. Porque os trabalhos que temos aqui são poucos e pagam somente o salário mínimo e isso não dá para nada. E não trabalhar no sábado, seria muito importante par mim. Eu trabalho oito horas por dia na semana e até mais, porque, como estou no caixa, tenho que ficar até fechar tudo, não é? E no sábado, eu vou até às 14 horas. São quarenta e seis horas de trabalho, no mínimo! Eu precisaria de dois dias para resolver minhas coisas porque só o domingo não dá, não. No sábado, quando eu chego aqui que bate esse sol da tarde, não tenho mais coragem de fazer nada. E é porque ISM está em casa e faz uma coisinha e outra. Essas coisas têm em todos os lugares: trabalhar muito e ganhar pouco. Mas o que é insuportável mesmo é patrão ou chefe querer dar grito e chamar você de porco. Dizer: ‘ah, vocês fazem isso aqui! Na casa, deve ser um chiqueiro’. Eles falam muito isso.”

A postura crítica que a Senhor K. expressa diante do mundo ao redor pode ser explicada quando levamos em conta as referências fundamentais em seu processo de socialização primária: a mãe e avó. Esta última, para ela, ainda hoje, é como se fosse uma “mãe”. Trata-se da avó materna. O seu avô, trabalhava no campo, em uma terra que herdou do pai, nas vizinhanças de Picos. Ele era responsável “pelo sustento”, mas quem procurava as “coisas” para a família era a sua avó, a quem ela não se cansa de demonstrar afeto e elogios. Essa avó dividia com o marido uma barraca na feira onde vendia produtos da agricultura produzidos pela família. Ela ressalta que esses avós se preocuparam com a educação dos filhos, tanto que a mãe da Senhora K. conseguiu concluir um curso de

graduação em biologia e se tornou professora. A tenacidade da avó foi “herdada” pela sua mãe, que também tinha muita “força”.

O pai da Senhora K. morreu quando ela tinha apenas cinco anos de idade. Sua irmã tinha quatro anos e o irmão apenas um ano e dois meses.

“Então, minha mãe sempre teve que trabalhar muito para sustentar a gente. No começo, quando a gente era menor, ela trabalhava somente à tarde, na escola. Depois, ela arranhou para trabalhar dois turnos na escola: tarde e noite. Aí, a gente ia para a escola de dia e ela ficava em casa fazendo as coisas. Nesse tempo, a gente tinha mais tempo para conviver. Depois, ela começou a trabalhar na feira o dia inteiro e à noite na escola, tinha dia que a gente nem via mãe. Pronto! A gente a via de manhã, quando ela arrumava a gente para ir para a escola. A gente voltava com alguém, ou um vizinho ou alguém que trazia. E ela na feira o dia inteiro. Quando ela chegava em casa, para tomar um banho, era umas 17h30, 18h. Aí era pra voltar correndo para dar aula. Quando ela terminava o dia, muitas vezes, a gente já estava dormindo”.

A mãe da Senhora K. trabalhava como professora e como feirante, pois herdou a barraca que fora antes dos seus pais. Antes dela, como era de se esperar, um irmão, tio da Senhora K, tocou a barraca na feira por um tempo. “Mas aí ele arranhou um emprego de carteira assinada e deixou a barraca para mamãe”.

Essa disposição para o trabalho intenso, que a Senhora K. também herdou, alicerça-se em um ideal de “força” feminina. Tudo se passa como se em um mundo machista e hostil, a mulher trabalhadora e chefe de família tivesse que se dedicar fortemente ao trabalho e renunciar de usufruir os demais aspectos da sua vida (dedicar um tempo para seus gostos individuais, cultivar amizades e interação) para legitimar o seu lugar no mundo. Por isso mesmo, por priorizar a família, a mãe da Senhora K., embora tenha enviuvado quando ainda era muito jovem, jamais voltou a se casar. Por isso mesmo, essa mãe não teve muito tempo para se dedicar aos filhos, que ficaram “meio soltos” e aos cuidados da avó.

Para a Senhora K., encontrar tempo para si e para momentos com a família é uma questão central. Preocupa-se com o fato de que, agora, quando a mãe está aposentada e tem tempo para os filhos, estes não têm tempo para ela, pois, estão a trabalhar intensamente. Mesmo assim, a Senhora K. encontra a mãe, na casa da avó que mora mais próximo, todos os finais de semana. Nessas ocasiões, colocam as cadeiras na calçada e conversam longamente. Ela fala com carinho e emoção desses encontros.

Afora esses momentos de encontro das mulheres de três gerações da família, a Senhora K., quando coincide de ela e o marido estarem livres do trabalho (o que ocorre poucas vezes no ano), ela gosta de ir para o bar do seu tio, que fica vizinho à casa da avó. Dessa forma, pode deixar a filha mais nova à vontade, além de contar com o suporte da casa vizinha. Ela não deixa passar a oportunidade para reclamar da falta de alternativas e lugares de lazer para se levar as crianças em sua cidade. Na maior parte do tempo livre, está em casa, “mexendo no celular”, ou deitada na cama, brincando e conversando com as filhas.

4.4 AS TRANSAÇÕES, A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E AS PERMANÊNCIAS

4.4.1 DO ESCAMBO À ECONOMIA DIGITAL: AS DISPOSIÇÕES, A INVENTIVIDADE E AS ARMADILHAS DA DOMINAÇÃO MASCULINA NA VIDA DA COMERCIANTE AUTÔNOMA

A Senhora R. tem 37 anos de idade e está casada há 19 anos. Mãe de duas filhas, com as idades de 17 e 15 anos, ela é filha de pequenos agricultores de um município situado nas proximidades de Juazeiro do Norte. Foi a última filha a nascer em uma família de oito irmãos. Sua mãe a teve quando já estava na menopausa, o que faz com que tenha convivido no ambiente familiar sempre com pessoas mais velhas do que ela. Perdeu o pai muito cedo (“eu tinha cinco anos”). A família cuidava de uma propriedade, herança da avó materna, e residia em uma pequena vila, com apenas uma praça no centro. A sua família chegou à região, segundo ela, há 130 anos. As primeiras gerações se dedicaram à agricultura e as atividades de troca se restringiam aos escambos nas feiras das localidades próximas e entre os próprios vizinhos (“não tinha dinheiro circulando, entende? Era mais assim: trocar um produto por outro, não é? Feijão por açúcar e querosene... Essas coisas...”). Nesse universo, a Senhora R. afirma ter tido uma infância relativamente feliz. E isso durou até os 12 anos de idade, quando, por conta da continuidade dos estudos, foi morar com uma irmã, que residia em São Luís, capital do estado do Maranhão. Lá, sob os cuidados de uma irmã, vivia uma vida “insuportável”. Tanto que teve que fazer grande esforço para ficar até o final do ano letivo para “não perder o ano”. No retorno à localidade de origem, tudo se torna mais difícil devido ao controle rígido da mãe e dos irmãos e irmãs. E, de forma mais intensa, de uma das irmãs, que foi quem “a criou”, de verdade,

pois, quando ela tinha 15 anos de idade, a mãe já tinha 60 anos e “estava cansada e velha” para lhe dedicar tempo e atenção. “Era só para controlar mesmo”, diz.

Aos treze anos, a Senhora R. começa a cursar o 7º ano na única escola disponível na região, que se localizava distante. Para complicar, as suas aulas ocorriam no período noturno e isso a obrigava a sair de casa às 16 horas e retornar apenas às 02h00 da manhã. Esse deslocamento era feito na carroceria de um caminhão que era fornecido pela Prefeitura para levar crianças, adolescentes e jovens da localidade para essa escola. Era uma situação “complicada”. Em algumas noites, as crianças enfrentavam chuvas nessa carroceria (aberta). Em outras oportunidades, dada a péssima qualidade das estradas vicinais da região, o caminhão atolava na lama e os estudantes tinham que seguir viagem caminhando. Com 15 anos, ao ingressar no ensino médio, a sua mãe, reconhecendo o seu “sofrimento”, decide que ela estudará pela manhã em outra escola, para a qual se deslocará no ônibus “que levava as pessoas para fazer compras”. Essa nova rotina também implica em sacrifício: “eu acordava às 04h00 para ir pegar o ônibus e só retornava 13h00 para casa”.

Com todos esses desafios para a frequência à escola, não é surpreendente que, dos oito irmãos, apenas a Senhora R. tenha concluído o ensino médio. Era uma estudante interessada e inteligente. “Tanto que minha mãe lembrou nesses dias, quando ficou aqui para fazer se submeter a uma cirurgia em Juazeiro, que nunca foi chamada à escola para ouvir uma reclamação sobre o meu comportamento”. Mas, confessa, era uma “adolescente rebelde” e “inquieta”. E se insurgia, de vez em quando, contra o rígido controle exercido concomitante pela irmã e pela mãe. Para ela, essa “inteligência” a levou sempre a ter “bom tino” para os “negócios” (comércio). Tanto que, ainda com 14 anos, criou um “serviço”, junto com uma sobrinha da mesma idade, para avisar aos moradores que havia chamadas telefônicas para eles no único aparelho da localidade.

“Aí minha sobrinha... Eu disse: ‘C., mulher, vamos fazer um negócio para nós ganharmos dinheiro?’”. Ela: ‘o que é?’. Eu: ‘Vamos sair nas casas. Nós cobramos R\$2,00 por mês das pessoas e nós vamos anotar o nome de todo mundo que quer e nós vamos ganhar pelo menos um valor e vamos fazer uma coisa prazerosa que é atender, saber dos fuxicos... (risos) Saber de tudo que acontece por aqui no sítio. Vou ficar antenada porque o povo está falando no telefone e nós ficamos lá no pé escutando.’ Ela: ‘Eita, mulher, é mesmo’”. Isso eu tinha uns 14 anos. Aí saímos na casa de todo mundo. Eu sei que no final de tudo, quase todas as casas contrataram a gente... ”.

Esse “primeiro negócio” tocado pela Senhora R. deixa claro que o comércio, nesse contexto e em sua trajetória, não é apenas uma atividade para ganhar algum dinheiro, mas também uma forma de estabelecer contatos (ir nas casas e saber os segredos das pessoas) e de ter algum tipo de poder sobre os demais (saber o que as demais pessoas não sabem). E isso também implicava também em conquistar não apenas uma posição mais elevada em relação ao grupo comunitário, mas também uma afirmação da autoestima (tanto por obter ganhos monetários quanto pelo capital social conquistado com as interações). Mas esse “tino comercial”, ao contrário do que a Senhora R. explica, recorrendo à sua inteligência inata, não é exatamente uma característica natural, é uma construção social. Como filha mais nova, teve o privilégio de acompanhar as negociações da mãe e dos irmãos e irmãs nos escambos dos produtos agrícolas. A observação dessas trocas foi um aprendizado para a menina e que se desdobrou, posteriormente, na valoração positiva da conquista de ganhos advindos da “esperteza” “tino” em saber negociar.

Igualmente importante para a aquisição daquelas propriedades sociais necessárias para a navegação exitosa no ambiente de negócios foi a sua trajetória estudantil, plena de idas e vindas. Assim, tanto nos deslocamentos da sua localidade rural para a escola situada em uma cidade quanto na transferência para uma grande cidade (São Luís-MA), a Senhora R. vai descobrindo que o “mundo é grande” e que para nele navegar é necessário saber negociar. Com apenas 12 anos de idade, ela teve que aprender a conviver com situações que exigiram articulação e negociação com muitos outros (para seguir viagem para casa ou para escola, quando o caminhão quebrava ou atolava). Mais tarde, indo para a escola em um ônibus utilizado mais pelos produtores agricultores e vendedores de feiras, ela ouviu e processou informações sobre compras, vendas e cálculos. Criada por uma mãe viúva e uma irmã mais velha, imersa, portanto, em um universo feminino que necessita tornar-se excessivamente duro e inflexível para fazer frente às ingerências, às insinuações malévolas e dos assédios dos homens, ela também adquire as propriedades sociais necessárias para a navegação no universo de relações de gênero moduladas pelo machismo e pelo patriarcalismo.

Retomemos a sua trajetória. Em um momento posterior, quando já é aluna do ensino médio, a Senhora R. toma conhecimento que uma de suas professoras revende roupas e perfumes para complementar a renda familiar. Ela sente que aquela é uma oportunidade e propõe que a professora lhe repasse alguns dos seus produtos para que ela,

Senhora R., possa comercializar em sua localidade. E a atividade lhe parece, ao mesmo tempo, prazerosa e rentável. Mas a atividade comercial é interrompida, pois, aquela irmã com quem tivera uma convivência ruim quando tinha 12 anos, convence a sua mãe de enviá-la novamente para São Luís. Retorna à capital maranhense para cursar o segundo ano do ensino médio e logo descobre que uma vizinha vende roupas de casa em casa. Ela consegue convencer a mulher a lhe repassar algumas peças as quais a Senhora R. começa a revender para familiares e conhecidos e, aos poucos, estende as redes de contato para além do entorno imediato. Essa atividade comercial é interrompida, quando após o término do ensino médio, a Senhora R. retorna para a sua localidade na zona rural no interior do Ceará.

De volta à sua localidade, após o término do ensino médio, a Senhora R. enfrenta novamente o controle rígido da mãe e da irmã. “Ela me prendia. Não me deixava sair. Não podia ter amigas. E eu me revoltava com aquilo”. Nos dias atuais, quando a mãe a visita em sua casa e diz para as netas irem para as festas e se divertirem, pois, “a vida é uma só”, a Senhora R. diz que consegue compreender as atitudes da mãe. Ela evoca o contexto para justificar a repressão de outrora. Mas foi esse contexto que a fez se aproveitar de uma oportunidade em que a mãe se deslocara para ajudar a cuidar de um irmão que morava em São Luís (MA) para “casar” com o atual marido. Ela não aprofundou o assunto, mas, é razoável inferir, que ela tenha fugido de casa para viver com o rapaz e somente depois é que tenha oficializado o casamento. Tinha, nesse momento, 18 anos.

Logo após o casamento, ela se “cadastrou” na Natura⁷⁷ e se transformou em “consultora”. Mas não se contentava em vender apenas os produtos da empresa do ramo de cosméticos. Refeito os laços com a família, retorna semanalmente para a localidade para

⁷⁷ A *Natura* é uma multinacional brasileira da área de cosméticos. A sua estrutura comercial se alicerça em uma rede de “consultoras” (vendedoras a domicílio, sem vínculo empregatício com a empresa e que recebem o catálogo de produtos para a apresentação junto às clientes e arcam com todos os riscos das transações). Na América Latina toda, a empresa afirma contar com cerca de dois milhões de consultoras. Em 2017, após a aquisição da norte-americana Avon, a Natura se transformou na quarta maior empresa de cosméticos do mundo e passou a ser avaliada no mercado financeiro por 1,7 bilhão de dólares. Essas informações servem para demonstrar o quanto o comércio de cosméticos no Brasil ancorado no consumo das classes populares é lucrativo, e, ao mesmo tempo, alicerçado uma utilização de uma força de trabalho feminina que é bastante similar ao extrativismo típico da acumulação primitiva de capital. Entretanto, todo esse universo é envelopada por uma elaboração discursiva “moderna”, que evoca a “parceria” com as mulheres e a “elaboração” de “produtos de beleza” que respeita o meio ambiente. Assim, a empresa é internacionalmente reconhecida pela sua “política ambiental sustentável”.

vender perfumes e embalagens plásticas. Com a expansão da rede elétrica nas áreas rurais, através da criação do Programa Luz para Todos, no primeiro Governo Lula (2003-2007), as famílias começaram a comprar geladeiras e ela se deu conta de que as pessoas iriam precisar de embalagens para armazenar os produtos.

Concomitante a isso, o esposo trabalhava como instrutor de trânsito. Nesse trabalho, embora tenha um rendimento fixo mensal, não se trata de um porto seguro para garantir com tranquilidade a reprodução social familiar. Enquanto isso, a Senhora R., com essa experiência acumulada na venda de cosméticos, consegue um emprego para trabalhar em uma loja da franquia *Água de Cheiro*⁷⁸, mas permanece na condição de empregada por “apenas seis meses”. “Trabalhar para os outros não é para mim”, irá afirmar. Por isso, após esse pequeno interregno, retomará a atividade comercial. Algum tempo depois, consegue recursos suficientes para instalar uma loja no centro de Juazeiro do Norte e passa a ter visibilidade social como empreendedora.

Esse momento, que aquele de sua maior afirmação individual, também é aquele no qual a diferença de ganhos entre ela e o esposo ganha visibilidade social. Afinal, ela é agora a proprietária de uma loja de produtos que estão na moda (roupas destinadas a jovens) e o marido continua na mesma condição: empregado, com um salário mensal pouco acima de um salário-mínimo. Indiretamente, a lógica da dominação masculina se impõe. Como se ela sentisse que é vedada à mulher o brilho individual do sucesso. Afinal, para que este sucesso venha a ser familiar e socialmente sancionado faz-se necessário que ele seja também (ou fundamentalmente) do marido. Não é fora de propósito lembrar que nesse universo social no qual a Senhora A. se move, aquele que é de proprietários de lojas, pequenos industriais do ramo de confecções e calçados, empresários do setor de transportes, dentre outros, é também aquele no qual proliferam os discursos em torno do “sucesso” como somente sendo válido se for da “família”.

Aqui é importante assinalar que a nossa conversa ocorreu na sala da casa da sogra na presença dos familiares (sogro, sogra, mãe da sogra, filhas, marido) da Senhora R. Aí,

⁷⁸ *Água de Cheiro* é uma marca de cosméticos e perfumes e também uma franquia, que, em 2017, foi adquirida por uma holding intitulada Narsana, que atua em cinquenta países. Embora mais focada em um público formado pelos estratos superiores das classes populares e pela classe média, também é uma grande empresa da área da “beleza” no Brasil.

em momentos diversos, e, durante o início da conversa, o marido acompanhavam, algumas vezes à distância, em outras, entrando no ambiente e participando da entrevista. É importante destacar esse contexto, pois, em certa altura, a entrevistada parecia querer legitimar demandas perante os presentes que, eu, no lugar de escuta, percebia que naturalmente monitoravam a nossa conversação. Esse é um dado de campo importante para a avaliação do seu discurso, notadamente em relação ao trabalho doméstico. Tivemos, então, a impressão de que ela tentava justificar a necessidade da contratação de uma empregada doméstica. E esse não é um aspecto de menor importância na feitura desse esboço de retrato sociológico. Dado que o seu universo não é aquele das classes médias (tradicionais ou modernas), mas em um que se situa o mais próximo possível do que poderíamos denominar de pequena burguesia⁷⁹, o lugar da mulher aí sancionado é aquele no qual ela não pode obscurecer a visibilidade social do marido. Assim, apesar de todas as suas conquistas, para compensar o fato de que é a base da renda familiar, ela sucumbe à dominação masculina no espaço do lar sendo carregando sozinha, quase como se fora uma punição inconsciente, a responsabilidade pelas tarefas da reprodução doméstica. A um observador externo e distanciado, pareceria um absurdo que uma mulher que trabalha e é a base de sustentação familiar tenha que se justificar perante os outros (a família e o social) da contratação de uma auxiliar para os serviços domésticos, pago por ela mesma.

E esse peso do trabalho em casa é acrescido pelo fato de que as duas filhas foram criadas, como é comum nos universos sociais da classe média e da pequena burguesia brasileiras, para não assumirem tarefas domésticas. Nesses ambientes, nos quais a classificação das atividades passíveis de serem realizadas por uma pessoa remete ao seu lugar na hierarquia social, os filhos são socializados para serem cuidados e paparicados. Isso é especialmente forte em famílias que tiveram mobilidade social recente (de uma geração), onde a percepção negativa do trabalho doméstico predomina. Por isso mesmo, sem pejo e com algum humor, a Senhora R. diz que as suas filhas “vivem... de beleza”. Em verdade, poder-se-ia dizer que “viver de beleza” é categoria nativa desse universo social. Evoca jovens de ambos os sexos que estudam ou concluíram os estudos (algumas vezes, apenas um nível de ensino, como o médio) e que nem exercem nenhuma atividade laboral

⁷⁹ Uma pequena burguesia que sobrevive de pequenos negócios, mas que, não raro, auferе rendimentos monetários, não raro, superiores àqueles de muitos grupos profissionais enquadrados costumeiramente nas classes médias.

fora de casa (nem dentro) e passam os dias cuidando dos seus corpos (em atividades físicas ou cuidados com a modelagem dos cabelos e a maquiagem das faces, em academias e salões de beleza, empreendimentos que se proliferam mesmo em bairros populares).

Nesse ponto da análise do discurso da Senhora R. toca num ponto teórico importante sobre a construção e instrumentalização de uma categoria, elaborada nos últimos anos, de entendimento das condições de ser jovem, que é a dos “nem nem”. O “nem nem” é uma categoria alicerçada em dados estatísticos que não consegue dar conta da diversidade e da multiplicidade do social. Como exemplificado acima, existem jovens que o seu “viver da beleza” é uma situação legitimada no ambiente familiar de qualquer classe social. Podem até ser capturados, pelos órgãos estatísticos, como “nem nem”, mas não se confundem com estes no que diz respeito aos desdobramentos simbólicos. No fundo, quando se evoca “nem nem”, no Brasil, tem-se em mente quase sempre jovens que não estudam e nem trabalham...das classes populares. Portanto, “nem nem” envolve gradações e posições distintas que necessitam serem melhor definidas a partir de dados de realidade.

Por outro lado, essa categoria de “viver de beleza” não pode ser confundida apenas como uma irresponsável entrega ao lúdico e ao apolíneo. Podemos pensar que essa categoria subentende um lugar (uma posição) e todo lugar social e toda posição somente é legitimada à custa de atribuições e expectativas. Será que ao permitir que alguns dos seus jovens “vivam de beleza”, ou seja, tenham liberdade sem limitações e sem obrigações, não se estaria a expressar uma moratória existencial ampliada com uma cobrança que virá mais tarde na vida adulta? Por exemplo, o resguardo dos interesses familiares, seja com os cuidados dos mais velhos e até dos sobrinhos? A “vida para a beleza” também pode significar uma armadilha para os que dela se “beneficiam” no presente: a dependência do controle familiar, uma dívida divina a ser sempre cobrada e nunca paga e um futuro esvaziado de individualidade e sem projetos. Essas considerações, até certo ponto cáusticas, não significa que esses jovens que “vivem de beleza” não incorporam valores morais e nem assumem compromissos, nem sempre explícitos, com os próximos e família.

Na nossa pesquisa de campo, defrontamo-nos com alguns casos que podem ser tomados como exemplares dessa proposição de “viver da beleza”. D. tem 51 anos de idade e foi socializada familiarmente para ser a protegida e beneficiária das “ajudas” dos irmãos

mais velhos, não podia ser criticada e nem cobrada. Casou-se, descasou-se, teve uma filha e conseguiu, às custa da família, ter uma casa, automóveis e adquirir bens, mas com a facilidade que os adquiriu os dilapidou. De forma velada, sempre imaginou que poderia contar como seus os recursos e os bens dos outros. Por que tudo isso era suportado? Porque a expectativa familiar era a de que a contrapartida dela seria cuidar dos pais quando eles envelhecessem. Hoje, ela se dá conta que nada tem e nada construiu. E o seu fracasso, vivido dramaticamente, não é exclusivamente pessoal, mas fruto de uma trama familiar. Embora mais nova, T., com 30 anos de idade, única filha mulher em uma família de quatro irmãos, na qual o pai era um pequeno comerciante de uma pequena cidade do interior e mãe professora do ensino básico, com uma vida escolar marcada pela descontinuidade e nenhuma atividade de trabalho (e nem perspectiva de), conseguiu legitimidade para “viver de beleza”. T. frequenta academia, tem uma despesa razoável com cuidados do cabelo e da maquiagem facial, possui um automóvel, do qual não paga nenhuma despesa e já é proprietária de uma casa própria. Tudo isso é bancado pelo trabalho dos irmãos e pelos rendimentos da aposentadoria da mãe. Por último, encontramos M. 35 anos, que foi, durante mais de uma década, desde o fim da adolescência, um “rebelde sem causa”. Embora muito inteligente e com grande capacidade de aprendizagem, nunca sentiu necessidade de se engajar fortemente em nenhum projeto de estudos ou trabalho. Ou ainda em um projeto de futuro pessoal para a vida adulta. Embora seja de classe média e ainda hoje a mãe resida em um bairro tradicional da sua cidade, dada a mobilidade pelo resto dos irmãos (engenheiro, médico, advogado e psicólogo), a ele era concedida a proteção da mãe (dona de casa, esposa de um contador) para que obtivesse favores especiais, além da aceitação da sua condição de “boa vida”. Assim, teve acesso a oportunidades e bens que não estão ao alcance dos seus companheiros de posição social: festas, viagens internacionais, jogar sobre os ombros dos irmãos e da mãe a responsabilidade sobre as suas atitudes provocativas no espaço público (brigas, consumo de drogas, acidentes de carro, envolvimento com situações de risco, etc). Embora pareça caricatural e reprodução de um lugar-comum, que não é apenas brasileiro, M. nunca assumiu plenamente a paternidade do filho que teve. Sendo a criança assumida e incorporada pela família.

Feitas essas observações, que, repitamos, não tomam como referentes o universo das filhas da Senhora R., ressaltamos o fato de que a nossa entrevistada, além do “tino comercial”, tem um conhecimento muito claro a respeito das novas tecnologias. Além de

fazer uso de computadores e telemóveis desde cedo, ela percebeu que necessitava inserir em sua atividade comercial o “potencial aberto” pelos aplicativos de redes sociais. Assim, foi “migrando” a sua loja de roupas da moda para o espaço virtual. Há quatro anos, percebeu que as vendas da loja física estavam sendo ultrapassadas pelos negócios realizados através da loja virtual, decidiu fechar a loja física. Essa decisão, ousada na época, foi o que lhe garantiu condições para enfrentar, sem grandes prejuízos, o dramático período da suspensão das atividades comerciais na cidade devido à quarentena imposta pelas autoridades estaduais e municipais para fazer face à pandemia da Covid-19.

A sagacidade para as atividades comerciais, desdobramento de disposições incorporadas nos processos primário e secundário de socialização, também se expandem para uma abertura de espírito para outras dimensões da sua existência. Na criação das filhas, por exemplo. A Senhora R. não se perturba excessivamente com a questão da sexualidade. Para ela, ao contrário de muitos pais no mesmo contexto, é normal que as filhas adolescentes levem os namorados para os seus quartos. Também não entende como um problema o fato de o namorado da filha mais velha dormir na sua casa. Entretanto, é pragmática. Como o esposo não encara essa situação de maneira confortável, ela decidiu, “para não atrapalhar os negócios, afinal, o meu marido e eu trabalhamos juntos o dia todo e um clima ruim entre a gente não seria bom”, após conversa com a filha e o namorado, que este não mais pernoitaria em sua casa.

As relações que a Senhora R. estabelece com o trabalho e o seu entorno social a distanciam daquele setor interclasse (que une tanto estratos das novas classes média quanto trabalhadores jogados na informalidade) dos “novos empreendedores”. Diferente da maioria destes, essa mulher exuberante e carismática incorporou positivamente a incerteza dos negócios privados no seu horizonte pessoal. Assim, ela se sente segura (“aqui em Juazeiro, você querendo, dá sempre para ganhar dinheiro com alguma coisa. Você pode ganhar dinheiro até vendendo picolé para os romeiros.”) em relação ao futuro imediato. Como se fosse uma espécie de complemento dessa disposição para o instável, ela tem um rotina que envolve a navegação em um ambiente familiar com muita gente (como fizemos referência mais acima em relação ao contexto da entrevista), mas essas interações são marcadas pelas trocas de informações e pelo convívio com diferentes gerações no mesmo espaço (a casa da sogra é grande e parece especialmente organizada para ser esse centro de

confluência familiar). Essa é mais uma característica a distinguir o universo social da Senhora R. daquele que caracteriza o mundo dos que foram empurrados para o “empreendedorismo” pela disseminação da subjetivação neoliberal e a implementação das políticas de desconstrução dos direitos sociais, especialmente após o que denominamos antes de “Termidor Bolsonaroista”.

O que estamos a nos referir é a um universo no qual aspectos comumente associados ao empreendedorismo “precário” se faz presente, mas não a sua subjetivação (o medo do futuro, a frustração em relação à não realização das expectativas, a onipresente sensação de que os projetos pessoais estão à beira do fracasso). Talvez a melhor expressão de como o mundo da Senhora R. está em oposição seja a sua disposição de voltar continuamente para a localidade de origem para participar de festas e celebrações. Ela adora celebrar e “comer” (“consigo seguir uma dieta, mulher!”) é uma das mais engajadas na realização de um festival familiar que ocorre anualmente na sua localidade de origem e que reúne os parentes espalhados pelos quatro cantos do Brasil.

Em relação ao futuro, a Senhora R. se preocupa, como todo mundo, em relação aos desdobramentos da pandemia da Covid-19, mas não excessivamente. Com relação às filhas, o que a perturba é o fato de que “as oportunidades para elas podem estar se fechando”. Ela lamenta o corte abrupto de recursos para o FIES, ocorrida nos últimos anos, pois uma de suas filhas cultiva o sonho de “fazer medicina”. “E não tem mais FIES, entendeu?”. Ela acha que esse sonho pode estar com suas bases a ser corroída.

4.4.2 A MODERNA AGRICULTURA FAMILIAR: VALORES MORAIS, EXPECTATIVAS POLÍTICAS E PROJETOS DO PEQUENO PROPRIETÁRIO RURAL

Aos 49 anos de idade, o Senhor J. é pequeno proprietário rural na região do Vale do São Francisco. Ele é um dos sete irmãos sobreviventes dos onze filhos que seus pais tiveram. Viveu grande parte da vida em uma região típica do semiárido nordestino (comumente denominada de sertão), onde aprendeu a trabalhar na agricultura desde pequeno, embora o trabalho que desenvolvesse fosse mais relacionado à produção para a subsistência do que à comercialização. Lembra que começou a trabalhar, junto com o pai e os irmãos no “roçado” (que era em regime de parceria, já que os seus pais não possuíam terras), desde os seis anos de idade. Em paralelo ao desenvolvimento das atividades

laborais, frequentava a escola, mas a conciliação entre escola e trabalho foi se tornando impossível após os 12 anos de idade e ele somente conseguiu concluir o seu 4º ano do ensino básico. Orgulha-se, entretanto, de ainda hoje aproveitar bem “o pouco de estudo” que teve. Bem informado, loquaz e com muitos conhecimentos sobre o universo da produção agrícola, não tem modéstia em afirmar que gerentes de banco e outras pessoas com as quais interage em situações de negociação geralmente lhe atribuem alguma “formatura” e ficam impressionadas quando ele informa até onde chegou a sua formação escolar.

A sua abertura para nos conceder uma entrevista se deveu à intermediação do filho, um estudante do ensino técnico, que inclui o envolvimento nas atividades agrícolas desenvolvidas na família como o desdobramento seguinte do seu processo formativo. A conversa com o Senhor J. vai nos revelando como as disposições para a formação do que poderíamos denominar de pequenos proprietários rurais modernos vão sendo repassadas pela lógica da vida familiar e pela partilha de expectativas de projetos de futuro que envolvem o desenvolvimento do que o pai (Senhor J.) iniciou quando chegou à região como trabalhador de uma pequena indústria de produtos para a agricultura. Era uma fábrica de fitilhos de madeira para embalar melão, dentre outros produtos destinados à exportação. Tinha 17 anos de idade e veio trabalhar porque um irmão mais velho, que já era trabalhador da fábrica, conseguiu a sua “indicação”.

Paradoxalmente, no seu universo social, sair de casa para trabalhar fora, em uma idade na qual em outros contextos é aquela em que se vive a adolescência, tem um sentido de “libertação” do domínio paterno.

“É tanto que, quando a gente completava dezesseis anos, já tinha que partir pro trabalho assim... Pra ver se ganhava alguma coisa. Porque a gente convivia na casa dos pais e não tinha muita liberdade de ter um dinheirinho. Era só trabalhar e sobreviver. Pra ter uma melhoria tinha que sair. Tinha que fazer alguma coisa, né?”.

Nessa busca por ganhar um “dinheirinho” e para se afirmar socialmente trabalha durante três anos na fábrica. Avalia que a atividade laboral lhe deu experiência, mas diz que ser “empregado de outro”, desde o início, é coisa inaceitável. Após esse período como trabalhador da fábrica, retorna para o lugar de origem e se casa com a moça, sua prima, com quem já namorava e ficara à sua espera durante o período em que fora operário. Após quatro anos, com dois filhos já nascidos, ele ainda acalenta o sonho de retornar ao Vale do

São Francisco. Anos antes, ainda na condição de operário, observara as movimentações comerciais na cidade de Petrolina e o intenso comércio de frutas e obtivera também informações sobre a agricultura moderna que aí se praticava com as águas oriundas do Rio São Francisco (apelidado de “Velho Chico” pelos moradores do semiárido nordestino), e, então, intuía que o seu futuro estava na região. E o futuro para ele era claro: “ter uma terra, um lugar para morar”. E para quem era nascera e passara a infância em um “lugar seco” e sem “água”, o Vale do São Francisco era uma espécie de oásis.

“Pra mim, essa região aqui vale ouro. Cada metro disso aqui vale ouro. Não é porque tem uma área sequeira que ali não vale. Não! Todas as áreas dessa região têm seu valor. Porque o que tem nela é um recurso fabuloso: água. E tendo água, tem tudo. Não sei se todo mundo vê dessa forma, mas eu vejo.”

Após quatro anos, animado por um irmão, ele retorna ao Vale, desta feita para “trabalhar para a gente mesmo”. Arrendam dois hectares de terra e plantam banana e começam a trabalhar sem nem ter um lugar para morar. Com um ano e meio, ele consegue construir a sua casa e instalar a família.

“Aí a gente ficou com umas condições melhores. Já estávamos produzindo na roça. Pagando os arrendamentos das terras com antecedência. Isso não parou por aí. Eu continuei arrendando área de terra pequena. Área de goiaba pra tirar assim em um ano. Aí entregava e tirava dois anos... Tirava cinco anos.”

Esses momentos iniciais foram difíceis e a família se envolveu toda na atividade agrícola. Para o Senhor J, o filho que estuda em uma instituição federal e que sonha em retornar para a vida na propriedade rural “já nasceu no bem bom”, quando as condições eram melhores. Mas os dois primeiros filhos, um rapaz e uma moça, ambos casados e morando nas cercanias, enfrentaram muitos desafios. Todos os filhos, segundo ele, “gostam de trabalhar” e desde cedo se envolveram com o trabalho agrícola tanto nas terras que arrenda quanto na pequena propriedade familiar. E continuam a trabalhar. Os mais velhos, em tempo integral; o mais novo, estudante, quando retorna aos finais de semana ou nas férias escolares. O ano do retorno ao Vale foi 2000, ele salienta, e aquele em que conseguiu adquirir a sua propriedade foi 2006. Nessa propriedade, ele planta caju e uva, mas estava se preparando, quando de nossa entrevista, para dedicar a propriedade familiar toda para a produção de uva (8,5 hectares). Sem prejuízo das culturas desenvolvidas nas terras que aluga para cultivos provisórios.

Esses filhos, segundo o Senhor J. , foram bem orientados. Por isso, não encontra motivos para se preocupar com o futuro deles. “Eu não me preocupo muito porque eu já

vejo que eles estão ali seguindo e vão manter a propriedade. Não sou de tá ali puxando, sabe? Eles são de entender com poucas palavras a situação que eu quero”. Pareceria, levando em conta as suas palavras, que estamos diante de uma mera reprodução do modelo familiar patriarcal, hoje em erosão não apenas na região, mas, podemos especular que se trata de algo mais profundo: da transmissão da herança (mais simbólica que material) do pequeno agricultor familiar. Mas não se trata do tipo tradicional de pequeno agricultor que predominou até décadas recentes no semiárido nordestino, mas sim de um pequeno agricultor que trabalha e reside em perímetros irrigados com infraestrutura (escolas, saneamento, básico, eletricidade, abastecimento d’água e estradas vicinais de boa qualidade ligando as inúmeras localidades), além de estar conectado com mercados e cadeias produtivas que vão muito além dos circuitos tradicionais. A produção de uva na região (para utilizar aqui um termo do Senhor J., uma conquista da pesquisa biotecnológica do organismo brasileiro de pesquisa na agricultura, a EMBRAPA) está inserida em um divisão regional do trabalho em que os pequenos nem aventam a possibilidade da produção de vinho, até porque esta é uma atividade que implica altos investimentos e é quase toda assumida pelas grandes empresas, gerenciadas ou assessoradas por especialistas oriundos do estado do Rio Grande do Sul ou, como é mais comum, de Portugal e da Itália. Mesmo assim, as uvas da pequena agricultura abastecem as feiras da região, o mercado nacional e são a matéria prima da crescente indústria de sucos em desenvolvimento no Vale.

A entrevista nos foi concedida na casa do Senhor J. Ao lado da moradia, podia-se ver o maquinário agrícola e a picape com a qual ele e os filhos se deslocam pelas redondezas e para a resolução de situações de negócios em Petrolina ou Juazeiro. Trata-se de um padrão de vida de um pequeno agricultor mais comum nas regiões sul e sudeste do Brasil do que no Nordeste, daí a excepcionalidade do que está a ocorrer na agricultura do Vale do São Francisco. E o Senhor J. tem plena consciência dessa realidade e atribui o seu sucesso (“conquista”, como ele não cansa de repetir) ao fato de que sempre teve em mente não ser “empregado” e ter sua própria terra. Outro elemento evocado em seu discurso se refere àquele traço da gramática moral brasileira, especialmente forte nas classes populares, que é o de realçar o vínculo entre a sua posição à força de “caráter” e a uma reconstituição épica da trajetória existencial.

“Eu nunca fui pobre porque eu era forte. Eu sempre fui rico porque eu tinha saúde, mesmo quando eu não tinha nada. Eu nunca me achei um cara fraco.

Também nunca me achei diminuído. Ao falar de mim e comparar com o pessoal de hoje, acho que o pessoal não é mais tão rígido, é mais fraco”.

Essa apreensão de mundo, consistente com a incorporação da ideia que só se pode contar consigo mesmo para ser alguém em um mundo adverso, traduz-se em um monitoramento constante daqueles que lhe são próximos. E esse monitoramento diz respeito às atitudes e comportamentos nas interações com os outros, mas também no cuidado com os bens materiais. É o que sobressai quando o Senhor J. fala a respeito daquilo que considera digno de elogios na trajetória dos filhos:

Começando por eles, por esse daqui (autora: refere-se ao filho que nos concedeu entrevista)... Aqui, graças a Deus, todos eles têm cuidado com as coisas. Quando não é para a área que eu faço, que a gente trabalha, é exatamente os estudos. Eu adoro essa parte aí: que é todo mundo ser focado. Quando você quer uma coisa e você diz: ‘eu quero fazer isso e você corre atrás, você é forte. Agora, essa parte que diz assim: ‘não, fulano tem sorte, fulano tem uma moto’. Mas, quando você vai ver não é que o fulano tem sorte, é que o fulano luta, batalha, corre atrás. Enquanto ele, aquele que reclama, fica só vendo o que o outro faz e não corre atrás. Isso, eu não tolero! Você tem que querer um negócio e correr atrás. Não é esperar pra ficar uma pessoa de trinta, quarenta anos... Não! Você tem que correr atrás é agora. Porque agora é que você tá tendo a oportunidade porque você é jovem. O cara tem dezesseis anos, ou tem quinze anos, aí ele não corre atrás de nada; e os pais dizem: ‘ah meu filho, você não vai fazer nada’. E o rapaz lá com o aparelho celular na mão. Eu digo isso porque eu tenho uma irmã que faz isso com o filho dela. Pra mim, ela tá desperdiçando o juízo dele. Ela está destruindo a mente dele... Porque ela não tem condições assim financeiramente de dar nada a ele. Ela é uma pessoa que sobrevive também trabalhando, mas ela não olha que os filhos só têm alguma conquista se forem também trabalhar duro. Não tolero isso de uma pessoa ficar assim... parada, esperando acontecer”.

É inegável que esse discurso reproduz alguns lugares-comuns das ideologias do esforço, da retribuição ao esforço individual e, em última instância, da meritocracia. As ciências sociais já se debruçaram em demasia sobre esses tópicos temáticos e as respostas são mais ou menos socializadas no nosso campo, dispensando-nos aqui de avançar em respostas que seriam apenas a reiteração de críticas óbvias. Parece-nos mais importante destacar que essa narrativa ideológica reforça aquela percepção, mais acima apontada, de que o caráter de uma pessoa é decisivo para que ela consiga navegar socialmente. Em um primeiro momento, essa percepção fortalece o indivíduo em uma sociedade, como a brasileira, onde se vive um permanente “déficit de atores sociais”, para utilizarmos aqui uma expressão mobilizada por Touraine (1989). Em outras palavras, dada a baixa densidade de laços horizontais na vida social (as sociabilidades são dominadas pelos afetos de forma tão forte que os amigos necessitam ser incorporados “como da família”) e, com raras exceções, da fragilidade das instituições públicas, esse “contar consigo mesmo” é o

refúgio possível em uma sociedade tão profundamente desigual. Embora seja uma frágil fortaleza, essa compreensão de mundo é também a base de resistências e de articulação de ações coletivas dos que se encontram na mesma situação. Em um segundo momento, como é aquele do Senhor J., essa compreensão também pode ser mobilizada para tirar do horizonte individual a responsabilidade pelas relações assimétricas e as injustiças em seu meio. Trata-se, assim, contraditoriamente, tanto de um elemento de afirmação do ser quanto de um mecanismo de proteção para não se deixar invadir pelos “fatos desagradáveis”.

Nas proximidades, existem assentamentos rurais oriundos de antigos acampamentos do MST. O Senhor J. condena as ações desse movimento e diz que “acha muito errado” quem o apoia. Além disso, diz ele, quem investe o seu trabalho em um assentamento está sempre em uma situação precária, pois, em algum momento, o antigo proprietário pode vir a reivindicar a retomada da sua propriedade. Invadir a terra de alguém que tem a propriedade legal, documentada, para ele é inaceitável. Procura se desviar do assunto com certa rapidez: “acho esse assunto chato”. Entretanto, reconhece que em um assentamento vizinho, desarticulado pela ação da Polícia Federal, que garantiu a reintegração da posse da terra a antigos proprietários (improdutivos), havia ali uma experiência produtiva exitosa. “Roças da melhor, só não tinha roça de uva, ainda. Mas roça de goiaba, de mamão, macaxeira, acerola, as coisas mais linda. Mas era assentamento...”.

A partir de um questionamento que fizemos sobre o que fundamentaria a sua visão de mundo, o Senhor J. responde apontando para o fato de ser católico.

“A religião católica, pra mim, é assim como se fosse uma base. A gente tem que ter uma fé, acreditar e ser forte. Ser firme no pensamento. Eu diria assim: a gente pra ser católico, o católico, ele não é assim de tá todo dia de joelho na igreja... Ele é católico dentro da casa dele. A fé é o que segura e é o que faz você vencer.”

Por último, há que se registrar o fato de que a reconstituição de sua trajetória de vida permite ao Senhor J elaborar reflexivamente sobre escolhas existenciais. Como se, de algum modo, ele devesse a si mesmo justificativas para não ter optado por trilhar o caminho seguido por muitos jovens do semiárido nordestino que é o da emigração para São Paulo. “Aqui é ótimo pra conseguir emprego. Eu não trocaria assim... Eu nunca pensei em São Paulo como um lugar para você sobreviver bem. O povo falava muito de São Paulo, mas eu nunca tive vontade nem de conhecer, nem de morar e nem de trabalhar”.

Em uma posição na qual se conjugam traços fortes da tradição e dos elementos culturais da vida camponesa no interior do Nordeste e a inserção em uma cadeia produtiva cujos elementos culturais e ideológicos remetem ao global (ao empreendedorismo, ao elogio do mérito e à lógica da competitividade), poder-se-ia entender que o seu lugar é o de uma classe média rural. A produção de tal classe social foi um objetivo explícito da ditadura militar instaurada em 1964 com a sua aposta na aparentemente contraditória aposta na modernização conservadora do mundo rural brasileiro. A aceleração do êxodo rural e a transmutação dos latifúndios em complexos agroindustriais subsidiados com os fundos públicos, através dos bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste Brasileiro, BNDES e toda a rede de bancos estaduais então existentes), dinamitou o chão econômico de onde poderia surgir essa classe nos anos 1960 e 1970. Paradoxalmente, em um momento de aceleração da globalização e de emergência de atores sociais que encontram na conquista da terra o caminho para a sua conquista da cidadania (através das ações patrocinadas pelo MST, MLST, CONTAG e CPT, dentre outros), aquele objetivo (então dito como estratégico) dos militares se torna realidade, embora de forma residual e restrita a alguns polos dinâmicos do agronegócio brasileiro.

4.4.3 O IDÍLIO DO MUNDO PASSADO: A DONA DE CASA DE CLASSE MÉDIA

Chegamos à Senhora E. através de S., seu neto, a quem ela cuidou e criou como filho. O jovem reside até hoje na confortável casa, situada em Petrolina (PE), em que ela reside com o seu marido, um engenheiro que ocupou cargos de relevância na administração pública e que nos dias atuais cuida de pequenas propriedades situadas às margens do Rio São Francisco como quem está casada há 53 anos. Aos 72 anos de idade, ela pertence a uma ou duas gerações anteriores àquela a que pertencem a grande maioria dos pais que retratamos nesta parte do trabalho. Como o Senhor A., de Juazeiro do Norte (CE), as suas informações e narrativas nos fornecem elementos para um retrato sociológico singular, mas nem por isso menos representativo de visões de mundo presentes e fortes o suficiente para moldar práticas sociais e escolhas políticas na sociedade brasileira do presente.

A Senhora E. se define como dona de casa. “Uma dona de casa comum”, diz ela. Uma modéstia de sua parte, pois comum ela não é. Nem a sua vida atual e nem a sua trajetória. Um exemplo: mora em uma casa alugada, mas é proprietária de uma grande casa em Recife. Este imóvel situado na capital pernambucana, no qual foram realizadas

reformas com a expectativa de venda, é um “bem de família”. Filha de um agropecuarista e chefe político local em um município situado no agreste pernambucano, situado a 200 km da capital, ela carrega em seu sobrenome um nome de família que é sinônimo de elite e classe dominante no estado de Pernambuco há não menos que duzentos anos. Na nossa conversa inicial, ela mesma se refere a esse nome e diz que o prefere a outro dos sobrenomes que a identificam. A sua vida em família foi, segundo ela, “a coisa mais linda do mundo”. A mãe era compreensiva e se desdobrava para tornar a vida dos filhos mais agradável.

A Senhora E. estudou até o final do que atualmente corresponde ao ensino médio. Sonhava em cursar veterinária em Recife, mas o pai a impediu de seguir adiante, pois, para ele, essa não era uma profissão apropriada para alguém do sexo feminino. Teve, então, que se contentar com o curso de magistério. Esse pai, embora “severo”, não deixava de levar a ela e ao restante da família para as animadas festas no clube da cidade, do qual ele foi durante muito tempo o seu presidente. Ela diz que ele a “prendia” muito, embora também afirme que ele deixava que ela e as irmãs frequentassem o cinema da cidade. E, embora não aceitasse que elas visitassem amigas, aceitava que ela e as irmãs recebessem as pessoas que quisessem. Era uma “vida tranquila”.

A sua mãe havia concluído mais de uma graduação em faculdades de Recife, o que era um fato excepcional antes da primeira metade do século XX no Brasil. Algo impensável até mesmo para as filhas das classes médias tradicionais (que, conforme acontecerá com a Senhora E, apenas concluíam o “magistério” ou o “normal”). Para conseguir esse feito, tinha que pertencer mesmo a uma família da elite açucareira pernambucana. E o rapaz com quem essa moça teve a permissão familiar para se casar só poderia, já que morador de um município interiorano, ligada à agropecuária e membro de uma elite política local.

Criada em um ambiente que era de “respeito” e de “obediência”, ela foi uma típica moça da elite local nos anos 1960. Aos olhos de hoje, casou-se cedo (aos dezessete anos), mas essa é uma projeção idealizada sobre o passado. Ela mesma projeta a categoria adolescente, sequer existente como categoria nativa no momento em que viveu a sua transição para a idade adulta, ao afirmar que “não vivi a adolescência porque casei cedo”.

Alguns anos após o casamento, quando estava grávida do seu filho caçula, ela e o marido se mudaram para Recife, onde o marido passou a ocupar um cargo de relevância em um órgão público federal ligado à agricultura. A vida na capital pernambucana era “tranquila” e ela gostava muito porque era perto de sua cidade e podia se deslocar para o ambiente de família e amigos todas as semanas. O cargo do marido o obrigava a longas viagens por todo o estado e, algumas vezes, para Brasília ou estados vizinhos. Essa situação fez com que ela, mesmo tendo sido aprovada em processo seletivo para o curso de psicologia em uma prestigiosa faculdade, não conseguisse realizar o sonho de “fazer universidade”, pois, “tinha que cuidar da família!”.

Após alguns anos morando em Recife, o marido foi deslocado para um cargo de chefia do órgão em Petrolina. Acostumada à vida na capital e ao calor familiar que a proximidade com a sua cidade natal lhe propiciava, ela resistiu à mudança. O marido apelou para o sogro. E a reação do seu pai a demoveu da resistência à mudança.

“Meu pai disse: ‘como é? Você não quer ir? Você vai seguir o seu esposo!’. No tempo, a gente não podia contrariar... Eu ainda disse: ‘ô, papai’ e ele: ‘não tem papai, não tem nada, você vai!’”.

Em Petrolina (PE), ela chegou quando tinha em torno de trinta anos de idade. Na maior parte dos dias da semana, o marido estava fora, a trabalho na região. “Ele saía na terça e só voltava na sexta”. E, algumas vezes, no sábado, o marido saía com amigos e colegas de trabalho para beber e “aí ficava fora o dia de sábado, bebendo, e, no domingo, de cama, com ressaca...”. Com essa situação, a Senhora E. assumiu a condição de referência familiar central para os três filhos. Era quem monitorava o desempenho escolar deles e também quem se encarregava de organizar a alimentação da casa e os cuidados domésticos. Até as atividades de lazer ficavam sob a sua responsabilidade. O fato de ela dirigir automóveis, “facilitava as coisas”. “Eu colocava os meninos dentro do carro e os levava para uma ilha do rio. Outra vezes, levava para outro lugar. Eu passeava muito com os meninos”.

As oportunidades de reencontro com os familiares na sua cidade de origem rarearam quando a família se mudou para Petrolina, mas eles nunca deixaram de se encontrar e de promover reuniões. As festas religiosas católicas eram oportunidades e justificativas para esses momentos. E isso foi facilitado pelo fato de que, afora um irmão que se mudou para São Paulo, o restante dos seus sete irmãos e irmãs não se mudaram de

cidade. E, dada a longevidade do pai e da mãe, a casa paterna foi, até tempos recentes, o centro gravitacional da sua vida social. E nesse ambiente, moldado pelo envolvimento com a vida política tradicional e com a agropecuária, ela incorporou o seu esquema de classificação do mundo e definiu os “valores” com os quais tentou “educar os filhos”.

Os seus filhos não conseguem reproduzir os seus padrões, nem familiares e nem de condições materiais. Um deles, o mais velho, trabalhou um tempo, está desempregado e é apoiado financeiramente por ela e pelo marido. O segundo filho, exatamente o pai do neto que ela cria, abandonou a mãe do agora rapaz (a quem entrevistamos) e se casou novamente. Muito embora, ela tenha adotado a mãe do rapaz como “filha” e a tenha acolhido em casa durante muito tempo, até ela se casar novamente. Quando saiu, deixou esse filho com ela. De forma cuidadosa, a Senhor E. deixa entrever que os filhos não obtiveram o sucesso profissional que ela esperava que alcançassem. E nem constituíram famílias que ela possa elogiar fartamente, algo que faz em relação aos seus irmãos. Aliás, do seu núcleo familiar, merecedor de elogio é mesmo esse neto que mora com ela, que ela reputa como “muito educado” e como uma “pessoa maravilhosa”.

“Tudo de bom e de melhor que eu aprendi na vida foi com meu pai e minha mãe. A educação, o respeito, saber entrar e saber sair de qualquer lugar. E outras coisas que se a gente for enumerar, não acaba mais, não é?”

A referência a “saber entrar e saber sair” é significativa porque, na sociedade brasileira, a expressão é uma demarcação simbólica de classes sociais. Trata-se da instituição de um diferencial em relação às pessoas das classes populares que não saberiam como se comportar em determinados ambientes e nem teriam acesso aos códigos e as etiquetas que permitem se deslocar neles com a desenvoltura exigida. O seu par oposto é da “pessoa sem regras” e “sem educação”. O termo educação quando imerso nesse vocabulário implica exatamente a incorporação das disposições corporais e emocionais (desembaraço dos movimentos corporais, risos contidos, comedimento ao falar e se alimentar em público, formas de cumprimentar os outros, corpo ereto, etc) dos membros das elites e das classes médias tradicionais. De certo modo, a corpos que não foram moldados pelo trabalho extenuante e nem pela preocupação constante em “não passar vergonha” ou “fazer feio” em público, como as mães das crianças das classes trabalhadoras não cansam de repetir aos seus filhos. Admoestações que, mais tarde, nas escolas, serão repetidas, não raro construindo estigmas sobre os que não se “adestram” (“aquele menino

nunca vai aprender a se sentar direito”, “a menina de cabelo comprido daquela turma se senta com as pernas abertas como se fosse uma lavadeira de roupas” e tantas outras demonstrações que uma etnografia nas salas de professores das escolas públicas nos permite catalogar).

Além da vida familiar, a Senhora E. nos diz que encontrou na Igreja Católica um espaço formativo fundamental na sua vida.

“No meu tempo, ela (a Igreja) ensinou muita coisa: era catecismo, que eu não sei se ainda se mantém... Bom, a gente ia todos os domingos. A gente tinha que ir para a igreja com a roupinha branca, com o sapatinho... E tinha que ir, mesmo que ali você não tivesse ligado totalmente nas palavras do padre ou da freira. Mas a Igreja ensina. Ensina porque a gente sabe que só tem um ser no mundo, em todo o universo e que comanda tudo, que é Deus”.

E essa “educação” foi se perdendo com o passar do tempo, segundo a Senhora E. Para ela, a única coisa fundamental a se deixar de herança é exatamente a formação (e, com, ela, o “caráter” e a “honestidade”). Ela comenta que o seu neto lhe diz que ela tem visões arcaicas e que os tempos são outros, mas ela responde indicando que “a única coisa boa que se tem”, mesmo nos dias atuais, é a boa formação alicerçada nos valores e princípios do seu tempo. Ela abre exceção para uma positividade da vida social atual: “se você tem foco, você consegue”. “Tem bairro que a gente passa e vê: pobre, pobre, pobre... Aí um menino de lá vai e passa em primeiro lugar em um curso de medicina, estudando com material retirado do lixo. Quer dizer, quando você realmente quer, você consegue.”

Mas, no seu entendimento, as pessoas da geração atual são muito acomodadas e têm poucos compromissos. “Eles encaram as coisas e a vida de uma maneira tão diferente. Eles acham que o bom é farra, festa... Eles não têm uma noção, uma base... Uma coisa formada dentro deles”. À essa altura da nossa conversação, entra em cena o esposo da Senhora E., que, quando o assunto resvalou para questões mais próximas da pauta política contemporânea brasileira, interveio sem maiores preocupações. No que diz respeito às gerações atuais, ele dissertou:

“A geração do Brasil, hoje... Começa pela péssima escolaridade. O nível baixou demais. Aumentaram o número de escolas em todos os níveis, desde o primário até a faculdade, mas a qualidade é muito ruim. É péssimo! E o próprio brasileiro, só tem uma coisa que ele quer na vida: levar vantagem em qualquer coisa, por isso que somos o que somos. Hoje, como país, devemos estar de quarto para quinto mundo. Isso aqui não é mais nem terceiro mundo...”.

Logo em seguida, tanto o esposo quanto a Senhora E. vaticinam que a “essa geração” (jovens atuais) vai “sofrer muito” porque os diplomas já não garantem bons empregos. Em parte, para ambos, a culpa seria dos “políticos”, porque o Brasil é um “país de desonestos”. E que teria muito “vagabundo”, que não quer se preparar. Para ele, a cultura da uva no Vale do São Francisco seria exemplar: veio gente de fora e plantou a uva e está ganhando bem, pois, se prepararam para o trabalho. E isso é o que, para ele, distingue emprego e trabalho. Trabalho dignifica; emprego é só um ganho. Os políticos teriam, nessa sua elaboração, “empregos”. Por isso mesmo, e aí repetindo um lugar-comum de setores das classes médias aderentes ao discurso ideológico dominante sobre a formatação do Estado no Brasil, ele diz que “as reformas são importantes e vão ser feitas”. Ele diz que Bolsonaro (“que a gente colocou lá”) poderia ter feito mais pelas reformas. Mas que “a culpa não é dele, é nossa também”.

A Senhora E. alude à questão das drogas. Para ela, o consumo excessivo de drogas pelos jovens brasileiros na atualidade seria a consequência direta de desmandos e da ausência de alternativas. Dentre estas, empregos. E isso, em parte, ela atribui aos próprios jovens que não são educados para o esforço e para terem perspectivas.

“Perspectiva, não têm nenhuma. Antigamente, você olhava e achava uma brechinha, hoje você não acha. E quem é que quer se formar? Ser um advogado, não sei o quê... para ir para uma loja vender sapato, vender roupa, ficar em uma calçada oferecendo... Eu acho que é isso também. Não sei... A não ser que seja um pai de família que esteja morrendo de fome e precise levar pão para seus filhos. Aí esse tem que fazer o que vier...”

CAPÍTULO 5 – ESPELHOS PARTIDOS: FRAGMENTOS DE RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE JOVENS DA GERAÇÃO ATUAL NO BRASIL

5.1. TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES: AS OPOSIÇÕES BINÁRIAS E A REPRODUÇÃO DO ANTIGO EM NOVOS CONTEXTOS

Na base das percepções diferenciadas em relação às trajetórias de diferentes gerações no que tange tanto ao trabalho em si quanto a sua divisão sexual está a incorporação pelos sujeitos da história familiar. O que se observa, a partir da nossa inserção no campo de pesquisa e o exercício de escuta, é que os indivíduos que conseguem se apropriar da biografia familiar estabelecem parâmetros comparativos. Esse trabalho comparativo, especialmente marcante em relação às distinções entre os esforços físicos despendidos por diferentes gerações de uma mesma família na execução de seu labor, é tanto mais forte quanto os elementos da memória da transição da vida rural para a vida urbana estejam presentes. Em uma sociedade que viveu em menos de cinquenta anos um processo acelerado de redefinição demográfica da distribuição de sua população entre o campo e cidade, como o caso da sociedade brasileira, e, mais especificamente do vasto território do Nordeste do Brasil, os traços mnemônicos distintivos dos dois mundos (“rural” e “urbano”) alicerçam as próprias biografias dos sujeitos.

A uma objeção intelectualista que questionasse a dificuldade em tomar pequenas cidades do interior do Brasil como expressões do “urbano”, para tanto tomando como base critérios “objetivos” (existência ou não de equipamentos típicos do mundo urbano moderno ou formas de sociabilidades típicas de sociedades urbanas modernas), poder-se-ia responder que a compreensão que os próprios sujeitos que vivenciam a realidade têm dessa disjunção é sociologicamente significativa. Exemplar dessa elaboração é a categoria nativa de “trabalho pesado”, a qual, embora menos forte do que outrora, ainda pesa fortemente na elaboração a respeito de esforço físico despendido na execução de uma tarefa. E “trabalho

pesado”, em grande parte do Nordeste do Brasil, mas mais especialmente no vasto semiárido⁸⁰, o qual abrange 53% do território da região. Com as exceções da moderna fruticultura de exportação, cuja maior expressão é a vinicultura na região do Vale do São Francisco, a produção de frutas tropicas no Vale do Açu e na Chapada do Apodi e produção soja no extremo-oeste do estado da Bahia, a agricultura envolve trabalho tradicional e moradia no campo. Entretanto, não nos interessa, ao menos neste tópico, retomar uma discussão que deita raízes na própria sociologia e que, de algum modo, reproduz a oposição comunidade X sociedade, abordada nos primórdios da ciência social, de modo paradigmático por Ferdinand de Tönnies. Uma arqueologia dessa oposição foi feita, com competência, por Carmo (2009), em ensaio que se orienta por uma perspectiva, diga-se de passagem, diferente da que esposamos aqui, pois, está este autor mais preocupado em apreender o continuum entre rural e urbano do que em explicitar as subjetividades e o imaginário social que estruturam a perpetuação da sua oposição em pleno século XXI.

5.1.1 UMA ESTUDANTE DE DIREITO E AS DISPOSIÇÕES DE RELIGIÃO E CLASSE NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR E NA VIDA FAMILIAR

Uma de nossas entrevistadas, a quem identificaremos aqui como A.R., de 22 anos, estudante do curso de Direito em uma universidade pública na cidade de Petrolina (PE), toma essa oposição para estruturar a trajetória familiar. Da vida centrada no trabalho agropastoril para o universo dos serviços (públicos e privados) na maior cidade da região do Vale do São Francisco. Ao desfiar os enredos das tramas de sua família em relação aos postos de trabalho, a entrevistada está a construir uma história na qual a transição do rural ao urbano se expressa também como um distanciamento do trabalho exclusivamente físico para um trabalho que passa a ser, mais e mais, intelectual. O seu avô materno era vaqueiro (trabalhador que cuida do rebanho bovino em uma fazenda, uma espécie de cowboy do Nordeste do Brasil), o que implicava no exercício de um labor marcado pelo alto risco e grande desgaste físico. Já a sua mãe e tias, hoje, trabalham nos serviços públicos de saúde

⁸⁰ O semiárido, não raras vezes sinônimo de “sertão”, é marcado pela semiaridez climática, baixa pluviosidade anual, altas temperaturas durante o dia e frágil hidrografia. Com exceção dos rios São Francisco e Parnaíba, os seus cursos d’água são intermitentes.

e educação. Há, nessa história familiar, mobilidades interconectadas. São tanto espaciais quanto sociais. Ao mesmo tempo de modalidades de trabalho e de formas de uso do corpo. E, de forma sobreposta, temos uma transição para uma estrutura familiar cuja reprodução se assentava nos recursos oriundos do trabalho masculino para uma situação em que recaí sobre os ombros das mulheres a maior responsabilidade sobre o sustento da família.

“Minha família, minha tia, a... a irmã da minha mãe, mais velha, minha tia Fátima, ela teve que vir para cá para Petrolina para estudar, porque lá era muito pequeno e não tinha escola, não tinha faculdade... Ela veio para cá, e veio estudar e trabalhar e... a... passou no concurso do Estado de Pernambuco, né?! Ela se formou na FFPP, na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, que hoje é integrada à UPE, a Universidade de Pernambuco, e ela se... Ela virou professora. Aí... isso abriu portas para que outras tias minhas pudessem vir também para Petrolina, pra estudar. Aí depois veio minha tia Eugênia, minha mãe também, que é a terceira mais velha. E... quando minha Tia Fátima começou a trabalhar, ela conseguiu... O salário dela era pra família. Ela conseguiu...”

O núcleo familiar da mãe de nossa entrevistada era composto por pai, mãe, cinco filhas e dois filhos. Feita a transição do campo para a cidade, impulsionada por essa tia que se muda sozinha do seu vilarejo distante para estudar em Petrolina (PE) e que se tornará professora e, como diz a entrevistada, abrirá “as portas” para as irmãs, somente as mulheres conseguem realizar cursos de nível superior em instituições da Região do Vale do São Francisco. Das cinco filhas, três se tornaram professoras, uma policial militar e a última, exatamente a mãe da entrevistada, técnica em enfermagem. A irmã da entrevistada, formada em enfermagem, estava realizando o seu curso de mestrado em Psicologia na mais prestigiada universidade regional e, conforme informou com orgulho a entrevistada, havia sido recentemente empossada como servidora pública da saúde na Prefeitura de Petrolina.

Os dois tios da entrevistada não conseguiram adentrar em cursos superiores, embora não tenham deixado de tentar. Concluíram apenas nível de ensino médio (correspondente em Portugal ao ensino secundário). O primeiro deles, exatamente com o suporte financeiro das irmãs, conseguiu imigrar, mesmo sem nenhum domínio da língua inglesa, para os Estados Unidos e aí desenvolveu atividades laborais em lanchonetes, “limpando banheiros” sublinha a entrevistada. Em que pese os obstáculos, realizou o sonho de “fazer a América”, trouxe algum recurso financeiro e montou uma pequena loja de venda de peças automotivas, mas não conseguiu administrar bem o negócio e este veio a falência.

É possível propor uma interpretação do esboço de trajetória familiar acima apresentado na qual o lugar da mulher no trabalho é alterado, na medida em que, em uma geração apenas, as mulheres transitam das atividades agropastoris (mesmo que desenvolvendo atividades marginais e complementares) e vão se inserindo no setor de serviços urbanos. Essa transição envolve a incorporação de conhecimentos e capitais (linguísticos, simbólicos, sociais, etc.) disponíveis apenas no acesso e permanência no universo escolar. Enquanto a participação da mulher nas atividades tradicionais no Nordeste do Brasil, seja na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva no semiárido ou na pesca no litoral, é, para usar um termo cunhado por Woortmann (1991), “silencioso”, na nova realidade, urbana e de serviços, essa participação é se não ruidosa visível socialmente. Tanto assim que passa ter um impacto não desprezível na vida familiar cotidiana. No caso da entrevistada sobre a qual assentamos estas interpretações por AR, isso significou ter uma infância cuidada por uma irmã. Quando sua mãe começou a trabalhar como técnica de enfermagem, cumprindo horários que não seguem um padrão, mas escalas imprevisíveis, ela, então com 09 anos de idade passa a ser “cuidada” por sua irmã mais velha, então com 12 anos.

“...E com isso eu também sofri muito a ausência da minha mãe, porque... eu era muito dependente dela. Eu era muito pequena ainda e eu achei que... assim... Até o cuidado do cabelo, de ajeitar... Meu cabelo era cacheado. Fazer os penteados, ela era quem fazia e aí não tinha mais quem fizesse porque minha irmã também estudava de manhã e eu estudava de manhã também. Ela ia se arrumar, eu ia me arrumar e não tinha quem fizesse o meu penteado porque minha irmã já estava ocupada. E meu pai nunca teve esse... esse... trato, não é? De trabalho em casa, ele sempre fez o café da manhã porque é muito simples, não é?! Um pão, um cereal, uma coisa rápida... Mas o almoço, a gente chegava da escola, fazia o almoço, esquentava. Minha mãe deixava tudo pronto, a gente tinha que esquentar no fogão. Tudo o mais: fazer carne, salada, essas coisas... Mas... foi muito precoce, né?! A gente considera muito precoce. Hoje em dia, a gente percebe que foi... é... É um mal necessário esse emprego da minha mãe, porque... é uma garantia, né? Porque meu pai, ele é técnico em refrigeração, ele não tem um... um salário fixo, a renda dele é muito variável e a gente conta muito mais com a renda da minha mãe do que com a renda do meu pai. E se a gente fosse imaginar um cenário diferente, se minha mãe ainda continuasse em casa sem trabalhar, a gente estaria numa situação muito pior...”

A narrativa, entrecortada por uma indisfarçável emoção, com frases interrompidas por breves silêncios, poderia ser tomada também como expressão de um sofrimento que não é um marco apenas de um indivíduo. Trata-se de uma situação que poderia ser tomada como exemplar daquela dimensão da experiência vivida individualmente a que Pierre Bourdieu, com apoio de colaboradores, abordou como “sofrimento social” (2003). Trata-

se, nada menos que isso, das perdas e danos que os processos e dinâmicas sociais impõem aos indivíduos em suas existências e que estes as incorporam (ou, para sermos mais fiéis à gramática sociológica bourdieusiana, *in-corporam*) sempre fortemente provocando, não raro, fraturas nas suas autoestimas e projetos de vida. Mas, ao mesmo tempo, o que se apreende no relato é também a reprodução da dominação masculina no trabalho doméstico. Mesmo quando destituído da condição de “provedor do lar” (dada a precariedade do seu trabalho e dos rendimentos aportados à reprodução familiar), o homem mantém intocada a sua condição de não executar e se responsabilizar por tarefas/atividades “menores”. E, uma vez, referenciamo-nos em Bourdieu e em sua arguta observação a respeito da masculinidade vivida como uma espécie de “nobreza” (BOURDIEU, 2002).

A.R. aporta informações que reforçam a apreensão de que as trajetórias escolares, a entrada no mundo do trabalho e a vida familiar se inter cruzam. A relação entre capital cultural familiar e desempenho escolar, amplamente discutida no âmbito da sociologia da educação, encontra em seu depoimento um referente empírico simples, até singular, mas nem por isso menos expressivo de um processo social mais amplo e difuso:

“Eu sempre gostei, assim... do ambiente escolar. Eu sempre tive notas boas... Sempre fui uma boa aluna, uma das melhores, né? E isso nunca foi um trabalho, nunca foi imposto pelos meus pais. Meus pais sempre... Eu fui alfabetizada em casa, por exemplo, meu pai me ensinou a ler. Eu não aprendi a ler na escola, aprendi a ler em casa, minha irmã também. E isso é muito positivo... Foi muito positivo pra mim porque, na escola, a gente, eu e minha irmã, sempre tivemos um desempenho melhor do que os nossos colegas. E isso foi muito fácil pra nós... Foi bom pra gente porque, por exemplo, minha irmã e eu nunca fizemos cursinho pré-vestibular, e isso pra gente, a gente achava que seria tipo, prejudicial. Ou, então, nos colocaria em uma posição inferior aos demais alunos... Que a gente poderia ser desprivilegiada, não é?! No vestibular, eu achava que a gente ia ter um rendimento menor, mas isso nunca aconteceu. Mas não é porque “a gente é inteligente, esforçada, especial”, não. É porque a nossa educação de base foi muito boa e a gente sempre teve um acompanhamento em casa, tanto dos nossos pais, como do restante de nossa família inteira, por ter muitas tias professoras... Elas sempre incentivavam a gente a estudar.”

Em uma interpretação primeira, a apresentação do processo de alfabetização da entrevistada e de sua irmã pareceria corroborar antigas observações a respeito da reprodução de capitais (cultural e social) feitas pela sociologia da educação. Ora, o estabelecimento de uma relação causal entre o capital cultural acumulado no ambiente doméstico e o tipo de trajetória desenvolvida pela criança ou adolescente no espaço escolar não chega a ser exatamente um tema novo. Parte do projeto sociológico desenvolvido por Pierre Bourdieu e por pesquisadores por ele influenciados (não apenas em França) teve

sempre no horizonte a identificação (ou a colocação em questão) dessa problemática. Entretanto, ao contrário de estudos, agora já considerados clássicos, sobre o universo educacional e o desempenho escolar produzidos nos 1970, a classe social (e os seus respectivos capitais culturais), embora importante e incontornável, não pode mais ser tomada como a fonte impulsionadora das disposições sociais dos estudantes. Tanto as configurações familiares quanto as interações com indivíduos singulares. Em um país continental como o Brasil, onde a diversidade impulsiona mais a heterogeneidade do que a homogeneidade cultural classista, as respostas dadas pelos trabalhos sociológicos que tomaram o contexto europeu como referente empírico nos ajuda pouco na interpretação sociológica das trilhas, atalhos e barreiras seguidas e enfrentadas por crianças, adolescentes e jovens no Nordeste do Brasil. No entanto, as informações concedidas, não sem orgulho, por nossa entrevistada a respeito do engajamento familiar no que poderíamos identificar como a transmissão de um “projeto educacional” para as novas gerações, revelam uma dimensão situada para além dos contornos possibilitados pela singularidade da sua história familiar. Ora, e a pergunta vem de imediato, será essa singularidade relevante analiticamente? Pode ser tomada como referente empírico para uma análise sociológica substantiva? Avancemos mais um pouco na escuta de A.R. para fornecer maior robustez a essas questões.

“Minha família por parte de mãe é muito unida. Ela é uma família de verdade. A gente se apoia e muito. A gente quer saber de tudo que tá acontecendo na vida do outro, a gente sempre... (risos) se intromete muito na vida do outro. Para melhorar, né?! Não no sentido ruim, mas de querer saber o que tá acontecendo, que tá se passando, de resolver, chegar junto. É, minha família, por parte de mãe, é maravilhosa. Minha família, por parte de pai, a gente não tem muito contato. Não é porque exista um desentendimento, nem nada, mas só por questão de afinidade mesmo. Os nossos interesses não são os mesmos...”

A família por parte de mãe, ela é majoritariamente evangélica e a gente tem o mesmo convívio: vai pra igreja... E a gente se reúne muito mais. Minha família por parte de pai, ela é majoritariamente católica. Mas isso não seria um empecilho, né? Mas, elas, as mulheres, cobram muito da gente, que a gente... de mim e minha irmã, que a gente não é presente, mas elas não... chegam junto para ser presente, sabe? Elas nos têm nas redes sociais, no Instagram, por exemplo. E elas sempre visualizam o que a gente posta, o que a gente faz, e elas nunca reagem de qualquer forma... Minha irmã passou no concurso, uma coisa importante, ninguém liga para dar os parabéns... Sabe?”

Para além daquilo que sobressai quase que como uma evidência significativa em si mesma - a sociabilidade tecida nas redes sociais - “... elas sempre visualizam o que a gente posta, o que a gente faz, e elas nunca reagem de qualquer forma...” -, é mais importante (e mais estratégico para o nosso esforço analítico) chamar a atenção para a religião como

base/plataforma de um processo de socialização que se traduz (e, no caso, traduziu-se) em disposições sociais específicas que se assemelham a um acúmulo de capital cultural. Essa disposição, traduzida em uma forma de ver e agir no espaço escolar com disciplina e foco, (re) define trajetórias individuais. De outro lado, alerta para o pesquisador do social de que aquilo que parece como simplesmente individual para o entrevistado e que pode levar o pesquisador a assim também o conceder, não exatamente por assumir de pronto a proposição do entrevistado, mas pela assunção de que o individual, por não ser estatisticamente considerável não pode ser seriamente tomado como referente analítico. Ora, o que a entrevistada aponta é significativo tanto pelo quantum de social impregnado no individual, mas também por manifestar um traço distintivo da realidade social brasileira do presente momento: o peso da religião, e mais notadamente das novas denominações derivadas do protestantismo pentecostal e neopentecostal, na formatação de identidades sociais e de processos de socialização.

Essa correlação entre socialização e disposição individual que permite melhor navegabilidade no ambiente escolar logicamente não implica em uma relação causal (escolha religiosa pentecostal ou neopentecostal = disposição para o desempenho positivo). Uma interpretação cuidadosa (e não preocupada em encontrar respostas rápidas e definitivas de imediato) diz o contrário: ao se perscrutar sobre o porquê de uma disposição podemos chegar a uma experiência ou uma base institucional de socialização. E, seguindo esse caminho analítico, chegamos ao que é sociologicamente mais importante: a apreensão de processos sociais mais amplos e expressivos da vida social. Ou, para usarmos os termos da análise sociológica proposta por Bernard Lahire, ao “social” no “individual” (LAHIRE, 2004).

Seguindo essa trilha, chegamos à importância da adesão às igrejas pentecostais e neopentecostais nos processos de socialização e de construção de identidades por adolescentes e jovens brasileiros. “A família por parte de mãe, ela é majoritariamente evangélica e a gente tem o mesmo convívio: vai pra igreja...”, diz-nos a entrevistada e logo em seguida complementa que “a gente se reúne muito”. Esse é todo um universo social de aprendizado e de acúmulos de experiências traduzidas em disposições que a sociologia brasileira ainda resiste em incorporar como variável importante para as relações sociais e políticas dos últimos anos. A população que se identifica como “evangélica” no Brasil

passou, segundo o IBGE, de 9%⁸¹ em 1990 para 39,6%⁸². Há como que uma negação no universo “semi-douto” a respeito do impacto dessa alteração da relação com o sagrado em um país tão naturalizado como “católico”⁸³. Os evangélicos⁸⁴ construíram espaços e momentos de sociabilidade, além de articulares redes sociais próprias (muito importantes na obtenção de empregos, por exemplo), assentadas na mobilização das ideias de prosperidade e de sucesso pessoal, pilares do que já se convencionou denominar nos meios jornalísticos do país como “teologia da prosperidade”, mas também em ressentimento contra os “católicos” e as “elites” não religiosas (especialmente aquela formada pelos intelectuais, jornalistas e professores universitários). No caso de A.R. essa dimensão se apresenta na consideração que faz sobre a família “por parte de pai” - “Minha família por parte de pai, ela é majoritariamente católica. Mas isso não seria um empecilho, né? Mas, elas, as mulheres, cobram muito da gente, que a gente... de mim e minha irmã, que a gente não é presente, mas elas não... chegam junto para ser presente, sabe? Elas nos têm nas redes sociais, no Instagram, por exemplo.” O aparecimento no discurso dos termos “católicos” e “mulheres” não é tão gratuito como pode parecer. Há que se identificar claramente, sempre que for necessário associar qualidades não muito positivas (como, no caso, a falta de reciprocidade na busca de interações) a alguma pessoa, a sua opção religiosa. Isso é uma novidade (de uma ou duas décadas no país). A contrapartida é o reforço da sua própria identidade religiosa como positiva, pois, ela teria até abertura para se relacionar com os diferentes (o fato de essa parte da família ser católica não seria “empecilho”).

A socialização em um ambiente familiar evangélico forneceu a A.R. um sentido de pertencimento, uma valoração positiva da sua família (“Minha família por parte de mãe é muito unida. Ela é uma família de verdade.”) e uma referência de mobilidade social capitaneada por

⁸¹ Dado do Censo Demográfico de 1991.

⁸² Projeção feita com base nas PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio) de 2018 e 2019.

⁸³ Por outro lado, a predominância das classes populares ou dos setores menos intelectualizados das classes médias dentre os evangélicos não deixou de se traduzir (e ainda se traduz) em um tratamento preconceituoso destes. Com a ascensão de atores políticos que se autoidentificam como porta-vozes dos “evangélicos”, geralmente situados no arco ideológico à direita, quando não na extrema-direita, emerge, entre os setores que se autoidentificam como “progressistas” ou de esquerda, manifestações de etnocentrismo de classe. Tudo se passa como se os evangélicos fossem um “rebanho”, uma “massa de manobra” de pastores e líderes políticos espertalhões.

⁸⁴ Utilizaremos, no presente trabalho, até como uma forma de evitar ter sempre que retomar classificações, a categoria nativa genérica de “evangélicos”. No debate político brasileiro, mesmo entre especialistas, é assim que se tem procedido.

mulheres (mãe e tias). Essa interpretação, mais que fornece uma chave para o entendimento de uma disposição individual que impulsiona o bom desempenho escolar, também pode ser mobilizada para pensar os projetos de futuro e os engajamentos amorosos do sujeito. Com 22 anos de idade no momento de nosso encontro, ela realiza um curso de graduação em direito em uma universidade pública (acesso socialmente distintivo) e está para se casar com um rapaz com quem namora desde que tinha 18 anos. Aquele que na época seria o seu futuro marido (projeto já realizado, dado que, alguns meses depois da nossa entrevista, ela postou em sua rede social fotos da festa e da cerimônia de casamento). Essa duas realizações, pontos de chegada de uma mobilidade social ascendente (ser estudante do curso de Direito e casar-se com um médico), também são elas expressivas de disposições individuais em relação aos projetos de futuro.

Realizar um curso de graduação em Direito, em uma universidade pública, ainda é um objetivo desejado por estudantes e famílias. Mesmo com a proliferação de cursos na área e inflação de diplomas, dado o aumento da oferta crescente de cursos nas faculdades e universidades pagas, esses cursos ainda são atrativos econômica e simbolicamente pelo que possibilitam em termos de carreiras de Estado no Brasil⁸⁵. Muito além das lutas e disputas de posições internas ao campo do direito, centralizadas em torno da autoridade legítima para dizer e interpretar, existe no Brasil, dada a herança das estruturas do Estado construído no período colonial, uma situação na qual as carreiras jurídicas assemelham-se a *estamentos* (juízes são geralmente filhos de juízes), apesar da formalidade dos concursos. Mas o investimento subjetivo no campo coloca uma cortina de fumaça sobre essa realidade e o estudante de Direito, mesmo na mais precária e pouco prestigiada das faculdades privadas, entrará no jogo do campo sonhando com as posições capturadas pelos “estamentos”. A respeito desse investimento subjetivo vale apenas levarmos em conta o conceito de *illusio* formulado por Bourdieu (1996), “os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 139-140).

A. R. , de forma realista (ou, poder-se-ia dizer, com um alto grau de conhecimento do jogo e suas regras), não estabelece uma carreira jurídica como objetivo; ela, por

⁸⁵ O exercício da advocacia profissional privada, embora conte com os exemplos isolados do sucesso de grandes e poderosos escritórios, não exerce sobre os jovens e suas famílias o mesmo fascínio e projeção de uma aprovação em concurso público para membro do judiciário ou do ministério público.

enquanto, quer “apenas” um emprego. Um emprego de acordo com as suas possibilidades, como seria o caso de “analista judiciário”. Essa percepção advém do reconhecimento de suas limitações de oratória e de apresentação em público, fragilidades “pessoais” que ela identificou após acompanhar as sessões públicas de júris, nas quais os atores “esbravejavam” para impor suas “visões” e “argumentos”. Esse “realismo”, de não ter “ilusões” muito grandes sobre si mesmo e da atuação profissional, é uma disposição que não pode ser vinculada apenas à socialização religiosa, mas, analisando relacionalmente, também à precariedade de recursos disponíveis para as famílias da classe trabalhadora no Brasil assim como aos obstáculos impostos pela dimensão de gênero. A aspiração de uma posição de destaque no seu campo profissional, no caso do Direito, é muito mais “natural” de ser um objetivo acalentado pelos jovens de classe média (que terão tempo e recursos financeiros para investir em participações em diversos recantos do país nos disputados concursos para juízes e promotores). Mesmo as carreiras menos “nobres”, mas não menos ambicionadas pelos salários que oferecem de delegados das polícias civis estaduais ou da Polícia Federal, cobram dos que as almejam longos e custosos investimentos financeiros e simbólicos. Para os jovens estudantes de Direito oriundos das classes populares, tanto os cargos de agentes nas polícias quanto as “assessorias” (estas requerem a inserção em redes sociais com influências em comarcas e tribunais). O exercício da advocacia atrai (e, não raro, destrói) os “empreendedores”, dado que os escritórios bem sucedidos se estruturam, comumente, em bases familiares. Podemos propor, então, que, para alguns jovens, há uma correlação entre o “realismo” e os investimentos feitos no jogo no campo. Esse ajustamento de aspirações às possibilidades “reais” de ganho expressa tanto um medo de investir o que não se pode desperdiçar em apostas incertas (o tempo) quanto a uma pressa por ganhos imediatos (recursos que permitam “ajudar a família”, uma cobrança que não pesa sobre os ombros dos jovens das classes médias e menos ainda daqueles oriundos da burguesia e das elites do Estado).

5.1.2. A CONJUGAÇÃO DE MUNDOS DO FILHO DE TRABALHADORES RURAIS

M. tem 22 anos de idade e é filho do Senhor Ant., cujo retrato sociológico foi esboçado na parte anterior. Com 17 anos, ele foi morar em Picos (PI), onde ainda reside, para realizar o curso técnico em Informática no IF local. A sua família empreendeu um

grande esforço para garantir as condições mínimas para que ele avançasse “nos estudos” e alugou uma pequena casa para ele morar enquanto estudava. Anteriormente, morava na zona rural, estudava na escola do município durante um turno e, no outro, trabalhava com o pai, a mãe e o irmão mais novo das atividades na pequena roça da família. A irmã, mais velha, concluiu apenas o 5º do ensino fundamental e já é casada e mãe de uma menina de oito anos de idade. Aos vinte e quatro anos, ela já morou e trabalhou em São Paulo, para onde planeja retornar, pois, desde que retornou ao local de origem, não conseguiu mais trabalhar e, segundo M., sente que se continuar no mesmo lugar, “vai ficar para trás”. O irmão mais novo, que concluiu o ensino médio e vive com os pais, também planeja emigrar para tentar conseguir algum “trabalho” em São Paulo. Por enquanto, está na casa paterna.

A realização do curso técnico no IF abriu “um mundo” para o então adolescente M. Lá, ele fez amizades, participou de projetos de extensão e de pesquisa e teve suporte para adquirir conhecimentos sobre o universo do trabalho digital. Mas, dentre os mundos que descobriu, nenhum fascinou mais esse jovem filho do aquele da Química. Por isso, logo após concluir o curso técnico (que equivale também à conclusão do ensino médio), participou do ENEM e escolheu a graduação de licenciatura em química. Está no segundo ano do curso, mas, dada a pandemia da Covid-19, teve poucas aulas, pois, a sua instituição aderiu muito tardiamente ao modelo de ensino remoto. Antes mesmo de concluir o curso, quando tinha completado 19 anos de idade, M. conheceu a sua esposa. Namoraram poucos meses e, logo, casaram-se.

Depois do casamento, após ter realizado alguns trabalhos informais na área de informática, M. conseguiu ser selecionado para trabalhar na revendedora local de uma marca global de motocicletas. Os conhecimentos adquiridos no curso técnico e a sua habilidade em estabelecer interações com os outros lhe garantiram a condição de chefe de oficina na unidade da empresa. O título de “chefe de oficina” não significa, entretanto, que ele atue apenas no conserto e revisão das motos. Também trabalha na frente de loja, assessorando a venda de peças e resolvendo problemas de informática na administração. A sua semana de 48 horas de trabalho semanais se estende de segunda a sábado. O trabalho, ele diz, exige esforço, dedicação e muita diplomacia e “cabeça fria” para lidar com os clientes. Para todo esse esforço laboral, a remuneração é de pouco mais de um e meio salário-mínimo.

Em toda a nossa conversa, realizada na casa de sua sogra, e acompanhada, em alguns momentos, por esta e também pela filha, a esposa de M., ele fez e utilizou, com frequência, a palavra “responsabilidade”. Para ele, o que diferencia a sua geração da anterior seria exatamente o fato de que a geração atual não assumiria as consequências de seus atos. Por isso, pela responsabilidade, ele se casou. Muito provavelmente, incentivado pelos pais que pressentiram que a vida sexual entre M. e sua agora esposa já havia se iniciado. Assim, para se diferenciar daqueles de quem estaria mais próximo pela idade, ele diz que gosta de assumir responsabilidade e que o pessoal da sua idade, nos dias de hoje, “só quer mesmo curtir”.

“Assim, a minha geração... Porque eu não falo de mim nesse sentido. Acho que a maioria, hoje, dos filhos não se interessam em seguir os conselhos dos pais, entendeu? Tipo, eu construí... Eu casei cedo e tudo, já tive... Como é que diz?! A responsabilidade! Entendeu?”.

Para M., os maiores ensinamentos que lhe foram dados foram por seus pais. Dentre os valores que os pais lhe “repassaram”, além da responsabilidade pelos seus atos, especialmente se envolvem consequências para outras pessoas, estão também a humildade e a simplicidade. Por isso, não “gosta de sair” para encontrar com os amigos em bares. Mantém as amizades do trabalho e da faculdade através dos contatos nas redes sociais. Os seus momentos de lazer mais significativos são aqueles em que retorna para a localidade onde os pais residem.

O trabalho lhe toma tempo e energia mental, diz-nos M. Muitas vezes, os clientes “descontam” nele os problemas maiores e que escapam do controle até mesmo da direção da unidade local da revendedora. Esse é o caso de consertos de motos que exigem peças “vindas de fora”. Muitas vezes, explica-nos, a moto é apenas montada “aqui” (Brasil) e as peças, que veem de outros países, têm os preços dolarizados. Em consequência, no dia da consulta da peça para a contratação do conserto, é um preço, “mas quando chega, aí já é outro, bem maior” e os clientes reclamam e, em outro caso, tratam-no mal e lhe dirigem ofensas verbais. Quando isso acontece, ele fica muito mal e chega em casa “sem nem querer falar”, mas, aos poucos, interage com a esposa e a sogra e dividem com ela esse mundo tão distante e que tanto impacta a sua vida que é aquele das tarifas cambiais no país.

M. diz que tem um grande objetivo na vida que é o de ter condições de ajudar financeiramente os seus pais e conseguir garantir melhores condições de vida para a esposa e a criança que vai nascer. Sente que ser pai será mais uma responsabilidade, mas se sente tranquilo em relação a essa tarefa. Pensa que seja possível conciliar os papéis de trabalhador, esposo, pai e estudante. A sua desenvoltura ao falar e o domínio do espaço ao redor, com o escrutínio do rosto do interlocutor, algo não muito comum no universo camponês do interior do Nordeste, passam-nos a certeza de que ele acredita e está comprometido com aquilo que fala.

É bem provável que a trajetória de M. não seja exatamente representativa dos jovens da geração atual, mesmo no universo social do qual é originário. Mesmo filhos de trabalhadores rurais, nos dias atuais, não tendem a incorporar tão fortemente disposições relacionadas a um universo social no qual o caráter e a honra são conquistas a ser almejadas nos atos cotidianos. Muito provavelmente, o fato de os pais serem analfabetos e vislumbrarem a educação como meio de mobilidade social, quase como uma saída da dureza do “trabalho pesado” tenha repercutido fortemente em M. desde a sua infância. Por outro lado, o fato de o pai ter se esforçado tanto, e nesse esforço ter envolvido esposa e filhos, para sair da condição de trabalhador rural para a de pequeno agricultor (“ter um pedaço de chão seu”) tenha também implicado na incorporação por M., de uma disposição pouco socializada entre os que têm a sua idade na região, que é o de encarar o trabalho como profundamente imbricado à família. Trabalha-se pela e para a família. Esse é um compromisso moral que vai sendo implicitamente repassado para os filhos através de um controle muito estrito do que fazem na escola, a caminho dela e do tempo “livre” fora dela. Se a criança não está a estudar, deve “ajudar” os pais na “roça”, de algum modo.

A socialização primária em um ambiente familiar no qual a imbricação entre família e trabalho é tão acentuada se traduz na incorporação de uma disposição para encarar a atividade laboral como destino incontornável e a responsabilidade para com os familiares como uma demonstração do caráter de um indivíduo. Há que se realçar ainda o fato de que a vida social em localidades onde as casas não estão tão próximas umas das outras (visitamos a área rural de onde ele originária, conforme comentamos ao apresentar o retrato do Senhor Ant.) implica em uma infância mais solitária do que a dos colegas que vivem distritos, vilas ou mesmo na sede do município. Um desdobramento possível é exatamente uma maior intensidade na incorporação pelos filhos dos esquemas de

classificação do mundo dos pais. Da mesma forma, há aqui uma maior probabilidade de que algum dos filhos se esforce mais herdar as expectativas de futuro construídas pelos pais.

O fato de se envolver tão fortemente, com 22 anos de idade, com o trabalho, os estudos e à vida familiar não parece implicar que M. tenha incorporado um *ethos* de colonização de futuro. Tudo se passa como se ele estivesse caminhando pelas trilhas abertas pelo “espírito do capitalismo” contemporâneo, mas com uma bússola orientada pela tradição. Assim, ao contrário de outros jovens entrevistados neste trabalho, M. parece menos preso às subjetividades próprias do universo social moldado pelo neoliberalismo. A vida familiar e a incorporação de uma ética da responsabilidade são elementos explicativos a serem levados em conta para compreender as disposições de M.. Da mesma forma, não se pode negligenciar o peso na sua socialização o fato de a família, em que pese a insistência de uma tia evangélica, ter se mantido católica. M. se define como católico e, ao falar da conversão de muitos conhecidos da localidade rural onde os pais residem a igrejas evangélicas.

“Eu acredito muito em Deus, sou crente. Na religião. Assim, eu creio em Deus. Assim, o pessoal acha que a gente fala que é crente é porque é ligado à religião evangélica. Mas crente é quem crê. Não é?! E eu sou bem crente. Todo dia, eu agradeço a Deus quando levanto e quando eu vou dormir. E, acredito que, assim, na bondade dele, né? E quando a gente fala em Deus, a gente fala do bem e quando a gente está lembrando dele não tem nenhuma maldade.”

Com esse patrimônio de disposições incorporadas, traduzidas em esquemas de classificação que se expressam em uma gramática moral alicerçada na responsabilidade e no compromisso com os seus, M., em sua trajetória, expressa o que em outra parte deste trabalho denominamos de *resiliência ao neoliberalismo*. (Hall & Lallemon, 2019) Com o termo nos referimos à capacidade que alguns agentes com trajetórias singulares e em contextos específicos de desenvolverem existências nas quais dimensões importantes do seu ser se afirmam sem pagar tributos aos motores da subjetividade neoliberal (dentre estes, a busca desesperada de sentidos a partir do consumo de experiências e produtos). De forma concreta, essa resiliência se traduz na incorporação do dever moral do cuidado dos mais frágeis, construção de espaço e tempo para o bem-estar de si mesmo e dos mais próximos, o que implica na conquista de alguma segurança ontológica em meio à incerteza.

5.1.3 O SOFRIMENTO SOCIAL QUE ENVELHECE E OS SONHOS QUE PERMANECEM

G.B.C tem 30 anos e é morador de um bairro periférico na cidade de Petrolina. No momento da nossa entrevista, estava casado. Durante 06 anos namorou a sua esposa e, em 2017, “oficializou” a “relação” com o casamento. É pai de uma criança. Em uma sessão de entrevista de 04 horas, sua narrativa demonstrou que tem sonhos de realização pessoal que foram se distanciando no horizonte, como veremos adiante, aquele de ser dentista. Sonho alimentado pelo contexto de trabalho na infância em laboratório de prótese dentária de propriedade dos tios. A consciência desse futuro desejado que se torna a cada dia que passa mais distante não deixa de transparecer em seu depoimento. E se expressa não apenas em palavras, inseridas em frases justificadoras da situação presente, mas também em risos forçados, soluços e, em não poucos momentos, choro. A nossa conversa não deixou de ser, para ele, um momento de catarse. E para a pesquisadora, um momento desafiador para equilibrar o objetivo da entrevista em foco e, ao mesmo tempo, não fazer da conversação com o sujeito um momento de violência simbólica. Temos no horizonte, neste aspecto, as observações de Bourdieu a respeito da relação entre pesquisador e entrevistado (Bourdieu, 2003, pp 693-732).

Há, por parte do pesquisado, um esforço de produção de uma narrativa reflexiva sobre a trajetória. A catarse emerge como uma espécie de expulsão, quase corporal, de um sofrimento que foi sendo incorporado ao longo de sua existência. Assim, mesmo que a grade de perguntas da entrevista procurasse romper com a linearidade temporal, o entrevistado resistiu e, de certo modo, aproveitou o momento para um acerto de contas com o passado. Daí a sua infância é reconstruída como uma plataforma sobre a qual foram se acumulando as trilhas pelas quais foi desenrolando-se a sua trajetória de vida.

Quando tinha 04 anos de idade, o pai de G.B.C, que era policial militar, foi transferido da pequena cidade em que a família vivia para trabalhar na grande cidade da região, um ajuntamento urbano com mais de 500 mil pessoas. Na pequena cidade, ele, sua irmã de 02 anos e a mãe tiveram que lutar para sobreviver, pois, logo, a mudança no trabalho se transformou em abandono da família. A mãe fazia trabalhos temporários em casas e também vendia produtos de casa em casa. Analfabeta e carregando as consequências físicas e psíquicas de sofrer de epilepsia (doença ainda marcada por um estigma negativo na região) conseguia poucos recursos e a família enfrentava dificuldades

para o atendimento das necessidades. Apesar disso, mesmo não tendo domínio de leitura ou escrita, essa mãe procurava ensinar “alguma coisa” ao casal de filhos, que não frequentavam regularmente uma escola. Essa “alguma coisa” era matemática, cálculos simples aprendidos por ela na sua precária prática comercial.

“Ela tinha dificuldade porque ela tinha um probleminha de saúde, porque ela tinha epilepsia. Nisso, os pais dela impediram que ela fosse à escola, aí, ela nem chegou a ser alfabetizada. Eu lembro que ela me ensinava mais assim... a gente estudava junto, assim... que ela tentava me ajudar na escola, ela me ensinava mais a questão de matemática. Agora, questão de ler... ela não me ensinava porque ela não era alfabetizada.”

Se a ausência da frequência regular à escola aportou elementos que, mais tarde, pesaram negativamente no desempenho escolar do entrevistado, esse envolvimento da mãe no seu processo de formação inicial lhe forneceu um aporte decisivo para o entendimento de suas disposições posteriores na vida adulta. Tanto no trabalho quanto na vida escolar e na vida afetiva, como veremos mais adiante.

Quando o entrevistado tem a idade de 07 anos, muda-se, com a mãe e a irmã para a casa da avó, na periferia da “cidade grande” (Petrolina) para onde o pai viera anos antes. Lá, todos sobreviverão dos recursos conseguidos pelas mulheres.

“Então! Eu vim prá cá junto com minha mãe. Ficamos morando no bairro Cohab Massangano com minha avó. Eu sei que minha avó recebia a pensão de viúva e minha mãe recebia uma pequena pensão de meu pai; pequena mesmo! E pra complementar essa pensão, pra poder sustentar a casa junto com minha avó, ela fazia trabalho autônomo. Ela vendia coisas, vendia doces, leite, perfumes. Ela tentava se virá da melhor maneira possível.”

A entrada regular no universo escolar ocorrerá na nova cidade, portanto, em uma idade na qual geralmente as crianças já têm três ou quatro anos de ingresso no sistema educacional formal. Esse fato será retomado pelo entrevistado para justificar sua trajetória tanto na escola quanto no mundo do trabalho.

“A minha vida escolar é um pouco conturbada... (risos). Porque foi assim... Eu me recordo que, por conta dessa problemática toda, da gente morar em Afrânio e aí gente vinha pra cá de vez em quando. Eu lembro que eu nem estudava quando eu era criança, lá em Afrânio. Eu só vim estudar mesmo quando eu cheguei aqui. E eu cheguei aqui, definitivamente pra ficar, quando eu tinha sete anos. Aí, eu estudei numa escola que tinha ensino fundamental e ensino médio. A gente morava no Conjunto Cohab e a escola ficava no Conjunto Cohab 5. Estudei lá até a 8ª série. Depois, eu tinha que conciliar o trabalho com a escola. Na 4ª série, com 12 anos, 12 pra 13 anos, eu comecei a trabalhar para os meus tios em um laboratório de prótese dentária. Fiquei lá auxiliando meus tios no processo. Com 12 anos, fazendo a 4ª série e trabalhando com os meus tios. Terminei o meu ensino fundamental, fui até a 8ª série nesse colégio.”

Formalmente, segundo os critérios definidos pelas autoridades educacionais brasileiras, o entrevistado encontrava-se, nesse momento, “fora de faixa” no processo educacional. É o momento em que muitos adolescentes, mais particularmente do sexo masculino, abandonam a escola. Essa situação é mais comum ainda quando o estudante, como é o caso de G.B. C. também desenvolve alguma atividade de trabalho remunerada. A condição de se ser já trabalhador e conviver em uma sala de aula com crianças com idades bem inferiores à sua torna um incômodo essa permanência na escola, associado a outros elementos, como a pressão familiar (e o fato de se sentir deslocado na casa dos tios). Essa situação remete a uma problemática social brasileira que é a exclusão de crianças e adolescentes da rede escolar com as idades de 12 a 14 anos. Dessa forma, não é de importância menor, da perspectiva de uma ciência do social, indagar-se sobre as disposições que permitem a resistência e persistência no ambiente escolar quando enquadrado nessa situação do entrevistado.

Que experiências secundam as disposições que permitem resistir quando o mais “esperado” seria a evasão escolar? Como, em uma configuração tão plena dos elementos comumente atribuídos pelos especialistas consultados pela imprensa como característicos das situações de “fracasso” (família monoparental, principal responsável analfabeto, trabalho na infância), o sujeito vai adiante? A ideia de se ir adiante e de não se conformar ao que se encontra posto, no caso ao trabalho no laboratório de fabricação de próteses dentárias dos tios era, segundo o entrevistado, que o fazia continuar estudando e querendo ir adiante, embora fascinado pelo mundo da odontologia. “Eu dizia assim: ‘rapaz! isso aqui não é pra mim. Não dá!’. Eu tava ali, simplesmente, pelo fato de ganhar meu dinheirinho.”

“Porque assim, eu estudava! E eu tinha um sonho de fazer uma faculdade, eu não sabia que faculdade era. E eu achava que eu ali, naquele ambiente de prótese, eu poderia fazer a faculdade de odontologia. (riso triste) Aí acabou que não. Saí do laboratório e fui pra uma escola integral. Quando terminei o ensino médio nessa escola, eu sabia que odontologia não dava pra mim... Até porque, odontologia, na minha cabeça... Primeiro que não tinha, aqui na região, curso de odontologia em universidade pública. Teria que ter muito dinheiro para fazer um curso em uma faculdade particular! Eu não tinha... Era impossível! As coisas foram clareando. Eu fui vendo, tendo consciência, d que recurso financeiro eu não tinha. E, em segundo lugar, que tinha a questão da base. Eu me dei conta que eu não tinha formação de base. Eu acredito, ainda hoje, que não tinha; porque você tinha que se dedicar muito ao estudo. Eu trabalhei... (lamento). Eu trabalhava e estudava... Eu tinha que me desdobrar entre trabalhar e estudar. Então, a minha dedicação aos estudos era a mínima. Eu estudava prestando a atenção muito nas aulas porque eu sabia que quando chegasse a minha casa eu não podia estudar.

Aí eu disse para mim mesmo: ‘realmente, odontologia não é pra mim. E agora, eu vou fazer o quê?’. Aí fui para essa escola de tempo integral⁸⁶, mas eu tinha passado na seleção do IF, no curso técnico integrado ao ensino médio em Química. Depois pensei: ‘rapaz, eu me arrependi em ter ido... Eu deveria ter ficado no IF⁸⁷ e ter feito aquele curso técnico em Química, porque lá eu poderia ter me encontrado.’”

Após concluir o ensino médio na escola de ensino integral, o que o retirara do trabalho no laboratório dos tios, G. B. C., então com 21 anos, após pequenos trabalhos executados temporariamente (“bicos”), assume para si que precisa se qualificar melhor para poder trabalhar em uma farmácia de manipulação. Para tanto, volta a pensar em estudar no Instituto Federal, no curso de técnico em química. A instituição oferta um curso de graduação em Química, mas é licenciatura e isso ele achava que não lhe renderia ingresso no ramo farmacêutico. “As farmácias de manipulação só contratam ‘técnicos’”, diz ele. Mesmo tendo concluído, na escola de tempo integral em que cursara o ensino médio, um curso técnico, optou por mais um curso técnico e não por um curso de nível universitário. Mas, com dois anos de curso, “descobre” que ali também não é o “seu lugar”. Com alguma graça e autocomplacência, recorre a um bordão sempre utilizado no seu depoimento: “Rapaz!, esse negócio de química não é pra mim, não”.

“Dentro do curso, no IF, eu gostava das aulas de sociologia, geografia, história... As aulas de humanas! Eu sentia mais. Eu sentia que o meu coração vibrava com esses assuntos de humanas. O que acontece? Porque eu to falando isso? Quando eu estava lá no EREMC⁸⁸, tinha uma professora de nome M., que ensinava história. E, nesse percurso, eu comecei a observar que a odontologia não poderia ser um caminho pra mim. Nessa procura de uma profissão, a professora M., ela meio assim que... Eu não sei como é... Ela colocou na minha cabeça que eu era um historiador, que eu deveria fazer faculdade de história porque eu era bom em história. Só que eu não gostava da ideia de ser professor, né?. Eu tirava notas boas em história e nos trabalhos, participava muito das aulas... Só que eu não entrei muito nessa onda, eu disse: ‘não, eu só gosto da matéria’. Eu curto a aula, mas eu acho que eu não dou pra ser professor porque eu sou tímido. Principalmente com uma grande quantidade de pessoas me olhando, eu ali dando aula... Eu nem conseguia apresentar trabalho direito na época em que eu

⁸⁶ O entrevistado se refere a uma escola da rede estadual de ensino de Pernambuco, um dos estados brasileiros que instituíram, embora em quantidade pequena, escolas de tempo integral nos ensinos fundamental e médio.

⁸⁷ IF quer dizer Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Os IFs constituem uma rede de ensino médio, técnico e tecnológico que seleciona os seus alunos a partir de processo seletivos rigorosos, mas com uma reserva de 50% das vagas para alunos que estudaram o ensino fundamental em redes públicas de ensino. Antes dessa reserva de vagas, instituída durante a gestão do Presidente Lula, a maior parte das vagas dessa rede eram ocupadas por estudantes oriundos de colégios privados com mensalidades caras e que eram melhor preparados para os exames de ingresso.

⁸⁸ EREMC é a Escola de Referência em Ensino Médio Clementino Coelho, situada em Petrolina (PE) e integrante da rede estadual de escolas de ensino integral (aulas em dois turnos) de Pernambuco.

estudava no EREMC. Eu só comecei a me soltar mais em público quando eu fui estudar no IF, quando eu fui à procura dessa busca dessa profissão do curso técnico. Quando eu cheguei no IF, eu observei que a Química também não era pra mim. O que foi que aconteceu? Quando passou dois anos, eu pensei: ‘se a odontologia não é pra mim e eu observo que a Química não dá, eu acho que eu vou tentar um licenciatura’”.

Antes de entrar no curso de Química e já tendo concluído o ensino médio no EREMC, o entrevistado consegue um trabalho fixo como “auxiliar de garçom” (“praticamente garçom”, diz) em uma churrascaria. Após ingressar como estudante no IF, pede demissão do trabalho.

“Eu comecei a trabalhar nesse restaurante como auxiliar de garçom, e aí, quando eu fiz o processo do IF do curso técnico, eu pedi demissão do B. (restaurante). Eu disse, olhe! Eu to saindo porque eu tinha um projeto que deu certo e to indo pra lá. Eu saí do B. (restaurante) e fui pro IF. E fiquei um ano estudando no IF. E aí a gerente do B. ficava me ligando: ‘e aí? sexta-feira, a gente tá precisando de um suporte. Dá pra você assistir sua aula e à noite você vem ajudar a gente? Fazer um extra...’ Eu disse: ‘tranquilo!’. Eu fiquei nessa: estudava durante a semana e quando chegava a sexta, à noite, eu ia prestar serviço a esse restaurante. Eu trabalhava sexta, sábado e domingo; algumas vezes, só sexta e sábado. E tentando, né?, conciliar o meu estudo do IF com o trabalho. Eu acho que aí... lá atrás, teve o problema que eu tive que conciliar meu estudo da escola com o trabalho no laboratório de prótese e eu não dei muito suporte à questão do estudo. Assim, eu acho que por isso não deu certo o curso de odontologia para mim. E de novo, eu cometi.... Fui pro IF e cometi o mesmo erro! Mas que assim... Eram erros necessários. Porque, tipo, na casa dos meus tios, lá eu só tinha a comida, eu era bem tratado lá, mas eu não podia pedir dinheiro a eles pra comprar minha roupa, pra comprar o que eu quisesse, tomar um sorvete, fazer alguma coisa do tipo. E isso era necessário. Fiquei tentando conciliar o curso técnico no IF com o trabalho no restaurante. Passei 2 anos lá, e teve no meio do ano uma greve no IF de um mês e fiquei trabalhando esse tempo todo de greve dos professores. Passei o mês de greve no IF trabalhando todos os dias.”

Os condicionamentos sociais das trajetórias individuais, esse que é um tema quase banal da sociologia, emergem quase que “naturalmente” no processo de racionalização que um depoimento sobre a sua trajetória de vida possibilita ao entrevistado. Mas a forma como esses condicionantes (ou estruturas que estruturam as biografias) se impõem, com se fossem desdobramentos inevitáveis de destinos, só podem ser apreendidos pelos atores, especialmente se jovens que alicerçam as suas identidades nas ideias de potência e de ultrapassagem dos obstáculos, por uma gramática moral que remete ao erro e à culpa. Assim, o que é vivido como um “erro” (estudar e trabalhar ao mesmo tempo) assume a condição de uma “escolha” individual. As consequências desses “erros” (tanto não poder tomar à sério o sonho de ser dentista quanto o reconhecimento de que lhe faltam as habilidades sociais requeridas para o exercício da docência) são como penas impostas ao agente. E o trabalho, o trabalho remunerado mais concretamente, é percebido como uma

possibilidade (o que vai permitir “tomar um sorvete, fazer alguma coisa do tipo...”), mas também como um estreitamento de horizontes (não avançar rumo ao projeto profissional desejado). Mas essa “força das coisas”, que, em linguagem sociológica teria a rubrica legítima de “estrutura” (estruturadora), é apreendida pelo entrevistado como uma conjugação de “acazos” (por exemplo, o convite da gerente do restaurante onde trabalhava para um trabalho extra e precário nos finais de semana, a greve dos professores do IF, as cobranças dentro de casa...). Ora, o que esse fragmento de retrato sociológico nos indica é que somente um agente no qual um esquema de percepção do mundo tenha se entranhando tão fortemente ao ponto de ser parte do seu ser pode atender convenientemente ao “chamado” de alguns “acontecimentos” e não de outros. Assim, ao nos referirmos a estrutura não estamos recuando para o terreno analítico no qual as ações dos atores são apreendidas quase à moda de respostas mecânicas à causas externas. O oposto é o que a narrativa acima legítima interpretar: é porque os condicionantes foram antes incorporados pelo indivíduo (para ficar na gramática do entrevistado, “nos erros passados”) que ele vai estar “apto” a reagir positivamente às injunções “externas” (o convite da gerente para o trabalho precário nos finais de semana...)

Essa ambivalência em relação ao trabalho não deixa de revelar também uma consciência muito aguda, vivida por parte dos jovens das classes trabalhadoras, de que em muitas situações pode-se contar apenas consigo mesmo. Assim, o futuro alimenta menos um projeto do que uma difícil aposta (um “sonho” incerto), cuja consciência de sua pouca probabilidade de ocorrer, alimenta tanto ressentimento e culpa (os “erros”) quanto um pragmatismo em relação ao presente (“tem que ser agora”). O trabalho é o que impede a constituição de uma sólida “base” (escolar) que ancoraria o futuro desejado, mas é também o que permite as coisas “necessárias” do momento (dentre elas, “o sorvete”). Essa ambivalência termina por se alimentar de uma dimensão mais geral, mais global até do que exclusivamente nacional, que é precariedade na “construção subjetiva do futuro”. (ESTANQUE, 2010, p. 263).

“Quando eu percebi, o meu curso estava sendo prejudicado pela necessidade de trabalhar. Durante a greve, quando eu fiquei só trabalhando, eu me senti melhor porque eu não ficava preocupado e nem pensando nas minhas responsabilidades e obrigações no IF. Nos trabalhos das disciplinas e nem em estudar para as provas. Naquele mês, eu me dediquei só ao trabalho. Eu disse: ‘rapaz! eu preciso trabalhar’. Eu estava me prejudicando e comprometendo o curso, claro!. Então, isso quer dizer que não vou ser um bom profissional. Já tinha ficado um mês

trabalhando e o IF em greve, aí eu pensei: ‘vou levar a carteira para assinar e vou seguir esse caminho de restaurante. Já que estava procurando uma profissão e até agora pela linha do estudo não estava conseguindo, eu iria seguir essa linha do restaurante. Já estava trabalhando e ganhava melhor do que eu ganhava no laboratório. Eu me senti muito mais valorizado quando eu trabalhava (no restaurante) lá do que quando eu trabalhava com os meus tios no laboratório.’”

O provisório que se torna permanente, por acontecimentos que são tomados pelos envolvidos como “acazos”, é uma característica das situações de precariedade no trabalho dos jovens brasileiros. Para aqueles, como é o caso de nosso entrevistado, oriundos de uma situação marcada pelas ausências (de pai, de recursos mínimos para uma segurança alimentar digna, de formação escolar desde a primeira infância, etc.), a admissão em um posto de trabalho que resultará em um ganho financeiro mínimo tende, pelo menos inicialmente, a se constituir em fonte de aumento de reconhecimento de fortalecimento da autoestima. Essa condição só reforça aquele lugar de ambiguidade do trabalho: ao mesmo tempo fonte de elevação da autoestima (“Eu me senti muito mais valorizado quando eu trabalhava...”) e, de outro lado, manifestação do aprisionamento em uma teia de interações e compromissos que o afastam dos sonhos de realização pessoal idealizados durante anos. Sonhos que envelhecem precocemente.

5.2 NAS TRILHAS INCERTAS DO MUNDO DO TRABALHO: DISPOSIÇÕES, SOCIABILIDADES E PROJEÇÕES

A inserção no mundo do trabalho é um marcador social da transição para a idade adulta nas sociedades ocidentais. Com o avanço das relações mediadas pelo mercado para as mais diversas esferas da existência, esse mundo constituiu um universo de trocas, que, no nível da abstração, podemos identificar como “mercado de trabalho”. Um desdobramento desse espalhamento da lógica mercantil para uma esfera da vida, que, em outros momentos históricos, encontrava-se imersa em outras lógicas sociais, foi que o trabalho assalariado passou a ser uma fonte decisiva da identidade e do reconhecimento social. Na maioria das nossas sociedades, o ingresso nesse mundo passou a ser sinônimo de ingresso no mercado de trabalho, ao menos para a maioria da população que depende da atividade laboral para reproduzir as suas condições materiais de existência. Enquanto em sociedades anteriores, a passagem para a vida implicava que o sujeito teria que passar por um espaço ou tempo liminar (como o adolescente de determinados grupos indígenas brasileiros que necessitavam passar alguns dias na floresta e voltar para aldeia com um

animal de caça abatido), nas nossas sociedades, o desafio para o jovem é a inserção legítima no mundo do trabalho, através do ingresso no mercado de trabalho.

Identidade, reconhecimento e imersão em um espaço que possibilite e potencialize sociabilidades são necessidades fundamentais dos indivíduos em nossas sociedades. De certo modo, elas são tão centrais que estão na base da autoestima e da confirmação do self. Com essa configuração, a inserção dos jovens no mercado de trabalho passou a ser objeto de discussão pública e base legitimadora de políticas de Estado. Além das elaborações dos próprios atores sociais, temos também uma extensa produção de pesquisas, ensaios e tratados teóricos oriundos das ciências sociais, com destaque para a sociologia do trabalho. Entretanto, *inserção do jovem no mercado de trabalho* é uma daquelas temáticas sociológicas geralmente abordadas a partir de perspectivas analíticas macro. Não se trata de construir polarizações pouco consistentes, como aquela assentada na oposição entre análise macro X micro, mas de construirmos interpretações dessa questão tão central (a entrada no jovem no mundo do trabalho) que levem em conta tanto a historicidade (a inserção no mercado de trabalho em sociedade regulada pela acumulação fordista de capital é muito distinta daquela na qual essa acumulação passou ser, nos termos de Harvey (1992), “flexível” quanto o espacial (centro ou periferia do capitalismo?). Adicionemos a essa tarefa, a de aportarmos elementos, construídos a partir de uma apreensão do social em escala individual, que nos permitem enxergar as dimensões microsociológicas das metamorfoses do trabalho na atualidade.

5.2.1 AS SOCIABILIDADES E A CAPTURA DO TEMPO PELO TRABALHO

F. tem 24 anos, nasceu em São Paulo e retornou para a cidade nordestina onde vive, com 10 anos de idade, porque os pais tinham o desejo de ficar mais próximos dos familiares idosos. O pai já foi pequeno comerciante (durante 05 anos), atualmente é proprietário de um pequeno bar (“familiar”, como frisou o entrevistado) no qual a mãe também trabalha. Embora não seja alfabetizada, a mãe lida com os aparelhos eletrônicos e com os cálculos matemáticos. O pai frequentou por poucos anos a escola (“chegou a fazer a quarta série”), mas é politizado e gosta de se informar “sobre o que ocorre no mundo”. F. diz detestar política (partidária, por suposto), mas aquiesce quando o pai lhe pede por mais

informações sobre um ou outro assunto em particular e, nessas situações, realiza pesquisas no telemóvel inteligente sobre o que lhe é pedido, embora com alguma contrariedade. Quando de nossa entrevista, estava acompanhado da namorada, de mesma idade e aqui identificada como J., que não deixou de intervir e tecer comentários e observações sobre os temas propostos. E, dado que esta, a certa altura da conversa autorizou a inclusão de suas falas e forneceu informações a respeito de si, consideraremos esta entrevista como sendo de uma dupla, que, no momento, formavam um casal.

J., a namorada, mora com a mãe, uma irmã e o pai. Eram três filhas, mas uma, a mais velha, já se casou e saiu de casa. O principal sustento financeiro da família advém do salário da mãe, que trabalha como cuidadora de idosos. Anteriormente, trabalhou como cozinheira em um restaurante. O pai trabalha como transportador de passageiros em motocicleta (mototaxista) e ganha muito pouco e sua contribuição tanto nos cuidados da casa quanto no aporte de recursos para a reprodução doméstica é pouca significativa. Diferentemente dos pais de F., que manuseiam com dificuldades as novas tecnologias de informação, os pais de J., como ela diz, são “bem antenados” com o universo da comunicação digital. Ambos têm em torno de 40 anos e dependem muito das interações nas redes sociais para o desenvolvimento de suas atividades de trabalho (solicitações de cuidados de idosos, no caso da mãe; chamadas para viagens dentro da cidade e nos arredores no mototaxi, para o pai).

F. não consome bebidas alcoólicas e isso delimita as suas interações com os colegas. Sai com os amigos, que bebem e fumam, mas opta sempre por somente “beber refrigerantes”. Atualmente, nenhum dos amigos de F. é fumante, o que diz muito sobre o consumo de tabaco entre os jovens brasileiros em relação, por exemplo, Portugal. Entretanto, muitos consomem bebidas alcoólicas. A avaliação de F. é que uma “boa festa” não precisa ser regada a bebidas com álcool. Embora não tenha se destacado como “bom aluno” no ensino básico, ele conseguiu se inserir no IF e realizar um curso na área de informática, área na qual atua no momento. Não tem um emprego fixo e realiza serviço autônomo de montagem e monitoramento de sistemas digitais para pequenas empresas (lanchonetes, mercearias, padarias, salões de beleza, frutarias, oficinas automotivas, etc.). Ele e a namorada realizam um curso de licenciatura em computação em uma instituição pública de ensino o técnico o que os habilitou a investir nas atividades conjuntas de

prestação de serviços na área de tecnologia da informação (trabalho provisório e precário, não é demais registrar).

Como sói ocorrer com quase todos os nossos informantes jovens neste trabalho, também F. e J. usam extensivamente as novas tecnologias digitais (destacadamente telemóveis) para o intercâmbio de mensagens via o aplicativo WhatsApp e a navegação da internet, sobretudo nas chamadas redes sociais (com predominância, no momento em que realizávamos a pesquisa, do Instagram). Essa interação mediada pela tecnologia foi tão incorporada pelos jovens brasileiros de todas as classes sociais que emerge como uma resposta direcionada à apreensão dos hábitos de lazer e as formas de sociabilidades:

“Até um tempo atrás eu gostava muito de assistir ‘animes’, que é um gênero de desenho japonês, mas ultimamente... eu me envolvi em alguns projetos, tanto da faculdade como do trabalho e eu tô com zero tempo, basicamente. E minha vida é dedicada ao trabalho. Televisão, desde que eu comecei a usar mais a internet, eu larguei na entrada do ensino médio. No máximo, assisto o jornal, mas minha mãe é quem gosta de assistir muito TV. Leitura? Bom, particularmente... Por exemplo, Jane gosta muito de pegar um livro de história, literatura, tipo coisa assim, mas eu gosto de ler mais documentação de linguagem computacional, não é? Eu trabalho com programação, desenvolvimento de sistemas, tecnologias novas... Eu gosto mais de ler coisa assim. As redes sociais? Eu costumava usar muito Facebook, mas, hoje, não mais. Até na época do Orkut, eu usava. Eu lembro que eu usava bastante. Atualmente, eu só uso WhatsApp para comunicação rápida com todo mundo que eu preciso, tanto do trabalho como da família e os amigos.” (Depoimento de F.)

Vale a pena ressaltar, com relação ao trecho citado mais acima, o estreitamento entre o lúdico e o mundo do trabalho que o uso dessas tecnologias propicia. Não se trata, por certo, de tema novo. Pauta das conversas cotidianas e dos especialistas (dentre estes, podemos situar os próprios sociólogos), o que é, de fato, significativo na apreensão do entrevistado é a naturalidade com que se percebe esse apagamento de fronteiras.

Nessa direção, vale a pena registrar as observações seguintes, resgatadas de artigo inserido em um número de prestigiosa revista das ciências sociais brasileiras sobre os desafios da análise sociológica do mundo do trabalho nos dias atuais: “a informatização e o papel das infraestruturas computacionais têm impactado profundamente na vida social: na educação, no transporte, na vida familiar, na vida afetiva, no ativismo político. Cada vez mais, nosso cotidiano é afetado pelos dispositivos informacionais que capturam dados, e possibilitam novas formas de consumo, criando moralidades, fazendo e desfazendo reputações, monitorando nosso comportamento através dos SMARTFONES e aplicativos diversos nas redes sociais, como no TWITTER, no FACEBOOK e em outras. (LIMA; BRIDI, 2019, p. 326).

Os “projetos” do trabalho e da faculdade impõem necessidades e limites ao uso do “tempo livre”. E não apenas isso. Aos poucos, vão também redefinir a forma de navegação

na internet. Mas essa é uma percepção ambivalente por parte do entrevistado (com a anuência do balançar de cabeça de sua namorada) no que diz respeito ao trabalho, pois, para ele, propicia “liberdade”.

“A gente tem uma certa liberdade porque a gente pode trabalhar com projeto, é tipo um serviço que a gente presta numa empresa. Por exemplo, é o caso que nós dois estamos prestando um serviço, estamos desenvolvendo um sistema para uma empresa. Aquela empresa paga um valor por um serviço e a gente faz. Parte em casa, numa biblioteca da faculdade, no shopping... Eu posso estar numa Praça de Alimentação comendo um sanduíche e trabalhando ao mesmo tempo...”

A observação nos remete para uma situação de precariedade no trabalho digital que ainda está a merecer investigações analíticas mais robustas ao menos em relação ao universo dos países situados na periferia e semiperiferia do capitalismo. E isso diz respeito tanto aos tipos de relações de exploração e dominação (expressas, sobretudo, na fragilidade dos contratos) que esse tipo de trabalho embute quanto à hierarquização dos seus trabalhadores. A esse respeito, ensaios como aquele elaborado por Lima e Bridi (2019), embora lancem algumas luzes sobre esse universo, pecam pela apreensão panorâmica e impressionista da realidade que apenas entreveem. O que parece lhes escapar é exatamente a mutação do trabalho, enquanto dimensão sistêmica, que não apenas invade, mas coabita com a vida cotidiana, capturando-a. A “liberdade” no trabalho, registrada pelo nosso informante, não é contraditória com uma estrita regulação dos prazos de entrega de tarefas ou de uma baixa remuneração. As experiências individuais tradutoras desses contextos apontam para um mundo de exploração dos corpos e das mentes explorado pela literatura clássica a respeito do mundo fabril do início da Revolução Industrial:

“Eu tive uma experiência agora que eu passei que, talvez, eu não vou mais querer passar. Eu assumi tanto projeto que... agora, no mês dezembro, janeiro e fevereiro, eu tava programando mais de 12 horas por dia. Eu mal tava dormindo. Ainda contando isso, tinha o deslocamento, tempo pra almoçar. Acabava que eu dormia 5 horas por dia. Aí, eu fiquei bem mal...”

J.: desgaste físico!

F.: ...Cansado, muito cansado... Tudo bem, que eu to com uns projetos um pouco atrasado porque eu tive que diminuir o ritmo, porque eu vi que eu não ia aguentar. Ganhei experiência para saber, oh! No futuro eu não vou pegar esse tanto de projeto de novo. Porque eu tinha a mania, assim: ‘Oh, Fernando! Eu preciso fazer isso aqui’. ‘Ah! Bora fazer.’ Aí, eu sempre entrava...

NAMORADA INTERROMPE: É desse jeito! Até eu ficava zoando. Faz tudo?! Não é desse jeito, você não é um robô, meu amigo! Tem que ter tempo pra descansar, pra passear...”

5.2.2 A TRABALHADORA DO SISTEMA BANCÁRIO QUE NÃO TRABALHA EM UM BANCO

Aos vinte anos de idade de idade, CF, nasceu e viveu toda a sua vida em Juazeiro do Norte (CE) e trabalha em serviço de telemarketing para um banco. Recentemente concluiu o ensino médio e estava a se dedicar aos estudos para conquistar uma boa pontuação no ENEM e coseguir ingressar em uma boa universidade. O pai era motorista em uma empresa de transporte, pediu demissão e foi ser caminhoneiro autônomo, mas, nos últimos meses, devido à pandemia do COVID-19, estava com dificuldades para encontrar fretes e passou a trabalhar com a esposa, mãe de CF, na venda de roupas por entrega. Tem uma irmã mais velha, com 25 anos de idade, e um irmão que estava para completar 05 anos quando da nossa entrevista.

Toda a sua família “gosta de trabalhar para si” e são, por parte de mãe, comerciantes autônomos ou caminhoneiros. Têm fortes ligações familiares, reúnem-se sempre e gostam de se reunir aos finais de semana na comunidade onde ainda hoje vivem os avós maternos de CF. Trata-se de um sítio, localizado em um dos municípios da região do Cariri Cearense, cuja cidade polo é exatamente Juazeiro do Norte. Socializada nesse ambiente de retorno ao campo nos finais de semana, CF gosta de se juntar com amigos e amigas para alugar alguma chácara nas proximidades da cidade para encontros e festas aos finais de semana.

Desde o início do ano, CF trabalha como atendente de um banco. O seu setor é o de contestação. Ela conta que teve de ler e reler o *Código do Consumidor* e “também algumas coisas do Direito”. Ela recebe o salário-mínimo para trabalhar seis horas e vinte minutos por dia todos os dias da semana mais o sábado ou o domingo (uma semana é sábado, na outra, domingo), no horário de 10 às 16 horas e vinte minutos. Intrigou-nos o fato de ela tão nova, sem experiência anterior de trabalho, ter se inserido como trabalhadora de um setor tão específico dentro de um setor tão complexo como o bancário. Ela diz que tudo foi feito “via internet”, do teste de conhecimentos gerais e específicos na área da informática e dos sistemas bancários até aquele de domínio da língua portuguesa. O único momento fora da interação medida pelas TICs na sua contratação foi exatamente a assinatura da carteira, realizada na empresa intermediadora do serviço, que tem uma unidade em sua cidade. Antes da formalização do contrato, ela trabalhou por mês.

Na sua relação de trabalho não existe um chefe determinado. Toda semana “alguém está gerenciado o setor”, informa-nos ela. A continuidade da sua contratação depende da avaliação feita pelos clientes atendidos. Ela sabe que necessita alcançar uma pontuação mínima para continuar trabalhando. Como demonstrou durante toda a nossa entrevista, é uma pessoa desenvolta, bem articulada, que fala com segurança e autoridade. Sobre tudo e sobre todos. Para CF, na sua família materna, todo mundo “vive para o comércio e desde pequeno a gente aprende a negociar”. Ela afirma que “se garante” nas avaliações, pois, embora tenha que “atender muitas situações chatas”, pensa que possui as habilidades necessárias para lidar com as adversidades da comunicação com clientes bancários que estão contestando pagamentos em seus cartões de créditos, débitos indevidos em suas contas ou mesmo alguma fraude⁸⁹.

O banco para o qual CF trabalha é “totalmente digital”. Não conta com agências físicas e se serve de empresas terceirizadas para contratar os seus trabalhadores. “É uma situação meio estranha. Eu trabalho para eles, mas não existo para eles”, diz CF. Ela diz que não é exatamente o setor que ela imaginava trabalhar, mas, “apareceu a oportunidade e aí eu peguei”. Tampouco imagina ficar muito tempo nesse trabalho. Fora do horário de trabalho, investe o seu tempo nos estudos. Gosta de sociologia, de ciência política, de história crítica e de biologia. “Até de geografia, que é bem chatinha, eu gosto”, comenta rindo. E complementa: “pois é, sou de humanas...”.

Sobre a rotina do seu trabalho, ela diz que consiste em atender o telemóvel (cedido pela empresa contratante) e em buscar informações no sistema do banco através do seu computador (pessoal) sobre o assunto da conversa. Ou seja, o ambiente, os instrumentos de trabalho, o dispêndio com energia elétrica e o pagamento da internet ficam sob sua responsabilidade. Isso significa que do salário que recebe (que é, reafirmemos uma vez mais, o salário mínimo), ela deve retirar valores para ajudar a família a efetuar o pagamento dos custos.

Para CF, um dos desafios do seu trabalho é o de estabelecer conversações com pessoas de todo o Brasil, com a sua variedade de sotaques regionais.

⁸⁹ A entidade organizadora dos bancos brasileiros, uma espécie de sindicato bancário, grupo de pressão e agência de auto regulação, a FEBRABAN, não informa os números exatos de fraudes realizadas através da internet ou da clonagem de cartões bancários, mas informações extraoficiais dão conta de que essas atividades criminosas envolvem números e valores no Brasil que os situam entre os maiores do mundo.

“Nas primeiras vezes, assim, é um pouco estranho, não é? Você vai falar com pessoas de qualquer lugar do Brasil... Então, a gente fala com muitas pessoas que têm sotaques diferentes. Tem gente que é muito complicado de a gente entender. Tem pessoas também de determinadas regiões que são mais estressadas... Já tem outras que são mais tranquilas. Outras pessoas que são gentis e que você até se surpreende. Entendeu? É um aprendizado constante, mas também você se acostuma. Geralmente, na primeira vez que a gente vai falar, a gente sente aquela ansiedade, aquela agonia, sabe? Mas depois que a gente se acostuma, é até bom que você vai aprendendo os sotaques diferentes, você vai aprendendo formas de falar diferente. Aí até que você gosta...”

No desenvolvimento de suas tarefas, CF necessita trabalhar com diversas telas ao mesmo tempo em seu computador pessoal. Em uma página, ela acessa ao sistema de dados do Banco; em outra, ela mantém o aplicativo WhatsApp permanentemente ligado para tirar as dúvidas no grupo formado pelo empregador para fornecer suporte aos atendentes dos clientes; em uma terceira página, ela mantém o seu buscador da internet disponível para obter informações imediatas da cidade ou região de origem dos clientes com os quais conversa e tenta resolver problemas. Enquanto desenvolve essas atividades, no próprio quarto ou na sala de estar, quando os demais parentes saem, ela fica à vontade, de pijama ou com as “roupas de ficar em casa mesmo”. Algumas vezes, atende a um cliente ao mesmo tempo em que prepara alguma refeição. Em outras, até almoça enquanto realiza a conversação.

Apesar de dizer que gosta do seu trabalho e que tem adquirido experiências proveitosas, esse trabalho no sistema bancário não é algo “que você queira para o resto da vida”. Essa consciência se traduz na elaboração de que “o trabalho, você querendo ou não, é uma obrigação que a pessoa tem para se manter, hoje, no mundo capitalista”. E avança:

“A gente precisa de dinheiro e para ter dinheiro, a gente tem que trabalhar. Independente de ser uma área que você goste ou não, você ganha experiência naquele lugar. A área de administração de banco não é uma coisa que eu esperava para a minha vida, mas é uma oportunidade que surgiu e eu aproveitei. Então, me dá muita experiência, me dá uma visão de mundo diferente. Pode parecer estranho, mas depois que eu comecei a trabalhar para o banco, eu me tornei mais crítica, sabe? Você vê as coisas de dentro...”

O que CF expressa não é apenas uma apreensão individual e isolada, mas uma compreensão geracionalmente partilhada entre os jovens que, no início dos anos 2020, estão a buscar uma inserção no mercado de trabalho: aquela de que os trabalhos possíveis são cada vez mais provisórios e sem estabilidade duradoura. À parte essa consciência aguda, há também a percepção de que o trabalho, mesmo que exercido por pouco tempo,

pode enriquecer a biografia (aportando experiências) e também constituir um suporte para a autoestima.

“Olha, tem também essa questão da experiência que você acaba adquirindo quando você abre a sua mente para trabalhar. Eu acho também que é extremamente importante porque esse trabalho traz a renda, né? E a questão, principalmente, além dessa ligada à renda, seria também a questão da experiência que eu já falei... Mas eu vou grifar que eu acho muito importante. Principalmente, quando você não ama uma área, mas acaba descobrindo que aquela área que você não ama você acaba gostando alguma coisa porque você acaba aprendendo alguma coisa com ela. Então, acho que o trabalho também é outra área fundamental na vida das pessoas, além da escola e da faculdade. Quando você trabalha, você conhece mais o valor do dinheiro. Você consegue valorizar mais as coisas. É... alimentação, coisas simples que você ignorava porque não era você quem pagava, você consegue reconhecer mais quando você começa a ganhar o seu próprio salário...”.

Essa elaboração também traduz uma percepção socialmente difundida nas sociedades modernas de que o ideal de cada indivíduo deve ser o de se tornar “produtivo” para as suas sociedades. Assim, além da afirmação da autoestima e do reconhecimento familiar, a inserção em uma atividade laboral de uma jovem também implica em um ganho simbólico significativo. E isso é ainda mais significativo em um contexto no qual a subjetividade neoliberal atribui aos indivíduos (suas ações e escolhas) a causa dos seus êxitos ou fracassos.

Às proposições precedentes formam o contorno de um retrato sociológico de uma jovem situada em um espaço de intersecção entre casa, trabalho e escola. Ao nos aproximarmos desse retrato, com certo distanciamento para não nos perdermos nos detalhes e nas especificidades, encontramos também elementos para pensar a transformação estrutural de uma atividade laboral – a bancária. Se em todo o mundo o trabalho bancário esteve associado a um tipo social mais próximo dos trabalhadores de colarinho branco e distanciados social e simbolicamente dos operários do chão da fábrica e dos camponeses, no Brasil esse processo ainda foi mais significativo. Os trabalhadores bancários, especialmente dos bancos públicos (que se espalharam fortemente pelo país a partir de meados dos anos 1970), foram simbolicamente distinguidos positivamente durante décadas. Em pequenas cidades brasileiras, os bancários, especialmente os empregados do BB e da CEF, caso fossem do sexo masculino, eram vistos como “bons partidos” para as famílias interessadas em “casar bem” as suas filhas nas décadas de 1960 e 1970. Era uma atividade com uma carreira definida e com um elevado reconhecimento social.

Com esse lugar social na sociedade brasileira, o trabalho bancário foi marcado pela incorporação de jovens oriundos do ensino superior (na maior parte dos casos, graduados em cursos como economia, administração e ciências contábeis, mas também, em momentos de crise, de engenheiros, arquitetos e agrônomos, dentre outros). Com o crescimento da categoria e com essa configuração social dos seus quadros (com qualificação profissional e, no caso dos bancários do setor público, com o acesso ao emprego através de concursos públicos), o setor produzirá um sindicalismo ativo do final dos anos 1970 em diante no Brasil. Não por acaso, o sindicalismo bancário será palco de algumas das disputas mais importantes pela direção do sindicalismo brasileiro nos anos 1980 e que opunham sindicalistas ligados ao PCB àqueles que participavam de algumas das correntes internas do PT, algumas das quais deixaram a agremiação a partir nos anos 1990 para fundar o PSTU e nos anos 2000, para criar o PSOL. Sindicalistas do setor bancário foram importantes para a criação da CUT e alguns dos mais importantes políticos da chamada Era Lula emergiram para a vida pública no sindicalismo do setor. Destaque-se, dentre outros, Olívio Dutra (1941)⁹⁰, Luiz Gushiken (1950-2013)⁹¹ e Ricardo Berzoini (1960)⁹². Esse sindicalismo ainda realiza movimentos paredistas, mas, nos dias atuais, os impactos de suas ações são proporcionais ao decréscimo simbólico da atividade laboral nos bancos e a diminuição significativa do contingente de trabalhadores no setor.

A reestruturação produtiva de par com a desregulamentação trabalhista, que criou caminhos para que os bancos subcontratassem os seus trabalhadores (a chamada terceirização) culminou no quadro social mais largo que possibilita a que um retrato sociológico como o de CF possa ser captado.

5.2.3 OS DESAFIOS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E OS LAÇOS FRACOS

⁹⁰ Bancário do BANRISUL, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, em 1975, um dos fundadores do PT, deputado federal eleito em 1986, prefeito de Porto Alegre (1988-1992), Governador do Rio Grande do Sul (1999-2003) e Ministro das Cidades (2003-2005).

⁹¹ Bancário do BANESPA, foi militante da corrente “Liberdade e Luta” ligada à organização trotskista OSI, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1984-1986), um dos fundadores do PT e da CUT, deputado federal pelo PT (1986-1999) e ministro das comunicações (2003-2005).

⁹² Bancário do BB, foi presidente do sindicato dos bancários de Osasco (SP), um dos fundadores do PT e da CUT, deputado federal (1999-2014), ministro da previdência social (2003-2004), ministro do trabalho e do emprego (2004-2005), ministro da secretaria de relações institucionais (2014-2015) e ministro chefe da secretaria de governo (2015-2016).

J.C.S.F. está com 21 anos e mora com a mãe, um irmão e uma irmã em Petrolina (PE). Outra irmã, casada, mora em uma casa construída que foi construída nos fundos do terreno da residência familiar com o marido e mais duas filhas pequenas. O pai, que falecera há um ano quando de nossa entrevista, vítima de uma doença crônica, era policial militar. O registro dessa informação não é gratuito, pois, a principal renda da família é oriunda da pensão recebida pela mãe, agora viúva. A filha casada, que estudou só até o ensino médio, trabalha como comerciária e recebe salário-mínimo. O marido desta é borracheiro, trabalha precariamente em oficinas de automóveis e nem sempre consegue trazer algum recurso para contribuir com a reprodução doméstica. A irmã mais nova, de 14 anos, dedica-se ao estudo e é a pessoa da família com quem o entrevistado tem contatos mais estreitos (trocam mensagens constantemente via aplicativos instalados nos seus telemóveis). Com o irmão mais velho (apenas um ano de idade a mais, na verdade), os laços são fracos. Quase não se veem, embora morem sob o mesmo tempo. “É que ele trabalha em uma indústria, sai cedo, eu só vejo ele de vez em quando, num almoço”.

Estudou em um IF, trabalhou em um McDonald's e, hoje, realiza um curso de graduação em História em uma universidade pública local. De fala articulada, J.C.S.F procura fazer sempre uma boa apresentação de si mesmo. É expressivo e sabe disso. Mobiliza autores e conceitos das humanidades quando fala de si, da família ou do universo social ao redor. Não foge de nenhuma pergunta e sente um claro prazer no exercício de reflexividade sobre sua trajetória que a entrevista termina por lhe proporcionar. “É tudo muito líquido. É o que o Bauman fala: ‘é tudo muito líquido’”. É o que diz ao comentar sobre a diferença geracional entre a sua geração e aquela de seus pais. A atual, que é a sua, seria a “geração” líquida. Não importa se essa apreensão resulta de uma imersão aprofundada na obra de Zigmunt Bauman ou de uma informação passageira obtida em uma rede social, mas ela é reveladora de uma busca de referências para se pensar e pensar o seu mundo alicerçadas em símbolos ou ícones que reforcem tanto a sua reputação quanto a sua imagem de forma positiva.

Nesse sentido, o que para outros entrevistados é utilizado para justificar frustrações e sonhos não realizados, para J.C.S.F é motivo de contraposição entre os projetos familiares e aqueles que ele procura alcançar. O que poderia “puxar para baixo” outros, para ele como que se transforma em catapulta. Não que busque o sucesso imediato, rápido

e mundano. Tudo se passa como se para ele o meio, a experiência, valesse mais do que o objetivo alcançado, o fim.

“Meu pai, antes de falecer, e a minha mãe, até hoje, eles tinham a mentalidade de que o ensino médio era tudo. Que bastava. Então, para eles, se você tinha o ensino médio era tudo. Eu fui o primeiro da família em nível de minha avó para baixo, os meus tios e minha família dentro de casa, a ter a mentalidade de fazer uma faculdade. Eu fui o primeiro e até agora ainda sou o único que tá na faculdade e tem o pensamento de terminar a faculdade, de realmente se dedicar aos estudos.”

Para uma parcela considerável de famílias brasileiras, o ingresso em faculdades, mesmo públicas e com processos seletivos que incluem cotas, é um objetivo distante. Algo a não se levar os filhos a assumir para não sofrerem com as decepções advindas dos resultados negativos. Parece tentativa mesquinha de diminuir projetos mais ousados e arrojados, mas, para quem os enuncia, desencorajar ousadias é uma forma de proteger.

“No começo pensavam só na questão do trabalho, trabalho prático. Ela (a mãe) falou algumas vezes: “olha! Seria bom deixar a faculdade, trancar, cancelar isso. Vai atrás de um emprego, coloca currículo. E foi sempre esse luta! Eu tinha que escutar as coisas, mas fingir demência. Não levar muito a sério e continuar. E, hoje, já está bem mais tranquilo; já consigo dar aulas em alguns lugares... Ganho um dinheiro extra. Então, ela já tá vendo os resultados e tá mudando a mentalidade.”

Essa habilidade de contornar obstáculos, não seria um exercício especulativo abusado fazê-lo, pode estar relacionado ao fato de que a mãe, esposa de um policial, ter permanecido durante todo o casamento na condição de dona de casa, dedicando-se integralmente a cuidar dos filhos. Essa situação traduziu-se, para o entrevistado, nesse sentir-se cuidado, um bem escasso em um universo social marcado por carências materiais e afetivas. Não são retilíneos os caminhos que levam à elevação da autoestima e a constituição de uma personalidade crítica.

“Eu já presenciei minha mãe com algumas frases... E também na família da minha irmã, entre ela e o marido. Comportamento bem machista. Por exemplo: ‘ah! mulher nasceu para apanhar mesmo. Mulher nasceu para brigar com o marido. Mulher nasceu para cuidar da casa e do filho’. E como eu sou uma pessoa que, de certo modo, leio e estou conseguindo ver bem mais diferente, sobretudo sobre essa discussão atual sobre gênero, então, eu sempre repreendo. Quando eu escuto um comentário, eu digo: ‘olha não é assim, é assim! Essa questão política e discursiva, eu vejo diferente.’ ”

Essa incorporação de uma retórica crítica, e aqui pouco importa se essa crítica alicerça uma ação crítica, é significativa. Não apenas porque revela um traço que é de personalidade do entrevistado, mas também de todo um universo social: a afirmação de si,

a defesa de sua geração, contra tudo o que atenta contra a afirmação do indivíduo. Se essa demanda por “espaço individual” é ou não capturada por um agenciamento político progressista ou de esquerda, esse é outro problema. E o entrevistado tentou encontrar sentido para a sua “postura crítica” participando, de forma rápida e precária, de partidos ou organizações situadas à esquerda no espectro político brasileiro.

“Fui a uma reunião do PT. E fui também a uma reunião do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Só que eu vi que era coisa bem engessada. Eles estão lutando por aquilo que eles já seguem, sabe? Na folhinha deles... E o partido tem que a todo momento fazer uma autocrítica, sabe? Tem coisas que vale a pena lutar e tem coisas que não. Penso assim. Tem coisas que têm que ser incorporadas e tem coisas que não tem mais sentido. E eu percebi isso. Não apenas eu, mas os jovens que estavam comigo. Tipo, vamos lutar para que o número de pessoas que participem do sindicato aumente, não é? Só que essas pessoas que trabalham no sindicato ganham dois salários mínimos. Quer dizer, a contribuição sindical já ia aumentar. Quer dizer, então, eu já não achava tão correto. Deveria ser um movimento coletivo. Mas, tipo, se não é uma coisa de livre e espontânea vontade, as pessoas estão transformando aquilo numa empresa, perde o sentido.”

De certo modo, o depoimento do entrevistado parece corroborar o diagnóstico de não poucos analistas da vida social contemporânea a respeito do esvaziamento ou “perda de sentido” de estruturas tradicionais de participação, como sindicatos e partidos políticos. Mas esse caminho pouco contribui para um esclarecimento do que realmente se encontra em jogo no mundo social, naquele chão sobre o qual brotam ou não as ações coletivas. O que nos parece mais significativo é a existência de uma disposição para ação, para o engajamento na crítica ao existente, que não consegue se realizar em estruturas já consolidadas de ação coletiva. Dessa forma, com a percepção da incapacidade de se fazer ouvir e/ou de se sentir parte dessas estruturas, existe entre os jovens uma abertura para a participação em espaços não institucionalizados, como por exemplo, mobilizações de rua construídas a partir de mensagens em aplicativos de redes sociais. Mas nesses espaços e eventos, em contrapartida, a retórica populista encontra terreno fértil. Populismo esse que pode ser de esquerda ou de direita, embora, no Brasil pós 2013, esta última tenha avançado para se constituir em um polo aglutinador das mobilizações de rua.

Essa contextualização se faz necessária pelo fato de que o não engajamento em instituições legítimas da ação política e da mobilização trabalhista não se traduz sempre em absenteísmo ou em despolitização. No caso de J.C.S., o que poderíamos denominar de “disposição crítica” (traduzido em um esquema de percepção do mundo não conformista)

leva-o a uma politização do cotidiano em torno de outras dimensões não incorporados pelas instituições tradicionais de participação, como aquelas de gênero e as geracionais, dentre outras que traduzem a oposição a situações de opressão e/ou invisibilidade social. Essa proposição é corroborada pelo discurso mais acima transcrito. Ou, ainda, por uma demanda como aquela da constituição de um espaço da individualidade jovem (verbalizada no discurso da “busca da independência financeira”).

“Em primeiro lugar, a independência. A independência financeira. E querendo ou não, isso é uma independência social e psicológica. Eu tenho um caso de um primo, por exemplo, que ele tá no meio termo. Ele tem 19 anos, não conseguiu emprego, não conseguiu entrar em faculdade e ele não está recebendo apoio da família. Então, ele tá nesse meio termo: sendo massacrado pela família a todo o momento. Com uma cobrança... Cobrando que ele trabalhe; sempre que ele... trabalhe. Mas aí vem pra mim e eu e digo: ‘Olhe, você pode até trabalhar mas desde que você não perca o objetivo de estudar.’ Então, não apenas meu primo, mas a minha família tem aos pouco mudado essa mentalidade. Sobre a importância do trabalho. Em primeiro lugar, a independência. A independência é tudo. Como eu venho de uma família relativamente pobre, fraca de condições... Então é assim... Uma pessoa que ganha R\$ 500, uma pessoa que ganha R\$ 1.000 por mês, é bem diferente... Ela é bem mais independente; ela é mais bem vista do que uma pessoa que fica esperando receber da mãe R\$100 para colocar no passe do ônibus. Entende? Por isso que é uma luta. A todo momento ali nessa batalha. É essa a luta.”

A independência financeira valorizada pelos jovens oriundos de famílias trabalhadoras, no Brasil, assume um significado que é dado pelo contexto. Ser independente, como expressa o entrevistado, tem uma dimensão “social” e “psicológica”. É uma trilha incerta, mas que necessita ser seguida se não se quer ficar prisioneiro de “massacres” no ambiente familiar. Também assume um lugar simbólico distintivo na constituição de si como sujeito (“Uma pessoa que ganha R\$ 500, uma pessoa que ganha R\$ 1.000 por mês, é bem diferente... Ela é bem mais independente; ela é mais bem vista...”). Há também uma dimensão classista nessa luta pela afirmação da independência financeira que é o caso quando os jovens fazem afirmações do tipo: “eu me faço, não sou filhinho de papai que tem o seu dinheiro garantido sem fazer nada, não”.

No Brasil, não há, diferentemente do contexto europeu, por exemplo, uma valorização positiva das experiências de trabalho pelos jovens das classes médias, seja como experiência de formação profissional ou como passo para o amadurecimento pessoal. Apenas quando emigram para realizar os seus intercâmbios escolares e universitários, os jovens desse universo social se defrontam com o trabalho temporário como uma fonte

suplementar de renda. Essas atividades exercidas no estrangeiro (babá, ajudante da cozinha do restaurante universitário, trabalho na limpeza do bar ou restaurante) ganham naturalidade quando feitas “lá fora”; no próprio país, com o exército de empregados domésticos a disposição das classes média, realizar as tarefas implicadas nesses trabalhos é “indigna” e reservada para os “outros” (de outra classe e, comumente, de outras origens étnicas predominantes).

A constituição de si dos jovens de classe popular enfrentará as adversidades típicas do mundo juvenil na atualidade global (fragmentação, individualização, deslocamento, perdas de referências familiares, etc.) combinados com fenômenos estruturais (e estruturantes das experiências cotidianas dos negros) da sociedade e que foram analisados em trabalho singular e fundador da sociologia brasileira por Florestan Fernandes⁹³. Dentre estes, destaquemos o sentimento permanente de medo e insegurança em relação à sua posição social. Especialmente sentido por jovens negros e pardos que conseguem avançar no universo escolar⁹⁴. As interações e laços constituídos nesses contextos de insegurança e auto-isolamento se traduz contraditoriamente em laços mais fracos para os que estudam e laços fortes (pois ancorados no encontro cotidiano na rua e nos espaços precários de sociabilidade) de jovens das classes populares no Brasil. Estes laços fortes puxam para baixo, para os compromissos da festa, do lúdico, do imediato e das pequenas delinquências. Já os laços fracos dos jovens que estudam, com as exceções daqueles constituídos com os professores, pouco catapultam para posições superiores, dado que os universos escolares brasileiros do ensino básico não são transclassistas como em algum momento recente o foi o contexto europeu, os laços fracos aí constituídos tendem a não se constituir em capital social na vida adulta. Por isso mesmo, o fim do ensino médio tende a

⁹³ A arguta e ainda atual análise que Fernandes (2008) empreende sobre o autoisolamento de “pretos” e “mulatos” (termos do autor), que, tendo conseguido a inserção mesmo que subalterna na “sociedade competitiva”, estão condenados a enfrentar, de um lado, o preconceito e a exclusão dos “de cima” e daqueles “do lado” (elites, no primeiro caso; classes médias e trabalhadores formais com os quais interagem no segundo) lembra um pouco os dilemas das famílias negras da baixa classe média no Brasil. Essa temática, de algum modo, foi abordada por Manuel Castells, mesmo que de forma panorâmica, ao tratar dos desafios das famílias negras norte-americanas (Castells, 2001).

⁹⁴ Segundo a PNAD Contínua 2019, do total de 50 milhões de brasileiros situados na faixa de idade entre 14 a 29 anos de idade no ano do levantamento, nada menos que 20,2% (pouco mais de 10 milhões) não chegaram a completar as etapas da educação básica. E isso tanto por abandono escolar quanto, mais grave ainda, por nunca terem frequentado uma escola. Desses, 71,7% eram, de acordo com a classificação do IBGE, “pretos ou pardos”. Fonte: www.ibge.gov.br.

ser uma ruptura vivida tão dramaticamente por esses jovens, que já pagam o preço social do distanciamento social dos que lhes estão mais próximos espacialmente.

“Eu acho que todo mundo sente falta quando sai da escola é, como vou dizer?, a interação social. Então, aquela resenha, aquela brincadeira, a gente sair para comer um pastel depois das aulas. A gente ir para o shopping depois... No IF, a gente saia para fazer trabalho para os professores. Ali, a gente tinha toda uma aplicação de que tinha que ir para casa do outro fazer o trabalho, essa coisa faz muita falta. Na faculdade, a gente já não encontra muito. Isso, essa coisa de se reunir... Porque na faculdade, sobretudo o meu horário à noite, você está convivendo com quem? São pessoas que trabalham, sobretudo o meu horário à noite, são pessoas adultas.... Eu sinto um certo individualismo na faculdade. É cada um por si e Deus por todos! É o que o professor diz direto. Mas, o bom da faculdade é que eu to tendo contato com coisas que até então eu não tinha tido: com filmes que eu nunca tinha visto, com textos, com pensamentos, com línguas... Eu fiz o curso de Latim, fiz curso de Libras... E, agora, estou começando o curso de Italiano. São coisas que um jovem de periferia nunca pensaria se não tivesse em um ambiente acadêmico...”

Os investimentos adicionais na autoformação – cursos de latim, libras e italiano -, esses avanços conseguidos a custo de mais isolamento amplifica o distanciamento e a diminuição das redes sociais. Se, como é o caso do nosso entrevistado, não se está inserido em uma rede social cuja base seja religiosa (e, mais particularmente, evangélica), o acúmulo de relações sociais que impulsionem a conquista de posições (como um posto de trabalho) é mais vagarosa e cheia de obstáculos ainda. Dentre estes, o adoecimento psíquico dos jovens universitários de origem popular, tema que somente muito recentemente começou a merecer maior espaço no debate no mundo acadêmico brasileiro. O diálogo abaixo é expressivo a esse respeito.

“Entrevistadora: Coisas que você não gosta da faculdade...

Entrevistado: Em primeiro lugar, a pressão psicológica. Eu vejo muitos jovens sofrendo... Eu conheço alguns que realmente estão doentes mentalmente, psicologicamente, entende? Porque tem aquela pressão do professor, tem a pressão de orientador, tem pressão de que você tem que trabalhar depois da faculdade. Tem pressão de que tem que trabalhar durante a faculdade e as disciplinas mais pesadas você tem que jogar lá para o final do curso... Eu conheço alguns que estão nessa situação e não têm um acompanhamento da família. Conheço quem vem de outros lugares para estudar aqui. Moram sozinhos... Se não tiver os amigos para se divertir no final de semana, realmente, perde-se o controle da situação. Isso é bem chato, viu?”

Navegar nessa situação exige habilidade social para não se “ficar sozinho”. E, dado que essa habilidade não é inata, mas resultado longo e vagaroso da incorporação de formas de atuar no mundo, apreendido em múltiplas experiências ao longo da infância e da adolescência, aqueles que tomam consciência de que não as possuem (“não consigo me

ligar com as pessoas”) tendem a se sentir fracassados. Na leitura dos envolvidos, e não raro dos conselheiros profissionais da mídia e dos universos escolares (psicólogos midiáticos, psicopedagogos, orientadores educacionais, etc.), a solidão e a dificuldade de afirmação de si em um mundo de quebra de laços e ligações fornecidas pelos papéis tradicionais (no caso, aqueles de “bom filho”, “bom rapaz”, “boa moça⁹⁵”, etc.) são os resultados presentes de escolhas passadas dos indivíduos. E, neste tópico, temos uma estreita articulação entre a cotidianidade e o imaginário biopolítico mais geral, pois, a responsabilização de uma questão social tão substancial quanto o adoecimento psíquico da juventude é abordada como fruto de ações particulares, individualizadas. Dessa forma, o conceito de habilidade social, em si é mesmo importante para superar uma abordagem sociológica na qual os atores são meros suportes/reprodutores de estruturas sociais que os ultrapassam, pode conduzir à legitimação de uma subjetividade que pode ser apropriadamente definida como “neoliberal”. E essa proposição instigante, de abordagem do imaginário e da subjetividade neoliberais, que encontramos no Pierre Dardot e Christian Laval. Ver a respeito (Dardot & Laval, 2016).

5.2.4 OS HERDEIROS DOS BATALHADORES: VIDA ESCOLAR, SOCIABILIDADE E PROJETOS DE FUTURO DE JOVENS ESTUDANTES

J.F.P, 18 anos de idade, é estudante de um curso técnico em agroindústria (com equivalência a ensino médio) e vive com os pais e irmãos em uma pequena casa em um município próximo à cidade de Petrolina (PE). Descende, por ambos os lados da família, de trabalhadores rurais ou de pequenos proprietários rurais que se proletarizaram como empregados na vinicultura do Vale do São Francisco. Seu pai conseguiu se inserir em um projeto de assentamento rural do Governo Federal e conquistou o pequeno lote de terra onde a família reside e produz frutas e cereais. O trabalho no lote é tocado pelo pai com a participação dos filhos. São cinco irmãos. A irmã, mais velha, com 25 anos de idade, casou-se, é mãe e vive com o marido no mesmo município.

⁹⁵ No Brasil, diferentemente de Portugal, uma pessoa jovem pode ser referida positivamente como “moça”, e, enquanto os portugueses tratam as mulheres jovens como “raparigas”, os brasileiros concebem este último termo como sinônimo de prostitutas.

A nossa entrevista foi realizada na sua escola e, em alguns momentos, teve a interferência de uma amiga sua, colega de classe. Muito loquaz e ativo, não se intimidou ou mudou o tom da conversa pela presença da colega. Pelo contrário, incorporou-a no diálogo. E esta se sentiu à vontade para emitir opiniões e comentar as respostas do colega.

Além da irmã já mencionada, J.F.P tem mais cinco irmãos. Todos moram com os pais. Todos estudam. Os irmãos em escola do município onde o assentamento se localiza e o entrevistado em um IF localizado em Petrolina (PE). Todos alternam o dia entre a escola e o trabalho no lote. Neste, cultivam caju, coco e manga, além de feijão e milho. A produção agrícola excedente é comercializada diretamente pela família na feira da cidade ou vendida a atravessadores que adquirem os produtos diretamente no assentamento. Sua família, ao contrário de outras também assentadas rurais na região, não se envolve na produção da uva, mais rentável e a fruta “rainha” do Vale, pelo alto custo dos investimentos iniciais. Não se podem dar a esse luxo. A produção da uva vive apenas nas aspirações do entrevistado, que, em atividades de campo do seu curso técnico, visitou as grandes vitiviniculturas da região e já cursou uma disciplina sobre os processos de produção do vinho. Mas caju, manga e coco, essa frutas tão expressivas do trópico semiárido brasileiro, é que fazem parte da “sua realidade”.

Além do trabalho no assentamento, J.F.P teve uma experiência, segundo ele, “marcante”, que foi ser bolsista de iniciação científica⁹⁶, sob a coordenação de uma professora da principal universidade pública da região. A sua parte no projeto era analisar o potencial de reuso de efluentes da agricultura irrigada da região. Ele contou entusiasmado como montou um tanque para a análise química da água e como aprendeu a manejar um destilador. Também se empolga em apontar o resultado alcançado pelo projeto de pesquisa desenvolvido pela professora: um modelo de reuso das águas destinadas à fruticultura da região. O valor monetário da bolsa era, segundo ele, “simbólico” (cem reais⁹⁷), mas a experiência de participar do projeto foi “muito positiva”.

⁹⁶ No Brasil, o principal órgão de financiamento de investigações científicas, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em alguns projetos de pesquisa com o seu apoio, possibilita a incorporação como bolsistas de iniciação científica de estudantes do ensino médio.

⁹⁷ Cerca de 16 euros, feita a conversão com o câmbio vigente no início de fevereiro de 2021.

J.F.P. domina os aplicativos das chamadas “redes sociais”. Afirma possuir contas no Facebook, Instagram, WhatsApp e Twitter, mas usar mais intensivamente apenas o Instagram. A possibilidade de compartilhar fotos e vídeos o entusiasma. “Ali (Instagram), você vê áudios, fotos e também conversa. É bem legal...”. Para ele, o Facebook é “muito antigo”, “coisa da geração mais velha”. Como faz uso de transporte coletivo, seja para se deslocar para o assentamento rural ou para a escola, também gosta muito dos aplicativos que lhe permitem escutar músicas. “Eu entro no transporte e já coloco meu fone de ouvidos. Tô ali, ouvindo minha música. Aquelas que eu gosto...”. Esse é o seu passatempo favorito. Por residir na zona rural, tem poucas oportunidades de ir a festas e constituir amizades com pessoas da mesma idade e da mesma comunidade. As festas que ocorrem na sua área (que ele denomina de “Projetos”, uma referência ao fato de que as comunidades lá existentes são frutos de projetos de assentamento rural do Governo federal) são geralmente momentos dançantes embalados com forró, um ritmo musical típico do Nordeste brasileiro. “Ele não gosta muito disso”, intervém a colega ao comentar os gostos do entrevistado. “Esse cara aqui é mais ligado é em funk⁹⁸”, diz ela.

A forte ligação familiar (“a gente é muito unido”), para J.F.P., não significa sempre concordância em assuntos e questões cotidianas. Ele exemplifica com o posicionamento da sua família em relação às eleições presidenciais de 2018:

“Eu era o único da casa que, tipo, era... Eu era... Não, tipo, não conta, mas eu era o único que se votasse naquela época (2018), não teria votado no presidente eleito⁹⁹. E eu era o único que, tipo, não estava de acordo com as opiniões que ele falava. Até hoje. Muita coisa que ele fala, eu não concordo. E da casa mesmo, da minha família, eu era o único que não seguia ele; que era realmente era contra. Eu era contra ele ser eleito e votarem nele... Algumas vezes, na rede social, quando eu usava o Facebook muito, uma tia minha, ela vinha pra cima de mim. Ela defendia muito esse cara. E, qualquer coisa que eu postasse que fosse contra o cara, ela já ia lá comentar embaixo e falava muito, um monte. Aí eu retrucava, falava também e tipo: a gente nunca chegou a brigar, mas a gente falou coisas duras, tipo, teve algumas situações que foi bem, deixa ver... Bem *hard*.”

Esse tipo de engajamento é parcial, provisório e quase temático. Isso não significa, obviamente, que esse “quase temático” seja algo hierarquicamente inferior. Na verdade, remete a posicionamentos contrários ou favoráveis em relação aos tópicos mais salientes da chamada “pauta de costumes”, muito presente no embate político brasileiro atual com a

⁹⁸ O Funk , embora seja um tipo de música (e de manifestação cultural) mais associado às comunidades periféricas do Rio de Janeiro tem audiência entre jovens e adolescentes das classes populares de todo o país.

⁹⁹ Refere-se a Jair Bolsonaro.

ascensão da extrema-direita para o espaço frontal da cena pública, após a eclosão das chamadas “Jornadas de Junho de 2013”¹⁰⁰. Nem sempre, obviamente, os temas em disputa produzem alinhamentos automáticos à esquerda ou à direita (ou, pelo menos, ao que se convencionou com esses termos denominar os atores políticos no Brasil). Ainda em relação a pauta de costumes, a nova geração, dado o seu acesso a informações e às interações mediadas pelas tecnologias, tem contribuído, pouco a pouco, para redefini-la, configurando, em algumas situações, embates geracionais. O que exige dos analistas da vida social do país uma mudança de percepção a respeito da suposta alienação e despolitização das novas gerações. Assim sendo, a questão do enfrentamento da corrupção (tema forte da direita), por exemplo, pode ser assumida como bandeira por quem também se posicione firmemente contra a homofobia, o racismo e o sexismo (geralmente tomados como tópicos temáticos agenciados pela esquerda). Ou seja, o não engajamento nas instituições tradicionais de ação coletiva não é sinônimo de menor capacidade reflexiva dos membros da geração atual.

“Uma coisa que todo eleitor do cara, do Bolsonaro, fala até hoje, que é... Dizia que o PT roubava muito. Lógico. Eu não discordo muito e nem sei se concordo... Eu também não... Só deixando claro que eu não sou nem de esquerda, nem de direita. Eu só tenho um posicionamento político que, quando eu vejo, percebo que uma coisa está errada, eu vou e condeno aquela coisa. Enfim, mas voltando aqui, é... Eles (os familiares) falavam muito que não queriam mais PT porque o PT roubou, porque o PT (risos) estava colocando o Kit Gay nas escolas para as criancinhas serem homossexuais, porque o PT fazia coisas... Que o PT queria o socialismo, enfim... E, tipo, eu não. Não vou me somar a isso, de jeito nenhum. Naquela época, eu também não votaria no PT no primeiro turno. Tipo, eu não teria votado no candidato do PT. Eu falava muito que eu defendia o... o Ciro Gomes. Pois é, eu nem lembro qual era o partido dele... Mas eu não, não defendia não o PT. Eu teria votado, se eu já votasse, teria votado no Ciro.”¹⁰¹

Deixando em segundo plano os elementos mais passíveis de uma interpretação direta (os posicionamentos e as escolhas do entrevistado), há um elemento que não pode passar despercebido que é a relação com o tempo evocada no depoimento. “Naquela época”, diz o entrevistado. Ora, a nossa conversa ocorria na primeira semana de março de

¹⁰⁰ A discussão sobre até que ponto as chamadas “Jornadas”, inicialmente articuladas pela esquerda independente e pela ultraesquerda para protestar contra os aumentos dos preços das passagens dos transportes coletivos, abriram espaço para a entrada em cena da extrema-direita e grupos profascistas ainda é um debate sensível e delicado no Brasil dos dias atuais. Isso porque, nesses embates, há uma disputa simbólica no campo da esquerda sobre a responsabilidade política e ideológica pela vitória de Jair Bolsonaro

¹⁰¹ Ciro Gomes foi candidato a Presidente, em 2018, pelo Partido Democrático Trabalhista. No arco político-ideológico brasileiro o partido e o candidato podem ser classificados como de centro-esquerda. Durante o mandato do Presidente Lula, Ciro Gomes foi ministro de estado. No seu estado, o Ceará, o seu grupo político é aliado do PT e contribuiu para a eleição (2014) e reeleição (2018) de um governador do partido de Lula.

2020, mas, para ele, ao contrário do que ocorre para os que vivenciam a vida política com a “objetividade” dos analistas envolvidos, a eleição de 2018 no Brasil é um acontecimento distante. E essa não é uma distinção que possa ser reduzida àquela que coloca em polos distintos um “agente leigo” e um “especialista”, mas entre gerações distintas. Os termos remetem, de forma intencional, à sociologia de Giddens (1991).

Nessa altura da conversa, a amiga de J.F.P intervém mais longamente e o seu depoimento merece ser incorporado (e interpretado), dentre outros aspectos, não só porque aponta elementos das expectativas de futuro de jovens moradores das áreas rurais e de pequenas cidades do interior, mas também porque expressa um posicionamento feminino a respeito. Ela se deslocava diariamente do seu município para a escola técnica onde realizávamos a entrevista. Entretanto, no último ano, foi contemplada com o direito de residir na própria escola, o que permitiu uma diminuição das despesas da família com os seus estudos, além da moradia na própria instituição em que estuda.

“É... Eu nunca tinha conversado isso ainda com (J.F.P) sobre esses assuntos. Acho que a gente não chegou nesse ponto, mas, agora, ele falando, eu me identifiquei bastante. É... O meu caso de estudo assim... Nunca fui a primeira da turma, nunca fui *nerd* e também sempre... Sou aquela típica aluna que assim, deixa para depois e vai acumulando, né? Mas assim é... Hoje em dia, assim, pra mim, o estudo, como os meus pais falam, é fundamental para a vida. Eu também sou de família humilde. E, tipo assim, os pais dizem que? ‘Eu não tenho dinheiro para deixar de herança, eu não tenho nada para te dar, a única coisa que eu posso te dar hoje é o estudo, e eu posso te dizer que a melhor coisa que tu pode fazer é estudar’. Meu pai se formou aqui, meu pai também é técnico em agropecuária aqui dessa escola. É... E eu estava falando que hoje em dia, eu estudo mais por... questão do interesse. Eu moro numa cidadezinha muito pequena, em que tudo é muito limitado. As pessoas lá pensam, em minha opinião, muito pequeno. Digamos assim: as pessoas não se permitem, não conseguem ver outra concepção de vida. Achar que é tipo assim: é só terminar o Ensino Médio, casar, ter filho... E viver ali.”

Ir além da vida social da pequena cidade nordestina, esse é um dos seus objetivos. Afirma isso ao se comparar com a mãe. Esta, mesmo tendo concluído um curso superior (educação física), voltou para a cidade, casou-se cedo e “ficou para sempre no mesmo lugar”. “Eu não quero isso pra mim”, afirma com força e como quem convencer, antes dos interlocutores, a si mesma.

“Quero, sim, um dia casar, ter a minha família, ter uma família para dizer que é minha, que foi eu quem a constituiu. Mas, assim, não é a minha prioridade, sabe? Eu realmente... Não é a minha prioridade... Eu tenho muita vontade de ter um emprego, digamos “bom”, na área que eu gosto. Eu adoro a área da estética, da beleza. Então, seria um sonho pra mim eu viver de... da beleza, da estética, ser empresária do setor... É... Eu queria... Eu quero ter uma casa. Não sei... Um imóvel para dizer também que fui eu quem conseguiu.”

O discurso é emocionado e pontuado por pausas para a respiração e a recomposição da sua postura corporal. Na medida em que a elaboração discursiva aponta para o futuro, para um projeto que não se situa no agora, mas que se alicerça em elaborações do presente, as manifestações de tensão e de emoção são inevitáveis. Nas suas projeções para o futuro, as conquistas obtidas no presente (estudar e morar em uma escola técnica federal) são ressalvadas como fundamentais.

“Morar aqui é uma coisa fenomenal. Sinceramente, do fundo do meu coração, eu acho o seguinte: você poder morar na escola, você ter comida, ter internet... Não falta nada para você aqui dentro, entendeu? Se adoecer, tem a enfermaria, tem médicos. E se você piorar o seu quadro de saúde, a direção da escola te encaminha para a cidade¹⁰², para algum hospital. Então, assim, é uma coisa que não tinha na época do meu pai. Eu acho que, hoje em dia, a gente tem muita oportunidade”.

J.F.P retoma a palavra para tratar do mesmo tema: as oportunidades de acesso ao ensino que as crianças e jovens de agora teriam as quais não teriam existido para aqueles das gerações anteriores.

“Eu acho que nem sempre a gente pode fazer as escolhas, certo? Sim! Veja os meus pais! Eles não estudaram realmente. Apesar de não terem estudado também porque precisavam trabalhar, eles não tiveram essa possibilidade de dizer: ‘ah! Não sei se eu escolho trabalhar ou estudar. Não sei se eu posso escolher os dois ao mesmo tempo’”. Porque não dava. Realmente era fazer... Era trabalhar realmente. Eles, como me falam até hoje, precisavam andar muito. Acho como a maioria das pessoas daquele tempo. O pessoal sempre fala que precisava andar muito para chegar na escola, que era muito longe, enfim. E eles falam: ‘era longe pra caramba!’. E eles tiveram que... Não foi nem uma escolha, na verdade, foi uma obrigação mesmo que os pais deles impuseram: “oh!, vocês não podem mais ir para a escola”. Porque como eles, os dois, fizeram até a 4ª série em uma escola só, para continuar, tinham que mudar, entendeu? E para mudar, tipo, para ir para a próxima série, era numa outra escola, era ainda mais longe. Então, os pais deles falaram que... Meus avós, no caso. ‘Não, não dá para manter vocês na escola, vocês teriam que morar lá e a gente precisa de vocês trabalhando aqui. Não existe isso. Não daria certo se a gente ficasse aqui trabalhando e vocês lá estudando sem dar um prego numa barra de sabão, sem ajudar na renda da família’.”

A amiga de J.F.P volta a falar, aprofundando a sua abordagem a respeito dos seus projetos de futuro, da relação entre o que ela imagina para si de realização pessoal e a vida familiar.

¹⁰² A escola na qual realizamos a entrevista se localiza em uma área rural, distante algumas dezenas de quilômetros do centro da grande cidade mais próxima.

“Voltando para o assunto que eu estava falando... Da questão de... Era uma coisa que eu não queria ver, e tipo, eu não queria mesmo... É ter uma vida, assim, digamos, insignificante. Não acho que seria TÃO (ênfase)... Tipo, eu quero ter, eu quero me formar, eu quero terminar esse curso de agroindústria, quero fazer biomedicina... Então, assim, são coisas que eu preciso traçar. Que eu pretendo traçar. O professor P., aqui do Instituto, ele dá aula para a gente de Gestão na Agroindústria, e ele falou que a coisa mais difícil do mundo é fazer escolha. Se você parar para pensar, realmente... Aqui, da mesma forma, eu posso me dar bem aqui dentro, mas eu também posso me dar mal, dependendo de minhas escolhas, das minhas, das situações que eu me propor... Então assim, eu desde muito nova, eu sempre saí de casa para estudar. Meus pais, quando eu tinha 13 anos, eu acho, decidiram por me matricular uma escola particular... Mas a questão é porque minha mãe também estudou nessa mesma escola e era em outra cidade. E eu acordava todo dia quatro e meia, cinco horas da manhã... Eu saía e voltava para casa só uma hora da tarde... Então, assim, depois de um tempo, fui para uma escola estadual, que era tempo integrado, aí eu tive que realmente me mudar para outra cidade. Tudo isso em busca de melhor, de sempre poder ter uma ampliação de... Uma ampliação de um estudo melhor. E também acabar saindo daquela zona de conforto. Então, assim, desde sempre, eu nunca fui acomodada... Meus pais me ensinaram isso. Eu sempre fui muito apegada à família, porém, eu também sempre fui muito treinada para não... Isso! Não me prender. Ir adiante. E aí, eu entrava em desespero às vezes. Eu desenvolvi, como é?, pânico. Desenvolvi estresse, muita ansiedade, muita ansiedade mesmo. E uma coisa que me confortava assim, que fora a minha religião, eu sou católica, era o exemplo dos meus pais, sabe? O meu estudo será um presente para mim, para mim mesma (bate no peito) e para os meus pais. Para a minha família...”

Os discursos emitidos pelos entrevistados fornecem indicadores do peso que a estrutura de socialização na família ainda tem sobre os indivíduos, em pese todas as observações de especialistas apontando para a sua relativização. Tanto JFP quanto a sua amiga incorporaram disposições fortes que os permitem, como eles mesmos dizem, “ir adiante”, aproveitar as “oportunidades” e, ao mesmo tempo, manter estreitos e fortes laços afetivos com os pais. Essas “disposições fortes” (LAHIRE, 2004, p. 201), com potencial de transferência para “situações extrafamiliares” (disposição para planejar o futuro, disposição para construir relações alicerçadas na solidariedade de posições sociais [moradora de pequena cidade/jovem trabalhador rural], disposição para tomar o desempenho escolar como decisivo para biografia pessoal, disposição para a responsabilidade, etc.) não estão assentadas comumente no universo social das classes populares brasileiras, mas em parcelas delas. De setores que, em certo momento recente, foram identificados apressadamente como base da “nova classe média brasileira”, mas que melhor podem ser compreendidos com o sintagma cunhado por Sousa (2010) de “batalhadores”. O filho de trabalhadores rurais e a filha do casal constituído por uma professora de educação física e um técnico agrícola, servidor público de escalão inferior, moradores de uma pequena cidade do interior do Piauí, sintetizam bem os herdeiros desses

batalhadores. Para que isso pudesse ocorrer, para que eles se habilitassem ao que Bourdieu, em algumas de suas obras, denomina de “a herança”, ambos foram educados para a lembrança permanente do custo familiar de seus projetos individuais.

“O que acontece com a gente é a questão do conforto: tipo, por seus pais trabalharem tanto, hoje em dia, eles conseguem te dar esse conforto de tu falar: “você pode estudar e a gente vai mantendo as coisas por aqui. Isso, eles não tiveram, não é?”.

Podemos, então, avançar a interpretação de que aquelas disposições anteriormente referidas (especialmente a disposição em assumir responsabilidades), em parte, alicerçam-se na dívida simbólica assumida em relação à geração anterior. Em um contexto sociopolítico como o brasileiro, de ausência de um Estado de Bem-Estar Social¹⁰³ presente em todo o território nacional, no qual a cidadania social tende sempre a ser apreendida como expansão de direitos corporativos, os ganhos das gerações presentes em acesso e atendimentos por políticas públicas tendem a ser lidos como um “privilégio” da geração atual. Em conversas com pais e mães de alunos ou em reuniões escolares não poucas vezes escutamos elaborações tais como: “hoje, esses meninos têm tudo: escola, ônibus para ir pegar em casa e até comida em escolas; no nosso tempo, não tinha isso, não. Hoje, eles têm tudo de mão-beijada”. O trecho abaixo, parte do depoimento da amiga de JFP, é expressivo reforça essa nossa proposição de interpretação.

“Então, assim, eu faço valer a pena. Hoje, a gente teve prova, tipo, tem muita coisa para eu fazer, então, eu não posso relaxar. Porque, à noite, o povo aqui na escola gosta sempre de sentar na calçada, bater papo, né? Então, assim, eu falei: ‘não, hoje não, já que eu estou aqui para fazer estudar, eu vou fazer isso’. É... Assim, meus pais tem o maior orgulho e eu quero dar isso a eles. Eu quero... tipo assim, o meu estudo, além de tudo, será um presente para mim, para mim mesma, de esforço meu, e para a minha família, com certeza.”.

5.3 FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO: EXPECTATIVAS E PROJETOS DE FUTURO

Pouco importa se para demarcar analiticamente se afirma, como se para responde ritualisticamente a cobranças do “senso douto”, que “família”, “escola” e “trabalho” são

¹⁰³ A consolidação do Estado-Nação, durante o período do Governo Vargas (1930-1945), deu-se com a negação da cidadania política (ditadura varguista perseguiu implacavelmente os comunistas e, a partir a instituição de uma legislação trabalhista inspirada na Carta Del Lavoro, do fascismo italiano, controlou com mão de ferro as organizações sindicais) e a garantia de direitos sociais exclusivos para os trabalhadores urbanos (reconhecidos a partir de suas demandas corporativas). A grande maioria da população, então residente em áreas rurais, foi excluída do arremedo de “pacto social” de Vargas.

“tipos ideais” e que na concretude da vida social são múltiplas as formas sob as quais se cristalizam, pois, para as pessoas que vivem a vida de todo dia, essas representações são reais e moldam as suas expectativas de futuro e modelam as suas ações no presente. As múltiplas formas que assumem essas instituições se prestam a representações igualmente distintas e, não raro, radicalmente opostas. Incorporadas pelos atores para darem sentidos ao mundo em que estão imersos, essas representações não são meras “construções”, mas materiais (assim como os tijolos com os quais edificamos os nossos prédios) muito concretamente percebidos. Com essa perspectiva analítica como horizonte, esboçamos neste capítulo tanto o processamento pelos atores das demandas socialmente legitimadas em torno dessas instituições (que também podem ser apreendidas como dimensões existenciais) centrais do discurso social moderno que são a família, a escola e o trabalho. Seguindo o caminho analítico da sociologia alicerçada na captura do social no individual, neste capítulo focamos sobre aspectos novos de retratos já apresentados e inserimos retratos novos para ampliar a base empírica de nossas proposições.

5.3.1 VIDA ESCOLAR E TRABALHO: OPOSIÇÃO, CONCILIAÇÃO E IMPOSIÇÃO

JCSF, 21 anos, estudante de curso de nível superior, anteriormente apresentado, vive a angústia, que é geracional, de como alcançar alguma inserção, mesmo que provisória, no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, espera que esse trabalho que venha a conseguir não lhe retire as condições de continuar “sonhando” acordado com os seus projetos de futuro. Estes dependem, segundo ele mesmo, dos investimentos que, no presente, possam ser feitos “nos estudos”. Entretanto, compatibilizar investimento na vida escolar ou acadêmica com alguma atividade laboral é desafiador para ele. Mesmo a projeção de médio prazo sobre como poderá conseguir alguma inserção no mercado de trabalho é um assunto que o perturba. E esta é uma situação que, segundo ele, traduz uma percepção que é partilhada com os amigos e colegas.

“Eu tenho um colega que estava quase terminando o curso... Ele estava em depressão porque ele estava terminando a faculdade e ele achando que não ia ter área para ele trabalhar, não ia ter emprego. Ele dizia assim: ‘não adianta a gente pensar no estudo e não pensar no trabalho, porque o trabalho vai ser o fim do estudo’. Ele ficou tão atônito e isso foi tão forte isso na cabeça dele que ele chegou a não ir pra faculdade e querer abandonar tudo, voltar pra cidadezinha dele. E a gente teve que ir conversar com ele sobre essa questão. Eu sinto que teve certo exagero dele. Assim, em minha opinião. Mas, sei lá!, acho que ele teve

uma forte razão, não é?. A preocupação de quem está na faculdade, hoje em dia, é saber se vai ter emprego ou não; se vai ter como trabalhar depois.”

Trata-se de um discurso que poderia ser emitido, com poucas variações, por um jovem português, francês ou argentino. Não se trata, assim, de uma singularidade brasileira essa ansiedade e expectativa pessimista em relação à inserção no mundo do trabalho para quem se encontra na faixa etária entre 20 e 30 anos de idade e que está em algum curso do ensino superior. Certamente, a concomitância entre o desenvolvimento de alguma atividade laboral e a realização de uma graduação já é um fato tão incrustado no imaginário social contemporâneo que não haveria motivos para o estranhamento. Entretanto, não é preciso ser além do que medianamente informado para se saber a oceânica distância social e simbólica do trabalho em um bar ou de babá de um(a) estudante norte-americano ou canadense e o trabalho em meio período como contributo ao rendimento familiar do jovem brasileiro, colombiano ou peruano em estágios, trainee ou em atividades precárias. Essas referências, passíveis de serem confirmadas não apenas com dados estatísticos, mas com produções cinematográficas que dominam a cultura de massas destes dias (onde sempre gravitam personagens que são estudantes de classe média e que executam os serviços acima mencionados), corroboram, então, a nossa proposição de que o mundo do trabalho emerge no horizonte juvenil com a condição de um mesmo e aterrorizante desafio nos mais diversos lugares do mundo.

Estamos, pois, diante de um diferencial geracional: o lugar da vida escolar (e dos estudos, de forma ampla) e a forma de sua articulação com o mundo do trabalho. Obviamente, essa é uma base para a produção de experiências que não deixa de ser entrecortada pela dimensão de classes. Ora, pois, entre o trabalho de babá nas noites de finais de semana de uma universitária canadense para acumular algum dinheiro para viajar para Cuzco (Peru) ou o trabalho de cinco horas como promotor de vendas de supermercado de um estudante coimbrense ou o trabalho desse mesmo estudante como garçom em cerimoniais de casamento para garantir os recursos para participar festivais de música eletrônica ou complementar o pagamento das propinas e o trabalho doméstico da estudante de pedagogia da pequena cidade do Nordeste do Brasil há mais que distâncias culturais e geográficas. Nesse sentido, não deixa de ser irônico que seja exatamente o trabalho (ou, mais exatamente, a expectativa em relação a ele) que venha a fornecer concretude e referência a um conceito sociológico quase sempre renegado pela sua suposta fragilidade como plataforma para incursões analíticas substantivas sobre o mundo real.

Para JCSF, a resposta à questão sobre a intersecção entre estudo e atividade laboral é negativa. Para ele, com a experiência de quem perspectiva o mundo a partir do lugar social das classes populares, a relação entre trabalho e vida escolar é de oposição. Essa apreensão, que marcha contra a corrente de uma intersecção que vai sendo cada vez mais naturalizada tem menos a ver com uma avaliação negativa do trabalho em si do que da intuição dos seus efeitos deletérios sobre os projetos educacionais.

“O trabalho... Eu já ouvi muita gente dizendo que o trabalho dignifica o homem. Então, tem muita gente na minha família que acredita nisso. E olha o trabalho... não para o trabalho intelectual, de um professor, por exemplo, mas um trabalho prático, um trabalho braçal. O trabalho tem a importância no sentido de dar independência à pessoa, não é? Nós precisamos da subsistência, precisamos sobreviver. O que eu faço a crítica e tento entender é: qual é o trabalho que vou ter? qual o emprego que vou ter? Então, essa é a luta que eu estou travando agora e estou tentando passar para outros familiares. Para o meu primo, para a minha irmã: ‘estudem primeiro para depois arranjar um emprego’.”

Na maioria das vezes, para os jovens da classe trabalhadora, inexistente essa possibilidade de escolhas. As carências materiais ou as necessidades de reconhecimento simbólico pela família, como vimos no caso de GBC, mais acima apresentado, conduzem, a partir de certa idade, a uma concomitância entre estudo e trabalho. De imediato, as vantagens, para os envolvidos nessa situação, parecem maiores do que as perdas (que são sempre projetadas ou sentidas em médio e longo prazo). Na prática, os jovens aqui retratados lidam (e lutam por longos períodos) com as “seduções” da cultura imediatista do gozo no presente, que corrói as bases da confiança na escola (e nos estudos em geral) para a “realização pessoal”¹⁰⁴.

“Eu vinha tentando estudar, e apesar das dificuldades, eu gostava de estudar. Tanto no laboratório quanto nessa linha de restaurante, a maioria das pessoas que trabalhava lá não terminou o ensino médio. Eu pensava: ‘rapaz, todo mundo aqui praticamente nem terminou o ensino médio e nem o ensino fundamental, eu acho que to no lugar errado’. Não que eu esteja menosprezando. Mas é tipo assim: eu me dediquei aos meus estudos, mesmo com muita limitação, eu consegui terminar o ensino médio, então, eu acreditava que eu poderia conseguir algo melhor. Nesse sentido, entende? Eu sou muito grato ao restaurante, porque foi com o restaurante que eu consegui dar uma melhorada de vida, conseguir dá um suporte muito bom pra minha filha. Porque eu recebia o suficiente pra eu poder sustentar ela tranquilamente, comprar o leite dela, fraldas e tudo...”¹⁰⁵

¹⁰⁴ Este termo, usado muito recorrentemente nas conversas com os nossos interlocutores, tem, da perspectiva da sociologia, uma tradução muito clara: *mobilidade social vertical*.

¹⁰⁵ Anuncia-se no depoimento de GBC outro elemento, que merecerá maior destaque interpretativo mais adiante, que é a difícil articulação entre estudo, trabalho e vida familiar constituída ou em constituição.

O preço pago por esses jovens que estudam e trabalham é o de que os seus problemas e demandas terminam por ficar em segundo plano, dada a urgência na pauta de discussões públicas sobre a juventude brasileira dos dramas e processos relacionados àqueles que estão excluídos tanto da escola quanto do mercado de trabalho. Entretanto, quando lidamos com trajetórias como a de GBC nos damos conta de que o sofrimento provocado por essa difícil conciliação não é importância menor, tanto política quanto sociológica.

“Agradeço muito ao setor de restaurantes... Só que nesse percurso, quando passou um ano, um ano e meio que eu estava lá trabalhando, percebi que aquilo não era pra mim. Eu pensei: ‘vou tentar aquele projeto da professora que ela botou na minha cabeça que eu poderia ser um professor de História...’ Só que eu queria odontologia e depois eu tentei o técnico em Química. Pensei, não sei essa questão de História, vai dar certo. Eu vou... Como era na linha de ciências biológicas, Odontologia e Química, eu disse para mim: ‘vou tentar primeiro uma licenciatura em Biologia’. Aí, eu tentei, fiz o vestibular, trabalhando, consegui entrar na UPE em biologia. Ia para aulas, quando sai à noite de lá, eu ia trabalhar. Isso tudo sem transporte nenhum, a pé, de ônibus. Só que saindo da UPE, eu ia a pé, andando de lá até a orla, eu chegava ao restaurante e trabalhava até 2 horas, 3 horas da madrugada. Só que teve uma questão que me deixou desgostoso com o restaurante, porque a gerente fechou comigo e disse: ‘olhe, aqui você vai trabalhar à noite, vai trabalhar mais ou menos de 18:30, 19:00h e vai ficar até às 02:00’. Mas aí, tinha dias, tipo, três dias na semana, que eu não saía antes das 02:00h da manhã, porque a demanda era muito grande, precisa de um suporte, eu tinha que ficar porque se eu fosse embora ia atrapalhar o atendimento. Eu tinha que ficar porque é norma da empresa. ‘A gente vai lhe pagar as horas extras’, eles diziam. Aí, eu ficava... Eu pensava: ‘poxa, velho, é complicado!’ O cara quer sair 2 horas da manhã pra poder descansar e poder pegar a manhã e dedicar às coisas da faculdade e ver alguma coisa, e eu não tô conseguindo! Tinha dia que eu saía mais de 2 horas da manhã, entendeu? Algumas vezes, 4 horas da manhã. Assim, eu não consigo trabalhar o meu organismo pra eu dormir uma determinada quantidade de horas, pra eu poder habituar e conciliar trabalho com estudo. Eu expliquei à gerente. Tipo assim, ela dizia: ‘não, tranquilo!’; Mas na hora H, ela dizia que eu tinha que ficar. Aí, eu percebi que o meu desempenho na faculdade estava horrível! Eu disse: ‘eu não sei se eu to me prejudicando mais pelo trabalho e isso ta refletindo na faculdade ou se tenho que seguir mais licenciatura em história...’ Porque mesmo apesar das dificuldades, como é uma matéria que eu gosto muito, porque eu escolhi a Biologia... Porque percebi... Porque tudo que eu faço, eu pesquiso antes. Vi na pesquisa que eu fiz que as ciências biológicas, aqui região, ela tinha uma maior empregabilidade porque tem a EMBRAPA¹⁰⁶ e tem a sala de aula e outros campos. Então, eu não só teria apenas a sala de aula, como era o caso se eu

¹⁰⁶ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Empresa de pesquisa responsável pelas pesquisas e inovações tecnológicas que permitiram a grande transformação da agricultura brasileira nas décadas recentes. O plantio da soja na região dos cerrados e da Amazônia (com consequências ambientais conhecidas), da uva no Vale do São Francisco, do melão e da manga nos Vales do Ceará e do Rio Grande do Norte, do morango na Chapada Diamantina (Bahia) e da maçã no seco semiárido do estado do Piauí resultam de produtos de investigações realizadas por essa estatal.

optasse pelo curso de História, eu iria ficar com um campo maior de trabalho. Então, eu disse: ‘vou fazer Biologia’. Mas, como toda dificuldade de conciliar trabalho e estudo, pensei, vou fazer História, apesar da dificuldade se eu fizer história, é uma matéria que eu gosto muito, provavelmente eu vá conseguir e encontrar força pra superar essa dificuldade. Fiz vestibular de novo. E passei.”

A difícil conciliação entre vida escolar e trabalho conduz a uma situação em que o segundo molda o caminho a ser trilhado. A trilha incerta leva GBC a entrar em seu segundo curso de graduação, agora História, mesmo consciente das limitações de atuação profissional que o mesmo lhe proporcionará. Além dos seus próprios condicionamentos, como a timidez e o medo de falar em público.

“Fiquei nessa luta, trabalhando à noite. Perdi quase tudo no primeiro período do curso de História. Perdi praticamente tudo! Se eu passei muito foi em duas disciplinas. Quase não dormia. E estudando. Trabalhando e estudando. Continuei e melhorei no segundo período, mas ainda com muita dificuldade. Pensei em desistir. Continue e fiz o terceiro período. Foi bom, perdi só uma disciplina. No quarto período, a situação continuou ruim. Era quarto período, aí a cobrança era maior. Eu me perguntava: ‘o que eu fiz, meu Deus? Desde o início, quando prestei o vestibular pra História, o horário era à noite. Eu já sabia que isso não ia dar certo...’ Pensei que poderia estudar a noite e mudar o horário do trabalho. A gerente mudou meu horário. Eu passei a entrar às 9:00 da manhã e ficar até 17h, 18h... De lá, eu ia pra faculdade. Melhorei um pouco, mas tava uma correria porque tinha dias que os garçons não chegavam e eu tinha que fazer os dois serviços (de auxiliar e de garçom), e chegava cansado. Chegou um momento que eu praticamente desisti da faculdade e fiquei trabalhando, trabalhando... Eu gostei do curso de História e pensei que eu poderia ser professor, mas... Eu precisava de um trabalho pra me sustentar.”

A tentativa de conciliar trabalho e estudo pode demorar anos e absorver grande parte da vida de um jovem no Brasil. São idas e vindas. E o tempo que passa célere atrasa os investimentos requeridos para uma formação escolar ou acadêmica que possa ser convertida em capital simbólico (ou social) capaz de garantir ingressos menos precários no mercado de trabalho. GBC, que, como mostram os recortes de depoimentos acima, adquiriu, talvez pela solidão na primeira infância (abandono do pai, falecimento da mãe quando ainda era criança e a vida na casa de tios que o apoiavam, mas o tratavam de forma distanciada) adquiriu essa capacidade de dialogar consigo mesmo (“Eu me perguntava: ‘o que eu fiz, meu Deus?’”; “Eu pensei: ‘vou tentar aquele projeto da professora que ela botou na minha cabeça que eu poderia ser um professor de História...””), o que, embora pareça paradoxal, leva-o constantemente a um exercício contínuo de reflexividade sobre as experiências vividas. Essa disposição, poderíamos denominar de reflexiva, torna-o menos conformista do que as condições lhe possibilitariam. Dessa forma, a conciliação acima

mencionada assume a condição de um projeto de sujeito. Uma busca dolorosa, mas nem por isso incapaz de produzir crescimento e autoconhecimento.

“Em setembro de 2017, eu pedi demissão. Recebi o FGTS¹⁰⁷, e fiquei recebendo as parcelas do seguro desemprego. Pensei: como vou receber 5 parcelas do seguro desemprego, nesse tempo eu vou me dedicar em concurso. Tem um tempo que eu podia me dedicar a estudar. Surgiu um concurso, não era o que eu queria, mas eu fiz... Fiz um concurso pra área militar. Bem! Não era o que eu queria. Porque meu pai era militar, eu acho que meio.... Como ele me deixou com 4 anos, eu considerei que.... militar não presta. Como eu estava na necessidade trabalhar surgiu o concurso pra polícia de Alagoa, me dedicava muito a estudar. Acho que me dediquei mesmo pra estudar 2 anos, não conseguir passar. No quarto mês do seguro desemprego, surgiu um processo seletivo da Secretaria de Educação de Petrolina pra auxiliar administrativo. Não era concurso, era um processo pra ser temporário por um ano. Poderia prorrogar por um ano. Tinha outros cargos, mas fiz para auxiliar administrativo. Minha esposa sugeriu que eu fizesse para outros cargos que tinha mais vaga, mas eu não quis. Consegui entrar e fiquei trabalhando lá 1 ano. Só que, infelizmente, o dinheiro que eu recebia lá era muito pouco. Minha filha ainda estava usando fralda. Sorte que eu tinha uma pequena reserva, mas toda vez que recebia o salário tinha que completar com essa reserva. Tinha que pagar as coisas dentro de casa, água, luz e feira. Minha filha tinha necessidade de fralda, de leite, essas coisas...”

Quando da nossa última conversa, GBC havia sido aprovado em um concurso público para “agente de endemias” (agente de saúde municipal). Ele e a esposa foram aprovados no mesmo certame e estão desenvolvendo atividade no mesmo setor. Mas o trabalho havia se imposto aos estudos e ele havia abandonado o curso de História. Encontrava-se, então, dividido pela alegria de, enfim, ter conquistado um “emprego” (público) estável, com salário fixo, mas não conseguia esconder a melancolia (e nem contem o choro) ao falar que “não tinha como continuar na Universidade”. Neste momento da vida, chegando aos 30 anos de idade, quando os seus sonhos de criança e adolescente de ser dentista já foram descartados, o sonho que anima o seu presente é o de “algum dia voltar e terminar o curso...”. Mas o trabalho e as suas cobranças (no nosso último encontro, falou, não sem certa ironia, que o seu “teste de fogo” seria o de ser “agente de endemias” durante a Pandemia da COVID-19).

¹⁰⁷ O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é um instrumento da legislação trabalhista brasileira que, dada a ausência no Brasil de instrumentos de segurança social universais, como o subsídio português para os desempregados, objetiva garantir, com recursos retirados do salário do próprio trabalhador, uma quantia que o ampare após uma demissão. A gestão desse fundo, que é controlado pelo Governo Federal, é foco de grande disputa política e ideológica no país. Os recursos do fundo, que somam milhões, financiam obras (alvos de escândalos de corrupção) e até processos de modernização de empresas que, de forma trágica, dinamizam seus processos produtivos e... demitem trabalhadores.

5.3.2 APRENDENDO NA BATALHA: OS JOVENS DE CLASSE POPULAR E A INCORPORAÇÃO DO HABITUS DO TRABALHADOR

Adentrar em um campo social determinado com a intenção de torna-lo objeto de uma investida analítica, comumente, leva o (a) pesquisador (a), mesmo quando repetidamente alertado pelos seus pares (ou orientadores, como no presente caso), a não confundir realidade e modelos de retratação da realidade. No caso de o objeto de pesquisa ser relacionado ao mundo de trabalho de jovens da geração atual pertencentes às classes populares, uma ruptura primeira para fazer valer o exercício científico se impõe: com as narrativas lineares que estabelecem relações causais entre formas educativas, padrões culturais e “adestramento” da nova classe trabalhadora. Ora, há uma dimensão de inventividade e criatividade dos agentes nas suas interações dentro das instituições que escapa sempre a uma suposta “programação sistêmica” (pretendida ou imaginada, talvez até mais imaginada do que pretendida). Como alertava, há quase quatro décadas, Paul Willis, “não é verdade, por exemplo, que as exigências de mão de obra da indústria determinem, de qualquer forma direta, a formação subjetiva e cultural de tipos particulares de força de trabalho” (WILLIS, 1991, p. 209). O casamento entre disposições e habitus não é mecânico e nem a priori apreensível. As histórias particulares plasmadas em biografias sempre mais ricas e complexas do que inconscientemente aceitam as nossas ciências sociais necessitam ser revolvidas, como se constituíssem um solo cujos elementos precisamos separar para realizar uma classificação geológica. No que toca, ao “aprendizado” (nomeou-se, alhures, de “adestramento”) para o trabalho de jovens das classes populares, trata-se de superar a tentação, sempre bem sancionada pelo senso comum douto, de se buscar na vida cotidiana a “adaptação funcional dos sujeitos e da educação à economia” (RUMMERT; ALVES, 2010, p. 516). E essa opção justifica-se epistemologicamente, não politicamente. Isso porque não se trata aqui de catar referentes para uma populista demonstração de “resistência ao poder” presentes nas experiências captadas, mas, sim, de apreender potencialidades de reflexividade e de constituição de si como sujeito quando as condições parecem confirmar exatamente o contrário. Até porque vitimização e estigmatização de agentes como passivos contribuem pouco ou quase nada com qualquer projeto social emancipador.

As observações acima cabem bem como introdução a uma apresentação de JCSF sobre a sua experiência de trabalho na rede global de refeições McDonald's. Como se verá, com a leitura do depoimento abaixo, é todo um caminho à reflexividade (e, obviamente, à autodisciplina) que se desvela.

“Tinha um gerente geral... Na verdade, existiam quatro gerentes para ficar revezando os turnos. Estes quatro que estavam abaixo daquele geral. E ainda tinham mais três que tinham uma, como vou dizer?, patente menor. Esses estavam acima dos funcionários normais, que era a posição onde eu estava. Eles ficavam ali no balcão observando, montando o sanduiche. Mas a convivência ali é muito conflituosa. No meu caso, na loja que eu trabalhava, ela ficava em shopping. Shopping é um local difícil para o trabalhador. Ali é um local que toma muito o seu tempo. Quando eu trabalhava lá, não apenas eu, mas as pessoas que estavam ali comigo, tinham uma folga na semana. Então, todos os dias, estávamos ali. Todos os dias no mesmo horário, no mesmo horário... As mesmas pessoas, fazendo o mesmo serviço, sobretudo os veganos... Porque é um trabalho em série. A máquina de fazer o sanduiche lembra uma produção em série estilo Charles Chaplin em *Tempos Modernos*. É o Taylorismo, não é? Tem todo aquele trabalho em série ali. Isso é até legal, engraçado. Na primeira semana você tá ali aprendendo ainda. Aguenta um mês, talvez. Mas com um ano você não tem mais saco para aquilo, e a desmotivação é coletiva. Não apenas os funcionários ficam desmotivados. Todo mundo fica. É gerente, é funcionário... Mas tem que tá todo mundo ali porque tem que ganhar o dinheiro... Precisam sobreviver. O McDonald's tem uma política que contrata jovens de 18 a 24 anos, não mais que isso. Eram jovens bem novos e a maioria tinha sonhos de fazer uma faculdade... Eles tinham sonhos de construir uma família, tem sonho de ter um emprego e descansar nos final de semana e tudo isso era usurpado... Todo mundo era eliminado na sua humanidade pelo trabalho. Eu conheço pessoas que tinham sonhos de casar, de ter família e abriam mão para virar gerente do McDonald's. E o gerente, para além do funcionário comum, ele se desdobra em três pessoas... Porque se você é o gerente, chega lá às duas horas da tarde e sai pela meia noite, uma hora da manhã. Não tem mais vida. Isso todos os dias! Dia após dia. Então, se você sai do trabalho de meia noite, você vai chegar em casa de 1h, 2h da manhã, você vai tomar um banho, você vai comer alguma coisa, vai dormir e acordar de que horas? Meio dia. Essa era a vida de muitos deles, inclusive funcionários. Porque tinha um funcionário que trabalhava com esse horário também. Então, ficava assim: virado. Dia após dia. Dormia, acordava meio dia e ia trabalhar duas da tarde. Tinha duas horas só. O intervalo de acordar, almoçar e voltar o McDonald's.”

Durante um ano, JCSF trabalhou na loja do McDonald's localizada no principal shopping Center da cidade onde reside. Com agudez, apreende a organização do trabalho, recorrendo, como vimos acima, a conhecimentos sociológicos que retornaram ao senso comum (para usarmos aqui uma proposição avançada por Giddens (1991) sobre a circularidade do conhecimento produzido nas ciências sociais), vide a alusão ao taylorismo. Na cadeia de alimentação rápida, ele constrói um aprendizado não apenas para o trabalho, mas sobre o que é *o próprio trabalho* organizado sob a lógica de produção de

mercadorias. A sua apreensão da dimensão de gênero no trabalho superexplorado de jovens em suas primeiras atividades laborais são vívidas:

“As meninas eram mais organizadas; os meninos eram mais desleixados. E quando o gerente chegava reclamando, reclamava de todo mundo. Daí as meninas não queria ficar injustiçadas... Então, por exemplo, o McDonalds tem uma política muito rígida de limpeza. Então, em todo momento... Ali tem um sistema de lavagem, um sistema de limpeza, com álcool em gel, com não sei mais o quê... E as meninas tinham isso e os meninos já não tinham. Então, quando o gerente chegava e via algo sujo, brigava com todo mundo. Dava advertência e advertência gera suspensão. E suspensão gera demissão... Então, tinha meninas com dezoito, dezenove que tinham filhos, filhos que elas cuidavam sozinhas porque os pais tinham abandonado... Levar uma advertência significava colocar o emprego em risco. E elas se seguravam ali, entende? Precisavam. Não podiam se arriscar tanto quanto os meninos. Então, isso gerava conflito. Então, isso dava briga. Dava suspensão... Vi gente ser demitida!”

Ao apontar, a partir da sua experiência vivida, para as traduções cotidianas dos conflitos nas relações tecidas dentro espaço laboral, o nosso jovem entrevistado está a nos indicar quão complexa é a articulação de conflitos, grupos e interesses. Até porque o conflito nunca é um mero subproduto de macroestruturas, mas, em boa parte do tempo, uma resposta precária, não raro emocional e tensa, a situações e experiências que necessitam ser “lidas” como insustentáveis.

“Então, esse era o ambiente dia após dia. Eu lembro que chegou um período que era no final do ano... No final do ano, o Shopping dobra o público... Então, em todos os dias o McDonald’s tá muito cheio de gente. E se o McDonald’s enche, isso representa muito stress... O gerente vai cobrar muito, a cozinha tem que tá trabalhando ali a todo vapor... Aí todo mundo se estressa... Tem que tá a limpeza ali em ordem. Então, em final de ano, eu já presenciei a pessoas largar tudo, jogar a roupa da empresa fora e ir pra casa chorando porque não aguentava mais. A pessoa já tinha chegado no limite, né? E como eu trabalhava mais no caixa... Ali, no “caixa balcão”, como eles chamam, então, eu via tudo que ocorria na cozinha. E, algumas vezes, era até uma certa pressão em mim também. Porque eu era a pessoa que tinha o contato com o cliente, e, ao mesmo tempo, tinha o contato com a cozinha. Eu ficava balanceando nisso. Demorava o sanduíche e o cliente estava com fome e as pessoas quando estão como fome, elas mudam o humor.”

A primeira incursão no mundo do trabalho do jovem de classe popular detentor de capital escolar, como é o caso do entrevistado, é uma corrida de obstáculos não apenas pelas dificuldades embutidas nas atividades laborais em si, mas também pelos desafios no que diz respeito às interações sociais tanto entre os companheiros (na mesma posição) ou aos gerentes e chefias quanto com aqueles e aquelas com quem se interage no trabalho. Dado que esses jovens são incorporados nos setores de serviço (notadamente no comércio de alimentos e de roupas), eles e elas serão obrigados a adentrar fortemente no universo

das relações interpessoais hierarquizadas e marcadas por posições distintas na estrutura de classes. Ora, a brutalidade da dominação e da exploração do trabalho no setor de serviços não diminui quando o comprador do serviço ou produto (o “cliente”) ultrapassa a porta da loja, do shopping ou do supermercado. As relações hierárquicas são remontadas e discursivamente retrabalhadas (pela retórica do “servir bem”), mas a gradação hierárquica que vai do serviço doméstico (empregado doméstico, na base) aos serviços nos quais se é servido em público (em um restaurante, por exemplo) mantém-se e consegue subjugar até mesmo a suposta impessoalidade das relações mediadas pelo dinheiro. Estamos, obviamente, tendo em mente a realidade brasileira, mas, antes de tudo, a realidade de regiões onde a modernização capitalista é mais recente, como é o caso do Nordeste do país.

5.3.3 PROJEÇÕES, PROJETOS E SONHOS EM RELAÇÃO AO INGRESSO NO MUNDO TRABALHO

Se a cobrança de autorrealização pessoal é um peso que recai sobre a geração jovem global em quase todos os recantos do Globo, em regiões onde a tradição ainda define as expectativas dos pais em relação aos filhos, como é o caso do lócus da nossa pesquisa, temos um elemento de expectativa social a ser adicionado: o “retorno”, com recursos de alguma ordem, do jovem para com a sua família. Ora, em famílias de classes populares onde os jovens conseguem ultrapassar as barreiras do desempenho escolar, evitando reprovações sucessivas ou mesmo a evasão escolar, há um acordo tácito de que não existem vitórias exclusivamente individuais. Se um filho ou uma filha de pais trabalhadores rurais do sertão de Pernambuco conseguem acesso a um curso de medicina de uma universidade, algo não tão improvável com a ampliação da política de cotas nas instituições públicas na década de 2010, essa conquista será atribuída tanto à “persistência”, “capacidade” e “resistência” do jovem estudante quanto à mobilização de recursos dos seus familiares (“tiraram de onde não tinham onde tirar para dar para ele”). E essa recompensa pode ser monetária (as “ajudas” à “casa” dos pais ou o apoio aos irmãos que ainda estudam) no caso de um jovem egresso de uma faculdade de medicina¹⁰⁸, por

¹⁰⁸ O graduado em medicina, se oriundo das classes populares, nos meses finais do seu curso, já começa a mobilizar suas redes sociais para obter contratações em prefeituras municipais de pequenos municípios. Enquanto os seus colegas de classe média, que nos dois últimos anos do mesmo curso, investiram recursos na realização de cursinhos preparatórios para os concorridos exames para as residências médicas em especialidades de ponta (cardiologia, cirurgia plástica, neurologia, etc.) e que, em contrapartida, os catapultam para carreiras em clínicas e hospitais onde ganharam altos salários. Entretanto, os rendimentos de

exemplo. Essa dívida com a família durará o resto da vida, a não ser para os que rompem, pela migração, com o entorno social. Mas a resposta àquela cobrança pode ser um pagamento simbólico, como um “bom casamento” ou um posto elevado de trabalho no Estado, que eleve o status social familiar.

Pareceria, à primeira impressão, a perpetuação de resquícios de uma ordem tradicional cujos pilares começam a abalar a construção dada a intensificação do processo de “destraditionalização social” (Giddens, 1991), impulsionado pela globalização também dos estilos de vida e da padronização dos modelos de relacionamento. Ora, processos sociais não são lineares e nem uniformes. E as estruturas familiares, mesmo que muito redefinidas (seja pela demografia ou pela democratização das intimidades), ainda fornecem alguns dos papéis sociais decisivos nas sociedades ocidentais, sejam periféricas ou semiperiféricas. ARBC, anteriormente retratada, iria se casar com um médico recém-formado (no momento em que escrevemos este trabalho, já se encontra casada, como atestam as festas do casamento publicadas em suas redes sociais), o que é uma conquista para a sua família. Mas esse é um ganho simbólico a ser socializado. A família do esposo, residente em um pequeno município da região do sertão de Pernambuco, é constituída por trabalhadores rurais “muito pobres”, alertava-nos ARBC. E essa família também espera as recompensas materiais e simbólicas dessa ascensão.

Com 22 anos de idade, ainda realizando o seu curso de direito, ARBC não tem experiências laborais significativas, com exceção do recebimento de uma bolsa de apoio à pesquisa no período do ensino médio (no valor mensal de R\$ 100,00 - pouco mais de 16 euros) e de estágios (inicialmente em uma secretaria da Prefeitura Municipal, e, posteriormente, em uma promotoria). Para um jovem originário das classes populares no Brasil, o acesso é uma conquista que merece celebração e preocupação ao mesmo tempo. A massificação dos cursos de direito, com a proliferação da oferta de cursos em instituições privadas de baixa qualidade, criou uma inflação de diplomas. Em consequência, tivemos uma supervalorização das redes tradicionais de inclusão de bacharéis no campo do direito, o que minou em muito as possibilidades de emprego e de

médicos generalistas (que não realizam especialidades) e que atenderão nessas pequenas cidades podem chegar (caso em que, como é de se esperar, tenha-se sobrecarga de trabalho) a valores inimagináveis no seu universo social de origem (2 a 3 mil euros, fazendo a correção com o câmbio de fevereiro de 2021).

mobilidade social para os estudantes da área. Assim, o ingresso no campo exige um acúmulo de capital social (e também de capital econômico) que não existe para o jovem de classe popular que logra se formar e conseguir aprovação no exame que autoriza o exercício da advocacia¹⁰⁹. Além desses capitais (sociais e econômicos), igualmente fundamental é a detenção de capital simbólico expresso em diplomas de Universidades ou em reconhecimento de sua retórica nas atividades de sala de aula, do domínio da escrita e da língua nos intercâmbios com os profissionais nos estágios realizados ainda quando estudante. Por isso, por se reconhecer não detentora desses capitais, ARBC sonha com algum trabalho, para usarmos aqui uma imagem oriunda da dramaturgia social de Erving Goffman, “nos bastidores”, em uma assessoria, de preferência em algum órgão do Poder Judiciário.

O casamento com o médico e a contenção dos sonhos a um lugar nos “bastidores” de um palco (campo do direito) tão atraente (e decepcionante) pelas luzes que podem banhar os seus atores pareceria apontar para uma escolha que seria uma espécie de conformação ao seu lugar no mundo. Não se trata bem disso e, pelo que apresentamos antes ao apresentar alguns recortes do seu retrato sociológico, ARBC tem uma disposição de enfrentar situações, além de uma autoconfiança e autoestima elevadas. Podemos interpretar que essa trilha seguida pela entrevistada seja tanto uma forma de racionalizar escolhas de agora como uma forma de compatibilizar realizações pessoais com as expectativas familiares. O que, podemos aduzir, não deixa de revelar um agente que incorporou a reflexividade como hábito e uma maleabilidade considerável em ajustar projetos individuais a demandas institucionais (familiares).

Embora não seja tema dos mais abordados nas ciências sociais, a socialização em um ambiente familiar predominante evangélico, como foi o caso de ARBC, somado ao fato de que esse era um ambiente alicerçado financeiramente nos recursos femininos potencializa a disposição para a responsabilidade. No caso da entrevistada, devemos adicionar também a experiência de “cuidar da casa” (das tarefas comumente atribuídas às mulheres na reprodução doméstica no Brasil, como preparar a alimentação, limpar a casa,

¹⁰⁹ No Brasil, para que o formado em um curso de Direito possa exercer a profissão de advogado é necessário que seja aprovado em exame nacional realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, entidade corporativa da categoria.

lavar a roupa, etc.) e da irmã mais nova quando ainda tinha 13 anos de idade. No que toca à dimensão religiosa, não é demais anotar que não existem muitos trabalhos de investigação social empiricamente calcados que corroborem essa proposição. Mas uma pesquisa quantitativa como aquela conduzida por Cunha (2012) indica que o engajamento religioso tem, sim, impacto importante no desempenho escolar de estudantes do ensino básico. Esse maior rendimento escolar, com destaque para algumas disciplinas, como matemática e língua portuguesa, impacta a autoestima de jovens e adolescentes e contribui para elevar o comprometimento com a atividade escolar. No nosso trabalho como professora do ensino básico, técnico e tecnológico, constatamos esse elemento de realidade. No momento da realização da pesquisa que embasa o presente trabalho, em conversas com professores da rede básica de ensino, questionamos sobre a existência ou não desse diferencial religioso nas trajetórias escolares.

“Você adquirir responsabilidade financeira, você sabe o preço de tudo, você sabe que, por exemplo, eu não vou gastar horrores com uma peça de roupa muito cara porque eu sei que aquilo ali vai ser metade do meu salário, que eu passei o mês todinho trabalhando o mês todinho sofrendo, então eu vou pensar muito bem antes de ter esse pensamento consumista de... de comprar coisa deliberadamente, de ceder a muitas vontades. Então, o trabalho, por ser um... um ônus, ele faz com que você reflita, né?! As suas escolhas. Você otimize suas escolhas. Que você compre coisas melhores e que... Melhores, assim, no sentido de utilidade, coisas que lhe sejam úteis em longo prazo. , do que comprar uma coisa que vai ser temporário, uma coisa que você vai ter que comprar novamente, assim... E que isso vai... Só vai gastando seu dinheiro e só vai consumindo seu tempo”.

Como a corroborar a proposição de Lahire (2004) a respeito da coexistência em um mesmo indivíduo de disposições se não opostas, mas distintas e não enquadráveis em um perfil definido desde logo de forma unívoca de ator, ARBC não planeja se enquadrar no perfil tradicional de família. Quer trabalhar, envolver-se com o esposo em seus compromissos familiares e religiosos, mas não deseja filhos.

“[...] Eu não sei se vou ter filhos ou não... Não é uma coisa definida ainda, mas eu acho que não... Tudo indica que eu não vou ter. Porque eu acho que essa responsabilidade é muito grande e acho que não estou disposta e... é... Eu penso em ter um cargo em que eu possa ter um emprego, em que eu possa efetivamente é... tocar a vida de alguém, de... de mudar a realidade de uma pessoa, de... De resolver algum problema de alguma pessoa.”

Não ter filhos se articula com um projeto que inclui, em alguns momentos da vida, viagens a regiões do país e ao exterior, além de continuidade na sua formação. E, mesmo fazendo essa revelação apenas ao final de nosso encontro, ARBC se conforma com aquele papel no bastidor do campo do direito porque sabe que, no momento, outros objetivos são

irreais. Mas ela, como disse, “quer dar um tempo” para se aprimorar e entrar no jogo “de verdade”. E isso significa preparar-se para ser juíza. Porque como juíza, segundo ela, pode “resolver problemas” e “mudar a vida das pessoas”, o que a realizaria fortemente.

F. e J., o casal de namorados que atua no campo da informática e que trabalham com a criação, instalação e a supervisão de sistemas de gestão para pequenas empresas de sua cidade, não cultiva muitas expectativas de uma formalização da sua situação. A sua atividade é marcada pela precariedade e pela insegurança em relação aos contratos (alguns contratantes, depois de tudo pronto, querem renegociar os valores acertados antes), mas também pela “liberdade” e pela possibilidade de “trabalhar em qualquer lugar”. A conclusão de um curso de graduação não é apreendida como pré-condição para o exercício do seu trabalho. F. ainda “não foi para Recife” (capital de Pernambuco e um dos polos brasileiros na área de informática) pelo “conforto” de estar próximo da “família” e da namorada. Estar realizando um curso de graduação não pesa muito.

“Eu não quero limitar aqui e dizer aqui: ‘a pessoa precisa ser formada na faculdade pra saber fazer aquilo’... Isso não existe mais hoje. Pelo menos na área de computação, isso não existe. Existem pessoas aí fora que trabalham em desenvolvimento e que aprenderam na internet. Trabalham muito melhor que muito colega meu que aprendeu na faculdade. Eu posso dizer isso com confiança porque eu sei o que eu to falando. Só que mesmo assim, algumas vezes, essa pessoa não vai querer receber bem pouquinho pelo serviço que ela sabe que tá fazendo um serviço de qualidade. E tem gente que sai da faculdade doido pra trabalhar e aceitar fazer serviços com preços bem baixos. Aí, por aqui, a gente tem essa situação: a empresa aqui pega qualquer um e aí dá problema. Sempre dá. Isso gera prejuízo pra empresa. Esse é um dos casos que tá acontecendo numa das empresas que a gente tá desenvolvendo o sistema. Eles têm uma planilha horrível lá! Coisa sem sentido. E a empresa está nessa porque não sabia avaliar, não é? Então, a gente tá lá resolvendo os problemas dos caras e eles regateando, tentando pagar menos... Não dá! Aqui era para ser um ambiente bom para a informática, mas não é. A gente tem agronegócios de ponta, mas... Mas a mentalidade dos caras é um horror. Você olha de fora e pensa: puxa, ali tem muito sistema para automatizar alguma coisa... Mas não é assim. Então, não compensa mais ficar aqui. O futuro é Recife ou São Paulo. Na nossa área é assim... Aqui na região, o cara sai da faculdade, tem uma experiência de estágio de um ano ou mais e vai ganhar R\$ 1.500,00 ou R\$ 2.000,00 por mês. E isso trabalhando 40 horas semanais e ainda levando trabalho para fazer em casa, igual professor. Em Recife ou São Paulo, nesses polos, na média, você vai receber R\$ 3.000,00 ou R\$ 4.000,00.”

Nesse contexto, o casal prefere “trabalhar autônomo” a procurar um “emprego”. Até porque um emprego fixo impediria a continuidade dos estudos. Mas essa situação, para F., também é fonte de insegurança. F e J falam em possibilidades, mas também em incertezas. Até mesmo se poderão trabalhar na área em que atuam e estudam. Chegando ao fim do curso de graduação, o casal é confrontado com uma interpelação que se aproxima e

que desestrutura qualquer bem-estar e autoconfiança: “E agora? Fazer o quê?”. Dada a sua origem social e a posição atual, eles enfrentam a cobrança que fazem a si mesmos de “não errar”. E, nesse aspecto, enfrentam uma questão que é geracional (da chamada Geração Z) de forma solitária e com os escudos discursivos fornecidos pela subjetividade neoliberal, no caso, de que o futuro profissional depende de “escolhas” e que “saber escolher” é fundamental. As armas dos fracos já se disse alhures são armas fracas.

“É a coisa que mais me vem na cabeça porque... mesmo eu já estando trabalhando, eu não sei o que vai ser o futuro. Eu posso dizer: ‘bom, eu tenho uma formação, eu tenho conhecimento na área, só que, pelo menos na área de tecnologia da informação, tudo muda muito e muito rapidamente. Ontem era uma tecnologia que estava bombando, hoje, já é outra. Aí, a gente tem um mercado muito volátil. Então, eu não tenho uma segurança de dizer que eu vou trabalhar na área... E isso perturba bastante.”

5.3.4 A MIGRAÇÃO COMO EVASÃO E O TRABALHO PRECÁRIO E INFORMAL COMO HORIZONTE

Aos 21 anos de idade, moradora de Picos (PI), reside com a mãe, uma irmã, o marido desta e os três filhos do casal. “Em verdade, moro em meu quarto”, define sarcasticamente a sua situação. Não tem notícias do pai há três anos, após este abandonar a família. “Nunca foi presente. Para mim, não faz diferença”. Ele é trabalhador rural itinerante, e, pelo que ela escuta nas conversações com outros parentes, está trabalhando e residindo “em algum lugar do Maranhão”. Mas, reafirma, “não tenho contato com ele não”.

A mãe e a irmã são os pilares de sustentação financeira casa. O esposo da irmã é servente de pedreiro e trabalha de forma avulsa no setor da construção civil de uma cidade onde o mercado de trabalho é extremamente limitado. Não tem contrato formal de trabalho e, algumas vezes, passa períodos sem trabalhar. A irmã chegou recentemente do estado de Santa Catarina, onde trabalhava como ajudante em uma lanchonete. Retornou para poder contar com a mãe no cuidado dos filhos e montou um pequeno salão de beleza na sala de estar da casa de morada, onde no espelho pode-se ler o aviso: “pague com o Pix”. Ali, no mesmo espaço “onde corta cabelos, faz unhas e essas coisas...”. À noite, essa irmã monta uma banca de venda de espetinhos e bebidas em uma rua da parte central da cidade. Em algumas oportunidades, o cunhado ajuda a sua irmã nessa atividade de comércio ambulante.

A mãe de FMC trabalha como diarista, sem contrato formal, portanto, em serviços de limpeza em consultórios, escritórios e em residências. É um trabalho que lhe exige que passe quase o dia inteiro fora de casa. Por isso, as tarefas domésticas ficam a cargo da irmã, que se divide entre o trabalho no salão e o “cuidado da casa”. O marido não contribui nessas atividades e quando está em casa, permanece sempre deitado ou assistindo televisão. Para não contribuir nas atividades domésticas, FMC se escuda na justificativa de que “precisa passar o dia estudando”, muito embora, em algum momento da entrevista, confesse que passa muito tempo navegando na internet nas chamadas redes sociais. “Ultimamente”, ressalva ela, “tenho me dedicado ao meu curso na Universidade e aí não fico mais tanto tempo nas redes sociais”. Segunda ela, navega na internet apenas o suficiente para reiterar laços com conhecidos e fazer eco às bandeiras e demandas LGBTQIA+, causa a qual se dedica com entusiasmo, especialmente após uma prima, de quem é muito amiga, se assumir lésbica.

Nos últimos tempos, está mais envolvida na elaboração do relatório final para a conclusão de seu curso de licenciatura de curta duração, ofertado por uma universidade pública que tem um campus em seu município. Tendo frequentado poucas aulas presenciais, FMC se sente frustrada com a vida acadêmica e avalia muito negativamente o ensino remoto. Por sua vontade, inclusive expressa em voto digital quando da deliberação sobre a continuidade do curso no formato EaD, as aulas teriam que ser suspensas e novamente ofertadas apenas quando fosse possível o retorno de forma presencial.

A sua socialização primária ocorreu em um ambiente sem uma referência unitária no quesito religião. Embora sua mãe, tenha se convertido, quando ela estava a adentrar na adolescência, a uma igreja evangélica, o restante da família é toda católica. Há inclusive um tio materno que é padre. A conversão da mãe, segundo FMC, foi o resultado de um “chamado de Deus”.

“Minha mãe, antes de ser evangélica, ela bebia... Aí, ela parou de beber, mudou. Mas ela bebia assim... Não tenho lembrança ruim de minha mãe bebendo. Não tenho essas lembranças, sabe? Ela sempre foi uma mãe... Eu tenho lembranças dela sendo uma mãe muito boa, sabe? Ao mesmo tempo em que ela bebia, ela cuidava da gente. Porque tem gente que bebe e se esquece dos filhos, não é? Minha mãe, não...”.

Quando da conversão da mãe, ela também passou a frequentar a mesma igreja e se assumiu como evangélica. Quando da entrevista, ela se disse “afastada” e que cultivava divergências com os membros da Igreja exatamente pelo seu entendimento a respeito da

pauta colocada pela causa LGBTQIA+. Por isso, diz, a “minha religião é o evangelho”, e, “não evangélica”. Apesar dessa discordância, diz que a influência evangélica ainda é forte na sua vida.

A sua vida escolar, toda realizada em escolas públicas situadas na proximidade de sua casa, foi “tranquila” e “feliz”. Conta que se sentiu sempre muito “bem acolhida” pelas professoras. Tanto assim que em uma delas, “viviam na direção, conversando com os professores e com as coordenadoras”. Apesar da avaliação positiva da vida escolar e de realizar um curso de graduação em licenciatura, FMC não demonstra interesse em atuar como profissional da educação. Tem pensado, por exemplo, em trabalhar em algum supermercado e somente não se dedicou mais à procura desse emprego devido às incertezas relacionadas ao retorno das atividades presenciais na sua universidade, dado que, no momento da entrevista, a pandemia da Covid-19 estava mais atenuada na região e existia já um clima de certa volta à “normalidade”.

Com uma socialização primária ocorrida em um ambiente familiar não exatamente marcado pela unidade, FMC absorveu influências advindas tanto de católicos quanto de evangélicos. Muito embora, na maior parte do tempo estivesse só ela e a mãe, pois, o pai já “havia vazado”, as irmãs haviam emigrado e o irmão é “distante”, a casa sempre foi frequentada por muitas pessoas e essas interações moldaram a sua abertura para a diversidade. Comprometer-se com as pessoas que ama ou que lhe são próximas, como a mãe e a prima que assumia a sua condição de lésbica, é uma disposição incorporada nessa socialização.

Esse comprometimento com os mais frágeis, especialmente os idosos da família, ela remete ao exemplo positivo dado por um tio.

“O jeito que ele cuidou da minha avó antes dela morrer. Ele mesmo fazia tudo... A gente diz assim que é homem é mais bruto e se distancia, não é? Mas ele, não. Ele sempre foi um bom filho, sabe. E a família toda tinha muita união. Eu admiro muito isso. E eu cultivo isso, não é? É uma coisa importante ter interesse e cuidado por alguém...”.

O compromisso com a mãe modula os planos de futuro de FMC. Antes da pandemia, ela pensava em continuar estudando, realizar uma pós-graduação em nível de mestrado e “seguir adiante”. Agora, ela planeja conseguir um trabalho assim que concluir a feitura de seu trabalho de conclusão de curso. Para ela, os custos da sua formatura (festa e solenidade) devem ser assumidos por ela, não por algum parente. Para isso, assim que

diminuir a sua carga horária de aulas através do ensino remoto, ela planeja viajar para trabalhar como vendedora ambulante nas praias de Florianópolis (SC), distante 3.090 quilômetros de Picos. Ela imagina que será possível conseguir um lugar para ficar junto com a irmã que reside na cidade, onde trabalha “na chapa”, fazendo lanches em um restaurante. Inicialmente, o plano de FMC é “pegar o período da alta estação, quando a cidade está cheia de argentinos” e realizar o trabalho de venda de produtos de forma itinerante na praia.

“Eu disse à minha mãe que não sei bem quando eu volto, mas talvez eu volte... Ela diz: ‘fique uma temporada só e volte. Eu tenho mesmo que vir porque eu tenho que ficar resolvendo as coisas da universidade, né? E aí eu volto de novo. Eu, particularmente, não quero morar em Picos. Então, quero ir para lá, arrumar um rumo assim...”.

Continuar vivendo em sua cidade é continuar “morando no quarto”, em uma casa com barulho e em uma cidade onde ela não tem mais nem disposição para praticar o esporte que tanto gosta: o futebol. Antes da pandemia, “chegava da Universidade e corria para a praça para jogar a bola, mas agora... Aí eu caminho e já me sinto cansada, sem fôlego... Não dá!”. Ela fez cursos virtuais sobre operação de computador e operação em caixas de lojas e avalia que com essas base poderá conseguir trabalhar em algum supermercado, em Florianópolis. Diz não hierarquizar muito o trabalho e o que quer mesmo é ganhar algum dinheiro. Ela pensa que vai ser fácil conseguir um emprego no qual tenha uma remuneração de R\$ 1.800,00. Com isso, ela alugaria um pequeno apartamento (uma kitnet) com água, luz e internet por R\$ 500,00 e ainda teria condições de se sustentar e enviar algum dinheiro para ajudar a mãe.

FMC não descarta trabalhar como faxineira. Ela já esteve por duas vezes na cidade e foi inclusive quem incentivou a irmã que é trabalhadora do restaurante a vender, durante a os dias de folga do trabalho, água e cerveja para os turistas argentinos que passam o verão nas praias de Santa Catarina. Tem confiança que “dá certo”. Ao emigrar, ela sabe que poderá realizar atividades laborais que, em sua cidade, são bastante desvalorizadas, mas isso não a assusta. Ressalta, por exemplo, que enquanto em Picos uma diarista, trabalhando para limpar uma casa grande, ganha no máximo R\$ 70,00, “lá em Florianópolis, a pessoa ganha pelo menos R\$ 100,00”. Sua mãe não aceita muito bem essa sua disposição de emigrar, mas ela está decidida: “eu nasci aqui, mas não me vejo passando a vida aqui”. Pesa muito nessa idealização da capital de Santa Catarina como locus possível de um projeto de individuação assentado no uso de espaços públicos e

equipamentos de usos coletivos a constatação, confirmada ao se transitar por Picos (PI), da ausência de uma oferta de lugares de lazer e para as práticas desportivas. Afora os locais privados, especialmente centrados na oferta de bebidas alcoólicas, restam poucos territórios para as sociabilidades juvenis.

Emigrar, para FMC, é sair da casa barulhenta em que reside e deixar de passar o dia no quarto, mas também é encontrar um trabalho e ter algum recurso que lhe permita viajar e conhecer lugares. Ela também ambiciona encontrar coisas belas que lhe permitam apreciar a passagem do tempo com tranquilidade, bem ao contrário daquilo que lhe está disponível em sua cidade:

“Acho que... Você olha aqui essa rua... É toda assim: uma coisa assim... Não é uma coisa bonita. Eu gosto de... Eu sou uma pessoa que gosta muito de admirar as paisagens, entende? Eu vou para Santa Catarina, eu sento lá de frente para a praia, eu acho que... Aquilo me faz um bem. Eu gosto de lugar sossegado também. Aqui você vê que é o tempo todo passando carro de som, barulho... E eu sou uma pessoa que gosto do sossego. E em Santa Catarina eu acho ‘top’ porque tem sossego, entendeu? As pessoas ficam na sua casa, não tem ‘zuada’ assim... E aqui, não... Aqui em casa, principalmente, é o tempo todo com gente entrando... Eu quero ir embora... Quero respirar!”.

“Mesmo estando em Santa Catarina, eu quero viajar e quero conhecer outros lugares, sabe? As minhas metas são essas. É que nem minha irmã: ela tinha o sonho de ter um filho, era o sonho dela... O meu não é esse, mesmo que eu queira no futuro... O meu sonho é conhecer o mundo... É diferente do que elas estão acostumadas, sabe?”.

A evasão do mundo socialmente limitado das áreas rurais e pequenas cidades sempre foi impulso para a migração de jovens após o advento desse período histórico impreciso denominado de modernidade. Essa necessidade premente de “ir embora”, provocada não apenas pela busca de colocação no mercado de trabalho ou pela fuga das imposições de regimes de espoliação, mas também por tensões alicerçadas em sensibilidades culturais, foi sempre uma força motriz da mobilidade dos jovens no mundo ocidental. Os diferentes, os mais sensíveis e os mais oprimidos pela ordem tradicional, em todas as classes sociais, sempre tiveram a migração como ponto de fuga, como evasão possível de um mundo percebido como insuportável. A novidade sociológica no projeto de migração de FMC é a incorporação de uma demanda geracional (e transversal às classes sociais) de ir além, “conhecer o mundo”, fruir paisagens e estabelecer uma relação com espaço e tempo que não esteja condicionada diretamente as necessidades da (re) produção.

5.4 EXPERIÊNCIAS E SENSIBILIDADES DE UMA GERAÇÃO: A JUVENTUDE BRASILEIRA HOJE

5.4.1. UM RETRATO DO CUIDADO DE SI E DO CUIDADO DOS OUTROS

S. tem 24 anos, mora com os avós maternos, realizou um curso técnico no ensino médio e no momento de nossa entrevista estava a concluir o curso de graduação em fisioterapia em uma faculdade particular. Gosta de praticar musculação e jogar videogames. Reconhece que “perde muito tempo” assistindo a vídeos no YouTube. Na maior parte do tempo, está ligado nos aplicativos de redes sociais pelo seu telemóvel. “O notebook, eu uso apenas para as pesquisas da faculdade”, diz. Sua rede social é o Instagram, pois, ali, tem a oportunidade de conferir como os amigos que praticam musculação estão. Não assiste TV e nem gosta muito de ler. Muito embora, em casa, a leitura faça parte do cotidiano. “Meu avô lê muito... Tem uma biblioteca. Muito romance e muita literatura... O tempo todo com um livro na mão. E também gosta muito de política”. Sente-se culpado por não “gostar de leitura” (“eu ainda não consegui absorver esse hábito”). “Antigamente”, quando tinha menos de 22 anos, gostava de ir à festas, mas, agora, quando tem 24 anos, sai muito pouco. Começou a namorar mais fixamente com uma colega de faculdade e, em consequência, não “vê sentido” em ir à festas. Como ficou mais “caseiro” (demora mais tempo em casa, com a namorada), bebe menos (“antigamente, eu bebia muito”). Não fuma cigarros regularmente e, “raramente”, fuma maconha. Entende que o consumo da droga é “benéfico” (“A maconha é mais saudável do que a bebida, do que cigarro. Eu acho que a maconha não promove agressividade, você sair do seu estado normal para fazer besteira, como o álcool faz”). Diz que por ser “meio agitado”, até “explosivo”, o consumo da maconha lhe faz bem.

Embora conviva pouco com o pai, que reside em uma cidade distante, S. o admira. O fato de este ter construído uma carreira profissional bem sucedida no campo da engenharia lhe traz orgulho. Com a mãe, com quem residiu até a adolescência, tem uma boa relação. Como esta se casou novamente e constituiu nova família, ele entendeu ser melhor ir morar com os avós. A avó é servidora pública municipal¹¹⁰ aposentada e o avô, ex-vereador em uma pequena cidade vizinha, é pequeno agricultor. A ligação com os avós

¹¹⁰ No Brasil, o serviço público, no geral, tem uma hierarquia salarial acentuada: os servidores federais ganham os melhores salários; os estaduais ganham salários bem mais baixos e os servidores municipais têm significativamente mais baixos.

maternos sempre foi forte, pois, antes de ir morar com eles já passava longos períodos na companhia deles. Na casa desses avós, ele aprendeu a realizar as tarefas domésticas ao lado da avó (o avô, representando um padrão de masculinidade predominante no Brasil, especialmente das gerações anteriores, não participa da divisão das tarefas de cuidado cotidiano da casa). A interação maior com a avó decorre também do fato de o avô passar alguns dias da semana na sua pequena propriedade rural.

No ensino básico (séries iniciais), S. frequentou uma escola privada de bairro, o que implica o investimento de recursos da família em sua formação inicial. Posteriormente, ingressou em uma escola pública de qualidade, que seleciona os seus alunos através de processo com provas que exigem dos candidatos o domínio de habilidades e competências nas disciplinas básicas (português, matemática, geografia, história, inglês, física e química). O ambiente familiar e as escolas nas quais pode realizar a sua formação básica foram ambientes que o possibilitaram vivenciar experiências significativas e que reverberam na sua vida de jovem. Destaque-se uma disposição para o autocuidado, para o cuidado dos outros e uma autoestima elevada. E esse elementos socialmente legitimados como positivos se articulavam, entretanto, com uma trajetória escolar marcada pela falta de empenho pessoal nos estudos. Apesar de tropeços, conseguiu ir além do ensino médio e adentrar em uma faculdade, mesmo que privada, o que, no Brasil e, mais particularmente na região onde o entrevistado reside, significa uma instituição com status mais baixo e que rende capital simbólico menor posteriormente no mercado de trabalho.

“(Entrar na faculdade) foi muito importante. Foi uma virada de chave na minha vida, porque eu sempre fui um aluno na escola que... Fui um aluno que nunca gostei de estudar. Já repeti a oitava série e já perdi algumas matérias quando eu estudava no IF. Quando eu entrei na faculdade de Fisioterapia, aí foi uma virada: me tornei um dos melhores alunos, até hoje. Eu sou um dos melhores. É. Eu sou focado, determinado, estudo. Sou... Sou muito bom. Modéstia à parte, na minha área, eu vou me tornar um bom profissional. Tomara!”

Com uma socialização na primeira infância dividida entre a casa materna e a casa dos avós, S. teve mais apoio e carinho dos familiares que as crianças em posição social semelhante. Embora o avô materno seja leitor voraz e acompanhe com grande interesse os acontecimentos políticos locais, regionais e nacionais, o que mais marcou para S. não foi essa característica, mas o afeto concedido e a ausência de cobranças. Bem ao contrário do que ocorria em casa, com a mãe. Pode-se avançar interpretativamente e especular que o seu desinteresse pelo universo escolar está relacionado a uma experiência que é bem distinta

daquelas vividas por crianças e adolescentes das classes populares no Brasil. No caso destas, é a ausência de uma correlação mínima entre os capitais culturais familiares e escolares que é base explicativa do desengajamento educacional.

Para secundar a proposição acima, a qual parece uma atualização acrítica da comentada e, em grande parte rejeitada, na teoria da reprodução de Pierre Bourdieu, valemo-nos dos aportes de pesquisa desenvolvida por Jessé Sousa e colaboradores sobre o universo da “ralé”¹¹¹ brasileira.

Pais e mães da ralé, como Dona Luiza, apesar da miséria econômica que estrutura sua vida, também sonham com o sucesso escolar dos filhos. Eles sabem que estudar é importante e querem que os filhos estudem, por isso se esforçam para ‘não deixar faltar nada dentro de casa’ e, dessa forma, fazem o que podem para que seus filhos tenham sucesso na escola e, assim, superem sua própria condição social. Mas no dia a dia o que eles fazem, sem perceber, é compartilhar com os filhos experiências de vida que na maioria das vezes não são favoráveis às exigências escolares. Ocorre então que os conselhos e incentivos a favor dos estudos não encontram um terreno fértil onde possam florescer, visto que esses incentivos não vêm acompanhados de exemplos concretos que os legitimem, uma vez que os próprios familiares possuem uma relação emocionalmente distanciada com o conhecimento. (FREITAS, 2009, p. 288).

Assim, no caso de S., a indisciplina escolar, talvez mais relacionada a uma infância dividida entre a cobrança (da mãe) e o apoio permissivo para o lúdico dos avôs, não se traduz, como é comum nos jovens de classe popular, em sentimentos de derrota e vergonha. Sem resvalarmos para o psicologismo, embutido na ideia da “empresa de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333) local ideológico para onde convergem as especulações a respeito do papel da autoestima no bom desempenho escolar, parece-nos claro que, nesse e em outros casos, especialmente em um capitalismo periférico como o brasileiro, a confiança em si mesmo de um sujeito pode ser a base não para uma incorporação ainda mais profunda da “subjetividade neoliberal”, mas para uma ação crítica sobre o mundo.

Em S. encontramos uma disposição para avaliar os custos e benefícios de suas escolhas que não apenas não é comum, mas também quase uma impossibilidade para jovens premidos pela necessidade de “seguir em frente” de “qualquer jeito”. Trata-se de um diferencial significativo, especialmente em relação à entrada no mundo do trabalho:

¹¹¹ O uso do termo “ralé” nas conversações comuns no Brasil tem um claro sentido de estigmatizar indivíduos e grupos. A sociologia crítica brasileira incorpora o termo de forma provocativa.

não pesa sobre os seus ombros, como é regra geral no universo juvenil popular, a pressão por conseguir um “primeiro emprego” (classificação nativa que, cada vez mais, significa primeira experiência laboral com algum retorno financeiro).

“Já trabalhei, já. Em um shopping como vendedor. E não foi uma experiência legal. Foi no Shopping... Foi logo quando abriu. Aí eu fui para lá trabalhar na loja, mas não combina comigo. Foi uma experiência interessante, eu tinha até muitas expectativas. Mas essa questão de trabalhar com metas pra vender e persuadir pessoas, eu não sei se isso é algo bom, não. Eu não consigo persuadir pessoas para adquirir coisas. Persuadir para vender um objeto, sabe? Só se fosse para vender o meu produto. Acho que vendendo o meu próprio produto. eu consigo trabalhar mais esse lado de vender, de logística. Mas, vender produto dos outros? Não! Não foi uma boa experiência porque... Eu descobri que ali não era a minha área. Esse negócio de estar trabalhando competindo é muito difícil. Ter o objetivo de bater metas vendas de uma coisa não é saudável pra mim. Isso é muito estressante. E, ainda por cima, estava alinhando com a faculdade, é um baque né? Enfim... Acho que não foi produtivo pra mim, não sei se eu não tinha maturidade suficiente. Não discuti com ninguém, sempre fui aquele cara ‘rilex’¹¹². Enquanto os outros disputavam e brigavam por vendas, eu ficava mais assim... Na minha, entende? Por isso, acho que até por isso, eu fiquei em último nas metas. Nunca fui ganancioso, entende? Acho que não combina comigo, não.”

Autoconhecimento, estabelecimento de limites para o ingresso no mundo do trabalho, cuidado com o corpo e, mesmo reconhecendo ser “explosivo”, identificar-se como uma pessoa tranquila, essas características, em outro contexto jovem brasileiro, poderia levar S. a ser identificado como “bon vivant” ou “boa vida”, ou, em linguagem juvenil, um “surfista” do cotidiano. Com essa tranquilidade, que ele refuta ser comodismo, presta serviços informais de massagens a domicílio direcionados ao atendimento de pessoas idosas em um agenciamento que foi articulado por colegas de faculdade. Os seus ganhos financeiros são irregulares, pois, segundo diz, “tem dias que eu atendo duas ou três vezes e outros que não atendo nenhuma”. Esse trabalho de cuidar, especialmente de idosos, o satisfaz, embora não ocupe o centro de suas atenções.

“Não, assim... Eu ainda faço muito pouco isso, sabe?! Que eu acho que é um pouco até de comodidade minha. Eu não trabalho redes sociais para isso. Aí geralmente é um colega meu que chama, ou se não uma pessoa mais conhecida. Eu não divulgo muito o meu trabalho como massoterapeuta. Aí eu não faço muito dinheiro não, sabe?”.

Essa orientação “desinteressada” pela atividade que desenvolve alicerça-se em uma valoração do trabalho que está relacionada tanto à realização quanto ao bem-estar pessoal:

¹¹² Gíria. Pessoa tranquila, que não se perturba e nem provoca tensões nas relações com os outros.

“O trabalho, a sensação do dever cumprido, é muito importante. Eu acho! Para o ser humano, é uma coisa... assim... que enriquece. Enriquece a alma do ser humano o trabalho. É uma coisa que... Eu fico sem trabalhar, às vezes assim, é muito ruim. É um com... É como você estar com um déficit só aumentando. Eu acho que é isso. Eu acho que trabalhar faz bem pra mente. Enfim, eu acho que o trabalho é de suma importância para a pessoa. O trabalho, quando você gosta de trabalhar, claro! Senão, eu acho que é o contrário.”

5.4.2 QUANDO O JOVEM ASSUME A PAUTA NEOLIBERAL

JAS tem 25 anos de idade, estudou o ensino parte do ensino fundamental em uma escola privada porque os pais temiam que ele tivesse a formação prejudicada pelas longas greves de professores na rede pública estadual de ensino básico. O seu ensino médio foi realizada no Campus do IF de sua cidade, como aluno de um curso técnico em informática. Concluído o ensino médio, aos 20 anos, ingressou em um curso de graduação em Direito, em uma faculdade privada local. Ainda estava no segundo ano do curso quando foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico administrativo de uma das instituições federais existentes em sua cidade, Picos (PI). Com isso, pode tirar o pagamento das mensalidades da faculdade das responsabilidades dos seus pais e ainda passar a contribuir com as despesas domésticas.

JAS reside com os pais e os dois irmãos ‘em uma casa na qual as tarefas domésticas recaem quase exclusivamente sobre os ombros da sua mãe, uma professora da rede estadual de ensino fundamental. Quando os recursos financeiros lhes possibilitam maiores gastos, eles contratam uma empregada diarista para auxiliar a mãe porque “tem hora que fica difícil para ela”, reconhece.

O pai de JAS foi eletricitista e hoje é proprietário de uma pequena oficina automobilística. Nenhum dos filhos demonstra interesse em assumir alguma atividade laboral nessa oficina. O segundo irmão de JAS, mais novo do que ele, é funcionário na área de segurança pública e sempre volta para casa muito cansado. O tempo que lhe sobra é dedicado a revisar matérias escolares para reforçar a sua formação para tentar obter melhor pontuação no ENEM, e, assim, conseguir ser selecionado para algum curso de Direito ofertado por uma instituição pública. Essa formação em nível superior é pré-condição para participação nos processos seletivos para a Polícia Rodoviária Federal. Fazer parte dessa força policial é o sonho do rapaz e de todos os membros da família, conforme registramos ao esboçarmos o retrato sociológico da Senhora A., a mãe.

Assim como todos os pais e os irmãos, JAS se define como evangélico. Participa da *Assembleia de Deus*, a maior congregação pentecostal do Brasil. Apesar desse pertencimento religioso, que expressa com satisfação, JAS diz que discorda de algumas questões “litúrgicas e de interpretação” assumidas fortemente pelos fiéis, inclusive pelo seu pai. Diz que embora pense “parecido” com este, tem muitas divergências a respeito da “vida após a morte”. Também discorda da cobrança do dízimo, prática que implica em arrecadações milionárias pelas igrejas evangélicas no Brasil. O seu discurso demonstra uma preocupação em fundamentar os seus argumentos tendo como base a leitura da Bíblia.

“Eu entendo que o dízimo ele veio até o momento da crucificação e ressurreição de Jesus. Quando Jesus vem à terra, ele vem e passa por todo aquele processo de crucificação e ressurreição. Aí é fundado um novo pacto... Podemos dizer assim: ‘uma nova aliança entre nós e Cristo, nós e Deus’. Antigamente, nós vivíamos no tempo da lei, e, logo após a ressurreição, a Bíblia fala que o véu se rasga de cima abaixo... Isso simboliza... É uma simbologia que significa uma nova chegada, um novo tempo que surge. E nesse tempo, as igrejas querem trazer do passado para cá, sendo que biblicamente isso não tem legitimidade...”

Leitor voraz, JAS acompanha com vívido interesse os fatos da vida política tanto local quanto nacional através da leitura de jornais, blogs e do Twitter. Confessa que gosta mais dos jornais impressos. E essa preferência, em parte, deriva do fato de que ele enfrenta certa deficiência visual que lhe dificulta longos períodos de leitura em telas de computador ou telemóveis. Essa condição de leitor atento da vida política nacional o leva a assumir uma posição, no que diz respeito ao debate político brasileiro durante a Presidência de Jair Bolsonaro, que destoa da posição das lideranças de sua igreja. Para JAS a chamada “pauta dos costumes”, plataforma a partir da qual extrema-direita bolsonarista lança a sua guerra cultural contra os direitos humanos e as demandas das feministas e da comunidade LGBTQIA+, não deve estar no centro do debate público nacional. Não que ele não considere importante discutir aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, liberação das drogas, demanda por linguagem neutra, dentre outros tópicos, mas é que, no seu entendimento, as questões centrais são outras: gestão econômica, política educacional e “reformas estruturais” que tornem o Brasil um país mais atraente para os investidores.

“Na verdade, o que é que acontece é o seguinte: eu acho que a tal pauta dos costumes inclui questões que devem ser discutidas. Eu não jogo para debaixo do tapete, mas no momento em que estamos vivendo, nessa crise econômica e com essa pandemia, eu acho que essas discussões deveriam ser deixadas de lado... Não que essas pautas não interessem, são interessantes, mas eu acho que nós deveríamos ver primeiro essa questão do emprego, da infraestrutura do país, da geração de renda. Porque, se não tiver isso, outras pautas são inúteis. Essas pautas são meio que... O presidente da república não resolve essas pautas; quem

resolve isso é o Congresso Nacional. Liberação das drogas, o Presidente da República não resolve isso. Fernando Henrique Cardozo escreveu um livro sobre isso, e era a favor. E dá no quê? O Presidente não tem esse poder de impor questões. E nenhum presidente vai porque os chefes do executivo não têm essa prerrogativa. Se o pessoal quiser eleger alguém que esteja próximo, vote no deputado e no senador... Executivo não é para discutir esse tipo de questão. Eu acho que essas questões que o presidente (Jair Bolsonaro) toca, ele pode fazer isso, mas temos o parlamento para isso. O chefe não tem que se preocupar com isso, tem que se preocupar com emprego, saúde, educação...”.

Ancorada nessa visão política, JAS assume uma posição crítica em relação ao governo Bolsonaro:

“A principal coisa que eu falo em relação a esse governo é a questão das prioridades, o governo precisa priorizar a educação e esse governo não prioriza. O que o governo prioriza é kit gay... E não resolve nada. Enquanto isso está aí, as coisas aumentando, a pobreza aumentando, o desemprego aumentando, os empregos diminuindo...”.

Para JAS, o governo de Michel Temer (PMDB), vice-presidente que assumiu o mandato quando da deposição da Presidente Dilma Roussef (PT), “teve uma oportunidade de ouro” para realizar reformas estruturantes no país. “Mas não aproveitou”, diz ele. Dentre as reformas que diz considerar importantes estão a reforma tributária e aquela da Previdência. O Congresso Nacional, mais por iniciativa parlamentar do que por articulação do Presidente da República, conseguiu aprovar uma reforma da previdência em 2019, mas, segundo JAS, é incompleta e não resolve graves problemas, como a diminuição do número de contribuintes ao sistema. “Poderia ter sido feito muito mais”, ele diz.

Essa defesa de uma reforma da previdência, criticada fortemente pelo sindicalismo brasileiro e pela oposição de esquerda ao bolsonarismo como sendo a expressão de uma visão fiscalista e neoliberal, leva JAS a se colocar em um campo político que é o da direita liberal. Assim, ele combina uma visão fiscalista a respeito dos gastos públicos (“gastar melhor e com foco”) com uma defesa da educação pública como prioridade da agenda nacional. Ao mesmo tempo, também conjuga a sua posição de evangélico com uma enfática condenação da homofobia. Saliente-se que a identidade religiosa evangélica no Brasil tem sido hegemônica pelo bolsonarismo para construção de uma base política, especialmente parlamentar. E isso tem sido feito, através da já mencionada “guerra cultural”, através de discursos explicitamente homofóbicos e misóginos.

As elaborações discursivas acima destacadas, mais conformes a um analista político pertencente a uma geração anterior, tornam JAS um tanto destoante em relação aos jovens

da geração atual. Não pela escolha religiosa, mas pelas afinidades políticas e pela forma como as fundamenta. Tudo se passa como se estivéssemos a escutar alguém com 15 anos a mais de idade. Entretanto, quando a nossa conversa aborda sociabilidades, lazer e projetos de futuro, as elaborações de JAS o trazem de volta ao seio de sua geração. Assim, sonha em viajar e a diversidade é o que marca o seu gosto musical. Como se poderia esperar, gosta de música gospel. Mas vai bem além. Curte funk, pop, rock e as músicas clássicas da MPB. É usuário da plataforma Spotify, o que o leva “a descobrir” produções novas e “interessantes” a cada dia.

Como muitos de sua geração, JAS “não se liga” na TV aberta e prefere assistir produções através dos serviços de streaming, como Netflix, Amazon e HBO. Também assiste a muitas produções em canais do You Tube. Nos últimos tempos, descobriu a “riqueza que é o mundo dos podcasts” e está sempre a ouvi-los. Nas redes sociais, além do WhatsApp, que é um instrumento de comunicação utilizado no trabalho, especialmente quando esteve trabalhando em casa devido à pandemia do Covid-19, ele também é frequente usuário, conforme já assinalado do Twitter. Nessa rede, além de acompanhar “de forma instantânea o que está a ocorrer no mundo”, ele também insere comentários com observações sobre a vida política e social.

Em relação às sociabilidades, como outros jovens entrevistados em sua cidade, reclama fortemente da ausência de infraestrutura para as pessoas se encontrarem. “Aqui só tem barzinhos!”, irrita-se ao comentar. Não frequenta esses espaços e gostaria que a cidade tivesse espaços de encontro ou mesmo equipamentos esportivos e culturais que “permitissem algum encontro que não fosse para ingerir bebida alcoólica”.

JAS pensa em constituir família e em se casar. Imagina se casar com alguém que “seja parceira” e com quem possa cultivar um respeito mútuo e diálogo permanente. Tem consciência que o estabelecimento de uma relação dialogada é muito difícil nos dias atuais, pois, “no geral”, haveria muito intolerância, mesmo advinda de gente que se afirma tolerante. Como tantos rapazes e moças de sua geração, preocupa-se muito em não reproduzir modelos de relacionamentos marcados por “relações abusivas” e “sentimentos de posse”. Embora pareça contraditório com a sua escolha religiosa, JAS afirma que os rompimentos de casamentos são legítimos quando a confiança deixa de existir. “Não dá para aceitar que uma pessoa vá ferir outra, nem física e nem emocionalmente”.

5.4.3 MEDO, INSÔNIA E A ESPERANÇA “DESCONFIADA” NO FUTURO

Aos vinte e cinco anos de idade, graduado em Letras e já avançando para o término do seu curso de mestrado na mesma área na mais importante universidade do estado, F.O.N., residente em Picos (PI), havia terminado o seu contrato de trabalho como professor temporário em um IF no vizinho estado de Pernambuco. Gosta de estudar a língua portuguesa e dedica muito do seu tempo à leitura de clássicos da literatura lusitana. É o segundo filho de uma trabalhadora de limpeza sem contrato formalizado e que atua como diarista. O pai, de quem diz ser muito distante, trabalha esporadicamente e não contribui “em nada” com a sustentação da casa. Há mais de cinco anos, cansado de assistir às situações de desrespeito à mãe por parte do pai e também dos irmãos, que “não fazem nada dentro de casa e deixam tudo nas costas dela”, saiu da casa dos pais e foi morar com os avós maternos, com os quais tinha tido sempre boas relações.

Retorna esporadicamente à casa paterna, especialmente quando sabe que o pai não se encontra lá, para conversar com a mãe. F.O.N procura conversar e estimular os seus irmãos a retomarem os estudos. O mais velho, com 26 anos de idade, é motorista de caminhão e diz não ter mais tempo para estudar. Tem uma vida que gira em torno do trabalho, do futebol e das idas aos bares com os amigos. O irmão mais novo ainda está formalmente matriculado no ensino médio, mas não frequenta regularmente a escola e se dedica quase integralmente ao trabalho precário (sem contrato formal algum) em uma barbearia.

F.O.N se identifica fortemente com a mãe e diz que ela é a pessoa mais importante em sua vida. Aos dezessete anos, um tempo especialmente turbulento para ele porque testemunhava a violência do pai contra a mãe, ele se converteu a uma igreja evangélica. Tem grande respeito pelo pastor de sua igreja a quem considera um “guia espiritual” e leva muito em conta as suas observações, inclusive sobre os seus relacionamentos. Após se tornar evangélico, conseguiu que a mãe também se convertesse, o que os aproximou ainda mais. Em relação ao pai, além de condenar as suas atitudes em relação à mãe, abomina a sua “hipocrisia” de pregar valores os quais não assume na prática, como “o respeito ao matrimônio”.

Essa elaboração sobre a figura paterna, certamente resultado de uma incorporação negativa de seus comportamentos derivada tanto da maior presença no ambiente familiar dos avós quanto da socialização secundária na igreja evangélica de que é membro, torna F.O.N muito identificado com alguns dos valores mais comumente constitutivos da gramática moral da geração atual de jovens, conforme o que os nossos entrevistados explicitaram ao longo de nossas entrevistas. O primeiro deles é honestidade. E a honestidade para ele é “ser verdadeiro, ter princípios”. E este valor não é apenas um princípio moral, no sentido tradicional assumido pela filosofia da moral, mas carrega também um significado quase estético que é aquele de ser transparente e não ser alguém que transforma as suas interações com os outros em um desfile de “personagens” distintos e incongruentes. Ser honesto é também ser verdadeiro e “ter princípios” para F.O.N.

A esse valor, ele adiciona aquele da responsabilidade (que é algo muito mais acentuado pelos entrevistados da geração anterior). A responsabilidade para ele advém da experimentação e das experiências vividas. Dessa forma, responsabilidade é como um guarda-chuva que vai cobrindo e protegendo todas as dimensões das atividades da pessoa. Nesse sentido, é ilustrativo o comentário abaixo:

“Acho que a responsabilidade está em todas as práticas, até nas brincadeiras. Por exemplo, as pessoas dizem: ‘ah, foi uma brincadeira de mau gosto’, brincadeira irresponsável. Então, eu acho que em todos os momentos, você tem que se preocupar e ser responsável para não fazer brincadeira irresponsável. Então, a responsabilidade é algo que se colocar para todos os momentos da sua vida, entende?”.

À honestidade, F.O.N adiciona respeito, generosidade, solidariedade e confiança. A lealdade, segundo o seu entendimento, é um valor que serve mais para as interações amorosas e muito pouco nos relacionamentos mais gerais em sociedade. O respeito é a base, segundo ele, para que as pessoas se relacionem, especialmente quando são diferentes ou têm ideias e posicionamentos distintos a respeito das coisas e do mundo. Enquanto isso, na sua leitura moral, generosidade e solidariedade são expressões de empatia. E aí, uma vez mais, ele reproduz um traço geracional transclassista dos jovens da atualidade: a recorrência à empatia como forma de minimizar os impactos dos atritos nas interações entre os diferentes ou mesmo aquelas relações que são quase forçosamente conflituosas. Por último, para ele, a confiança é a base para relações pessoais e coletivas saudáveis.

Consistente com uma percepção que poderíamos denominar de mais estética do que de conteúdo profundo em relação à gramática moral, F.O.N diz detestar o uso da ironia na interação entre as pessoas. Ele entende que é desrespeitoso com o outro quando, em uma conversação, você recorre constantemente à ironia. Assim, fica irritado com ironias mesmo nas interações mediadas digitalmente.

Essas sensibilidades e percepções de mundo se traduzem em um grande sofrimento pessoal para F.O.N. em relação ao momento político em que vive o Brasil pós-2018.

“É algo que me estressa muito ver tantas barbaridades. Eu não consigo dormir bem pensando nas coisas que acontecem. E, principalmente, porque é algo que está influenciando a população. Não sei se ‘influenciando’ é o termo certo, não é? Porque as pessoas votaram no Bolsonaro, e isso é muito triste, porque se sentem representados por ele. Então, eu acho que se complementam. É muito perigoso quando as pessoas são contrárias às evidências da ciência, como é o caso da vacinação. E ele foi contra a vacinação da Covid, não é?. Isso é algo surreal para mim. Eu tenho tido pesadelos, fico com insônia...”

Aqui, mais uma vez, deparamo-nos com um entrevistado que, segundo o senso comum douto brasileiro, faria parte “naturalmente” da base de apoio político ao bolsonarismo devido ao seu pertencimento religioso, mas que se manifesta, inclusive corporalmente com gestos de repulsa, à extrema-direita. Essa reação de F.O.N. corrobora a nossa proposição de que existe uma sensibilidade geracional, sobretudo presente na parcela mais jovem da atual geração de jovens brasileiros, que está em contraposição direta aos elementos discursivos constitutivos do setor político alavancado pela vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018. A agressividade, o culto à grosseria e a intolerância são formas

de manifestação da extrema-direita que provocam ojeriza e rejeição nessa parcela da população.

Os resultados do segundo das eleições presidenciais de 2018 no Brasil tiveram alguns elementos expressivos das afinidades e sensibilidades regionais e geracionais do eleitorado do país. O candidato derrotado, Fernando Haddad (PT), ganhou somente em uma região do país, o Nordeste, mas obteve aí cerca de 15 milhões de votos, mais que o dobro do que recebeu de votos o vitorioso candidato da extrema-direita (um pouco mais de 7 milhões). Além disso, conforme apontaram pesquisas realizadas antes e depois do dia da votação, o candidato do PT obteve mais votos femininos do que Bolsonaro e foi vencedor entre os jovens com idade de 16 a 24 anos de idade.

Feito esses registros mais gerais, retornemos a F.O.N. Para ele, nas eleições presidenciais de 2022, há possibilidades de reversão do caminho político seguido pelo país desde 2016. “Eu tenho essa esperança, sabe?”. E o que alimenta essa sua esperança é o entendimento de que “a população não aguenta mais tanto desacerto”.

5.4.4 QUANDO TUDO É TÃO INCERTO: AS DORES, OS AMORES E O DESEJO DE PARTIR

Aos dezessete anos de idade, ISM concluiu um curso técnico equivalente ao ensino médio no campus do IFPI de sua cidade e se dedica, no período noturno, a frequentar um cursinho preparatório para o ENEM. Reside com a mãe, o padrasto e a irmã mais nova, de pouco mais de 02 anos de idade. A mãe trabalha como operadora de caixa em uma loja e assume grande parte das tarefas domésticas. O padrasto, trabalhador do setor de informática do hospital local, também atua como motorista de aplicativo (UBER) quando está de folga. Essa situação obriga a nossa entrevistada a assumir parte das tarefas de cuidados da casa e da sua irmã. Não mantém contatos com o pai biológico e nem com os seus familiares paternos.

O seu ingresso como aluna do IF foi um acontecimento redefinidor de sua vida. Tinha 15 anos quando isso ocorreu, sua irmã havia nascido e a vida em casa não estava nada fácil para ela. Havia cobranças da mãe e do padrasto para que ela “atuasse como babá da irmã recém-nascida”. Como aluna do IF, ela poderia participar de atividades durante todo o dia na escola e realizar por lá as suas refeições. Além disso, foi aceita em um grupo

de teatro e em projetos escolares de atividades de extensão. Avalia que os professores da instituição foram “muito acolhedores” e a fizeram superar, em parte, das dores e traumas decorrentes das situações de *bullying* de que foi vítima nas escolas anteriores por ser “gordinha”.

O fato de ter sido maltratada pelos colegas de escola pela sua aparência física a marcou ISM muito fortemente. Ela se lembra de que gostava de desenhar e pintar bonecos e que esse seu diferencial era motivo para chacota e agressão por parte dos meninos e meninas: “quando eu pintava, eles ficavam rindo de mim, me chamavam de balofa...”. Essa situação de sofrimento se agravou quando se apaixonou por outra menina, também aluna, e esta era “muito malvada com ela” quando estavam em público, mas, quando se encontravam sós, era “muito fofa”. Esse acontecimento fê-la se tornar muito sensível em identificar pessoas e relações tóxicas.

Esse processo de identificação de toxidade em indivíduos ou em relacionamentos pessoais é transferido imediatamente por ISM para o universo das interações mediadas pelas redes sociais. Usuária do Instagram, do Twitter e do You Tube, ela afirma, entre risos, que “gosta de ver a vida dos outros”. Para compensar, diz que, dependendo do contexto, pesquisa fortemente sobre um assunto que esteja nos primeiros lugares nas pautas de discussões das redes sociais. Quando a entrevistamos, ela estava particularmente interessada sobre a situação das mulheres no Afeganistão. Havia lido textos sobre o grupo Taleban e sobre a história do país asiático. Por isso, avalia que, apesar de muitos problemas (com a perseguição e o molestar de indivíduos), as chamadas redes sociais contribuem para a aproximação das pessoas. Embora, na maioria das vezes, o que as pessoas procuram nessas redes sociais seja apenas “distração”, complementa.

“E, algumas vezes, essa distração não é boa porque, nas redes sociais, existem muitas pessoas tóxicas. Por exemplo, você posta alguma coisa para interagir. Tipo assim, eu coloquei ali no stories ou no feed algo para interagir e aí vêm algumas pessoas com comentários negativos, vem com uma interação negativa. Entendeu? Isso é uma pessoa tóxica. Porque ela está mostrando a sua opinião num momento em que ela não deveria fazer. Eu não perguntei a ela o que ela acha de mim. Eu só quero que ela puxe uma conversa, tipo: ‘oi, tudo bem?’”

Para a nossa entrevistada, esses aplicativos de redes sociais são importantes, mas levam a que as pessoas mostrem apenas o lado mais luminoso de suas existências.

Entrevistada: É aquele negócio que estavam postando recentemente: ‘e fora do storie, você está bem?’ Você mostra muito mais apenas a parte feliz da sua vida,

a parte boa, aquilo que você está vivendo e está gostando. A parte ruim, a parte mais escura da sua vida, você não mostra.

Entrevistadora: E mostram onde essa parte escura?

Entrevistada: Elas mostram assim... nas atitudes. Para com as outras pessoas, para com os familiares e para com elas mesmas. Elas não colocam na sua frente e jogam para fora e dizem: “gente, eu estou assim”. Não! Elas tratam mal alguém, elas tentam colocar para fora as suas coisas de alguma forma.

Nas interações fora da internet, ISM tem poucos amigos. “Uns cinco ou seis, talvez”. Esses amigos fazem parte mais do círculo de relacionamentos de sua namorada do que exatamente dela. Com esses amigos, ela vai a barzinhos, onde diz gostar de ir e tomar algumas bebidas alcoólicas. “Tudo de forma controlada”, afirma. A sua mãe se preocupa e já lhe questionou (Segundo ela lhe perguntou: “você sabe beber? Você sabe se controlar?”). Como ela respondeu que, sim, sabe se controlar e bebe apenas para interagir, a mãe aceitou.

ISM tem uma tia, que é também sua “madrinha de consagração” (foi responsável por levá-la para o batismo na Igreja Católica) que é, para ela, “uma segunda mãe”. Esta pessoa tão referencial na sua vida a decepcionou muito quando não aceitou bem quando ela se assumiu como lésbica. “Ela foi uma das piores pessoas. Mas, enfim...” (suspira). E a mãe, como reagiu? Ela mesma fez a pergunta e forneceu a resposta:

“Ela disse assim pra mim e para o meu padrasto que ‘não ia me jogar fora e não iria me jogar no lixo porque sou a filha dela’. Porque o meu padrasto queria que eu fosse num psicólogo, queria que eu mudasse de qualquer forma porque não aceita isso de jeito nenhum. E minha mãe falou: ‘o que a gente tem que fazer é aceitar, porque não vou jogar minha filha no lixo...’”.

Não é uma elaboração fortuita essa de relacionar a sexualidade de um filho com a possibilidade de jogá-lo “no lixo”. Há um esquema de percepção das coisas, de classificação do mundo, fincado no mundo da tradição e da negação da diversidade, no qual alguns exercícios da sexualidade são passíveis de severas punições sociais e familiares. O que estabelece um freio a essa homofobia socialmente enraizada é, paradoxalmente, uma força da tradição (o laço familiar e, mais concretamente, a relação materna). “Não vou jogar filha minha no lixo” pode ser apreendido também como um ato de resistência e de tomar a legitimidade do laço familiar como forma de garantir a inclusão de um ser amado no universo dos possíveis.

A vida escolar no IF foi fundamental para que ISM, ainda sobrecarregada com as dores do sofrimento que o bullying lhe causara durante toda a infância, pudesse se sentir

acolhida e descobrir que os seus desejos e vontades também eram partilhados por outras pessoas.

“Eu me descobri quando eu era novinha, entendeu? Não foi a primeira pessoa que eu beijei, mas foi uma das. Só que eu ignorei esse meu lado, entendeu? Mas quando eu entrei no IF, eu conheci meninas que beijavam outras meninas, meninos que beijavam outros meninos e pessoas que beijam os dois. Aí que comecei a conversar com essas pessoas e contar a minha história... Enfim, me identifiquei e resolvi querer novamente. Aí eu conheci a minha atual namorada que era da mesma escola também...”.

A namorada de ISM, dois anos mais velha do que ela, já está cursando um curso de graduação em um campus de uma universidade pública na cidade. É o primeiro relacionamento sério de nossa entrevistada. Durante quase dois anos, elas apareceram para a sua família apenas como amigas. Mas os seus familiares não gostavam dessa “amizade” e, dado que a namorada tinha trejeitos masculinos, faziam comentários depreciativos a respeito dela e chamavam de “sapatona”. ISM sofria com a situação e também por não ser “verdadeira” com a sua família.

“Eu sempre disse para eles que ela era minha amiga. Não queriam a nossa amizade. Passou um ano e dez meses e aí minha mãe, depois de muitas vezes que ela já tinha me perguntado, ela perguntou novamente: ‘I., tu e Y., o que é isso?’ Aí eu peguei... Como eu não aguentava mais mentir, eu contei. Só que só piorou. Porque antes eu podia ver ela, agora eu não posso. Eu comecei a mentir três vezes mais do que eu já mentia para conseguir vê-la pelo menos uma vez no mês.”

Embora possa sair com amigos para beber e se divertir, de vez em quando, ISM tem dificuldades de encontrar a namorada. Procura fazer alguns “bicos”, ministrando aulas particulares ou digitando trabalhos escolares para adquirir algum dinheiro para as suas “saídas”. Quando não está realizando essas atividades esporádicas ou cuidando da casa e da irmã, ISM estuda com afinco para conseguir alcançar uma boa nota no ENEM e poder ingressar na UNIVASF, em Petrolina, cidade situada a 329 km de onde reside. Lá, ela acredita, será mais fácil estabelecer uma vida ao lado da namorada, pois, esta poderia transferir o seu curso de graduação para essa universidade. A namorada conta com suporte familiar na cidade pernambucana e a sua condição de lésbica é aceita por esses parentes. Tudo isso a faria, ela imagina, “respirar melhor”.

Bem falante, articulada, bem vestida e bonita, ISM diz que tem “problemas com o corpo” e tem pavor quando alguém quer tirar uma fotografia sua. E isso impacta as suas interações mediadas digitalmente: “Não consigo tirar foto minha, sabe? Eu tenho medo de

não sair do jeito que eu quero e a pessoa esteja vendo aquilo pelo celular. Aí eu mesmo tenho que eu mesma tirar no meu ângulo, nas minhas poses”.

No que diz respeito ao ambiente político nacional, ISM espera que o país supere, nos próximos tempos, a limitação das opções a Lula e a Bolsonaro. O último, segundo ela, “nem merece comentários”, pois, “é agredir a inteligência querer entender o bolsonarismo”. Já Lula, que ela acha que, talvez, seja o passo necessário para sair do “atraso”, não representa um futuro, mas o passado. Mas é um passado que é melhor do que o presente em que vive o Brasil. Espera que nas eleições de 2022 surja uma alternativa melhor e “mais focada no futuro”, mas, caso isso não ocorra, Lula será a única saída, o que também não a entusiasma.

No momento, o que merece sua preocupação e disposição para atuar no espaço público é a causa da defesa dos animais. Participa de uma ONG que acolhe e protege animais domésticos abandonados e alvos de maus-tratos. A entidade também realiza campanhas de conscientização (“aqui, o povo ainda bate e chuta gatos e cachorros nas ruas”). Eis o relato do que a motivou a se engajar nessa causa:

“Começou com o meu primeiro gatinho, porque eu sempre fui muito apegada a ele, né? Só que ele morreu. Daí eu sempre via as pessoas chutando os bichinhos das casas. Já vi muitas vezes chutando os cachorros da rua. Antigamente eu ficava calada, hoje em dia eu grito. Enfim, foi vendo esses maus tratos e essas coisas que eu comecei a me interessar aos poucos. Eu tenho três gatos em casa e um que mora na casa da minha avó.”

Esse engajamento também molda as suas expectativas em relação à sua futura formação universitária. Assim, ISM sonha em realizar um curso de graduação em medicina veterinária.

“Porque eu gosto muito dos bichinhos. Toda hora eu estou postando nas minhas redes sociais alguma coisa sobre o assunto. E principalmente porque, toda hora está tendo muitos casos de maus tratos, assassinato, de envenenamento. Eu me sinto muito incapaz quando vejo algum bichinho necessitando porque eu não sei com ajudar, qual remédio dá. Eu quero muito estudar isso e ter minha própria clínica.”

O seu futuro imaginado é um que resulte de “estudar muito e trabalhar muito”. Dessa forma, ela espera conquistar a sua “liberdade”. Essa liberdade, ela traduz como “estar bem comigo mesma e viver a vida de forma intensa”, algo que, nas circunstâncias atuais, lhe está vedado. Por isso, ir embora, sair de sua cidade é algo que ela considera fundamental. Como outros entrevistados moradores de Picos (PI), ela não consegue vislumbrar um futuro permanecendo aí.

Mas esses projetos de futuro, talvez alicerçados mais em sensibilidades e em projeções idealizadas, são constituídos pela incerteza. A sua namorada, por exemplo, alguém que ela conta fortemente para alimentar o seu projeto de estudar em Petrolina e ir embora da cidade, é “muito apegada à mãe” e “vacila um pouco” em se “jogar” na sua proposta. Ela gostaria de mais certeza.

“Eu lido de uma forma muito ansiosa com tudo. Porque eu gosto de ter certeza, de ter controle sobre as coisas e quando eu não tenho... Tipo, quando eu vou mentir para poder fazer alguma coisa com a minha namorada... É muito ruim. Porque eu não sei se vai dar certo e é tipo “vamos supor”, entendeu? E eu odeio suposição. Porque (gaguejando) eu não lido bem com a incerteza. É o que acontece todos os dias da minha vida, hoje: a incerteza de saber se vai dá certo ou não.

5.5 A DIVERSIDADE E A SEXUALIDADE EM UM MUNDO PLURAL: SOFRIMENTOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

Neste capítulo, apresentamos retratos e fragmentos de retratos sociológicos cujas narrativas nos levam a questionar os limites e as potencialidades da vida em uma sociedade onde lógicas sociais distintas e contraditórias servem de plataforma para a construção de identidades e narrativas biográficas dos indivíduos. Para os jovens da geração atual, essa pluralidade do social, já percebida e sentida por outras gerações em momentos distintos da modernidade (como aquele que correspondeu a imigração de jovens das áreas rurais e interioranas para as emergentes grandes cidades europeias no século XIX), provoca sensações de abertura e de possibilidades, mas também de atordoamento. Em uma sociedade na qual a estrutura familiar se sobrepõe à esfera pública, impondo regras, normas e comportamentos, essa nova configuração carrega também dores e sofrimentos que testam os indivíduos jovens os levando, em alguns casos, a vivenciar situações limites. Os projetos deslocados da realidade concreta, espécies de fantasias de crianças grandes, ganham terreno na elaboração dos jovens em relação às suas vidas futuras. Da mesma forma, emergem as narrativas que corroboram as imagens de indivíduos isolados e solitários que enfrentam, na planície descampada, as forças tenebrosas das tempestades.

5.5.1. O JOVEM TRANS E A BUSCA DE SENTIDO

A.G. tem 24 anos de idade e há dois anos vive o processo de transição para o sexo masculino. A sua autoidentificação como “homem trans”, feita no início da nossa

conversa, não é um ponto de chegada de uma trajetória tranquila. Para esse filho de trabalhadores rurais, morador de um assentamento rural situado nas margens de uma das rodovias que corta o Vale do São Francisco, os caminhos que o trouxeram para a condição presente foram plenos de desafios e de traumas cujas sequelas parecem difíceis de serem superadas em um futuro imediato. Dentre esses desafios, estão os relacionados àqueles enfrentados pelo seu próprio em processar os dezessete medicamentos que toma diariamente para seguir adiante na trilha que, ele acredita, levará a ser quem deseja ser e a organizar a sua vida. Depois, virão as “outras coisas”. Dentre estas, um relacionamento “ideal”, alicerçado no respeito e na confiança.

No momento em que nos encontramos, A.G. estava acompanhando de forma remota as atividades de um curso técnico, que também corresponde ao ensino médio, na instituição pública federal na qual residiu por um tempo e na qual encontrou apoio, material e, sobretudo, psicológico para fazer face ao seu doloroso processo de busca de sentido para si no mundo. Ele reclama das aulas pela internet, mas, ao ponderar um pouco, diz que também reclamava das aulas presenciais, pois, o contato com muita gente também o incomoda. Ele se justifica dizendo que sofre de transtorno de bipolaridade, um diagnóstico médico no qual se ancora para justificar as suas bruscas mudanças de comportamento nas interações com as pessoas. Assim, com as aulas ocorrendo apenas no espaço virtual, devido à suspensão das atividades em razão da pandemia do Covid-19, ele fica o dia todo em casa, realizando as tarefas domésticas enquanto a mãe e o padrasto desenvolvem as suas atividades laborais relacionadas à agricultura. Ambos trabalham em roças e comercializam os produtos cultivados no assentamento. A mãe ainda trabalha na associação dos produtores locais, organizando o registro das atividades dos associados e realizando a entrega de frutas e produtos caseiros nas escolas das redondezas. Finda as atividades domésticas, ele se refugia no quarto, assim como tantos outros de sua geração. Entretanto, não fica a navegar ou interagir nas redes sociais. Para ele, estas criam um mundo de mentira, onde as “pessoas buscam aparentar o que não são”. Por isso, prefere ouvir músicas (rock, pop e MPB) pelo computador ou pelo telemóvel.

Quando A.G. tinha a idade de nove anos e era uma menina foi abusado sexualmente pelo seu padrasto de então. Como só ocorrer em situações de violência sexual intrafamiliar, a vítima tende a se fechar e se autocondenar. Há, além disso, o fato de que o perpetrador do estupro ameaça não apenas ela, a vítima, mas também as suas referências

em termos de carinho e acolhimento. Esse padrasto violador impunha que ele (na altura, ela) silenciasse sobre a violência sofrida com a ameaça de que, caso comentasse, mataria a sua mãe.

“O meu relacionamento com a minha família era o pior possível, o pior que podia existir na família. Como eu tinha passado por tudo isso, acabei criando uma barreira de defesa. Com isso, o meu jeito de ser era ignorante com todo mundo. Era muito ignorante, e acabei criando isso como uma defesa mesmo”.

Tendo incorporado a “ignorância” (isto é, o destrato com as pessoas da família), essa “característica” passou a ser expressa também no ambiente escolar. Estudou em escolas públicas e, afora uma professora que lhe foi sempre o acolheu bem e procurou entender o seu “lado”, A. G. enfrentou conflitos e situações desgastantes que se traduziam em dificuldades de aprendizagem. Em uma delas, por exemplo, chegou a enfrentar um professor que expôs nas redes, para lhe ridicularizar, uma prova que não conseguiu responder nada. A situação vexatória e humilhante que vivenciou motivou a uma ONG local, ligada à defesa dos direitos humanos, a se posicionar do seu lado e custear um advogado para processar judicialmente o docente. Embora a sua família, por pressão da escola, tenha desistido do processo, a advogada manteve a causa e, na última vez que ele soube, o professor havia perdido e teria que pagar uma indenização ao Estado.

Até os dezessete anos, mesmo se sentindo como uma pessoa do sexo masculino em um corpo feminino, A. G. procurou corresponder como menina aos papéis associados ao gênero feminino. Namorou por mais de cinco anos um menino da mesma localidade em que reside, embora gostasse mesmo de desenvolver atividades com os meninos, como jogar futebol. O namorado tecia críticas ao seu comportamento e, chegando nessa idade, decidiu terminar esse relacionar. À essa altura, após ingressar em na instituição pública federal de ensino técnico ao qual ainda está ligado, ele diz que chegou “no limite”. Suas crises emocionais se tornaram fortes e começou, por sugestão do setor pedagógico, a ter acompanhamento psicológico. Perseguiu-o, então, a ideia de se suicidar.

Por um tempo, mais ou menos nove meses, ele namorou uma menina, mas, como tinha a projeção do suicídio, decidiu terminar o relacionamento pensando em poupá-la de ser acusada de ter qualquer responsabilidade sobre a violência que iria cometer contra si. Mesmo com acompanhamento psicológico e sendo medicado, o seu quadro emocional se agravava continuamente. Nessa situação, a instituição de ensino o encaminhou de volta para casa, contra a sua vontade. Ele resistiu bastante, mas não conseguiu demover a

direção dessa decisão. Em casa, comete uma tentativa de suicídio, que ele denomina de “a primeira vez”. Foi socorrido e hospitalizado. De volta para casa, recebeu a visita de membros da instituição escolar. Diante do seu quadro de autoabandono, pois deixara de se alimentar, convenceram-no a voltar para a escola. Voltou, mas, logo após o reingresso, tomou todos os comprimidos receitados para um mês e novamente foi levado para um hospital. Após receber alta no hospital, foi para a instituição de ensino, mas a encaminharam, contra a sua vontade, para a casa da mãe. Após um dia em casa, ele tenta novamente se suicidar. Desta última feita, ele se dirige para uma área arborizada vizinha à vila do assentamento e tenta se enforcar. Foi encontrado, já quase sem vida, e novamente levado para um hospital, onde permaneceu em coma por mais de uma semana.

Após esse acontecimento dramático, A.G. revelou para a mãe a violência sexual de que foi vítima na infância. A partir desse momento, a sua mãe passa a aceitar a decisão em realizar a transição para a mudança de sexo. Esse processo se iniciou em 2017/2018 e somente em 2020 ele conseguiu retornar aos estudos, mas, dada a pandemia da Covid-19, o recomeço ocorreu de forma não presencial, algo que ele avalia como negativo. No início, dado o seu histórico de relacionamentos com a instituição, pensava que não fosse conseguir: “eu achava que nunca mais ia conseguir estudar, mas agora, apesar de tudo, eu estou conseguindo”.

Antes, quando ainda estava hospitalizado, enfrentando as sequelas da tentativa de suicídio, uma ex-namorada passou a visitá-lo diariamente. Ele diz que gostou muito disso e que tem boas lembranças dela e que ela o aceitou bem, mas que, descobriu, não tinha (e pensa que ainda não tem) condições de estabelecer uma relação amorosa com ninguém. Há quase quatro anos, ele ingere cerca de dezessete medicamentos diariamente, como parte do processo da transição de sexo. As consequências físicas e emocionais são consideráveis e o objetivo maior, no momento, é garantir condições de saúde sustentáveis para levar adiante esse tratamento.

Ser um homem trans em uma comunidade rural exige habilidades sociais e um esforço redobrado de paciência e tolerância para com os outros que, não raras vezes, A.G. não consegue ter. E nem quer, emenda ele.

“Ser trans é se alguém que as pessoas não respeitam e nem fazem a mínima questão de respeitar. Por ter mais pessoas de idade aqui na comunidade, elas acham que não existem pessoas trans. São poucas as que respeitam. Então, por muito tempo eu me desgastei tentando ser aceito... Ah, me chamavam de ‘ela’ e

eu respondia: ‘é ele’; chamavam pelo meu nome antigo e eu: ‘ah, é A.’... Eu tentei, mas chegou um tempo que lavei minhas mãos. Eu me afastei de pessoas que quiseram se afastar. Permaneceu comigo quem precisava permanecer, e, hoje em dia, depois de tudo que eu passei, se tem uma coisa que eu priorizo é minha saúde mental. Hoje eu vivo normal, porque eu passei a ignorar... (suspira forte)”.

A.G. entende que a transição e a sua redefinição em relação ao sexo impacta dimensões as mais diversas da sua existência e afirma que não pode negar o que isso significa para as pessoas com as quais interage.

“Eu sei que a transição não acontece só para mim; ela acontece para todos. Só que existe aquela coisa de a pessoa falar: ‘não, eu não consigo, mas eu vou tentar’, ou então, ‘eu lhe chamei de tal nome, mas foi sem querer, eu sei que o nome é esse’... E existe aquela: ‘ah, você sempre vai ser uma mulher para mim, você nunca vai mudar’. Então, eu filtro as pessoas que estão tentando e uma hora ou outra erram ou então falam: ‘eu não consigo, mas vou tentar’. Essas são diferentes das que nem tentam. Então, se eu sou sempre mulher para essa pessoa e a mulher não está mais aqui em mim, então, eu não vou ter mais convívio com essa pessoa...”.

Diante dessa situação, tentou morar um tempo fora da comunidade. Entrou em contato com o pai biológico e solicitou-lhe que o recebesse em casa por uns dias, mas não obteve respostas. Ele sentia que precisava sair da comunidade e encontrar forças para continuar o seu processo de transição. Em meio à pandemia, além das cobranças da mãe a respeito de trabalho (“com piadinhas”), ele enfrentou um grande trauma com o suicídio de uma amiga, moradora da vila, com quem tinha uma amizade forte e muita cumplicidade. Conseguiu recursos para custear a sua passagem para Salvador. Morou um mês na capital baiana, em uma casa de acolhimento de pessoas LGBT. Lá, ele teve apoio psicológico. Após o retorno, as cobranças da mãe e de membros da própria comunidade para que ele consiga um trabalho remunerado o têm atormentado muito.

E ele coloca como meta se “reorganizar” e conseguir “autonomia financeira”. Para conseguir isso, ele imagina, o que lhe resta é estudar. Embora demonstre um raciocínio arguto e saiba argumentar bem, ele diz que “não me enxergo” na área de humanas. Diz que adora cálculos e queria realizar um curso de graduação na área de exatas. Além dessa cobrança, o que mais lhe angustiava no momento da nossa conversa era não ter condições financeiras de continuar com a terapia semanal que vinha realizando com uma analista que reputa como excepcional. O fato de ter que recorrer à psiquiatria em momentos de maior crise é, para ele, um retrocesso, pois, entende, poderia “caminhar bem” com a análise.

Ao avaliar os seus colegas e amigos, A.G. afirma que os jovens de hoje constituem uma “geração frágil” e “muito sensível”. Já os membros da geração anterior, embora

tivesse menos liberdade do que a de agora, devido aos controles mais rígidos que tiveram que suportar, eram mais “resistentes”. Em relação à vida política mais geral, ele afirma “sentir vergonha pelo Brasil”. Mas, ao mesmo tempo, diz que não tem disposição para se envolver com nenhuma militância política. Nas últimas eleições, participou da campanha de uma líder comunitária da sua vila que almejava uma vaga na Câmara Municipal de Petrolina. Afora isso, participou de algumas atividades e manifestações do movimento LGBTQIA+ do Vale do São Francisco, mas se decepcionou pelo fato de muitos membro

“irem para as ruas para beber e usar drogas”. Para ele, esse comportamento compromete a pauta do movimento e faz com que a sociedade retire apoios.

5.5.2 O SUJEITO DA REFLEXIVIDADE E OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

Aos dezessete anos de idade, morador de Juazeiro (BA), FF. é filho de uma professora universitária. Aos onze anos, quando a mãe mudou de Juazeiro para Salvador com o objetivo de realizar o seu curso de mestrado, ele a acompanhou. A essa altura, ele já não convivia mais com o pai, a quem encontrava esporadicamente. Este já se encontrava em um novo casamento e já tinha filhos de relacionamentos anteriores. Em Salvador, sua mãe se casou com um homem que já tinha filhos, bem mais velhos do que ele, mas com quem ele afirma ter construído boas interações. “A gente construiu uma relação de irmandade mesmo”. A essa altura, foram morar em um condomínio, no qual, segundo ele, conseguiu se enturmar com algumas crianças da sua idade. “E aí eu consegui me adaptar muito bem àquele condomínio, têm amigos que eu converso até hoje...”. Mas, após algum tempo, a sua mãe se separou desse esposo, retornou para Juazeiro para um período e, após alguns, retornou para a capital da Bahia para realizar o seu doutoramento. Nessas mudanças de cidade, ele morou em diversas residências, frequentou diversas escolas e foi membro dos arranjos familiares também diferentes, resultantes dos casamentos da sua mãe.

“E isso é uma coisa que me marcou por um lado negativamente. Mudança não é um processo fácil para mim... Pensando melhor, acho que para ninguém. Mudança em excesso, você fica instável. Você não tem estabilidade: nem de moradia, nem de colégio, nem de amigos...”

FF. é loquaz e muito atento aos temas subjacentes às nossas intervenções na conversa. Trata-se de alguém com uma bagagem cultural acima da média daqueles de sua idade. Parece encarnar o tipo ideal produzido pela modernidade reflexiva, segundo a

análise desenvolvida por Giddens (1991). Nas elaborações sobre os acontecimentos da infância ou nas observações sobre fatos da sua vida cotidiana atual, em relação às mais variadas dimensões da vida, ele desenrola análises racionais, procurando se situar, na maioria das vezes, como sujeito ativo. Esse exercício reflexivo transforma os eventos dos quais foi partícipe (ou levado a participar sem a sua vontade ativa) em “situações dilemáticas”, para usarmos aqui um termo cunhado por PAIS (2007) em ensaio direcionado exatamente a abordar as potencialidades e limitações do construto giddensiano da “reflexividade social”. É o que transparece, por exemplo, na relação que ele estabelece entre estabelecimento escolar e perfil social do corpo discente:

“Eu, por uma experiência certa de ter estudado em sete colégios diferentes, percebi que quanto mais elevado o padrão aquisitivo do alunado daquele colégio, menos eu me encaixava. Isso não ocorria devido aos professores, mas pelos alunos em minha volta... Quanto mais alto o padrão aquisitivo, mais baixo eles me tratavam...”

Essa postura reflexiva o leva a analisar a sua própria posição social com um olhar distanciado:

“Eu nasci financeiramente bem favorecido, sim. Então, desde que eu nasci sempre tinha uma pessoa limpando e cuidando da casa. Então, eu vivo sim de certa forma em uma casa grande, vivo sim... Era uma ajuda muito grande até porque em Salvador, a gente não teve isso e aí tive que ajudar a minha mãe, lavando tudo, tinha que lavar... Então, dá trabalho, é cansativo...”

Com o retorno a Juazeiro e a residência na casa grande, que é herança familiar, novamente a sua família conta com uma trabalhadora doméstica para a realização das tarefas da casa. FF. contribui assumindo a responsabilidade dos cuidados com os cachorros. Ele sente muito prazer com essa atividade. E até consente que o cachorro entre em seu quarto e durma em sua cama.

Ele estende a reflexividade para a dimensão alimentar. Avalia que necessita “cortar” de vez o consumo de carne vermelha, e, embora apoie e reforce o “veganismo” (tem duas amigas veganas), não se imagina deixando de comer mariscos e peixes. Ele afirma que as suas amigas conseguem seguir a dieta vegana, mesmo residindo em uma região (o Vale do São Francisco) na qual existe um “verdadeiro culto” ao consumo da carne de ovinos e caprinos.

Os diversos arranjos familiares de que foi partícipe o levaram a conviver com irmãos postíços mais velhos, com os quais estabeleceu relações duráveis e que

ultrapassaram o término das relações entre os pais. Destes relacionamentos, o que mais o impactou foi com um irmão por parte de pai, com idade de 19 anos, com quem afirma ter construído uma “amizade verdadeira”. Esse irmão já tentou se suicidar e F. o viu no hospital, “quando estava entubado”, e isso o fez sofrer muito. Hoje, passada a situação mais grave, tenta ser uma referência de apoio para esse irmão, que “é frágil”, embora “tenha tido garra” para iniciar um curso de engenharia civil em uma universidade local.

Em alguns momentos de nossa conversa, FF. deixa transparecer o mundo de imaginação mais tipicamente adolescente, mais carregado de fantasias de realização de feitos grandiosos. Ao confessar que “é muito preso à internet”, por exemplo, ele afirma que um dos seus objetivos é o de abrir uma empresa “para bater de frente com a Samsung e com a Apple”. Por isso, estuda computador “por lazer”, mas com esse “foco”. Em relação ao uso que faz da internet, ele faz questão de enfatizar uma demarcação geracional:

“Uma das coisas que eu acho diferente do universo de jovens em relação aos mais velhos está no uso do Instagram. Acho que... Passei muito tempo tentando entender a utilidade do Instagram porque, tipo assim: se você tem um negócio, o Instagram vai lhe ajudar, mas se você não tem para isso, você fica no Instagram para saber da vida alheia, para acompanhar fofoca, saber da vida dos outros. E eu não tenho interesse nisso.

Entrevistadora: E qual é o seu interesse?

Entrevistado: No universo das redes sociais, conversar com os meus amigos, estudar, ver filmes, jogar...

Entrevistadora: Os filmes, você consegue assisti-los como?

Entrevistado: Eu tenho Netflix, assisto a maioria pela Netflix e sempre tento usar um streaming pago porque alguém gastou dinheiro investindo naquilo e não gosto de piratear. Mas, quando não tenho outra opção, sempre consigo encontrar pirateado.”

O uso das redes sociais tem, para ele, um sentido prático: ajuda-o a manter relacionamentos de amizade. E, mais importante, garante a continuidade do seu namoro de três anos com uma menina que reside em Salvador.

Em outras dimensões da sua existência, essa afirmação de si e de construção de seu processo de individuação fica patente, como é o caso da sua apreciação a respeito das distinções nas formas de comportamento nos espaços de interação entre ele e sua mãe:

“Minha mãe, por exemplo, na estética, é uma pessoa muito mais presa à estética do que eu. Eu sou uma pessoa que vive mais largado, acho que não tenho que me prender à opinião dos outros sobre como eu estou. Minha mãe ainda tem um pensamento mais preso nisso. Por exemplo, teve o aniversário da minha irmã mais nova, que nasceu por agora, aniversário de um ano dela, e aí, minha tia, mãe da minha irmã, pediu para todo mundo ir arrumado para tirar foto. Aí meu

pai falou: 'é só para você ir mais social, não ir tão largado'. Eu botei um tênis, uma bermuda jeans e uma camisa. Eu achei que estava não tão largado, como me pediu para ir. Me senti ok. Não achei algo extremamente social, e fui feliz. E as pessoas que eu encontrei lá na festa estavam vestidas extremamente sociais. Isso não me doeu em nada; eu nem reparei nisso. Reparei inclusive depois que voltei para casa e minha mãe reclamou comigo. Mas, tipo, se eu estava feliz como eu estava..."

O pai, com quem parecia estar buscando um maior entrosamento quando de nossa entrevista, segundo ele, também é um pouco "mais largado" (ou seja, menos seguidor das regras de etiqueta e das convenções do universo social da classe média). E essa disposição social, que alimenta o impulso à autonomia, leva-o a imaginar uma vida futura na qual seja o empregador de si mesmo. Nesse sentido, temos um desejo que é geracional (da geração de jovens de agora) e que é transversal às classes sociais. Por um lado, expressão da busca pela autorrealização, e, de outro, a incorporação do ideário do empreendedorismo como alternativa de inserção no mundo do trabalho. E, no seu caso, trata-se de abrir uma empresa.

Para alcançar esse objetivo (de criar a empresa), ele imagina que necessita se aperfeiçoar no domínio da língua inglesa (estudou alguns anos no Instituto Cultura Inglesa, mas, afirma, não ter aprendido muito) e do chinês.

"Para abrir uma empresa, eu vou ter que abrir na BBK, que é um aglomerado de empresas chinesas. Então, vou ter que ir para a China, e essa questão, para a minha namorada fica complicada, até comigo mesmo, se eu estou preparado para fazer uma mudança tão grande, tão extrema..."

Esse seu sonho, que é o de "fazer a China", é um diferencial geracional. Milhares de jovens ao redor do mundo o partilham e fantasiam um sucesso empresarial rápido em cidades como Xangai ou Shenzhen. Mas, e aí também nos defrontamos com um traço que atravessa gerações, ao menos desde a emergência da modernidade, é aquele da afirmação da autonomia individual e da manutenção de compromissos com instituições como a família, a comunidade, o casamento e a amizade. De certa forma, no início da terceira década do século XXI, a geração atual de jovens ainda está a tornar legítima a proposição seminal de Georg Simmel: "Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade." (SIMMEL, 2005a, p. 577).

Essa postura de afirmação da autonomia reverbera em todas as dimensões da vida de FF. Na vida escolar, por exemplo, ele tende a ser um estudante que relativiza a contribuição do ensino e da atividade docente.

“Eu falei para a minha mãe me colocar no colégio público porque ela estava jogando dinheiro fora pagando colégios caros para mim. Eu acho que, dado a pandemia e que o ano está perdido no colégio, é mais produtivo você ter um computador e acesso a internet. Penso que é mais pegar e tomar o caminho dos estudos por conta própria. Como ou sem o acompanhamento do colégio porque se o aluno está no acompanhamento, até se esforçando para pegar o caminho do colégio e você passa um mês mal, um mês impossibilitado de estar estudando, um mês um pouco perdido - aconteceu alguma coisa na sua vida social - e você ficou abalado, no mês seguinte você vai estar perdido. Isso porque o colégio não vai te esperar. E não deve esperar. Eu entendo o colégio. Não estou culpando o colégio por isso. Mas, no momento em que você se sentir perdido no colégio, aí quebrou, porque você não sabe por onde começar. Você vai querer começar a partir daquele ponto e aquele ponto precisa do que você já perdeu, entende? Você quer recuperar o que perdeu, mas o colégio não vai esperar, você se perde, precisa fazer prova... Você se perde. E aí, hoje... Ano passado, com a pandemia, eu vi que você para passar numa prova basta jogar ctrl+c e ctrl+v no Google e colar a prova toda, tirar um dez... E aí podia estudar por fora. E eu ia estar fazendo a minha parte”.

Também no que poderíamos denominar de “estilo de vida”, FF. demonstra, através da busca pela singularidade (e, como é comum em adolescentes e jovens de todas as gerações, também de chocar os mais velhos), uma expressão da pluralidade de formas possíveis de existir na vida social. E isso desconcerta os membros da geração anterior que ainda carregam percepções excludentes do que sejam os elementos constitutivos dos papéis de gênero.

“Eu sempre tive um estilo muito alternativo. Inclusive, vou pedir a minha mãe para voltar a pintar minhas unhas. Sempre andei com minhas unhas pintadas, sempre tive cabelos grandes e sempre usei brincos. E já fui muito olhado torto na rua, em certos ambientes”.

Pode-se apontar que esse tipo de elaboração está relacionado a uma percepção mais global da vida em sociedade e das possibilidades do indivíduo no mundo atual. É o que se pode depreender da elaboração de FF. a respeito do que esperar da vida futura:

“Eu acho que a vida... Bem, você dá significado para sua... Você dá significado para ela. Eu acho que para uma pessoa ter uma boa vida, ela vai ter que ter uma compreensão disso e fazer o que ela puder para correr atrás dos objetivos dela. Então, a pessoa ir buscar ferramentas para concluir os seus objetivos de vida, com estrutura psicológica para isso...”.

Trata-se de uma forma de elaborar projetos de futuro que não é exclusiva dos jovens brasileiros desta geração: a ancoragem no individualismo. Estanque (2017, p. 446), em texto já referido neste trabalho, apreendeu a contradição essa idealização do indivíduo e

os estreitos limites passíveis de serem mobilizados para a construção de “espaços de autonomia e iniciativas empreendedoras no plano individual.”

5.5.3 SEXUALIDADE E GÊNERO: UMA NOVA MORAL SEXUAL EM EMERGÊNCIA?

Nas nossas entrevistas, encontramos sujeitos que se casaram cedo, como é o caso de M., o jovem estudante e trabalhador, filho de trabalhadores rurais, apresentado no capítulo 1. Um casamento assim, outrora comum nas áreas rurais, especialmente no mundo social circundante ao município de Picos (PI), onde os pais do rapaz vivem, não é mais tão comum. Os sinais de uma moral sexual na qual os rapazes estão liberados para vivenciar experiências desde cedo se expressam nas conversas cotidianas e nos repertórios culturais disponíveis. No que toca às moças, há avanços e permanências. De um lado, existe a idealização das “novinhas” nas letras das músicas de consumo popular, por outro, existe a preocupação com as consequências, para as famílias das moças e para elas próprias dos custos emocionais e financeiros de uma vida sexual ativa antes do casamento. Em especial, existe a preocupação com a gravidez e com o fato, tão comum, de que a responsabilidade sobre a criação dos filhos, que porventura surjam de relacionamentos fortuitos, recaiam quase sempre sobre as moças ou sobre estas e suas famílias.

Essa dupla moral, cujos desdobramentos implicam em uma vida amorosa mais superficial por parte dos rapazes e em um peso maior das consequências sobre as moças é a reprodução do velho em novos contextos. Embora, como já apontamos em outras partes deste trabalho, a dominação masculina possa ser colocada em questionamento no seio dos jovens da geração atual, isso não significa que os modelos culturais que orientam as relações tenham sido substantivamente alterados. As moças ainda estão sujeitas a monitoramentos de sua vida amorosa, pela família ou pelo entorno social, coisa que não existe em relação aos rapazes. Mas, paradoxalmente, onde se enxerga comumente permanência, também existe mudança, como é o caso das relações que sustentam o casamento como instituição.

Exemplar a esse respeito é a elaboração discursiva da estudante de direito que estava para se casar (A.R., de 22 anos, retradada no capítulo 1, mais acima) quando da nossa entrevista. Ao mesmo tempo em que idealizava o momento do enlace e percebia a cerimônia do casamento como um momento distintivo em sua vida, não deixava de

expressar uma apreensão que fugia à tradição no que diz respeito à vida de casada. Assim, o casamento é idealizado como uma espécie de “parceria”.

“Acho que (o casamento) vai ser um reforço do que já é hoje, né? J. é meu melhor amigo. Ele é uma pessoa muito confiável. Ele é uma pessoa que me apoia muito e que acredita muito em mim. E acho que... é... no meu casamento ele vai continuar sendo isso e vai ser uma... assim, vai ser um crescimento assim, a gente vai crescer junto. Como já vem crescendo assim. A gente se apoia bastante”.

Essa idealização do casamento futuro, sem dúvida, contém mais de desejos esperançosos do que de apreensões alicerçadas na realidade, mas esse não é um elemento mais importante a ser destacado na sua fala. O significativo é o fato de que a estudante toma como fundamento justificador do casamento o relacionamento em si mesmo. Embora ela e o noivo sejam evangélicos e tenham se aproximado a partir das atividades desenvolvidas na igreja, ela não busca justificativas oriundas de outras dimensões e/ou instituições para justificar a união dos dois. Uma ideia fundamental desse discurso é o do “crescimento”. É um crescimento “junto”, o que rompe com a hierarquia tradicional dos papéis de gênero no casamento. Nesse sentido, a sua noção de casamento fornece referente empírico para a proposição de Anthony Giddens sobre “relacionamento puro”¹¹³, um construto de clara inspiração weberiana, que pode ser tomado como medida das transformações da intimidade.

A elaboração desse ideal de relacionamento íntimo atravessa as identidades sexuais e de gênero. Assim, ISM, de 17 anos, a estudante retratada no capítulo 4 desta parte do trabalho, que se autodefine como lésbica, e que se diz “quase casada”, afirma que existe um pacto na sua união: “se, em algum momento, uma for tóxica com a outra ou tiver uma atitude rui que magoe a outra, a gente vai e conversa”. Para ela, uma relação ideal necessariamente engloba a gentileza e o acolhimento. “Tem que ser muito gentil. Eu admiro demais a forma como a pessoa trata as outras pessoas e trata os animais...”. A

¹¹³ Um relacionamento puro nada tem a ver com pureza sexual, sendo um conceito mais restritivo que descritivo. Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem. Para a maior parte da população sexualmente ‘normal’, o amor costumava ser vinculado à sexualidade pelo casamento, mas agora os dois estão cada vez mais vinculados através do relacionamento puro. O casamento – para muitos, mas de forma alguma para todos os grupos da população – tem-se voltado cada vez para a forma de um relacionamento puro, com muitas outras consequências. Repetindo, o relacionamento puro é parte de uma reestruturação genérica da intimidade”. (GIDDENS, 1993, p. 68-69).

família que ela planeja construir no futuro com a sua namorada será baseada na “conversa”, bem ao contrário do que ocorre com a sua família atual, onde ocorreria muita discussão, mas ninguém parece ouvir ao outro.

F.M.C, retratada mais acima no capítulo 3, e que tem 21 anos e é sensível às demandas da população LGBTQIA+, além de dar importância a características físicas (“tem que ter a minha altura, mais ou menos”) e à inteligência, afirma que um relacionamento “só se sustenta” pelo “respeito”. E respeitar o outro ou outra é “também saber ouvi-lo”. O respeito que ela exige não é apenas dos que estão na relação, mas também daqueles que se situam no entorno social. Ela, que só namorou meninos até agora, mas que está “aberta” para outros relacionamentos, afirma que o respeito é “a base” e é o que vai fazer com que gays e lésbicas, em especial, tenham suas vidas e suas escolhas imunizadas da violência “que ainda é muito forte no Brasil contra quem é diferente”. Com essa base definida (o respeito), ela entende que o “crescimento” das duas pessoas deve ser o objetivo principal a ser buscado. Para isso, é necessário que ambos tenham um “projeto de futuro”. Ao mesmo tempo, advoga o exercício da individualidade e aos projetos individuais de cada um (no seu caso, o de viajar pelo mundo).

As expectativas de relacionamentos íntimos dialógicos e democráticos parecem se constituir em um traço definidor da geração da atual geração de jovens. Estamos a lidar, então, com uma força social que atravessa sociedades e classes sociais, mas que se encontra mais difundida entre os mais jovens da geração atual. Os nossos entrevistados fazem alusão recorrentemente a termos tais como generosidade, diálogo e acolhimento. Essas seriam as características exigidas para o parceiro ideal e que deveriam ser incorporadas cotidianamente nas instituições que cristalizam os seus relacionamentos (o casamento, o namoro ou a união estável). Honestidade e responsabilidade são características mais valoradas pelos mais velhos dentre os jovens da geração atual. Esse o caso de G.B.C., o trabalhador que estuda, de 30 anos, casado, retratado no capítulo 1 desta parte. Ao comentar sobre o parceiro desejado, ele afirma: “o que eu acho muito interessante numa mulher é ela ser responsável, no sentido geral”. Isso porque, para ele, “se a mulher tem responsabilidade e tem caráter, ela se torna interessante”.

Existem ainda aqueles que apostam na gradativa erosão do casamento porque seria mais atrativo viver sozinho ou permanecer por mais tempo na casa dos pais. Enquadra-se nessa situação JCSF, 21 anos, estudante de curso de nível superior, apresentado no capítulo

3. Para ele, essa tendência (de permanecer solteiro por mais tempo do que a geração anterior) se funda na aversão a se arriscar a viver relacionamentos “tóxicos”.

Na nossa geração, “Pessoas brigam muito em relacionamentos. Mulheres não estão querendo casar com homens que sejam abusivos, não é? Tem toda uma questão também... E tem também a independência financeira, não é? Porque eu vejo muito gente falando assim: ‘ah, você vai morar com uma pessoa, não é?’... Então, todo o seu dinheiro, todo o fruto do seu trabalho, vai estar ali na sua casa, toda a atenção agora é voltada para a sua família... Para o seu filho, para a sua casa, pagar contas... Tudo isso, não é? Os jovens, sobretudo os que andam comigo, acham assim que... Tipo, ficando em casa, é totalmente possível de você ter uma pessoa pra sair quando quiser e, ao mesmo tempo, estar gastando menos e deixando de se envolver com coisas e situações desagradáveis.”

Segue na mesma direção a apreciação de CF, de 22 anos, retratada no capítulo 2.

“A liberdade é estar só. A gente tem uma cabeça muito para frente, sabe? A gente vê o casamento, tipo... Algumas pessoas vêm o casamento como uma coisa bonita né? Tipo, compartilhar uma vida, ter uma família realmente é uma coisa bonita. Mas em minha opinião, que eu acho que muito jovem pensa, isso é uma coisa muito utópica. O casamento não é aquela perfeição que todo mundo idealiza o casamento. Às vezes, a gente acaba realmente se privando de muita coisa por acreditar que o casamento é uma coisa perfeita. Mas eu acho que a minha geração, ela visa muito mais a liberdade com amor próprio, independência. Por isso que hoje a gente não vê muito casamento duradouro, que nem muita pessoa idosa fala: ‘hoje em dia, o povo não casa para casar...’”

Mas CF vai adiante e articula a resistência ao modelo tradicional de casamento a uma postura, que ela afirma ser “geracional”, na qual existiria uma abertura tanto em relação às orientações sexuais quanto no que diz respeito às formas de estruturação dos relacionamentos. É nesse contexto que ela se refere a “trisal”, um arranjo em que três pessoas estabelecem um relacionamento amoroso.

“Como eu falei, a gente vê isso com muita naturalidade. Já é uma coisa que para nós, para a nossa geração, é normal. Mas para eles, para a geração anterior, como na época era muito mais reprimida essa questão, para eles é um baque maior. Não é normal para eles ver homem com homem, mulher com mulher. Um *trisal* para eles, por exemplo, é um absurdo. Para a gente, é uma coisa natural, uma coisa que a gente vê, respeita e pronto. Respeito, para a gente, é uma palavra diferente no significado do que é para eles. A gente vê isso com uma normalidade, uma compreensão maior, o que eles não têm.”

Ao intercambiar “normal” e “respeito”, a entrevistada deixa claro que não se trata exatamente de tomar com naturalidade esses arranjos, mas de encará-los como merecedores de respeito. E em torno do respeito, ou melhor, da demanda por respeito, que a geração atual de jovens institui uma plataforma para o lançamento de pautas políticas. E isso tem um impacto importante no debate político do país. Nas eleições municipais de 2020, mulheres negras, trans, gays e bissexuais conquistaram mandatos para as câmaras

municipais de capitais e de algumas das cidades mais importantes do país ¹¹⁴, principalmente, mas não exclusivamente, por partidos de esquerda. Em consequência desse crescimento, emergiu, no seio da esquerda tradicional, mas também no universo acadêmico nacional, uma discussão sobre os limites e potencialidades das “políticas identitárias”.

¹¹⁴ Apenas para exemplificar, em São Paulo, Erika Hilton (PSOL), negra e mulher trans, foi eleita com mais de 50 mil votos, sendo a mais votada dentre as vereadoras mulheres da cidade. Duda Salabert (PDT), também mulher trans, foi a vereadora mais votada em Belo Horizonte (MG). O assunto ganhou repercussão na grande imprensa, conforme se pode comprovar na leitura de matéria publicada em um dos principais jornais do país, o *Estado de Minas*: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/17/interna_politica,1206095/urnas-reforcam-centro-e-avanco-de-pauta-identitaria.shtml.

CAPÍTULO 6 - OS CAMINHOS E AS TRILHAS DOS JOVENS BRASILEIROS DA GERAÇÃO ATUAL ENTRE AS HERANÇAS, AS ARMADILHAS E AS APOSTAS NO FUTURO: SÍNTESE ANALÍTICA

Neste capítulo buscamos sintetizar as principais proposições contidas nos capítulos precedentes. Os retratos e fragmentos de retratos sociológicos elaborados nestas duas últimas partes do presente servem de base para a construção de respostas analíticas às indagações que orientaram a nossa investigação. Nesse exercício, que é também o de teorização, cotejaremos algumas das hipóteses que serviram de bússola para a nossa empreitada de investigação social.

6.1 O MUNDO DO TRABALHO E OUTROS MUNDOS: HERANÇAS E DISPOSIÇÕES

Os nossos retratados pertencentes à geração anterior, aquela dos pais ou parentes mais idosos dos jovens da atual geração, nasceram em uma sociedade que vivia as consequências de um acelerado processo de modernização. Os seus pais (os avós dos jovens da geração atual) constituíram suas famílias e trabalharam em uma economia que estava deixando de ser agroexportadora para ser urbano-industrial e de serviços. As trajetórias de vida apresentadas podem ser lidas, então, como o reverso microsociológico das grandes transformações ocorridas no Brasil pós-anos 1950.

Assim, os retratos sociológicos da geração dos pais e parentes aportam elementos para uma compreensão, desde a ótica dos atores, daqueles elementos macroestruturais captados com singular capacidade crítica por Francisco de Oliveira. A emergência do aparentemente moderno (indústria, arranha-céus, megacidades e urbanização), como apontado na apresentação das dinâmicas populacionais e socioeconômicas, não ocorreu com uma ruptura demarcatória com o arcaico ou atraso. Retomando uma das observações incansavelmente repetidas por Oliveira, nos trópicos, esses antípodas se acasalam. Os nossos entrevistados deixaram isso muito claro ao enfatizar o quanto essas transformações gerais impactaram as suas existências. Para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que

entrevistamos, essas transformações implicaram rupturas com consequências sociopsíquicas profundas. Dentre estas, a “expulsão do campo” para as cidades, impulsionando não apenas os processos migratórios regionais (do Nordeste para as outras regiões, predominantemente Sudeste), mas também as migrações intrarregionais e do rural para o urbano. As entrevistas nos mostram a outra face do fenômeno sociológico da constituição do mercado nacional da força de trabalho no Brasil, trilha analítica seguida por Francisco de Oliveira para pensar tanto as ditas “disparidades regionais” quanto a entrada em cena dos novos personagens do sindicalismo do ABC paulista no final da década de 1970. Nessa face fornecida pelas biografias sociológicas que reconstituímos lidamos com trabalhadores cuja socialização primária, ocorrida em uma família patriarcal agigantada, era culturalmente orientada por uma concepção de trabalho como fonte não apenas da identidade, mas também do caráter de uma pessoa. Trabalho aqui percebido como algo diferente de emprego assalariado, realidade distante desse meio social. Nesse universo, a família (e, mais detidamente, a obrigação com a reprodução familiar) era uma referência incontornável para a vida moral do indivíduo. As disposições adquiridas em tal ordem social não os habilitavam satisfatoriamente para a navegação social em uma nova realidade na qual o seu mundo “isolado” era, agora (1960 em diante), englobado pela lógica totalizante do mercado da força de trabalho brasileira. Por isso mesmo, a migração, um vetor fundamental da constituição desse mercado, não é uma possibilidade igualmente distribuída para os trabalhadores rurais e seus filhos. A alguns, faltam-lhes os pré-requisitos básicos para se inserirem em um mundo do trabalho no qual a cobrança de habilidades básicas (que a ausência de uma formação escolar básica poderia lhes ter fornecido), assim, “ter estudo...” como o domínio da leitura, da matemática básica e da escrita, passa a ser regra de entrada.

A migração inter-regional é parte inextrincável da constituição do mercado de trabalho no Brasil na segunda metade do século XX, conforme nos indicou Francisco de Oliveira. Trata-se de um fenômeno que é iluminado pela análise macroestrutural, alicerçada nos movimentos da economia, mas também passível de ser abordada a partir de uma perspectiva que leve em conta os sentidos atribuídos pelos atores aos processos nos quais estão inseridos. Esse caminho analítico encontra suporte empírico nas narrativas dos nossos retratados, quando apontaram para uma realidade que podemos ler como a *configuração das redes sociais de migração nordestina*. Tais redes, ancoradas em laços

familiares e locais, têm um lugar fundamental no fornecimento de suportes logísticos e simbólicos aos que partem “em busca de melhores oportunidades”. Os nossos retratados residentes no interior do Piauí aportaram elementos que são fundamentais para a tessitura de uma abordagem microssociológica do entrelaçamento entre fluxo migratório e mercado de trabalho no Brasil nas últimas décadas. O posto de trabalho na construção civil em São Paulo “conquistado” por um piauiense pressupõe uma história anterior de laços (familiares ou comunitários) que faz com que o indicador assuma as consequências da indicação. Essas redes, como o próprio mercado de trabalho, são hierarquicamente definidas: existem aqueles que estão habilitados para o trabalho (desejado) em São Paulo, mas também aqueles que só podem vislumbrar como oportunidade de inserção no mercado do trabalho nas fronteiras agrícolas das Regiões Centro-Oeste e Norte. Estes últimos estão expostos a situações de trabalho que implicam em considerável esforço físico e imerso em relações contratuais marcadamente inseguras. Não que o trabalho na construção civil nas grandes cidades do sudeste não signifique a realização de um “trabalho pesado”, mas, aqui, a formalização dos contratos, um entorno social com interações múltiplas (família, comunidade, sindicatos, etc.) e uma presença maior da fiscalização do Estado constituem barreiras contra a degradação das condições de trabalho. Já nas fronteiras agrícolas, isolados de suas famílias, sem contato com a vida urbana e as potencialidades de constituição de atores que aquela possibilita, os trabalhadores estão muito mais vulneráveis a situações de extrema exploração e a péssimas condições de trabalho, jogados em alojamentos precários (desprovidos de camas, mesas para as refeições e equipamentos para a higiene pessoal). Não é por acaso que esses trabalhadores, de vez em quando, sejam encontrados pelas ações de fiscalização do MT¹¹⁵ e do MPT em situações identificadas como “análogas à escravidão”.

Mesmo os mais despossuídos não migrariam sem a mobilização mínima de recursos materiais e simbólicos. Mais do que a contribuição dos familiares para a aquisição da passagem de ida, tem-se a confiança no apoio de conhecidos ou parentes no lugar de chegada. E essa mobilização somente ocorre porque valores morais a sustentam. Dentre

¹¹⁵ Uma das primeiras medidas do recém-eleito Presidente Jair Bolsonaro foi anunciar a extinção do Ministério do Trabalho. O setor elabora um discurso de que as ações de fiscalização realizadas pelo MT e pelo MPT seriam “abusivas” (sic) e que prejudicariam um dos setores mais dinâmicos da economia do país. Um ano após a extinção, para acomodar um aliado político, Bolsonaro recriou o Ministério, mas procurando, através de portarias, diminuir o peso do poder executivo nas questões relacionadas às relações de trabalho.

estes, o mais forte é “compromisso” com a família. “Ajudar” um familiar na “luta” por um trabalho e por conseguir ser “alguém na vida” é uma obrigação moral e também um elemento constitutivo da “honra” de uma pessoa. “Fiz o que pude” ou “fiz o que estava ao meu alcance”, como afirmaram muitas vezes os nossos entrevistados, são prestações de conta ao universo social.

O trabalho na agricultura, para a maioria dos nossos entrevistados, era um trabalho extenuante e sem perspectivas de retornos financeiros. Vivia-se em uma economia da escassez. A migração, para muitos deles, significava a ruptura com a “penúria”. Entretanto, nesse trabalho, eles encontravam sentido do mundo e sentido de pertencimento. Entrando em concepções de mundo, esse trabalho, “pesado” como dirão quase todos, era também fonte de honra e de algum reconhecimento. Não se está aqui a tomar como idílico um mundo de escassez e sofrimento, longe disso!, estamos apenas a ressaltar que a saída dele (seja pela migração para outras regiões ou para morar nos núcleos urbanos mais importantes da própria região) implica perdas de sentidos e de pertencimento. Mas esses mundos sociais que se despedaçam não se extinguem por completo. Mais do que nas memórias, eles subsistirão nas disposições incorporadas pelos atores. Especialmente nas moralidades que subjazem às suas percepções de mundo.

Embora se pareça um pouco com a típica explicação funcionalista, poderíamos dizer que o complemento, nas esferas da vida privada e da intimidade, desse mundo do trabalho era a família patriarcal e o casamento monogâmico. A instituição familiar, redefinida pela transição demográfica (seu tamanho), mas também pela mudança de expectativa em relação aos filhos: deixam de ser percebidos como “mais braços” para “ajudar a família” no trabalho agrícola e passam a ser encarados como “mais bocas” (mais custos e despesas) ou como seres para serem amados e pelos quais “se deve fazer tudo”. Esse novo lugar dos filhos na vida familiar vai sendo legitimado pela ampliação da colonização da esfera da vida cotidiana pelo Estado, como, por exemplo, a introdução de agentes externos não apenas na formação das crianças e adolescentes (com a massificação das escolas), mas, de forma mais ampla, no seu processo de socialização (como os agentes e órgãos públicos que passam a interferir na forma de resolução dos conflitos intrafamiliares, impedindo ou impondo limites ao pátrio poder). A partir de então, os castigos físicos (“surras”, acorrentamentos, restrições de movimentos, etc.) e violência psicológica passam ser criminalizados e bases para a produção discursiva “pedagógica” do

Estado sobre como “bem criar os filhos” (com a incorporação do diálogo, da tolerância e do respeito). O casamento sofre transformação mais significativa, pois a transição do mundo rural para a cidade implica em uma readequação das responsabilidades e dos lugares da mulher no seio da família. Mais do que isso, assiste-se a emergência do questionamento mesmo do lugar social da mulher. Para essa reconfiguração do lugar do feminino, a mudança da moradia no rural para a vida no urbano, mesmo que em pequenas cidades, teve uma contribuição significativa. Nas décadas de 1980 e 1990, exatamente o período em que nossos entrevistados dessa geração de pais estavam adentrando na vida adulta, milhões de mulheres no Brasil, sobretudo no Nordeste do Brasil, saem da condição de força de trabalho complementar na economia de subsistência para a condição de trabalhadoras recrutáveis para o mercado de trabalho do país. Na leitura feita pelas abordagens macro na sociologia e na economia, essas mulheres entraram no mercado de trabalho a partir da imposição de fatores estruturais, como a necessidade de custear a reprodução familiar. Trata-se de uma apreensão correta, mas limitada, pois, como apontam os retratos sociológicos que construímos, essa “imposição estrutural” somente pode ocorrer quando os indivíduos incorporam e processam-na a partir de suas disposições (“eu tinha que ajudar em casa de qualquer maneira”; “meu marido não queria que eu fosse trabalhar fora, mas, depois, viu que era o jeito”), não raras vezes, às custas de muitas tensões e conflitos.

No que tange à dimensão objetiva, os membros da geração de pais e parentes forma imersos em um mundo no qual a distinção entre “trabalho” e “emprego” passa se tornar acentuada. O emprego, trabalho realizado através de contrato formalizado, embora valorado socialmente por muitos, é visto com reticências e até resistências por outros. A idealização de “trabalhar no que é seu” ou “ter o seu próprio negócio”, disposição que será herdada pelos jovens da geração atual, talvez possa ser explicada pela incorporação desse elemento constitutivo do ethos camponês. “Trabalhar para si mesmo”, essa construção que parecerá a um analista estrangeiro como exemplar da incorporação pelos atores da subjetividade neoliberal, também pode remeter ao contrário: a uma resistência à imersão na lógica da subordinação que o emprego carrega. Há aí uma demanda por “independência”, que é também uma busca de afirmação social. Percepções contraditórias se mesclam nessa apreciação. Ao mesmo tempo em que o emprego público limita e conforma, também é fonte de um recurso, “por pouco que seja”, “garantido”. Essa valoração positiva do serviço

público tende a crescer quanto mais nos afastamos do universo dos pequenos empregos concedidos pelos chefes locais e nos aproximamos de cargos ocupados a partir da admissão em concursos públicos.

As memórias dessa geração ainda são marcadas pelas lembranças das condições de trabalho no mundo rural. Muitos dos nossos entrevistados, ainda na infância, dividiram a ida a escola com o trabalho árduo na agricultura de subsistência, em pequenas propriedades desprovidas de infraestruturas básicas para fazer face às estiagens. A formação escolar precária somente era rompida com a mudança para a cidade próxima, onde se podia frequentar, com regularidade, uma escola até o final do ensino fundamental. Com o acolhimento na casa de um parente ou conhecido, a menina ou menino, mas mais frequentemente a menina (devido a contrapartida do trabalho doméstico que estas podiam ofertar) tinha alguma possibilidade de impulsionar, através da educação, uma mobilidade social que terminava por impactar positivamente a vida da família. Os rapazes que não podiam emigrar (por falta de capital escolar ou por obrigações familiares, como o cuidado de pais doentes), esses geralmente se casavam cedo. Mas, em ambas as situações, o horizonte do “trabalho pesado” modulava a percepção de mundo, a classificação das atividades laborais e a elaboração de projetos de futuro para a família que afastasse os herdeiros da vida dura que tinham. Uma consequência, com impacto social não desprezível, é a alta valoração social concedida ao processo educativo formal, entendido como trilha de mobilidade e de afirmação social.

A gramática moral subjacente à essa compreensão de mundo se traduz em dois valores recorrentemente salientados pelos entrevistados: responsabilidade e compromisso. E esses valores definem a honra e o caráter (ou, em linguagem sociológica pragmática, a “grandeza”) de uma pessoa. E expressão que melhor condensa essa disposição moral é a “lutar pela minha família”. Essa luta, ou melhor, esse compromisso com a família assume um claro diferencial de gênero, conforme se pode constatar na leitura dos retratos: em muitas situações, são as mulheres que assumem a tarefa de garantir os meios para a reprodução familiar, pois, os homens desertam da batalha. De qualquer forma, seja nas atividades laborais ou no engajamento em ações coletivas (como o ilustra o caso da trabalhadora agrícola que se transformou em militante do MST), essa disposição de luta pela família modula as atitudes e comportamentos da maioria dos membros da geração anterior.

Tal disposição será uma herança incorporada parcialmente pelos jovens da geração atual. Os ajustes entre essa disposição e os contextos sociais e culturais de uma socialização secundária aberta a valores e normas globais (imersos nos fluxos comunicacionais e nos produtos culturais consumidos e produzidos) são inerentemente conflitantes. Há o chamado da tradição (e do compromisso com a família), absorvido na socialização primária, mas a demanda pela afirmação do indivíduo (força social que atravessa fronteiras) vai, gradativamente, fornecendo as lentes a partir das quais se percebe e se avalia a si mesmo e ao mundo. E, em desdobramento, os compromissos e projetos de futuros. Entretanto, a maioria dos entrevistados da atual geração de jovens, ao mesmo tempo em que afirmam a importância da defesa da sua realização individual (que é, antes de tudo, da defesa de seguir uma trilha existencial não tutelada na vida adulta) manifestam a incorporação de “metas” ou “objetivos” de “ajudar a minha família”. Pode ser que a ajuda seja pensada em relação ao conjunto da família nuclear (pais e irmãos), mas é mais comum que esse compromisso se manifeste em relação às mães (“quero fazer alguma coisa pela minha mãe, que fez tanto por mim”).

Disposições, haveres e heranças modulam as transmissões geracionais. Não é diferente no caso da juventude brasileira analisada neste trabalho. Entretanto, quando ajustamos as nossas lentes analíticas para a apreensão do social em nível individual através da exposição das biografias sociologicamente moldadas que denominamos retratos podemos captar processos e tendências que não se deixam entrever nas abordagens em nível macro. Assim, na tensão entre a disposição tradicional da socialização primária e a disposição geracional de uma geração global, podemos enxergar potencialidades, senão de resistência, ao menos de *resiliência* dos jovens atuais à subjetividade neoliberal. E isso não é pouco no mundo atual, que, antes mesmo da eclosão da pandemia da Covid-19 já era aquele no qual o sofrimento social da juventude já era um tema da pauta pública na maioria das sociedades ocidentais. Também no Brasil, os males derivados da subjetivação neoliberal se espriam entre jovens e adolescentes. Depressão e transtornos psíquicos, certamente não emergiram nas últimas décadas, mas nunca como nestes tempos ganharam tanto força para a descrição e autodescrição dos estados emocionais dos indivíduos. De acordo com a lógica do mundo presente, as receitas prescritas são individuais e passam pela medicalização. Por isso mesmo, aquela disposição tradicional, conforme apontamos em alguns retratos tanto da geração dos pais quanto da geração dos filhos, serve de

barragem à fratura das personalidades. Como incorporar essa disposição em uma produção discursiva associada a uma política de autonomia e resistência ao neoliberalismo? Esse é um desafio para os atores políticos contemporâneos.

6.2 OS HERDEIROS FLEXÍVEIS

Na geração dos pais, a saída “para o mundo” era uma “opção”. Havia a lógica das coisas e sua aparente inevitabilidade, mas também havia a possibilidade de se refugiar ou se acomodar no lugar onde se estava. Essa não é uma “opção” colocada para os nossos entrevistados da geração atual. Eles partilham de uma consciência aguda de que as suas vidas serão afetadas ou envolvidas pelas lógicas devoradoras dos mundos externos do trabalho e da definição de qual vida deve ser vivida. Quer queiram ou não, a “lógica das coisas” lhes assoma com uma força fatal da qual não há fuga. Antes, na geração dos pais, a saída do círculo comunitário ou familiar era uma possibilidade que, por mais força que tivesse (como aquela de emigrar “para ser alguém”), concorria com outras. Podia-se ficar ou partir. E, quando se partia, partia-se também um pouco também o sujeito. Hoje, partir ou ficar não é determinante, pois, qualquer que seja a alternativa nada impede que o jovem ou adolescente seja capturado pelas lógicas desses mundos, pois, as angústias em relação à sua inserção futura em uma atividade laboral tomam os dias do jovem morador da periferia da grande e conurbada Petrolina ou da pequena Paquetá, no Piauí.

Os esforços empreendidos pelos pais e parentes para garantir à geração presente recursos materiais mínimos para a inserção no mundo escolar ou para a aquisição dos equipamentos de informáticas que tornam possível a interação com colegas e parceiros se traduz em tensões e incompreensões intergeracionais. Pais e parentes entrevistados, ao realçarem as condições adversas em que se inseriram na escola ou nos primeiros trabalhos, desabafam que “eles (os jovens de agora) têm tudo e não dão valor”. Já os jovens e adolescentes entrevistados não desmerecem a “luta” dos pais, mas afirmam que esses recursos materiais, embora importantes, não lhes fornecem muitos elementos para uma navegação social no universo social do presente. Enquanto para a primeira geração, as indefinições e incertezas dos jovens atuais pareceriam expressar características intrínsecas e pessoais (“eles não sabem o que querem”), a leitura feita por eles (os jovens) é mais social e contextual (suas elaborações remetem mais ao que, em termos sociológicos

poderíamos denominar de “estruturas” do que a pessoas). Essa oposição de entendimentos avança na apreensão mesma das personalidades. “O pessoal de hoje é mais fraco, parece que eles não têm habilidades para enfrentar as interações face a face”, como nos afirmou uma professora da rede básica de ensino. Interpretação na mesma direção foi nos apresentada por um pai, pequeno produtor rural no Vale do São Francisco. Entre os jovens sobressaem os discursos em torno das dificuldades da “vida de hoje em dia”. Esta teria contornos difíceis de serem compreendidos por seus pais ou “pelos mais velhos”. Essa oposição geracional se traduz em dificuldades de comunicação, expressa em conversas ritualizadas nas quais os jovens parecem representar papéis do que expressar as suas emoções. “Eu nunca sei o que ela sente, de verdade”, afirmou-nos uma mãe comerciária. A resposta é: “não adianta falar, ela não entenderia”.

O quarto individual, essa conquista da geração de agora, que era inimaginável objetivamente para a geração anterior (até pelo tamanho da família), uma conquista material presente até nos estratos inferiores das classes populares, não expande e intensifica a comunicação familiar (ou geracional), mas, ao contrário, limita-a. Nesse aspecto, ambas as gerações concordam que “o tempo no quarto”, “fechado” e “distante” é uma constante na vida de adolescentes e jovens da geração. É nesse espaço da casa que eles se refugiam para estabelecer, através de equipamentos que possibilitam o acesso à internet, interações substanciais com os outros. Outros que se tornam referentes para muitas ações e atitudes, mas que podem até nem existir concretamente como pessoas reais.

Socializados em ambientes familiares nos quais a reprodução familiar cobrou dos pais (algumas vezes exclusivamente das mães) um grande esforço no desenvolvimento de atividades de trabalho e de desenvolvimento de meios e de alternativas para a obtenção de renda, os jovens desta geração querem muito mais “da vida” do que as conquistas que apaziguam os seus pais. Tomar uma cerveja no domingo, terminar a construção da casa própria, adquirir um automóvel ou retornar a localidade rural de origem para reencontrar familiares e conhecidos, essas realizações tão ressaltadas pelos pais parecem pouco lhes dizer. Não é sem certa condescendência que comentam esses feitos de pais e mães. Querem mais, muito mais, embora não saibam bem ainda exatamente o quê. Até porque, dada a grandeza dos objetivos que idealizam para as suas vidas, as conquistas que obtêm tendem a ser vistas sempre como menores e insatisfatórias.

Dado que o mundo ficou do tamanho da palma de suas mãos, essa insatisfação constante é compreensível. Os modelos de sucesso e de realização pessoal com os quais se defrontam não têm ancoras territoriais definidas, não são locais. De certo modo, no que diz respeito aos projetos de futuro dos jovens, a colonização neoliberal das subjetividades consegue lhes vender a ideia de que “tudo é possível”. Entretanto, imersos em uma das sociedades ocidentais mais marcadas pela desigualdade social, eles têm uma aguda consciência da incompatibilidade entre os seus desejos e projetos de vida e as condições concretas que possibilitam a sua realização. Isso não impede, obviamente, e esse é um traço geracional transversal às classes sociais, eles incorporam e aceitam o desafio. Por isso, para eles, a ideia do jogo é sedutora. Se as possibilidades são incertas, as ações dos indivíduos em relação aos seus objetivos são mais apostas probabilísticas do que avanços em uma trilha que leva ao ponto desejado.

Neste aspecto, paradoxalmente, estão mais subordinados ao poder simbólico da dominação neoliberal do que a geração dos seus pais no sentido em que os seus desejos e ambições são mais abertos à colonização pelas máquinas de produção de sentidos através do consumo de mercadorias. Enquanto os seus pais e mães construíram projetos “factíveis” (casa própria, automóvel, filhos na escola, etc.), que tinham alguma oportunidade de realização, eles têm desejos e projetos mais passíveis de serem capturadas pela manipulação simbólica, como montar uma grande empresa a partir de uma plataforma digital chinesa ou viajar pelo mundo trabalhando como ajudante de bar ou restaurante para turistas. Nesse sentido, as observações de Pierre Bourdieu abaixo, inseridas em um contexto mais geral que é o deslocamento de mundo sentido pelos desempregados podem ser tomadas como ilustrativas:

Aquém de um certo limiar, (...), as aspirações são flutuantes, descoladas da realidade, às vezes um bocado amalucadas, como se tudo se tornasse possível quando nada é verdadeiramente possível; como se todos os discursos sobre o futuro, profecias, adivinhações, predições, anúncios milenaristas, tivessem como único fim saciar uma das necessidades, sem dúvida, mais dolorosas: a falta de futuro. (BOURDIEU, p. 276, 2001).

O outro lado dessas projeções idealizadas de futuro é tanto a inadequação ao mundo do presente (traduzida em ampliação dos conflitos familiares) quanto em um sofrimento social que, no limite, se transborda em depressão, absenteísmo e tentativas de suicídio. Entretanto, esse não é um processo unidirecional. Há também contratendências e estas estão, dentre outras, na incorporação da disposição da responsabilidade familiar e na busca

e conformação a um lugar social “de diferença”. Em ambos os aspectos, temos dimensões que potencializam a reafirmação do ser social através do envolvimento em projetos e ações que promovem a autoestima e uma postura de respeito e tolerância para com os outros. Não é muito, mas também não é pouco como base para uma crítica do presente.

Adolescentes e jovens do presente, mais do que aqueles de outros momentos históricos, participam de quadros de socialização distintos e com lógicas díspares. Em consequência, a ideia de um ator dotado de uma coerência (um impulso ou percepção das coisas que o leve a assumir com convicção certa direção), ainda presente em muitas abordagens sociológicas, carece de fundamentação na realidade. Isso não implica, por exemplo, em abandono da perspectiva de compreensão das ações e comportamentos a partir do *habitus* de classe, mas em relativizá-lo, apreendendo-o de forma situacional e desagregando-os em disposições que vão se constituindo ao longo da trajetória existencial. Assim, efeitos de socialização “dissonantes” (LAHIRE, 2004, P. 335) confluem em um mesmo indivíduo e podem ser mobilizados de forma a parecerem “incoerentes” para quem espera um ator “programado” pela sua posição social. Assim, os jovens entrevistados podem se engajar e constituir identidades a partir do pertencimento a igrejas neopentecostais, mas serem completamente indiferentes (quando não explicitamente opostos) aos discursos fundamentalistas em relação às relações de gênero e ao exercício da sexualidade nelas professados. Por isso mesmo, bem ao contrário da interpretação comum nos ambientes da esquerda brasileira, a equivalência entre pertencimento religioso e posicionamento político é um rematado equívoco. Entretanto, esse equívoco não é uma simples manifestação de preconceito político, mas uma consequência direta daquela concepção sociológica de um ator que se guia no mundo a partir de totalidades coerentes de percepção e classificação.

As dimensões da vida social que se constituem em bases para processos de socialização se multiplicam na medida mesma em que se amplia a pluralidade do social. Além do mais, instituições tradicionalmente identificadas como “de socialização” são internamente marcadas pela pluralidade. Se, mesmo antes, em um ambiente imerso na tradição, os membros de um casal podiam aportar à família disposições e percepções de mundo distintas, na atualidade, quando recombinações (divórcios e novas uniões) constituem eventos possíveis na trajetória de uma criança ou adolescente, a exposição a lógicas culturais e moralidades conflitantes é cada vez mais comum. Opções religiosas

distintas (“minha mãe é evangélica e meu pai é espírita”), posicionamentos políticos conflitantes (“em casa, mãe é mais pro Lula e meu pai, não assume, mas é bolsonarista”) e práticas culturais dissonantes (“meu pai só vai para os eventos da Igreja, mas a minha gosta de sair com as amigas, ir ao cinema...”), muito certamente se traduz em orientações conflitantes. Um desdobramento positivo dessa situação é o de que a negociação seja mobilizada muito mais intensamente nas interações entre os membros da família e internamente na construção dos seus esquemas de percepção por cada um deles. E, para além dessa pluralidade intrainstitucional, temos também a emergência de instâncias que moldam e modelam comportamentos e atitudes, portanto, também produtoras de socialização, como é o caso dos grupos de amigos, alguns em relações predominantemente presenciais e complementadas pelos contatos mediados pelos aplicativos de redes sociais e outros cujos laços de amizade se constituem exclusivamente através de interações remotas.

Ainda em relação aos quadros de socialização, a religião é uma herança geracional relativizada. Os jovens do presente, ao contrário daqueles da geração dos seus pais, lidam com mais naturalidade com um mercado de oferta de produtos religiosos pluralista. Se os seus pais foram interpelados a se “definirem”, ou seja, a responderem socialmente se iriam continuar “naturalmente” como católicos ou fariam escolhas (como a conversão a uma das muitas denominações neoprotestantes), cujos impactos foram profundos nas suas interações sociais e nas interações com familiares, os jovens de agora encaram as escolhas religiosas, mesmo quando delas tiram elementos para a construção de faces de identidades, de forma menos dramática.

O ajustamento entre a herança herdada e as expectativas de jovens e adolescentes varia significativamente. Se os indicadores de medida da realização pessoal são tão distintos, a avaliação de algumas instituições parece bastante próxima. Ambas as gerações valoram positivamente a escola e a formação educacional. Nuances de distinção são perceptíveis, no entanto. Enquanto a geração anterior valoriza a formação educacional como trilha para ser alguém na vida e para a superação da condição de subcidadania que o analfabetismo implica (e que implicou, em muitos casos, em sofrimentos para os seus pais pela na menoridade social associada ao não letramento), os jovens da geração atual percebem a formação escolar de forma mais pragmática e instrumental como caminho para a mobilidade social. Dessa forma, ambas as gerações tendem a avaliar genericamente a educação (e as instituições educacionais) com positividade, mas os jovens atuais são muito

mais críticos e monitoram mais fortemente os desempenhos dessas instituições. Têm, portanto, uma visão mais aguçada das contradições entre as promessas com as quais elas se legitimam e os processos formativos (especialmente técnicos) que efetivamente ofertam. Além disso, estão mais atentos às relações de poder internas em tais instituições, particularmente nas salas de aula. Nesse contexto, relações tradicionalmente passíveis de conflito, como aquelas entre professores e alunos, são ampliadas com a introdução de novas sensibilidades produtoras de atritos e desentendimentos intergeracionais, como é o caso das identidades de gênero e de orientação sexual.

Mas aqui também há ambivalência: cobra-se dos professores que sejam compreensivos e acolhedores com as particularidades e demandas de adolescentes e jovens, mas que consigam também impor limites e garantir a autoridade necessária para o bom andamento do processo de aprendizagem. Ambiguidade semelhante se pode perceber em relação às cobranças feitas em relação aos papéis sociais da paternidade e da maternidade. Beneficiados pelos ventos da democratização generalizada da vida cotidiana (outra forma de dizer destradicionalização da vida social), os jovens e adolescentes de agora estão descontentes com os modelos culturais com os quais a tradição fornece as justificativas para a autoridade no seio familiar, mas, ao mesmo tempo, se ressentem do descumprimento dos papéis sociais de pai e mãe, embora a crítica seja mais acentuada em relação aos pais.

Nesse sentido, um importante dado realidade apontada pela nossa pesquisa é o espalhamento no universo das classes populares brasileiras de uma deserção dos homens em relação a um dos principais papéis sociais atribuídos ao gênero masculino que é exatamente aquele de pai. Obviamente não se trata de um fenômeno absolutamente novo no mundo social do país. Em análise sociológica já referida algumas vezes neste trabalho, Florestan Fernandes fazia referência para o descompromisso dos antigos escravos com a vida familiar e com o exercício da masculinidade. Assim, se é verdade que o peso da reprodução familiar, especialmente nas famílias mais vulneráveis das classes populares, sempre recaiu mais sobre os ombros das mulheres, a fuga ou o lugar vazio da paternidade passa a ser também muito marcante nos estratos dessas classes. Não é fácil separar o que há de novo nessa realidade daquilo que é mera reprodução de modelos já enraizados. Se a expansão dos divórcios e a reconstituição das famílias a partir de novas uniões foram desdobramentos mais ou menos esperados daquela democratização (o divórcio sendo um

dos seus vetores) acima mencionada, marcadamente no universo das classes médias, os processos e dramas sociais que desatam e potencializam ainda estão a merecer análises mais acuradas. Do lado de jovens e adolescentes, mais do que o lamento de uma ausência (paterna), referida em muitas entrevistas, há também demonstrações muito explícitas de ressentimento em relação aos pais. Aqui nos situamos em um terreno que é aquele de um processo social que parece transcender à realidade de um país, dado se tratar de uma força social a merecer registro em agora já clássica obra de sociologia¹¹⁶ ou se apresentar como base discursiva para a música “Papaoutai”¹¹⁷, cantada em francês por um artista belga (Stromae) e legendada em todas as línguas e consumida a exaustão por jovens de todo o mundo.

Se a relação com o pai é uma base para a elaboração de múltiplas produções discursivas, tanto de lamentação quanto de ressentimento, não é menos verdade que, para outros tantos, a “luta pela família” empreendida pelos pais é uma fonte para a produção de falas de reconhecimento da figura paterna. Para as mães, esse reconhecimento beira a unanimidade, em que pesem as tensões e conflitos sempre registrados. Essa configuração molda os projetos de futuro, pois, para muitos, essa “luta” da geração anterior implica em uma espécie de “dívida” que precisa ser saldada com alguma realização pessoal ou com o “cuidado” quando os parentes idosos se encontrem mais vulneráveis. Essa dívida moral, por mais inserida que esteja em quadro normativo tradicional, pode ser tomada como uma barreira de proteção social contra um dos efeitos mais devastadores da lógica neoliberal no presente que é o “déficit de cuidado” de que padecem idosos, crianças e pessoas com deficiências.

Se uma moralidade fundamentada na tradição (a obrigação moral de cuidar da familiar) potencializa uma reafirmação do ser social para jovens e adolescentes, uma base objetiva para a emergência de novas moralidades pode ser relacionada exatamente a essa paternidade (e, em decorrência, masculinidade dominante) ausente no seio da unidade familiar: a abertura para modelos mais flexíveis de masculinidade e a cobrança moral de respeito para com as diferenças. Assim, em contradição com a superfície discursiva conservadora, temos, nas classes populares, cada vez mais meninos que fogem aos

¹¹⁶ Ver Castells (2001).

¹¹⁷ Letra em Anexo. E para melhor interpretação, acessar youtube: https://www.youtube.com/watch?v=oiKj0Z_Xnjc. Acesso em dez.2021.

estereótipos do “macho alfa”: meninos que cuidam da casa, que pintam as unhas e cuidam da aparência sem que necessariamente tenham redefinido sua orientação sexual. Há aqui, inegavelmente, um traço que pode ser relacionado a um dos símbolos da cultura global desta geração no início da terceira década do século XXI que o fenômeno musical K-POP. Nele, a masculinidade desejada pelas meninas e vendida pelos produtores culturais se expressa em personagens masculinos andróginos e ligeiramente pálidos.

Poderíamos, então, mencionarmos que estamos diante de uma geração de jovens e adolescentes para quem a flexibilidade de estilos e modos de vida foi radicalizada. Mas, ali onde o individual parece ter alcançado a sua vitória suprema (“ser do jeito que se é, quando se quer”), há também uma derrota: a sua subordinação aos modelos disponibilizados pelas indústrias de produção simbólica da atualidade. O que não chega a surpreender, pois, nas elaborações discursivas de muitos deles há uma expectativa de que, pela imersão no mercado de trabalho, possam se deslocar territorialmente e estabelecer conexões substantivas com pessoas em quaisquer recantos do mundo. Mais uma vez nos defrontamos com uma ambiguidade: ao aderirem a esses estilos e modelos, eles reproduzem expectativas que os levam a sofrer dado que os objetivos expostos são inalcançáveis, mas também os leva a uma apreensão de pluralidades de situações o que os tornam mais críticos em relação aos padrões de dominação que fundam as relações de classes no Brasil. Correndo o risco de resvalarmos para o populismo, podemos dizer que eles olham o mundo e percebem que podem ser mais e aí são confrontados com os entraves e limitações no mundo que os cerca. De outro modo, podemos pensar que nossa geração de jovens traz consigo a semente de revolução social futura que é aquela de um inconformismo devido ao seu grau de reflexividade e criticidade do mundo que o cerca seja do ponto de vista político ou dos costumes.

Esses entraves podem ser mobilizados discursivamente para posicionamentos políticos em questões relacionadas ao exercício da sexualidade. E aqui também nos defrontamos com mais um desencaixe: a radical separação, obviamente não assimilada por todos, entre casamento, vida íntima e sexualidade. Não apenas o casamento deixa de ser percebido como o espaço próprio e legítimo da vida sexual, mas tem os alicerces de sua justificativa fincados em outro terreno. Parceria, confiança, honestidade, lealdade, tolerância, empatia e respeito são palavras significativas que expressam as qualidades que os nossos entrevistados jovens e adolescentes entendem como “básicas” para um

“relacionamento” (algo maior e menos institucionalizado do que o casamento). Já a vida sexual é percebida como subordinada ao bem-estar e não necessariamente vinculada a relações estáveis. E uma explicitação dessa compreensão é a ênfase que muitos deles fizeram na rejeição a relações *tóxicas* e *abusivas*. Tomando como referentes os casamentos de parentes mais velhos ou as relações de amigos e colegas, eles apontam a necessidade da construção de laços “saudáveis” entre os parceiros. Em uma sociologia de inspiração na obra de Anthony Giddens, poderíamos dizer que estamos diante de bases para o estabelecimento de relações futuras mais dialógicas e explicitadoras da “democracia emocional” (GIDDENS, 1993).

Disposições oriundas de quadros de socialização dissonantes se expressam em atitudes e comportamentos também plurais e marcadamente contextuais. Nesse sentido, os jovens e adolescentes de agora são mais prisioneiros das emoções do que aqueles da geração anterior. Se essas emoções são expressas em performances que podem ser lidas como “autênticas” e verdadeiras, então, são tomadas como significativas. O complemento é uma percepção do político como sendo mais legítimo quando expresso em sentimentos exprimíveis através das emoções individuais. Essa sensibilidade, que é uma diferencial geracional, mobilizável para o enfrentamento das situações de opressão e sofrimento impostas pela dominação neoliberal também contém o seu oposto: a fragilidade política do aprisionamento na superfície e a possibilidade de que venham a ser convencidos por atores com competência para a defesa de interesses escusos a partir de performances “autênticas”.

Todos esses elementos confluem para a incorporação de disposições se não habilitadoras ao menos mitigadoras dos efeitos da precariedade no mundo do trabalho e da insustentabilidade dos projetos de futuro. No ambiente familiar, socializam-se na precariedade vivida pelos pais e incorporam a flexibilidade nos modos de vida. Na escola, incorporam posturas pragmáticas em relação ao processo de formação. Nas experiências do mundo do trabalho aprendem muitas vezes de forma dramática, como é o caso das jovens mães solteiras que necessitam “segurar” seus empregos para garantir condições mínimas de existência, que, como os seus pais e parentes, precisam contar apenas consigo mesmos para fazer frente a um mundo que lhes será sempre hostil. Afora os casos mais extremos, como esse dessas mães, eles constroem relações menos substanciais com esse mundo do trabalho. Estão lá, mas procuram meios de escape para viver como se não estivessem e estão sempre a planejar momentos de saída. “Não pretendo ficar muito tempo nesse

trabalho”, “esse não é o tipo de trabalho para o resto da vida” essas são frases recorrentes nas entrevistas. As incertezas sobre os relacionamentos amorosos e mesmo sobre onde pretendem viver nos próximos anos ampliam as incertezas em relação ao mundo do trabalho, tornando mais fácil suportá-lo, como se fora uma parte da vida que logo passará ou deixará de atormentá-los. Mas isso que poderia ser apreendido como conformismo também pode ser apenas uma pausa para o acúmulo de forças necessárias para a busca de um trabalho melhor e que potencialize a realização pessoal e a quitação das dívidas simbólicas com a família. Dotados de habilidades e competências para a navegação em uma sociedade na qual as tecnologias de informação e comunicação impactam decisivamente os processos de produção e a vida social como um todo, eles se reconhecem, ao contrários dos seus parentes da geração anterior, como “prontos” para ocupar melhores postos no mercado de trabalho. Inseridos em um sistema educacional o qual foi positivamente redefinido nas duas últimas décadas (e isso se expressa tanto na expansão da rede federal de ensino básico quanto na incorporação por estados e municípios de oferta alimentar para estudantes, transporte escolar, piso salarial nacional para professores, dentre outros), eles se percebem como melhor preparados e com nível de estudo quantitativo e qualitativamente superior àquele atingido pelos membros da geração dos seus pais. E essa auto-percepção não deixa de corresponder a um dado objetivo da realidade da sociedade brasileira que é a existência de um contingente expressivo de jovens potencialmente melhor qualificados para o mercado de trabalho. Dados de pesquisa em desenvolvimento apontam para esse diferencial geracional a partir do variável educacional:

“Por um lado, os jovens deixam em menor volume a informalidade para retornar para um emprego informal do que os estratos mais velhos (compação com os adultos); e, de outro lado, esses com melhor nível educacional entram ligeiramente mais no setor formal, algo que é mais visível no caso das mulheres, um segmento, como sabemos, que é geralmente afetado mais drasticamente pela informalidade e pela precariedade”¹¹⁸. (ESTANQUE; CLIMENT, 2021, p. 218).

Essa apreensão, também corroborada pelos fragmentos de retratos sociológicos de jovens da nova geração esboçados nesta parte, explicita os limites e potencialidades da inserção no mercado de trabalho dos estratos de jovens latinoamericanos. Por outro lado, indica toda uma gama de possibilidades de investigação social sobre as conexões entre redefinições da estrutura demográfica (com a lenta, mas gradativa diminuição dos estratos

¹¹⁸ Livre tradução do inglês pela autora.

jovens no conjunto da população de países como o Brasil), a elevação da formação educacional e cenários presentes e futuros do mundo do trabalho.

CONCLUSÃO

Grandes transformações remodelaram as paisagens socioeconômicas de nossas sociedades nas últimas três décadas. Expressas em mudanças sociotécnicas que reverberam fortemente sobre as instituições tradicionais de socialização, essas são transformações que remodelam não apenas os aparatos institucionais e as formas organizativas, mas incidem fortemente sobre os horizontes imaginativos dos atores sociais. A hegemonia da subjetivação neoliberal sobre esses horizontes não raras vezes se traduz em uma compreensão, contrabandeada até mesmo para o campo das ciências sociais, a respeito não apenas da impotência, mas, antes disso, da ineficiência das formas tradicionais de resistência diante da “lógica das coisas”. Por isso mesmo, a apreensão dessas transformações em um contexto específico, aquele de uma sociedade de capitalismo periférico, no qual novo e velho se fusionam, pode iluminar alguns dos processos sociais mais importantes do atual momento histórico. Foi essa a tarefa que tentamos realizar neste trabalho de doutoramento, ao centrar a nossa investida analítica na compreensão de como mutações econômicas, sociais e culturais mais gerais, imbricadas com uma formação sócio-histórica singular como é aquela da sociedade brasileira, moldam e fornecem referências para as ações individuais e coletivas bem como aporta contorno para as disposições e classificações do mundo de jovens da geração atual, com idades entre 15 e 30 anos de idade, e dos seus pais e parentes, a geração anterior.

Um dos pressupostos epistemológicos sobre o qual se assentou o presente trabalho foi o de que os processos sociais que vivenciamos em nossas sociedades, e não apenas nas últimas décadas nas quais se tem recorrido mais fortemente ao vocábulo *globalização*, não são circunscritos aos territórios nas quais essas mesmas sociedades se encerram. Ao mesmo tempo, guiamo-nos também pela vigilância para apanharmos as rugosidades e singularidades da sociedade na qual os atores sobre os quais jogamos o nosso foco analítico vivem as suas existências, elaboram suas necessidades, alimentam os seus sonhos e lamentam as suas perdas e derrotas. Tratou-se, pois, de apreender o geral no particular e de destacar o que do particular não é generalizável, pois profundamente enraizado em um chão social constituído por um amálgama de solos oriundos de uma história com contornos próprios.

Com essa orientação, e ancorados na noção aparentemente fluída de geração, foi-nos possível apreender elementos globais e traços historicamente fincados na sociedade brasileira. No primeiro caso, quando aprofundamos na captura do social incrustado nas trajetórias e experiências individuais, explicitamos como novas sensibilidades em relação ao exercício da sexualidade e dos papéis de gênero subjazem as percepções de mundo e a construção de narrativas sobre si mesmos e sobre o futuro imaginado. Em relação à segunda dimensão, o estudo geracional comparativo a partir do esboço de retratos sociológicos nos levou a perceber elementos da tradição (dentre estes, o compromisso com a família) que são transmitidos pela geração dos pais e parcialmente incorporados nas disposições de jovens e adolescentes dos dias atuais. A objetivação do palco de fundo o qual limita, mas também possibilita as ações dos atores nos levou a apreender como elementos em outras sociedades tidos como expressivos de uma nova realidade social já estão fincados no solo histórico da sociedade histórica, como é o caso da ampliação da desigualdade social. De certo modo, e aqui não há como não extrapolar essa observação para o espaço mais amplo de toda a América Latina, a elevada desigualdade social continuamente reafirmada nesta parte do mundo, esse traço macroestrutural, subjaz as experiências de ambas as gerações, mas também as tornam múltiplas, e, conforme apontamos, também potencializam conflitos inter e intrageracionais. Mas também aqui, ao focarmos sobre o aparentemente singular e próprio, sobre esse fosso que separa e implica em experiências e expectativas sociais tão distintas em uma mesma sociedade, talvez não estejamos a apresentar algo tão excepcionalmente próprio e quase exótico, mas para uma tendência e a pontos de chegada para as sociedades do hemisfério norte. O individualismo elevado à sua mais elevada potência, a quebra de pactos e acordos redistributivos internos em nome da elevação da produtividade e do estabelecimento de boas regras de mercado, a apartação das elites e das classes médias dos espaços públicos e das interações sociais comuns, esses serão fenômenos exclusivamente latinos? Não é absurdo, portanto, nos interrogarmos se quando um jovem europeu olha para a experiência social de um jovem brasileiro ou peruano da sua geração ele está a olhar para o seu passado ou para o seu futuro?

Para chegar a observações gerais, como essas, partimos de uma indagação mais rente ao chão social e com foco em três dimensões institucionais basilares da vida social moderna: a família, a escola e o trabalho. Em torno delas construímos a nossa pergunta de

partida: *como a formação escolar, a entrada no mundo do trabalho (particularmente, no mercado de trabalho), a vida familiar e as projeções de futuro emergem nos projetos existenciais da geração atual de jovens brasileiros e na geração dos seus pais?* O sentido dessa indagação foi o de possibilitar uma apreensão dos sentidos atribuídos pelos atores às suas trajetórias de vida, ao seu mundo e às expectativas em relação ao futuro. Um subproduto dessa incursão analítica nos possibilitou explicitar os recursos materiais e simbólicos mobilizados pelos atores para a navegação no universo social.

Conforme avançávamos na elaboração dos retratos sociológicos dos jovens da geração do presente, mais encontrávamos elementos que confirmavam parcialmente a nossa hipótese central: *as revoluções tecnológicas e produtivas passaram a redefinir fortemente as formas de se viver em sociedade*. A centralidade alcançada pelos telemóveis e as chamadas redes sociais nas interações entre eles e o crescimento vertiginoso de atividades sociais e de trabalho realizadas remotamente aportaram mais confirmações a essa suposição inicial. Por outro lado, dado que a nossa pesquisa teve como foco atores situados em uma sociedade na qual os resquícios da ordem escravocrata e da superexploração da força de trabalho não tiveram o contrapeso de uma democracia política e social duradoura, constatamos com a fusão entre moderno e arcaico está enraizado no *habitus* e nas disposições dos sujeitos. Assim, temos um impulso em direção ao individualismo e à destradicionalização, mas também temos ainda a força do chamado da tradição, através do compromisso e engajamento com a família, como modeladores das ações dos atores. Antes de cotejar os resultados alcançados com as hipóteses secundárias, vale a pena resumir aqueles de forma sucinta. Faremos isso a partir de cada uma das dimensões contidas na pergunta de partida, então. Dado que não optamos por uma separação esquemática entre material empírico e contributos teóricos e ao elaborarmos os retratos (e/ou fragmentos de), fomos avançando também observações generalizáveis não corremos o risco do reducionismo.

Em relação à *família*, ressaltamos os seguintes resultados: a) os pais e parentes, que realizaram a passagem para a idade adulta quando o Brasil completava um dos últimos ciclos da transição demográfica, da dominância absoluta do urbano sobre o rural e da formatação nacional do mercado do trabalho, carregam nas suas percepções e classificações da vida em sociedade as perplexidades e as apreensões em relação ao mundo em transformação que lhes coube viver; b) para essa mesma geração, a memória da

escassez e da ausência de suportes de ação do Estado para o enfrentamento da vulnerabilidade é muito presente, o que lhes proporciona uma visão de um antes e um depois da emergência das políticas públicas de inclusão social no Brasil após a segunda metade da década de 1990; c) o engajamento e o compromisso com a melhoria da vida familiar (condensada na consigna “lutar pela família”) foram incorporados em disposições que são transferidas como herança para a geração de jovens do presente; d) o engajamento com a família, herdada pelos jovens, embora matizado por um compromisso mais acentuado com as mães, é uma barreira de *resiliência* contra a subjetivação neoliberal (pois limita o individualismo) e contra o “déficit de cuidado” do outro, esse traço que é, hoje, quase constitutivo da vida nas sociedades que sofreram políticas de reformas neoliberais; e) os pais e parentes não tiveram condições objetivas de obter uma formação escolar avançada, mas incorporaram a educação formal como um valor fundamental e a compreendem como meio para a afirmação social do indivíduo; f) essa geração (de pais e parentes) viveu a mudança da grande família patriarcal, com muitos irmãos, para famílias nucleares pequenas, com, no máximo, três filhos e isso se traduziu em impactos no trabalho (com a criação das condições objetivas para a entrada da mulher no mercado de trabalho) e no casamento, quando a manutenção do relacionamento deixou de ser algo dado como natural e passou a necessitar de fundamentação e justificativa; g) a dominação masculina, que é fortemente questionada pelos jovens da geração do presente, se não havia passada por forte questionamento ao menos havia deixado de ser naturalmente encarada na geração dos seus pais; e h) a incorporação da *reflexividade* e da justificativa nas interações familiares, iniciada na geração anterior é ampliada com a incorporação pelos jovens da geração atual de uma *sensibilidade política geracional global* em relação a interações pessoais, como a condenação veemente das relações tóxicas.

Em relação à *escola e ao mundo escolar*, destacamos: a) o analfabetismo é percebido como uma marca, uma falta que estigmatiza e torna invisível quem a carrega, e essa é uma percepção incrustada nas disposições da geração anterior; b) o analfabetismo é um elemento constitutivo da gramática social brasileiro e funciona como base justificadora da desigualdade social nas consciências, camuflando o racismo de base étnica para erigir um discurso justificador da abissal desigualdade brasileira na asséptica ideologia do mérito; c) se a geração anterior valoriza a educação como meio de afirmação social (“ser alguém”), a geração de jovens do presente a encara de forma mais utilitarismo como meio

de mobilidade social; d) a instituição escolar, assim como a família, é interpelada reflexivamente pelos jovens; e) os papéis sociais na vida escolar são colocados em questionamento pela incorporação dos valores oriundos tanto da “democratização generalizada” da sociedade brasileira ocorrida a partir de 1980 quanto pela demanda por democracia nas relações interpessoais e intrainstitucionais; f) jovens e adolescentes reconhecem e afirmam defender a ampliação do acesso ao ensino público de qualidade (rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico) ocorrido na chamada “Era Lula”; g) a carreira universitária passou a ser incorporada como um horizonte possível para os jovens das classes populares, sendo essa perspectiva de futuro incorporada na conversação cotidiana; e h) as relações de gênero e a sexualidade deixam de ser apenas objetos de elaborações discursivas mobilizadas pelas elites intelectuais e passam a ser temáticas possíveis de construção de conflito e de rompimento com a naturalização de relações de dominação pela sua inclusão como pauta do ambiente escolar pelas práticas concretas de jovens e adolescentes no seu cotidiano.

Em relação ao *mundo do trabalho*, elencamos: a) com experiências laborais em contextos marcados pela precariedade das relações contratuais, superexploração da força de trabalho e baixa densidade organizativa horizontal, a geração dos pais e parentes transmite à geração do presente um traço *disposicional* importante na vida social brasileira: a defesa da autonomia no trabalho a partir do empreendimento individual (condensada nas fórmulas “trabalhar no que é seu” e “trabalhar para você mesmo”); b) a categoria “trabalho pesado” (aquele que exige grande esforço físico e é fatigante) ainda é uma lente de análise das relações e condições de trabalho de uma geração (aquela dos pais) que é a primeira a fazer a transição completa do trabalho na agricultura de subsistência para os setores de serviços, da indústria e da moderna agricultura conectada aos circuitos globais de produção e circulação de mercadorias; e) o envolvimento com ações coletivas (a militante do MST) e/ou o engajamento em projetos individuais com grandes custos individuais (como aquele do agricultor que busca se reproduzir como pequeno proprietário no Vale do São Francisco) são modulados (e justificados) pelo compromisso e responsabilidade com a família; f) aquilo a que comumente a literatura da sociologia do trabalho se refere como “precariedade” é traço estrutural sedimentada historicamente na sociedade brasileira, cuja desigualdade social cinde em duas partes o mundo do trabalho (aquele submetido às regras contratuais estabelecidas em legislações e o outro, das regras que reproduzem a espoliação

secular da força de trabalho); g) apesar de toda a precariedade, pais e parentes construíram (e ainda alimentam) expectativas de trabalhos que sejam duradouros e que os definam do ponto de vista da identidade, algo que não é mais partilhado pelos jovens e adolescentes da geração presente, que incorporam com certo fatalismo o continuum provisório dos trabalhos que exercem ou irão exercer e da mobilidade espacial; h) jovens e adolescentes enxergam o mundo do trabalho como expresso em contextos plurais nos quais eles terão que mobilizar cada vez mais a criatividade e a capacidade de processar informações; i) eles se sentem injustiçados porque percebem que têm que trabalhar mais e lidar com situações mais complexas do que as pessoas da geração anterior e j) cultivam uma expectativa derivada da ideologia do mérito no que diz respeito à realização pessoal no trabalho.

No que diz respeito aos *projetos de futuro*, os resultados alcançados apontam para o entrelaçamento de elementos contidos nas três dimensões anteriormente descritas, mas também para a incorporação de ideias e valores disseminadas pela indústria cultural global e que os toma exatamente a eles como alvo de colonização. Há aqui um dado objetivo cuja ligação com as percepções e classificações de mundo não pode ser negligenciado em relação aos seus desdobramentos: os jovens e adolescentes de agora no Brasil, mesmo nas localidades mais remotas, partilham e consomem os produtos de plataformas digitais como *Netflix* e *Amazon Prime*, interagem a partir do uso de aplicativos da internet como WhatsApp e Instagram (entendem que o Facebook é “coisa de velho”) e são ouvintes tanto de produtos da indústria cultural local quanto global (como o K-POP). Em relação a esse ponto (“projetos de futuro”), destacamos: a) uma expectativa em relacionamentos íntimos dialógicos e “saudáveis”; b) um continuum processo de aprendizagem e adaptação às exigências e necessidades do trabalho; c) eles têm, já no presente, uma visão na qual o trabalho não ocupa a centralidade da vida e nem é definidora da identidade pessoal, mas apostam na conquista de uma atividade laboral futura que lhes proporcione a realização de “objetivos e metas” (viajar pelo mundo, um lugar bom para morar e ajudar a família ou à mãe); d) não se veem futuramente engajados em movimentos ou lutas sociais, mas em ações práticas ou de apoio a causas como a igualdade de gênero, respeito à diferença e causa dos animais; e) têm pouca confiança na capacidade das instituições políticas tradicionais incidirem positivamente em relação aos grandes problemas do país e acreditam que pouco mudará em relação a essa questão; e f) a maioria explícita uma ojeriza aos elementos constitutivos do discurso da extrema-direita brasileira

e apostam na superação de uma situação política que lidam como um fato de vergonha individual e coletiva.

Todos esses elementos confluem para apresentar sociologicamente uma juventude cuja passagem para a vida adulta ocorre em sociedade na qual a pluralidade do social a obriga a conviver com lógicas distintas quando não contraditórias. Suas disposições não são “coerentes” no sentido de exprimirem uma “posição” determinada no mundo social, mas têm consistência na dimensão em que se ajustam aos contextos e situações a partir de um norte que é aquele da afirmação de si mesmos e da confirmação da dívida simbólica com as suas famílias. Nessa direção, o presente trabalho aporta ganhos para a tarefa de construir uma narrativa sociológica sobre a sociedade brasileira no presente e que possa ser utilizado como um diagnóstico que auxilie as práticas dos atores sociais comprometidos com a defesa e o avanço da democracia, de tornar a cidadania formal em substantiva e mais social e de ampliar os espaços públicos no país. O primeiro desses ganhos é a explicitação de que os pertencimentos e adesões dos jovens do presente (e isso se expande e atinge outras gerações, embora com menor intensidade) em um campo (por exemplo, o religioso) não se traduzem em adesão irrefletida e imediata aos valores e ideias defendidos pelos atores em posições de poder em tal campo. A pluralidade do social pode ser metaforicamente apreendida como espelhos quebrados e que refletirão sempre partes dos atores. O caso dos jovens que se identificam como evangélicos e que se opõem ao bolsonarismo e aderem entusiasmadamente à pauta da defesa do respeito à diferença é, nesse sentido, ilustrativo. O segundo ganho foi o de apreender, a partir dos dados que emergiram dos retratos sociológicos de membros de ambas as gerações, como atitudes e ações derivadas de dimensões tradicionais (como a defesa da família ou da independência pessoal) podem servir de base para uma *resiliência* à subjetividade neoliberal e servir de anteparo diante de um dos seus efeitos mais perversos na atualidade que é aquele do “déficit de cuidado”. Obviamente, a mutação da resiliência em resistência é uma possibilidade, não uma inevitabilidade. Para a sua ocorrência, a criatividade da articulação dos atores políticos será de fundamental relevância.

As anotações precedentes confirmaram plenamente as nossas hipóteses secundárias. Vale a pena lembrá-las: a) *Os interesses de reprodução dos núcleos familiares são forças influenciadoras das trajetórias e escolhas dos jovens na concretização de projetos de vida;* b) *a socialização primária ocorrida na família tem um peso preponderante na composição*

das disposições de jovens no mundo atual; c) a legitimidade da educacional formal como porta para o reconhecimento social e a mobilidade é um valor transferido da geração passada para a geração presente; e d) no Brasil, a precariedade é um elemento historicamente constitutiva das relações de trabalho, vivida pela geração dos pais e “repassada” como herança para a geração de jovens e adolescentes do presente.

O desenvolvimento do trabalho de campo, a investigação empírica, sempre provoca redefinições e altera as expectativas iniciais do pesquisador. Embora possa parecer inapropriado, poderíamos acrescentar que ao longo das páginas dedicadas aos retratos sociológicos de jovens e adolescentes da geração atual duas hipóteses foram se agregando àquelas mais acima mencionadas: a) a sociologia secundária, desenvolvida nas interações com os amigos, de forma presencial ou remota, é significativa para as novas gerações e se traduz em percepções e formas de classificação do mundo; e b) os relacionamentos amorosos ocupam um lugar importante na formatação dos projetos de futuro dessa geração. O acréscimo dessas hipóteses (corroboradas pelos dados de realidade apresentados pelos nossos entrevistados) é um desdobramento possível da investigação social segundo Merton:

A pesquisa empírica frutífera não somente comprova hipóteses teoricamente derivadas, como dá origem a hipóteses novas. Isto pode ser chamado de ‘serendipidade’ da investigação, ou seja, a descoberta, por casualidade ou sagacidade, de resultados válidos que não eram procurados. (MERTON, 1968, p. 172-173).

Para além dessas observações sobre as hipóteses, é importante demarcarmos aqui a forma com a qual nos relacionamos com uma noção que tem sido recorrentemente utilizado em estudos que relacionem juventude e mundo do trabalho, a aquela da *precariedade*. A nossa compreensão, e um pressuposto que modulou a elaboração do presente trabalho, é de que ocorre com o termo *precariedade* e mais ainda com o seu derivativo *precarização* um pouco daquilo que comumente ocorre com conceitos e categorias que emergem como ferramentas para a crítica em um determinado contexto, mas que quando transferidos para a análise de outras realidades, impedem-nos de enxergar dimensões do real exatamente porque perdemos um dos elementos constitutivos da análise sociológica que é a historicidades das práticas sociais. E essa é uma situação ampliada pelo próprio contexto no qual são produzidas as ciências sociais contemporaneamente: em redes globais de cooperação, o que é um avanço e uma conquista, mas que também implica em senões. Assim, em um universo acadêmico cada vez mais imerso em um processo

globalizado de legitimação, torna-se quase natural a incorporação de “pressupostos da discussão que permanecem indiscutidos” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 15). E isso não se deve a uma conspiração dos pesquisadores localizados nos centros produtores das análises sociais legítimas dos grandes problemas sociais, mas à lógica mesmo do diálogo interpares sobre questões que parecem ser as mesmas no norte e no sul ou no oeste e no leste. Poder-se-ia dizer, à maneira funcionalista, que quando captamos com os mesmos conceitos realidades que “parecem” semelhantes, a comunicação no nosso campo se torna mais fluida e a necessária cooperação intelectual se aprofunda. De certo modo, a própria reivindicação de rompimento com os modelos de explicação nacionalmente ancorados reforça esse trânsito internacional das categorias analíticas.

Os entrevistados da geração anterior apontaram como o mercado de trabalho no qual ele se inseriram tinha na precariedade um dos seus elementos determinante. Essa é uma observação importante para relativizarmos o peso da mobilização de categorias derivadas da noção de precariedade para a compreensão das mutações do trabalho no Brasil. A arbitrariedade das chefias, o desrespeito à legislação trabalhista vigente e as poucas garantias em que se assentavam os contratos foram os elementos mais ressaltados nessas entrevistas.

De outra parte, a flexibilidade e a informalidade foram sempre presentes naqueles contextos os quais poderíamos denominar de “franjas” ou de “fronteiras” do mercado de trabalho. Nas pequenas cidades do interior do Nordeste ou nas distantes áreas de fronteira agrícola dos Cerrados e da Floresta Amazônica, a precariedade das relações foi sempre “estrutural”. Por outro lado, a partir da segunda metade da década de 1990, com a emergência de políticas sociais compensatórias no Governo FHC (1995-2003) ou de políticas públicas inclusivas e de elevação gradativa do salário-mínimo nos Governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), tivemos barreiras mínimas contra a degradação extrema das condições de trabalho. Os ganhos do trabalho efetivamente se elevaram na chamada “Era Lula”, o que alimentou a disputa real pela redistribuição de recursos a partir do Estado no país e que se traduziu na reação termidoriana iniciada com o impeachment da Presidente Dilma e a ascensão do seu vice, Michel Temer ao mandato presidencial e a efetivação, via grande pacto das elites políticas, de uma agenda regressiva

que teve na Reforma Trabalhista de 2017 o seu ápice. Nessa direção, a análise do Professor José Dari Krein (2018) tem todo o sentido.

Entretanto, o mundo do legal e do formal não corresponde, na maioria das vezes, àquele das experiências concretas dos atores na vida cotidiana na sociedade brasileira. Por isso, gerações sucessivas, excluídas do Pacto que construiu o Estado no Brasil, tiveram a precariedade como horizonte de suas existências. E a leitura dos retratos sociológicos que fizemos apontam as dimensões microsociológicas desse mundo precário. Isso não quer dizer, em absoluto!, que estejamos negando os efeitos perversos da desregulamentação, apreendidos na leitura de Krein (2018) e nas mobilizações e posicionamentos das principais centrais sindicais brasileiras. O que estamos a ressaltar é que, no hemisfério norte, não raras vezes, quando a precariedade é referida tem o sentido de perda advindo de legislações e políticas de desregulamentação trabalhista. No Brasil e de resto em grande parte da América Latina, essa regulamentação sempre atingiu uma fração não majoritária da força de trabalho. Nesse aspecto, a contribuição da sociologia macroestrutural desenvolvida por Francisco de Oliveira, largamente utilizado como referência neste trabalho, continua insuperável.

Um contraponto explicita melhor o que estamos a chamar a atenção. Em um trabalho com orientação metodológica similar à nossa, pesquisadores portugueses captam as mutações neoliberais e os seus impactos sobre os horizontes da geração atual de jovens portugueses. Um trecho é bem ilustrativo:

Nos vários testemunhos recolhidos pelas entrevistas, surge recorrentemente a ideia de que o direito ao básico (por exemplo, comprar ou alugar casa, ter um filho, tirar férias, pagar propinas) se tornou uma enorme imponderabilidade, que está longe de se encontrar garantida e assegurada. (CARMO; MATIAS, 2018, p. 169).

No Brasil, essa imponderabilidade não é um fenômeno emergente e pós-desregulamentação, conforme já anunciamos mais acima nesta conclusão. Os nossos retratados não olham para o passado em busca de referência positiva, de algum aporte para lutar por direitos, mas para o futuro. Em que pese a reação termidoriana do bolsonarismo, busca-se arrancar alegrias do futuro em terras tropicais, pois, de forma contraditória e carregada de ambiguidades, políticas de proteção social foram inauguradas há não mais de duas décadas. Codificadas nas bandeiras da “inclusão social” e da “luta contra a desigualdade social”, essas políticas têm um apoio social difuso e têm alto custo político a

ser pago pelos que tentem quebrá-las, apesar da força de uma resistência neoliberal e conservadora fincada em setores das classes médias e das elites saudosos do tempo em que as classes populares “sabiam se comportar” e aceitavam conformadamente o seu minguado quinhão da riqueza que produziam.

Com a exposição das conclusões anteriores e a demarcação acima estabelecida, cumprimos a tarefa a que nos propusemos com o presente trabalho. A tese central subjacente a essa aventura de pesquisa foi a de que a análise sociológica do comportamento e dos posicionamentos da juventude do momento atual é mais produtiva e fecunda quando alicerçada em um estudo comparativo com as ações, classificações de mundo e percepções dos sujeitos pertencentes à geração anterior, aquela dos seus pais e parentes. Essa tarefa investigativa resulta em mais achados de pesquisa e contribui mais substantivamente para aclarar as lutas e desejos do presente que movem os atores no presente quando segue o caminho da sociológica em escala individual, como a realização de esboços de biografias ou retratos sociológicos dos pesquisados. Com essa configuração, a pesquisa pode apreender os elementos gerais e geracionais sem se apartar do chão social histórico que fornece as bases da gramática social, a partir da qual os atores dotam de sentido os seus mundos, como é o caso da desigualdade social e da dominação simbólica que a justifica.

Feitos esses apontamentos conclusivos, é importante não nos furtamos ao exercício de indicarmos algumas direções para as ações e intervenções dos atores sociais. Dentre estes, destacamos empresas, sindicatos, instituições educacionais e atores estatais de diferentes níveis (federais, estaduais e municipais). Essa é uma tarefa guiada por um valor ético: no contexto atual de redefinições substanciais do mundo do trabalho e de dilaceradores desafios colocados para os trabalhadores e, em particular para os jovens e para as mulheres, o campo acadêmico não só pode, mas deve, traduzir os seus achados científicos em proposições orientadoras da prática.

Nesse sentido, não podemos olvidar que em um período não superior a trinta anos, o Brasil, em que pese toda a sua desigualdade estrutural e a naturalização da situação de subcidadania dos excluídos do sistema educacional e dos descendentes de escravos, conseguiu construir um relativo consenso social a respeito da necessidade moral imperiosa de superar a fome. E, mais do que isso, de dotar de grande legitimidade social (em parte trincada pelo Termidor Bolsonarista) as políticas de proteção social dos mais vulneráveis e de ampliação da inclusão para os jovens das classes populares. Portanto, não é um devaneio a proposição de se desenvolver ações coordenadas entre instituições educacionais, governos e empresas, para a sedimentação do direito ao trabalho como um direito social decisivo para a coesão social no país. Essa é uma tarefa a qual a rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico pode dedicar tanto a sua energia quanto o capital cultural e social acumulado nos últimos vinte anos. Para tanto, faz-se necessário uma ampliação das interações horizontais com empresas e atores locais. Iniciativas em desenvolvimento em muitas unidades dessa rede de ensino, reconheçamos, já se encaminham nessa direção.

Em relação às empresas, é fundamental que a ideia do direito ao trabalho como direito social seja incorporado pela sociedade como uma variável de avaliação daquelas. Assim, ao discurso genérico sobre a responsabilidade social, deve-se incorporar medidas de avaliação de garantia e/ou destrutividade do trabalho. O que implica em assumir como pressuposto que a precarização das relações de trabalho não é um caminho linear e inexorável, como bem apontam Filgueiras e Antunes (2020), mesmo quando temos em mente os atores do chamado “capitalismo de plataforma”.

Aos atores estatais, nos diversos níveis de governo, indica-se que o desenho das políticas públicas tenham o direito ao trabalho como norte de orientação. Dessa forma, nas mais diversas áreas da gestão pública, pode-se incorporar, como sói ocorrer com a questão ambiental, malgrado os retrocessos dos últimos, esse direito básico como critério avaliador dos objetivos e metas de execução. Contra as correntes de pensamentos dominantes no debate público sobre a economia, de forma resistente, devemos destacar o peso relevante do Estado (especialmente no Brasil) na indução do comportamento dos atores do mercado.

No que toca à juventude, essas políticas públicas, especialmente quando articuladas ou desenvolvidas em parcerias com as instituições educacionais, podem se traduzir em programas e projetos exemplares no treinamento e na inserção dos estudantes e/ou dos trabalhadores que estudam em experiências motivadoras em empresas e nas próprias escolas e institutos. As ofertas de bolsas de trabalho e de estágios remunerados são estratégicas nessa direção. Além de implicarem no aporte de recursos financeiros para os jovens e suas famílias, as bolsas e estágios significam impactos extremamente positivos na vida dos beneficiados (e difíceis de serem capturados pelos instrumentos quantitativos de medida – índice ou taxa de sucesso - usualmente utilizados para avaliar as políticas públicas), pois, potencializam a sua auto-estima e implicam em redefinições nas assimétricas relações de poder em que estão submersos no âmbito familiar. Para as jovens, as bolsas de trabalho e os estágios remunerados também aportam avanços significativamente positivos nas relações de gênero, tornando-as mais independentes e seguras para a navegação social em uma sociedade na qual a agorafobia de meninas e moças ainda é um déficit civilizacional.

Indo além da atividade laboral circunscrita ao mercado de trabalho, as instituições educacionais podem fomentar experiências plenas de significados e subjetivamente enriquecedoras para os jovens ao possibilitar atividades de trabalho social e voluntário. Se um dos desdobramentos sociais da lógica neoliberal é o déficit de cuidado em relação aos mais vulneráveis (crianças, idosos e pessoas com deficiência), há todo um universo formativo a ser explorado através das interações das escolas com as instituições e organizações cuidadoras. Essa é uma interação com o mundo do trabalho que rompe com a perspectiva instrumental e calculista tradicional e que pode significar uma subjetivação do futuro propositiva para os envolvidos, através de contínuos hábitos de responsabilidade, auto-disciplina, compromisso com o coletivo.

Na interação entre instituições educacionais, governos e academia, há a necessidade de romper com a quantofrenia subjacente à avaliação das ações e políticas governamentais. Assim, é necessário legitimar abordagens direcionadas a captar os ganhos singulares intraduzíveis nas linguagens dominantes das avaliações de políticas públicas. Nesse sentido, vale ressaltar que as pesquisas sociológicas e investigações que objetivam apreender o social em escala individual respondem a esse desafio.

Por último, mas não menos importante, cabe indicar aos atores sindicais a necessidade premente de redefinição das matrizes discursivas que alicerçam as suas práticas. Pois a própria existência de suas instituições depende da capacidade e da sensibilidade de captar as forças e sensibilidades sociais do presente, especialmente do universo da juventude e dos novos trabalhadores. Nunca é demais lembrar que existem demandas por reconhecimento de identidades e questionamentos de relações de poder, como aquelas fincadas nos terrenos da sexualidade, do gênero, da etnicidade e das subjetividades emocionais (depressão, angústia, medo, adoecimento psíquico) que são muito fortemente incorporadas pelos jovens da geração atual e que, quase nunca, são tocadas pelos sindicatos e partidos políticos. As sensibilidades jovens emergentes têm potenciais de questionamento do estabelecido e são passíveis de articulação com as pautas históricas de questionamento das relações de trabalho sob o capitalismo, mas, para que isso venha a ocorrer, o trabalho de agenciamento (de articular posições) é fundamental. E, dada a pluralidade do social, não existem garantias de que essas demandas não possam ser arrebatadas por atores populistas e regressivos. A “lógica das coisas” do contexto neoliberal é aquela da eliminação de postos de trabalho, ampliação do exército de reserva em uma sociedade na qual o contingente de jovens têm mais anos de estudo e são dotados de melhores qualificações técnicas, além de possuírem habilidades e competências para lidar com as novas tecnologias de informação e comunicação e detém familiaridade para navegar no mundo virtual, tem como a face não tão oculta o aumento da concentração de riquezas e o aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, torna-se decisivo indagar: qual o destino de uma sociedade cuja idealização que fundamenta os seus projetos de desenvolvimento não incorpora trabalhadores e a sua população jovem como forças do processo produtivo e da própria reprodução da sociedade? No momento em que diversos atores sociais brasileiros se colocam a tarefa de construir saídas que levem à superação da extrema-direita populista e de enfrentamento das profundas sequelas econômicas e sociais da pandemia da Covid-19, com base nas observações precedentes, torna-se legítimo indagar: existe alguma alternativa de desenvolvimento econômico e de reconstituição dos laços sociais sem que se incorpore como elemento básico o direito social ao trabalho? E, levando em conta os interesses e as sensibilidades dos sujeitos da presente investigação social, pode-se adicionar: sem um horizonte no qual o trabalho decente para os jovens da

nova geração esteja sedimentado como um valor social fundamental, como pensar o nosso futuro?

REFERÊNCIAS

A ESPERANÇA venceu o medo, diz Lula em pronunciamento em SP. *Folha de São Paulo*, 27 de out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41584.shtml>. Acesso em: out. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora. São Paulo/Recife: Cortez Editora/Massangana, 1999.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

APROVAÇÃO do presidente Lula bate recorde, diz Datafolha. *GI Notícias*, 12 setembro 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL757300-5601,00-APROVACAO+DO+PRESIDENTE+LULA+BATE+RECORDE+DIZ+DATAFOLHA.html>. Acesso em: out. 2021.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: *MARCHA e contra marcha*. Orgs. Roberto Veras de Oliveira ; Dacilene Gomes; Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

ARAÚJO, L. P. Mapa de localização de locus de pesquisa de doutoramento. Natal, 2022.

BARROS, Irene, PACHECO, Ana Rita & BATISTA, Paula. A experiência do estágio: o impacto e as primeiras vivências do estudante estagiário de educação física. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 99, n. 253, 2018.

BECK, Ulrich. *O que é Globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BENZA, Gabriela & KESSLER, Gabriel. *La ?nueva? estructura social de América Latina: Cambios y persistências después de ola de gobiernos progresistas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2020.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. Conceitos sociológicos fundamentais. In: FORACCHI, Marialice Mencarine; MARTINS, José de Sousa, *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

BORBA, Mariana; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC NEWS Brasil*, 20 de abril de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: out. de 2021.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre, Compreender. In: Pierre Bourdieu (Coord.). *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Lóic. Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-asiáticos*, v. 24, n. 1, 2002.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela metade: as principais implicações da nova Lei de Drogas no sistema de justiça criminal em S. Paulo*. Tese de doutoramento em sociologia. São Paulo: USP, 2015.
- CARAM, Bernardo. Doméstica ia para a Disney com dólar barato, “uma festa danada”, diz Guedes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/domestica-ia-para-disney-com-dolar-barato-diz-guedes-uma-festa-danada.shtml>. Acesso em: out. 2021.
- CARMO, Renato Miguel do.; MATIAS, Ana Rita. *Retratos da precariedade: cotidiano e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- CARMO, Renato Miguel. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação.” *Sociológicas*, n. 21, 2009.
- CARVALHO, José Alberto Magno de.; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Layla D. P. de. *Da esterilização ao Zika: interseccionalidade e transnacionalismo nas políticas de saúde para as mulheres*. Tese de doutoramento em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- CARVALHO, Layla D. P. de. *Da esterilização ao Zika: interseccionalidade e transnacionalismo nas políticas de saúde para as mulheres*. Tese de doutoramento em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. Classes scolaires, classes d’âge, classes sociales”. *Enquete*, n. 6, 1991.
- CLIMENT, Victor F.; ESTANQUE, Elísio. “Labor and informal work in North-South relations: A study on iberian countries and Latin-America”. *Tempo Social*, vol, 32, nº 2, 2021.
- COSTA, Hermes. Sindicalismo e atores sociolaborais em contexto de austeridade: do voluntarismo dos protestos ao receio das alianças. *Análise Social*, v. 52, n. 224, 2017.

- CUNHA, Nina Menezes. *Religiosidade e desempenho escolar: o caso dos jovens brasileiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em economia. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMO, Pedro. *A nova LDB. Ranços e avanços*. Campinas (SP): Papirus, 1997.
- DOMINGUES, José Maurício. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, v. 14, n. 1, 2002.
- DOUGLAS, Mary. Os Lele revisitados, 1987. Acusações de bruxaria à solta.” *Mana*, v. 5, n. 2, 1999.
- DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: *MARCHA e contra marcha*. Orgs. Roberto Veras de Oliveira ; Dacilene Gomes; Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.
- DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. *Sociedade & Estado*, v. 27, n. 3, 2012 [1980].
- ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, v. 7, n. 1, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESTANQUE, Elísio. Juventude, boemia e movimentos sociais: culturas e lutas estudantis na universidade de Coimbra. *Política e Sociedade*, v. 9, n. 16, 2010.
- ESTANQUE, Elísio. A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. *Sociologia e Antropologia*, v. 7, n. 2, 2007.
- ESTANQUE, Elísio. Crise, Estado Social e desafios do sindicalismo: breve frelflexão sobre a Europa. *Educar em Revista*, n. 48, 2013
- ESTANQUE, Elísio. *Onde pára o ativismo estudantil?*
- O Público, 23 de Maio de 2019. Disponível em: https://www.publico.pt/2019/05/23/sociedade/opiniao/onde-ativismo-estudantil-ii-1873352?fbclid=IwAR0xmkgPoGZevfJEMYTtUx55Cvh5qn5EwLR10Zp40bk_KZGJHaAu72cJszs. Acesso em: out. 2021.
- ESTANQUE, Elísio. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimento social em Portugal e no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 70-74, 2014.
- ESTANQUE, Elísio. Sociologia e engajamento em Portugal: reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo. *Cadernos CRH*, v. 22, n. 56, 2009.

- ESTANQUE, Elísio. “Dinâmicas de classe média e rebelião social”. *Emancipação*, v. 14, n. 1, 2014.
- EYERMAN, Ron; TURNER, Bryan S. Outline of social Theory of Generations. *European Journal of Social Theory*, v. 1, n. 1, 1998.
- FARIA, Vilmar. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS (Org.), *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Vértice e Anpocs, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FERNANDES, Lúcia Marta Canha. *A ação coletiva de pessoas desempregadas*. Tese de doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades e Sindicalismo. Coimbra (Portugal): Universidade de Coimbra, 2018.
- FILGUERAS, Victor; ANTUNES, Ricardo. “Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo”. *Contracampo*, vol. 39, nº 1, 20220.
- FLEXA, Carlos; LECCARDI, Carmen. “O conceito de geração nas teorias sobre juventude”. *Estado & Sociedade*, v. 25, n. 2, 2010.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FRACCARO, Gláucia C. C. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, 2017.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Amazon, 2021. Ebook.
- FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: A educação da ralé”. In: Jessé Sousa, *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FEIXA, Carlos; LECCARDI, Carmem; O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*, v. 25, n.2, 2010.
- GERMANO, José W. *Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GINZBURGO, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GIRAUD, Christophe. Les Ambigüités de la sexualité dans les relations naissantes. Le case des jeunes étudiants en France. *Enfances, Familles, Générations*, n. 34, 2019.
- GNACCARINI, Júlio César. O rapto das donzelas. *Tempo Social*, v. 1, n. 1, 1989.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONÇALVES, Rafaela. “*Pague se puder, quando puder*”, diz secretário do MEC sobre novo Fies. Correio Brasiliense, Brasília (DF), 08 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/08/interna-brasil,818967/pague-se-puder-quando-puder-diz-secretario-do-mec-sobre-novo-fie.shtml>. Acesso em: set. 2021.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GUIMARÃES, Juarez. A crítica à razão dualista e os impasses do republicanismo. *Teoria & Debate*, n. 54, 2003. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2003/08/05/a-critica-a-razao-dualista-e-os-impasses-do-republicanismo/>. Acesso em: set. 2021.
- GUIMARÃES, Juca. Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. Brasil de Fato | São Paulo (SP). 17 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>. Acesso em out. de 2021.
- HALL, Peter & LAMONT, Michèle. “La résilience sociale à l’ère néolibérale”. *Revue des politiques sociales et familiales*, n. 131-132., 2019.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- HOPENHAYN, Martín. Inclusion y exclusión social em la juventud latinoamericana. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 3, 2008.
- HOUAISS, Antonio & VILAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: out. 2021
- JACQUET, Christine. Quand le mari de ma mère n’est pas mon père: beaux-enfants et beaux-pères dans le Brésil contemporaine. *Etnográfica*, v. 15, n. 2, 2011.
- KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, 2018.
- LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. *Educação e Pesquisa*, v. 41, número especial, 2015.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre (RS): Artmed, 2006.

LAMBERT, Anne. “Échapper à l’enfermement domestique: Travail des femmes et luttes de classement en lotissement pavillonnaire”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 215, 2016.

LAURIANI, Carolina, OLIVEIRA, Mariana & TRAGINELLI, Pedro. “Nova doméstica’ tem carro zero e faz faculdade”. G1, 27 de setembro de 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/09/nova-domestica-tem-carro-zero-e-faz-faculdade.html>. Acesso em: out. 2021.

LEIA íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo (SP). 24 de junho de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: out. de 2021.

LEMONS, Vinicius. 'Me formar virou um pesadelo': os brasileiros endividados com o Fies”. UOL Notícias, 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/08/23/me-formar-viceu-um-pesadelo-os-brasileiros-endividados-com-o-fies.htm>. Acesso em: out. 2021.

LIMA, Jacob; BRIDI, Maria Aparecida. trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade, *Cadernos CRH*, v. 32, n. 86, 2019.

LULA destaca interiorização do ensino superior e profissional. *Ministério da Educação*. 29 de setembro de 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/684-lula-destaca-politica-de-interiorizacao-do-ensino-superior-e-profissional>. Acesso em: out 2021.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: *KARL Mannheim: sociologia*. Org. Marialice M. Foracchi. São Paulo: Ática 1982.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, uma década perdida ou ganha?. *Desafios do Desenvolvimento*. 15/06/2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28. Acesso em: jan. 2021.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. Disponível em: www.marxist.org. Acesso em: nov. 2021.

MERTON, Robert. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MIRANDA, Margarida. Quando os jesuítas eram os mestres da palavra. A retórica segundo a *RATIO STVDIORVM*. *Humanitas*, v. 65.

OLIVEIRA, Francisco de. A herança do marajá superkitsch. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. *As hostes errantes*. Novos Estudos CEBRAP, n. 1, 1981.

- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- OLIVEIRA, Lúcia Barbosa de. Percepções e estratégias de inserção no mercado de trabalho de universitários de Administração. *Revista Brasileira de Ocupação Profissional*, v. 12, n. 1, 2011.
- OLIVEIRA, Luis Felipe Batista; GUSSO, Divonzir Arthur, Trajetórias e desafios da educação básica no Brasil. In: MONASTERIO, Leonardo Monteiro. NERI, Marcelo Côrtes; SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Brasil em desenvolvimento 2014 : estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.
- MARCHA e contra marcha*. Orgs. Roberto Veras de Oliveira ; Dacilene Gomes; Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.
- OLIVEIRA, Roberto Veras de. Para discutiros termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: *MARCHA e contra marcha*. Orgs. Roberto Veras de Oliveira ; Dacilene Gomes; Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.
- OLIVEIRA, Roberto Veras de. Juventude e trabalho como questão pública no Brasil: há uma reflexão com as iniciativas frequentes? *Contemporânea*, v. 2, n. 1, 2012
- OLIVEIRA, Roberto Veras de.; GALVÃO, Andreia; CAMPOS, Anderson. Reforma trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador, n. 248, set./dez., p. 668-689, 2019.
- OLIVEIRA, Roberto Veras de. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, 2016.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAES, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIA, Fernanda (Orgs.). *Culturas Juvenis. Novos mapas de afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 98, 2007.
- PAIS, José Machado. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2005.
- PETIT, Tatiana. O gigante que encolheu. Pesquisa FAPESP, nº 90, 2003. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-gigante-que-encolheu/>. Acesso em: 2021.
- PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREVIDÊNCIA Social Rural: potencialidades e desafios. *CONTAG*. Brasília (DF): Contag, 2016.

RAMOS, Fabio Sousa. *O prolongamento da coabitação entre pais e filhos: diferenciação de self e transmissão intergeracional*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

REICHERT, Henrique; MARION FILHO, Pacoal J. O Brasil no bônus demográfico: uma janela de oportunidades e desafios. *Revista de Economia do Nordeste*, v. 46, n. 3, 2015.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio: ensaios insólitos*. Porto Alegre: Editora LPM, 1979.

RODRIGUES, Fernando. Economista faz autocrítica sobre 1964. *Folha de São Paulo*, 11 out, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1110200129.htm>. Acesso em: nov. 2021

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disponibilidade violenta*. Curitiba (PR): Appris, 2016.

RUMMERT, Sônia Maria & ALVES, Natália. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010.

SADER, Emir. *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SARDINHA, Edson. Choque, pau de arara e palmatória. O relato de Dilma sobre a tortura ironizada por Bolsonaro. *Congresso em Foco*, 29/12/2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/choque-pau-de-arara-e-palmatoria-o-relato-de-dilma-sobre-a-tortura-ironizada-por-bolsonaro/>. Acesso em: ago. 2021.

SETO, Guilherme; FERNANDES, Talita. Bolsonaro promete respeitar constituição e critica opositores e imprensa após vitória. *Folha de São Paulo*, 28 de out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-fala-em-respeitar-constituicao-e-critica-opositores-e-imprensa-apos-vitoria.shtml>. Acesso em: out. 2021.

SILVA, Claudia S. C. da.; TEIXEIRA, Marco A. Pereira. Experiências de estágio: contribuições para a transição Universidade-Trabalho. *Paidéia*, v. 23, n. 54, 2013.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, 2005a.

SIMMEL, Georg. O indivíduo e a liberdade. In: SIMMEL e a modernidade. Orgs. Jesse Souza, Jesse; Oelze Berthold. Brasília: Editora da UNB, 2005b.

SIMÕES, Patrícia & SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 4, 2012.

SOARES, Rebeca. Ações do setor de educação ensaiam retomada na Bolsa em junho. O Estado de São Paulo, São Paulo (SP), 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/mercado/acoes-setor-educacao>. Acesso em: dez. 2021.

- SOUSA, Jessé (org.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte (MG): Editora da UFMG, 2010.
- SOUSA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- VASCONCELOS, Ana M. N.; GOMES, Marília M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. *Epidemiologia e serviços de saúde*, v. 21, n. 4, 2012.
- WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Estado & Sociedade*, v. 25, n. 2, 2010.
- WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- WILSON, Elisabeth. O flâneur invisível. *Artcultura*, v. 7, n. 11, 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1352>. Acesso em abr. 2021.
- WOORTMANN, Ellen F. *Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste*. 1991. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie111empdf.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- WRIGTH, Erik Olin. Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, 2015.
- ZELIZER, Viviana. *A negociação da intimidade*. Trad. Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis: Vozes, 2011.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE JOVENS

QUESTIONÁRIO DE JOVENS

Nome:

Idade:

Sexo:

Cidade:

EIXOS TEMÁTICOS	PERGUNTAS/QUESTÕES OU PROPOSIÇÕES INSTIGADORAS
<u>Informações básicas</u> (pessoais, demográfica,)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Você mora com quem? (caso a resposta seja genérica, repetir e procurar identificar os parentes com os quais reside). 2) São quantas pessoas em sua casa? 3) Seus pais (ou seu pai ou sua mãe) trabalham em quê? 4) Você contribui com o pagamento das despesas de casa? 5) Você ajuda no trabalho doméstico? Quais as tarefas que desenvolve?
<u>Hábitos</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Você assiste TV? Todo dia? Quantas horas por semana? 2) Você gosta de ler? O que mais lê? 3) Você está em alguma rede social na internet? Quais? Qual aquela que você gosta e usa mais? 4) Você acessa a internet através de que meios? 5) Você lembra quando começou a usar internet? Como foi? 6) O que você gosta de fazer nas redes sociais? (se for evasivo, indicar possibilidades de uso – postar comentários, ler notícias, inserir fotos...) 7) Você acha que as redes sociais aproxima as pessoas? 8) Você acha que nas redes sociais as pessoas mostram realmente quem são? 9) Você gosta de ouvir músicas? Como (através de que meios)? Internet? Rádio? 10) Você costuma beber bebidas alcoólicas? Com que frequência? 11) Com que idade você começou a beber? 12) E fumar? Você fuma? Com que idade começou a fazer uso do cigarro? 13) Seus pais (pai ou sua mãe) sabem disso? O que acham? 14) Que coisas você gosta mais de fazer no dia a dia? 15) E quais aquelas que você detesta? 16) Pra você as pessoas hoje se preocupam muito com o corpo? O que acha de pessoas que se preocupam muito com o corpo? Tem algo positivo ou só negativo?
<u>Vida familiar</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Você participa (ajuda) do trabalho em casa? O que você faz? 2) Quem mais dentro de casa ajuda no trabalho doméstico? 3) Na sua casa, o seu quarto é compartilhado? 4) Se você tivesse que descrever em linhas gerais a sua família, hoje, como você descreveria? (tipo: quantas vezes e em quais

	<p>situações estão juntos)</p> <ol style="list-style-type: none"> 5) Quando pensa em família, o que vem primeiro à sua cabeça? (quais as coisas que você primeiro se lembra?) 6) Você acha que pensa muito diferente de seus pais? A respeito de quais assuntos? Comente essas diferenças. 7) Você estuda e trabalha (além do trabalho em casa, se for o caso)? 8) Pra você, qual a importância do trabalho na vida de uma pessoa? 9) O que você acha dessa afirmação “os pais sempre estão certos e com razão”? 10) Você sabe sobre a situação financeira da sua família?
<u>Vida escolar</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Qual foi a sua primeira escola? 2) E hoje? você gosta da sua escola/faculdade? 3) Como você se sente ou se sentia ? 4) Do que gosta e do que não gosta? 5) Você acha que o tratamento dado aos alunos é correto? 6) Na sua escola ou faculdade tem alguma pessoa (funcionário, professor que você gosta? Por quê? 7) Fale um pouco sobre os seus colegas de escola/universidade? 8) Você gosta de estudar? 9) Pra você qual a importância da escola na vida de uma pessoa? 10) Além da escola você já fez outro (s) cursos? 11) Tem alguma coisa que atrapalha seus estudos?
<u>Trabalho</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Para você qual a importância do trabalho na vida de uma pessoa? 2) Com está pra arranjar emprego por aqui? 3) O que você acha que precisa pra arranjar um emprego hoje? 4) Pra você existe diferença entre trabalho e emprego? 5) Pra você o que é um bom trabalho? 6) Você acha que existem empregos que são adequados para os homens e outros que são adequados para as mulheres? Quais? 7) Você estuda e trabalha (além do trabalho em casa, se for o caso)? 8) Até hoje, que experiências de trabalho você teve? (estágios, programa primeiro emprego, trabalho autônomo, jovem aprendiz, emprego doméstico, vendas, etc) OQual a avaliação que vc faz? o que você aprendeu ? 9) O que tira sua paciência quando está trabalhando? 10) Em alguma dessas experiências você compartilhou o espaço de trabalho com pessoas mais velhas que você? Você pode contar como foi? Elas tinham domínio de informática? Trabalhar com pessoas mais velhas existem momento que a pessoa perde a paciência? 11) Você se ver na possibilidade de trabalhar em outro lugar?
<u>Gerações</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Você acha que a sua geração encara a vida de uma forma diferente daquela da geração de seus pais? (ajudar a desenvolver a questão interpondo perguntas “como assim?” ou “como?”). 2) Você acha que as pessoas mais próximas tem dificuldade de entender você? 3) Você entende que tem mais ou menos liberdade do que a geração de seus pais para escolher o que quer fazer na vida? Você tem liberdade para quê na sua vida?

	<ol style="list-style-type: none"> 4) Tem alguma coisa que você tem vontade de fazer e não faz por causa da família? 5) Você acha que tem controle sobre o que você vai ser futuro ou não? Como você lida com isso? 6) Existe alguma coisa que você detesta na geração de seus pais? Qual (ou quais)? 7) E quais as coisas que você mais gosta da geração deles (dos pais)? 8) Você discute o assunto “trabalho” em casa, com sua família? Quem mais conversa com você sobre esse assunto na sua família? O que é discutido sobre esse assunto? Como você se coloca sobre essa questão com sua família? E sua família, o que eles comentam pra você sobre o assunto? 9) Você se sente a vontade para conversar qualquer tipo de assunto com seus pais? 10) E sobre esse mesmo assunto você conversa com seus amigos? O que vocês falam sobre o assunto?
<u>Futuro</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Você pensa muito em relação ao futuro? 2) (Se pensa) O que você mais pensa? 3) Você tem planos para o futuro? 4) Para você, quais coisas uma pessoa teve ter para ter uma boa vida? 5) Você acha que o Brasil dos próximos anos será melhor ou pior do que como o país está hoje?
<u>Valores</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o que você acha sobre algumas palavras (elas são virtudes ou valores (pode ser traduzido por “das coisas”) abaixo: <ol style="list-style-type: none"> a) Honestidade; b) Responsabilidade; c) Generosidade; d) Confiança; e) Curiosidade; f) Obediência; g) Respeito; h) Lealdade. i) Solidariedade 2) Para você, qual a importância da religião na vida de uma pessoa? 3) A religião de uma pessoa é importante para definir como nos relacionar com ela? (ser amiga, namorar, estudar junto...)? 4) Qual o tipo de comportamento em uma pessoa que você mais detesta? 5) E qual é aquele que você mais admira?
<u>Auto-avaliação e avaliação de instituições</u>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Se você tivesse que se definir em uma palavra ou uma frase, qual seria? 2) Você se abre com facilidade para falar de seus problemas com pessoas próximas? 3) Em algum momento você se sente sozinho? Quando? 4) Na sua vida, hoje, quem é a pessoa mais importante? 5) Eu vou pedir para você avaliar a importância de algumas dessas dimensões (“coisas”) em sua vida. Pode ser? Vamos lá!

	<ul style="list-style-type: none"> a) Família; b) Amigos (as); c) Escola/faculdade; d) Trabalho; e) Igreja. f) Política <ul style="list-style-type: none"> 6) Você se considera um bom estudante? 7) Qual o tipo de atividade de trabalho você acha que desenvolve bem? 8) Você como menina ou menino acha que tem atividade de trabalho mais adequada a você, ou que não se adéqua a você? 9) Você já participou de movimento em defesa de alguma causa? (protesto em defesa da escola, animais, etc) 10) Qual ou quais? 11) Como participou? 12) O que levou você a participar? 13) Qual a avaliação que você faz dessa experiência? 14) Você participa de algum movimento reivindicatório? Qual? 15) E de sindicato? 16) E de partido político?
<p><u>Relacionamentos, vida amorosa e projeto de família</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> 1) Tem momentos que você pensa na forma com se relaciona com as outras pessoas? 2) Como você se define no que diz respeito a relacionamentos: solteiro? Noivo? Casado? Em um relacionamento sério? Ou ainda não namorou? <u>Se está em um relacionamento</u> 3) Como você avalia o seu namoro (ou casamento)? 4) Como você conheceu o(a) seu(sua) namorado(a)/esposa/marido? 5) Você utiliza aplicativos da internet para encontrar pessoas? 6) Qual a sua avaliação desses aplicativos? <u>Se não está em um relacionamento e nunca namorou</u> 7) Você pensa em namorar? 8) Você imagina as características da pessoa com quem pensa em se relacionar? 9) Qual 10) Como você imagina que será o seu relacionamento? Qual o relacionamento ideal para você? 11) E família? Você pensa em como seria a sua família? <u>(caso pense)</u> 12) Essa família seria muito diferente daquela constituída pelos seus pais?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

QUESTIONÁRIO PAIS OU RESPOSÁVEIS

Nome:

Idade:

Sexo:

Cidade:

EIXOS TEMÁTICOS	PERGUNTAS/QUESTÕES OU PROPOSIÇÕES INSTIGADORAS
<u>Informações básicas</u> (pessoais e demográficas)	<ol style="list-style-type: none">1) Com que o Sr (ou Sra) mora?2) São quantas pessoas em sua casa?3) A casa em que mora é própria ou alugada?4) Quem é a pessoa que mais contribui para o pagamento das despesas da casa?5) Quem faz as coisas dentro de casa (cuidado doméstico)? (lavar roupa, varrer casa, fazer comida, etc.)6) O Sr (Sra) poderia falar um pouco como é a sua semana? Sua rotina...7) O Sr (Sra) tem muito contato com os seus parentes? De que forma? Como? Por quê?8) E com a vizinhança? Tem muito contato? Muita aproximação? Se encontram em que situações?
<u>Hábitos</u>	<ol style="list-style-type: none">1) O Sr assiste TV? Todo dia? Quantas horas por semana?2) Qual o programa que gosta mais de assistir?3) Como o Sr(Sra) se atualiza sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo?4) O Sr (Sra) usa celular?5) A partir de quando, o Sr (Sra) passou a usar celular?6) O Sr ou Sra está em alguma rede social na internet? Quais? Qual aquela que você gosta e usa mais?7) O Sr acessa a internet através de que meios (celular, computador)?8) <u>(Se usar as redes sociais, pergunta)</u> O que você gosta de fazer nas redes sociais? (se for evasivo, indicar possibilidades de uso – postar comentários, ler notícias, inserir fotos...).9) O Sr (Sra) gosta de ouvir músicas? Como (através de que meios)? Internet? Rádio?10) O Sr (Sra) costuma beber bebidas alcoólicas? Com que frequência?

	<p>11) Com que idade o Sr (Sra) começou a beber?</p> <p>12) E fumar? Você fuma? Com que idade começou a fazer uso do cigarro?</p> <p>13) Seus pais sabiam quando o Sr (Sra) começou a fumar? O que acharam?</p> <p>14) Que coisas você gosta mais de fazer no dia a dia?</p> <p>15) E quais aquelas que você detesta?</p>
<u>História familiar</u>	<p>1) O Sr (Sra) poderia falar um pouco da história de sua família?</p> <ul style="list-style-type: none"> - De onde são? - Pai e mãe eram do mesmo lugar? - Trabalhavam com o quê? - Os seus pais tinham casa própria? Como era essa casa? - E qual a religião deles? Eles eram muito religiosos? - Tiveram quantos filhos? - Havia momentos em que a família se encontrava? Em que situações (festas, casamentos...)? - Eles estudaram? - Em que eles trabalhavam? - Como se ficava sabendo das notícias nesse tempo? <p>2) Poderia comparar a vida em família hoje em dia com aquela que os seus pais viveram?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quais as mudanças mais importantes? - E o grau de compromisso das pessoas? - A gente falou do tempo dos seus pais, certo? E o de agora, como é? - O que é ser pai e mãe hoje? - O que mudou?
<u>Vida na Infância</u>	<p>1) Fale um pouco como era a vida de criança naquele tempo</p>
<u>Juventude</u>	<p>1) Fale um pouco da sua juventude</p> <ul style="list-style-type: none"> -Quantos namorados (as) você teve -Quais os lugares ou momentos que os jovens se encontravam? -Participou de algum movimento de jovem? -Quais eram as preocupações dos jovens naquela época? <p>2) O Sr(Sra) acha que na sua época de juventude o Sr pensava muito diferente de seus pais? A respeito de quais assuntos haviam essas diferenças? Comente essas diferenças.</p>
<u>Vida escolar</u>	<p>1) O Sr (sra) poderia falar um pouco sobre como era a sua escola?</p> <p>2) Quantos filhos da sua família estudaram?</p> <p>3) E como era o dia a dia na escola? Ficou amizade desse tempo? Lembra de algum professor ou professora?</p> <p>4) Pra você qual a importância da escola na vida de uma pessoa?</p> <p>5) Além da escola você já fez outros (s) cursos?</p> <p>6) Tem alguma coisa que atrapalhava seus estudos?</p>
<u>Vida familiar</u>	<p>1) Quando pensa em família, o que vem primeiro à sua cabeça? (quais as coisas que você primeiro se lembra?)</p> <p>2) O que Sr (Sra) acha dessa afirmação “os pais sempre estão certos e com razão”?</p> <p>3) Quando o Sr(Sra) para pensar hoje, o que os seus pais e a sua família mais lhe ensinou?</p> <p>4) E a geração mais nova lhe ensina alguma coisa? O quê?</p> <p>5) Qual a coisa que o Sr(Sra) mais se preocupa em relação à sua família (no presente e no futuro)?</p>

	6) Qual a coisa que o Sr(Sra) mais se orgulha de sua família?
<u>Trabalho</u>	<p>1) Qual foi sua primeira experiência de trabalho?</p> <p>2) Até hoje, quantos trabalhos o senhor(a) teve?</p> <p>3) Em alguma dessas experiências o Sr(Sra) compartilhou o espaço de trabalho com pessoas mais velhas que você? Você pode contar como foi?</p> <p>4) Em algum momento o Sr (Sra) estudava e trabalhava ao mesmo tempo (além do trabalho em casa, se for o caso)?</p> <p>5) Para o Sr(Sra) qual a importância do trabalho na vida de uma pessoa?</p> <p>6) O Sr (Sra) pensa muito (e se preocupa) em relação ao trabalho e ao emprego nos dias de hoje?</p> <p>7) Para o Sr(Sra) existe diferença entre trabalho e emprego?</p> <p>8) O Sr (Sra) acha que existem empregos que são adequados para os homens e outros que são adequados para as mulheres? Quais?</p> <p>9) Para você o que é um bom trabalho?</p> <p>10) Como é a situação de emprego por aqui?</p> <p>11) O que você entende como inaceitável no trabalho? Na relação entre o patrão ou chefe e os empregados e entre os próprios empregados?</p>
<u>Relação pai-filhos</u>	<p>1) Quais as suas preocupações com relação a vida de seus filhos?</p> <p>2) Quais são os problemas mais visíveis que o seu filho ou sua filha passa e o senhor percebe?</p>
<u>Gerações</u>	<p>11) O Sr (Sra) acha que a sua geração encara a vida de uma forma diferente daquela da geração dos seus filhos? (ajudar a desenvolver a questão interpondo perguntas “como assim?” ou “como?”).</p> <p>12) O Sr (Sra) acha que tinha mais ou menos liberdade do que a geração daquela de seus filhos para escolher o que queria fazer na vida?</p> <p>13) Existe alguma coisa que o Sr (Sra) detesta na geração de seus filhos? Qual (ou quais)?</p> <p>14) E quais as coisas que o Sr (Sra) mais gosta da geração deles (dos pais)?</p> <p>15) O Sr (Sra) discute o assunto “trabalho” em casa, com seus filhos? O que é discutido sobre esse assunto?</p> <p>16) E sobre esse mesmo assunto você conversa com seus conhecidos que tem filhos? O que os adultos conversam sobre o futuro do trabalho dos filhos?</p>
<u>Futuro</u>	6) Você acha que o Brasil dos próximos anos será melhor ou pior do que como o país está hoje?
<u>Valores</u>	<p>1) Eu gostaria que o Sr (Sra) falasse um pouco sobre o que acha de cada um dos valores (pode ser traduzido por “das coisas”) abaixo:</p> <p>j) Honestidade;</p> <p>k) Confiança;</p> <p>l) Responsabilidade;</p> <p>m) Generosidade;</p> <p>n) Curiosidade;</p> <p>o) Obediência;</p> <p>p) Respeito;</p> <p>q) Lealdade.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> r) Solidarietà 2) Para o Sr(Sra), qual a importância da religião na vida de uma pessoa? 3) A religião de uma pessoa é importante para definir se a pessoa deve se relacionar com ela? (ser amiga, casar, trabalhar...)? 4) Qual o tipo de comportamento em uma pessoa que o Sr (Sra) mais detesta? 5) E qual é aquele que mais admira? 6) Você já se defrontou com situações em que pessoas foram (ou são) discriminadas pela questão de gênero? Estou me referindo a pessoas que são discriminadas pela sexualidade.
<p><u>Auto-avaliação e avaliação de instituições</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> 1) Se o Sr (Sra) tivesse que se definir em uma palavra ou uma frase, qual seria? 2) O Sr (Sra) participa de alguma atividade na igreja? Qual? 3) E de sindicato? 4) E de partido político?